

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com
Deficiência e Direitos Humanos**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

APRESENTAÇÃO

A Política Pública de Assistência Social tem como missão garantir a efetivação dos direitos sociais da população em geral, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, em especial os setores que enfrentam maiores vulnerabilidades de ordem social. Daí a importância do Relatório de Gestão como instrumento destinado a demonstrar os desafios e avanços realizados, bem como, apontar as metas objetivando as melhorias possíveis para o aperfeiçoamento dos serviços e da política pública de modo amplo.

Assim, podemos afirmar ser extremamente necessário que os órgãos gestores desta política, em seus processos de trabalho adotem como um de seus princípios organizativos uma atuação integrada com diversas políticas públicas, a fim de viabilizar a qualidade dos serviços socioassistenciais com vistas à efetivação da proteção social e garantia de direitos.

Isto porque, as diretrizes do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, presente em Campinas e em todo o Brasil, visa garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos a quem dela precisar.

O presente Relatório de Gestão elaborado pela equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, refere-se ao ano de 2023, um ano desafiador, em que ainda se vislumbrou os efeitos negativos deixados pela Pandemia do Covid-19, que atingiu mais cruelmente as famílias em vulnerabilidade social.

Por isso, se coloca como responsabilidade desta gestão estabelecer a integração de serviços e benefícios que afiançam a vigilância social, promove a garantia de direitos, a organização, a oferta de programas, serviços e benefícios para a população.

Por fim, é imperioso destacar o comprometimento de toda equipe desta pasta considerada com serviço essencial que aguerridamente, construiu os dados constantes no presente relatório de gestão cujos números e gráficos aqui compilados, são o retrato de vidas que foram diretamente impactadas por sua atuação nos cinco territórios, desde a área central até as regiões mais distantes.

Parabéns ao competente time da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social! Seguiremos juntos com o objetivo de transformar vidas através da política pública.

VANDECLEYA MORO

Secretária do Desenvolvimento e Assistência Social de Campinas

1. Vigilância Socioassistencial – pg 06

Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social - CTRCS – **pg 08**

Setor de Gestor da Informação – SGI – **pg 41**

Área de Repasses – AR - **pg 48**

Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC – **pg 51**

Coordenadoria Setorial de Gestão de Convênios - CSGC – **pg 65**

2. Departamento de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira - DGAOF – pg 76

Coordenadoria Setorial Administrativa - CSAD – **pg 77**

Coordenadoria Setorial de Apoio aos Equipamentos Sociais - CSAES – **pg 79**

Coordenadoria Setorial Financeira e Contábil – CSFC – **pg 81**

Coordenadoria Setorial de Gestão de Pessoas – CSGP – **pg 84**

Coordenadoria Setorial Orçamentária – CSO – **pg 86**

Setor da Casa dos Conselhos – **pg 88**

Setor de Apoio Administrativo ao Conselho Tutelar – **pg 89**

3. Departamento de Direitos Humanos – DDH – pg 91

Coordenadoria Setorial de Políticas para a Juventude – CSPJ – **pg 92**

Coordenadoria Setorial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – CEPJR – **pg 109**

Coordenadoria Setorial de Políticas para a Mulher – **pg 116**

Coordenadoria Setorial de Políticas para a Pessoa Idosa – **pg 122**

Coordenadoria Setorial de Políticas para a Prevenção ao Uso de Drogas – **pg 125**

Centro de Referência para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e Transgêneros – **pg 130**

4. Departamento de Gestão das Políticas para as Pessoas com Deficiência – DGPPCD– 134

Coordenadoria de Acessibilidade Arquitetônica – **pg 135**

Coordenadoria de Políticas Públicas para Pessoa com Deficiência – **pg 136**

Centro de Referência da Pessoa com Deficiência – **pg 138**

Central de Interpretação de Libras – **pg 140**

5. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – DSAN– pg 142

Setor de Nutrição e Educação Alimentar e Nutricional – NEAN – **pg 146**

Programa Nutrir Campinas – **pg 165**

Projeto Viva-Leite – **pg 171**

Programa Municipal Banco de Alimentos – **pg 177**

Apoio a Projetos Intersetoriais, Pesquisa e Produção para Autoconsumo – APIPA– **pg 195**

6. Departamento de Operações de Assistência Social – DOAS – pg 220

Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica – **pg 248**

Coordenadoria Setorial de Parcerias da Proteção Social Básica – **pg 259**

Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial – **pg 404**

Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Média Complexidade – **pg 407**

Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade Para Pessoa em Situação de Rua- **pg 476**

Coordenadoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Adulto e Idoso – **pg 506**

Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Alta Complexidade Criança, Adolescente e Mulher – **pg 513**

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências – **pg 550**

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A Vigilância Socioassistencial é uma área vinculada à gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo a produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos.

Está estruturada a partir de 03 Coordenadorias e 02 áreas, sendo:

- Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social
- Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle
- Coordenadoria Setorial de Gestão de Convênios
- Área de Repasses
- Área de Vigilância Socioassistencial – Setor de Gestão da Informação

As principais ações e resultados alcançados durante o ano foram descritas por cada uma das áreas e coordenadorias, destacando-se:

- A implantação do Programa Municipal Renda Campinas, possibilitando o atendimento a 25 mil famílias, por meio de transferência de renda direta;
- Operacionalização do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade, por meio dos processos de solicitação, registrada pelos serviços no SIGM, e validação para o pagamento, realizado diretamente às famílias através da Caixa Econômica Federal;
- O atendimento presencial a mais de 90 mil famílias nos postos do Cadastro Único para Programas Sociais;
- Aumento significativo no número de entrevistas de atualização/inclusão cadastral realizadas no domicílio, somando mais de 600 durante o ano;
- Implementações no uso do SIGM, realizadas por meio do desenvolvimento de novas funcionalidades;
- Aprimoramento das ações de atualização e averiguação cadastral, através do PROCAD - Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no SUAS;
- Formação de entrevistadores sociais;

- Participação da Unidade Móvel do Cadastro Único em ações descentralizadas, inclusive aos finais de semana, facilitando o acesso das famílias às ações de inclusão e atualização cadastral;
- Realização de encontros regionais, em continuidade à proposta de discussão do Estudo Socioterritorial elaborado para o Plano Municipal de Assistência Social, favorecendo a socialização das informações e discussão junto aos profissionais e usuários dos serviços, em articulação com o CMAS, como parte das discussões preparatórias para a Conferência Municipal;
- Elaboração de um painel interativo, a partir da extração e sistematização de dados do SISNOV, Censo SUAS, Cadastro Único e Programas de Transferência de Renda, facilitando o acesso e leitura das informações de diferentes bases de dados;
- Oferta do curso de Estudo Socioterritorial, em parceria com a Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor – EGDS, com a realização de aula inaugural que contou com a presença de trabalhadores de diferentes áreas;
- Instrução processual e construção do plano de trabalho para parceria, por meio de Cooperação Técnica, com o Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp (LABEUB), incluindo a elaboração e envio de proposta à FAPESP, no âmbito do edital do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas;
- Continuidade no processo de monitoramento das parcerias com as organizações da sociedade civil;
- Participação nas Comissões de Seleção, análise dos planos de trabalho e elaboração de parecer técnico para a formalização de Termos de Colaboração, referentes aos Editais publicados e com resultados homologados;
- Elaboração de estudo para o dimensionamento da equipe da CSAC e encaminhamentos necessários para a composição da equipe frente às demandas das parcerias;
- Reorganização da equipe da CSAC, com profissional de apoio à Coordenação e a chamada de psicólogos para composição da equipe;
- Estruturação da Área de Repasses, com recomposição da equipe, considerando as ações necessárias aos processos de formalização e os desafios com a ampliação dos Termos de Fomento;
- Discussão e validação de procedimentos para convalidação de saldos de provisão nos Termos de Colaboração de vigência subsequente;

- Atuação direta nos processos necessários para a formalização das parcerias propostas por meio de emendas parlamentares, com estabelecimento dos procedimentos para os Termos de Fomento referentes às emendas impositivas municipais.

COORDENADORIA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CADASTRO SOCIAL – CTRCS

A Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social realiza a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dos Programas de Transferência de Renda Federais, Estaduais e Municipais.

A gestão ocorre através do cadastro de beneficiários, atualização dos bancos de dados, sistematização das informações e ações de cumprimento das condicionalidades exigidas por cada programa.

Ademais, a Coordenadoria cadastra e gerencia, no âmbito municipal, o Sistema Integrado de Governança Municipal – SIGM, para integração das informações sociais, as quais se materializam em ferramentas para execução e gestão dos serviços e programas da rede socioassistencial pública e privada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A Coordenadoria conta atualmente com oito servidores municipais, e uma equipe de cinquenta e seis prestadores de serviços da empresa IMA – Informática dos Municípios Associados, realizando atendimento presencial e remoto.

Composição Da Equipe:

LOCAL DE TRABALHO	EQUIPE
a) Servidores Municipais	
Coordenador geral	1
Equipe de Gestão/setor	2
Administrativos	5
b) Prestadores de Serviço da Empresa IMA – Informática dos Municípios Associados	
Geral – Supervisão IMA	2
Geral – apoio à supervisão	4
Unidades Móveis – Motoristas	2

Unidades Móveis – Atendentes	2
Prédio PMC – Whatsapp	5
Região Norte – Entrevistadores sociais	4
Região Sul – Entrevistadores sociais	10
Região Leste – Entrevistadores sociais	4
Região Noroeste – Entrevistadores sociais	10
Região Sudoeste – Entrevistadores sociais	8
Centro POP – Entrevistadores sociais	1
Espaço Cidadão – Entrevistadores sociais	2

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2023

1 - Capacitação da Equipe de trabalho

No decorrer do período foram realizadas capacitações da equipe visando atender as normativas definidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, bem como as diretrizes do município, em especial as da CTRCS, buscando a excelência no atendimento dos beneficiários.

- Participação de duas funcionárias administrativas (recém ingressadas na equipe) na Capacitação de Instrutores de Formulário do Cadastro Único para programas sociais, realizada pelo MDS em Brasília, com carga horária de 40 horas, favorecendo assim a ampliação da equipe de instrutores do município para cinco pessoas;
- Capacitação da equipe de atendimento com relação a alterações na PORTARIA MC Nº 810, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022 do Cadastro Único;
- Capacitação da equipe de atendimento sobre as novas ferramentas implantadas no SIGM, incluindo os relatórios do Programa Renda Campinas e Benefício Eventual Natalidade;
- Realização de duas Capacitações de Entrevistadores do Cadastro Único, de 40 horas, certificada pelo Ministério para os novos entrevistadores da equipe de atendimento;
- Capacitação da equipe de atendimento sobre o tema letramento racial em parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa.

A seguir, as fotos de cada turma de capacitações:

ENTREVISTADOR DE FORMULÁRIOS DO CADASTRO ÚNICO – TURMA 1



ATUALIZAÇÃO DA NOVA PORTARIA DO CADASTRO ÚNICO



CAPACITAÇÃO NOVAS FERRAMENTAS DO SIGM



ENTREVISTADOR DE FORMULÁRIOS DO CADASTRO ÚNICO – TURMA II

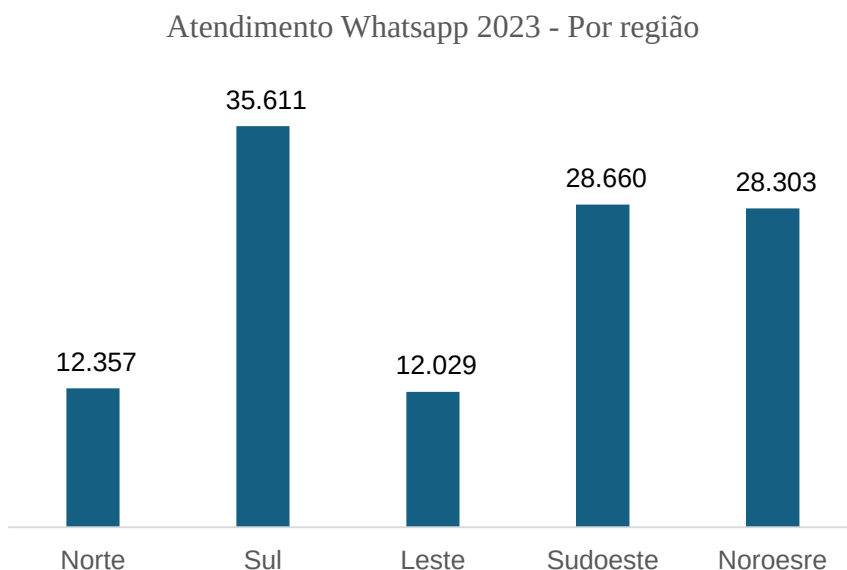


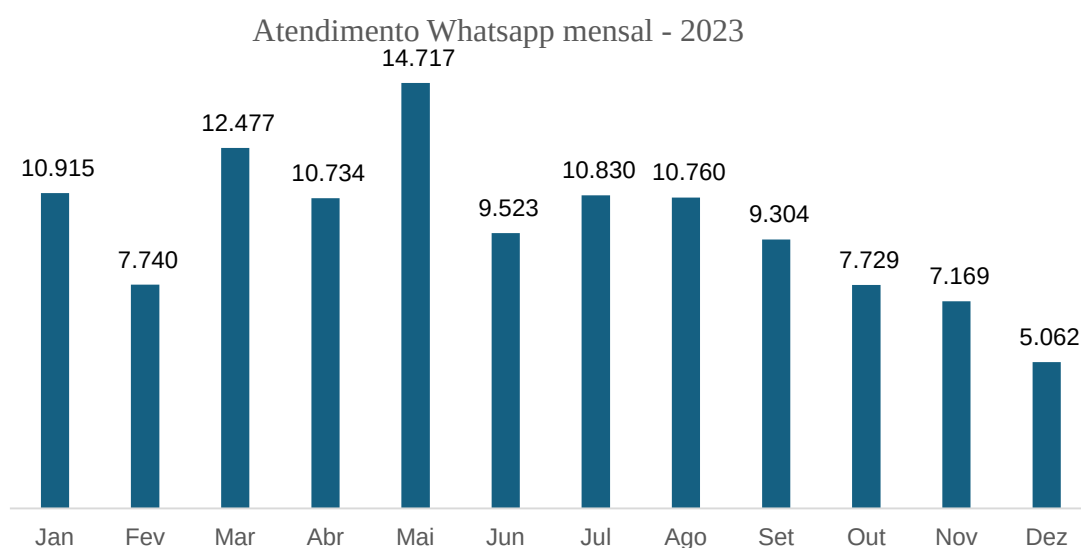
2 – Atendimentos Realizados pela Coordenadoria no Município

A Coordenadoria possui postos de atendimento nos cinco Distritos de Assistência Social – DAS, em treze Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, no Centro de Referência da População em situação de Rua – Centro Pop, no Agiliza Campinas - Vila Padre Anchieta, no Espaço de Atendimento ao Cidadão – no Paço Municipal de Campinas, duas unidades de atendimento móvel (com cronograma mensal de locais definidos pela coordenadoria e participação em ações especiais aos sábados, quando necessário), além de veículo para realização de cadastro domiciliar e equipes de atendimento remoto e gestão.

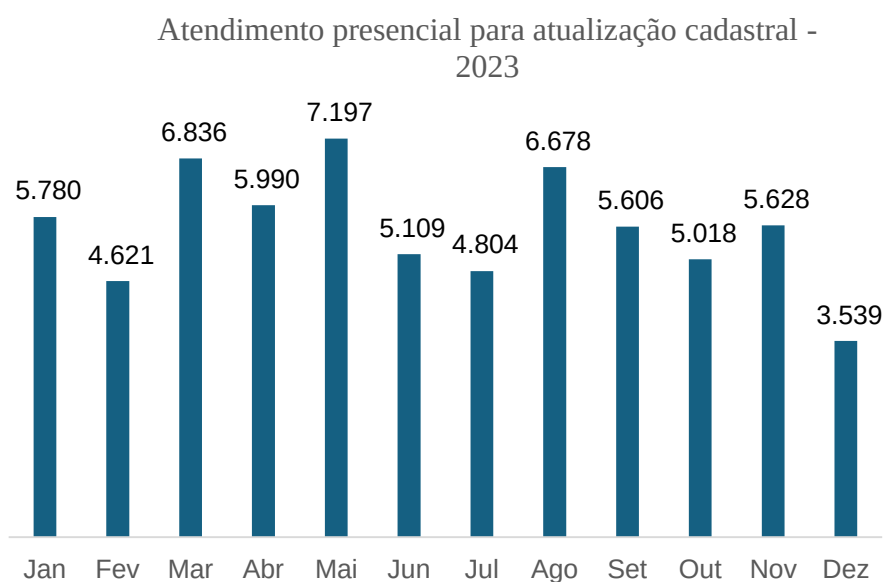
Para atendimento remoto a coordenadoria conta com uma equipe de atendimento via Whatsapp, cobrindo todas as regiões de Campinas.

Nos gráficos a seguir, percebemos que a região Sul é a de maior procura por atendimento. No segundo gráfico, verificamos um aumento expressivo em março, devido à solicitação para que as famílias elegíveis para o Programa Renda Campinas enviassem comprovante de tempo de moradia no município e, em maio, devido ao anúncio dos benefícios eventuais, que fez com que muitas famílias solicitassem informações.

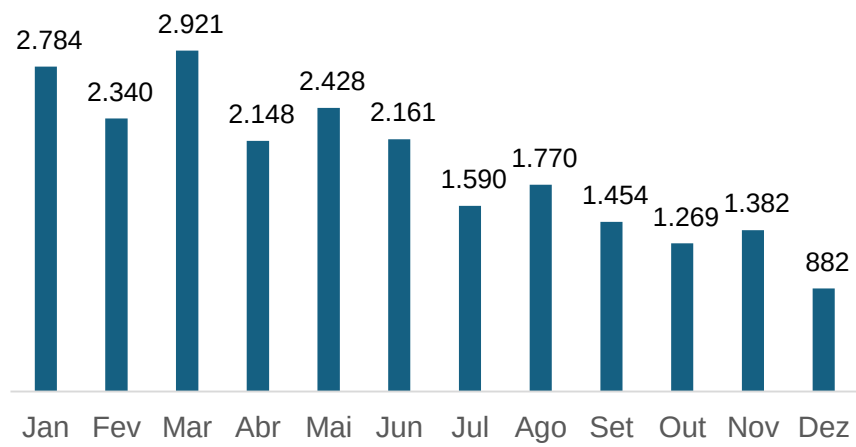




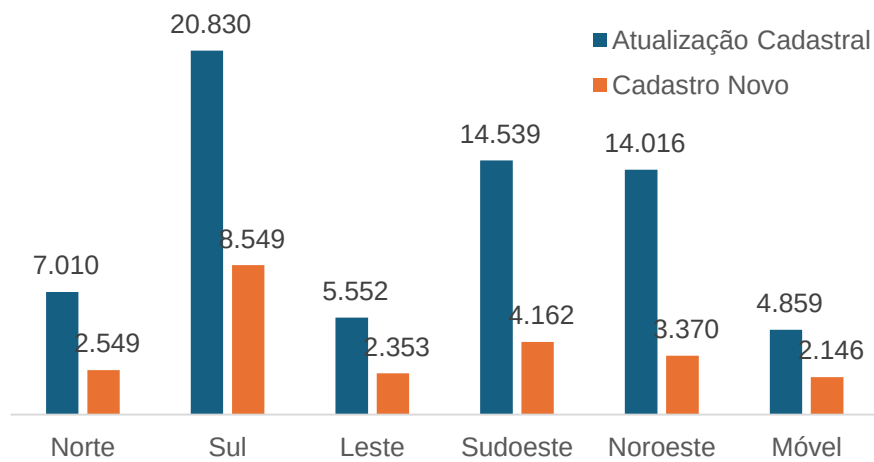
Os gráficos a seguir trazem informações sobre o atendimento realizado presencialmente nos Postos de Cadastro, tanto para a inclusão de novas famílias no Cadastro Único, quanto referentes à revisão cadastral, com o objetivo de garantir a atualização dos dados das famílias que estão há mais de dois anos sem revisão dos dados ou que tiveram alguma alteração, seja em sua renda, composição familiar ou outras informações.



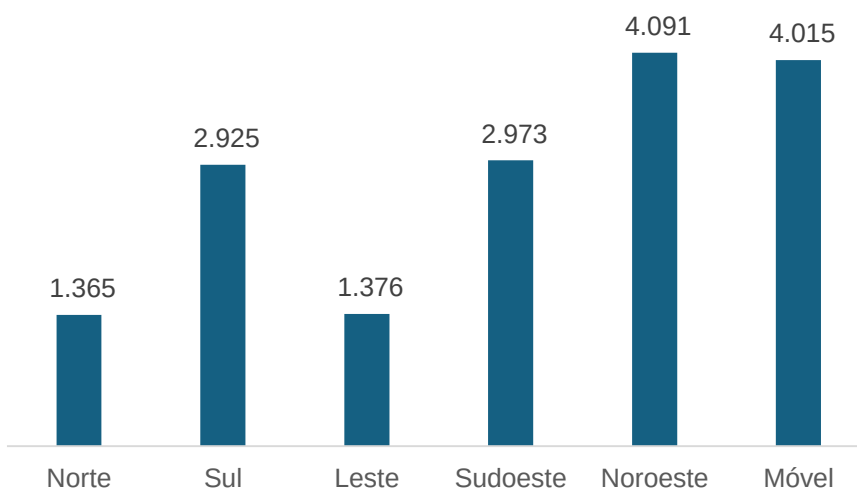
Atendimento presencial para inclusão cadastral Cadastros Novos - 2023



Atendimento Cadastro Único por região - 2023

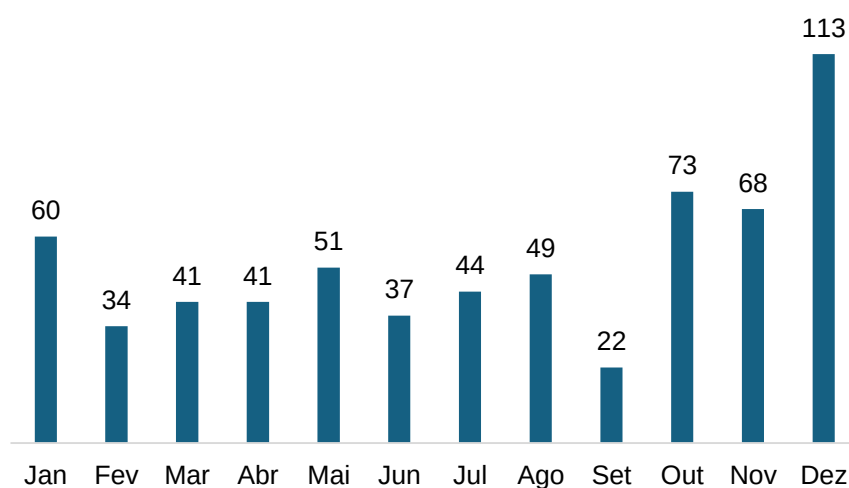


Atendimentos presenciais para informações - 2023



Foram realizados quase 90.000 atendimentos presenciais nos postos de cadastramento, totalizando 23.129 cadastros novos e 66.806 atualizações cadastrais, além de mais de 16.000 orientações/informações. A região Sul, seguida das regiões Sudoeste e Noroeste, são as que representam a maior proporção de atendimentos, somando mais de 70% das ações de inclusão e revisão cadastral.

Inclusões e atualizações cadastrais realizadas em entrevista domiciliar- 2023



No que diz respeito aos cadastros realizados por meio de entrevistas domiciliares, ocorreram em decorrência das exigências para exclusão de pessoas com povoamento de CNIS, além dos beneficiários acamados ou com dificuldade de locomoção que necessitam atualizar ou serem

incluídos no Cadastro Único. Recebemos 1.262 solicitações, sendo realizadas 633 visitas às famílias, para entrevista e preenchimento do cadastro.

3 – Participação em Ações/eventos Especiais na Comunidade

Considerando que a busca ativa é uma das estratégias de aproximação do serviço com os beneficiários dos programas sociais, no decorrer do ano a CTRCS realizou parcerias e participou de eventos comunitários, através do CADMÓVEL, visando a ampliação do acesso. Nesse sentido foram realizadas as seguintes parcerias, totalizando 31 ações.

PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES ESPECIAIS				
Ação	Mês	Qt. Dias	Região	Público-alvo
Etnocidade	Fev	2	Leste	Indígenas
Etnocidade	Abr	1	Norte	Indígenas
Mutirão de Atendimento À População em Situação de Rua	Abr	2	Leste	População em Situação de Rua
Sabadania	Abr	1	Sudoeste	Comunidade
Cidadania Em Movimento	Mai	1	Norte	Comunidade
Unidade CPTI - Vila Mendonça	Mai	1	Norte	Comunidade
Ação - Tribunal Regional Federal	Jun	2	Leste	População em Situação de Rua
Ação - Praça Vila Aurocan	Jun	1	Norte	Comunidade
Etnocidade	Jul	2	Leste	Indígenas
Viva Campinas	Jul	1	Sul	Comunidade
Assiste Campinas	Jul	1	Sul	Comunidade
Ação naEMEF Oziel Alves Pereira	Ago	1	Sul	Comunidade
Sabadania	Ago	1	Sudoeste	Comunidade
Etnocidade	Set	1	Leste	Indígenas
Inauguração Centro Dia do Idoso	Set	1	Sul	Comunidade
Ação No Cras Laudelina	Set	1	Noroeste	Comunidade
Cidadania Em Movimento	Set	1	Norte	Comunidade
Ação no CEI Dulcinéia Regina	Set	1	Sudoeste	Comunidade

Vem ser	Out	1	Sul	Comunidade
AçãocondicionalidadeProg. Bolsa Família - Cras Espaço Esperança	Out	1	Norte	Comunidade
Conviver	Out	1	Noroeste	Comunidade
Abraço Educativo Social (Assoc_Benef_Campineira)	Out	1	Norte	Comunidade
Redenção Com Comunidade	Nov	1	Sul	Comunidade
Ação da Consciência Negra - Cras Laudelina	Nov	1	Noroeste	Comunidade
Vemser	Nov	1	Sul	Comunidade
Ação - Paróquia Nossa Senhora Piedade	Nov	1	Sudoeste	Comunidade
Assiste Campinas	Dez	1	Leste	Comunidade
TOTAL	31			

Segue fotos de algumas ações diferenciadas realizadas em 2023

AÇÕES PARA CADASTRAMENTO DE INDIGENAS







**MUTIRÃO DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA -
CENTRO REGIÃO LESTE**



AÇÃO PARA CADASTRAMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - TRF



ASSISTE CAMPINAS REGIÃO LESTE



AÇÃO NA PRAÇA DA VILA AUROCAN REGIÃO NORTE - PARA PÚBLICO IDOSO



CPTI - VILA MENDONÇA REGIÃO NORTE



AÇÃO NA EMEF OZIEL ALVES PEREIRA - JARDIM MONTE CRISTO REGIÃO SUL



SABADANIA - NÚCLEO HABIT. VIDA NOVA REGIÃO SUDOESTE



CIDADANIA EM MOVIMENTO - JARDIM EULINA REGIÃO NORTE





VEMSER - JARDIM BARONEZA REGIÃO SUL



ABRAÇO EDUCATIVO SOCIAL - JARDIM SÃO MARCOS REGIÃO NORTE



CONVIVER - JARDIM SANTA ROSA REGIÃO NOROESTE





VEMSER - JARDIM DO LAGO II REGIÃO SUL



**PARÓQUIA NOSSA SENHORA PIEDADE - PARQUE DAS INDÚSTRIAS
REGIÃO SUDOESTE**



REDENÇÃO COM A COMUNIDADE - JARDIM ICARAÍ REGIÃO SUL



4 - Cadastro único para programas sociais do governo federal

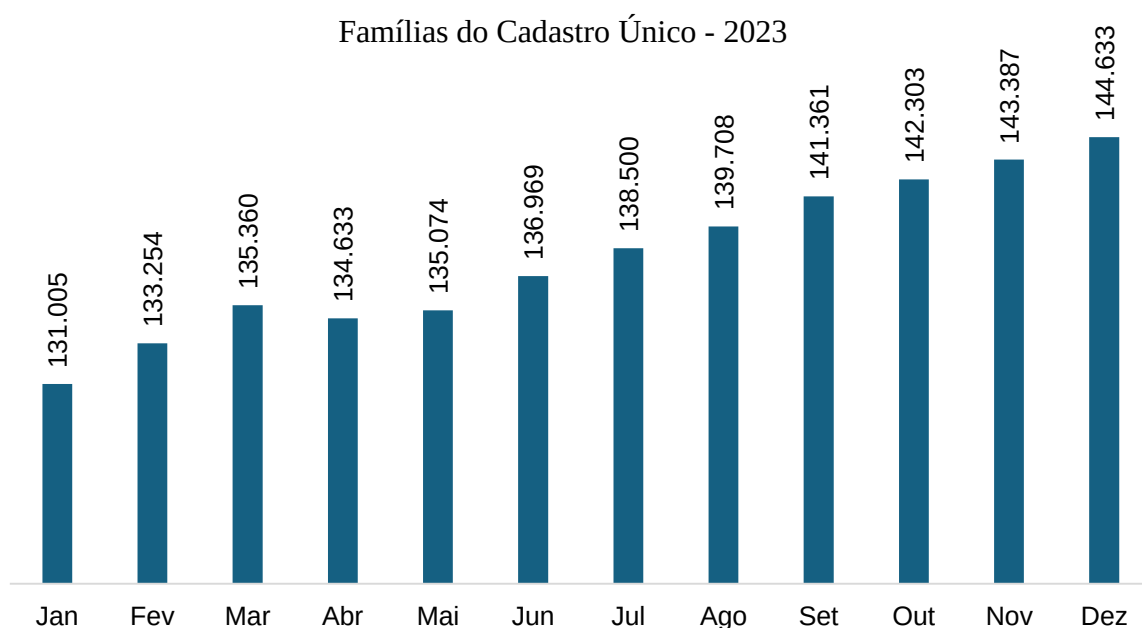
O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é coordenado pelo MDS sendo a CTRCS responsável, no âmbito municipal, pela inclusão e revisão cadastral das famílias.

O CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, mantendo o registro de todas as famílias nessa condição em um único cadastro.

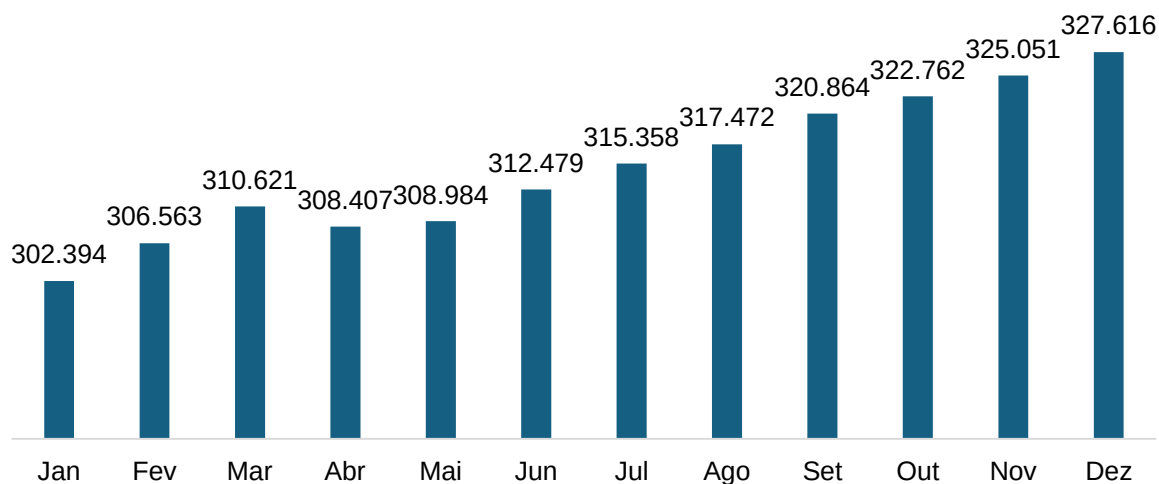
São entendidas como famílias de baixa renda as que têm renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa.

O Cadastro Único possui informações sobre as condições sociais de todos os seus cadastrados. Isso origina um gigantesco banco de dados que permite conhecer, de forma detalhada a realidade socioeconômica dessas famílias, incluindo informações como: características do domicílio, formas de acesso a serviços públicos essenciais e dados de cada um dos componentes da família. Em outras palavras, permite conhecer melhor as famílias de baixa renda, suas demandas, vulnerabilidades e potencialidades, podendo ser empregado para auxiliar na seleção de públicos-alvo e no desenho de políticas públicas capazes de promover a melhoria das condições de vida dessa população.

Abaixo apresentamos o número de famílias e total de pessoas no Cadastro Único ao longo do ano de 2023.



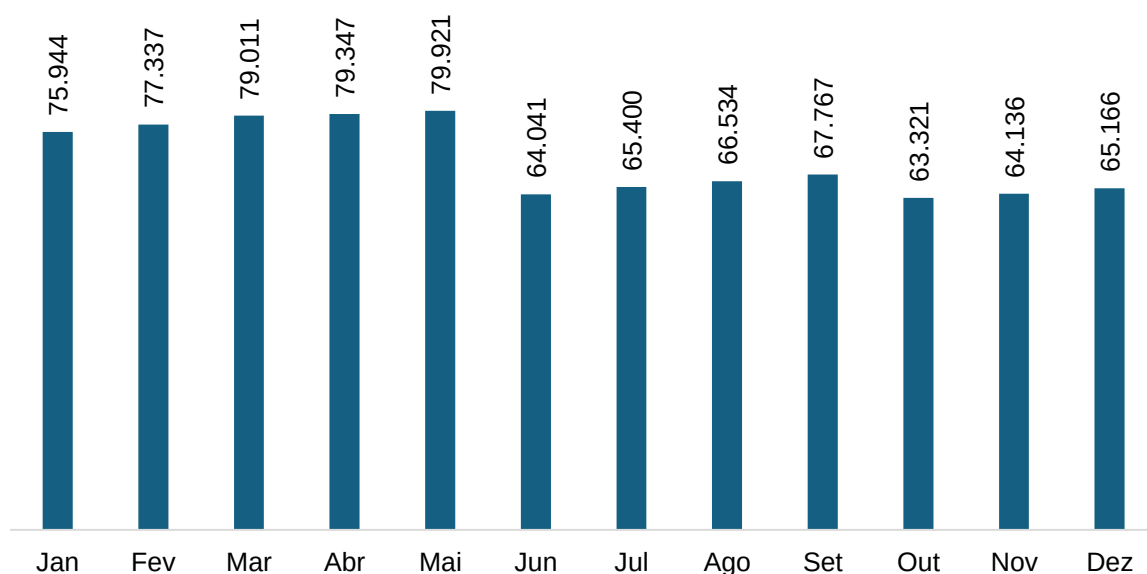
Pessoas no Cadastro Único - 2023



Do total de famílias cadastradas, o gráfico abaixo apresenta aquelas em situação de pobreza. Em janeiro, representavam 58% das famílias, passando essa proporção para 45% em dezembro. Como é possível observar, há uma diminuição no número de famílias em situação de pobreza, acentuada a partir do mês de junho.

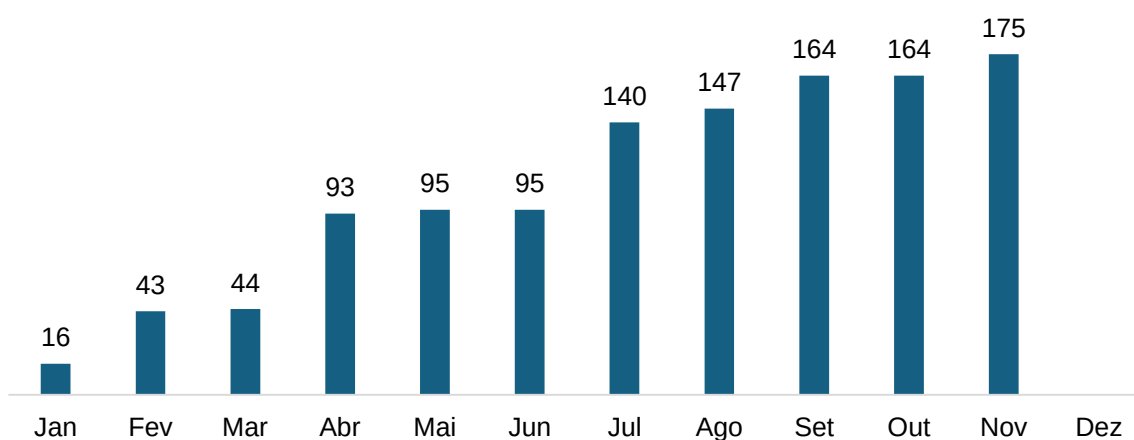
Importante ressaltar que a Portaria Interministerial MPS/MDS nº 30, de 9 de maio de 2023 “autoriza a interoperabilidade de dados do CNIS e do Cadastro Único e estabelece um novo processo para registro automático de rendas formais das famílias identificadas em outros registros administrativos do Governo Federal”. Em decorrência disso, em junho de 2023 foi concretizado o primeiro “povoamento de renda” no Cadastro. Assim, as informações sobre a renda das pessoas da família, até então autodeclaradas, passaram a ser alimentadas automaticamente, por meio do cruzamento com outras bases de dados federais.

Famílias em situação de pobreza



Outro aspecto importante a destacar foi o aumento no número de famílias indígenas cadastradas, que passou de 16 em janeiro para um total de 175 em novembro (último mês com informações disponíveis). Podemos relacionar esse crescimento às ações realizadas pela Coordenadoria, em parceria com o Instituto Etnocidades, para identificação das famílias e pessoas indígenas que estão residindo em Campinas.

Famílias indígenas no cadastro único



5 - Programas e benefícios

O Cadastro Único é utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal, de acordo com os critérios de cada programa. Em Campinas, em 2023 iniciou-se a execução de dois novos programas municipais, o Renda Campinas e os Benefícios Eventuais. Dentre eles, destacamos o Auxílio Natalidade, que se utiliza da base do Cadastro Único para seleção de seus beneficiários e tem a gestão operacional e processo de pagamento sob responsabilidade da Coordenadoria.

Seguem abaixo a síntese do número de beneficiários em cada programa e os valores repassados aos usuários.

5.1 - Auxílio Brasil

O Programa Auxílio Brasil foi pago até fevereiro, sendo que em março voltou a ser nomeado como Programa Bolsa Família.

AUXILIO BRASIL			
	FAMÍLIAS	REPASSE TOTAL	VALOR MÉDIO
JAN	63026	R\$ 39.138.633,00	R\$ 621,04
FEV	62850	R\$ 38.047.133,00	R\$ 605,47

5.2 – Programa Bolsa Família

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA			
Mês	Famílias	Valor repassado	Valor médio
Mar	65.953	R\$ 44.245.844,00	R\$ 673,73
Abr	59.379	R\$ 40.012.240,00	R\$ 676,82
Mai	61.872	R\$ 42.001.114,00	R\$ 678,93
Jun	61.767	R\$ 43.566.105,00	R\$ 705,33
Jul	59.971	R\$ 40.334.443,00	R\$ 672,71
Ago	62.889	R\$ 42.575.817,00	R\$ 677,13
Set	63.057	R\$ 43.070.808,00	R\$ 683,13
Out	63.929	R\$ 43.436.371,00	R\$ 679,51

Nov	62.814	R\$	41.802.571,00	R\$	668,81
Dez	62.376	R\$	41.708.384,00	R\$	671,70

AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS		
Mês	Famílias	Valor
Fev	20.343	R\$ 112,00
Abr	18.712	R\$ 112,00
Jun	18.239	R\$ 109,00
Ago	18.332	R\$ 108,00
Out	16.948	R\$ 106,00
Dez	17.459	R\$ 104,00

O valor do auxílio gás é fixado conforme preço de referência divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ocorrendo alterações de valor de acordo com esses dados.

5.3 – Benefício de Prestação Continuada

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC						
	PÚBLICOS		REPASSES		TOTAIS	
Mês	PCDs	Idoso	PCDs	Idosos	Beneficiários	Repasses
			R\$	R\$		R\$
Jan	8.754	10.296	11.411.055,15	13.418.511,73	19.050	24.829.566,88
Fev	8.830	10.386	11.502.225,45	13.535.707,31	19.216	25.037.932,76
Mar	8.900	10.460	11.598.597,90	13.634.668,10	19.360	25.233.266,00
Abr	9.029	10.565	11.765.259,37	13.777.881,33	19.594	25.543.140,70
Mai	9.097	10.632	12.028.217,79	14.054.149,22	19.729	26.082.367,01

Jun	9.241	10.791	R\$ 12.209.076,04	R\$ 14.270.634,86	20.032	R\$ 26.479.710,90
Jul	9.394	10.851	R\$ 12.409.699,81	R\$ 14.347.194,47	20.245	R\$ 26.756.894,28
Ago	9.554	10.998	R\$ 12.620.898,89	R\$ 14.541.228,16	20.552	R\$ 27.162.127,05
Set	9.606	11.080	R\$ 12.696.114,08	R\$ 14.660.018,17	20.686	R\$ 27.356.132,25
Out	9.997	11.233	R\$ 13.201.706,79	R\$ 14.846.145,24	21.230	R\$ 28.047.852,03
Nov	10.143	11.335	R\$ 13.400.542,81	R\$ 14.977.586,87	21.478	R\$ 28.378.129,68
Dez						

5.4 – Programa Renda Campinas

No ano de 2023 foi implantado o programa de transferência de renda municipal, Programa Renda Campinas, instituído pela Lei nº 16.335, de 21 de dezembro de 2022, para enfrentamento da vulnerabilidade social no Município e regulamentado pelo Decreto nº 22.612, de 19 de janeiro de 2023.

O objetivo do Programa é atender as famílias em situação de vulnerabilidade social, caracterizada por situação de pobreza e/ou extrema pobreza, ou seja, famílias com renda mensal, por pessoa, de até R\$ 210,00¹ (duzentos e dez reais), considerando ainda como indicadores de vulnerabilidade a presença de crianças com idade entre 0 e 6 anos (primeira infância), a presença de pessoa idosa e/ou a presença de pessoa com deficiência na composição familiar.

A identificação e a inclusão das famílias são feitas por meio do Cadastro Único para Programas Sociais, de acordo com a renda familiar informada bem como a presença dos indicadores de vulnerabilidade elencados pelo Programa Renda Campinas.

O Programa considera três tipos de grupos, sendo:

¹ O valor da per capita foi atualizado para R\$ 218,00, acompanhando as normativas que regem o Cadastro Único e os Programas Sociais do Governo Federal.

A -Famílias chefiadas por mulheres, que possuam na composição familiar 02 (duas) ou mais crianças de 0 a 6 anos de idade e/ou pessoa idosa entre 60 e 65 anos.

B - Famílias que possuam pessoa idosa, pessoa com deficiência e/ou criança de 0 a 6 anos de idade, cuja composição familiar seja igual ou superior a 03 pessoas na mesma residência.

C -Famílias que possuam pessoa idosa, pessoa com deficiência e/ou criança de 0 a 6 anos de idade, independente da composição familiar.

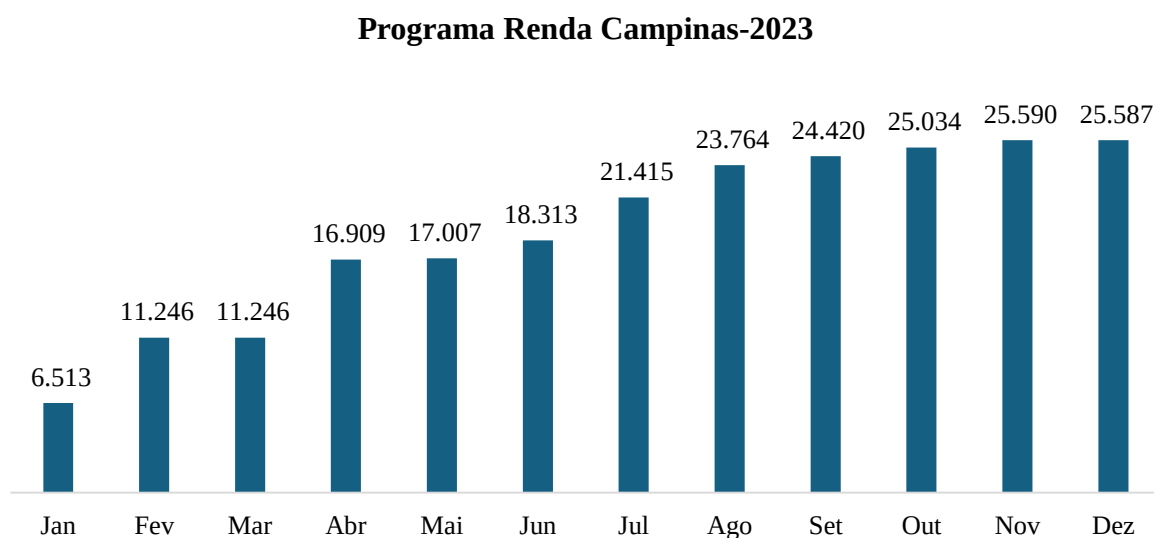
Considerando o primeiro ano de execução do Programa, atendemos em 2023 uma média de 25.000 famílias, sendo o valor do benefício pago de acordo com os grupos, conforme abaixo:

Grupo A -Valor mensal de 45 (quarenta e cinco) Unidades Fiscais do Município de Campinas – UFICs, correspondendo a R\$ 201,61 (duzentos e um reais e sessenta e um centavos).

Grupo B - Valor mensal de 35 (trinta e cinco) Unidades Fiscais do Município de Campinas – UFICs, correspondendo a R\$ 156,81 (cento e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos).

Grupo C - Valor mensal de 30 (trinta) Unidades Fiscais do Município de Campinas – UFICs, correspondendo a R\$ 134,40 (cento e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

O gráfico a seguir demonstra o número de famílias incluídas mês a mês, com a demonstração, na tabela abaixo, da distribuição das famílias de acordo com os Grupos estabelecidos no Programa.



PROGRAMA RENDA CAMPINAS				
Mês	Total	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Jan	6.513	1.439	3.066	2.008
Fev	11.246	3.741	5.425	2.080
Mar	11.246	3.741	5.425	2.080
Abr	16.909	3.979	7.732	5.198
Mai	17.007	4.016	7.779	5.212
Jun	18.313	4.322	8.317	5.674
Jul	21.415	4.951	9.832	6.632
Ago	23.764	5.345	10.604	7.815
Set	24.420	5.498	10.804	8.118
Out	25.034	5.617	11.020	8.397
Nov	25.590	5.742	11.147	8.701
Dez	25.587	5.741	11.146	8.700

Obs.: os recursos referentes ao primeiro mês de participação no Programa foram repassados em fevereiro, considerando os prazos para implantação e início das ações do programa, resultando no pagamento de 02 parcelas em fevereiro (a 1ª – correspondente a janeiro e a 2ª – correspondendo ao mês de fevereiro).

O valor total repassado às famílias no ano de 2023 foi de R\$ 36.446.050,72 (trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cinquenta reais e setenta e dois centavos).

Em relação ao número de famílias beneficiadas pelo Programa Renda Campinas podemos observar um processo de inclusão gradual, necessário para a implantação e permitindo identificar as famílias que estavam dentro dos critérios para acesso ao Programa, bem como para a comprovação do tempo de moradia em Campinas, que aconteceu de forma automática apenas nos casos em que o Cadastro Único da família foi feito há mais de 02 anos.

Também podemos observar que o grupo B, representado por famílias com a presença dos indicadores de vulnerabilidade adotados pelo Programa e uma composição familiar de 03 ou mais pessoas, atendeu uma média de 8.524 famílias no ano, representando 45% do perfil das famílias atendidas. O grupo C representou 31% e, 24% correspondem ao grupo A.

5.5 – Benefício Eventual Municipal (BEM) – Auxílio Natalidade

Os benefícios eventuais são garantidos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, constituindo-se em uma oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades.

Em Campinas, a Lei Municipal nº 16.334, de 21 de dezembro de 2022, instituiu a concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Campinas, sendo regulamentada pelo Decreto nº 22.705, de 08 de março de 2023.

O Benefício Eventual por situação de nascimento, na forma de Auxílio-Natalidade, para indivíduos e/ou famílias residentes em Campinas, constitui-se de uma prestação temporária de assistência social, em pecúnia, com o fim específico de reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

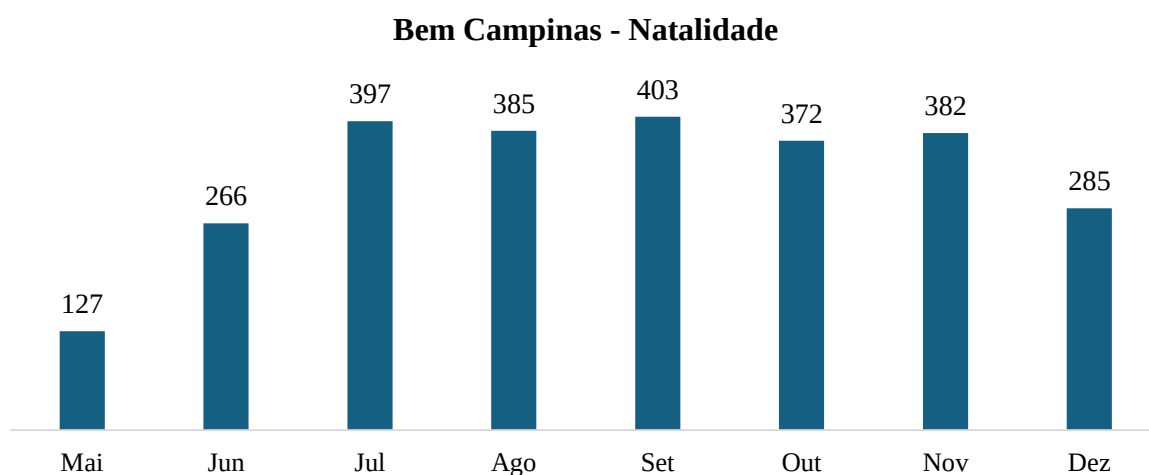
O valor do benefício corresponde ao total de 81 (oitenta e uma) UFIC's (Unidade Fiscal de Campinas), sendo pago em 03 (três) parcelas mensais e consecutivas de 27 (vinte e sete) UFIC's cada e, concedido à família em número igual ao de ocorrência de nascimentos.

Usando como referência o valor da UFIC em 2023, o valor total do auxílio-natalidade foi estabelecido em R\$ 362,90 (trezentos e sessenta e dois reais e noventa centavos).

O requerimento do benefício deve ser realizado nos serviços da rede socioassistencial, ofertados nos CRAS, DAS, CREAS e organizações da sociedade civil, em até 90 (noventa) dias após o nascimento ou, do falecimento da mãe ou da criança.

Os procedimentos operacionais para o pagamento, realizado diretamente ao beneficiário, por meio da Caixa Econômica Federal, estão sob a responsabilidade da Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social.

Abaixo apresentamos o gráfico com o número de parcelas pagas mensalmente, representando o atendimento total a 986 famílias durante o ano de 2023.



6 - PROCAD - Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no SUAS

O MDS, em 15/02/2023, publicou a Resolução CNAS/MDS no. 96 que instituiu o Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD – SUAS).

O programa tem como princípios o fortalecimento da capacidade institucional do atendimento integral e de cadastramento das famílias vulneráveis no Cadastro Único no SUAS, através da disponibilização de recursos, pelo MDS, para contratação e remuneração de pessoal, aquisição e alocação de bens e serviços para os postos de atendimento; o atendimento prioritário das famílias pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), em especial a população em situação de rua, os povos indígenas e as crianças em situação de trabalho infantil; a atualização e qualificação permanente das informações constantes do Cadastro Único e o fortalecimento da articulação do Cadastro Único com as ofertas socioassistenciais do SUAS.

O Plano de Ação elaborado e em execução pela CTRCS, atendendo a demanda referente ao PROCAD/SUAS, estabeleceu dois objetivos estratégicos de ação para 2023/2024:

a) Realizar prioritariamente, a atualização e regularização dos registros dos cadastros unipessoais; a busca ativa das famílias pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE); a população em situação de rua, os povos indígenas, as crianças em situação de trabalho infantil, que são públicos de processos de qualificação do CadÚnico.

Para o Cadastro Único as famílias unipessoais, são aquelas que só têm uma pessoa moradora, inscrita no Cadastro Único e com informações indicando que existem mais pessoas morando

na mesma residência, com renda familiar de até meio salário-mínimo (R\$ 606), devem atualizar seus dados através do processo de Averiguação Cadastral Unipessoal.

b) Articular ações intersetoriais, de mobilização para comunicação, ações coletivas e realização da busca ativa do público prioritário; bem como, através dos serviços da rede socioassistencial nos territórios, com vistas a ampliação do acesso dos beneficiários junto aos postos de atendimento (fixo ou móvel) do CADÚNICO.

Dentre as ações iniciadas, destacamos:

6.1 - Gestão e Articulação

- Realização de reunião com o gabinete + diretores das áreas para apresentação da proposta e o envolvimento dos respectivos serviços no processo.
- Preparação e realizar a capacitação da equipe de cadastradores do CADÚNICO: Integração da equipe, apresentação das novas normativas e procedimentos do Cadastro Único, Bolsa Família e o PROCAD.
- Realização do cruzamento mensal de dados dos beneficiários (SIGM e CAD) identificando se estão ativos e necessidade de atendimento e encaminhar e/ou discutir com os serviços responsáveis pelo atendimento de cada público especificado no PROCAD.
- Execução do cronograma mensal de ações de busca ativa nos territórios através da CADUNICO Móvel – em parceria com a rede socioassistencial, bem como, nos pontos espontâneos solicitados pelas organizações comunitárias, priorizando a convocação dos públicos prioritários do PROCAD.
- Participação no encontro de capacitação regional SUDESTE/BH – sobre o planejamento e gestão do PROCAD nos municípios - plano de ação/desafios/resultados/monitoramento – organizado pelo MDS.
- Apresentação da proposta do PROCAD para a reunião da Comissão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda do CMAS e demais setores.
- Apresentação das propostas das ações do PROCAD na reunião do Grupo Gestor dos Programas de Transferência de Renda, com a participação da CTRCS e do DOAS, bem como a discussão e organização de ações conjuntas da busca ativa, em especial o BPC, nos territórios e monitoramento dos resultados.
- Apresentação do PROCAD e discussão de estratégias de mobilização junto a Coordenadoria de Parcerias /DOAS, com vistas a sensibilização e mobilização da rede de SCFV para a busca ativa das famílias nos territórios.

6.2 – Articulação e Mobilização nos Territórios

Participantes	Número	Objetivo
CREAS	3	Sensibilização e discussão de estratégias com as equipes para a busca ativa dos beneficiários referentes aos respectivos serviços
CREAS e Equipe do MVM	7	
POP RUA e equipe	3	
Diretora do DDH/SMASDH e Coordenador CEPPIR	4	Sensibilização e discussão de estratégias de busca ativa junto aos Indígenas, quilombolas e Comunidade de Terreiro.
Coordenadoria de Parcerias/DOAS e representantes dos SCFV e de equipamentos públicos (DAS/CRAS) das regiões: Leste, Norte, Sul, Sudoeste e Noroeste.	137	Sensibilização, capacitação para multiplicadores para a busca ativa das famílias nos territórios de abrangência dos serviços; e, articulação com os atores sociais e lideranças da comunidade. Distribuição de material de divulgação.

SISTEMA INTEGRADO DE GOVERNANÇA MUNICIPAL - SIGM

Da Capacitação

- No ano de 2023, fornecemos treinamento do SIGM para 370 profissionais da Rede Socioassistencial, atendendo tanto ao setor público quanto ao privado (OSCs).
- Nesse mesmo período, o sistema contou com 331 novos usuários, que participaram dos treinamentos e receberam senha de acesso ao sistema.
- Para atender à nova ferramenta do Benefício Eventual Natalidade, 252 profissionais da rede pública e privada participaram de uma capacitação específica no SIGM. O treinamento também incluiu a discussão do relatório do Programa Renda Campinas, que traz informações pertinentes sobre as famílias para os serviços.

Do desenvolvimento do Sistema

Foram realizadas 16 reuniões para discutir o desenvolvimento de novas funcionalidades para o SIGM desde a data de vigência do novo contrato, sendo as principais:

- Aprimoramento do prontuário da família, incluindo a funcionalidade de atendimento individual e em grupo;
- Aprimoramento das interfaces do sistema;
- Implementações no sistema para receber a base Caixa devido a alterações de layout;
- Implantação do módulo de gestão do Benefício Eventual Natalidade, que consiste em uma ferramenta para solicitação e avaliação do benefício, bem como relatórios, folhas de pagamento, arquivos de localização para a Caixa, registros de atendimento, anexação de comprovantes de endereço da família, certidões de nascimento e óbito;
- Implantação do módulo de gestão do Programa Renda Campinas, que envolve relatórios, folhas de pagamento, arquivos de localização para a Caixa, registros de atendimento e anexação de comprovantes de endereço da família.
- A criação de manuais foi feita para a nova ferramenta do Benefício Eventual Natalidade, incluindo as funcionalidades de Solicitação e Avaliação do benefício, com instruções de registro para a Rede Socioassistencial.
- O desenvolvimento de manuais também ocorreu para a Rede Socioassistencial, enfatizando as principais funcionalidades do sistema, incluindo as atualizações de 2023 para o prontuário da família, com os registros de atendimento individual e em grupo.
- Foi realizado treinamento do SIGM para os servidores da SETEC, com o objetivo de viabilizar o acesso ao sistema para a verificação das informações sociais das famílias cadastradas, facilitando as formas de acesso ao auxílio-funeral.

III - Resultados Alcançados

- Equipe capacitada para atender a população de acordo com as novas normas;
- Estruturação do espaço físico da coordenadoria visando a implantação de dois setores;
- Implantação do Programa Renda Campinas;
- Implantação do Benefício Eventual – natalidade;
- Implantação de melhorias no SIGM (Sistema Integrado de Governança Municipal);
- Aquisição de novos computadores;
- Aquisição de notebooks para ações especiais.

IV – Desafios

- Novas regras de averiguação cadastral do Governo Federal, que aumentou a demanda por atendimento e exigiu capacitação com a equipe;

- Implantação de regras diferenciadas para os registros Unipessoais que trouxe a obrigatoriedade de Upload de documentos antes não exigidos pelo Cadastro Único;
- Aumento das solicitações de cadastro em domicílio causado pelas mudanças de regras das averiguações, porém sem aumento do número de veículos disponíveis para as ações do Cadastro Único;
- Problemas constantes nos sistemas do Governo Federal, que ocorreram várias vezes durante as implantações das novas versões no Cadastro Único;
- Início do programa de transferência de renda municipal - Renda Campinas, e da implantação dos benefícios eventuais, exigindo adequações imediatas no SIGM e desenvolvimento de novas funcionalidades
- Mudanças constantes na equipe de atendimento uma vez que se trata de um contrato de prestação de serviços que atende várias secretarias da Prefeitura de Campinas (contrato IMA), sendo que o prestador de serviço pode solicitar mudança de local ou participar de processos seletivos internos para ascensão profissional, gerando necessidade de treinamento de novos atendentes.

V - Metas para 2024

- Aumentar a oferta de cadastro em domicílio tendo em vista a demanda atual, uma vez que as novas portarias têm trazido públicos que exigem a atualização cadastral por meio de visita obrigatória;
- Ampliar em mais três unidades de atendimento móvel, completando uma para cada região do município;
- Ampliar as capacitações dos entrevistadores sociais;
- Consolidar, por meio da estrutura da SMASDH, os setores de Cadastro Social e Benefícios Sociais ligados a CTRCS.

SETOR DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SGI

a. Atividades Realizadas em 2023

Painéis Interativos: Desenvolvimento e divulgação de painéis interativos (painéis de *Business Intelligence*) sobre: Violência, Cadastro Único e Censo SUAS.



Figura 1 - Tela de apresentação do Painel de Violências. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmRlZDczOTUtODc5Ny00OGU4LWJiZDUtNjYxZjg3MGZiZTc5IiwidCI6IjVhMTc3ZWZkLTRhMWUtNDRiZS05Y2QwLTZiNTliMTlhkZWJjZSJ9>

Dimensionamento de Equipes de Trabalho: Realização de estudo para dimensionamento da equipe de trabalho da CSAC visando adequar o número de técnicos do setor ao volume de trabalho. A metodologia adotada envolveu coleta de dados junto aos técnicos e gestores do setor, com posterior validação coletiva dos resultados.

Atendimento a solicitação de informações: ao longo do ano, o setor atendeu a diversas solicitações de informações que foram requisitadas pelos serviços, pelas OSC's e pelas Universidades.

Devolutiva dos resultados da escuta das usuárias/usuários: realizado em 23/01/23, encontro com usuárias/usuários para apresentação/análise do material produzido a partir das contribuições destes na discussão sobre a cidade e os serviços da política pública de Assistência Social em Campinas. Além de terem contribuído para correção de informações, complementaram com novas análises, o que foi acrescido no documento que foi finalizado.

Socialização/discussão da síntese do Estudo socioterritorial: a partir de convite do CMAS, o grupo constituído à época, como GT Estudo Socioterritorial, organizou e realizou cinco encontros descentralizados nas regiões: Norte, Noroeste, Leste, Sudoeste e Sul, entre os dias 30/01 e 03/02/2023, como apoio na preparação da XV Conferência Municipal de Assistência Social.



Figura 2 - 1o Encontro Formativo preparatório para a Conferência Municipal de Assistência Social de Campinas. Foi realizado nas cinco regiões de Campinas. Na imagem, temos o encontro na região noroeste.

Presença em ações de mobilização e troca de conhecimento nos territórios: a) Finalização do processo de apoio à Intersetorial Maritacas (Sousas/Joaquim Egídio) em 02/03/2023, para darem sequência à produção do Estudo Socioterritorial local, a partir dos subsídios trabalhados no coletivo em 2022, com apoio do setor; b) início de apoio/articulação com a gestão do DAS Leste para estruturação de proposta de estudo socioterritorial nas áreas de abrangência da AR 14, CRAS Anhumas, e Centro. Para tanto, estamos buscando, em parceria, aproximação, também, com a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Saúde. Até dezembro de 2023.

Realização de discussão sobre a Política Pública de Assistência Social, Vigilância e importância do trabalho intersetorial com cursistas da residência em Saúde do município de Campinas, à convite do CETS. Atividade ocorreu em 10/03/2023.

Articulação com Centro de Referência de Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa de Campinas e com setor de Gestão do Cadastro Único municipal - para parceria na elaboração de Boletim sobre o tema, a partir de informações do Cadastro Único. Foi percebida a necessidade de ação anterior de formação dos cadastradores

quanto à temática e isso ocorreu em junho de 2023. A eleição do período dos dados a serem analisados está em construção. Também está sendo estruturada pesquisa qualitativa para aplicação junto às cadastradoras e cadastradores. O instrumental foi elaborado entre novembro e dezembro de 2023 e será revisado pelo Centro de Referência no período subsequente.

Apresentação de proposta conjunta SMASDH-LABEUB/Unicamp junto à FAPESP:

reuniões, contatos, pesquisa bibliográfica, documental, realização de orçamentos, elaboração de textos, e-mails, estratégias de articulação com DOAS, profissionais, pesquisadores, dentre outras ações, para elaboração de projeto conjunto, no âmbito do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas e envio do mesmo para apreciação da FAPESP. Até julho 2023.

Realização do Curso de Estudo Socioterritorial em parceria com a EGDS:

Realização de curso de 50 horas sobre o tema “Estudo Socioterritorial no trabalho com políticas públicas”, para trabalhadores do poder público e organizações da sociedade civil da área da Assistência Social (CRAS, CREAS), Direitos Humanos, Segurança Pública estadual, além de profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria de Planejamento.

O curso contou com grande diversidade de estratégias metodológicas, desde aulas expositivas-teóricas-dialogadas, exercícios individuais e grupais, aulas práticas em laboratório de informática, bem como visita *in loco* ao território do Parque Shaloon.

Também houve grande diversidade de educadores envolvidos, contando com professores da Unicamp, PUC-SP, Fundação SEADE e um Educador Popular com atuação em Campinas. Os trabalhadores do Setor de Gestão da Informação atuaram como educadores, além de terem sido responsáveis pela elaboração da proposta do curso, coordenação geral e realização dos processos administrativos e logísticos necessários para a efetivação do mesmo. O curso ocorreu entre 15/08 a 08/11/2023.

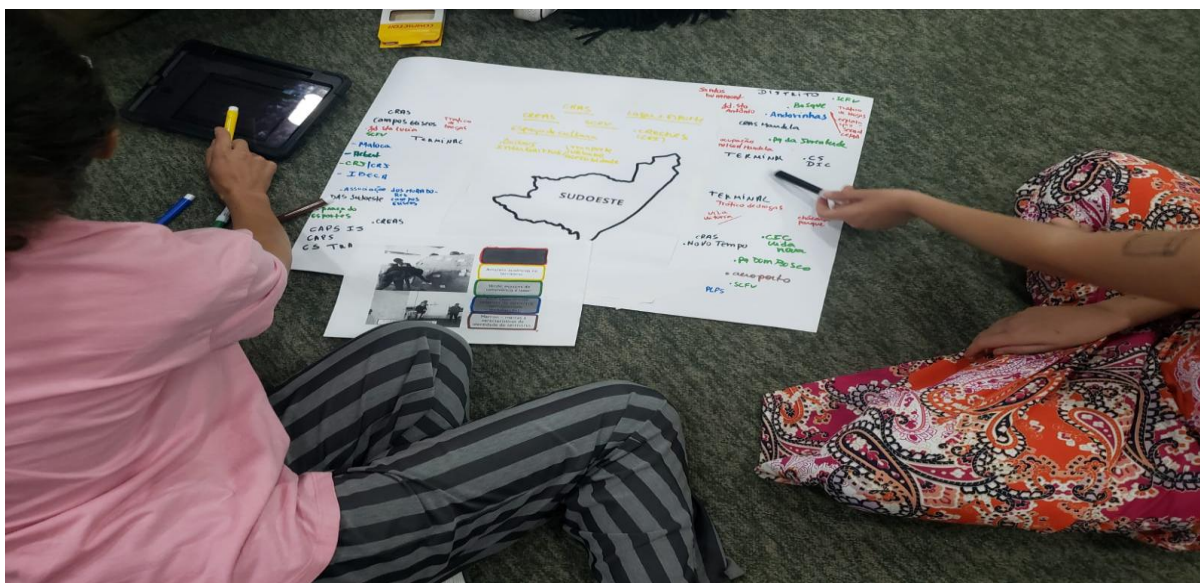


Figura 3 - Elaboração de Mapa Falado durante aula do Curso de Estudo Socioterritorial.

Realização do Censo SUAS: Realização do Censo SUAS 2023 e devolutiva dos resultados do Censo 2022 ao DOAS (quatro fóruns de gestão central, da proteção social básica, especial de média e alta complexidade).

Formalização de parceria de cooperação técnica com o LABEUB da Unicamp: procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos em curso, para formalizar acordo de cooperação técnica para o estudo da temática vulnerabilidade social.

Retomada de parceria para elaboração de Boletim acerca da temática “violência contra mulheres”: será feito novo boletim, em conjunto com pesquisadora Thamiris Smania, da Unicamp (saúde coletiva) acerca da temática na relação com dados disponíveis sobre atendimentos na rede da Assistência Social e SISNOV/SINAN. Em dezembro/2023 houve reunião para construção das estratégias para efetivar o estudo em tela.

b.Resultados Alcançados

Os painéis interativos foram apresentados em diversas oportunidades, tendo impacto positivo em relação ao seu uso e alcance. Atualmente, encontra-se disponível na página da SMASDH o Painel de Violências, o qual foi apresentado formalmente no lançamento do agosto Lilás e, previamente, no Gabinete do Prefeito. Os painéis do Censo SUAS e do Cadastro Único foram apresentados em reuniões com trabalhadores da SMASDH e Cadastradores do CadÚnico.

Por meio destes painéis foi possível ter acesso a dados quantitativos de forma ágil e interativa, permitindo a todos os interessados a realização de análises, relatórios e estudos sem a necessidade de extensos processamentos de dados. Muitas informações que anteriormente

seriam solicitadas diretamente ao setor agora poderão ser acessadas através dos painéis, otimizando o caminho para o usuário dos dados e também para a equipe do SGI.

O Dimensionamento de equipe realizado na CSAC apontou para um aumento do número de profissionais visando adequar o volume de trabalho ao tamanho da equipe. Serviu de base, como argumento técnico, para subsidiar a solicitação de contratação de mais profissionais para o setor.

As articulações, ações de mobilização e troca de conhecimentos, bem como as construções com pesquisadores e universidades promoveram um estreitamento de laços com o DOAS, com a rede da Assistência Social, Direitos Humanos (Centro de Referência de Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa), Planejamento, Saúde, EGDS, LABEUB/Unicamp, Coordenadoria do Cadastro Único.

Estas ações, associadas à realização do Curso de Estudo Socioterritorial, promoveram a ampliação da discussão coletiva sobre formas de realização de estudos socioterritoriais e temáticos.

Houve importante reconhecimento dos participantes (e rede vinculada) quanto aos impactos positivos do curso Estudo Socioterritorial no trabalho com Políticas públicas. Seguem, como ilustração, partes de avaliações feitas por alguns dos cursistas:

“Primeiramente, destaco que a própria proposição do curso é diferenciada no cronograma, sua extensão, composição do quadro de professores e perspectiva de análise. (...) Os temas nodais para a Política Pública apresentados trouxeram acréscimos importantes, sobretudo porque entrelaçados à realidade do município, referências teóricas e gotas de literatura com citações que instigam outros olhares e perspectivas. (...) Com a perspectiva de seguir remexendo nos conceitos e ações capitais para o trabalho profissional, comunico o bem-estar no espaço do curso, a validade do mesmo enquanto trabalhadora do SUAS e a inclinação gerada por retomar contextos de estudo. Portanto, a organização das atividades, o formato dialogado, a captura de tela das Políticas Públicas por parte dos mediadores responsáveis, extrapolam as expectativas com o curso”. (Participante A)

“Metodologia/Didática/Conteúdo teórico: ótimo planejamento e execução das estratégias metodológicas. Excelente acolhimento e didática para a problematização das discussões e reflexões (quantitativas / qualitativas). Profissionais/Educadores e convidados com grande bagagem de conhecimento teórico e profissional. (...)” (Participante B)

“(...) A visão de outros colegas e os debates são sempre incentivados e alimentados para que possamos pensar coletivamente. O olhar para as informações e o aprofundamento com viés de possibilitar melhoria e novas abordagens para as políticas públicas”. (Participante C).

“Tenho aprendido que é possível - dada certa metodologia e crítica - qualificar os números. Tenho aprendido que é impossível desconsiderar a história de um território quando fazemos um estudo sobre ele. Tenho aprendido que o Estudo socioterritorial também serve para perceber a potência dos grupos que compõem aquela comunidade. (...) . Estou gostando muito do curso! Sinto que estou ficando mais inteligente, hehe. Um passo para a sabedoria”.

(Participante D)

“(...) A Pesquisa Participativa trouxe boas reflexões em relação à execução do serviço com as famílias, além de melhor planejamento das ações”. (Participante E)

“Acredito que o Curso de Estudos Socioterritoriais tenha sido um grande laboratório intersetorial. Ficou evidente que a montagem/formatação do curso e a seleção dos participantes foi muito cuidadosa e criteriosa. Isso garantiu altíssima qualidade das aulas e um excelente nível de participação e debate. Ao longo desses quase 3 meses, vivenciamos um ambiente muito rico que nos permitiu conhecer e estreitar laços com os colegas das outras Secretarias. Um ambiente para se desenvolver a intersectorialidade na prática (...)”.

(Participante F)

c.Desafios

- O número restrito de profissionais técnicos da área social dificulta a maior articulação com serviços, territórios, universidades, conselhos e gestão.
- A falta de profissionais de tecnologia da informação e da geografia limita o acesso e o tratamento de dados/ informações de forma mais rápida e georreferenciada.
- A ausência de profissional administrativo leva a limites considerando que parte das ações dessa natureza são feitas por técnicos.
- d.Metas para 2024
- Afinar a proposta metodológica de realização de estudos de forma coletiva, participativa, de maneira que fiquem ainda mais amplos, envolvendo novos sujeitos, redes intersectoriais, usuárias/usuários, áreas públicas de produção de dados e informações;
- Ampliar o número de profissionais técnicos do setor de forma a favorecer que a equipe possa se fazer mais presente junto aos diferentes serviços/territórios, trabalhando, coletivamente, as informações e subsidiando as tomadas de decisões em todas as instâncias;
- Publicizar Painéis do Cadastro Único e Censo SUAS, assim como os Boletins elaborados;

- Finalizar a elaboração do Painel de Parcerias;
- Finalizar a elaboração do Painel de Benefícios;
- Potencializar a disseminação de informações a partir da elaboração e lançamento do novo site da Vigilância Socioassistencial;
- Elaborar Boletins (Questão étnico racial nos dados do Cadastro Único; e outro sobre violência de gênero em Campinas e sua relação com as chamadas Rotas Críticas/ rede de serviços - tema ainda em fase de amadurecimento);
- Apoiar a região leste na discussão sobre realidades regionais e microrregionais (estudos do território).

ÁREA DE REPASSES - AR

Responsável pela formalização de termos de colaboração e fomento, provenientes de recursos repassados por meio do FMPIC, FMDCA, FMAS e Emendas Parlamentares realizando as seguintes atribuições:

- receber, analisar, instruir e acompanhar processos via SEI referentes a editais, resoluções e emendas parlamentares;
- orientar as OSC's através de contato telefônico e e-mail;
- consultar, analisar e emitir certidões das organizações da sociedade civil;
- elaborar banco de dados;
- confeccionar despachos e encaminhamentos;
- alimentar dados no Sistema AUDESP;
- publicar matérias no DOM.

Atividades Realizadas em 2023

Formalização de 167 termos, sendo:

➤Termos de Colaboração - Repasses FMAS (PRORROGAÇÃO VIGÊNCIA)

PRORROGAÇÃO VIGÊNCIA	PROCESSOS
Edital 05/2019 - PSEA	1
Dispensa PCD	14

Dispensa PSEA	14
Edital 06/2019 - BÁSICA	47
Edital 07/2019 - PSEA	3
Edital 08/2019 - PSM	6
Edital 09/2019 - SC	14
Edital 01/2022 - SC - PSEM	1
Edital 05/2022 - PSEA	4
Edital 07/2022 - SC - PSEA	1
Edital 08/2022- PSEA	1
Dispensa - Projeto Experimental	1
Quantidade	107

➤ **Termos de Colaboração - Repasses FMAS (NOVOS)**

NOVOS	PROCESSOS
Edital 01/2023 – Centro Dia da Pessoa Idosa	1
Dispensa PSEA - Casa Lar	4
Dispensa PSEA - Residência Inclusiva	1
Dispensa PSEA - Abrigo	1
Quantidade	7

➤ **Termos de Colaboração – Emenda Parlamentar**

NOVOS	PROCESSOS
Recurso Federal	2
Quantidade	2

➤ **Termos de Fomento – Emenda Parlamentar**

NOVOS	PROCESSOS
Recurso Municipal	27
Recurso Estadual	3

Recurso Federal	1
Quantidade	31

Publicação de 05 editais, sendo:

- Edital de Chamamento nº 01/2023 - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas e suas Famílias - Centro Dia da Pessoa Idosa;
- Edital de Chamamento nº 02/2023 - Serviço de Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (revogado);
- Edital de Chamamento nº 03/2023 - Serviço Complementar para Pessoas Adultas em Situação de Rua - Casa da Cidadania;
- Edital de Chamamento nº 04/2023 - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Autismo e suas Famílias em Centro Dia de Referência;
- Edital de Chamamento nº 05/2023 - Serviço de Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Resultados Alcançados

- Envio dos processos para a comissão de monitoramento e avaliação para homologação dos relatórios da CSAC e CSGC;
- Publicação de novos Editais;
- Formalização de termos aditivos de colaboração e novos termos de colaboração e fomento.

Desafios

- Estruturação da Área de Repasses;
- Fluxo e formalização das Emendas Parlamentares Municipais;
- Alimentação de dados no Sistema AUDESP.
-

Metas para 2024

- Estruturação da Área de Repasses;
- Fluxo de processos referentes a editais, resoluções e emendas parlamentares;
- Comunicação entre os departamentos/setores;
- Prazos gerais;
- Alimentação de dados no Sistema AUDESP.

COORDENADORIA SETORIAL DE AVALIAÇÃO E CONTROLE - CSAC

1.Apresentação

No SUAS, a Vigilância Socioassistencial caracteriza-se como uma das funções da assistência social, ao lado da proteção social e da defesa socioinstitucional, assumindo expressão de relevância na formulação e no aprimoramento da condução da Política de Assistência Social, nas esferas municipais, estaduais e federal.

No município de Campinas, a **Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC)** compõe, no organograma da SMASDH, a área da Vigilância Socioassistencial tem como missão o monitoramento e avaliação da rede de serviços socioassistenciais parceirizada desta SMASDH.

O monitoramento consiste em um processo permanente e contínuo, de acompanhamento da execução dos serviços em relação a seus objetivos, metas e atividades executadas pelas OSCs durante toda a vigência da parceria. Deve prover ainda informações para a gestão pública, Conselhos Municipais e demais órgãos de controle.

Este processo se dá através de estratégias, remotas e presenciais, que utilizam como base as informações dos sistemas manuseados e alimentados pela rede socioassistencial, ao longo da vigência da parceria, como o SIGM – Sistema Integrado de Governança Municipal, o CIPS – Coleta de Informações de Programas Sociais e o PDC – Prestação de Contas, além de visitas *in loco* e reuniões para análise e avaliação das ações realizadas no âmbito das parcerias, as quais são descritas a seguir:

➤ **Visitas in loco (presenciais e virtuais):** visitas técnicas realizadas nos serviços com a presença do coordenador e outros profissionais que compõem a equipe de referência, quando são refletidas e analisadas a infraestrutura física, material, recursos humanos, as atividades desenvolvidas em sua consonância com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado, bem como, analisado o cumprimento das metas e a gestão do serviço;

➤ **Reuniões de Monitoramento:** reuniões com os mesmos objetivos acima apontados, porém realizadas fora do espaço físico do serviço ou através de meios virtuais. Nestas reuniões também são obtidos dados do monitoramento de forma geral e discutidas as diretrizes do serviço, bem como esclarecimento de dúvidas, de denúncias e orientações necessárias, além daquelas para pactuação com objetivo de esclarecer, orientar e pactuar prazos e responsáveis de questões referentes ao processo de monitoramento junto à OSC, principalmente em relação ao não cumprimento de orientações realizadas no decorrer do processo;

➤ **Acompanhamento do Sistema de Informação online (CIPS – Coleta de Informações de Programas Sociais):** é um sistema de coleta de dados com instrumental construído por esta CSAC, com a participação dos serviços e de outros setores da SMASDH, onde as OSCS registram mensalmente informações de atividades referentes a gestão do serviço, tais como reuniões de equipe, reuniões de gestão pública do serviço, capacitações bem como as alterações feitas na equipe durante o período. Quando necessário, são enviados tutoriais ou comunicados às OSCs e/ou feitas reuniões virtuais para orientação referente às atualizações;

➤ **Acompanhamento do Sistema de Informação online (SIGM – Sistema de Governança Municipal):** é um sistema em que os serviços registram as vinculações das metas pactuadas para o serviço e as informações das atividades executadas por cada usuário/família atendido(a). A CSAC, em interface com a Coordenadoria Setorial de Transferência de Renda e Cadastro Social, DOAS – Departamento de Operações de Assistência Social e as equipes dos serviços, acompanha tecnicamente o desenvolvimento e atualização do sistema para adequação à realidade dos serviços (GT SIGM). Os dados são extraídos mensalmente e compõem o banco de dados para análise da execução e produção de indicadores.

➤ **Acompanhamento do Sistema de Informação (PDC – Prestação de Contas):** é um sistema que a CSAC utiliza para consulta dos Planos de Trabalho, Planos de Aplicação e Cronogramas de Desembolso, assim como, para análise da natureza técnica das solicitações de despesas e monitoramento dos recursos humanos contratados, transferidos e desligados das OSCs mensalmente, avaliando seus impactos no serviço;

➤ **Contatos telefônicos, e-mails e WhatsApp:** para esclarecimentos de dúvidas em relação à coleta de dados, ao desenvolvimento do trabalho, às solicitações de alterações de despesas, às análises dos planos de trabalho, com orientações necessárias a qualificação dos processos de trabalho junto às OSC, bem como agendamento de reuniões e visitas.

A partir dessas estratégias é que a CSAC elabora os Relatórios de Monitoramento quadrimestralmente, ou de acordo com as demandas de trabalho em outros períodos definidos pela gestão do serviço. Estes relatórios são elaborados pelo técnico de monitoramento e, posteriormente, homologados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, conforme diretrizes da Lei 13.109 de 2014 (MROSC).

Além do processo de monitoramento e avaliação, a CSAC é responsável pelo apoio técnico de algumas etapas do processo de formalização das parcerias, sendo elas: discussão para elaboração dos Termos de Referência dos Serviços; participação na Comissão de Seleção, em conjunto com o DOAS - Departamento de Operações de Assistência Social, na análise das propostas apresentadas na ocasião dos Editais de Chamamento dos Termos de

Colaboração; análise dos planos de trabalho e planos de aplicação e emissão dos respectivos pareceres técnicos após a classificação da proposta.

No caso das OSCs com parceria formalizada que são contempladas com recursos de Emendas Parlamentares Estaduais e Federais, a CSAC ainda participa de todo o processo de formalização e posteriormente realiza também o monitoramento e avaliação.

Vale destacar que a CSAC também é responsável pelo apoio técnico ao CMAS - Conselho de Assistência Social e Conselhos de Direitos, sempre que demandado, na análise dos Planos de Trabalho apresentados para inscrição de registros nos referidos conselhos, bem como de questões pertinentes a rede de serviços socioassistenciais parceiras e fornecimento de informação sobre dados quando necessário.

Realiza também todos os procedimentos (Preenchimento e digitalização dos formulários enviados as OSC, visitas in loco e parecer técnico), para atualização do Cadastro do CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, para obtenção e renovação da certificação do CEBAS de todas as OSCs inscritas no CMAS, sendo estas parceiras e não parceiras da SMASDH.

Por fim, a CSAC é responsável pelo suporte técnico e tecnológico para o gestor na inserção de Editais de Chamamento no sistema PDC, bem como suporte às Comissões de Seleção para uso dos sistemas durante a análise das propostas e, posteriormente, às OSC's quando de sua classificação nos Editais de Chamamento. E ainda, no suporte a gestão, aos profissionais desta CSAC e de outras áreas desta SMASDH com a extração de dados e informações dos sistemas, sempre que necessário. As OSCs também recebem suporte técnico para cadastro/atualização de senhas no sistema CIPS, além de orientações para utilização e manuseio dos sistemas SIGM e PDC.

Esclarecemos que estas ações de suporte tecnológico eram executadas por um profissional de TI que se aposentou no mês de abril/2023, sendo que parte destas atividades ficou sob a responsabilidade de um profissional desta CSAC, acumulando com isso demandas do seu trabalho.

1.1 Número de OSC em processo de Monitoramento e Avaliação

A CSAC realizou o monitoramento sistemático dos ajustes de 80 OSCs com parceria com esta SMASDH, por meio de Termo de Colaboração, que executam 176 SERVIÇOS vigentes. No ano de 2023 tivemos 181 serviços em execução considerando que encerraram sua vigência em 31/03/2023, as OSCs: APASCAMP (Serviço Complementar PCD) e a OSC UNIASEC (02 Casas Lares - Unidades Grande Amigos e Grandes Pequenininos – Serviço de Acolhimento

Institucional – Casa Lar), assim como a OSC CPTI (Unidade Shalon SCFV - CCII e SCFV - 6 a 14) em 30/09/2023.

As OSCs e serviços estão assim divididos por território:

Rótulos de Linha ▾	Contagem de Serviço	Soma de Nº OSCs
Leste	35	8
Noroeste	17	6
Norte	52	29
Sudoeste	20	7
Sul	52	30
Total Geral	176	80

Além desses serviços, monitoramos 12 Termos de Colaboração e Fomento através de Emendas Parlamentar Estadual e Federal.

Os serviços são monitorados a partir da divisão territorial utilizada pelo município, ou seja, regiões: Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste, que são distribuídas entre os técnicos de monitoramento.

Também realizamos o cadastro e visitas técnicas para o CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social a todas as OSC parceiras e de 32 outros serviços de OSCs inscritas no CMAS, que não possuem parceria com esta SMASDH.

1.2 Recursos Humanos da CSAC

Desde 2020 estamos reorganizando esta Coordenadoria junto à equipe de monitoramento e avaliação com a revisão de instrumentais e processos de trabalho, considerando toda a demanda imposta às suas atribuições.

Aliado a este processo, em 2023, foi finalizado o dimensionamento da equipe de profissionais desta CSAC, considerando o trabalho sob sua responsabilidade, o qual indicou a necessidade de 20 profissionais no total.

Durante o primeiro semestre ficamos somente com 09 técnicos de monitoramento (assistentes sociais), devido a aposentadoria de uma técnica ocorrida em Dez/2022, sendo necessária a divisão dos serviços da Região Leste, por ela monitorados, entre todos os técnicos.

Neste período também tivemos uma profissional que retornou de Licença Maternidade, em março/2023 assumindo o monitoramento dos serviços da Região Sudoeste, de outra técnica, que entrou de Licença Maternidade no mesmo período.

Nesse cenário não foi possível manter a divisão equalitária dos serviços, trazendo um prejuízo no nosso processo de planejamento e reorganização interna do trabalho, devido ao acúmulo de serviços socioassistenciais por profissionais, considerando que as regiões Norte e Sul possuem um maior número de OSC e serviços e a região Sul continuou com apenas dois técnicos.

A reposição ocorreu no segundo semestre, em julho/2023, com a admissão de 03 psicólogas, sendo uma advinda de transferência e duas de concurso público.

Com a vinda destes três profissionais houve o remanejamento, com a priorização de um profissional como apoio técnico da coordenação, em detrimento da ampliação da equipe de monitoramento e avaliação, tendo em vista o aumento das demandas de trabalho, bem como a necessidade de treinamento e formação para os novos profissionais.

A partir disso, a CSAC ficou com a equipe composta por 14 profissionais, sendo:

- 01 Coordenação – Assistente Social
- 01 Apoio Técnico da Coordenação – Assistente Social
- 01 Assistente Administrativo
- 11 Técnicos de Monitoramento e Avaliação, sendo 08 Assistentes Sociais e 03 Psicólogos

Em outubro/2023 também ocorreu o remanejamento de uma técnica de monitoramento e avaliação para o apoio nos cadastros do CNEAS das OSCs inscritas no CMAS e também no processo de formalização das Emendas Parlamentares, bem como todo o processo de trabalho para as demandas referente as a informações das OSCS no SUAS WEB.

Vale destacar que foi de extrema importância o remanejamento dos dois técnicos para o apoio nos processos de trabalho desta CSAC, principalmente com a aposentadoria do profissional de TI em abril/2023. Com eles, ainda foi possível o apoio à Área da Vigilância Socioassistencial na análise dos Planos de Trabalho e Planos de Aplicação e Cronograma de Desembolso de OSCs contempladas com recursos de Emendas Municipais e análise de Relatório de Execução do Objeto de OSCs com Termo de Fomento com vigência em 2022 e 2023.

Por fim, com a ampliação da equipe, a divisão dos técnicos de monitoramento por território ficou com a seguinte distribuição:

- Região Norte: 03 Profissionais
- Região Leste: 02 Profissionais
- Região Sul: 03 Profissionais

- Regiões Noroeste e Sudoeste: 02 Profissionais

Destacamos ainda que na nova estrutura da SMASDH está previsto uma chefia de setor para esta Coordenadoria, tendo em vista as atribuições da mesma.

Reforçamos a necessidade de ampliação da equipe de profissionais de acordo com o dimensionamento realizado a fim de qualificar as ações desta CSAC, principalmente o processo de monitoramento e avaliação das parcerias através de Termos de Colaboração, sua missão precípua.

2. Atividades realizadas em 2023

Durante o ano de 2023 a CSAC passou pelo processo de prorrogação das parcerias do Termo de Colaboração da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de duas prorrogações da Proteção Social Básica e da publicação de cinco Editais de Chamamento para os serviços: Serviço de Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sendo dois publicados e um revogado, Serviço Complementar para Pessoas Adultas em Situação de Rua - Casa da Cidadania, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Autismo e suas Famílias em Centro Dia de Referência e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas e suas Famílias - Centro Dia da Pessoa Idosa.

Efetivamos ainda, a formalização de Dispensa de Chamamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Casa Lar (14) e Casa Lar para Adolescentes Grávidas e/ou com Filhos (01) e Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa em Situação de Rua - Abrigo Masculino (01).

Tivemos ainda o processo de formalização, monitoramento e avaliação de 12 Termos de Colaboração e Fomento através das Emendas Parlamentares, sendo que de 01 houve a desistência por parte da OSC posteriormente a formalização. Destas emendas, 07 foram estaduais e 05 Federais.

Neste cenário, e em razão das inúmeras demandas de trabalho desta Coordenadoria, não houve a participação da equipe no processo de formalização dos Termos de Fomento através de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e das Emendas Impositivas Municipais.

Neste ano tivemos ainda um aumento considerável de denúncias, o dobro em relação ao ano anterior, referentes as OSCS que executam serviços em parceria através do Termo de Colaboração, exigindo também dos profissionais e do coordenador tempo para verificação, providências e manifestações junto aos órgãos que referenciaram as denúncias, exigindo também a dilação de prazos para as respostas tendo em vista alguns com prazos próximos e as outras demandas desta Coordenadoria.

Percebemos ainda o aprimoramento das exigências e cobranças dos órgãos de controle (TCE/MP/Controle Interno), exigindo assim maior qualificação nas nossas ações.

Vale destacar que, com as diversas atividades de responsabilidade desta CSAC, sendo que os prazos de algumas delas coincidem, também não foi possível realizar de forma mais sistemática o processo de monitoramento e avaliação junto as OSCS parceirizadas, interferindo no cumprimento dos prazos dos relatórios quadrimestrais, que foram feitos octomestrais, como também de outras demandas pertinentes a Coordenadoria.

É importante registrar que este processo causa um desgaste e insatisfação na equipe, o que é pertinente tendo em vista o acúmulo de ações com prazos sobrepostos e com isso o distanciamento maior no processo de monitoramento e avaliação da parceria, nossa principal missão.

TABELAS DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CSAC

Tabela 1 – Atividades da CSAC referente às OSCs

Regiões: Norte + Sul + Leste + Noroeste + Sudoeste	TOTAL
Análise de Solicitação de Alteração de Despesas – TC e TF e Emenda Parlamentar	655
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Colaboração e Emenda Parlamentar	316
Contatos Telefônicos/E-mails/WhatsApp junto as OSCS e parceiros diversos	1628
Monitoramento - Coleta e Análise de Dados - CIPS / SIGM / PDC / SEI	1506
Monitoramento – Relatórios Periódicos Quadrimestrais e/ou Octomestrais	1025
Notificação as OSC	195
Outras Atividades(Leitura/Preparação Documentos/Despachos Documentos SEI)	595
Pactuações com as OSCS	08
Parecer CNEAS – Agendamento – OSC Parceiras e Não Parcerias	115
Relatório Circunstanciado DRADS	17
Relatórios de Execução do Objeto – TC e TF – Análise e Aprovação Relatório Anual Referente 2022	492
Verificação de Denúncias/Relatórios Informativos	13
Visitas Institucionais In Loco e Virtuais	127

Tabela 2 – Atividades de Gestão

Atividades de Gestão	TOTAL

Abertura no Sistema PDC – Demandas dos Editais de Chamamento – Plano de Trabalho e Plano de Aplicação e Sessão de Leitura Pública do Edital	10
Apoio Técnico aos CONSELHOS - Análise/Visita/Relatório/Parecer Técnico	15
Contatos Telefônicos /Email WhatsApp – Demandas Internas e Orientações	989
PMAS Estadual/PMASWEB (Levantamento E Digitação de Dados Referente OSC)	181
Despachos Documentos no processo SEI	232
Digitalização Cadastro CNEAS	07
Emissão de Declaração CEBAS	08
Emissão de Senhas CIPS	25
Monitoramento Coletivo	03
Outras Atividades (Leitura/Preparação Documentos)	321
Participação em Capacitações e Treinamento CIPS e SIGM	50
Participação nas Comissões de Seleção dos Editais	85
Participação em Eventos Internos e Externos	08
Registro Atividades CSAC no sistema	349
RELATÓRIO - Ata / Denúncias / Diversos	46
Reunião AVIS com equipe	16
Reunião com OSC	45
Reunião de Coordenação (Supervisão Equipe e AVIS)	95
Reunião de Equipe CSAC	39
Reunião de Gestão dos Serviços – DOAS e GTs	84
Reuniões Diversas (IMA, DOAS, Jurídico/Conselhos/PMAS/GT SCFV)	119

Esclarecemos que as atividades são registradas mensalmente e individualmente pelos técnicos, no sistema ACCESS, com formulário específico para registro. Em razão das demandas, muitas vezes os registros deixam de ser efetivados em sua totalidade, indicando com isso que os números acima podem ser ainda maiores.

Nesta tabela também não estão apontadas várias das atividades efetivadas pela Gestão do Serviço como: reuniões junto às OSCs, contatos telefônicos e e-mail para orientações, reuniões junto aos conselhos, elaboração de pareceres, entre outras atividades pertinentes às suas atribuições. Tais registros não foram possíveis tendo em vista a sobrecarga de trabalho e que, durante o período, o foco principal foi a continuidade da reorganização da coordenadoria/setor em relação aos processos de trabalho, aos instrumentais e as diretrizes do

MROSC, apoio aos profissionais na elaboração dos relatórios, pareceres, análise das solicitações de alteração de despesas e ao acolhimento aos novos profissionais da equipe.

As outras atividades que também se apresentam com um número considerável são aquelas executadas não sistematicamente no processo de monitoramento, mas que também demandam tempo de trabalho da equipe tais como: organização do material para as visitas, troca de informação sobre as OSCS com o setor de prestação de contas e gestão do DOAS, troca de informações entre as equipes, registros das atividades no sistema, leitura do D.O.M., revisão de relatórios, teste dos sistemas CIPS e SIGM, apresentação de material para reunião, comunicados as OSC, elaboração da planilha sobre o dimensionamento da equipe, entre outros.

Avaliamos que com todos estes desafios esta CSAC conseguiu realizar de forma comprometida e eficiente as demandas colocadas ao serviço.

Vale destacar que para a coordenação continua sendo um processo extremamente desafiador todo o desenvolvimento de reorganização desta coordenadoria, tendo que buscar a qualificação do trabalho, com uma equipe ainda em construção, praticamente nova e avançando no conhecimento sobre o processo de monitoramento e avaliação. Por outro lado, é importante destacar o compromisso desta equipe e o apoio próximo e constante da diretora da área durante todo este processo.

Neste contexto a ausência da supervisão técnica, demandada pela gestão do serviço e que em razão da tramitação obrigatória no processo de contratação não conseguiu novamente ser efetivada, merece ser destacada.

Diante deste cenário, cabe salientar que esta Coordenadoria necessita urgentemente da ampliação de sua equipe de trabalho, conforme dimensionamento feito, bem como da composição da sua Chefia de Setor, conforme preconiza a nova estrutura desta SMASDH, a fim de que possamos qualificar ainda mais as suas atribuições e principalmente conseguir desempenhar o seu objetivo maior que é a realização do processo de monitoramento e avaliação mais estreitos e sistemáticos junto as OSCs parceiras.

Conforme contexto apresentado, dentre as principais atividades no decorrer de 2023, apontamos:

- Reuniões Semanais de Equipe da CSAC para planejamento, revisão dos instrumentais de monitoramento, alinhamento técnico, estudo e criação de estratégias no intuito de qualificação do processo de monitoramento e avaliação;

- Supervisão interna individual e grupal a equipe com vistas à reflexão e qualificação dos relatórios de monitoramento e avaliação e processos de trabalho da Coordenadoria;
- Apoio às ações da Vigilância Socioassistencial e do DOAS com o provimento de informações na construção dos Termos de Referência, reordenamento do SCFV da PSB, prorrogação das parcerias, manual do SIGM, entre outras;
- Reuniões com a Diretoria da Vigilância Socioassistencial;
- Participação na Comissão de Seleção dos Novos Editais de Chamamento;
- Análise e parecer técnico dos Planos de Trabalho e Plano de Aplicação dos novos Editais e das emendas parlamentares e da readequação do Plano de Trabalho dos Termos de Colaboração;
- Acompanhamento dos Sistemas online (CIPS e SIGM) dos serviços, extração, processamento e divulgação dos dados para a rede de serviços;
- Reuniões com a IMA, responsável pelo sistema PDC;
- Readequação junto à gestão pública dos serviços de algumas atividades previstas no Manual do SIGM e CIPS;
- Elaboração de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, Cumprimento do Objeto, Circunstanciado da DRADS, entre outros;
- Elaboração de Relatórios, Manifestações e Pareceres Técnicos diversos de OSCs, solicitados a esta Secretaria, seja pelos Conselhos Municipais ou por outras solicitações;
- Monitoramento das OSCs executoras de serviços referente ao Termo de Colaboração e daquelas com recursos de Emendas Federais e Estaduais;
- Verificação e manifestação técnica no que diz respeito às OSCs que executam serviços por meio de parcerias com a SMASDH, através de solicitações recebidas pelo Serviço 156 e outros órgãos de controle e defesa;
- Participação em reuniões de rede, gestão operacional, grupos de trabalho;
- Orientação sistemática às OSCs parceiras em relação a dúvidas quanto ao Plano de Trabalho/Aplicação, Nota Técnica e a utilização dos sistemas CIPS, SIGM, PDC e SEI;
- Apoio às ações da Vigilância Socioassistencial;
- Emissão do atestado de gratuidade dos serviços executados pelas OSCs parceiras e não parceiras para fins da certificação do CEBAS.

3. Resultados alcançados

- Dimensionamento da Equipe elaborado pelo analista de processos da Área da Vigilância Socioassistencial, que referendou a necessidade de ampliação da equipe de acordo com a demanda de trabalho desta Coordenadoria;
- Recomposição da equipe, com a ampliação de profissionais, ainda que não na quantidade necessária, bem como a definição de um apoio técnico para a Coordenadoria;
- Monitoramento de todos os serviços executados por meio de Termos de Colaboração e Termo de Fomento através de Emenda Parlamentar;
- Melhoria no processo de comunicação da Coordenadoria com os demais serviços da Vigilância Socioassistencial e da SMASDH, com a participação da equipe desta CSAC em reuniões e contatos frequentes com o setor de prestação de contas, setor de repasses e setor de cadastro;
- Melhoria na comunicação e nos processos de trabalho com maior interface com o DOAS, principalmente com a Proteção Social Básica, através de uma parceria estreita e, ainda gradual com a gestão da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, através de reuniões periódicas entre as técnicas da CSAC e a gestão dos serviços, coordenações, chefias de setor e outros profissionais;
- Elaboração de relatório de monitoramento e avaliação, ainda que octomestral em razão das demandas de trabalho, com qualificação dos dados referentes à execução dos serviços da rede parceira;
- Reuniões com as OSCs para esclarecimentos e orientações sistemáticas em relação ao Plano de Trabalho, alteração de despesas, monitoramento de RH e aos editais de chamamento;
- Elaboração e Monitoramento do Planejamento Anual junto às equipes;
- Revisão do instrumental de relatório quadrimestral;
- Aquisição de três novos computadores para os processos de trabalho desenvolvidos;
- Melhoria na disponibilização do transporte das equipes para visitas in loco;
- Participação efetiva nos processos dos editais de chamamento;
- Apresentação da Coordenadoria nas reuniões de gestão de todos os serviços da PSB, PSEMC e PSEAC;
- Entrosamento, espírito de equipe e comprometimento dos profissionais com o serviço.

4. Desafios

- Ampliação da equipe de acordo com o dimensionamento realizado;
- Reflexão sobre o processo de reorganização dos fluxos de trabalho da CSAC,
- principalmente no que se refere ao monitoramento e avaliação, bem como a construção de
- planejamento, aliado a execução de todas as atribuições postas a esta Coordenadoria;
- Conciliar todas as demandas da Coordenadoria, tais como cronogramas dos novos editais,
- aumento das emendas parlamentares e denúncias recebidas, com a composição da equipe
- atual;
- Aprimoramento e qualificação referente a análise técnica presente nos documentos
- advindos do Monitoramento e Avaliação;
- Sistematização de dados das informações referentes à rede socioassistencial, com vistas a
- subsidiar a gestão na tomada de decisão;
- Implementação de melhorias entre o fluxo de informações e documentos bem como na
- comunicação interna entre esta CSAC e demais setores da SMASDH;
- Sistematização das informações de forma a subsidiar o planejamento e avaliação dos
- serviços socioassistenciais;
- Elaboração dos relatórios de monitoramento e avaliação no prazo proposto pela Gestão da
- Vigilância Socioassistencial;
- Qualificação e formação das OSCs em relação aos Planos de Trabalho e aos dados sistematizados, considerando que alguns ainda se mostram repetidos e inconsistentes, em razão de dificuldades dos serviços no preenchimento correto das informações nos diversos sistemas;
- Devolução das informações de monitoramento e avaliação, tanto para as OSCs como para a gestão dos serviços;
- Solicitação de um grande número de alteração de despesas por parte de algumas OSCs, indicando a ausência de planejamento na elaboração do Plano de Trabalho/Aplicação;

- Execução do processo de análise das propostas, dos novos Editais previstos e dos Termos de Colaboração de Emendas Parlamentares, que tem ampliado ano a ano, evitando a sobreposição de prazos com as outras ações desta CSAC, principalmente o processo de monitoramento e avaliação das parcerias;
- Melhoria e/ou troca do sistema PCD e dos equipamentos (computadores e internet lenta) utilizados no processo de monitoramento e avaliação junto às OSCs;
- Qualificação dos Planos de Trabalho e Relatórios de Execução do Objeto apresentados pelas OSCs, que são entregues, por vezes, com necessidade de adequações;
- Grande rotatividade de profissionais das OSCs, trazendo com isso a necessidade de orientação sistemática;
- Manter a motivação da equipe com o processo de trabalho atual e sobreposição de prazos nas atividades;
- Efetivação do processo de planejamento e reorganização interna da Coordenadoria, considerando as demandas de trabalho atual com uma equipe reduzida e, considerando o dimensionamento construído.

5. Metas para 2024

- Ampliação da equipe técnica do serviço, a partir do dimensionamento feito, bem como a definição de uma chefia de setor para a Coordenadoria, considerando as demandas de trabalho;
- Reposição dos profissionais aposentados assim que se efetiva, evitando com isso a descontinuidade do trabalho, bem como o acúmulo aos demais;
- Contratação de Supervisão Técnica buscando qualificar as ações do monitoramento e avaliação com o olhar mais para a análise coletiva e para o subsídio às áreas de gestão e controle social, bem como qualificação das ações da Coordenadoria;
- Continuação do Planejamento e Monitoramento das demandas junto as equipes, concretizando as ações propostas;
- Reorganização dos processos de trabalho da Coordenadoria de acordo com sua função no SUAS e a Lei do MROSC, com a priorização do processo de monitoramento e avaliação das parcerias de forma mais estreita;
- Formação continuada dos profissionais da Coordenadoria em relação a todo o processo/fluxo de trabalho, principalmente no que se refere a organização e

planejamento das ações, fluxos internos e externos de comunicação, processo de monitoramento e avaliação e sistemas informatizados;

- Qualificação e/ou troca do sistema PDC, considerando os inúmeros problemas no sistema, afetando diretamente o processo de trabalho junto as OSCs, bem como da equipe desta CSAC;
- Formação continuada das OSCs;
- Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação com foco nos indicadores e a produção e disseminação de painéis de indicadores por rede de serviços socioassistenciais;
- Elaboração da proposta, aplicação, sistematização e disseminação da Pesquisa de satisfação dos usuários, por amostragem, para com os serviços socioassistenciais;
- Aprimoramento e revisão das ferramentas técnicas (sistemas, instrumentais de monitoramento e relatórios), investindo em melhorias nos sistemas informatizados;
- Continuação, junto a Vigilância Socioassistencial e ao DOAS, do processo de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Discussão, junto ao DOAS e AVIS, do papel da gestão dos serviços, da gestão territorial e do monitoramento e avaliação, evitando assim expectativas equivocadas e maior clareza quanto as atribuições de cada um nos processos junto as OSCs;
- Qualificação da análise técnica frente aos documentos produzidos por esta CSAC, realizando devolutivas e disseminando o uso das informações para a gestão dos serviços, bem como gestão para a SMASDH, contribuindo na tomada de decisão;
- Aprimoramento no fluxo de informações com a Coordenadoria Setorial de Prestação de Contas, demais setores da Vigilância Socioassistencial, gestão do DOAS e demais setores da SMASDH;
- Organização e/ou mudança do espaço físico desta CSAC para melhor acomodação da equipe;
- Elaboração dos relatórios no prazo definido, ou seja, com a periodicidade quadrimestral;
- Aperfeiçoamento no processo de monitoramento e avaliação junto as OSCs do item da transparência, considerando as exigências do TCE;
- Cumprimento das exigências e cobranças dos órgãos de controle, bem como o plano de providências elaborado junto ao Controle Interno;

- Aquisição de equipamentos de informática com sistemas mais potentes e tablets para os profissionais de monitoramento e avaliação, com acesso à internet;
- Contratação via concurso público ou assessoria, de profissional da área de TI.

COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS - CSGC

Está organizada nos setores de Convênios e Prestação de Contas com as seguintes funções:

- Orientar e capacitar as organizações da sociedade civil do Município para a utilização dos recursos públicos recebidos, bem como na elaboração da prestação de contas;
- Receber, analisar e dar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados às organizações da sociedade civil, por meio do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas (FMPIC), Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);
- Fazer a análise, gestão, arquivo dos processos administrativos e emissão de Relatórios Quadrimestrais referentes aos repasses de recursos públicos às organizações da sociedade civil;
- Elaborar, encaminhar e atender eventuais requisições referentes à prestação de contas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- Acompanhar e atuar diretamente na homologação da implantação de funcionalidades no sistema informatizado de prestação de contas junto a IMA, bem como na manutenção periódica do sistema;
- Instruir e acompanhar os processos de convênios, incluindo aqueles oriundos de destinação de emendas parlamentares, formalizados junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal;
- Alimentar os sistemas, providenciar e enviar os documentos preparatórios e de prestação de contas referentes aos recursos repassados Fundo a Fundo pelo Governo Estadual e Federal;
- Acompanhar a execução financeira e elaborar a prestação de contas dos recursos provenientes de convênios;

- Prestar esclarecimentos aos Conselhos Municipais, oferecendo todas as informações necessárias, quando solicitado.

Descrição das atividades realizadas em 2023

>> Prestação de Contas

A Coordenadoria desempenhou suas atividades, com a equipe do setor de prestação de contas composta por 12 técnicos atuando diretamente na análise, além de 01 jovem aprendiz, 01 Coordenador e 01 Chefe de Setor. Em 01/10/2023 um dos servidores pediu exoneração, havendo necessidade de distribuímos as entidades para que outros técnicos dessem continuidade nas análises.

Durante o exercício de 2023, as análises foram realizadas junto às OSC's com orientação e acompanhamento das prestações de contas de forma sistemática.

As reuniões com a equipe também foram mantidas, com esclarecimentos de dúvidas, discussões de casos e acompanhamento de prestação de contas. Inclusive com a necessidade de realizarmos capacitações mais detalhadas com os servidores que chegaram recentemente, acerca da Prestação de Contas da Anual.

Em 20 de junho de 2023 foi publicada a implementação, por parte da Prefeitura de Campinas, do Regime de Teletrabalho por meio do Decreto nº 22.830. Após várias orientações e capacitações, a Coordenadoria, a partir de 04/12/2023, deu início ao novo regime de trabalho em formato de escala, com a adesão de teletrabalho de 03 dias, sendo 02 em trabalho presencial. Todas as atividades desempenhadas em teletrabalho estão sendo lançadas em um sistema próprio, chamado Readmine. Tanto presencialmente como remotamente a equipe está conseguindo desempenhar suas atividades normalmente sem nenhum prejuízo ao serviço.

Realizamos as Capacitações de Prestação de Contas Anuais de forma presencial com as OSC's, divididas em 06 grupos, a divisão em grupos menores foi com o intuito de nos aproximarmos mais das OSC's para orientações e esclarecimentos das dúvidas.

Foram realizadas manutenções no Sistema de Prestação de Contas – PDC durante o ano.

Segue abaixo relatório quantitativo (ref. *quantidade de meses lançados no PDC*), emitido em fevereiro/2024, das análises realizadas no período de janeiro/2023 a dezembro/2023 (termos de colaboração e fomento), o que resultou em 82% das análises finalizadas.

Número de Prestação de Contas por Status

Status	Quantidade
Pendente	02
Em Análise	334
Para Correção da OSC	128
Finalizada	1663
Total	2.127

Dados extraídos do Sistema PDC em 15/02/2024

No que se refere à fiscalização, foram selecionados os ajustes abaixo, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para acompanhamento da execução e fiscalização dos repasses, conforme consta em processo eletrônico específico sobre o assunto.

A Coordenadoria faz o levantamento de todos os documentos que compõem o Art. 181 da Instrução nº 001/2020 do TCE-SP e encaminha ao Tribunal de Contas.

TC - 016873/989/20-6

PROTOCOLO: 2020.00005166-38

CONVENIADA: Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência - SETA

OBJETO: Execução de serviço especializado de proteção social

TERMO DE COLABORAÇÃO: 126/20

ASSINATURA: 30/03/20

TC - 022774/989/20-6

PROTOCOLO: 2020.00023922-19

CONVENIADA: Cáritas Arquidiocesana de Campinas

OBJETO: Execução de serviço especializado de proteção social especial de Alta Complexidade – SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA TRAZIDO PELA PANDEMIA DE CORONAVIRUS – COVID-19.

TERMO DE COLABORAÇÃO: 039/2020

ASSINATURA: 10/06/20

>> **Convênios**

Realizamos todo o acompanhamento e instruções dos processos, desde o início do lançamento de propostas, dos prazos de vigência e finalização de prestações de contas, junto ao Governo Federal, através do Sistema Plataforma Mais Brasil (Siconv), hoje chamado de Transferegov, com destaque para as verbas de Emendas Parlamentares Federais (SIGTV), Estaduais (SP SEM PAPEL) e Editais de Chamada Pública, conforme descrito abaixo:

1 - **Convênio 935877/2022 - SERAVI** - (Recurso Repassado: R\$ 400.000,00) Capacitação sobre Violência contra a mulher. Em fase de licitação.

2 – **Convênio 920776/2021 – Aquisição Estufa** (Recurso Repassado: R\$ 100.000,00), a Estufa foi adquirida e instalada. Em fase de Prestação de Contas.

3 – **Convênio 845699/2017 – Fabricação Tijolos** (Recurso Repassado: R\$ 150.000,00), após tratativas com o Ministério do Trabalho e Emprego, entendeu-se que a execução deverá ser realizada pela Secretaria de Trabalho e Renda devido à natureza do programa de Economia Solidária. **A Diretoria de Convênios está fazendo as tratativas.**

4 – **SIGTV - Emendas Parlamentares – OSC's (Federais)** – Em 2023 tivemos um grande aumento na destinação de Emendas Parlamentares Federais, tendo sido repassados mais de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais) para mais de 20 OSC's. Todas para despesas com custeio.

Os recursos foram transferidos pelo Ministério da Cidadania, sendo formalizado Termo de Colaboração com cada OSC e a análise da Prestação de Contas é realizada através do sistema PDC.

5 - **SIGTV –Emenda Parlamentar – Gestão Direta (Federal)** – Foram destinadas aos serviços quatro emendas, sendo os valores de R\$ 650.000,00, R\$ 600.000,00 e R\$ 150.000,00 para despesas de Custeio e, uma emenda de R\$ 50.000,00 para Investimento (Estruturação da rede de serviços do SUAS). Em fase de execução.

Encerrados:

1- Convênio 852800/2017: Equipar CEPPIR (Recurso Repassado: R\$ 112.898,72)

Prazo de Vigência foi prorrogado por mais 06 meses, ou seja, até 30/12/2023.

O convênio foi encerrado com 90% de execução, a prestação de contas foi encaminhada para análise pelo sistema Transferegov em 18/12/2023.

2 - Convênio 919115/2021 – Aquisição Ônibus (Recurso Repassado: R\$ 450.000,00), em fase de licitação, foi prorrogado por mais 12 meses, com vigência até 17/12/2023. Devido a impossibilidade de aporte de contrapartida, uma vez que o valor dos veículos teve um

aumento considerável, houve a manifestação por parte da secretaria de encerrar o processo do convênio.

3- Convênio 918910/2021 - Implantação de Hortas Comunitárias (Recurso Repassado: R\$ 2.500.000,00) – Convênio foi cancelado pelo próprio Ministério.

GOVERNO MUNICIPAL:

Emendas Parlamentares:

O ano de 2023 deu início à execução das Emendas Parlamentares Municipais, sendo uma parte dessas emendas destinadas às OSC da Rede Socioassistencial. Dessa forma, foram formalizados 27 Termos de Fomento para repasse dos valores destinados pelos vereadores, no montante de R\$ 4.748.992,25, sendo as seguintes OSCs beneficiadas:

- Arquidiocese de Campinas Paróquia São Marcos
- Associação Beneficente Campineira
- Associação Beneficente Direito de Ser
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campinas – APAE
- Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria – AFASCOM
- Associação Nazarena Assistencial Beneficente
- Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas – ADACAMP
- Associação Pestalozzi de Campinas
- Associação Terapêutica Cristã
- Casa da Criança Vovô Nestor
- Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia
- Centro Promocional para um Mundo Melhor – CEPROMM
- Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância – CRAMI
- Centro Social Bertoni
- Fundação Eufraten
- Grupo Primavera
- Instituição Assistencial Dias da Cruz
- Instituição Padre Haroldo Rahm
- Instituto Educacional Professora Maria do Carmo Arruda Toledo – CDAF
- Instituto Semear
- Núcleo de Ação Social – NAS
- Pró-Visão – Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual

- Projeto Gente Nova
- Sobrapar – Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Craniofacial
- Sociedade Educativa de trabalho e Assistência – SETA
- Sorri Campinas
- UNIASEC – União de Amor Ajuda e Salvação em Cristo

Com relação às Transferências Fundo a Fundo, foram repassados ao município os valores referentes aos Pisos das Proteções Sociais e referente à Gestão, conforme abaixo:

GOVERNO FEDERAL:

- Piso Básico Fixo;
- Piso Básico Variável – SCFV;
- Piso Fixo de Média Complexidade;
- Piso de Transição de Média Complexidade;
- Piso de Alta Complexidade I e II;
- IGD - Bolsa Família e IGD – SUAS.

No ano de 2023, no mês Outubro, o Governo Federal publicou a portaria nº 67, de 27 de outubro de 2023 que validou, excepcionalmente para o exercício de 2023, as informações do Plano de Ação 2022 como Plano de Ação vigente.

Já em novembro de 2023 através da Portaria nº 80, de 23 de novembro de 2023 foi estabelecido a abertura do sistema SUASWEB para preenchimento do Plano de Ação 2024, preenchimento este que foi encaminhado ao Conselho e aprovado através da Resolução CMAS nº 004/2024 de 02 de fevereiro de 2024.

No que tange ao preenchimento do Demonstrativo Sintético referente ao exercício de 2022, o sistema foi disponibilizado para a gestão a partir do dia 27/10/2023, conforme publicação da Portaria nº 67, de 27 de outubro de 2023, com prazo final até dia 26/12/2023. Porém, este prazo foi prorrogado por mais um mês, a saber, até 31/01/2024 para preenchimento por parte do Gestor.

Esse prazo foi cumprido, sendo o demonstrativo enviado ao CMAS, que possui o prazo para parecer até o dia 29/02/2024.

Foi autorizado por parte do Governo Federal, através da Emenda Constitucional nº 132/2023 no seu art.137, publicada em 20/12/2023, a reprogramação dos valores emergenciais das Portarias do Ministério da Cidadania nº 369/2020 e nº 378/2020, que se destinavam à execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios para enfrentamento da pandemia de COVID-19 para até 31/12/2024.

GOVERNO ESTADUAL:

- Proteção Social Básica (6 a 14 anos e SCFV);
- Proteção Social Especial de Média Complexidade (Abordagem Social, Liberdade Assistida e Centro Dia);
- Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Casa de Passagem, Serviço Domiciliar e Abrigo)
- Repasse Suplementar CAD ÚNICO, Benefícios Eventuais e Baixas Temperaturas.

O governo Estadual, durante o exercício de 2023 repassou, além dos recursos ordinários, recursos suplementares como:

Cadúnico: R\$ 253.770,07 - valor reprogramado para 2023 de valores recebidos em 2022, saldo este para utilização na modalidade investimento, exclusivamente para aprimoramento da gestão do Cadastro Único.

Benefícios Eventuais: R\$ 995.091,61 sendo, R\$ 462.381,87 - valor recebido em 2023 distribuído para as modalidades: Auxílio Natalidade, Vulnerabilidade Temporária, Auxílio Funeral e Calamidades Públicas e Emergências. E o valor de R\$ 532.709,74 que foi reprogramado para 2023 de valores recebidos em 2022.

Baixas Temperaturas: R\$ 100.000,00 – Repasse para ações voltadas à população em situação de rua, durante as baixas temperaturas.

Também foram celebrados convênios com o governo do Estado através da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEDS, conforme detalhados abaixo:

1. **Convênio 2967/2017** - Potencialização do SUAS no município de Campinas (Valor R\$ 199.283,50) – Plano de Trabalho foi encaminhado a SEDS para análise e até o momento estamos aguardando o retorno.
2. **Convênio 2020.76.17197 - SP SEM PAPEL** - Equipar o CRAS Espaço Esperança (R\$ 100.000,00). A Prestação de Contas foi encaminhada à DRADS Campinas, tendo sido aprovada pelo Conselho por meio da Resolução CMAS nº 155/2023. A maioria das aquisições dos itens foram feitas durante o exercício de 2023.
3. **Emendas Parlamentares- SP – OSC's (SEM PAPEL): Destinadas às seguintes OSC's:**
Projeto Gente Nova – PROGEN (R\$ 50.000,00 e R\$ 70.000,00) – Aquisição de equipamentos; Centro de Promoção para um Mundo Melhor – CEPROMM (R\$ 100.000,00 e R\$ 93.580,00) – Custeio e Aquisição de Equipamentos; Assistência Vicentina Frederico Ozanam (R\$ 99.876,00 e R\$ 70.000,00) - Custeio e, UNIASEC (R\$ 50.000,00) – Custeio, Lar Beneficente São Doutrina Espiritual do Sétimo Dia (R\$ 100.000,00) – Custeio e SORRI Campinas (R\$ 200.100,00) – Aquisição de Equipamentos.
Os recursos foram transferidos pela SEDS, sendo formalizado Termo de Colaboração específico com cada OSC e a análise da Prestação de Contas será realizada através do sistema PDC.
4. **Emendas Parlamentares - SP – Gestão Direta (SEM PAPEL): Indicação para uso na gestão direta no valor de R\$ 153.659,50 para Investimento. Em execução.**
5. **Demanda nº 046606 e nº 046607 – SP SEM PAPEL – Academia e Playground adaptados (Equipamentos disponibilizados pelo Estado sem dispêndio de recursos financeiros). Em fase de análise**
6. **Agencamp – Fundocamp – Aquisição de 03 Parques Infantis Adaptados. Está em fase de análise pela área jurídica da Secretaria do Estado.**
7. **KIT Livros de Libras - Demanda nº 065140(2023) – Materiais disponibilizados pelo Estado sem dispêndio de recursos financeiros – 163 KITS. Em fase de envio de documentação.**

Todas as ações listadas acima, do Governo Federal e Estadual, referentes ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam as Transferências Fundo a Fundo, as Adesões, envio de projetos, elaboração de planos e prestação de contas, foram realizadas com apreciação e emissão de parecer do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS Campinas, por meio de publicação de Resolução daquele órgão.

>> Pontos frágeis avaliados durante a execução das atividades

Destacamos o aumento do volume de repasse de recursos e processos de análise de prestação de contas, sob a responsabilidade da Coordenadoria, devido ao número maior de parcerias firmadas, principalmente com relação ao grande número de emendas parlamentares, superando as parcerias do exercício anterior.

Também avaliamos que situações como: a implantação de novas funcionalidades no sistema PDC, maior controle na prestação de contas e o rigor com as normativas dos órgãos de controle (Tribunal de Contas e Controle Interno da Prefeitura), têm trazido um aumento das demandas de trabalho, impactando a equipe de prestação de contas, em especial o maior rigor por parte do TCE, que gera a necessidade de uma análise mais criteriosa, com atualização constante de procedimentos de análise, orientações e capacitações.

A ausência de consolidação dos procedimentos e normas, que possibilitarão a elaboração de manuais, também traz prejuízos nos processos de trabalho da equipe, repercutindo também nas orientações necessárias às OSC's, tendo em vista as possibilidades de aperfeiçoamento de procedimentos trazidos pelo MROSC, que poderão ser preenchidas pelo Decreto Municipal, com aprimoramento nas análises realizadas por esta Coordenadoria.

Importante reafirmar sobre o significativo aumento das emendas parlamentares, principalmente das emendas municipais. Devido a essa demanda, foi necessário, em conjunto com os demais setores da Secretaria (Área de Vigilância Socioassistencial, Jurídico e Financeiro), realizar a formalização de novos Termos de parceria, resultando assim em um aumento nas análises de Prestação de Contas no valor de R\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil reais) e posterior entrega da Prestação de Contas Anual tendo um grande impacto no trabalho da Coordenadoria em 2023.

Destacamos também o aumento das demandas do TCE-SP das Unidades de Campinas (UR-03) e São José dos Campos (UR-07), com o envio de Requisições após visitas realizadas às OSC's ocorridas durante o exercício de 2023.

>> Resultados alcançados com as atividades realizadas

Os documentos referentes à prestação de contas do exercício de 2022 foram enviados no prazo (até 30/06/2023), de acordo com as exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Nosso setor atuou de forma direta no trabalho do Controle Interno da Prefeitura através da Secretaria de Gestão e Controle, inclusive nomeando um representante.

Ajudamos a construir os procedimentos, para a elaboração da Convalidação, nos processos do Edital da Proteção Social Básica, juntamente com a área da CSAC e Vigilância, inclusive no acompanhamento da implantação das funcionalidades do PDC.

Demos continuidade nas reuniões do Grupo de Trabalho e nas discussões para a elaboração de proposta que subsidie a implantação da modalidade de Prestação de Contas Simplificada.

Participamos de um Curso de Convênios fornecido pela Diretoria de Convênios/SMF durante 02 semanas, para atualização das informações do sistema Transferegov.

>> Desafios e Metas para 2024

Prestação de Contas

- Continuidade e aprimoramento das novas funcionalidades do Sistema PDC junto à IMA;
- Definição e sistematização da Prestação de Contas, visando atender aos requisitos da Lei 13.019/14 (manuais e decreto municipal). Aguardamos a elaboração, por parte da Secretaria Municipal de Justiça, do Decreto Municipal para disciplinar a Lei do Marco Regulatório (13.019/2014) no Município, sendo um desafio, uma vez que o Decreto deverá abranger as várias Secretarias envolvidas com Termos de Parceria regidos pelo MROSC.
- Aprimorar as informações do Portal da Transparência;
- Implantação da Prestação de Contas Simplificada - dar continuidade nas discussões;
- Estudo para análise do possível redimensionamento da equipe de trabalho dos setores de prestação de contas e convênios;
- Continuidade e aprimoramento na Capacitação/Orientação sistemática e periódica às organizações da sociedade civil;
- Elaboração de Manuais de Procedimentos e material em forma de tutoriais, para disponibilizar às OSC's, possibilitando uma formação constante;
- Aprimorar continuamente, por meio de processos formativos, os novos servidores integrantes da equipe.

Convênios:

- Aprimoramento dos fluxos com a Diretoria de Convênios, da Secretaria de Finanças, e demais áreas da SMASDH envolvidas nos processos, visando maior captação de recursos, pesquisa sistemática de editais das diversas áreas, elaboração de projetos e acompanhamento de todas as fases de execução dos convênios.
- Ressaltamos também, como desafio para 2024, o aprimoramento nos fluxos e aumento da equipe de trabalho, devido à grande demanda das Emendas Parlamentares, além de impactar no número de termos de colaboração a serem analisados pela Coordenadoria.

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E
FIANANCEIRA – DGAOF**

Compete ao DGAOF a gestão administrativa, orçamentária, financeira e de pessoas da Secretaria, como também o suporte administrativo aos Conselhos vinculados à Pasta, além de disponibilizar transporte e manutenção predial, objetivando estabelecer as condições para o funcionamento das áreas e serviços que desenvolvem as Políticas Públicas na Secretaria.

Pedro Ângelo Costa

Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira (DGAOF)
DEPAR

“O DGAOF é o departamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos que tem como atribuições realizar a gestão de apoio aos departamentos executores das ações finalísticas da Secretaria, bem como garantir o registro administrativo, contábil e controle orçamentário e financeiro dos Fundos vinculados à Secretaria e dos recursos do Tesouro Municipal, Federal e Estadual.”

O Departamento é dividido em sete áreas de atuação, sendo cinco Coordenadorias e dois Setores, a seguir descritos.

Coordenadorias:

- 1-Administrativa
- 2-De Apoio aos Equipamentos Sociais
- 3-Financeira e Contábil
- 4-De Gestão de Pessoas
- 5-Orçamentária

Setores:

- 1-De Apoio à Casa dos Conselhos
- 2-De Apoio aos Conselhos Tutelares

Principais atividades do DGAOF:

Promover a interlocução com os demais Departamentos e o Gabinete da SMASDH;
Planejar, supervisionar e facilitar as ações das Coordenadorias e Setores do Departamento;

Suprir as necessidades de serviços e produtos de todas as unidades da Secretaria;
Manter alinhamento com as demais áreas administrativas, financeiras, orçamentárias e de gestão de pessoas da Administração Municipal, objetivando viabilizar as ações finalísticas desta Secretaria.

COORDENADORIA SETORIAL ADMINISTRATIVA–CSAD

Compete à CSAD suprir as necessidades de materiais, equipamentos e serviços de forma a garantir o pleno funcionamento das Unidades da SMASDH.

A Coordenadoria Setorial Administrativa conduz um Grupo de Trabalho de Compras (GT - Compras), desenvolvido em encontros regulares mensais, que tem como principal objetivo o planejamento das compras e contratações da SMASDH.

No ano de 2023 iniciou as compras e aquisições através das Emendas Impositivas Municipais, o que acarretou um aumento significativo no volume de processos.

Outro ponto importante para o aumento da quantidade de processos administrativos que chegaram à CSAD foi a realização de diversos eventos, tais como Conferências Municipais e Estaduais, Seminários e Simpósios das diferentes Políticas Públicas. Este fato, somado ao início dos atendimentos às Emendas Impositivas Municipais, contribuiu para um aumento na ordem de 108% no número de processos concluídos pela CSAD.

Exercício	Status	Quant.
2022	concluídos	149
2023	concluídos	310

Este aumento teve impacto diretamente no Setor de Suprimentos, por conta da instrução desta quantidade de processos, como também no Setor de Contratos, pois a maioria das compras e contratações deram origem a Contratos e Atas de Registro de Preços para a execução neste Setor.

Dos desafios apontados no ano anterior, todos foram realizados:

- a) Capacitações contínuas junto ao GT Compras, visando, principalmente, atualização sobre a nova Lei de Licitações 14.133/2021 e Decretos que se relacionam à nova Lei de Licitações;

- b) Divulgação mensal da planilha de monitoramento de processos, ferramenta esta indispensável para o acompanhamento dos trâmites dos pedidos de compras e contratações;
- c) Continuidade nas Capacitações descentralizadas com a apresentação do “Manual de Procedimentos Administrativos” – ocorreram mais 4 encontros em 2023;
- d) Capacitação contínua das equipes do Setor de Suprimentos e Setor de Contratos;

Desafios

- Aumento no quadro de RH dos Setores de Suprimentos e Contratos, visando o pleno equacionamento com as demandas da Secretaria;
- Capacitação continuada, tanto com as equipes do Setor de Suprimentos, quanto ao de Contratos, diante das atualizações contínuas dos regramentos (Leis, decretos e afins) e dos aprimoramentos dos controles interno e externo (Conselhos, Ministério Público e Tribunal de Contas);
- Capacitação continuada no GT de Compras e com os demais Departamentos;
- Aprimorar as tratativas com as demais Secretarias envolvidas nos processos administrativos.

Estrutura da CSAD

A Coordenadoria possui dois Setores:

- 1- Setor de Gestão de Contratos; e
- 2- Setor de Suprimentos

Principais Atividades da CSAD

- 1. Assessorar as áreas da SMASDH para elaboração do planejamento de compras e contratações;
- 2. Assessorar as áreas da SMASDH para elaboração dos pedidos de compras e contratações de serviços;
- 3. Subsidiar e implantar projetos especiais da SMASDH (aquisições e contratações novas e extraordinárias);
- 4. Acompanhar a execução dos contratos da SMASDH;
- 5. Supervisionar os Setores de Gestão de Contratos e Suprimentos;
- 6. Monitorar a tramitação dos processos de compras e contratações;

Principais atividades do Setor de Gestão de Contratos

Gerenciar contratos administrativos de locação de imóveis, serviços contínuos, atas de móveis e equipamentos e fornecimentos parcelados, assim como atas de infraestrutura para eventos, realizando:

- 1) Controle da vigência dos contratos;
- 2) Instrução das prorrogações contratuais;
- 3) Auxiliar e orientar os fiscais dos contratos de prestação de serviço (se estão sendo executadas em conformidade com o contrato);
- 4) Planejamento e liberação dos itens adquiridos através das Atas de Registro de Preços junto ao Almoxarifado Central;
- 5) Instrução de novos processos de locação de imóveis;
- 6) Gestão de processos contínuos através de dispensas de licitação;
- 7) Gestão de materiais de higiene pessoal junto ao contrato de terceirizada de limpeza das unidades;

Principais atividades do Setor de Suprimentos

2. Instruir processos de dispensa de licitação;
3. Instruir processos licitatórios;
4. Instruir contratações diretas;
5. Encaminhar ordens de fornecimento e serviço para fornecedores;
6. Recepcionar notas fiscais;
7. Monitorar a instrução dos processos de compras e contratações;
8. Liberar materiais armazenados no Almoxarifado Central adquiridos através de dispensa de Licitação;
9. Dar suporte às Unidades quanto aos processos contínuos de manutenção de equipamentos.

COORDENADORIA SETORIAL DE APOIO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS - CSAES

Compete à CSAES fazer a gestão do Centro de Triagem, bem como acompanhar e dar suporte aos demais setores da Coordenadoria.

Principais atividades

Orientar, dar suporte e fiscalizar a execução dos serviços realizados junto aos Setores de Transportes e de Manutenção Predial; conferir as planilhas mensais dos motoristas; receber

materiais de limpeza (terceirizada); realizar a frequência e apontamento de horas extra e sobreaviso.

Gerenciar o contrato de manutenção predial e realizar vistoria a imóveis para locação, analisando as condições de infraestrutura da habitação, viabilidade e funcionalidade das instalações prediais.

Realizar vistorias, com elaboração de croquis para a elaboração de projetos de construção e readequação de novas unidades.

Além disso, a Coordenadoria, através do Centro de Triagem, faz a separação e a organização das doações recebidas pela Secretaria para distribuição aos serviços da Pasta e aos usuários (através da distribuição a Entidades Assistenciais).

Centro de Triagem

1-Recebe e confere doações (roupas e agasalhos) provenientes das campanhas de agasalho do município; em 2023 passou por esse Centro de Triagens cerca de 40 toneladas de roupas entre outros (fogões, geladeiras, camas, armários, etc...)

2-Armazena e controlam o estoque

3-Libera materiais conforme solicitação dos setores da SMASDH

4-Fazem a separação das roupas e pesagem, estocagem e encaminhamento das roupas às demais unidades (abrigo e entidades).

A Coordenadoria possui dois setores, cujas atribuições estão a seguir descritas.

Setor de Transportes

Tem como finalidade atender as demandas de transportes dos serviços da Pasta como: transporte de técnicos para visitas a entidades, atender plantões emergenciais, em cumprimento aos decretos nº 17.778 de 03/12/12 e 17.851 de 23/01/2013 (operação verão e operação inverno), dando suporte às ações de abrigamento das famílias atingidas.

O Setor também realiza viagens intermunicipais, bem como outros serviços realizados fora do expediente, feriados e finais de semanas, ou seja, mantém plantão 24 horas.

Implanta os postos da campanha do agasalho do município e realiza a coleta de roupas, em consonância com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Gerência o contrato de manutenção de veículos, vistoria os carros e controla a frequência e a distribuição dos motoristas lotados na Secretaria.

Realiza interface com outras secretarias como: Saúde, Administração, Esportes etc., para as atividades intersetoriais, disponibilizando motoristas para trabalho em campanhas de vacinação, carnaval, eleição entre outras.

Setor de Manutenção

Realiza e organiza os serviços de manutenção predial dos imóveis onde funcionam os serviços da SMASDH, como: instalação interna de telefone, reparos em alvenaria, manutenção das instalações elétricas e hidráulicas, limpeza em caixa de gordura e água, auxiliar nas mudanças das unidades, retiradas de bens para o Departamento de Patrimônio, etc...

Desafios

- Realizar visitas às unidades, mediante agendamento preventivo, a fim de visualizar os problemas a serem sanados, preliminarmente aos chamados para consertos.
- Melhoras condições de acessibilidade de pessoas com restrição, visto que até abril/2018 estávamos com 50,50%. Oportunidade em que salientamos não haver informações de 2020/2021, pois até o presente momento o IMAP que mede o índice de acessibilidade encontra-se desatualizado.
- Adaptar todas as unidades da SMASDH para obtenção de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

No ano de 2023 foram atendidos e solucionados 835 chamados pela equipe de manutenção SMASDH.

Metas para 2024

Dar continuidade às adequações de acessibilidade das Unidades;
Ampliação e reposição de vagas servidores aposentados, na equipe de manutenção;
Ampliação do quadro de motoristas

COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA E CONTÁBIL - CSFC

Compete à CSFC a Gestão Financeira e Contábil das contas bancárias dos fundos municipais, vinculados à SMASDH, conforme descrito a seguir, realizando também a gestão do Sistema AGF - Arrecadação e gestão de Fundos e dos sites do FMDCA <http://fmdca.campinas.sp.gov.br> e FMPIC <http://fmpic.campinas.sp.gov.br>.

1) Fundos municipais vinculados na SMASDH:

- a. FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social;
- b. FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c. FMPIC – Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas;
- d. FMSAN – Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- e. FMVCN – Fundo Municipal de Valorização da Comunidade Negra;
- f. FUNCOMAD – Fundo Municipal sobre Drogas.

2) Gestão compartilhada com a SMF da movimentação contábil de contas de convênios abertas no CNPJ do município mas vinculada ao orçamento da SMASDH ou de um dos fundos desta.

3) Gestão do sistema AGF e das páginas web dos fundos:

a) FMDCA - <http://fmdca.campinas.sp.gov.br/>

b) FMPIC - <http://fmpic.campinas.sp.gov.br/>

4) Gestão dos pagamentos a fornecedores, Organizações da Sociedade Civil e Bolsistas de diversos Programas Sociais, de acordo com os prazos estipulados nos processos;

5) Elaboração de relatórios financeiros e contábeis para a prestação de contas mensal e anual dos fundos municipais citados acima, visando o encaminhamento aos conselhos municipais respectivos, objetivando a apreciação, análise e posterior aprovação;

6) Zelar pela boa ordem do arquivo e de todos os documentos utilizados nesta coordenadoria.

Principais atividades do gestor da CSFC

1-Acompanhar e apoiar as chefias dos setores de Pagamentos e Contábil, bem como todos os serviços realizados na coordenadoria;

2-Gerenciamento financeiro das contas bancárias dos fundos mantendo seus recursos aplicados em fundos de aplicação financeira com baixo risco e boas rentabilidades;

3-Gestão do sistema AGF e das páginas web dos fundos: FMDCA e FMPIC;

4-Interlocução com os conselhos municipais: CMDCA, CMAS, CMI, CMSAN e CMDPCN;

5-Gerar e enviar a DBF-Declaração de Benefícios Fiscais à Receita Federal, referente às destinações do imposto de renda dos fundos FMDCA e FMPIC;

6-Gestão da prestação de contas do adiantamento da SMASDH;

7-Interlocução com as coordenadorias da SMASDH e outras secretarias, visando manter a agilidade dos processos;

Setores da CSFC

- 1) Setor de Pagamentos;
- 2) Setor Contábil.

Principais atividades do Setor de Pagamentos

- 1) Gestão dos Pagamentos da SMASDH, com utilização de recursos financeiros dos fundos municipais e tesouro municipal / SMF;
- 2) Recepção dos processos de pagamento via sistema SEI, realizando a conferência para posterior procedimentos de lançamentos no sistema SIM, objetivando a realização do pagamento;
- 3) Atender às demandas solicitadas interna e externamente de dados e ou documentos relacionados à área de Pagamentos;
- 4) Despesas mais relevantes executadas pelo setor: Termo de Colaboração (cofinanciamento), Termo de Fomento (subvenção), Locação de imóveis, Fornecedores e Bolsas Auxílios (Família Guardiã, Juventude Conectada, Mão Amiga, Renda Campinas).

Principais atividades do Setor Contábil

- 1) Realiza todos os lançamentos no SIM de toda a movimentação ocorrida nas contas bancárias dos fundos, tais como:
 - a) receitas;
 - b) aplicações e resgates financeiros;
 - c) transferências entre contas;
 - d) baixa de pagamentos, entre outros.
- 2) Conciliação Bancária dos lançamentos contábeis no Sistema SIM, com posterior comunicação à Coordenadoria Contábil - DECOR/SMF.
- 3) Geração mensal e anual dos relatórios contábeis auxiliares dos fundos para envio aos respectivos conselhos municipais e arquivo da Coordenadoria;
- 4) Organizar, arquivar e zelar pela boa ordem dos documentos contábeis, tais como: processos de pagamentos, conciliação bancária, relatórios contábeis, entre outros;
- 5) Atender às demandas solicitadas interna e externamente de dados e ou documentos relacionados à contabilidade dos fundos.

Principais Desafios

- Aquisição de mobiliários ergonômicos; e
- Melhoria nas condições térmicas do ambiente

COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE PESSOAS - CSGP

Compete à CSGP a gestão, administração e capacitação de pessoas (servidores, estagiários, cargos em comissão e terceirizados) da SMASDH, em colaboração com a Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SMGDP) e a Secretaria Municipal de Administração (SMA).

A CSGP assegura que os servidores exerçam seus direitos e cumpram seus deveres dentro dos prazos e normas estabelecidos por lei. Isso visa garantir que as ações, projetos e políticas públicas da SMASDH sejam plenamente desenvolvidos com qualidade e eficácia.

As atividades da CSGP estão divididas entre a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, o Setor de Apoio à Gestão de Pessoas e a Área de Recursos Humanos.

Principais Atividades do Coordenador de Gestão de Pessoas:

- Planejar, orientar, monitorar e avaliar as atividades das áreas sob sua coordenação, visando otimizar resultados e propor melhorias.
- Potencializar as parcerias estratégicas para o desenvolvimento das atividades de Gestão de Pessoas;
- Emitir pareceres e realizar encaminhamentos a protocolos administrativos na área de Gestão de Pessoas;
- Apoiar os gestores na mediação das relações interpessoais e de conflitos;
- Propiciar o retorno ao trabalho dos servidores com restrições médicas após interlocução com o Departamento de Promoção à Saúde do Servidor – DPSS;
- Alocar os novos comissionados aos serviços conforme perfil, histórico profissional e necessidades da secretaria;
- Apoiar a Campanha do Agasalho, em conjunto com as demais áreas do Município;
- Apoiar o Assiste Campinas em conjunto com os demais Departamentos da SMASDH;
- Realizar a gestão de pessoas referente aos contratos de terceirizados (Vigilantes, Porteiros, Agentes de Higienização, Cozinheiras e Recepcionistas);
- Apoiar os Conselhos Municipais em conferências e eventos, na organização das equipes de apoio, administrativos, limpeza e outros.
- Acompanhar e monitorar a escolha de vagas dos novos servidores até o efetivo exercício;

Principais atividades do Setor de Apoio à Gestão de Pessoas:

- Monitorar, orientar e acompanhar os processos de estágio probatório;
- Acompanhamento e execução das medições de contratos terceirizados (Porteiros, Auxiliares de Limpeza e Recepcionistas);
- Controlar o cadastro dos servidores e estagiários (inclusão, rescisões, transferências e alterações de centro de custo) subsidiando a Secretaria na gestão de Recursos Humanos;
- Acompanhar a coordenadoria nas discussões com o DPSS dos servidores com restrições médicas;
- Apoiar, subsidiar e acompanhar as capacitações e eventos da Secretaria;
- Elaborar relatórios quantitativos para subsidiar as atividades de controle da SMASDH.

Principais atividades da Área de Recursos Humanos:

- Acompanhar, orientar e encaminhar as rotinas administrativas de RH, tais como atestados de frequência, horas extras, férias, licenças-prêmio e outros bem como realizar a interlocução com a SMGDP na resolução de problemas;
- Planejar, analisar, orientar e acompanhar a execução das horas suplementares planejadas e executadas pelos serviços (horas extras, sobreaviso e hora escala); e
- Controlar as licenças-prêmio de todos os servidores.

Desafios em 2023:

- Atender as demandas extraordinárias e/ou emergenciais dos serviços quando necessitam de servidores para execução das tarefas, principalmente no período noturno e final de semana.
- Organização das escalas emergenciais para abrigos da SMASDH.
- Realizar Processo Seletivo Emergencial da SMASDH
- Apoio na realização do Concurso Público para Agente de Ação Social e Assistente Social.

Resultados em 2023:

- Aprimoramento das ações com o Departamento de Promoção da Saúde do Servidor, principalmente com a Coordenadoria de Saúde Ocupacional tornando os resultados mais dinâmicos e assertivos tanto para o servidor quanto para a Secretaria;
- Implementação do Sistema de Férias Eletrônica;
- Realização do processo Seletivo Emergencial para convocação de 30 Assistentes Sociais e 43 Agentes de Ação Social;

- Arrecadação de 16 toneladas na Campanha do agasalho;
- Participação na Comissão Organizadora e Fiscalizadora do concurso de assistente social e agente de ação social;
- Apoio na implementação do Projeto Piloto de Teletrabalho na SMASDH; e
- Apoio nas ações do Assiste Campina;

Metas para 2024:

- Implantação do Grupo de Trabalho para análise da viabilidade de Prêmio de Produtividade aos servidores da SMASDH;
- Implantação de um regimento para regulamentar as jornadas especiais de trabalho da SMASDH (12/36 e plantões noturnos);
- Implementação do Sistema Eletrônico de Gestão de Pessoas em todos os Departamentos da Pasta;
- Projeto para homenagem aos servidores que se aposentam;
- Aprimorar a articulação com as demais áreas da Secretaria para o efetivo cumprimento dos prazos das rotinas administrativas;
- Potencializar a parceria com a Escola de Governo Municipal e o DPSS.

Quadro Geral de Recursos Humanos da SMASDH.

O quadro de Recursos Humanos da SMASDH totaliza 671 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma:

- 461 servidores efetivos
- 51 servidores comissionados
- 25 conselheiros tutelares
- 01 celetista (cedida pela CEASA)
- 133 terceirizados (limpeza, porteiros, vigilantes, cozinheiros e recepcionistas)

COORDENADORIA SETORIAL ORÇAMENTÁRIA - CSO

Compete à CSO realizar a gestão orçamentária da Secretaria, organizando o planejamento para elaboração do PPA, LDO e da LOA, equacionando as despesas necessárias e os recursos disponíveis.

Principais Atividades

A Coordenadoria Orçamentária é responsável pelo planejamento e elaboração do PPA, LDO, LOA, bem como da execução e controle orçamentário da Secretaria;

PPA – Plano Plurianual: Um dos principais instrumentos de planejamento. O PPA define os programas, projetos e ações do Poder Executivo por um período de 04 anos.

O PPA é encaminhado ao Legislativo até 31 de agosto do primeiro ano de mandato do Prefeito.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias: Instrumento intermediário entre o PPA e a LOA. O conteúdo da LDO deverá se basear no PPA, nada poderá ser inserido na LDO se não estiver previsto no PPA.

A LDO é uma lei ordinária, válida apenas para um exercício, nela são indicadas as metas e prioridades com a finalidade de orientar a elaboração da LOA.

A LDO é encaminhada ao Legislativo até 15 de abril de cada ano.

LOA – Lei Orçamentária Anual: Instrumento onde se preveem os valores para ações de governo. É através da LOA que a administração realiza o que foi planejado, as ações necessárias para atingir os objetivos e metas dentro de um exercício, nela são disponibilizados recursos orçamentários com suas respectivas fontes, baseada nas receitas previstas.

A LOA é encaminhada ao Legislativo do município de Campinas até o último dia útil de Setembro.

Principais Atividades

Indicação orçamentária, reserva orçamentária, confecção do Termo de Responsabilidade Financeira e do formulário para avaliação do Comitê Gestor dos processos de aquisição, locação, contratação de serviços e outras despesas desta Pasta.

Acompanhamento dos saldos orçamentários, bem como providenciar suplementação orçamentária quando necessário.

Orçamento Inicial 2023 (R\$)

Municipal	309.042.533,00
E.P. Municipal	11.152.808,38
Próprio/ Fundos	19.752.860,00
Estadual	3.677.097,00
Federal	10.078.518,00
E.P. Federal	217.867,00
Total	353.921.683,38

Desafios

Aprimorar a organização do planejamento das peças orçamentárias em conjunto com as demais áreas da SMASDH.

Criar o Setor de Apoio à Gestão Orçamentária para maior eficiência na organização, distribuição e realização dos trabalhos desta Coordenadoria.

SETOR DA CASA DOS CONSELHOS

Compete ao Setor disponibilizar infraestrutura geral para o funcionamento dos Conselhos referentes às Políticas Públicas vinculadas a esta Secretaria.

Principais atividades

- Viabilizar as condições de funcionamento de cada Conselho e da Casa dos Conselhos no que diz respeito a Recursos Humanos, materiais de escritório, móveis, equipamentos de informática, telefonia, higiene e limpeza;
- Disponibilizar pessoal para a realização das demandas administrativas e demais atividades dos Conselhos no sentido de apoiar os trabalhos dos conselheiros, facilitando e fortalecendo a atuação de cada um; e
- Organizar o espaço físico.

Desafios

- Aprovação da Tabela de Temporalidade (já construída e encaminhada àSecretaria) para organização dos arquivos, visando liberação do espaço físico;
- Digitalização dos Livros Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos Conselhos para arquivo e transparência na página da Secretaria;

- Iniciar reforma geral do prédio onde está alocada a Casa dos Conselhos;
- Adequar o quadro de RH, de acordo com as necessidades de cada Conselho;
- Finalizar a metodologia similar de trabalhos administrativos dos Conselhos

Resultados

Todos os processos administrativos estão sendo elaborados através do sistema SEI.

Renovações, novas inscrições das OSCs no CMDCA e CMI e Renovações das inscrições das OSCs no CMAS estão sendo realizadas através do sistema SEI.

Reposição parcial do quadro de RH

Metas para 2024

- Reforma do prédio da Casa dos Conselhos;
- Confecção e instalação de placa identificadora para o Setor;
- Troca dos Computadores atuais e mobiliários ergonômicos;
- Finalizar a metodologia de trabalhos administrativos entre dos Conselhos;
- Reposição do quadro de RH.

SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO AO CONSELHO TUTELAR

Compete ao Município, através deste Setor, disponibilizar local, recursos humanos e material necessário para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, de acordo com a Lei nº 8069/90. Campinas possui cinco Conselhos Tutelares que abrangem todas as regiões administrativas do município (noroeste, sul, sudoeste, leste e norte). Quatro destes Conselhos estão localizados na Av. Francisco Glicério na região central da cidade e outro descentralizado no bairro Guanabara (Conselho Tutelar Norte).

Para garantir o funcionamento destes órgãos, a SMASDH dispõe do Setor de Apoio aos Conselhos Tutelares, que é responsável por gerir suas demandas operacionais e administrativas.

Principais atividades

- Viabilizar as condições de funcionamento de cada Conselho no que diz respeito a RH, material de escritório, informática, telefonia, limpeza e logística.
- Recepcionar e encaminhar aos Conselheiros a população que diariamente procura atendimento na sede dos Conselhos Tutelares.

- Cadastrar, digitalizar e arquivar os prontuários da população atendida pelos Conselhos Tutelares.
- Encaminhar as notificações e ofícios expedidos pelos Conselhos Tutelares ao sistema de garantia de direitos e à população.
- Auxiliar na interlocução entre os Conselhos Tutelares e PMC.
- Auxiliar na interlocução entre os Conselhos Tutelares e o SGD.
- Administrar as instalações dos prédios onde estão alocados os Conselhos Tutelares
- Gerenciar motoristas no atendimento dos plantões emergenciais 24 horas.
- Monitoramento do serviço de segurança
- Monitoramento da manutenção e conservação predial e materiais permanentes (móveis)

Desafios de 2024

- Equacionar a disponibilidade de recursos humanos.
- Apoiar a atualização e aprimoramento da legislação específica sobre os Conselhos Tutelares.
- Gerenciar prontuários e arquivo.
- Auxiliar na implementação do novo Sipiá CT.
- Unificar a metodologia de trabalho entre os Conselheiros Tutelares.
- Viabilizar a criação do 6º Conselho Tutelar.
- Implantação de controle de acesso ao prédio do Conselho Tutelar no centro.
- Atualização do layout de atendimento na recepção do Conselho Tutelar no centro.
- Desenvolver conhecimento e habilidades em todas as funções no escopo de atividades do Conselho Tutelar para todos os servidores/colaboradores.
- Término da digitalização dos prontuários do arquivo;
- Descentralização dos Conselhos Tutelares em suas respectivas regiões;
- Expansão do arquivo/troca de local.
- Capacitar os funcionários administrativos para utilizarem a ferramenta do novo Sipiá CT.

Resultados alcançados

- Aprimoramento do atendimento à população.
- Qualificação da interlocução com os Conselhos Tutelares.
- Avanço no equacionamento da disponibilidade de recursos humanos à demanda de trabalho

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS – DDH

A Diretoria de Direitos Humanos desempenha um papel essencial na articulação, planejamento, coordenação, supervisão e avaliação de políticas, programas e ações no âmbito das diversas coordenações de direitos humanos que a compõem. Seu objetivo principal é fortalecer institucionalmente essas iniciativas, oferecendo apoio e orientação à população, ao mesmo tempo em que promove ações que incentivam a convivência e o diálogo entre grupos diversos.

Além disso, a Diretoria está empenhada em garantir o respeito aos direitos individuais e coletivos, bem como a proteção e o reconhecimento da diversidade étnica, etária, de gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Esses princípios são incorporados de forma transversal em colaboração com outras políticas públicas da Secretaria e do Município, com o propósito de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A integração e complementaridade de ações no âmbito municipal visam promover a cidadania, a justiça e a equidade, valores cada vez mais essenciais em uma sociedade plural. A Diretoria de Direitos Humanos está firmemente comprometida em trabalhar de forma contínua para assegurar que esses objetivos sejam alcançados.

A Diretoria é composta pelas seguintes Coordenadorias, Setores e Serviços:

1 - Coordenadoria de Políticas para a Juventude, da qual faz parte o Centro de Referência da Juventude, e o Programa Juventude Conectada;

2 – Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, da qual faz parte o Centro de Referência na Prevenção e Combate ao Racismo e à Discriminação Religiosa, e o Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida;

3 - Coordenadoria de Políticas para a Mulher, da qual faz parte o CEAMO-Centro de Referência e Apoio à Mulher; e o SERAVI – Serviço de Responsabilização e Reeducação ao Autor da Violência

4- Coordenadoria de Políticas para a Pessoa Idosa

5- Coordenadoria de Políticas para a Prevenção ao Uso de Drogas

6- Centro de Referência para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis ,Mulheres Transexuais, HomensTrans e Transgêneros.

Conforme dados e relatórios referentes a 2023 os desafios das áreas remetem em comum principalmente às adversidades trazidas no pós pandemia, no que tange questões referentes ao aumento de demanda que desencadeia necessidade de aumento de pessoal e requalificação dos espaços exigindo algumas adaptações e mudanças, bem como fluxos de atendimento, infraestrutura. Todavia é importante e necessário destacar e reconhecer os avanços, o compromisso e engajamento da equipe técnica, dos gestores, da Diretoria, da Secretaria e da Administração Pública que permitiram que todos objetivos fossem atingidos.

Das principais ações e resultados alcançados por cada área, destacando-se:

COORDENADORIA DA JUVENTUDE

A Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude – Coordenadoria da Juventude – foi criada em 29 de agosto de 2015 durante a “6ª Conferência Municipal de Juventude” através da promulgação da Lei Complementar nº 115/2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Juventude. No mesmo ato foi criado o Conselho Municipal da Juventude (CMJ) e instituídas no calendário oficial do município a Conferência Municipal de Juventude, que deve ser realizada a cada dois anos, e a Semana da Juventude, a ser comemorada anualmente no mês de agosto.

Considerando jovem a população de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade, a Coordenadoria da Juventude em consonância com o Estatuto da Juventude, Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, tem a competência de formular, coordenar e promover, de forma articulada com as demais Secretarias Municipais, políticas e diretrizes voltadas para a juventude, incentivando o protagonismo juvenil. Nesta esteira, embora a Coordenadoria da Juventude esteja estruturada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH), as políticas públicas para a juventude são promovidas em diversas Secretarias Municipais: na Cultura, Educação, Esportes, Saúde, Segurança Pública, entre outras. Assim, além das políticas de juventude (PPJs) diretamente executadas pela SMASDH, cabe à Coordenadoria da Juventude, aliada ao Conselho Municipal da Juventude (CMJ), a articulação intersecretarias e interinstitucional para discussão, aprimoramento e construção das PPJs.

Tabela 1 - PROJETO SECRETARIA EM NÚMEROS					
COORDENADORIA DA JUVENTUDE 2023					
Mês	Bolsistas no Programa Juventude Conectada	Acessos nos Telecentros	Investimento no Programa Juventude Conectada	Centro de Referência da Juventude - CRJ (ações, atendimentos, cursos, oficinas, palestras e outras atividades)	Coordenadoria da Juventude (participantes em campanhas, cerimônias, eventos culturais e esportivos, feiras, audiências, mobilizações e palestras em geral)
Janeiro	2	76	R\$ 1.687,60	300	205
Fevereiro	2	78	R\$ 22.537,60	274	201
Março	115	755	R\$ 26.160,60	107	437
Abril	111	1931	R\$ 77.329,02	382	146
Maio	109	2710	R\$ 79.053,95	541	52
Junho	108	2293	R\$ 74.511,66	359	184
Julho	108	1741	R\$ 74.511,66	522	153

Tabela 1 - PROJETO SECRETARIA EM NÚMEROS					
COORDENADORIA DA JUVENTUDE 2023					
Mês	Bolsistas no Programa Juventude Conectada	Acessos nos Telecentros	Investimento no Programa Juventude Conectada	Centro de Referência da Juventude - CRJ (ações, atendimentos, cursos, oficinas, palestras e outras atividades)	Coordenadoria da Juventude (participantes em campanhas, cerimônias, eventos culturais e esportivos, feiras, audiências, mobilizações e palestras em geral)
Agosto	107	4750	R\$ 73.821,73	354	3.112
Setembro	103	3995	R\$ 71.062,05	405	250
Outubro	100	3824	R\$ 68.992,28	305	208
Novembro	96	2989	R\$ 66.232,58	1663	460
Dezembro	96	1657	R\$ 66.232,58	255	80
Total 2023	115 (quantidade máxima de bolsistas no Programa)	26.799	R\$ 635.900,73	5.467	5.488

A Tabela 1 consiste nos indicadores criados para mensurar as principais iniciativas da Coordenadoria. Com o processo do Programa Socioeducativo Juventude Conectada, no mês

de março de 2023, foi alcançada a marca de 115 (cento e quinze) bolsistas no Programa, que atenderam 26.799 nos telecentros do Juventude Conectada, número quase duas vezes maior do que no ano anterior. Quanto ao investimento no Programa, estão somadas mensalmente as despesas com o pagamento da bolsa pedagógica e vale transporte, bem como a contratação da pessoa jurídica especializada na realização de processo seletivo. Importante ressaltar que no ano de 2023 os investimentos no Juventude Conectada mais do que triplicaram.

O Centro de Referência da Juventude (CRJ), equipamento descentralizado da Coordenadoria da Juventude que atua na área de ações educativas, profissionalização e geração de renda para a população jovem e, de forma intergeracional, alcançou o número de 5.467 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete) participantes em ações, atendimentos, cursos, oficinas, palestras e outras atividades a serem detalhadas nos próximos tópicos deste Relatório. Os números de atendimentos do CRJ cresceram cerca de 200% se comparado ao ano anterior.

No que tange às participações em campanhas, cerimônias, eventos culturais e esportivos, feiras, audiências, mobilizações e palestras em geral promovidas pela Coordenadoria da Juventude, foi atingido o número de 5.488 (cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito) pessoas, sobretudo as de 15 a 29 anos. Grande parte deste número está concentrado no mês de agosto devido à Semana das Juventudes 2023, que mobilizou 41 instituições, serviços, coletivos, ou jovens engajados na pauta das juventudes e realizou 55 atividades presenciais e online. O número total de participantes nas ações da Coordenadoria da Juventude foi ligeiramente inferior ao computado no ano passado devido aos esforços para mobilização e participação na Conferência Estadual e Conferência Nacional de Juventude, realizadas em Olímpia-SP e Brasília-DF, nos meses de novembro e dezembro, respectivamente. No entanto, a Semana das Juventudes, promovida em agosto, registrou aumento no número de parceiros e na quantidade de atividades realizadas.

PROGRAMA JUVENTUDE CONECTADA

Criado pela Lei nº 14.853 de julho de 2014 e regulamentado pelo Decreto nº 20.827 de 16 de abril de 2020, o Programa Juventude Conectada oferece bolsa pedagógica mensal para até 120 (cento e vinte) jovens de 15 a 29 anos, de baixa renda e moradores de Campinas. Esses jovens, que ingressam no Programa através de Processo Seletivo, cumprem carga semanal de 20 (vinte) horas nos telecentros comunitários difundidos pelo município, onde desenvolvem atividades de inclusão digital junto à população da cidade. Os jovens atuam como facilitadores na organização, orientação e apoio à população no acesso livre e gratuito, na

realização de oficinas básicas de informática, serviços digitais (E-GOV), e outras atividades relacionadas à cultura digital. Para desempenhar estas funções, os bolsistas participam de formações continuadas quinzenais com a equipe pedagógica do Programa, divididas nos eixos: 1) Gestão e Desenvolvimento Pessoal; 2) Tecnologias de Informação e Comunicação; 3) Direitos Humanos e Cidadania.

A Juventude Conectada foi responsável por 345.478 (trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito) acessos entre os anos de 2014 e 2023, sendo 26.799 realizados em 2023. Quase o dobro de atendimentos se comparado ao anterior.

Tabela 2 - Histórico de Acessos nos Telecentros do Programa Juventude Conectada	
Ano	Quantidade de Acessos
2014 (julho a dezembro)	11.643
2015	15.252
2016	52.805
2017	51.357
2018	77.753
2019	88.582
2020	4.635
2021 (outubro a dezembro)	2.951
2022	13.701
2023	26.799

Tabela 2 - Histórico de Acessos nos Telecentros do Programa Juventude Conectada	
Ano	Quantidade de Acessos
<u>Total de 2014 a 2023</u>	<u>345.478</u>

Foi implantado o telecentro do Programa no Agiliza Barão Geraldo e, finalmente celebrada a parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME) para desenvolvimento do Juventude Conectada nas escolas da rede municipal. Todavia, com as mudanças na dinâmica de funcionamento dos Laboratórios de Informática Educacional (LIEDs), a parceria se estabeleceu em 10 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) até o momento, mais o Ceprocamp - Centro de Educação Profissional de Campinas - Unidade Centro.

Entre o final de 2022 e começo de 2023 foi realizado o 5º processo seletivo do Programa, através de contratação de pessoa jurídica especializada em processos seletivos, para recomposição do quadro de jovens bolsistas. Com 861 candidatos inscritos, a prova objetiva foi aplicada no próximo dia 22 de janeiro, que classificou os jovens por ordem pontuação decrescentes, através da qual foram selecionados os primeiros 120 (cento e vinte) candidatos para entrevista de comprovação dos critérios socioeconômicos e posterior inclusão no Juventude Conectada.



Foto 1 - Cerimônia de boas vindas aos novos bolsistas do Programa Juventude Conectada.

Projeto “Geração + Conectada”

Trata-se de um projeto desenvolvido entre as Coordenadorias de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa e a de Políticas para a Juventude, no âmbito do Programa Juventude Conectada, iniciado no ano de 2021 e continuado em 2023, que ensina aplicações de smartfone básico, aplicações sem internet, configurações de acesso à internet, e redes sociais e aplicativos de serviços públicos para pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais.

Além da atuação no campo tecnológico, o Projeto promove o intercâmbio geracional onde os jovens ensinam o uso do celular para as pessoas idosas, e estas, por sua vez, compartilham suas experiências de vida e promovem a empatia através da troca de conhecimentos. O Geração + Conectada foi desenvolvido com 31 (trinta e um) alunos nos serviços: Centro de Referência da Juventude (CRJ) e CRAS Nelson Mandela.



Foto 2 -Encontro de formação com os jovens bolsistas que ministraram as oficinas do projeto “Geração + Conectada”.

Projeto Audiovisual Noroeste

Ainda dentro do escopo da parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME), o Programa Juventude Conectada compõe o Projeto Audiovisual Noroeste, que engloba as unidades de ensino fundamental da região Noroeste de Campinas, além de um Centro de Educação Infantil. Nele, as escolas produzem material audiovisual de forma adaptada ou exclusiva dos projetos desenvolvidos já existentes nas unidades.

A produção dos conteúdos passa pela elaboração de um professor, com acompanhamento dos professores articuladores que podem sugerir adaptações para o audiovisual. Além disso, o projeto conta com o apoio de bolsistas do Juventude Conectada, que em alguns casos,

realizam a captação desses materiais, seja áudio, vídeos e ainda realizam a edição, com uma produção final disponibilizada nos canais do YouTube de cada unidade escolar. O projeto dá visibilidade às produções realizadas nas escolas e em uma linguagem mais próxima do cotidiano da comunidade escolar.

O Projeto tem aberto outras perspectivas e possibilidades de atuação dentro do Juventude Conectada e proporcionado experiências ímpares aos jovens participantes, que em muitos casos nunca tinham tido contato com essas ferramentas.



Foto 3 - Bolsistas do JuventudeConectada e alunos da rede municipal em atividade de captação de áudio e imagem.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE -CRJ

Equipamento da Coordenadoria da Juventude responsável pela oferta de políticas públicas descentralizadas à população jovem, com ênfase na educação, profissionalização e geração de renda. Os cursos são disponibilizados semestral e trimestralmente conforme oferta de projetos e parcerias.

No ano de 2023 foram realizadas diversas ações, atendimentos, cursos, oficinas, palestras e outras atividades, que resultaram em 5.467 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete) participantes, dentre eles os cursos de Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Recursos Humanos, Copeiro (a) e Cuidador de Pessoas, além da Clínica Veterinária Móvel instalada pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SMVDS).



Foto 4 - Sala de aula do CRJ.

PROJETO “CAMP CREW”

Compreendendo o Grafite (ou Graffiti) como arte urbana de expressão cultural, sobretudo da juventude das periferias, o

projeto “CampCrew” visa favorecer uma cultura de participação política e social das juventudes, com a possibilidade de repensar os espaços de serviços públicos e comunitários, educativos, de transmissão da história, cultura, identidade e interações sociais locais, trazendo um sentimento de pertencimento e construção ativa junto aos munícipes moradores da região. O projeto visa democratizar o acesso às artes urbanas, sobretudo o graffiti, através de oficinas artísticas voltadas aos adolescentes e jovens de Campinas, principalmente das regiões periféricas, além de realizar intervenções urbanas a fim de revitalizar espaços públicos através de artistas selecionados.

Se inscreveram para o “CampCrew” artistas de Campinas e Região Metropolitana com interesse em atuar em iniciativas de revitalização de espaços públicos através da arte urbana (grafite, pinturas, entre outras linguagens). Foi lançado Edital simplificado (via Google Forms) visando credenciar artistas urbanos que, conforme lançamento de novas etapas do “CampCrew”, foram convidados para participar das intervenções de arte urbana, realizadas em painéis, escolas, rodovias, viadutos, projetos sociais, entre outros equipamentos públicos.

Tabela 3 - Indicadores Etapas “Camp Crew” - 2023					
	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Total 2023
Artistas selecionados para intervenção	22	20	22	102	<u>166</u>

Jovens participantes das oficinas de graffiti e capazes de promover suas expressões artísticas	18	42	222	25	<u>307</u>
Pessoas engajadas em ações comunitárias	40	62	244	127	<u>473</u>
Espaço Público Revitalizado	01	02	01	01	<u>05</u>



Foto 5 - Graffiti realizado no SAMIM como parte da intervenção urbana realizada no local.

Realizado desde 2021, o CampCrew recebeu duas emendas impositivas da Câmara Municipal de Vereadores para desenvolvimento e expansão do projeto no exercício de 2023. Com os recursos recebidos foi possível realizar 4 (quatro) etapas, sendo uma delas a maior realizada até o momento. Mais do que intervenções artísticas, o CampCrew também propõe o engajamento comunitário dos artistas através das oficinas de artes urbanas oferecidas aos adolescentes e jovens dos territórios.

Na primeira etapa do CampCrew, 22 (vinte e dois) artistas revitalizaram o SAMIM (Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante). Além disso, 18 adolescentes e jovens participaram de oficinas de graffiti promovidas por educadores de artes urbanas componentes do projeto.



Foto 6 - Graffiti realizada na 2ª etapa do Camp Crew, em uma escola estadual no bairro Vila Industrial.

Na segunda etapa do projeto, foram realizadas duas intervenções: uma na sede da Educa TV, na região Central da cidade, e outra em uma Escola Estadual na Vila Industrial. As ações reuniram 20 artistas selecionados e 42 adolescentes e jovens participantes das oficinas de artes urbanas.



Foto 7 - Parte do grupo de mulheres grafiteiras participantes da intervenção urbana.

A terceira etapa do CampCrew foi realizada no Bairro San Diego, e consistiu num painel realizado por 22 (vinte e duas) artistas mulheres, fato inédito nas ações de graffiti em Campinas. Nesta etapa, 222 (duzentos e vinte e dois) adolescentes e jovens estudantes de uma escola estadual participaram de oficinas de artes urbanas oferecidas pelo projeto.



Foto 8 - Parte da Sopa de Letras na lateral do Viaduto Cury.

Por fim, a quarta e última intervenção do CampCrew realizada no ano de 2023, contou com a participação de 102 (cento e dois) artistas, numa grande iniciativa de revitalização do Viaduto Cury, próximo ao “Ceasinha”, na região Central de

Campinas. Para esta edição, 25 (vinte e cinco) adolescentes e jovens participaram de oficinas de artes urbanas. De forma inédita, o Projeto promoveu uma Sopa de Letras, que é um grande painel com *bombsetags* dos artistas, com espaços divididos igualmente entre eles, e com cores harmônicas que cobriu toda a lateral do Viaduto nas proximidades da Praça Felipe Selhi. Além da “Sopa”, foram pintados painéis por toda “Ceasinha” e no túnel próximo à Rua Treze de Maio.

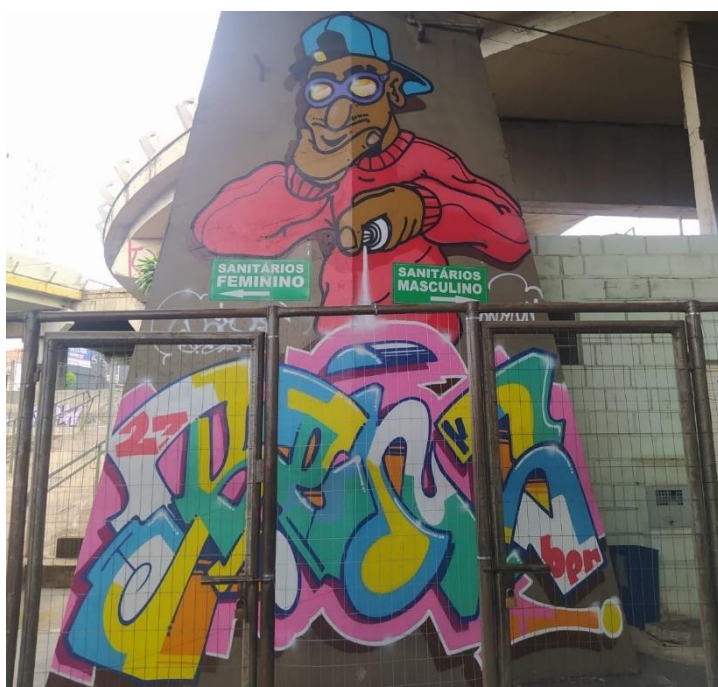


Foto 9 - Arte de graffiti no pilar da entrada dos banheiros do Ceasinha.

O CampCrew tem sido uma importante ferramenta para acessar as juventudes mais periféricas e, ao mesmo tempo, revitalizar espaços públicos da cidade. O número expressivo de artistas

interessados, bem como dos adolescentes e jovens participantes das oficinas de artes urbanas, demonstram a importância desta política pública para a cena cultural da cidade, que muito tem crescido através de inúmeras expressões da cultura urbana, dentre elas: skateboard, stickers, lambe-lambe e o hip hop, que consiste nos seus quatro elementos: Rap, DJ, Break e Graffiti.

Semana da Juventude 2023

Instituída no calendário oficial de Campinas através da Lei Complementar nº 115/2015, a Semana da Juventude é um evento comemorado anualmente na semana do dia 12 de agosto, realizado pelo Poder Executivo em colaboração com o Conselho Municipal da Juventude. Dia 12 de agosto é o Dia Internacional da Juventude, celebrado através da resolução da Assembleia Geral da ONU em 1999, como resposta às recomendações levantadas na Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude (Lisboa, 1998), onde ocorreram diversas reflexões sobre as práticas de responsabilidade social para com os jovens. Desde o ano de 2021 a Semana da Juventude é realizada em parceria com a Fundação FEAC, através do Programa Juventudes. Realizada entre os dias 03 e 20 de agosto (portanto, uma semana com quase 20 dias!), em 2023, a Semana das Juventudes teve como tema: *Habla Juventudes!* - Novas Formas de Participação Política e foi pautado no eixo Direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil do Estatuto da Juventude. O tema, bem como outras sugestões de ações e atividades foram proposições de jovens que participaram de oficinas do Conselho Municipal da Juventude.

Foram promovidas 55 (cinquenta e cinco) atividades em sua grande maioria presenciais, entre apresentações culturais, rodas de conversa, oficinas educativas, *lives* e outras, descentralizadas por todas as regiões de Campinas. Para realização das ações, a Semana contou com 41 (quarenta e um) parceiros entre instituições, serviços, coletivos, ou jovens engajados na pauta das juventudes. A programação completa pode ser consultada através do link: [PROGRAMAÇÃO](#). Com essa quantidade de atividades e organizações parceiras, a Semana da Juventude de 2023 foi a maior da história da cidade!

A Semana da Juventude é uma política pública de fundamental importância para a articulação em rede e fomento das discussões acerca da juventude e diálogo com os coletivos e movimentos sociais.



Foto 10 - Estande da Coordenadoria e Conselho da Juventude no 15º Fórum de Profissões realizado no Dia Internacional da Juventude, durante a Semana da Juventude de 2023.

Conferência Regional de Juventude

As Conferências de Juventude são espaços formais de controle social e escuta das juventudes a respeito das políticas públicas e visam promover a participação dos jovens na construção de políticas públicas para a juventude, bem como fortalecer o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve).

Em Campinas, a última conferência de juventude, a 6ª Conferência Municipal da Juventude foi realizada no ano de 2015, à época em que o Governo Federal convocou a 3ª Conferência Nacional da Juventude. No entanto, há 8 (oito) anos que não era convocada a Conferência Nacional, que só foi retomada no ano de 2023. Convocada através de Decreto Presidencial na data de 26/07/2023, a 4ª Conferência Nacional da Juventude, realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro, em Brasília-DF, definiu o calendário das etapas municipais e estaduais, bem como estabeleceu o tema para o evento: Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver".

Diante do calendário estabelecido pela Secretaria e Conselho Nacional de Juventude, o Conselho Municipal da Juventude de Campinas (CMJ) definiu o mês de agosto para realização de sua Conferência Municipal, após a Semana das Juventudes. Contudo, durante o processo de organização da Conferência Municipal, a Coordenadoria Estadual de Políticas

para a Juventude, vinculada à Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania do Governo do Estado de São Paulo, responsável pela realização da 4ª Conferência Estadual de Juventude, solicitou à Prefeitura Municipal de Campinas, através desta Coordenadoria de Políticas para a Juventude, apoio para realização de uma Conferência Regional de Juventude que abrangesse toda Macrorregião Região de Campinas e que fosse sediada em Campinas. A demanda foi discutida no âmbito do Conselho Municipal da Juventude (CMJ), que culminou na Nota Técnica nº 01/2023, publicada no Diário Oficial na data de 01/09/2023 (*Disponível em: [550815035009503505508101.pdf](https://campinas.sp.gov.br/550815035009503505508101.pdf) (campinas.sp.gov.br)*, à página 02), que decide por “priorizar a promoção da etapa regional ao revés da municipal [...]”.

A decisão do CMJ foi no sentido de apoiar o Governo do Estado, principalmente no esforço coletivo de garantir que municípios menores, que não teriam condições de realizar suas respectivas conferências municipais, pudessem participar da Conferência Estadual de Juventude, visto que a Etapa Municipal ou Regional era obrigatória para seguir participando das etapas seguintes. Assim, o Campinas uniu-se aos municípios da Região de Campinas através de seus conselhos de juventude ou unidades gestoras de juventude e realizou a 4ª Conferência Regional de Juventude da Macrorregião de Campinas na data de 30/09/2024. Toda a estrutura da Conferência Regional foi custeada pela Prefeitura Municipal de Campinas, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos e da Secretaria Municipal de Educação, que através da articulação desta Coordenadoria de Políticas para a Juventude, garantiram toda a infraestrutura necessária para a realização do evento.

Ao todo, cerca de 200 (duzentas) pessoas participaram da Conferência Regional, oriundas dos seguintes municípios: Americana, Elias Fausto, Hortolândia, Indaiatuba, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Mor, Paulínia, Piracicaba, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo, que representantes de mais de 80 (oitenta) diferentes agremiações, coletivos e organizações. Por mais que não tenha ocorrido a Conferência Municipal de Juventude em Campinas no ano de 2023, o fato de ter protagonizado a Etapa Regional permitiu uma forte articulação dos quadros de juventude da cidade e, principalmente, o fortalecimento da rede de juventudes do município e da região. Foram aprovadas 36 (trinta e seis) propostas de políticas públicas voltadas à juventude, sendo 3 (três) por cada um dos 12 (doze) eixos do Estatuto da Juventude, que foram encaminhadas à Comissão Organizadora Estadual (COE) a fim de constar no caderno de propostas da Etapa Estadual.

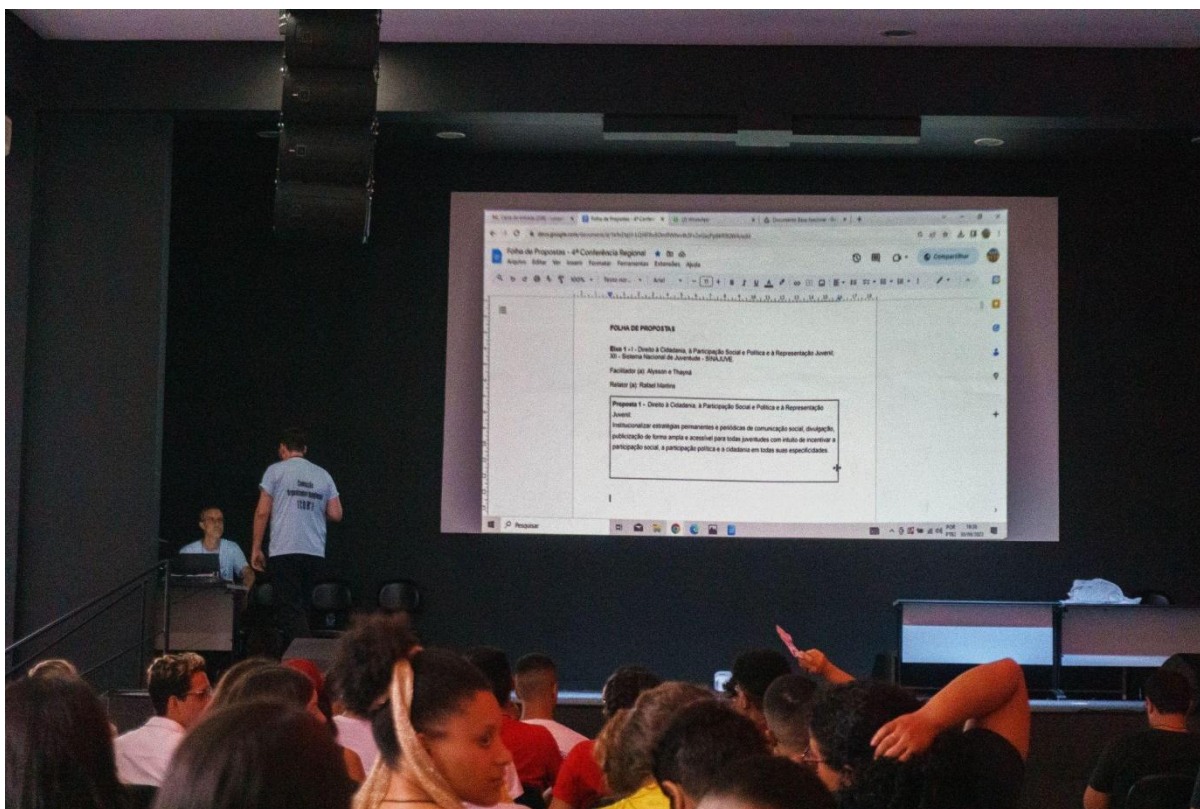


Foto 11 - Plenária da 4ª Conferência Regional de Juventude da Macrorregião de Campinas.

Todos os documentos da 4ª Conferência Regional de Juventude da Macrorregião de Campinas, relatórios, ata, caderno de propostas, moções, entre outros, estão disponíveis no *hotsite* criado exclusivamente para o evento, que pode ser acessado através do link: <https://portal.campinas.sp.gov.br/sites/conferenciajuventude2023/home>.

Conferência Estadual de Juventude

Realizada nos dias 23 e 24 de novembro de 2023, em Olímpia-SP, a 4ª Conferência Estadual de Juventude, promovida pela Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, através de sua Coordenadoria de Políticas para a Juventude, contou com a participação de quase 1 (um) mil pessoas, com representantes de diversas cidades do estado de São Paulo, divididas por Macrorregiões.

Campinas marcou presença na Etapa Estadual com uma delegação de 93 (noventa e três) representantes da Macrorregião de Campinas, consistindo na maior delegação do estado de São Paulo na Conferência Estadual. Desses, 13 (treze) foram eleitos delegados para representar as cidades de Campinas, Hortolândia e Monte Mor na 4ª Conferência Nacional da Juventude, realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro em Brasília-DF.

Eleições Conselho Municipal da Juventude

Instituído pela Lei Complementar nº 115/2015, o Conselho Municipal da Juventude (CMJ) tem o papel de acompanhar a implementação e execução da Política Municipal da Juventude; fiscalizar, no âmbito do Município, o cumprimento da legislação que assegure os direitos da juventude, bem como manifestar-se acerca dos projetos de leis municipais desta temática; fomentar o associativismo juvenil, estimulando a participação da juventude nos organismos públicos e movimentos sociais e populares; entre outras atribuições. O Conselho desenvolve papel fundamental na organização e execução da Semana da Juventude, que é realizada anualmente, e na Conferência Municipal de Juventude, que neste ano foi substituída pela Conferência Regional, conforme elucidado no item anterior.

O CMJ é composto por 24 (vinte e quatro) membros titulares, sendo 12 (doze) representantes do poder público e 12 (doze) eleitos pela sociedade civil, com igual número de suplentes. A gestão do Conselho é bianual, podendo o conselheiro da sociedade civil ter apenas uma recondução no biênio seguinte. O processo eleitoral para a gestão 2024-2025, realizado no ano de 2023, contou com as seguintes etapas: inscrição/envio de documentação comprobatória e eleições *online*. Foram recebidas 19 (dezenove) candidaturas para o processo, sendo que 16 (dezesesseis) foram deferidas. Para concorrer ao CMJ, a pessoa física deve ser representante de um movimento social e populares ou por pessoas jurídicas com fins não econômicos, com sede no município de Campinas, com pelo menos 1 (um) ano de funcionamento e que possuam comprovada atuação na mobilização, promoção, defesa ou garantia dos direitos da juventude, compreendida pela população de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade (Lei Federal nº 12.852/2013). O total de votos válidos foi de 533, com 19 votos nulos, totalizando 552 votos no processo eleitoral. Mesmo com esse número de votos anulados, o processo eleitoral para a gestão 2024-2025 bateu recorde de participação na votação, realizada de maneira virtual.



Foto 12 - Colegiado eleito para a gestão 2024-2025 junto às autoridades municipais.

COORDENADORIA SETORIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL –
CEPIR

A Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial CEPIR (decreto 8 de março 2013), é um espaço institucional articulador e formulador de políticas públicas de combate ao racismo, discriminação e toda forma de intolerância, promovendo a interlocução entre os municípios e a administração pública municipal. Visando a superação das desigualdades sociais e raciais, neste sentido, promovendo ações de inclusão social, valorização dos negros, negras e outros grupos historicamente discriminados por motivo de raça, cor, etnia, procedência nacional ou religiosa, o que faz por meio dos serviços vinculados a esta Coordenadoria: o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção, Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa e **Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida.**

As principais atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2023;

- Acompanhamento e participação na Banca de Averiguação (heteroidentificação) Unicamp e COTUCA
- Cerimônia de Posse e composição junto ao Conselho Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra
- Participação na 17ª Conferência Nacional, a 9ª Conferência Estadual e a 12ª Conferência Municipal de Saúde de Campinas.
- Participação evento virtual diálogo Inter-religioso com o tema “Racismo Religioso ou Intolerância Religiosa?” Realização Fórum Inter-religioso do Estado de São Paulo
- Participação do LANÇAMENTO do LIDERA – Programa de Mentoria em Lideranças Públicas
- Cerimônia de Posse e composição junto ao Conselho Municipal de Política Cultural – Biênio23/24.
- Rodas de conversa temáticas sobre Saúde da População Indígenas com Dr. Paulo Abati (indigenista da Unicamp; Área Técnica da Saúde do Adulto da SMS; alunos indígenas da Unicamp, Etmo Cidade.
- Cerimônia da Lavagem da Escadaria participação e contratação de transporte para os membros da Comunidade de Terreiros.

- Realização do Evento “Eliminação da Discriminação Racial e do Racismo Religioso: Como a Sociedade Pode Contribuir?
- Realização do encontro formação e capacitação dos conselheiros e conselheiras do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas ação Concurso Perola Negra.
- Participação do encontro virtual com a Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SENAPIR), do Ministério da Igualdade Racial.
- Participação da reunião com Instituto Trabalho Decente - ITD, Superintendência Regional do Trabalho - SRT, Ministério Público do Trabalho - MPT e representantes de Prefeituras da região de Campinas para tratar da pauta trabalho decente e enfrentamento ao trabalho escravo.
- Realização - Live dia Nacional de Combate à Discriminação Racial.
- Realização em parceria com SMS , SIMPÓSIO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO INDÍGENA.
- Realização Simpósio – Promoção e o Cuidado em Saúde Mental de / para Imigrantes e Refugiados no Brasil: os Desafios para a RAPS na RMC.
- Reunião virtual de Apresentação do Resultado do Diagnóstico do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR. Realização Ministério da Igualdade Racial.
- Participação no Salão Azul da Recepção da Comitiva liderada pelo Diretor Executivo de Futebol do Estado de Ondo, Nigéria, Mr. AjayiBamideleOrilonise, com objetivo estabelecer parceria cultural, esportiva e econômica.
- Reuniões / Encontro do Fórum Municipal de Usuários da Política de Direitos Humanos para Imigrantes e Refugiados
- Reuniões trimestrais do Comitê de Implantação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
- Reuniões temáticas por segmentos que compõem Comitê de Implantação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
- Atuação de na comissão de heteroidentificação , banca de averiguação e banca recursal.
- Realização do evento “Conversando a Gente se Entende” em alusão Semana da Liberdade Religiosa

- Participação da cerimônia de abertura da Mostra Cultural Afrofuturista. Realização Museu da Cidade, “Casa de Vidro”.
- Participação do evento virtual WEBINÁRIO - IGUALDADE RACIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS Ministério da Igualdade Racial.
- Realização em parceria com MIPID/SME de Roda de conversa sobre “20 anos da Lei 10639 Avanço e Desafios.
- Lançamento da Campanha “Seja Antirracista: Conheça os Heróis Negros e as Heroínas Negras que fizeram História em Campinas” no Salão Azul
- Participação Encontro de lideranças, conselheiros e gestores de igualdade racial com a presença da Ministra. Anielle Franco. Cidade de Araraquara.
- Participação do Evento Urbanizarte atividade do microterritório CRAS Satélite Iris.
- Aplicações de Palestras, Rodas de Conversar e Formações para diversas Instituições.
- Participação de Eventos em Instituições do Movimento Negro.
- As demandas aumentaram em grande proporção desencadeando um maior número de ações, necessidade de reorganização dos fluxos e procura de um no espaço onde pudesse funcionar a coordenadoria juntamente com o centro de referência e o serviço de atendimento à migrante, refugiados e apátridas. Assim, com o aumento da demanda, aumentaram as atividades da Coordenadoria, onde atingimos todas as metas, principalmente com os avanços nas tratativas com representantes dos povos indígenas; realização do concurso Pérola Negra; fomento e desenvolvimento de instruções, formações e capacitações para órgãos públicos, escolas e empresas. Avançamos também com o Plano Municipal da Igualdade Racial com ampliação do diálogo com as secretarias envolvidas; bem como, a participação e organização do processo de heteroidentificação nos concursos públicos e processos seletivos da Administração Direta e Indireta do município.
- Assim, como metas para 2024 temos principalmente:
- Além dos encontros específicos por demandas que já fazíamos, estabelecemos um calendário mensal para monitoramento do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Também estamos a procura de imóvel para mudança física da CSPIR, CRCR e SRIRA juntos em um mesmo espaço, todavia, sabemos que isso não é simples uma vez que há uma série de diretrizes que necessitamos, como por exemplo, a localização do imóvel ser central, ter um espaço mais amplo devido ao aumento de demanda, entre outros. Assim estamos juntos com a gestão nas tratativas e articulação para localizar o

local. Outra meta é elaborar projeto de letramento racial para os servidores municipais, entidades conveniadas e cofinanciadas, tanto com cursos online como presenciais. Sempre temos muitas solicitações específicas para serviços, assim pensamos em otimizar fomentando projeto para que isso fique disponível a todos. Outra meta é auxiliar o fomento para criação de núcleos de promoção da igualdade racial em cada secretaria. A Criação de um Site para Sistema PIR Campinas, também é um projeto que pretendemos iniciar no intuito de dar consulta de acompanhamento das ações antirracistas dos diversos organismos da Prefeitura de Campinas, bem como o fomento do Sistema de Promoção da Igualdade Racial, integrando ações antirracistas junto as diversas áreas da Prefeitura de Campinas. Além disso, estamos fomentando projeto para criação de um fórum inter-religioso para estimular a convivência, o diálogo e o respeito aos direitos humanos.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS NA PREVENÇÃO E COMBATE AO RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA

O Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa, inaugurado em 21/03/2016, é um serviço multidisciplinar destinado ao acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de denúncias da prática de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, bem como à realização de ações voltadas para a promoção da igualdade e combate ao preconceito racial e religioso, junto a escolas, universidades, empresas e demais órgãos, tendo cunho educativo e orientativo.

Diante das atribuições institucionais do serviço, o serviço desenvolveu no ano de 2023 principalmente ações de registro e acompanhamento de casos de racismo e discriminação religiosa; atendimentos, visitas recebidas, reuniões e encaminhamentos diversos; atividades de formação; acompanhamento de procedimentos e consultoria em relações étnicas raciais junto ao Ministério Público; apoio em ações da Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial, do Departamento e da Secretaria; participação e apoio a eventos e outras atividades; gestão técnica e administrativa dos procedimentos de heteroidentificação; elaboração de projetos e textos para materiais voltados para a conscientização e educação da população sobre relações étnico-raciais e liberdade religiosa e orientações para casos de discriminação racial e religiosa.

ATIVIDADES REALIZADAS					
1	CASOS – REGISTRO E ACOMPANHAMENTO	Novos (2023)	Racismo	41	47
			Discriminação Religiosa	6	
		Total (abertos entre 2016e 2023)	Abertos	113	211
			Arquivados	98	
2	ATIVIDADES INTERNAS		Atendimentos	353	597
			Visitas recebidas	9	
			Reuniões	16	
			Encaminhamentos	219	
3	ATIVIDADES DE FORMAÇÃO (rodas de conversa, cursos, palestras, seminários e oficinas)				108
4	MINISTÉRIO PÚBLICO – ACOMPANHAMENTO E CONSULTORIA EM PROCEDIMENTOS				23
5	APOIO EM AÇÕES DA COORDENADORIA SETORIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL				*
6	PARTICIPAÇÃO E APOIO A EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES DE TERCEIROS				75
7	GESTÃO DE PROCEDIMENTOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO – ADM. DIRETA		Concursos / Processos Seletivos	8	
			Candidatos convocados para	1115	
			Candidatos efetivamente avaliados	1024	
8	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E TEXTOS				*
9	INTERNET REDES SOCIAIS				*

* não quantificável

Acima consta tabela com os principais indicadores referentes às ações desenvolvidas sendo nossas metas desenvolvidas com êxito. Quanto aos desafios, tendo em vista o aumento de procura e de atividades do serviço é importante destacar a necessidade de mais recursos humanos e estrutura física, o que demanda uma reorganização de fluxos e agendas, e a

procura de um espaço que possam, sem desrespeitar as diretrizes de cada serviço, funcionar preferencialmente juntamente com as áreas da coordenadoria e outros serviços do departamento para facilitar a intersetorialidade e transversalidade. Outrossim, apesar de todos os desafios enfrentados, temos alcançado êxito no cumprimento das funções institucionais, de modo que o serviço, goza de excelente reputação entre as pessoas atendidas e órgãos e entidades com os quais mantém relacionamento. Diante disso, podemos destacar como resultados alcançados no ano de 2023 o aumento no número de casos acolhidos; a ampliação da articulação com órgãos das redes de Educação, Saúde e Assistência Social; excelência na execução de atividades formativas; formação de servidores públicos para atuação nas comissões de heteroidentificação via Curso oferecido em parceria com a Escola de Governo dos servidores do município; realização de procedimentos de heteroidentificação referentes a 8 certames da Administração Direta, consolidando a política de cotas raciais nos concursos públicos e processos seletivos do município de Campinas.

Quanto às metas para 2024 elencamos principalmente: manter e aprimorar os serviços prestados e demais atividades desenvolvidas pelo Centro de Referência em Direito Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa no atendimento de denúncias de discriminação racial e religiosa; continuar o aprimoramento do registro das estatísticas do serviço; dar continuidade às atividades formativas oferecidas; ampliar parceria com a Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor – EGDS, de modo a oferecer mais oportunidades de formação aos servidores públicos sobre relações étnico-raciais e liberdade religiosa; consolidar e documentar protocolo orientativo das formações para pessoas brancas e autores de racismo e discriminação religiosa oferecidas pelo Centro de Referência; fomentar a e reorganizar as tratativas das atribuições de gestão administrativa dos procedimentos de heteroidentificação juntamente com as demais áreas competentes.

SERVIÇO DE REFERÊNCIA AO IMIGRANTE, REFUGIADO E APÁTRIDA - SRIRA

Este serviço integra a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial realizando atendimento aos imigrantes, refugiados e apátridas por meio de acolhimento de demandas, acompanhamento, articulações e processos formativos no âmbito do município no auxílio da garantia e defesa dos direitos sociais e humanos.

Dentre as atribuições desenvolvidas em 2023 destacamos principalmente o apoio aos

migrantes na organização, preenchimento dos formulários e demais desdobramentos do processo de regularização dos documentos migratórios; referenciamento e interlocução com a rede de apoio ao imigrante (Instituições Públicas e organizações da sociedade civil); visitas domiciliares quando necessário; referenciamentos dos usuários para RMC e outros municípios; suporte técnico para os serviços da RMC e outros municípios para implantação e desenvolvimento de serviço próprio daquelas municipalidades; prestação e desenvolvimento de informações sobre o Serviço para Pesquisa e Mídia; reuniões de equipe, intersetoriais, estudos de casos transversais e reuniões para construção de parcerias na elaboração de Propostas de Trabalho com/para os migrantes com parceiros como Ceprocamp, DPU, Cultura, Fundação Educar DPaschoal, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Campinas, Mulheres do Brasil, Inova Campinas, Pé de Feijão, Enactus, Visão Mundial: Ven, túpuedes, PUCC, USP, Comitê de Enfrentamento ao tráfico humano, Unicamp-IEL, Unicamp-NEPO; ADUS – Instituto de Reintegração do Refugiado, Núcleo de Práticas Jurídicas, Instituto Trabalho Decente; participação em reuniões, cursos, seminários, simpósios e palestras para formação/capacitação da equipe.

O aumento significativo nas demandas desencadeou uma escalada de ações, exigindo principalmente uma reorganização dos fluxos de trabalho, espaço e recursos humanos. Estamos em busca por um espaço físico que possibilite a proximidade física entre a coordenadoria e o centro de referência. Apesar dos desafios, como resultado desse crescimento na demanda, houve um aumento correspondente nas atividades do serviço, culminando na consecução de todas as metas estabelecidas com excelência. Entre elas destacamos principalmente os 3022 atendimentos com os migrantes, sendo maioria dentre venezuelanos, venezuelanos-waraos, haitianos e cubanos; inciamos o Curso de Português para imigrantes e refugiados desenvolvido juntamente ao Ceprocamp em 2 polos: Centro e Centro Cultural José Alves atendendo 76 inicialmente usuários; realizamos reuniões do Fórum Municipal de usuários da Política de Direitos Humanos para Imigrantes e Refugiado/as com as temáticas: “Implantação da hospedaria para pessoas e famílias Imigrantes e refugiadas em situação de risco social: existe demanda?”. Facilitadores: Carla Lorenzo (OIM) e William Laureano (ACNUR), “Mercado de trabalho, empregabilidade e profissionalização”. Palestrante: Patrícia T. Lacerda (Instituto trabalho Decente), “Saúde” – Facilitador: Dr Carlos Roberto de Oliveira Sauer (SMS), “Reunião familiar para população migrante Haitiana: como fazer?” - Facilitadores: Prof.^a Viviane Pessoa (Doutoranda USP) e Dr João Chaves, “Educação” – Facilitadores: Prof. Marcos Vinicius (SME - PMC); Luzia (Diretoria de ensino leste), “Comemoração do dia do refugiado: Reunificação familiar e lançamento do curso de

Português para imigrantes e refugiados” – Facilitadores: Andréa Jaconi (Ceprocamp) e Cristiano Schimith (DPU); fomentamos a organização de uma biblioteca com a doação de livros da Sala de Leitura da estação cultura e Fundação Educar Dpaschoal onde os usuários poderão consultar e emprestar livros; procedimentos e fluxo de atendimento dos imigrantes haitianos discutidos e construídos com a DPU para reunificação familiar conforme Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 38 de 10/04/2023; articulação para realização da capacitação de voluntários e jovens do programa Juventude conectada pela DPU no trabalho administrativo da reunificação familiar dos imigrantes haitianos; 51 encaminhamentos de migrantes para RMC e 25 suporte técnico para os profissionais da RMC; 157 interlocuções com parceiros da Rede de regularização migratória (Conare, Polícia federal, DPE, DPU, MP, CT, MJSP e Osc’s); 33 participações em reuniões intersetoriais; 19 reuniões de equipe; organização do Simpósio “Promoção e o Cuidado em Saúde Mental de/para Imigrantes e Refugiados no Brasil: os desafios para RAPS na RMC”; 11 participações em atividades formativas.

Assim estabelecemos as seguintes metas para 2024: contribuir com o Ceprocamp no monitoramento da frequência e aproveitamento dos migrantes no curso de Português; reestabelecer a capacitação dos profissionais da rede de atendimento da RMC quanto aos atendimentos aos imigrantes e regularização dos documentos migratórios; construir novo modelo de relatório do serviço com indicadores mais abrangente de imigrantes e refugiados por nacionalidade; avançar nas articulações de construções de parcerias e procedimentos para as tratativas junto à área da educação para aprimorar a questão da revalidação dos diplomas de curso técnicos e superior.

COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

As principais atribuições da Coordenadoria da Mulher consistem em formular, coordenar e promover políticas e diretrizes voltadas às mulheres, articulando as esferas de governo e sociedade civil, na perspectiva dos direitos humanos e de sua plena integração social, política e econômica. De acordo com o organograma da SMASDH–Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, está subordinada ao Departamento de Direitos Humanos e é responsável pelo **CEAMO**– Centro de Referência e Apoio à Mulher, que tem como objetivo assegurar o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência de gênero no âmbito doméstico, na perspectiva dos direitos humanos e compromisso ético-político, acolhendo e prestando atendimento psicológico, social e

orientação jurídica à mulher, visando romper o ciclo de violência e o **SERAVI**– Serviço de Responsabilização e Reeducação ao autor de Violência, que tem como objetivo promover atividades pedagógicas e educativas a autores de violência doméstica de gênero.

Uma das ferramentas utilizadas pela Coordenadoria da Mulher para o fomento de suas atribuições é a edição de Programas que abarquem as diversas facetas necessárias para prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse sentido a Coordenadoria da Mulher edita Programas norteadores que abraçam projetos e ações envolvendo os respectivos campos de atuação.

Importante destacar o aprimoramento ao longo de 2023 do programa **Feira da Mulher Empreendedora** que tem como objetivo principal apoiar o empreendedorismo feminino em campinas, bem como capacitar e fortalecer a participação das mulheres no mercado de trabalho e impulsionar a economia local.

Importante também destacar:

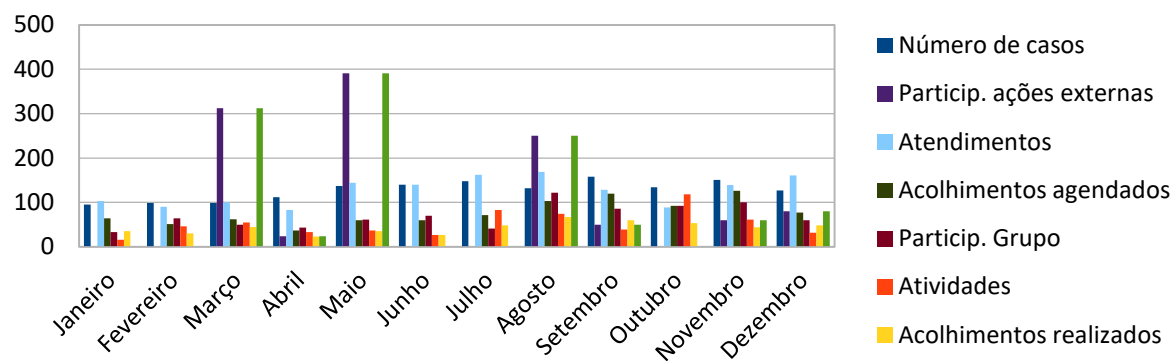
CEAMO – Centro de Referência e Apoio à Mulher

Fundado em 2002, o CEAMO trouxe às mulheres de Campinas, que se encontram em situação de violência doméstica, um espaço de acolhimento, escuta, troca de experiências, de conhecimento e informação sobre o direito das mulheres no exercício de sua cidadania. É oferecido atendimento psicológico, social e orientação jurídica, de acordo com a norma técnica do governo federal, visando oferecer apoio à mulher para que ela consiga romper como ciclo de violência no âmbito familiar.

Dentre as ações realizadas destacamos:

- Acolhimento
- Atendimento psicológico, social e orientação jurídica - (monitoramento ou sistemático)
- Grupo de Mulheres (fortalecimento de vínculo, troca de vivências, conhecimento, informações sobre os direitos da mulher no exercício de sua cidadania). Todas as terças-feiras, às 13:30h (13h30min) e às quintas - feiras – às 09:00h – frequência média de 15 mulheres e 5 crianças.
- Acompanhar usuárias (quando necessário) – DDM, Audiências, Ministério Público, CEJUSC, Defensoria Pública, dentre outros
- Oficinas diversas e rodas de conversas no território

2023



- Atendimentos

Individuais:

2.

O serviço atingiu com excelência suas metas sendo importante destacar um aumento nas demandas e atividades, sendo que só o Ceamo fez 2365 atendimentos individuais em 2023

Outro importante destaque que gostaríamos de salientar foi a criação da Lei do Selo Empresa Amiga da Mulher, que trata do reconhecimento e incentivo para empresas que demonstram compromisso com a proteção e promoção dos direitos das mulheres em situação de violência de gênero.

Como desafios enfrentamos em razão do aumento de demandas o que desencadeia na necessidade de ampliação de equipe técnica e espaço físico. As atividades voltadas ao empoderamento e empreendedorismo mostraram também a necessidade de aprimorar projetos de encaminhamento ao mercado de trabalho e autonomia financeira.

Programa Feira da Mulher Empreendedora:

O prefeito Dário Saadi, sancionou a Lei 16.506/2023 em 27 de Dezembro de 2023, que estabelece como política pública o Programa Feira das Mulheres Empreendedoras.

O programa visa a promoção da inclusão social e econômica das mulheres, além de promover o empoderamento das participantes a desenvolver uma cultura de empreendedorismo, considerando-se as especificidades femininas.

A lei inclui oferta de espaços em áreas públicas para exposição e comercialização de produtos e serviços por mulheres, fomento à liderança empreendedora feminina, estímulo à elaboração de projetos por mulheres visando alternativas de trabalho e renda, ampliação de competências, conhecimentos e práticas que promovam o empreendedorismo feminino, incentivo ao desenvolvimento de competências relacionadas às atividades empreendedoras, além da promoção de feiras de empreendedorismo feminino, centralizadas e descentralizadas.

Caracterização dos resultados:

Resultados mensuráveis e impactos na melhoria das práticas de trabalho, através de indicadores de eficácia e de impacto: O número total de mulheres expositoras que participam/participaram em 20 meses de projeto saltou de 80 cadastradas para o primeiro evento e hoje passam de 2.000.

Capacitação e Treinamentos que passam de 24h de treinamentos para cada participante ao ano.

Expansão dos espaços para exposição dos produtos/serviços das Feiras (Principais e Descentralizadas) para Lojas Colaborativas em Shoppings Centers da cidade de Campinas (Campinas Shopping, Parque das Bandeiras e Parque Dom Pedro).

Criação de Projeto de Lei que torna permanente o Projeto da Feira das Mulheres Empreendedoras na cidade de Campinas, independente de alterações de governo.

Realização do 1º Fórum de Mulheres Empreendedoras de Campinas, criado em parceria com o SEBRAE no intuito de proporcionar ambiente de discussão e apresentação de ferramentas para o crescimento da atividade empreendedora protagonizada por Mulheres no município.

Temos entre os principais resultados alcançados em 2023:

- 1600 mulheres se cadastraram no programa
- 120 feiras aconteceram ao longo do ano

Metas para 2024

-Ampliação da equipe.

-Novos espaços para feiras.

-Parceiras com demais Shopping para lojas colaborativas.

-Treinamentos, Palestras e Capacitações.



O Serviço de Responsabilização e Reeducação ao Autor de Violência é um equipamento que por meio da realização de atividades educativas e pedagógicas que tem por base uma perspectiva feminista de gênero, no intuito de contribuir para a conscientização dos autores de violência sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos e das

mulheres, bem como para contribuir no processo de conscientização e reeducação desses. Juntamente com demais atividades preventivas, tais como participação de campanhas nacionais e locais, formação e inclusão das questões de gênero e raça nos currículos escolares o serviço busca contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero; a transformação da masculinidade hegemônica; e a construção de novas masculinidades.

Previsto para inauguração em 25/03/2020, precisou ser adiado em decorrência da pandemia, dando início aos trabalhos no mês de agosto/20 com atividades internas como capacitação da equipe técnica e elaboração do material didático a ser utilizado durante os atendimentos.

O Serviço de Responsabilização e Reeducação ao Autor de Violência realiza as seguintes atividades:

Condução e facilitação de atividades educativas e pedagógicas em grupo que favoreçam uma conscientização por parte dos agressores quanto à violência cometida, a partir de uma perspectiva de gênero feminista e uma abordagem responsabilizante;

Fornecimento de informações permanentes sobre o acompanhamento dos autores de violência ao juízo competente, por meio de relatórios e documentos técnicos pertinentes;

Encaminhamento para programas de recuperação, para atendimento psicológico e para serviços de saúde mental, quando necessário;

Articulação como serviços da Rede de Atendimento;

Organização e atualização permanente de banco de dados das atividades realizadas, com vistas à prestação de contas, periódicas, a quem couber;

Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos serviços prestados;

Formação contínua dada equipe técnica multidisciplinar, garantindo a qualidade do atendimento prestado;

Atualização permanente das informações sobre direitos humanos, relações de gênero, masculinidades e violência contra as mulheres, a partir de uma abordagem feminista.

Quanto às metas e resultados alcançados em 2023 é importante destacarmos o aumento de demanda e atendimento, sendo 40 atendimentos individuais, e grupos, bem como a divulgação e fomentação de fluxos de meios de comunicação para facilitar o acesso aos serviços.

Para 2024 destacamos as metas de ampliação de espaço e de equipe técnica.

Por fim, conforme relatório acima observa-se que as ações da Coordenadoria da Mulher são contínuas, inovadoras e prospectivas. Pois dão consecução aos Programas existentes, ao passo que fomentam novas articulações com projeções futuras.

COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A PESSOA IDOSA

A Coordenadoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa (CPPI) é uma das coordenadorias funcionalmente subordinada ao Departamento de Direitos Humanos (DDH) da Secretaria Municipal de Assistência Social Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH).

Segundo o art. 10 do Decreto Municipal 19.780 de 08/02/2018, “são atribuições da Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa formular, coordenar e promover, de forma articulada com as demais secretarias, órgãos e instituições, políticas e diretrizes voltadas para a pessoa idosa com vistas à operacionalização e qualificação da respectiva rede de atendimento no município”.

Diante dessas atribuições a Coordenadoria realizou as seguintes atividades ou funções:

Conselho Municipal do Idoso: No último ano, a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, passou a participar ativamente do Conselho Municipal do Idoso. Apoiando o Conselho nas realizações de atividades de fortalecimento do Conselho:

- Entrega dos Certificados as entidades inscritas no Conselho Municipal do Idoso;
- Realização da primeira reunião descentralizada do Conselho Municipal do Idoso;
- Seminário: “Envelhecer com Dignidade é Direito”
- Em conjunto com a FEAC realização de palestra informativa junto as entidades, informando sobre a obrigatoriedade de inscrição junto ao Conselho Municipal do Idoso conforme disposto no Estatuto da Pessoa Idosa;
- Participação das reuniões descentralizadas do Conselho Estadual do Idoso;

Comissão Intersecretariada – SELO SÃO PAULO AMIGO DO IDOSO: A Coordenadoria de Políticas Públicas para Pessoa Idosa tem sido responsável pela articulação e por fornecer as informações necessárias para alimentar o sistema do antigo Selo São Paulo Amigo do Idoso, desde o ano de 2017. É importante informar que o Município de Campinas já possui o Selo Inicial e Intermediário.

Nos anos de 2020, 2021 e 2022, tendo em vista à pandemia as ações para obtenção do Selo Pleno ficaram impossibilitadas de serem realizadas. Sendo que após uma reformulação no Programa no final de 2022, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, realizou uma formação, e informou que houve mudanças, não somente no nome, que passou a se chamar

SELO PAULISTA DE LONGEVIDADE, mas também com a necessidade de haver um plano de ações e monitoramento das políticas públicas para população idosa.

Diante disso, a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Pessoa idosa retomou o projeto de criação da Comissão Intersecretarial de Acompanhamento da Política Pública Municipal da Pessoa Idosa, a qual visa a integração das Secretárias para acompanhamento das políticas públicas municipal para a Pessoa Idosa, a fim de auxiliar no monitoramento e na elaboração no plano municipal da pessoa idosa.

O Decreto que Institui a Comissão é o nº 22.990 de 10 de outubro de 2023

Centro Dia do Idoso: Inaugurado o primeiro Centro Dia da Pessoa Idosa, e, 05 de setembro de 2023, uma parceria Conselho Municipal do Idoso e Prefeitura Municipal de Campinas e Sociedade Civil, através da OSC COF que venceu o edital de chamamento. Terá capacidade de 50 (cinquenta) idosos mês, sendo a capacidade diária de 30 metas.

Campanha de Conscientização de Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa: junho Violeta – “Envelhecer com Dignidade é um Direito – Proteja, cultive o amor e Respeite a Pessoa Idosa. O objetivo precípua da Campanha” - é o de despertar a sociedade no processo de sensibilização para coibir, diminuir e amenizar o sofrimento das pessoas idosas contra a violência que essa população vem sofrendo, em especial, agravada, segundo consta, no período de Pandemia e de isolamento social. Durante o mês foram realizadas rodas de conversas nos territórios, bem como também um Seminário, para tratarmos do tema.

Projeto “Geração + Conectada” – Oficina Básica Smartphone: O projeto “Geração + Conectada” ensina aplicações de smartphone básico, aplicações sem internet, configurações de acesso à internet, e redes sociais e aplicativos de serviços públicos. No ano de 2023, tivemos a ampliação do projeto para outras três locais, CRAS Nelson Mandela, CRAS Anhumas e Polo Cultural Maria Monteiro

Dia Mundial do Idoso: A Coordenadoria de Políticas Públicas para a pessoa idosa, em comemoração ao Dia do Idoso, a Coordenadoria de Políticas Públicas, criou o site e iniciou uma Campanha em outubro: **“Outubro mês de valorização da pessoa idosa”**, houve a criação de um site que divulgava os direitos da pessoa idosa, bem como a programação realizada pela Coordenadoria, pelo Conselho e Demais parceiros.

Quanto aos desafios durante a execução das atividades destacamos que durante o ano e apesar do interesse da população idosa em participar do programa “Geração+Conectada”, houve dificuldades em descentralizar o projeto do Centro de Referência da Juventude para as demais localidades, por causa do acompanhamento das turmas. Outrossim, apesar dos desafios alcançamos com êxito as metas destacando principalmente:

Atendimentos realizados pela Coordenadoria: A Coordenadoria de Políticas Públicas para a pessoa idosa, apesar de não ser um serviço, presta orientações as pessoas idosas e a familiares, através de atendimento telefônico e e-mail da coordenadoria, totalizando 66 atendimentos.

Campanha “Dia da Mães” e “Dia dos Pais” – Em parceria com o voluntariado da SANASA, durante o mês de junho e agosto entregamos as idosas e idosos da ILPIS cofinanciada do município um kit higiene.

Ações nos Terminais: Ações realizadas nos terminais urbanos do município, em conjunto com a Faculdade Anhanguera e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, através do Programa Vitalitá, a fim de divulgar os Direitos da Pessoa Idosa, bem como a Campanha “Envelhecer com Dignidade é um Direito”

Nº de Pessoas alcançadas: 505 pessoas

Ação Junho Violeta – Coordenadoria de Políticas Públicas a Pessoa Idosa vai a rua: Ação aberta a população que contou com os seguintes serviços:

- Feira das Mulheres empreendedoras 60+;
- Apresentação do Grupo de Capoeira “Crescer Gingando”
- Apresentação do Projeto “Pernas de Aluguel”, de inclusão, pela prática de Esportes, de Pessoas com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida
- CadÚnico - CRAS da Região orientado a população
- Fumec
- Divulgação das Oficinas Geração + Conectada
- EMDEC e Transurc com os Serviços para os idosos
- CPAT – Orientação
- Direitos Humanos Divulgação dos materiais
- PUC Vitalitá – Divulgação das oficinas gratuitas para os idosos e distribuição de mudas
- Centro de Referência do Idoso – Saúde – Grupo Movimenta-se
- Nº de atendimentos na ação: 200 pessoas

Ação em Parceria com a Secretaria de Cultura – VIVA VIOLA – 23 de setembro –

Através da parceria foi oferecido um ônibus para buscar o grupo de pessoas idosas que se reúnem no Ginásio Municipal Jorge Mendonça para assistir à apresentação na Concha Acústica do Taquaral. Além de criar no espaço um camarote para os idosos permanecer.

Nº de idosos atingindo com Ação: 60 idosos

Metas para 2024

Para o Ano de 2024 a Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, já está no planejamento das seguintes ações:

- Articulação para a Construção da terceira unidade Centro Dia do Idoso no Município;
- Ampliar o Programa “Geração + Conectada para todas as Regiões do Município”.
- Realização das Ações para aquisição do Selo Pleno do Programa “SELO PAULISTA DA LONGEVIDADE”;
- Iniciar os trabalhos da Comissão Intersecretariada;

COORDENADORIA DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS - CPUD

1. Breve descrição

A Coordenadoria de Prevenção ao Uso de Drogas tem por objetivo desenvolver atividades de prevenção primária, secundária e terciária em relação ao uso problemático de substâncias psicoativas, além da busca na promoção e prevenção com humanização, dignidade, respeito, compromisso às pessoas usuárias, dependentes e codependentes de drogas, visando a defesa da vida e diminuição dos fatores de risco, aumentando os fatores de proteção aos dependentes químicos, procurando definir o ambiente de onde vão partir as ações de prevenção ao consumo de drogas e as estratégias a serem adotadas, levando informações e orientações com o objetivo de evitar, impedir, retardar, reduzir ou minimizar o uso, o abuso ou a dependência e os prejuízos relacionados ao padrão de consumo de substâncias psicoativas.

As ações de prevenção desta Coordenadoria podem ocorrer em diferentes ambientes, tais como: Comunidades, Escolas, Igrejas, Empresas, entre outros. A CPUD tem como missão proporcionar ao munícipe a oportunidade de receber informações e orientações sobre os malefícios das drogas lícitas e ilícitas. É também responsável por intermediar o “Programa

Recomeço”, um programa do Governo do Estado que tem parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas através da Coordenadoria de Prevenção ao Uso de Drogas e que oferece possibilidade de tratamento nas entidades conveniadas com o Programa. A coordenadoria está funcionalmente subordinada ao Departamento de Direitos Humanos (DDH) da Secretaria Municipal de Assistência Social Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH) do Município de Campinas.

2. Ações realizadas pela CPUD

2.a - Nome da ação: Atendimento ao usuário e familiares: 6.891 pessoas atendidas.

Efetividade: execução total

2.b - Nome da ação: Atendimento pelo Programa Recomeço: 527 pessoas encaminhadas para acolhimento.

Efetividade: execução total

Obs.: O dependente químico estando em condições de saúde físicas necessárias para o acolhimento e havendo vaga no Programa Recomeço, o mesmo é acolhido na Comunidade Terapêutica pelo período de até 6 (seis) meses.

2.c - Nome da ação: Realização de palestras, rodas de conversas, CPUD itinerante para conscientização, orientação aos gestores de escolas, alunos e população em geral e projetos de prevenção às drogas juntos às escolas.

Efetividade: execução total

Obs.: A CPUD realizou ações de forma presencial para conscientização e orientação sobre os malefícios causados pelo uso/abuso das drogas para:

- CIC - Vida Nova em 08/03/2023;
- Associação Beneficente Campineira (ABC) – São Marcos em 08/03/2023;
- Participação no “ASSISTE” no CIC Vida Nova em 25/03/2023, na Escola Estadual Jardim Marisa em 29/07/2023 e na Vila 31 de março no dia 16/12/2023;
- funcionários da EMDEC em 18/10/2022;
- Participou do projeto "Caminhos para o Futuro", realizada no dia 25/05/2023, na Praça Rui Barbosa, no centro de Campinas.

- Inauguração do grupo “ReparAÇÕES” – rodas de conversa, semanalmente, com famílias de dependentes químicos em parceria com Associação Beneficente Campineira (ABC).

2.d - Nome da ação: Entrega de 120 de cartilhas à dirigente da Diretoria Estadual de Ensino – Campinas Oeste para orientação aos professores de como trabalhar a prevenção as drogas juntos aos alunos – 31/01/2023.

Efetividade: execução total.

2.e - Nome da ação: Comemoração ao dia 18 de fevereiro – Dia Nacional de Combate ao Alcoolismo:

- Campanha junto as escolas municipais – NAED NORTE – Palestras de prevenção de uso/abuso de álcool;

- CPUD itinerante: realizou ação na Praça Rui Barbosa, local de grande circulação de pessoas no Centro de Campinas para intensificar a conscientização e orientação sobre os malefícios causados pelo uso/abuso do álcool e outras drogas, bem como divulgar os serviços prestados pela CPUD.

Efetividade: execução total.

2.f - Nome da ação: Comemoração ao dia 31 de maio – Dia Mundial sem Tabaco:

- Palestra em escolas estaduais – Palestras de prevenção de uso de tabaco e cigarros eletrônicos;

- CPUD itinerante: realizou ação na Praça Rui Barbosa, local de grande circulação de pessoas no Centro de Campinas para intensificar a conscientização e orientação sobre os malefícios causados pelo uso/abuso do álcool e outras drogas, bem como divulgar os serviços prestados pela CPUD.

Efetividade: execução total.

2.g - Nome da ação: Comemoração ao aniversário de Campinas (14/07):

- Palestra em escolas estaduais para alunos, professores, orientadores e gestores sobre os malefícios do uso/abuso de drogas e onde buscar ajuda/tratamento, gratuito, no município de Campinas.

Efetividade: execução total

2.h - Nome da ação: Semana Municipal de Prevenção às Drogas – de 19/06 a 29/06/2022

Efetividade: execução total

Obs.: Na Semana de 19/06 a 29/06/2023, a CPUD desenvolveu várias atividades: Palestras e rodas de conversas junto as escolas municipais da NAED Norte, para conscientização dos malefícios causados pelo uso/abuso de drogas.

No dia 26/06, sessão solene na Câmara Municipal de Campinas com apresentação de “Projetos de Prevenção às Drogas” pelas escolas E.E. Professora Lais Bertoni Pereira, E.E. Vila Vitória e E.E. Reverendo Eliseu Narciso em parceria com o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas.

No dia 27/06 - CPUD itinerante na Praça Rui Barbosa, local de grande circulação de pessoas no Centro de Campinas para intensificar a conscientização e orientação sobre os malefícios causados pelo uso/abuso do álcool e outras drogas, bem como divulgar os serviços prestados pela CPUD.

No dia 29/06/2023 encerramento da Semana com “Roda de Conversa entre os atores envolvidos na Prevenção” em parceria com o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas.

2.i - Nome da ação: Participação no Congresso FREEMIND, no dia 30/11/2023 como palestrante no painel: “Conselhos Municipais, Estaduais e Federal funcionam?” Representando o município de Campinas.

Efetividade: execução total

2.j - Nome da ação: Palestras em empresas sobre os malefícios do uso/abuso de drogas e onde buscar ajuda/tratamento, gratuito, no município de Campinas em julho/2023.

Efetividade: execução total

2.k - Nome da ação: Roda de conversa no Hospital Ouro Verde com Terapeutas Ocupacionais, corpo de enfermagem, Assistentes Sociais e Psiquiatras – para parceria para informações de rede de tratamentos para dependentes químicos e ajuda as respectivas famílias (21/08).

Efetividade: execução total

3. Desafios durante a execução das atividades

- => Criar um fluxo permanente de informações e divulgação sobre as ações de prevenção oferecida à população;
- => Desenvolver, em parceria com as secretarias municipais competentes, programas voltados à prevenção ao uso de drogas, estabelecendo parcerias e desenvolvendo estudos, pesquisas e projetos;
- => Manter o interesse do dependente químico no tratamento, enquanto aguarda o acolhimento na Comunidade Terapêutica;
- => Despertar na comunidade e nas escolas a necessidade de buscar informação e orientação sobre a prevenção às drogas lícitas e ilícitas para conscientização;
- => Despertar o interesse da família do dependente químico em buscar ajuda para fortalecimento do vínculo familiar, para auxílio na recuperação do mesmo;
- => Aumento de recursos humanos especializados para suporte mais eficaz aos interessados (dependente químico e familiares) que buscam pelo tratamento.

4. Resultados alcançados

Cumprimos com excelência nossas metas, com destaque ao atendimento da população usuária do serviço e de execução do programa Recomeço;

Outrossim, é importante salientar que agregamos mais conhecimentos e informações para compartilhar e orientar a população sobre a prevenção e tratamento ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

5. Desafios e metas para 2024

- => Dar continuidade no envolvimento da sociedade, objetivando ações de prevenção ao consumo de drogas (lícitas e ilícitas), priorizando crianças e adolescentes;
- => Promover ações de engajamento com os pais, como processos informativos e de prevenção;
- => Continuidade na articulação de ações ampliando o vínculo entre as escolas e os pais na prevenção às drogas;

- => Promover articulação de ações ampliando vínculo entre as escolas, pais na prevenção às drogas;
- => Promover Rodas de conversa/Grupos de familiares de dependentes químicos em busca de ajuda para fortalecimento do vínculo familiar, para auxílio na recuperação do usuário;
- => Promover atendimento de psicoterapeuta aos dependentes químicos antes e após ao acolhimento em Comunidade Terapeuta, auxiliando na recuperação do usuário e na sua readaptação e reintegração à família e sociedade;
- => Aumento de recursos humanos para suporte mais eficaz aos interessados (dependente químico e familiares) que buscam pelo tratamento;
- => Dar continuidade nas ações informativas de prevenção e tratamento nas escolas, empresas e Fundações CASA SP.

CENTRO DE REFERÊNCIA LGBTI+DE CAMPINAS

O Centro de Referência LGBT – CR LGBT constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos LGBTs e suas famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de técnicas e processos de trabalho que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

Nesta perspectiva, o CR LGBT deve articular com a rede de serviços socioassistenciais, assim como com as demais políticas públicas e movimentos sociais. Para tanto, é importante estabelecer mecanismos de articulação permanente, como reuniões, encontros ou outras instâncias para discussão, acompanhamento e avaliação e monitoramento das ações, inclusive as intersetoriais.

Nesta perspectiva, o CR LGBT deve articular com a rede de serviços socioassistenciais, assim como com as demais políticas públicas e movimentos sociais. Para tanto, é importante estabelecer mecanismos de articulação permanente, como reuniões, encontros ou outras instâncias para discussão, acompanhamento e avaliação e monitoramento das ações, inclusive as intersetoriais.

A missão do Centro de Referência é desenvolver ações diretas e indiretas com a população LGBT e famílias, contribuindo com seu protagonismo enquanto sujeito de direitos, na perspectiva da ruptura com o predomínio da heterossexualidade sobre as demais orientações sexuais e identidades de gênero, combatendo a heteronormatividade.

Atividades em 2023	Quantidade Pessoas
Atendimentos Presenciais	1707
Atendimentos Remotos	1077
Novos Usuários	350
Total geral de atendimentos	3.134

Atividades Realizadas pelo CR LGBT:	
Palestras e oficinas externas para a rede municipal	20
Palestras e oficinas para empresas	35
Palestras e oficinas para Universidades	10
Palestras e Oficinas para outras redes	35

Atividades em que Participamos:	
Encontros Nacionais Estaduais dos Organizadores de Paradas do Orgulho LGBT	01
Reuniões Fórum Nacional de Gestores e Gestoras da Política LGBT – Fonges LGBT- Híbrido	31
Seminário Advocacy e Políticas Públicas para LGBTI+ Presencial em Brasília	01
Reuniões Ministeriais	08
Palestras e oficinas para outros Estados Tema: Políticas públicas para LGBT	15
Reuniões Intersectoriais, Coordenadoria, Audiências Públicas etc.	53

Eventos 2023

Atividade	Ação	Status
Visibilidade Trans	Atividade em comemoração adiada	Atividade Presencial

	Visibilidade Trans	
Dia de Combate à LGBTFOBIA	Atividade em alusão ao dia de Combate à LGBTfobia	Atividade Presencial
EventosPré-Paradade Campinas	GincanadaDiversidade Arraial da Diversidade Novos Talentos Big Juice	Atividade Presencial
Parada	ParadadoOrgulhoLGBTde Campinas	Atividade Presencial
CR-LGBT	Retificação de Nome e Gênero. Atividade em comemoração ao mês do Orgulho LGBT em Parceria com Shopping D. Pedro; Workshop sobre Ansiedade; OficinadeEmpregabilidade(Parceria Kerry); RodasdeConversascomtemas: Saúde Mental; RepresentatividadeLGBT+nasociedade; Relações Sociais; Mercado de Trabalho.	Atividade Presencial
Atividades Parada SP	ColetivadeImprensaParadadeSãoPaulo Feira da Diversidade CaminhadaMulheresLGBT Caminhada Transexuais ParadadoOrgulho LGBTdeSão Paulo	Atividade Presencial
FONGES	Encontro Diretoria Executiva – Brasília/DF Encontro Sudeste - Rio de Janeiro/RJ	Atividade Presencial

Atividades CR LGBT – PERMANENTES			
Período	Atividade	Local	Situação Atual
Todo último domingo do Mês	Grupo de Pessoas Travestis e Transexuais	CR	Atividade Presencial
Sábado	Oficina sobre ansiedade	CR	Atividade Presencial/Sob Demanda
De segunda a sexta-feira	Cursinho pré vestibular	CR	Atividade Presencial

Quanto aos desafios e resultados alcançados com as atividades realizadas é importante destacamos o aumento de procura, ações e atendimentos, bem como a ampliação dos atendimentos e respostas mais assertivas às necessidades dos usuários atendidos. Assim destacamos como principais metas para 2024: criar grupo de vivência permanente; ampliar os números de atendimentos na área técnica de psicologia com aumento de recursos humanos, desenvolver atividades de grupos e coletivas, fomentar parcerias e desenvolver ações especialmente para o oferecimento de formação a servidores e demais interessados.

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA POLÍTICA DOS DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA - DGPPCD**

A DGPPCD em trabalho próximo às Coordenadorias que a compõe construiu diálogo com órgãos do Poder Público e OSCs que atendem à pessoa com deficiência buscando aprofundar o diálogo com estes, assim como procurando caminhos para intersectorialidade desta política. Não somente no trabalho direto ao munícipe, que a Central de Interpretação de Libras que atendeu 2.865 serviços e o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência 3.551 serviços realizaram, totalizando 6.417 atendimentos, como orientações a respeito de acessibilidade arquitetônica, pareceres técnicos e visitas técnicas da Coordenadoria de Acessibilidade Arquitetônica, que realizou 852 atendimentos de serviços, o principal fator que nos guiou foi mostrar ao cidadão campineiro e a órgãos, organizações e mesmo do setor privado, a importância de discussões mais profundas a respeito da inclusão deste munícipe em todos os locais e atividades de nossa cidade.

Importante salientar o acréscimo de 03 profissionais intérpretes de libras ao quadro inicial de 2023 na CIL. Assim com seis intérpretes, nosso número de atendimentos ao munícipe foi reforçado.

Ainda em 2023, com auxílio do Poder Legislativo e as emendas impositivas enviadas por vereadores da Câmara Municipal, pudemos receber novos equipamentos – computadores para a CIL, a contratação de 1.000 horas de serviços terceirizados de intérpretes para eventos, além de aporte para instalação de mais 2 parques inclusivos e o processo de contratação de uma Central Remota de Libras.

No decorrer do ano, além das atividades de atendimento ao público, diversas palestras e diálogos que cada Coordenadoria realizou, também realizaram ações e eventos e apoiamos também outros órgãos. Citamos alguns deles:

- Colaboração e articulação para a criação do StarS21 Futsal Down do Guarani FC.
- Durante o 2º semestre 2023 – Apoio à Associação Paralímpica de Campinas e ADEACAMP com Projeto Rugby sob Cadeiras de Rodas.
- Aniversário de Campinas em 16 de junho, com a participação no Paço Municipal do Coral Vozes em Mãos de Libras da Osc CEI, além de exposição do Centro de Apoio e Integração ao Surdo Cego e Multiplico Deficiente - CAIS.
- Participação em eventos do SESI, para diálogos a respeito de empregabilidade da pessoa com

deficiência.

-Participação em 2 eventos ASSISTE Campinas – Jardim Campo Belo e Jardim Boa Esperança.

-Inauguração de 2 parques inclusivos: no Bosque dos Jequitibás e no Jardim São Domingos.

Ao Longo do 2º Semestre organizamos juntamente com as OSCs e representantes da população a XIII Conferência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência que ocorreu na universidade Mackenzie e que contou com um espaço totalmente acessível na área física e ferramentas acessíveis de áudio descrição e libras, além de serviço de refeições que respeitaram as diferentes formas de alimentar-se da pessoa com deficiência.

COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

A coordenadoria concentra suas atividades em vistorias e orientações técnicas relacionadas à acessibilidade arquitetônica em imóveis públicos e de uso público.

Além disso, presta esclarecimentos à iniciativa privada sobre acessibilidade de maneira abrangente. Realiza análises de projetos de construção ou reforma de equipamentos públicos, destacando os apontamentos necessários às normas de acessibilidade vigentes a serem seguidas na execução das obras.

No decorrer do ano de 2023 foram realizados 852 atendimentos, abrangendo análises de projetos, vistorias, parecer técnico através dos laudos e orientações (e-mails, reuniões presenciais, telefone e WhatsApp).

Desafios durante a execução das atividades

Cada semana registra um aumento no número de ações concluídas, sendo acompanhada pela crescente complexidade que exige considerável tempo, atualizações técnicas e reuniões para esclarecimentos. Além das 101 vistorias de acessibilidade realizadas em 2023, essenciais para garantir condições mínimas de atendimento inclusivo, conforme normas estabelecidas e a metodologia do IMAP – Índice Municipal de Acessibilidade Próprio.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Além dos atendimentos realizados já citados, a Coordenadoria ainda conseguiu vistoriar e

apontar as necessidades de acessibilidade para locação e renovação de imóveis para secretaria de saúde, escolas municipais, hotéis, motéis, biblioteca de Sousas, institutos, arquivo da secretaria municipal, reuniões com a equipe da EMDEC que abrigam os Agilizes, acompanhou as reuniões e apontou as necessidades de acessibilidade que devem ser contempladas na reforma da Avenida Campos Sales, fez as vistorias e elaborou os projetos para a instalação dos parques infantis inclusivos, realizou workshop e palestra sobre acessibilidade arquitetônica dentro da programação do Setembro Verde e realizou o acompanhamento técnico até a entrega do Plano Municipal de Rotas Acessíveis

Metas para 2024

Acompanhar a instalação dos parques inclusivos, com brinquedos híbridos que atendam crianças com deficiência ou sem, fomentando a inclusão e proporcionando momentos de diversão compartilhados;

Acompanhar as vistorias e implementar a nova metodologia do IMAP – Índice Municipal de Acessibilidade dos Próprios e a nova norma ABNT em todos os imóveis em colaboração direta ou articulada com todas as secretarias, visando planejamento para aprimorar a acessibilidade na cidade de Campinas;

Conduzir palestras, cursos e outras formas de orientação coletiva sobre Acessibilidade Arquitetônica;

Estabelecer parceria com a Secretaria de Planejamento e Urbanismo para criar um processo que avalie a acessibilidade de edifícios multifamiliares residenciais durante a fase de aprovação de projetos permitindo a liberação dos empreendimentos;

Implementar cursos de atualização sobre Acessibilidade para que todas as Secretarias possam adquirir conhecimento e se informar.

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Esta Coordenadoria possui atualmente dois serviços que atuam diretamente com a população e demais órgãos que prestam serviços às pessoas com deficiência que são:

CRPD – Centro de Referência da Pessoa com Deficiência

CIL – Central de Interpretação de Libras

Além de prover os atendimentos prestados pelos serviços citados como instrumento de garantia de direitos, a coordenadoria desenvolve ações e articulações para a construção de políticas públicas de forma transversal com as demais políticas e para isso está em constante contato com as demais secretarias, órgãos da administração indireta, legislativo e demais organizações da sociedade civil.

Desafios durante a execução das atividades

Com atuação principal de articulação entre as mais diversas áreas executoras de políticas públicas, a busca e estabelecimento de parcerias entre os envolvidos torna-se um desafio constante pois é necessário alinhar as necessidades emanadas pelas pessoas com deficiência às ações realizadas pelas políticas fim. A mobilização para a construção de mecanismos para o atendimento a essas demandas precisa ser, muitas vezes, discutida para que sua elaboração seja aderente às necessidades sempre a luz dos preceitos da administração pública.

Resultados alcançados com as atividades realizadas em 2023

As principais conquistas obtidas pela Coordenadoria foram a realização de várias atividades que compreendem ações afirmativas para a disseminação da informação e para reforçar o protagonismo da pessoa com deficiência. Dentre essas ações podemos destacar a participação na construção do time **StarS21 Futsal Down** do **Guarani FC** para Pessoas com Síndrome de Down, as diversas ações realizadas durante o mês de abril para a conscientização sobre o autismo, e as atividades no mês de setembro, dando evidência ao “**Setembro Verde**” que é considerado o Mês Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e, com essas ações, pode-se dar visibilidade a todas as deficiências durante esse mês.

Destaca-se na Coordenadoria a promoção de ações afirmativas que contemplaram todas as deficiências ao longo do ano e a articulação com as OSCs que compõem a rede de atendimento das pessoas com deficiência de nossa cidade, reforçando a atuação conjunta com o poder público.

Metas para 2024

Propor de forma conjunta com o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência o levantamento e estudo das demandas municipais e sua regulamentação em consonância com a LBI – Lei Brasileira de Inclusão;

Desenvolver projetos com atuação transversal com as demais políticas públicas para fortalecer a inclusão e participação das pessoas com deficiência na sociedade.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CRPD

Este setor faz o atendimento ao público com deficiência e seus familiares dando orientações sobre seus direitos, acolhendo, entendendo e direcionando as demandas de forma articulada com os demais serviços públicos dos territórios, atuando inclusive como suporte a esse atendimento para a rede própria e cofinanciada.

Desafios durante a execução das atividades

Mesmo atuando de forma participativa em diversos espaços, reuniões e grupos com a temática da pessoa com deficiência, verifica-se ainda a dificuldade por parte de vários entes participantes, em compreender o papel do CRPD dentro dessa extensa rede da pessoa com deficiência de nossa cidade.

O CRPD é um serviço articulador de apoio, tanto para os usuários e famílias, como também para a rede interna e para as OSCs que atendem pessoas com deficiência, no que diz respeito a orientação sobre direitos e articulação entre as políticas fim existentes as quais as pessoas com deficiência estão inseridas no intuito de sua garantia de direitos e participação efetiva dos territórios e da sociedade.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Durante o ano, a equipe do Centro de Referência realizou 3.551 atendimentos, além das ações afirmativas em conjunto com a Coordenadoria a que faz parte. Realizou também o alinhamento dos fluxos de trabalho, o que proporcionou uma melhor fluidez nos serviços

intersetoriais com as demais entidades cofinanciadas e demais serviços intersetoriais que atendem as demandas das pessoas com deficiência.

Como serviço que atua na garantia de direitos para as pessoas com deficiência, não é raro a equipe se deparar com casos extremos de violência e até mesmo situações de cárcere privado que requer as ações mais concentradas e coordenadas com outros serviços para que essas situações sejam superadas. Os desafios são imensos, mas a atuação da equipe é fundamental para fazer a diferença na vida das pessoas, principalmente para aquelas que não sabem ou não conseguem se expressar.

Os 3.551 atendimentos realizados em 2023 correspondem às mais diferentes demandas de diversas políticas, podendo ser demandas por atendimentos de saúde, assistência social, educação, transporte, judiciário, dentre outros, e de acordo com o público descrito conforme tabela abaixo:

CRPD	DEF. AUDITIVO	205
	DEF. INTELECTUAL	954
	DEF. MÚLTIPLO	69
	DEF. VISUAL	173
	DEF. FÍSICO	503
	CARTÃO BEM ACESSÍVEL	1608
	AGILIZA OURO VERDE	34
	AGILIZA CAMPO GRANDE	3
	AGILIZA NOVA APARECIDA	2
	AGILIZA BARÃO GERALDO	0
	AGILIZA SOUSAS	0
TOTAL CRPD		3551

Metas para 2024

Fortalecer sua atuação como referência no município para as questões de direitos das pessoas com deficiência, principalmente como agente articulador, interlocutor e provedor do suporte necessário para os territórios, equipamentos de rede própria e cofinanciada do município;

Realizar rodas de conversas nos territórios para as famílias e usuários levando a informação sobre as deficiências, sobre direitos e orientações para uma melhor convivência no âmbito familiar e social;

Implantação da nova versão do Cartão Bem Acessível que também contemplará o CIPTEA – Cadastro de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS -CIL

Essa Central tem por objetivo intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes prestando atendimento nos órgãos públicos. Os atendimentos são realizados de forma presencial na própria Central ou no local do serviço público e de forma remota através de videochamadas entre os surdos ou deficientes auditivos (DA) e as intérpretes.

As modalidades de atendimentos realizados pelas intérpretes da CIL são de 4 formas:

Presencial: quando o surdo ou deficiente auditivo (DA) comparece na CIL e solicita atendimento para qualquer demanda. Nesse caso o surdo/DA está no ambiente de trabalho do intérprete.

In loco (externo): nessa modalidade o surdo/DA e o intérprete vão até o local do atendimento que o surdo/DA deseja ser atendido, como por exemplo, INSS, Defensoria Pública, ou qualquer outro local público em que o surdo/DA precise de um interlocutor para explicar sua demanda.

Remoto 2 pontos: nesse caso, o surdo/DA vai até o serviço público, como por exemplo a Unidade de Saúde, e de lá ele ou uma pessoa do serviço médico faz uma videochamada para a CIL onde a intérprete dará o suporte, tanto para o surdo/DA em Libras quando para o atendente de saúde em português, intermediando assim a conversa de forma remota, sem estar presente no local juntamente com o surdo/DA.

Remoto 3 pontos: acontece quando os 3 agentes estão em locais diferentes, tendo como exemplo a seguinte situação: o surdo/DA está em sua casa ou trabalho e aciona a CIL por uma videochamada para que seja feita a marcação de uma consulta médica por exemplo. Nesse caso a intérprete da CIL faz uma ligação e conversa com a unidade de saúde como se fosse o surdo/DA e intermedeia essa comunicação do atendente da unidade de saúde (em português) com o surdo/DA (em Libras) ao mesmo tempo.

Desafios durante a execução das atividades

Uma das principais dificuldades encontradas pela equipe de intérpretes, ainda é manter os atendimentos remotos aos serviços públicos no suporte para as pessoas com deficiência auditiva, pois alguns serviços ainda não aceitam esse tipo de atendimento e exigem a presença física da intérprete para auxiliar na comunicação com os surdos.

Verifica-se que os atendimentos presenciais são importantes, mas que dispendem de uma logística e tempo maior que os atendimentos remotos e, por sua vez, a natureza simplificada de alguns serviços permitem que os mesmos possam ser realizados de forma remota com a intérprete sem acarretar prejuízos para os usuários.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Mesmo diante de todas as dificuldades encontradas, a equipe de intérpretes realizou 2.865 atendimentos, permitindo assim que as pessoas com deficiência auditiva pudessem ter acesso a vários serviços públicos nas mais diversas áreas, as formas de atendimentos foram realizadas conforme tabela abaixo.

CRPD	DEF. AUDITIVO	205
	DEF. INTELECTUAL	954
	DEF. MÚLTIPLO	69
	DEF. VISUAL	173
	DEF. FÍSICO	503
	CARTÃO BEM ACESSÍVEL	1608
	AGILIZA OURO VERDE	34
	AGILIZA CAMPO GRANDE	3
	AGILIZA NOVA APARECIDA	2
	AGILIZA BARÃO GERALDO	0
	AGILIZA SOUSAS	0
TOTAL CRPD		3551

Ampliação do quadro de servidoras de 3 para 6, após chamamento de concurso público.

Contratação das 1.000 horas de prestação de serviço de intérpretes de Libras para eventos por meio de emenda impositiva.

Contratação da central remota de Libras com atendimento de 24 horas por meio de emenda impositiva.

Metas para 2024

Consolidar e ampliar o número de atendimentos através da divulgação da disponibilidade do Acesso Libras (central remota de atendimento 24 horas).

Reforçar com os serviços a importância na manutenção dos atendimentos remotos para otimizar o tempo e os recursos necessários.

Estreitar o relacionamento com a ASSUCAMP a fim de entender melhor as necessidades da população surda e construir políticas públicas que tornem Campinas uma cidade mais acessível

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) tem a missão de “promover o direito humano a alimentação de qualidade de forma permanente e articulada às demais políticas públicas no município de Campinas”, através do gerenciamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricionais – SAN da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – SMASDH, bem como articular as ações de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvidas pelas demais políticas, secretarias e autarquias da Prefeitura Municipal de Campinas – PMC, através da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSAN.

Resultados alcançados:

- Participação ativa da CAISAN e COMSAN com os servidores realizando a secretaria executiva e participando como suplente da secretaria na CAISAN, bem como exercendo o papel de conselheiros titular e suplente no COMSAN;
- Participação em grupos de trabalhos – GT Hortas Comunitárias, GT de compras, GT de SAN e SUAS, GT para alimentação de pessoas em situação de rua e; comissões do COMSAN;
- Coordenação da Comissão de Educação Alimentar e Nutricional;
- Participação no Conselho da Paz e Plano da Primeira Infância Campineira (PIC);
- Visita ao município de Curitiba-PR para troca de experiências e conhecer programas de Segurança Alimentar e Nutricional como restaurante popular, banco de alimentos, cozinha solidária, fazenda urbana, sacolão e armazém solidário;
- Organização e participação na III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas, junto ao COMSAN e CAISAN;
- Recebimento de emendas impositivas municipais e federais;
- Gestão e monitoramento do Convênio entre Ceasa e Prefeitura de Campinas para Programa Banco de Alimentos;
- Gestão e monitoramento do Convênio entre Werner Von Braun e Prefeitura de Campinas, para aplicativo Viva Vida, que foi finalizado em 2023;

- Gestão do Convênio entre Governo de São Paulo e Prefeitura de Campinas, para Projeto Viva-Leite;
- Organização, junto ao COMSAN, da V Semana Municipal da Alimentação em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação;
- Organização e elaboração de documento de solicitação do município à Adesão ao Pacto de Milão;
- Organização, inscrição e participação do Laboratório Urbano de Políticas Públicas em Alimentação – LUPPA;
- Participação na oficina de elaboração do Scorecard de Sistemas Alimentares do município junto à Defesa Civil.

Atividades de formação dos servidores

As atividades formativas buscam capacitar os servidores do município de Campinas, aprimorando sua atuação frente ao processo de trabalho. Diversos cursos são desenvolvidos pela Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor (EGDS), por secretarias da Prefeitura Municipal de Campinas e por plataformas do Governo Federal, sendo estes os principais meios de qualificação dos servidores, em formato presencial e virtual.

Referente às atividades de formação, segue abaixo os eventos/palestras e cursos realizados pelos servidores do DSAN e a quantidade de participantes.

Eventos/Palestras

- Improbidade Administrativa (5)
- Nova lei de licitação: desafios de implementação – A experiência de Campinas (1)
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat) (1)
- Para que serve e como são feitas as tabelas de temporalidade de documentos? (3)
- Podem-se eliminar os documentos físicos após a digitalização? (2)
- Plano de contratações anual (A)
- Linguagem Simples no Serviço Público (2)
- Educação Financeira (2)

Cursos

- Gestão e fiscalização de contratos administrativos (2)
- Lidera - Programa de Mentoria para Lideranças Públicas (3)

- Noções práticas de direitos para servidores públicos (1)
- Multiplicadores de Educação Alimentar e Nutricional (3)
- Planejamento municipal (3)
- Gestão pessoal - base da liderança (2)
- Amamenta e Alimenta Brasil: recomendações baseadas no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos (1)
- Nova Lei de Licitações: gestão contratual (1)
- Nova lei de licitações: planejamento e governança (1)
- Um novo olhar – 1ª parte (4)
- Políticas públicas de assistência social (1)
- Desmistificando a diversidade sexual (1)
- Gestão do tempo e produtividade (1)
- Introdução ao Libre Office calc (2)
- Comunicação não violenta (2)
- Papel do cidadão (1)
- Inteligência emocional (1)
- Atuação em comissão de heteroidentificação nos concursos públicos (2)

III Conferência municipal de segurança alimentar e nutricional

A III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Campinas ocorreu nos dias 02 e 03 de agosto de 2023 e apresentou como temática principal “Fome: o alimento como direito. Atuação do estado e da sociedade.” O objetivo da conferência foi promover políticas públicas relacionadas a soberania e segurança alimentar e nutricional.

O DSAN, como órgão articulador da Política de SAN em Campinas, participou ativamente do planejamento, organização e execução da Conferência.

O evento contou com 300 inscrições, com mais de 200 vagas para representantes da sociedade civil. No primeiro dia de evento, contou com 185 participantes, 110 da sociedade civil e 75 do poder público.

Como resultado final foi elaborado propostas prioritárias para o município de Campinas, sendo divididas nos seguintes eixos: Equipamentos e Infraestrutura, Consumo e Saúde e Produção Agrícola, Rural e Urbana. Entre as propostas aprovadas pelos participantes, pode-se destacar: criação da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura,

atualização dos valores e ampliação dos lugares de acesso do Nutrir, implantar uma cozinha comunitária com projeto para geração de renda, equipamentos em território público de SAN, criação de armazéns solidários, ampliar equipe multidisciplinar em Unidades Básicas de Saúde, garantia de acesso e atendimento a pessoas que tenham necessidade alimentares específicas, fortalecimento do SISVAN, criação da coordenadoria municipal de nutrição na secretaria de saúde, recurso orçamentário para pequenos agricultores, programas de educação para SAN, criar o Programa de Aquisição de Alimentos municipal, Revogar a lei complementar 207/2018 que expande a área urbana para a área rural em Campinas e criar o Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional e Agrícola.



Figura 1. Material de divulgação da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas-SP, 2023.

Metas para 2024:

- Articular e apoiar administrativamente as instâncias da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN E COMSEA);
- Participar ativamente no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSAN;
- Reorganizar estruturalmente o Departamento, recebendo novos servidores e estagiários;
- Realizar visitas a outros municípios com experiências exitosas em SAN;

- Participar do Laboratório Urbano de Políticas Públicas em Alimentação – LUPPA;
- Manter gestão e monitoramento de programas vigentes.

NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL - NEAN

O setor de Nutrição e Educação Alimentar e Nutricional (NEAN) é responsável pela operacionalização das áreas de produção de alimentos dos serviços socioassistenciais da alta complexidade de responsabilidade direta do município, bem como pela articulação, organização e implantação de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no município. Mais especificamente, coube ao Setor:

- Gerenciar a oferta de alimentação completa aos usuários dos abrigos municipais permanentes Centro Municipal de proteção à Criança e ao Adolescente (CMPCA), Residência Inclusiva Renascer e Casa de proteção à Mulher SaraM;
- Fiscalizar o contrato de fornecimento de refeições transportadas ao Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM), CENTRO POP, REFEITÓRIO DA CIDADANIA e em situações de emergências e calamidade;
- Controlar as áreas de produção dos abrigos permanentes, no aspecto técnico, quanto à qualidade do atendimento (qualidade dos gêneros, condições sanitárias das cozinhas e acompanhamento da capacitação de pessoal operacional) e, no aspecto administrativo, manutenção da estrutura física e de equipamentos e utensílios das cozinhas;
- Organizar, solicitar e acompanhar os processos licitatórios de alimentos, equipamentos e utensílios de cozinha dos serviços de alta complexidade;
- Avaliar e elaborar cardápios das diversas categorias atendidas;
- Realizar diagnóstico de estado nutricional dos usuários dos abrigos permanentes;
- Participar de Grupo intersetorial de Nutrição das secretarias da PMC;
- Participar de grupos de trabalho junto à Política de Assistência Social e assessoria de gabinete;
- Participar da Comissão de EAN do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Articular e realizar educação alimentar e nutricional junto ao público atendido pelos programas NutrirCampinas, Viva-Leite, rede socioassistencial e demais públicos do município;

- Elaborar projeto de equipamento de segurança alimentar e nutricional voltado para pessoas em situação de rua.

Nutrição Gerenciamento de Processos

O setor foi contemplado com a admissão de 02 nutricionistas e 01 auxiliar administrativo para compor a equipe.

Em 2023, o setor protocolou 29 processos relacionados à aquisição de alimentos, utensílios, equipamentos, manutenção de cozinhas, uniformes e educação alimentar e nutricional. A gestão dos processos protocolados foi realizada durante todo o ano.

Além disso, foi iniciada a elaboração de dois projetos que seguirão em andamento em 2024, sendo estes: terceirização das cozinhas dos abrigos municipais e Termo de Referência para abertura de edital de chamamento referente à cozinha central com unidade móvel para distribuição de refeições – equipamento de segurança alimentar e nutricional para pessoas em situação de rua.

Desafios durante a execução das atividades

As questões administrativas dos processos como recebimento de notas fiscais, elaboração de planilhas, verificação de certidões, entre outras foram realizadas pela agente administrativo. Os memoriais descritivos/termos de referência foram realizados em parceria pela agente administrativo e pela nutricionista. As questões técnicas dos processos, como elaboração de descritivo técnico, análise de amostras, esclarecimentos, foram realizadas pela nutricionista e pela técnica de alimentos.

Como desafio a ser apresentado está a ocorrência de licitações desertas e fracassadas de itens de alimentos, o que culminou, nesse ano, no atraso do fornecimento de alguns alimentos.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Dos 29 processos protocolados, 07 obtiveram sucesso no fornecimento (assinatura de contrato/ata/amil e entrega dos itens), 03 processos que tiveram deserto/fracasso nas licitações e foi solicitado contratação direta e, 02 que ainda estão em andamento (ambos processos iniciados em 2022). Houve 04 solicitações de utilização de Ata de Registro de Preços da Secretaria de Educação (consequência de desertos/fracassos em processos licitatórios), sendo que 01 delas não houve sucesso. Houve 23 solicitações de reforma e manutenção dos abrigos ao setor responsável. Foi aberto um processo SEI para solicitação de limpeza de caixa de

gordura nos abrigos e outro para limpeza de caixa d'água nos locais que produzem ou recebem alimentos.

Metas para 2024

- Melhorar o fluxo do andamento dos processos junto às outras secretarias e departamentos envolvidos para agilizar o andamento e garantir o sucesso dos fornecimentos, não prejudicando assim a alimentação nos locais atendidos.
- Estruturar proposta de terceirização completa das cozinhas dos abrigos;
- Buscar conhecer empresas interessadas para o ramo de terceirização das cozinhas;
- Elaborar edital de chamamento de cozinha central com unidade móvel;
- Realizar diagnóstico de iniciativas de refeições solidárias;
- Monitorar área técnica de Plano de Trabalho contemplado por emenda impositiva para o CEPROMM e Cozinha Solidária São Marcos.

Cardápios

Foram enviados os cardápios para os serviços de acolhimento, os mesmos foram elaborados de forma que respeite a variedade e as faixas etárias.

Os cardápios da empresa que fornece as refeições transportadas foram enviados pela mesma com em média 02 meses de antecedência para aprovação da nutricionista desse departamento, que fez sugestões de alteração quando houve necessidade. Os mesmos foram disponibilizados aos locais que recebem as refeições através de processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Desafios durante a execução das atividades

O respeito ao cardápio planejado para os abrigos, a sensibilização das cozinheiras sobre o que foi ofertado.

Houve falta de contrato terceirizado de cozinheiras nos abrigos CMPCA e Renascer no segundo semestre, acarretando em reorganização de escala de cozinheiras servidoras e contratação emergencial, o que atrapalhou no planejamento e execução do cardápio.

Houve fiscalização quanto ao respeito ao cardápio planejado pela empresa de refeições transportadas, tanto pelo fiscal do DSAN quanto pelos fiscais locais e enviados relatórios e cobranças à empresa.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Melhor controle dos alimentos ofertados aos usuários;
- Redução de alimentos ultraprocessados, açúcar, sal e óleo;
- Transparência quanto ao planejamento do cardápio de refeições transportadas;
- Planejamento de compras para os serviços;
- Orientação das cozinheiras com questões de saúde dos moradores.

Metas para 2024

- Receber estagiários;
- Avaliar preferências e sugestões de preparações junto aos usuários dos serviços;
- Reunir com equipe dos abrigos para sensibilizar ao seguimento do cardápio proposto, quando o abastecimento estiver conforme o planejado;
- Realizar capacitações e orientações para as cozinheiras dos abrigos;
- Capacitar as equipes quanto ao porcionamento e montagem de pratos saudáveis;
- Realizar pesquisas de satisfação;
- Realizar ações educativas com os moradores e atendidos por serviços de oferta de refeições.

Avaliação nutricional

Para a avaliação nutricional foi realizada a avaliação antropométrica utilizando a balança (Líder até 200 Kg) e o estadiômetro portátil para mensurar o peso e a altura dos usuários, respectivamente. As crianças e adolescentes foram classificadas através dos gráficos referência da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007) e CDC (2000) para Índice de Massa Corporal (IMC)/IDADE, os adultos através da classificação do IMC da OMS (1998), e os idosos a classificação do LIPSCHITZ (1994).

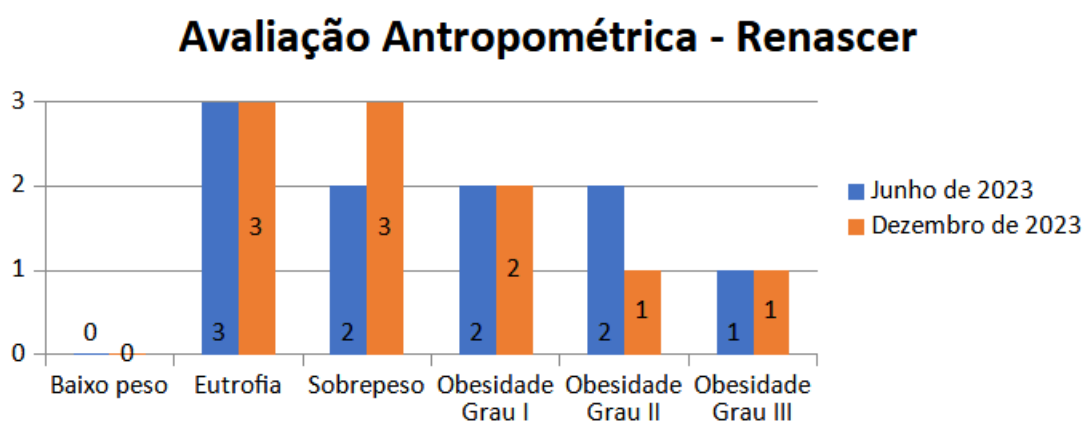
Desafios durante a execução das atividades

- Não foram realizadas avaliações antropométricas nos espaços que ofertam refeições transportadas.
- A avaliação antropométrica nos abrigos aconteceu duas vezes no ano, porém, devido à rotatividade e fluxo nos abrigos, o acompanhamento individualizado é comprometido, exceto no abrigo Renascer, que o público se mantém ao longo do ano.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

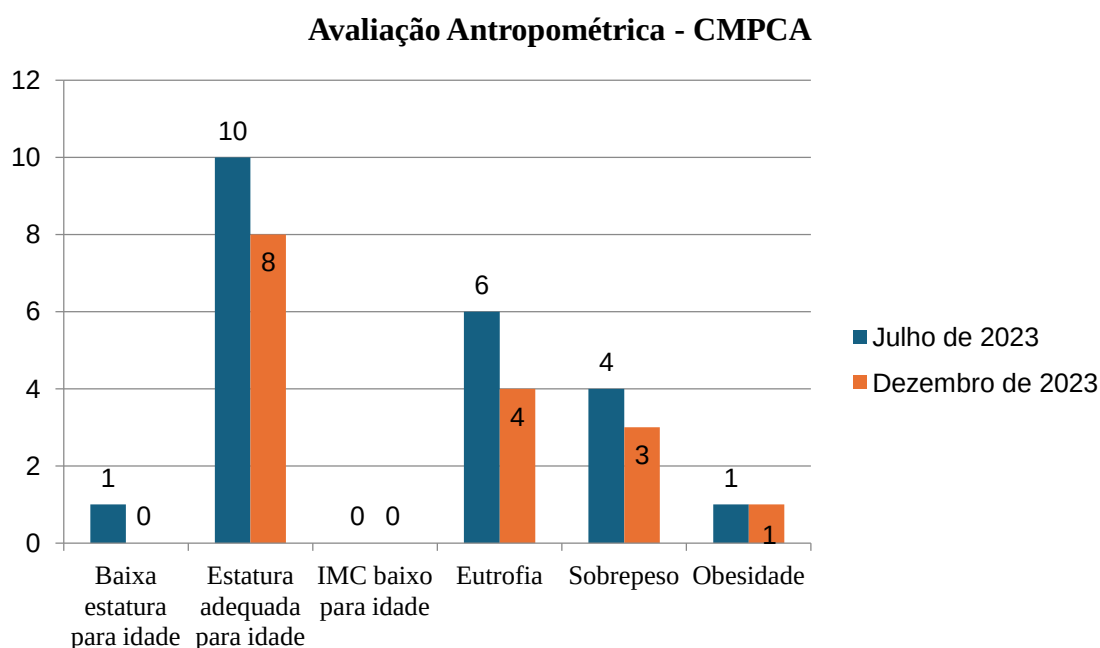
Abrigo Renascer – a avaliação foi realizada nos meses de junho e dezembro de 2023, com 10 indivíduos avaliados em ambas as aferições. Segue abaixo o gráfico com a classificação segundo o Índice de Massa Corpórea (IMC);

Gráfico 1. Classificação de usuários do abrigo Renascer segundo parâmetro do IMC. Campinas - SP, 2023.



Abrigo CMPCA- avaliado em julho e dezembro de 2023, como ilustrado no gráfico 2. Em julho, foram avaliados 11 indivíduos, identificando 1 com baixa estatura para idade e 10 com estatura adequada para idade. Enquanto para o peso, 6 indivíduos foram classificados com eutrofia, 4 com sobrepeso e 1 com obesidade. No mês de dezembro foram avaliados 8 indivíduos, com todos apresentando adequada estatura para idade, 4 com eutrofia, 3 com sobrepeso e 1 com obesidade. Ao observar o gráfico nota-se que, entre as crianças e adolescentes avaliados, a maioria encontra-se com estatura adequada para idade e eutrofia.

Gráfico 2. Classificação dos usuários do abrigo CMPCA segundo referências antropométricas. Campinas - SP, 2023.



Abrigo Sara M - foi o que apresentou maior número de avaliações, como identificado nos gráficos abaixo, sendo essas medidas antropométricas realizadas em crianças e mulheres. A maioria das crianças foi classificada com estatura adequada para idade, exceto no mês de setembro que a maioria apresentou baixa estatura para idade. No que se refere ao peso, a maioria encontra-se eutrófica.

Quando avaliado a classificação do IMC das mulheres que foram acolhidas no abrigo Sara M, observou-se que a maioria se encontrava com algum grau de sobrepeso/obesidade nos meses de aferição. Segue abaixo os gráficos com os resultados das avaliações antropométricas e classificação do estado nutricional dos usuários.

Gráfico 1. Classificação das crianças do abrigo Sara M segundo referências antropométricas. Campinas - SP, 2023.

Avaliação Antropométrica - SARA M (crianças)

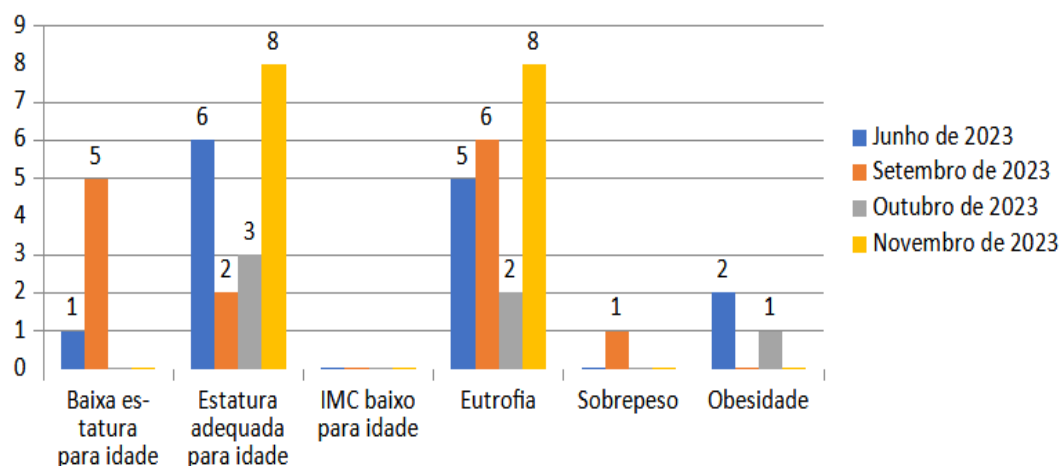
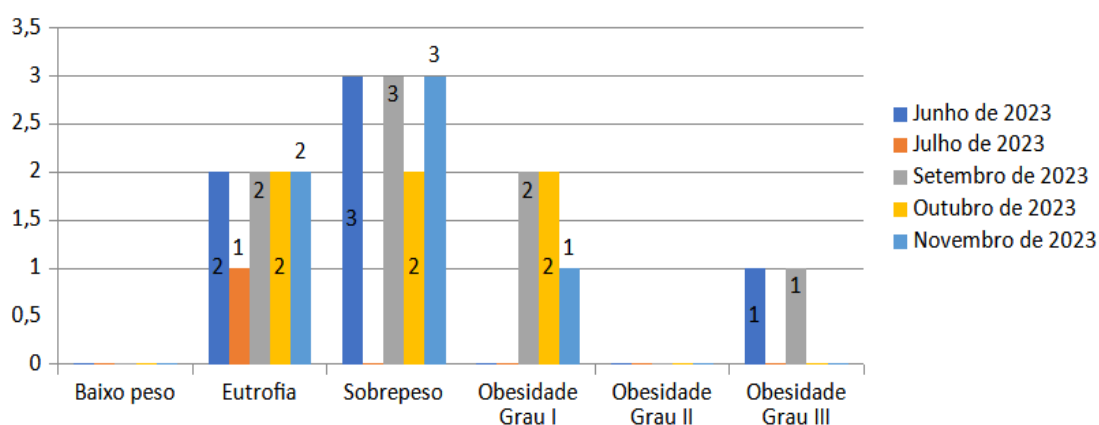


Gráfico 2. Classificação das mulheres do abrigo Sara M segundo IMC. Campinas - SP, 2023.

Avaliação Antropométrica - SARA M (mulheres)



- Além disso, foram realizados 03 atendimentos individuais no abrigo CMPCA e 01 atendimento no Sara M.
- Metas para 2024
- Realizar avaliação antropométrica conforme planejamento nos serviços de acolhimento;
- Realizar avaliação, acompanhamento e orientação nutricional individual conforme demanda nos serviços de acolhimento;

- Realizar avaliação antropométrica por amostra nos serviços atendidos pela alimentação transportada.

Aspectos higiênico sanitários

O setor de Nutrição tem a responsabilidade técnica na produção de alimentos em três abrigos executados diretamente pela Prefeitura Municipal de Campinas - CMPCA – Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente; RENASCER – Residência Inclusiva e SaraM - Casa de acolhimento às mulheres vítimas de violência. Para isso realiza treinamentos em boas práticas de manipulação junto aos manipuladores de alimentos, solicita reformas e manutenção das áreas relacionadas com a produção de alimentos, visitas para verificar as condições higiênico sanitárias com a aplicação de Check-List, solicitação de aquisição de materiais pertinentes, solicitação de dedetização, desratização e orientação quanto à limpeza de caixa d'água e caixa de gordura.

O setor orienta aos espaços que recebem refeições transportadas, SAMIM, Casa da Cidadania e Centro Pop II, quanto à limpeza de caixa d'água e reformas e manutenção nas áreas relacionadas à alimentação.

Desafios durante a execução das atividades

Dificuldade na sensibilização para manter os procedimentos padrões de boas práticas de manipulação como guarda de amostras e o preenchimento das planilhas de controle (higienização, temperatura do alimento e limpeza do estoque);

Correto preenchimento em planilhas de aferição de temperatura e higiene;

A reforma e manutenção estrutural dos espaços de produção de alimentos no ano não foram realizadas;

A falta de cozinheiras e alta rotatividade das mesmas.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Reformas e manutenção: não houve.

- Treinamentos: Referente aos treinamentos com as cozinheiras no abrigo Sara M, foram realizados 05 treinamentos no primeiro semestre e 04 no segundo semestre, com os seguintes temas: coleta de alimentos, lavagem de mãos, higiene dos alimentos, organização dos alimentos, contaminação de alimentos, conservação de alimentos,

hábitos e uniformes, doenças transmitidas por alimentos e Manuais de boas práticas e Procedimentos Operacionais Padrões.

- Check-list: Nas visitas aos abrigos foram realizados 29 check-list (10 no CMPCA, 10 no Renascer e 09 no Sara M) seguidos de orientação quanto à coleta de amostras das refeições e controle de temperatura dos equipamentos e dos alimentos, no Sara M. No CMPCA e no Renascer, as cozinheiras terceirizadas, apresentavam falhas no preenchimento das planilhas de higiene e de temperatura e somente no CMPCA na coleta de amostras, o que foi relatado ao supervisor das mesmas.
- Uniformes: As cozinheiras do Sara M nos solicitaram uniforme novos, no começo do ano (março), que entraram no cronograma de compras da secretaria e foram adquiridos, com exceção das camisetas, que ficarão para 2024.
- Metas para 2024
- Realizar treinamento com as cozinheiras do Sara M e supervisionar o cumprimento das boas práticas nos três abrigos;
- Realizar mensalmente o Check-list;
- Solicitar dedetização/desratização semestral para abrigos;
- Manter o fluxo de visitas nos estoques para controle tanto no Almoxarifado Central quanto nos abrigos;
- Avaliar estoque refrigerado e possibilidade de manutenção;
- Solicitar que os locais agendem semestralmente a limpeza de caixa d'água e anualmente da caixa de gordura.

Controle de estoque de gêneros alimentícios

Durante o ano foi realizada a contagem de gêneros não perecíveis nos estoques e controle de validade dos abrigos, sendo que também foi solicitado aos coordenadores dos abrigos que enviassem as solicitações quando necessário ou em período de férias. Após essas, foram liberados os itens que estavam estocados no Almoxarifado Central para suprir a demanda mensal da alimentação.

O estoque de alimentos no Almoxarifado Central foi controlado mensalmente, organizado nesse espaço para respeito dos vencimentos.

Além disso, quando houve parcial desabastecimento por dificuldade nos processos licitatórios e nas atas de registro de preços e compras vigentes, a nutricionista e a técnica de alimentos

ficaram em constante contato e vigilância junto ao Banco de Alimentos e ISA (Instituto de Solidariedade em Alimentação), solicitando doações de alimentos para que não houvesse total desabastecimento. O Banco de Alimentos realizou doação para o SaraM - 763,19 Kg, CMPCA - 802,28 Kg, Renascer - 751,12 Kg; o ISA realizou doação para o SaraM - 2.764,80 Kg; CMPCA - 5.892,50 Kg; Renascer:4.453,50 kg.

Houve a solicitação de utilização/empréstimo de espaços de armazenamento refrigerado ao Banco de Alimentos para armazenamento de carnes, as quais foram solicitadas de Atas vigentes da Secretaria de Educação.

Houve recebimento de equipamentos para estoque refrigerado dos abrigos - 03 refrigeradores de 275L *frostfree*; 03 refrigeradores duplex 400L *frostfree* e 04 *freezers* verticais 300L *frostfree*.

Houve também o atendimento com alimentos para a Casa da Cidadania que oferece almoço e jantar para pessoas em situação de rua através de co-financiamento de instituição da rede socioassistencial, porém em 2023 ficou sem a atuação dessa, assim o DSAN encaminhou 1.466 Kg de alimentos advindos de compra dos processos de alimentação dos abrigos e o Banco de Alimentos doou 1.534,30 Kg.

Desafios durante a execução das atividades

Necessidade eventual de doações para abastecer os abrigos e não faltar alimentos, modificar os cardápios e planejar estoque de alguns gêneros, para impossibilitar que faltassem, sendo necessária vigilância constante em relação ao uso e vencimentos.

Manter o controle de vencimentos de produtos, tanto no almoxarifado quanto nos abrigos, para evitar o desperdício.

Aumento do número de processos administrativos e, eventualmente, necessidade de utilização de atas de registro de preço de outras Secretarias para suprir demandas dos abrigos.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Combate ao desperdício, evitando que alimentos vencessem nos estoques.
- Metas para 2024
- Manter o fluxo de visitas nos estoques para controle tanto no Almoxarifado Central quanto nos abrigos.
- Avaliar refrigerados e possibilidade de manutenção.

Refeições transportadas

O setor é responsável pela fiscalização técnica do contrato das refeições transportadas, sendo que o mesmo contempla os serviços SAMIM, Centro Pop, Refeitório da Cidadania, Abrigo Emergencial Zilda Arns, Casa da Cidadania e situações eventuais e emergenciais. Nesse contrato há a possibilidade de oferta de desjejum, almoço, lanche da tarde, jantar, lanche especial para o Centro Pop, congelados e papinhas. Mensalmente o setor recebeu as notas fiscais, fez o fechamento e relatório financeiro. Houve uma extensão do contrato, após finalização do mesmo em agosto/2023, por meio da terceira cláusula contratual que possibilitava a vigência até a entrega total do quantitativo previsto.

Desafios durante a execução das atividades

Fiscalizar tecnicamente o contrato com a empresa, solicitar que os locais enviassem fotos e relatos caso necessário por e-mail para posterior documentação e elaboração de relatórios. Durante o acompanhamento das refeições transportadas foi observado divergência na execução do cardápio, referente a disponibilização dos alimentos e das quantidades, o que se tornou um desafio constante durante o ano.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Em 2023 a equipe de fiscalização realizou 06 visitas à cozinha, fazendo relatório para solicitar melhorias e outros aspectos pertinentes à legislação e ao contrato.

Houve 138 coletas de amostras aleatórias das marmitas oferecidas no SAMIM (Serviço de Atendimento ao Migrante, itinerante e Mendicante), Refeitório e na própria empresa e constante comunicação com os espaços sobre a qualidade e quantidade dos alimentos. Sendo relatados à empresa sobre a qualidade e quantidade da mesma através de 06 relatórios.

Com a fiscalização do contrato, foi enviado ao setor responsável relatório com os problemas encontrados para as medidas cabíveis do contrato anterior.

Esse departamento solicitou que fossem feitas dedetização e desratização nos serviços que recebem as refeições, semestralmente.

Também foi solicitado que os locais marcassem limpeza de caixa d'água semestralmente.

Itens para lanches extraordinários, como aqueles para os usuários que vão viajar, foram liberados pelo DSAN.

Foi realizada reunião com o gestor e todos os fiscais do contrato para explicar o processo e o tipo do objeto e acordar quanto ao planejamento, envio de solicitação, regras de higiene,

importância do objeto, entre outras informações.

Tabela 1. Quantidade de refeições ofertadas por locais de atendimento.

MESES/ LOCAIS	SAMIM	CENTRO POP	EMERGENCIAL	REFEITÓRIO	CASA CID	TOTAL POR MÊS
JANEIRO	5127	2279	751	6578	6420	21155
FEVEREIRO	4820	1919	193	5010	6020	17962
MARÇO	5072	2399	343	6150	6045	20009
ABRIL	5555	1920	170	5700	5430	18775
MAIO	8818	2339	258	5610	5705	22730
JUNHO	8630	2160	472	6030	4735	22027
JULHO	8615	2279	488	6090	3900	21372
AGOSTO	9640	2460	685	5700	3600	22085
SETEMBRO	9595	2040	1205	5100	3840	21780
OUTUBRO	10570	2157	1158	4560	3720	22165
NOVEMBRO	10265	1919	1295	4980	4530	22989
DEZEMBRO	8770	2034	1535	4800	4810	21949
TOTAL POR LOCAL	95477	25905	8553	66308	58755	254998

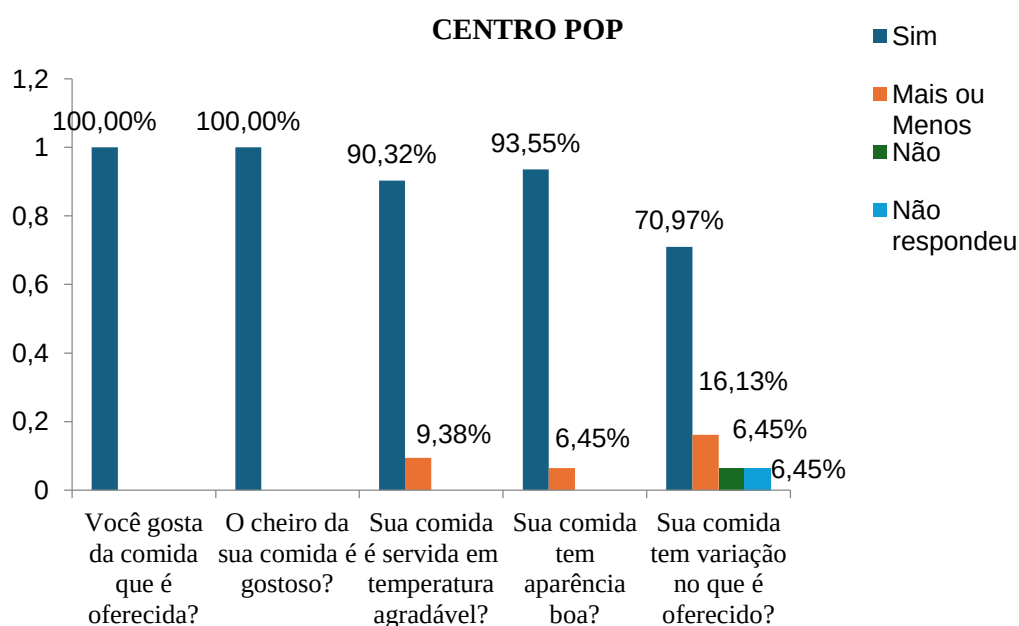
Foi realizada uma Pesquisa de Satisfação das refeições transportadas no Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e mendicante – SAMIM e no Centro Pop, no mês de outubro, com aplicação de um questionário com 6 questões, conforme abaixo:

- Você gosta da comida oferecida?
- O cheiro da sua comida é gostoso?
- Sua comida é servida em uma temperatura agradável?
- Sua comida tem aparência boa?
- Sua comida tem variação no que é oferecido?

Todas as questões eram respondidas com “SIM”, “MAIS OU MENOS” ou “NÃO”.

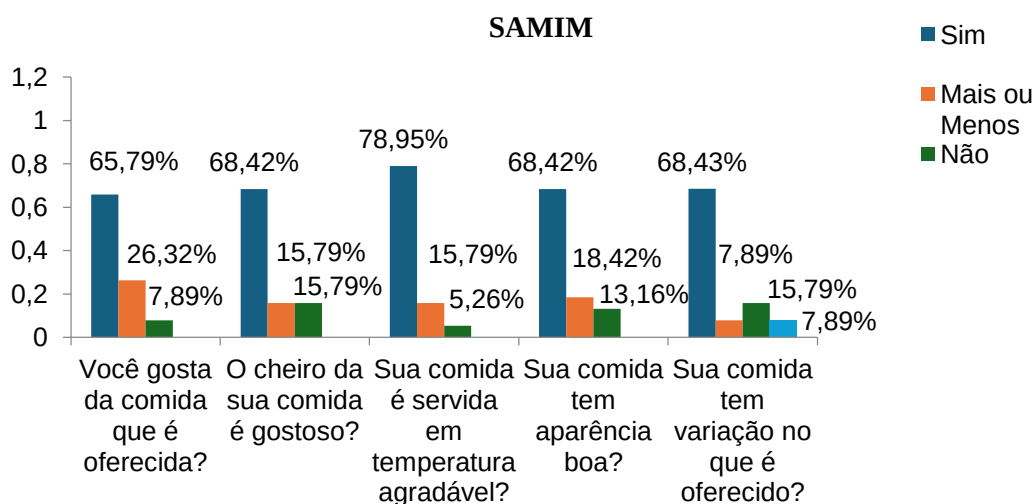
Foram entrevistados 31 usuários do Centro POP, considerando que 100% dos indivíduos responderam que gostam da comida e do cheiro do que é oferecido, enquanto 90,32%, 93,55% e 70,97% consideraram a temperatura, aparência e variedade satisfatória, respectivamente.

Gráfico 5. Pesquisa de Satisfação realizada no Centro Pop. Campinas, SP, 2023.



No SAMIM foram entrevistados 38 usuários, sendo que 65,79% referiram gostar da comida, 68,42% consideram o cheiro bom, 78,95% gostam da temperatura e 68,42% gostam da aparência e da variação do que é oferecido.

Gráfico 6. Pesquisa de Satisfação realizada no SAMIM. Campinas, SP, 2023.



Havia uma questão aberta, em que nem todos responderam, frente à pergunta, trazendo-se para este relatório algumas respostas:

- O que você mudaria para melhorar a sua refeição?
- Respostas:
- Aumentar a quantidade
- Acrescentar mais vegetais
- Mais variedade nas saladas
- Aumentar a temperatura do café
- Aumentar a oferta de proteína
- Melhorar o tempero
- Oferta de água
- Melhorar a aparência
- Metas para 2024
- Avaliar preferências e sugestões de preparações junto aos usuários dos serviços;
- Sensibilizar os envolvidos com a produção de alimentos para a qualidade nutricional que é proposta nos cardápios;
- Manter a análise sensorial e quantitativa das refeições transportadas;
- Realizar visitas ao local de produção;
- Realizar pesquisa de satisfação das refeições servidas;
- Elaborar relatórios de análise das refeições ofertadas;
- Realizar treinamento com fiscais do contrato de refeições transportadas.

Grupos de Trabalho (GT) SAN POP Rua

Em 2022 foi criado um grupo de trabalho composto por servidores do Gabinete da Secretária, do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, Departamento de Operações da Assistência Social e a Área de Vigilância Socioassistencial, com intuito de dar tratativa ao Ministério Público e garantir a SAN da população em situação de rua. O grupo perdurou durante o ano de 2023, onde foi elaborado um relatório com as seguintes propostas:

- Que o município possua uma cozinha central, executada diretamente ou por meio de Termo de Colaboração, dentro das normativas da vigilância sanitária, com equipe, responsável técnico para distribuição de refeições em ao menos 03 horários;
- Que a distribuição se dê em pontos descentralizados, indicados por equipes que trabalham com a população em situação de rua;
- Que nos pontos de distribuição descentralizada sejam adequados para receber refeições, seja em espaços públicos ou através de formalização de colaboração com organizações da sociedade civil;
- Que seja realizado um mapeamento periodicamente dos espaços onde há maior concentração das pessoas em situação de rua, para que a oferta esteja adequada, considerando a flutuação de concentração do público.
- Partindo dessas propostas, foi apresentado o projeto aos gestores e secretária, e após a aprovação, foi iniciada a elaboração do Termo de Referência para publicação de um Edital de Chamamento, visando identificar locais e equipes para execução de equipamentos de segurança alimentar e nutricional, sendo estes 01 cozinha central e 02 refeitórios descentralizados, que distribuirão café da manhã, almoço e jantar, respectivamente. A finalização do documento e sua publicação entrarão como meta para o ano de 2024.

GT de SAN e SUAS

O grupo de trabalho foi criado com a proposta de debater assuntos em comum entre as duas políticas. Foi elencado como assunto prioritário o abastecimento de alimentos nos abrigos municipais. O município, através da Política de Assistência Social, é responsável por 03 serviços de acolhimento, com funcionamento 24h e oferta de refeições de 5-6 vezes por dia. A gestão dos estabelecimentos fica sob responsabilidade do DOAS, sendo que a gestão da

alimentação com o DSAN que disponibiliza diversos funcionários para a gestão dos contratos de gêneros alimentícios, equipamentos e utensílios.

A ideia do GT foi propor soluções para alimentação nos serviços de acolhimento, tendo em vista a gestão de muitos contratos, os custos elevados e possibilidade de desabastecimento. Logo, a proposta foi a contratação de empresa para prestação de serviços de alimentação e nutrição, com a operacionalização e o desenvolvimento de todas as atividades necessárias para o fornecimento das refeições diárias para os três serviços de acolhimento, incluindo o planejamento, aquisição e armazenamento de matéria-prima (gêneros alimentícios), preparo e distribuição das refeições aos moradores acolhidos, além da higienização e outros procedimentos necessários para garantir a qualidade dos alimentos servidos, bem como dispor de utensílios para preparo e consumos das refeições e realizar a manutenção preventiva, corretiva de utensílios e equipamentos sempre que necessário, entre outros materiais necessários para o fornecimento das refeições. Tal proposta foi apresentada para os gestores e secretária, estabelecendo como meta para 2024 iniciar com o processo de licitação.

Educação alimentar e nutricional

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um dos pilares da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, é estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais da atualidade. Com suas ações, é possível verificar a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, além de valorizar a cultura alimentar, os hábitos regionais, a soberania alimentar, promover a redução do desperdício de alimentos, a sustentabilidade e a alimentação saudável (Brasil, MDS 2012).

O DSAN realiza diversas ações de EAN tanto organizadas pelos mesmos como em parceria, e é responsável pelo monitoramento das ações desse tópico no I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Desafios durante a execução das atividades

- Elaborar materiais para abordagem dos temas com os recursos disponíveis para tanto;
- Falta de recurso para aquisição de alimentos e outros itens para realização de oficinas culinárias;

- Dificuldade na sensibilização quanto aos temas dos treinamentos: preenchimento das planilhas de controles de higiene, temperaturas, recebimento de gêneros, respeitando normas da legislação sanitária por parte dos manipuladores.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Foram realizadas 66 ações de EAN, dentre ações elaboradas pelo DSAN ou em parceria.

Quadro 1. Quantidade de ações de Educação Alimentar e Nutricional organizadas pelo Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional em 2023.

Tipo	Número de ações
Treinamento	10
Oficina Culinária	4
Rodas de Conversa	12
Palestra/aula	2
Oficina de Hortas	9
Curso/capacitação	7
Dinâmica	0
Outras (conferência, assiste, atendimento individual, etc)	22
Total	66

- Foram realizadas 16 atividades de EAN nos abrigos acompanhados pelo departamento, com diferentes temáticas: treinamentos técnicos, alimentação saudável, composição dos alimentos, guia alimentar, higiene dos alimentos, entre outros.
- Curso de capacitação de Multiplicadores de EAN para 15 servidores.
- Oficinas realizadas com a temática de aproveitamento integral dos alimentos, utilizando jaca e casca de banana em diferentes espaços. Além disso, foi elaborado um folder sobre a temática, com receitas sobre de água saborizada e chá com casca de abacaxi.
- Ação sobre introdução alimentar infantil realizada para a comunidade no Vila Olímpia, no Sara M em consulta individual e no CMPCA.

- Foi realizado o Mini-curso de “Boas práticas na cozinha” com entidades co-financiadas, com 4 encontros sobre as temáticas: Aspectos de Higiene; Conservação, Organização, Validade, Guarda de Amostras e Rotulagem de Alimentos; Doenças Transmitidas por Alimentos e Temperatura de Alimentos, Higienização e Coleta de Amostras de Alimentos; Manual de Boas Práticas e POP’s (Procedimentos Operacionais Padrão) e Guarda de Amostras de Alimentos.
- Visita a cozinha de 2 entidades co-financiadas, para avaliar a introdução do aprendizado no Mini-curso.
- Visita a cozinha do São Marcos e posteriormente orientação as cozinheiras sobre os Aspectos de Higiene na Cozinha.
- Entre as atividades realizadas com outras secretarias, houve a participação na V Semana da Alimentação junto com a secretaria de saúde e educação, além da participação em 03 eventos do Assiste durante o ano, que engloba outras secretarias.
- Foi realizado o curso de beneficiamento de alimentos, em parceria com o Banco de Alimentos, ofertadas às entidades da rede socioassistencial e a produtores de alimentos das hortas urbanas;
- Materiais educativos confeccionados: folder sobre aproveitamento integral dos alimentos, raízes e tubérculos, composteira e Plantas Alimentícias Não Convencionais. Além disso, foi realizada a reformulação e impressão de rótulos de alimentos para realização de dinâmicas sobre composição alimentar e leitura de rótulos;
- Participação no Workshop de Educação Alimentar e Nutricional com troca de experiência entre nutricionista de diversos setores da prefeitura de Campinas, na V Semana da Alimentação.

Foi realizada a V Semana da Alimentação em outubro em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, em parceria com o COMSAN e com o grupo de trabalho das Hortas Comunitárias, com ações mistas virtuais e presenciais. Em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, foi criado site (<https://portal.campinas.sp.gov.br/sites/semanadaalimentacao23/a-semana>) com diversas informações como orientações de alimentação, receitas, a programação da Semana da Alimentação que ficou disponível vinculado ao site da Secretaria.



Figura 2. Material de divulgação da V Semana da Alimentação.

Metas para 2024

- Realizar ações de educação nutricional com os moradores e todos os profissionais envolvidos nos abrigos;
- Realizar curso de capacitação para servidores da prefeitura que atuem diretamente com a população, principalmente da mesma Secretaria;
- Realizar projeto de oficinas culinárias com o tema “Aproveitamento Integral de Alimentos” com cozinheiro, para entidades socioassistenciais, em parceria com o Banco de Alimentos;
- Realizar curso de higiene de alimentos junto às entidades socioassistenciais e demais interessados;
- Realizar curso de beneficiamento para as entidades socioassistenciais que recebem alimentos de doação e com agricultores;
- Realizar ações educativas quanto à higiene e boas práticas de manipulação nas cozinhas solidárias;
- Realizar ações educativas nos espaços de oferta de refeições da secretaria;
- Realizar ações educativas com beneficiários dos programas do DSAN;
- Realizar ações de EAN em parceria com outras secretarias;
- Participar da Semana do Aleitamento;

- Coordenar Comissão de EAN do COMSAN;
- Organizar junto à Comissão de EAN a VI Semana da Alimentação em outubro;
- Elaborar estudo de custo e orçamento das ações de EAN;
- Solicitar aquisição de materiais para as ações educativas.

PROGRAMA NUTRIR CAMPINAS

O Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional “NUTRIRCAMPINAS” é instituído pela Lei Municipal nº 15.017 de 26 de maio de 2015 e regulamentado pelo Decreto nº 18.973 de 11 de janeiro de 2016, com as alterações advindas do estado de calamidade decorrente dos efeitos da pandemia. Visa a garantia mínima de segurança alimentar e nutricional para as famílias e/ou munícipes, para assegurar o direito humano à alimentação adequada. É um benefício temporário da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

É um vale alimentação em forma de “cartão magnético” com benefício correspondente a 26 (vinte e seis) UFIC’s, a ser creditado mensalmente, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais credenciados, às famílias e/ou indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade nutricional, de acordo com a necessidade da família.

Existem duas modalidades de atendimento que denominamos de “Nutrir Temporário” e “Nutrir emergencial”, conforme prevê nos artigos 6º e 5º do Decreto regulamentador, respectivamente.

Para ter direito ao benefício temporário, devem estar presentes os seguintes critérios:

- Residente no município de Campinas;
- Estar cadastrados no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal);
- Estar em situação de extrema pobreza ou pobreza;
- Possuir no seio familiar: crianças ou adolescentes com até 15 (quinze) anos, idosos acima de 60 (sessenta) anos e/ou pessoa com deficiência, impossibilitada para o exercício de atividade profissional.

Além do benefício temporário, o Programa Nutrir Campinas, prevê em sua regulamentação o benefício emergencial que pode é concedido por até 03 (três) meses, prorrogáveis por igual período para família e/ou indivíduo em situação de desastre ou vulnerabilidade temporária,

após avaliação e solicitação do atendimento socioassistencial.

Considerando a situação de calamidade pública prevista no Decreto nº 20.782, de 21 de março de 2020, foram acrescentados os artigos 3º-A e 7º-A da Lei nº 15.017, de 2015, com a seguinte redação:

"Art. 3º-A Durante a vigência da situação de calamidade pública no Município de Campinas nos termos do Decreto nº 20.782, de 21 de março de 2020, o benefício concedido por meio do 'NUTRIRCAMPINAS' poderá ser utilizado para a aquisição de produtos de limpeza e de higiene pessoal."

Art. 2º Fica acrescentado o art. 7º-A à Lei nº 15.017, de 2015, com a seguinte redação:

"Art. 7º-A Durante a vigência da situação de calamidade pública no Município de Campinas nos termos do Decreto nº 20.782, de 2020, poderão ser concedidos até 26.000 (vinte e seis mil) benefícios ao mês no Programa 'NUTRIRCAMPINAS'."

O atendimento social e a distribuição deste do benefício emergencial são realizados pelo Departamento de Operações de Assistência Social. E o que cabe ao DSAN a solicitação, gerenciamento dos processos, aquisição, distribuição e o controle da prestação de contas.

Alterações na Legislação:

Em virtude dos efeitos sociais e econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus, em 21 de março de 2020, o benefício Nutrir Campinas fora ampliado para atendimento de até 26 mil benefícios por mês, além disso o benefício passou a poder ser utilizado para aquisição de produtos de higiene e limpeza.

Em 06 de julho de 2023 foi publicada a Lei Municipal nº 16.278, alterando a Lei 15.017 de 26 de maio de 2015 que institui o Programa Nutrir Campinas, possibilitando o pagamento do benefício em dobro no mês de dezembro, além da prorrogação do pagamento do benefício Nutrir Campinas – Emergencial Pandemia por até 6 meses, a contar de 26 de maio de 2023, ou seja, até dezembro/2023.

Desafios durante a execução das atividades

- Embora as cartas tenham se mostrado mais eficazes que o SMS, o contato com as famílias ainda é desafiador, pois muitos endereços estão escritos de forma errada no Cadastro Único, e muitas cartas são devolvidas ou entregues erradas.
- A informação de disponibilização do benefício através do site da PMC ainda não se mostrou eficaz, oferecendo pouquíssimo retorno.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

A gestão administrativa constituiu a gestão e fiscalização dos contratos; interlocução com as empresas, serviços e famílias; vinculação e organização da distribuição dos cartões; controle dos cartões utilizados ou não; substituição de cartões por motivo de perdas; alteração de senha; controle financeiro (empenhos, ordens de fornecimento e recepção das notas fiscais).

Temporário:

- Atendimento presencial para entrega do Cartão Nutrir Temporário, intensificando ações e chamamento a fim de suprir a defasagem no número de famílias com o benefício ativo;
- A seleção das famílias elegíveis foi feita quase exclusivamente através da classificação gerada pelo sistema Sigm; em alguns casos excepcionais foram selecionadas famílias fora da lista de classificação, cuja renda apontada no Sistema Sigm era proveniente de BPC;
- No início de janeiro eram 3676 famílias beneficiadas, o que correspondia a 59% da capacidade do Programa;
- Foram inseridas, ao longo do ano, 6012 novas famílias. As famílias que chegaram ao fim do benefício, completando os 12 meses, foram 3980;
- No final de dezembro o número de beneficiários ativos era de 5708, correspondente a 92% da capacidade do Programa;
- Em 2023, foram realizados 62.584 créditos nos cartões Nutrir Temporário, totalizando o valor de R\$ 6.588.0563,38 de investimento no ano;
- Foram remodeladas as informações do Programa Nutrir no site da PMC, facilitando o acesso às informações;
- No início do ano concentramos esforços em ligações para as famílias selecionadas, cujos cartões ainda estavam disponíveis para retirada. Dos contatos efetivados (1335), 518 retiraram o cartão (equivalente a 39%);
- Foi disponibilizada em março a consulta através de CPF e data de nascimento, no site da PMC, para as famílias contempladas com o benefício, como uma forma de alcançar essas famílias. O retorno, até o final do ano, ficou em torno de 0,4%;

- A partir de abril as convocações passaram a ser feitas também através de carta, além do SMS já utilizado anteriormente, o que resultou no aumento de resposta, com um alcance de cerca de 35% das famílias elegíveis (o alcance via SMS é de cerca de 13%);
- Em parceria com o Programa Viva Leite, identificamos 153 famílias que haviam sido contempladas e não retiraram o cartão; conseguimos efetivar a entrega para 94 dessas famílias (61%);
- Nos meses de abril, maio e junho foram realizadas ações descentralizadas no DAS Noroeste, CRAS Satélite Íris e CRAS Florence, respectivamente, com informações sobre Educação Alimentar e Nutricional e entrega do cartão Nutrir. Foram entregues, ao todo, 86 cartões nessas ações;
- No final do ano foram retomadas conversas com a empresa responsável pelo sistema Sigm, com a finalidade de automatizar as rotinas do Nutrir dentro do próprio sistema.

Emergencial:

- Em 2023 houve um aumento significativo no número de cartões Emergenciais disponibilizados para os Serviços de Assistência Social de Campinas;
- De janeiro a julho foram fornecidos 400 cartões mensais; a partir de agosto esse valor aumentou para 750 cartões. A partir de dezembro, graças a uma parceria firmada com a Agemcamp, o número de cartões Emergenciais passou a ser 990;
- Ao todo, foram fornecidos para os Serviços de Assistência Social do Departamento de Operações da Assistência Social e para os serviços do Departamento de Cidadania 7.540 cartões para atendimento emergencial à população, totalizando o valor investido de R\$ 771.682,19 no ano;
- Em reunião realizada entre a equipe do Nutrir e a equipe responsável pelos cartões emergenciais no DOAS em agosto, ficou estabelecido que as Prestações de Conta da entrega dos cartões emergenciais seriam feitas, a partir de setembro, de forma virtual, no sistema SEI, em processo e formulário específicos, facilitando o controle dessas entregas. Os documentos físicos continuarão sendo enviados para arquivo DSAN.

Segue abaixo quadro demonstrativo de financeiro e das entradas e saídas no Programa Nutrir Temporário no ano de 2023:

Tabela 2. Dados financeiros do Programa NutrirCampinas em 2023.

MESES	TEMPORÁRIO	VALOR (R\$)	EMERGENCIAL SERVIÇOS	VALOR	GERAL	VALOR GERAL R\$
JANEIRO	3972	R\$ 404.692,60	400	R\$ 40.744,28	4372	R\$ 445.436,88
FEVEREIRO	3925	R\$ 398.071,66	400	R\$ 40.744,28	4325	R\$ 438.815,94
MARÇO	3887	R\$ 420.087,30	400	R\$ 2.632,87	4287	R\$ 422.720,17
ABRIL	4281	R\$ 459.364,04	750	R\$ 81.332,16	5031	R\$ 540.696,20
MAIO	4857	R\$ 570.843,32	50	R\$ 5.422,14	4907	R\$ 576.265,46
JUNHO	5038	R\$ 531.507,12	400	R\$ 43.377,15	5438	R\$ 574.884,27
JULHO	6145	R\$ 666.217,84	400	R\$ 43.377,15	6545	R\$ 709.594,99
AGOSTO	6034	R\$ 654.344,34	750	R\$ 81.332,16	6784	R\$ 735.676,50
SETEMBRO	6089	R\$ 620.636,40	750	R\$ 81.332,16	6839	R\$ 701.968,56
OUTUBRO	6156	R\$ 667.575,27	750	R\$ 81.365,07	6906	R\$ 748.940,34
NOVEMBRO	6132	R\$ 536.682,09	750	R\$ 81.332,16	6882	R\$ 618.014,25
DEZEMBRO	6068	R\$ 658.031,40	1740	R\$ 188.690,61	7808	R\$ 846.722,01
TOTAL	62584	R\$ 6.588.053,38	7540	R\$ 771.682,19	70124	R\$ 7.359.735,57

Tabela 3. Dados de quantidade de entradas e saídas de beneficiários do Programa NutrirCampinas em 2023.

TEMPORÁRIO							EMERGENCIAL		TOTAL	
MÊS	ATIVOS	ENTRADAS	SAÍDAS	CONVOCAÇÕES	ATIVOS FINAL	VALOR (R\$)	EMERGENCIAL SERVIÇOS	VALOR	CARTÕES	VALOR R\$
JANEIRO	3676	292	194	2566	3774	R\$ 404.692,60	400	R\$ 40.744,28	4174	R\$ 445.436,88
FEVEREIRO	3774	151	437	3159	3488	R\$ 398.071,66	400	R\$ 40.744,28	3888	R\$ 438.815,94
MARÇO	3488	399	839	3059	3048	R\$ 420.087,30	400	R\$ 2.632,87	3448	R\$ 422.720,17
ABRIL	3048	1245	9	1	4284	R\$ 459.364,04	750	R\$ 81.332,16	5034	R\$ 540.696,20
MAIO	4284	992	420	1200	4856	R\$ 570.843,32	50	R\$ 5.422,14	4906	R\$ 576.265,46
JUNHO	4856	416	389	0	4883	R\$ 531.507,12	400	R\$ 43.377,15	5283	R\$ 574.884,27
JULHO	4883	1097	592	0	5388	R\$ 666.217,84	400	R\$ 43.377,15	5788	R\$ 709.594,99
AGOSTO	5388	636	198	2021	5826	R\$ 654.344,34	750	R\$ 81.332,16	6576	R\$ 735.676,50
SETEMBRO	5826	299	89	0	6036	R\$ 620.636,40	750	R\$ 81.332,16	6786	R\$ 701.968,56
OUTUBRO	6036	153	203	0	5986	R\$ 667.575,27	750	R\$ 81.365,07	6736	R\$ 748.940,34
NOVEMBRO	5986	173	202	0	5957	R\$ 536.682,09	750	R\$ 81.332,16	6707	R\$ 618.014,25
DEZEMBRO	5957	159	408	0	5708	R\$ 658.031,40	1740	R\$ 188.690,61	7448	R\$ 846.722,01
TOTAL		6012	3980		5708	R\$ 6.588.053,38	7540	R\$ 771.682,19	13497	R\$ 7.359.735,57

Metas para 2024

- Capacitação para equipe;
- Readequar a regulamentação do Nutrir (Considerar BPC como renda, reavaliar o tempo de permanência e as faixas de atendimento);
- Início de um novo projeto em Educação Alimentar e Nutricional, intitulado “Cartas que Nutrem”, com envio bimestral de cartas para os beneficiários ativos com dicas e orientações nutricionais importantes;
- Retomada de ações em educação em segurança alimentar quando da entrega dos cartões aos usuários;
- Em parceria com Departamento de Ações em Assistência Social, promover ações em segurança alimentar com o público beneficiário do Programa NutrirCampinas;
- Ampliação do número de beneficiários atendidos no programa Nutrir Temporário Campinas para 8.000;
- Efetivação do Nutrir no sistema Sigm, de forma que toda demanda do Programa (classificação, chamamento, entrega do cartão, Ordem de Fornecimento) seja feita dentro do sistema, sem a necessidade de planilhas.

PROJETO VIVA LEITE

O Projeto Estadual do Leite – VIVA-LEITE, foi instituído pelo Decreto nº 44.569, de 22 de dezembro de 1999, com o objetivo principal de oferecer um complemento alimentar e seguro e de alto valor nutritivo às crianças de 06 meses a 05 anos e 11 meses de idade, pertencentes às famílias com renda mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, cadastradas no Cadastro Único Federal do Estado de São Paulo.

A distribuição é feita de forma gratuita, em embalagem plástica de 01 (um) litro padronizada com os logotipos do Governo do Estado de São Paulo e do Projeto Viva-Leite, e consiste em leite fluido, pasteurizado, com teor de gordura mínimo de 3%, enriquecido com ferro (aminoácido quelato) e Vitaminas A e D. É uma importante fonte de cálcio e proteínas, é enriquecido para melhorar as condições de saúde das crianças atendidas pelo Projeto, auxiliando na prevenção da anemia ferropriva e das hipovitaminoses A e D. Cada família cadastrada no projeto recebe 15 (quinze) litros de leite por mês.

A Prefeitura de Campinas, através do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional mediante um convênio celebrado com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) do Estado de São Paulo, realiza a gestão do Projeto do Leite no município de Campinas.

De acordo com a lei regulamentadora, as obrigações em comum à SEDS e aos Municípios são:

- Colaborar, acompanhar, supervisionar, prestar contas quadrimestralmente, avaliar e divulgar a implantação e o desenvolvimento das ações decorrentes do convênio assinado;
- Participar da Comissão Municipal responsável pela execução do Convênio;
- São obrigações da Secretaria de Desenvolvimento Social por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional:
- Licitar a empresa beneficiadora que enriquece o leite com Vitaminas A e D e Ferro para o fornecimento do leite.
- A entrega do leite nos pontos de distribuição, determinados pelo município, respeitando a quantidade de litros destinados ao total de beneficiários atendidos em cada ponto (de acordo com as crianças cadastradas no sistema de informática do Projeto – Sistema PAN).
- Realizar o controle de qualidade do leite (supervisão e fiscalização).
- Proceder a avaliação periódica do convênio nos municípios.
- São obrigações do Município, por meio do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional:
- A partir do estabelecimento do convênio, cadastrar as crianças dentro dos critérios do programa (06 meses – 05 anos e 11 meses; $RPCF < \frac{1}{4} SM$) no Sistema PAN, encaminhado pelos pontos de distribuição.
- Fazer parceria e capacitar os responsáveis pelos pontos de distribuição do leite.
- Alimentar o Sistema PAN com informações do estado nutricional e relatórios de compilação da distribuição do leite.
- Realizar a prestação de contas quadrimestralmente sob a olhar da Comissão gestora.
- Disponibilizar para os pontos de distribuição planilhas diárias e mensais para o controle de entrega do leite de acordo com as crianças cadastradas e ativas no programa.

- Encaminhar quando enviado pelo PONTO DE DISTRIBUIÇÃO para a SEDS a LISTA DE ESPERA das famílias que estão dentro dos critérios, indicadas pelos pontos de distribuição.
- São obrigações dos Pontos de Distribuição:
- Distribuir duas vezes por semana o leite às mães das crianças cadastradas.
- (na pandemia a entrega foi reduzida para 1x por semana, sem prejuízo da cota mensal de 15 litros/mês).
- Sistematizar os dados da quantidade distribuída.
- Encaminhar às mães ao Centro de Saúde para a coleta de peso e altura.
- Encaminhar o peso e altura para o DSAN.
- Encaminhar, para o DSAN, a planilha de reserva de vagas das famílias com critérios que procuram pelo benefício no ponto de distribuição.

Desafios durante a execução das atividades

- Falta de regulamentação dos novos critérios apresentados pela SEDS no ano de 2017;
- A diminuição da inclusão de 02 crianças para 01 por família beneficiária do Projeto Viva Leite;
- O não atendimento do Projeto ao Público Idoso;
- Informalidade do Ponto de Distribuição do Projeto Viva Leite junto as Entidades co-financiadas, ocasionando vulnerabilidade no Projeto com possíveis fechamentos de pontos e, conseqüentemente, desatendimento às crianças;
- Fila de espera para entrada no Projeto
- RH insuficiente para ampliação do Projeto;
- Computadores defasados;
- Falta de adesão dos pontos parceiros nas capacitações ofertadas;
- Carência no envio de prestação de contas mensal pelos parceiros; e
- Baixa adesão das famílias à antropometria.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Abertura de Pontos de Distribuição

No ano de 2023 foram realizadas parceria com uma nova instituição para abertura de ponto de entrega do leite na região Norte, para substituir o ponto Santa Mônica. A entidade União Cristã Feminina, co-financiada da SMASDH, iniciou as atividades em março de 2023.

Foram realizadas visitas institucionais para conhecimento da entidade e território de atuação, além de capacitação à equipe de atuação no Projeto.

Fechamento de Pontos de Distribuição

Em fevereiro de 2023 este Departamento encerrou a parceria com um ponto de distribuição de leite, na região Norte, devido à falta de documentação junto ao Conselho Municipal/Secretaria de Assistência Social. As famílias atendidas foram transferidas para outra ponto da região.

Reunião com Comitê Gestor

No ano de 2023 foram realizadas duas reuniões com o Comitê Gestor do VIVA LEITE com a finalidade de acompanhar / fiscalizar a prestação de contas quadrimestral enviada a SEDS – Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

Visitas aos Pontos de Distribuição

No ano de 2023 foram realizadas visitas institucionais semanais nos pontos de distribuição do leite.

Os objetivos foram de, junto as equipes técnicas das referidas instituições: fiscalizar, orientar e prestar assessoria no que se refere a dinâmica da entrega do leite, atendimento às famílias beneficiárias e documentação/planilhas. Também realizamos visitas de vistoria para verificação de denúncia via 156.

Encontro com as Famílias atendidas no Projeto

Em 2023 foram realizadas, mensalmente, ações de segurança alimentar e nutricional às famílias atendidas no Projeto.

Os objetivos foram de orientar sobre uso e armazenamento do leite, bem como proporcionar educação alimentar e nutricional às crianças e suas famílias.

Capacitação Online com os Pontos de Distribuição

No ano de 2023 foram realizadas duas capacitações online com os pontos de distribuição, conforme abaixo:

- 1.Revisão dos Procedimentos Administrativos – abril/ 2023;
- 2.Ações Interdisciplinares com as famílias do Viva Leite – outubro/23.

Atualização dos Pontos de Distribuição no site da Prefeitura Municipal de Campinas

A fim de tornar mais acessível os pontos de inscrição e retirada do leite, mantemos atualizado os parceiros do Projeto em Campinas através do site da Prefeitura, Secretaria de Assistência Social, Programas e Serviços. A atualização ocorre sempre que há alteração dos dados.

Antropometria

Conforme acordado em 2022 junto a Secretaria da Saúde, mensalmente foi enviado (via e-mail e SEI) o relatório mensal do diagnóstico da antropometria do município fornecido pelo Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de SP.

Foram necessárias algumas intervenções junto a Secretaria da Saúde – Coordenação da Saúde da Criança, sempre que recebíamos relato de Centro de Saúde que não estava realizando o procedimento.

SIG-M – Sistema de Governança Municipal

Em 2023 demos continuidade aos apontamentos de recebimento do benefício Viva-Leite no SIG-M. A atualização ocorre mensalmente, com o registro das inclusões e exclusões de crianças no Programa.

Reunião de Equipe

No ano de 2023 foram realizadas, mensalmente, reuniões entre a coordenação do departamento e a equipe do Viva Leite no Departamento de Segurança Alimentar.

Manutenção do Convênio entre PMC E SEDS

Atendendo a condição obrigatória do convênio, há cada quatro meses, esse Departamento enviou a prestação de contas do Projeto no município de Campinas.

Execução do Projeto sob responsabilidade do DSAN

A equipe administrativa do projeto Viva Leite é responsável pela execução integral de um ponto de entrega de leite em Campinas: Residencial Vida Nova, compreendendo as seguintes ações:

- Fazer as inclusões e exclusões de crianças por mês;
- Realizar a entrega do leite uma vez por semana: as quartas-feiras,

- Providenciar o preenchimento da planilha de entrega e ao final do mês colher a assinatura do adulto responsável.
- Encaminhar as crianças para antropometria

Tabela 4. Dados quantitativos e financeiros da entrega de leite no município de Campinas em 2023.

PROJETO VIVA LEITE CAMPINAS – 2023					
Mês/23	Litros	Crianças Atendidas	Fila Espera	Preço por Litro	Valor Investido Por Mês
Jan	40.860	2.724	0	R\$ 5,35	R\$ 127.225,65
Fev	41.685	2.779	0	R\$ 5,35	R\$ 223.014,75
Mar	41.640	2.776	0	R\$ 5,35	R\$ 222.774,00
Abr	41.775	2.785	52	R\$ 5,35	R\$ 223.496,25
Mai	41.730	2.782	117	R\$ 5,35	R\$ 223.255,50
Jun	41.775	2.785	174	R\$ 5,35	R\$ 223.496,25
Jul	41.775	2.785	164	R\$ 5,35	R\$ 223.496,25
Ago	41.760	2.784	153	R\$ 5,35	R\$ 223.416,00
Set	41.775	2.785	160	R\$ 5,35	R\$ 223.496,25
Out	41.775	2.785	149	R\$ 5,35	R\$ 223.496,25
Nov	41.775	2.785	135	R\$ 5,35	R\$ 223.496,25
Dez	41.775	2.785	101	R\$ 5,35	R\$ 223.496,25
Total	500.100	33.340	*	*	R\$ 2.456.934,00
Cota máxima do município: 41.775 LITROS = 2.785 CRIANÇAS					

Metas para 2024

- Ampliação da cota de leite recebida pelo município de Campinas;
- Abertura de novos pontos de distribuição;
- Continuidade das visitas institucionais de monitoramento aos pontos de distribuição;
- Realização de oficinas de treinamentos em relação às atividades administrativas e operacionais da entrega do leite com as entidades parceiras na distribuição do leite;

- Oferta de oficinas às famílias atendidas com temas relacionados a educação nutricional e manuseio adequado do leite ofertado;
- Ampliação da Antropometria para TODOS os beneficiários do Projeto Viva Leite e posterior envio dos dados para a Secretaria de Saúde do Município para avaliação nutricional das crianças atendidas no Projeto.

PROGRAMA MUNICIPAL BANCO DE ALIMENTOS

O Programa Municipal Banco de Alimentos de Campinas é um equipamento de Segurança Alimentar e Nutricional que tem como objetivo promover a Segurança Alimentar e Nutricional da população do município, através da destinação social de alimentos fora do padrão para comercialização, mas em boas condições para consumo e da conscientização para o combate ao desperdício e uso de boas práticas sanitárias e nutricionais.

A gestão do programa é de responsabilidade do DSAN, e a operacionalização da maioria das ações do Banco Municipal de Alimentos de Campinas é realizada através de um Termo de Cooperação entre a PMC/SMASDH e a Central de Abastecimento de Campinas S/A (Ceasa/Campinas), esse monitorado pela equipe do DSAN.

Em 2020 foi criada a Lei Nº 15.912, de 18 de junho de 2020 que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Campinas, a modernização do Banco Municipal de Alimentos de Campinas e institui o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Os objetivos do programa são:

- I - captar alimentos excedentes da comercialização ou industrialização, inadequados para finalidade comercial, mas próprios para o consumo humano, com a finalidade de combate ao desperdício;
- II - arrecadar alimentos in natura, prontos para o consumo ou através de meios eletrônicos, provenientes de doações;
- III - ser unidade recebedora de alimentos da agricultura familiar, originários de compras institucionais, como o atual PAA (Programa de Aquisição de Alimentos);
- IV - realizar campanhas de arrecadação de alimentos e outros itens de necessidade básica para pessoas ou famílias em vulnerabilidade temporária ou atingidas por situação de emergência ou calamidade pública;

- V - cadastrar como pontos de recebimento e/ou distribuição: entidades, associações, institutos, fundações, equipamentos de alimentação e nutrição sem fins lucrativos, que atendam pessoas ou famílias que estejam em situação de insegurança alimentar;
- VI – adquirir alimentos in natura, prontos para o consumo ou através de meios eletrônicos com recursos próprios do município ou do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para distribuir para pessoas ou famílias que estejam em situação de insegurança alimentar;
- VII - distribuir os alimentos in natura, prontos para o consumo ou através de meios eletrônicos, arrecadados provenientes do combate ao desperdício e de doações ou aquisição, para entidades, associações, institutos, fundações, equipamentos de alimentação e nutrição e pelas demais ações de alimentação e nutrição que atendam pessoas ou famílias que estejam em situação de insegurança alimentar;
- VIII - realizar Educação Alimentar e Nutricional destinados a difundir técnicas de redução/eliminação de desperdícios e normas sanitárias na manipulação de alimentos;
- IX - cadastrar empresas, instituições, pessoas físicas entre outros, para serem doadores ou pontos de arrecadação de alimentos de parceiros oficiais;
- X – desenvolver projetos e tecnologias sociais de Segurança Alimentar e Nutricional para pessoas ou famílias em vulnerabilidade social e com insegurança alimentar.

Cooperação com CEASA Campinas

Ações realizadas:

- Comemoração do Aniversário de 20 anos do Banco Municipal de Alimentos;
- Reuniões de organização do aniversário do BAC juntamente com o DSAN, para alinhamento das apresentações culturais, participação das entidades como convidadas assim como doadores e empresas parceiras, escolha do cardápio e doações para realização do coffee break do evento;
- Campanha S.O. S Chuva;
- Campanha S.O. S Litoral;
- Campanha Natal Sem Fome;
- Campanhas de arrecadação em shoppings, empresas, parceiros, entre outros;
- Introdução de pontos de arrecadação de alimentos nos locais da Campanha Natal Sem Fome no município de Campinas;
- Participação no evento do Dia Mundial da Alimentação;

- Participação no evento do CONSEA-SP em Louveira em parceria com o Departamento Segurança Alimentar e Nutricional-DSAN realizando uma das palestras do evento;
- Participação das entregas do Programa Viva Leite e as entregas de cestas básicas nos pontos de distribuição realizando ações de educação nutricional em parceria com o DSAN;
- Participação no Encontro Nacional de CEASA-ABRACEN;
- Participação nas reuniões do CONSAN como convidada;
- Participação na CAISAN;
- Participação em diversos eventos como SHOWS de cantores famosos que foram promovidos por empresas privadas onde a meia entrada era 1 kg de alimento não perecível e isso acarretou em uma expressiva arrecadação de alimentos nestes eventos;
- Participação de toda a logística de recebimento, armazenamento, controle de data de validade, controle de qualidade, distribuição e logística das cestas básicas recebidas pelas empresas ou do próprio governo do estado durante o ano de 2023 e principalmente na Campanha Natal Sem Fome onde foram distribuídas 7824 cestas básicas até o natal;
- Participação na organização e realização das campanhas do DIA D sistema Drive Thru promovida pela própria Prefeitura Municipal de Campinas;
- Participação no evento do Jogo do Amoroso que foi realizado no mês de dezembro que arrecadou uma quantia expressiva de alimentos não perecíveis e cestas básicas;
- Participação em uma entrevista para a TV EDUCA;
- Novas parcerias com empresas multinacionais como a empresa KERRY, e continuidade das parcerias com a Ceratti, Arcor, entre outras;
- Participação em todos os concertos da Orquestra Sinfônica onde na maioria dos espetáculos a entrada foi 1 kg de alimentos não perecíveis;
- Introdução de pontos de arrecadação de alimentos nos locais da Campanha Natal Sem Fome no município de Campinas;
- Realização de palestras, atividades de educação nutricional, visitas técnicas nas entidades, desenvolvimento de folders para as oficinas culinárias assim como para as aulas do curso de Beneficiamento de Alimentos para as cozinheiras das entidades durante o ano de 2023;

- Encaminhamento das propostas de participação no PAA juntamente com as cooperativas para o edital 2023 da CONAB;

PAA Federal: renovação do contrato com a Coopasul e renovação do contrato com a Associação dos Quilombolas de Ivaporanduva para início do contrato em 2024.

Desafios durante a execução das atividades

- Dificuldade com a logística da distribuição das cestas básicas as entidades, pois eram volumes muito grandes e só tem 1 motorista e 2 operadores e com isso ficavam entregando cestas básicas no período da manhã e tarde e desta forma deixava de coletar os pontos de arrecadados e potenciais doações em alguns meses em específico;
- Dificuldade com a frota de veículos uma vez que o peso da cesta básica danifica muito os caminhões;
- Realizar manutenção preventiva e corretiva na frota de veículos devido ao grande volume de demandas;
- Necessidade de um novo veículo para o Banco de Alimentos como uma van e um caminhão/fiorino, pois os veículos são muito antigos e também a secretaria de Assistência Social este ano solicitou o empréstimo de um dos caminhões durante todos os meses do ano por curtos período de tempo, mas claro sem prejudicar os trabalhos do BAC. Através do DSAN, foi planejada solicitação de veículo por emendas parlamentares assim como de outras formas para ver se conseguir melhorar a frota em 2024;
- Reforma banheiro masculino: o banheiro masculino do BAC está sem reforma desde sua inauguração e vinha apresentando problemas estruturais e agora no ano de 2023 conseguiram realizar a reforma onde foram trocados os pisos, azulejos, pia entre outros dando assim uma melhor condição de trabalho aos colaboradores do BAC;
- Pintura: o BAC também apresentava uma pintura bem desgastada vinda do ano de 2022 e então no meio do ano de 2023 foi realizada a pintura do barracão melhorando assim a aparência do mesmo;
- Ar condicionado: o compressor do ar condicionado do escritório do BAC quebrou no verão de 2023 e para arrumar devido ao valor alto foi necessário fazer memorial descritivo das peças, orçamentos em pelo menos três locais e após isso dar andamento

no processo. Com isso como os tramites são burocráticos o banco de alimentos estava sem ar condicionado e apenas com a porta aberta num calor de 40 graus;

- Empilhadeira: devido aos grandes volumes de doação do mês de dezembro devido a campanha Natal Sem Fome a empilhadeira do BAC apresentou problemas e precisou pará-la até que seja realizado o conserto para que não prejudicasse mais ainda a máquina e com isso os trabalhos do BAC poderiam ser prejudicados mas o departamento de alimentação escolar auxiliou pois foram realizados os orçamentos só após os recessos de final de ano e assim dado andamento no processo de manutenção da mesma prevista para final de fevereiro/24;
- Uniformes: foi realizada a compra de uniformes para toda equipe do BAC sendo comprado o uniforme completo para todos os colaboradores;
- Gás de cozinha: outra dificuldade encontrada este ano foi em relação ao gás da cozinha do BAC pois o gás de cozinha é utilizado tanto para fazer café diariamente para os colaboradores assim como para pré preparo e preparo de oficinas de culinárias ou preparações para atividades de educação nutricional e palestras do cozinheiro Matusalém, mas como havia apenas um botijão quando o mesmo acabava devido aos tramites internos ficava mais de uma semana sem gás prejudicando muito as atividade de nutrição e culinária do BAC. Com isso foi verificado a necessidade de fazer a compra de um novo casco e assim haver um botijão reserva e foi aprovado e comprado no final de ano.
- Resultados alcançados com as atividades realizadas
- Realização da Campanha Natal Sem Fome: arrecadou até o dia 31 de dezembro 80.358,20 kg de alimentos não perecíveis e 7.824 cestas básicas onde a meta era arrecadar 50 toneladas de alimentos e esta foi alcançada;
- Realização das Campanhas do Dia D em sistema drive thru com a ajuda do exército e de pelo menos uns 50 voluntários e toda equipe do Banco de Alimentos;
- Realização da Campanha S.O. S Chuva e S.O.S Litoral onde foram arrecadados um total de 12.451,34 kg de alimentos não perecíveis e produtos de higiene e limpeza;
- Realização de campanhas arrecadação de alimentos em shoppings, faculdades, hospital/clinicas, grupo de corridas, entre outros. Houve um aumento do número de parcerias, mediante a obtenção de novos parceiros sendo eles empresas pessoas físicas, redes de supermercados e atacadistas, entre outros;

- Entrega das cestas básicas recebidas de doação para as famílias em situação de vulnerabilidade social do Programa Viva Leite;
- Realização de palestras, atividades de educação nutricional, visitas técnicas nas entidades, curso de beneficiamento de alimentos ministrados em oito aulas e oficinas culinárias realizadas em algumas entidades, recebimento de vários municípios para conhecer o BAC, participação em eventos no decorrer do ano de 2023;
- Realização do Aniversário de 20 anos do Banco de Alimentos de Campinas;
- Curso de Beneficiamento de alimentos durante todo ano de 2023 sendo ministrado pelo cozinheiro Matusalém;
- Retomada dos contratos de estágio tanto com a UNIP Campinas e com a USF unidade Cambuí;
- Toneladas de produtos de higiene e limpeza arrecadados até o dia 31/12/2023 foram de 555,70 kg;
- Toneladas de alimentos não perecíveis arrecadados até o dia 31/12/2023 foi de 379.379,71 Kg;
- Quantidade de cestas básicas arrecadados até o dia 31/12/2023 foi de 10.869 cestas básicas.

Gráfico 7. Distribuição Comparativa do Quantitativo em Toneladas de Alimentos Arrecadados pelo Banco de Alimentos Campinas por Doações e PAA. Campinas, 2023.

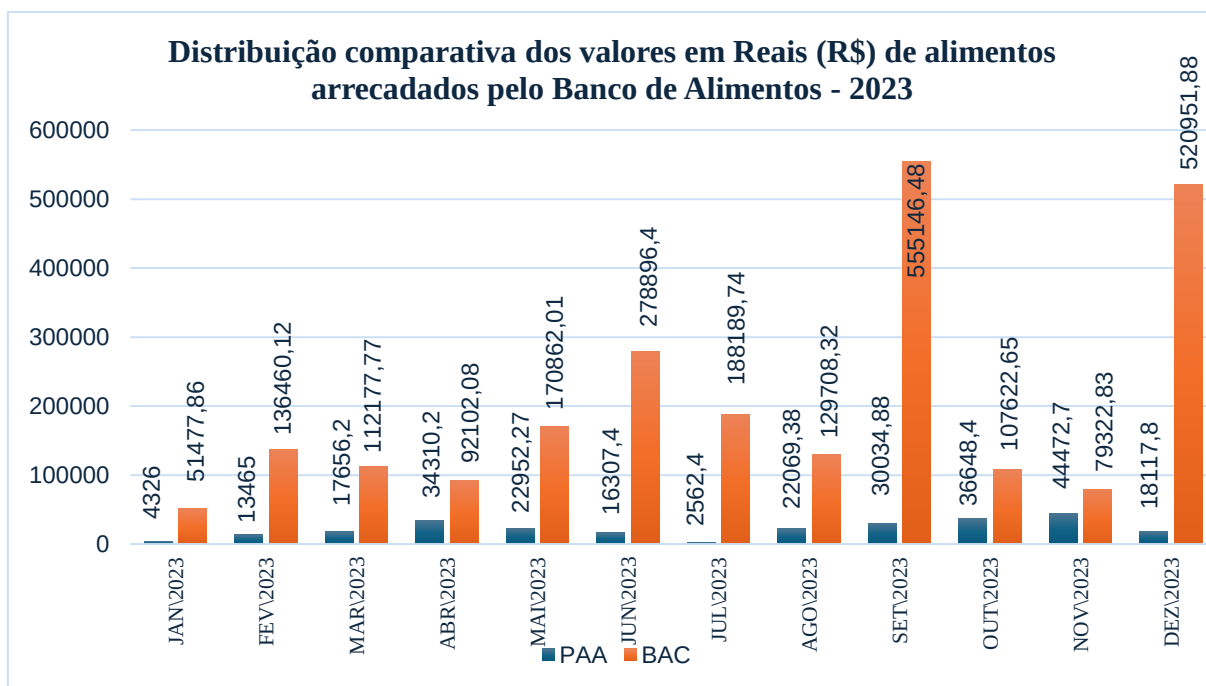
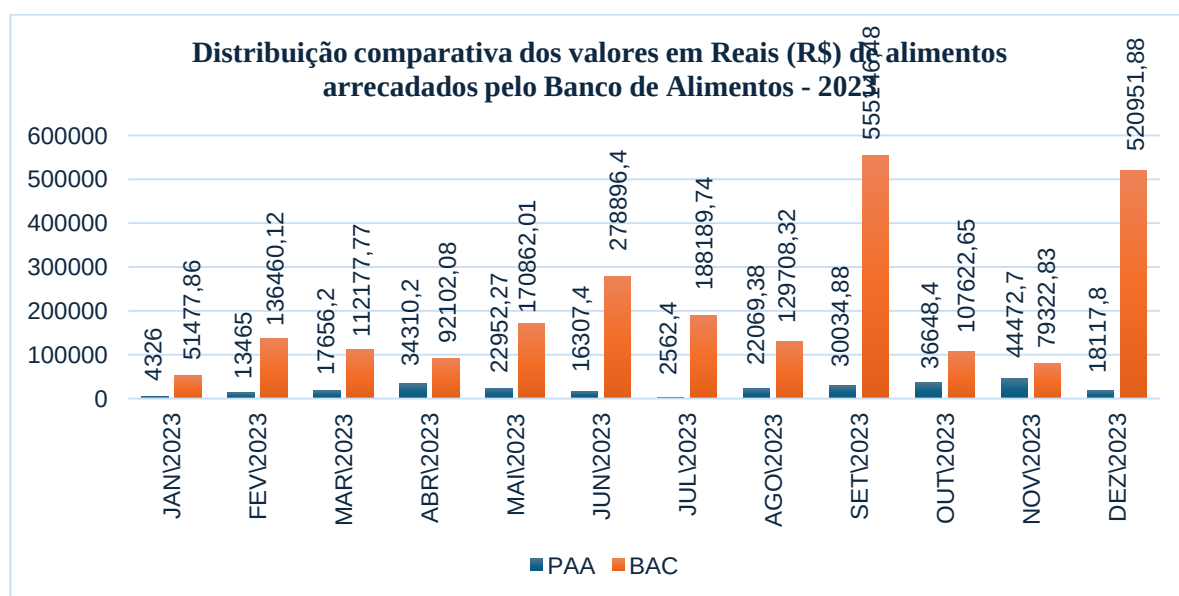


Gráfico 8. Distribuição Comparativa dos Valores em Reais (R\$) de alimentos arrecadados pelo Banco de Alimentos de Campinas de Alimentos Arrecadados por Doações e PAA. Campinas, 2023.



Educação alimentar e nutricional

Como parte do plano de trabalho do convênio, o programa banco de Alimentos têm como objetivo realizar ações de educação alimentar e nutricional, segue abaixo relação de ações realizadas.

Quadro 2. Ações de Educação Alimentar e Nutricional realizadas pelo Programa Banco de Alimentos, 2023.

Mês	Atividade	Dia (s)	Público-alvo	Local/link	Horário	nº participantes	Responsável pela ação
fev/23	Atividade de educação nutricional na entidade ADRA como tema a alimentação e a prática de esportes com crianças de 9 a 11 anos	2	entidades co-financiadas	presencial	10h às 12h		Bruna De Angelis (BAC)
mar/23	Atividade de Educação Nutricional com crianças de 6 a 10 anos - entidade Grupo Primavera	6	entidades co-financiadas	presencial	13h às 16h		Bruna De Angelis (BAC) estagiária USF
	Palestra CONSEA-SP em parceria com o Departamento	1	Municípios/ Banco de alimentos	presencial	9h às 13h		Bruna De Angelis (BAC)

	Segurança Alimentar e Nutricional-DSN						
abr/23	Palestra na entidade Seta L.a para os funcionários e assistidos sobre Alimentação Saudável e Aproveitamento Integral dos Alimentos	2	entidades co-financiadas	presença 1	9h as 11h e 14h as 16h		Bruna De Angelis (BAC)
	Entrevista para TV Educa	1	público em geral	presença 1	14h as 16h		Bruna De Angelis (BAC)
	Visita da equipe da Prefeitura de Taubate sendo da secretaria de Assistencial Social e chefe de gabinete	1	População da cidade de Taubate	presença 1	8h as 12h		Bruna De Angelis (BAC)
	Ação de educação nutricional sobre aproveitamento integral dos alimentos em parceria com o	1	mães que recebem a doação de leite do projeto Viva Leite	presença 1	8h as 12h		Bruna De Angelis (BAC)

	projeto Viva Leite/DSAN						
	Desenvolvimento de convite, folders de receitas, certificados para o curso de Beneficiamento de Alimentos	5	entidades co-financiadas	presencial	8h as 12h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias USF
	Curso de Beneficiamento de Alimentos-aula 1	1	entidades co-financiadas	presencial	13:30h às 16h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias USF
mai/23	Curso de Beneficiamento de Alimentos-aula 2	1	entidades co-financiadas	presencial	13:30h às 16h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias USF
	Curso de Beneficiamento de Alimentos-aula 3	1	entidades co-financiadas	presencial	13:30h às 16h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias USF
	Desenvolvimento de convite, folders de receitas, certificados para o curso de Beneficiamento de Alimentos-aula 2	3	entidades co-financiadas	presencial	08:30h às 16h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias USF
	Desenvolvimento	3	entidades co-	presencial	8:30h		Bruna De Angelis

	to de convite, folders de receitas, certificados para o curso de Beneficiamento de Alimentos-aula 3		financiadas	1	as 16h		(BAC)/estagiárias PUC
	Atividade de Educação Nutricional com crianças de 13 a 15 anos- entidade Grupo Primavera	3	entidades co-financiadas	presença 1	9h as 12h/13h as 16h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias PUC
jun/23	Curso de Beneficiamento de Alimentos-aula 4	1	entidades co-financiadas	presença 1	13:30h às 16h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias USF
	Desenvolvimento de convite, folders de receitas, certificados para o curso de Beneficiamento de Alimentos-aula 4	1	entidades co-financiadas	presença 1	08:30h às 16h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias USF
	Palestra para os pais das crianças	1	entidades co-financiadas	presença 1	14:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/ estagiárias USF

	atendidas na entidade Instituto Humberto de Campos. Tema: Aproveitamento Integral dos Alimentos					
	Atividade de Educação Nutricional com crianças de 6 a 10 anos- entidade Instituto Humberto de Campos	4	entidades co-financiadas	presencial	9h as 12h/13h as 16h	Bruna De Angelis (BAC)/ estagiárias USF
	Participação na reunião do CONSAN	1		presencial	9h as 12h/13h as 16h	Bruna De Angelis (BAC)
	Participação no evento da CAISAN	1		presencial	9h as 12h/13h as 16h	Bruna De Angelis (BAC)
jul/23	Aniversário de 20 anos do Banco de Alimentos	1	entidades co-financiadas, doadores, pessoas físicas, secretarias e convidados	presencial	09:30h às 12:30h	Bruna De Angelis e equipe operacional e administrativa(BAC)

	Elaboração do Cardápio do Aniversário do Banco de Alimentos	2	entidades co-financiadas, doadores, pessoas físicas, secretarias e convidados	presença	9h as 12h		
ago/23	Oficina culinária e palestra de aproveitamento integral dos alimentos	1	entidades co-financiadas	presença	13:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP e estagiárias USF
	Visita Técnica no Bom Prato	2	entidades co-financiadas	presença	9h as 12h		
	Visita Técnica na entidade Grupo Primavera	2	entidades co-financiadas	presença	13:30h às 16:30h		
set/23	Visita Técnica no Bom Prato	2	entidades co-financiadas	presença	9h as 12h		Bruna De Angelis (BAC)/ estagiárias USF
	Visita Técnica na entidade NAS	2	entidades co-financiadas	presença	13:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/ estagiárias USF
	Visita equipe de nutricionistas da saúde da PMC	1	residentes, estagiários e nutricionistas	presença	9h as 12h		Bruna De Angelis (BAC)
	Oficina culinária na	2	entidades co-financiadas	presença	13:30h às		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias

	entidade ADRA				16:30h		UNIP e estagiárias USF
out/23	Oficina culinária em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação	2	entidades co- financiadas	presencia l	13:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP e estagiárias USF
	Atividade de educação nutricional na entidade Grupo Primavera em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação	2	entidades co- financiadas	presencia l	13:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP e estagiárias USF
	Desenvolvimen to de folder para a feira na Unicamp em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação	2	entidades co- financiadas	presencia l	13:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP e estagiárias USF
	Desenvolvimen to de folder para a oficina de culinária e a atividade de educação nutricional pelos estagiarias da UNIP	2	entidades co- financiadas	presencia l	13:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP e estagiárias USF

nov/23	Visita Técnica no Bom Prato	2	entidades co-financiadas	presencial	13:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP e estagiárias USF
	Visita Técnica na entidade Grupo Primavera	2	entidades co-financiadas	presencial	13:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP e estagiárias USF
	Visita Técnica na entidade Lar Alice de Oliveira	2	entidades co-financiadas	presencial	13:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP e estagiárias USF
	Palestra novembro azul para os colaboradores do BAC	2	colaboradores do BAC	presencial	08:30h às 09:30h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP
	Atividade de educação nutricional na entidade Grupo Primavera	2	entidades co-financiadas	presencial	13:30h às 16:30h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP e estagiárias USF
dez/23	Atividade de educação nutricional na entidade Guardinha	2	entidades co-financiadas	presencial	9h as 12h/13h as 16h		Bruna De Angelis (BAC)/estagiárias UNIP e estagiárias USF

Metas para 2024

- Ampliação dos números de parceiros/doações do PAA;
- Realizar curso de culinária presencial de Aproveitamento Integral dos Alimentos para as cozinheiras das entidades;

- Realizar palestras sobre alimentação saudável e outros temas em fóruns, simpósios entre outros assim como foi feito no ano de 2023;
- Participação em eventos;
- Participação nas reuniões do CONSAN;
- Ampliação dos estágios na área de nutrição com outras faculdades como foi retomado em 2023;
- Ampliação das atividades de educação nutricional nas entidades atendidas pelo BAC;
- Realizar visitas técnicas nas entidades atendidas pelo BAC;
- Renovação do convênio do CEASA/SMASDH/PMC;
- Realizar pelo menos vinte eventos/ano;
- Realizar pelo menos quatro campanhas/ano.

CENTRAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Central de SAN foi criada em 2020, em consequência da pandemia do Coronavírus, com o objetivo de melhorar a logística de distribuição das doações e arrecadações de alimentos e produtos de higiene do Banco de Alimentos e o Instituto de Solidariedade em Alimentação (ISA), cadastrar emergencialmente pontos de distribuição desses e referenciar a população cadastrada no Aplicativo Viva Vida nesses pontos. No ano de 2023 a Central se manteve ativa com o objetivo de melhorar o fluxo dessa distribuição e do georrefenciamento das famílias do aplicativo com os pontos.

O Aplicativo Viva Vida viabilizou o cadastro de usuários em busca de benefícios de Segurança Alimentar e Nutricional, ação que antes era realizada pelas instituições distribuidoras de cestas nos territórios passou a ser auto preenchida por cada família, ampliando a capacidade do município de controlar os critérios de elegibilidade e triagem de famílias em vulnerabilidade.

A relevância do aplicativo Viva Vida e da Central SAN foi fundamental para ter real panorama da quantidade de famílias que solicitaram benefícios em Segurança Alimentar e Nutricional e também para garantir responsabilidade do usuário referente as informações pessoais. Atualmente ele apresenta um repertório de informações que possibilitam o planejamento da política pública, caracterização do público alvo, e verificação de informações com certa agilidade.

O aplicativo apresentou eficácia no número de pessoas atendidas em relação a outros

programas no que compete ao chamamento, contribui significativamente nos processos de cadastramento e garante que famílias acessem instituições em razão do direito e elegibilidade. Os recursos disponíveis no aplicativo atendem a necessidade, precisam ainda de aperfeiçoamento, mas contribuíram para a organização da política de Segurança Alimentar e Nutricional e que pode ser estendido ao atendimento emergencial da Assistência Social.

A redução na arrecadação é uma questão a ser superada, mas no que tange a transparência dos processos de seleção de famílias, elegibilidade e escoamento dos alimentos o aplicativo é uma ferramenta de suma importância para a burocratização e transparência das ações do poder público. Além disso, conclui-se que o aplicativo alcançou as metas iniciais, tem um número significativo de famílias cadastradas, mostra capilaridade e possibilidade de expansão da plataforma e das ações vinculadas.

Ainda assim, no escopo da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada, os programas e políticas públicas devem buscar a efetividade de programas regulares de acesso aos alimentos às famílias, em especial os que forneçam recursos financeiros, para que as famílias possam fazer suas aquisições baseadas na soberania alimentar. É importante priorizar as ações vinculadas tanto à rede socioassistencial quanto aos equipamentos públicos, para qualificar o atendimento das famílias, da formação de vínculos comunitários e do monitoramento das ações na ótica das garantias dos direitos.

Outrossim sugeriu-se a finalização do aplicativo em razão da redução do número de atendimentos ocasionado pela baixa oferta das campanhas e outras doações, bem como redução da situação emergencial provocadora do Aplicativo em razão da Pandemia de Covid-19.

Desta forma entende-se que a política de SAN deve ser executada intersetorialmente com as demais políticas sociais.

No ano de 2023 foi então finalizado a parceria com a Fundação Von Braun com o objetivo de executar o Aplicativo Viva Vida com os seguintes encaminhamentos:

- Extração da base de dados do Aplicativo para consulta interna;
- Envio da base de dados para o Departamento de Vigilância Socioassistencial com o objetivo de que o mesmo realize chamamento para as famílias se cadastrarem ou atualizem seus cadastros no Cadastro único;
- Envio de mensagens pelo aplicativo para as famílias, estimulando o cadastro no CAD Único para que a entrada das famílias aos programas sociais no município seja somente uma;

- Chamamento público para cadastro de instituições a serem atendidas pelo Programa Banco de Alimentos;
- Envio de mensagem via aplicativo e e-mail às instituições cadastradas como ponto pela Central, avisando do fechamento do aplicativo.
- Atendimento das famílias cadastradas com o mesmo critério do programa Nutrir – o que já acontecia, mas que não são atendidas em razão da quantidade limitada de benefícios - operacionalizando este atendimento através de chamamento público para cadastro de instituições no Banco de Alimentos que atendam os critérios de atendimento da política de SAN, bem como justificada ação de Segurança Alimentar e Nutricional no território - cadastro que além de viabilizar novo levantamento de instituições, configura com o aumento nas ferramentas de gestão, controle e alinhamento com as políticas de direitos.

Quadro 4. Cadastros no aplicativo Viva Vida quando foi finalizado.

RELATÓRIO PERFIL FAMÍLIAS CADASTRADAS NO APLICATIVO VIVA VIDA	
DATA DE EXTRAÇÃO	jun/23
Famílias cadastradas	54734
Residentes Campinas	39009
Necessita Alimentos	36687
Mãe Solteira*	20755
FAMÍLIAS SEM NUTRIR*	
TOTAL	35596
0 a 89	11787
89,01 a 178,00	7757
178,01 a 522,50	13529
522,5 a 1045,00	2192
Acima de 1045,00	331
FAMÍLIAS COM PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS SEM NUTRIR*	
TOTAL	5873
0 a 89	1762

89,01 a 178,00	1163
178,01 a 522,50	2422
522,50 a 1045,00	455
Acima de 1045,00	71
FAMÍLIAS COM IDOSOS SEM NUTRIR*	
TOTAL	6614
0 a 89	2104
89,01 a 178,00	1343
178,01 a 522,50	2587
522,50 a 1045,00	489
Acima de 1045,00	91
FAMÍLIAS COM CRIANÇAS SEM NUTRIR*	
TOTAL	26142
0 a 89	9104
89,01 a 178,00	6340
178,01 a 522,50	9655
522,50 a 1045,00	971
Acima de 1045,00	72

**APOIO A PROJETOS INTERSETORIAIS, PESQUISA E PRODUÇÃO PARA
AUTOCONSUMO – APIPA**

Este é o relatório de gestão referente ao ano de 2023 da área responsável pela formulação e implantação de projetos intersetoriais, apoio a implantação de hortas para o auto consumo e geração de renda, pesquisa e avaliação de Políticas Públicas na área de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como apoio aos equipamentos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional – Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

Esta área atua com os seguintes projetos:

Programa Campinas Cidade Solidária e Sustentável

- Projeto Piloto Horta Comunitária na região Noroeste - Cultivando no Florence
- Hortas institucionais
- Grupo de Trabalho em hortas comunitárias
- Cadastramento de agricultores
- Ações Intersetoriais
- Ações Junto a Secretaria do Verde
- CAISAN
- COMSEA
- Ações de Educação Alimentar e Nutricional
- Curso de Multiplicadores em EAN
- Central San
- Aplicativo Viva Vida – Monitoramento Acordo de Cooperação
- Pesquisa e Avaliação de Políticas Públicas
- Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional
- Monitoramento do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional

Programa Campinas cidade solidária e sustentável

- O programa tem como objetivo a regularização e fomento a implantação de espaços agrícolas agroecológicos no município de Campinas para reduzir a insegurança alimentar e nutricional, proporcionar espaços de convivência, melhorar a paisagem, e gerar trabalho e renda, com prioridade de implantação nos bairros de maior vulnerabilidade da cidade. Entre outras ações é necessário organizar a administração pública para regularizar e apoiar os espaços já existentes.
- O interesse Público para este projeto é a adoção de práticas afirmativas e políticas públicas que considerem a dimensão de gênero, raça, geração e etnia também na garantia de Segurança Alimentar e Nutricional enfatizando as responsabilidades do Estado, das Empresas e da Sociedade Civil de respeitar, proteger e promover o Direito Humano a Alimentação Adequada.
- Aproveitar as áreas ociosas do município para a implantação de hortas agroecológicas em Escolas públicas e equipamentos da política de assistência social e comunidades;

- Difundir o cultivo agroecológico de hortaliças nas escolas e equipamentos da política de assistência social, como forma de constituir um laboratório para aplicação do aprendizado obtido em sala de aula;
- Promover a segurança alimentar, por meio do consumo de hortaliças produzidas sem o uso de agroquímicos, utilizando fertilizantes orgânicos;
- Expandir o cultivo de hortaliças para além dos períodos chuvosos com a adoção de cultivos protegidos;
- Contribuir com a segurança alimentar e nutricional de famílias beneficiadas pelo projeto;
- Disseminar conhecimentos técnicos em educação ambiental, manejo agroecológico, comercialização e beneficiamento da produção;
- Proporcionar uma alternativa de sustentabilidade econômica e social para gerar ocupação e renda às famílias beneficiadas pelo projeto;
- Disseminar conhecimentos técnicos em educação ambiental, manejo agroecológico, comercialização e beneficiamento da produção.

1 - Projeto Piloto Horta Comunitária Região Noroeste – Cultivando no Florence

Ele se inicia com a elaboração de um projeto piloto na região do Campo Grande, com a busca por recursos em outras secretarias, assim como equipe técnica. O projeto piloto tem como principal mérito o início de um mapeamento de iniciativas na administração pública referente a ações de agricultura urbana, bem como a captação de recurso em fundos municipais de desenvolvimento ambiental, abrindo um diálogo ampliado sobre o tema. Assim identifica parceiros e possibilidades para o desenvolvimento de projetos.

Ele foi a primeira iniciativa do departamento de SAN em busca de atender a demanda da sociedade civil em relação as hortas e assim estruturar e organizar um sistema alimentar no município a partir de três princípios básicos:

O acesso da população aos alimentos in natura com baixo custo, a produção de alimentos de forma sustentável e a organização social de forma coletiva.

Então foi proposto a criação de uma horta comunitária e 5 hortas institucionais – o papel das hortas institucionais é o desenvolvimento de atividades educativas, culturais e sociais em torno deste modelo de sistema alimentar, para que a comunidade se aproprie e tenha espaços de vivência da prática, para que então a horta comunitária possa ter sentido na cultura local.

O objetivo transversal era fortalecer e dar efetividade na administração pública às discussões em torno das hortas urbanas. Uma vez que o tema perpassa às pastas, é ferramenta de trabalho para diversas políticas sociais, como por exemplo as hortas comunitárias, pedagógicas e medicinais, e medida efetiva para a soluções ambientais, sociais e econômicas, com o caráter das hortas de solução baseada na natureza.

A priori a articulação do projeto piloto apoiou a implementação o Curso de Auxiliar em Agroecologia, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecido pelo Campus Campinas do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

A metodologia deste projeto se deu da seguinte maneira:

Foi feito um diagnóstico socio econômico para identificar a região de maior vulnerabilidade e, com maior número de beneficiários de programas de segurança alimentar, o que foi encontrado na região noroeste.

Foi disponibilizado uma área no Jardim Florence e elaborado projeto agrônômico para esta área, e foi elaborado um projeto para captação de recursos o que foi custeado pelo Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) vinculado a SMVDS.

Sendo assim a horta do Florence conta com 4 mil m² de área já com cercamento e também:

- Estufa de Mudanças
- Uma base de contêiner para guardar ferramentas
- Sistema de irrigação na estufa e no pomar por microaspersão e os demais setores agrícolas por gotejamento;
- Cultivos:
- Hortaliças em geral: hortaliças folhosas, raízes, bulbos, tubérculos, tais como alface, rúcula, repolho, couve-flor, salsinha, cebolinha, couve-manteiga, beterraba, cenoura, cará, batata-doce, etc.
- Legumes (hortaliças fruto): hortaliças fruto tais como tomate, abobrinha, pepino, berinjela, etc.
- Plantas Aromáticas e medicinais
- Plantas alimentícias não convencionais
- Pomar
- Plantio no Alambrado: ora-pro-nobis, chuchu, feijão de corda, maxixe.
- Durante o ano de 2022 os processos de aquisição foram parcialmente finalizados e foi proposto um termo de cooperação junto a Fundação FEAC, o qual foi assinado em

dezembro, para a implantação da horta com equipe especializada para a organização dos agricultores, fornecimento de aulas práticas agrícolas e desenvolvimento de um plano de negócios para a emancipação dos agricultores organizados nesta área. Com a atuação da Fundação FEAC vislumbra-se fechar um ciclo de projeto com a inserção da sociedade civil no âmbito financeiro, social e econômico, essa atuação demonstra a responsabilidade social de empresas no enfrentamento a fome; possibilita o fomento da prática de agricultura urbana de forma mais rápida, com maior flexibilidade de execução e o prioritário tratamento da pauta como um modelo de negócios e desenvolvimento que supere a visão assistencialista que permeia a segurança alimentar e nutricional.

- Dando espaço para o desenvolvimento da população através da economia solidária, do trabalho coletivo e do acesso a dignidade.
- Os compromissos da fundação FEAC neste projeto foi:
- Implantação inicial de Horta produtiva de 270m²;
- A formação do grupo de agricultores;
- Desenvolvimento da prática agrícola incluindo a implantação e manejo de compostagem;
- E por último o desenvolvimento de um modelo de negócio;
- Pretende-se ampliar área de cultivo a partir da adesão da população e captação de recursos.

Estruturas instaladas

No ano de 2023 foi estruturado o espaço da horta com a instalação de pontos de água e energia, instalação de tenda piramidal de 6mX10m, locação de contêiner com banheiro para guarda de ferramentas, instalação de caixa d'água de 10 mil litros, além de materiais de uso para as atividades agrícolas e coletivas.



Figura 3. Local antes de instalação de estrutura.



Figura 4. Após a instalação de estrutura.

Recuperação do solo

O terreno em questão é um terreno que necessita de recuperação do solo, este apresenta baixa qualidade produtiva, já foi retirado bastante entulho, fator que atinge boa parte das áreas potenciais para produção agrícola urbana. Esse fator representa um desafio importante dos programas de agricultura urbana como um todo, que é justamente qualificar a utilização destes espaços para recuperação ambiental, aumentar a permeabilidade do solo e enfrentar as mudanças climáticas.

Além disso existe um problema estrutural gerado por uma manilha quebrada que corta o bairro Florence, atingindo as ruas e o centro de saúde próximo ao qual aguarda-se intervenção infraestrutural.

Com o objetivo da recuperação deste solo vem sendo realizada a colocação de terra e composto com o apoio da **Secretaria de Serviços Públicos, SANASAeCEASA** para elevação de canteiros produtivos, um jardim drenante para lidar com pontos de alagamento no terreno, e plantio de adubação verde em todas as áreas. Atualmente a produtividade do solo vem sendo bastante explorada com o cultivo de hortaliças. A seguir o terreno antes e depois do cultivo.



Figura 5. Local após a limpeza.



Figura 6. Local após o início do plantio de hortaliças.

Mobilização e organização coletiva

Para iniciar as atividades no espaço foram realizadas ações de mobilização e mapeamento do território, este trabalho foi iniciado com as pessoas que já acompanhavam a organização desde 2018 quando o Departamento de SAN iniciou o trabalho com o Projeto Piloto. É importante fixar que durante o período de organização a atuação da comunidade foi

fundamental com o apoio do Centro de Saúde do Florence para a realização das primeiras oficinas, guardar de ferramentas, uso da estrutura, além do apoio de lideranças comunitárias também envolvidas com o projeto.

- 24 pessoas entrevistadas;
- Mobilização de ao todo 90 pessoas da comunidade;
- Realização de 11 mutirões junto do Pé de Feijão;
- 13 pessoas recebidas em visitas pedagógicas.
- Desta forma, atualmente existe um grupo de 25 pessoas inseridas em grupo socio-produtivo com presença constante, participando das oficinas e dos mutirões organizados entre eles para ações de plantio, limpeza e outras ações.
- Em pesquisa realizada com o grupo produtivo obtivemos que:
- 100% pretendem continuar no projeto e ajudar nos cuidados da horta;
- 88% se sentem capazes de manejar uma horta;
- 75% têm confiança para ensinar outras pessoas;
- Também foi questionado o nível de confiança dos agricultores em práticas agrícolas (Fig. 7):



Figura 7. Nível de confiança dos entrevistados em práticas agrícolas. Fonte: Pé de Feijão.

Oficinas e acompanhamento técnico

A parceria com a Fundação FEAC prevê a realização de oficinas de formação e acompanhamento técnico, intercaladas com oficinas do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional e parceiros. Desta forma foram realizadas:

- 15 Oficinas de prática agrícola;

- 11 Oficinas alimentação saudável e temas transversais;
- 4 Oficinas realizadas pelo CRAS Florence;
- 2 Oficinas modelo de negócio;
- + de 60 Horas de formação para a comunidade.

Produção e compostagem

Durante o ano de 2023 foi realizado o acompanhamento técnico da implantação da horta e composteira. Nas figuras abaixo uma cópia do planejamento inicial da implantação da área produtiva, ação que foi realizada junto com os agricultores, sendo ela uma figura de planejamento total e outra de distribuição das mudas nos canteiros.

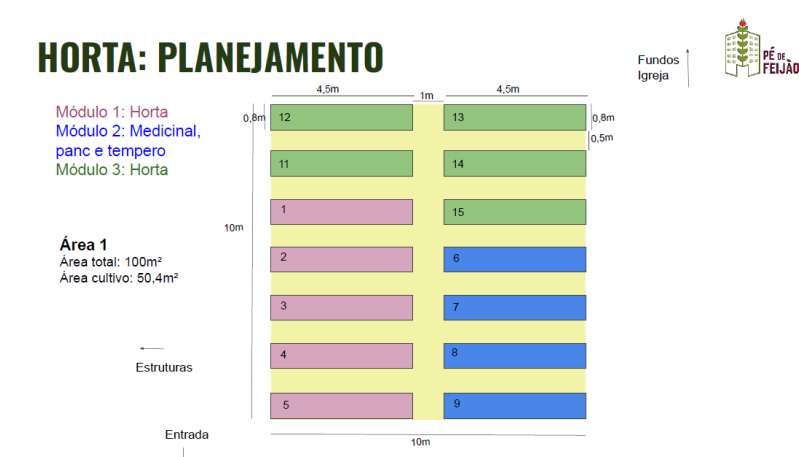


Figura 8. Planejamento do espaço de plantio. Fonte: Pé de Feijão.

Desta forma atualmente o grupo conta com:

- 170 m² de horta implantada;
- 55 m² por iniciativa comunitária;
- + 5mil mudas e sementes mudas e sementes plantadas;
- + 100 variedades de espécies plantadas;
- + 2T de resíduos compostados;
- + mil mudas e sementes distribuídas.



Figura 9. Resultados do projeto. Fonte: Pé de Feijão.



Figura 10. Comentários de participantes do projeto. Fonte: Pé de Feijão.

Publicações e prêmios referentes ao projeto

1. Terreno no Jardim Florence vira projeto-piloto de horta comunitária: Plantio começará no próximo dia 11. Área já foi limpa e recebeu adubação natural e cobertura do solo

05/04/2023 - 14:55

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/47910>

2. Horta comunitária é investimento em qualidade de vida para o Jardim Florence Projeto é o pilotopara a implantação de futuras hortas do programa "Campinas Solidária e Sustentável"

17/07/2023 - 08:39

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/49185>

3. Parceria com Feac no Jardim Florence dá início a projeto de agricultura urbana. Projeto será o piloto para futuras implantações de hortas comunitárias na cidade

13/07/2023 - 10:09

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/49139>

4. Prefeitura de Campinas lança programa de hortas urbanas. Projeto piloto foi implantado no Jardim Florence; cultivadas em terreno público ocioso, as hortaliças contribuem para ampliar a segurança alimentar da comunidade.

10/06/2023 às 14:47.

<https://correio.rac.com.br/campinasermc/prefeitura-de-campinas-lanca-programa-de-hortas-urbanas-1.1382953>

Prêmio

Cidades Sustentáveis - Categoria Social - “Projeto Piloto de Horta Comunitária: Cultivando no Florence – Programa Campinas Solidária e Sustentável”.

2 - Hortas Institucionais

Neste ano foi iniciado processo de fornecimento de kit hortas para coletivos e instituições regularizados para fomento a produção agrícola. Os locais foram indicados pelos responsáveis pela emenda e cadastrados no programa, para monitoramento da horta. Ao todo foram adquiridos insumos e ferramentas e itens para iniciar um sistema de irrigação, que gerará a implantação de 32 espaços de produção coletiva no município de Campinas.

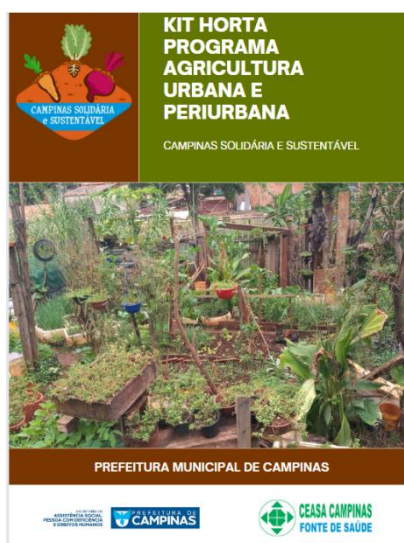


Figura 11. Material com orientações para utilização do Kit Horta.

Quadro 3. Itens que compõe o kit horta.

ITENS QUE COMPÕEM O KIT HORTA	
ÍTEM	DESCRIPTIVO SIMPLIFICADO
1.	CARRO DE MÃO
2.	ENXADA
3.	FACÃO
4.	KIT PARA JARDIM
5.	PÁ DE BICO
6.	REGADOR CAPACIDADE DE 5 LITROS
7.	TESOURA DE PODA
8.	BANDEJA PARA PLANTIO DE MUDAS DE 200 CELULAS
9.	CALCÁRIO 40KG
10.	FERTILIZANTE ORGÂNICO COMPOSTO CLASSE A (25 KG)
11.	SEMENTE DE ABOBORA
12.	SEMENTE DE ALFACE AMERICANA
13.	SEMENTE DE ALFACE CRESPA
14.	SEMENTE DE ALFACE LISA
15.	SEMENTE DE BETERRABA
16.	SEMENTE DE CEBOLINHA
17.	SEMENTE DE CENOURA
18.	SEMENTE DE CHICÓRIA
19.	SEMENTE DE COUVE MANTEIGA
20.	SEMENTE DE QUIABO
21.	SEMENTE DE RABANETE
22.	SEMENTE DE RÚCULA
23.	SEMENTE DE SALSA LISA
24.	SEMENTE DE TOMATE CEREJA
25.	SOMBRITE PARA HORTA 50% 6X10M

26.	SUBSTRATO PARA MUDAS 25 kg
27.	CONECTOR ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA ½”
28.	CONECTOR MICROTUBO 4 MM
29.	CONECTOR PARA TORNEIRAS 1/2” E 3/4”
30.	CONEXÃO FIM DE LINHA PARA MANGUEIRA ½”
31.	MANGUEIRA ½” COM 15 M
32.	MICROASPERSORES TIPO BAILARINA COM ESTACA
33.	MICROTUBO 4 MM COM 10 METROS
34.	VAZADOR 4 MM

Além disso, neste ano o Departamento realizou a aquisição de uma estufa de produção de mudas para o fornecimento ao Programa Campinas Solidária e Sustentável para o fomento de hortas comunitárias e institucionais, com capacidade de produzir 80 mil mudas mensais, custeado com recurso de emenda federal, através de Convênio na Proposta nº 022867/2021.

3 - Grupo de Trabalho em Hortas Comunitárias

O grupo de trabalho em hortas comunitárias foi criado em 2018 inicialmente com o objetivo de implementar o projeto piloto de horta comunitária na região do Campo Grande, impulsionado pela implementação do curso de extensão Segurança Alimentar e Tecnologias Sustentáveis para Agricultura Familiar Agroecológica realizado pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Durante o período de realização do curso, que foi convocado já com o objetivo de mapear e formar participantes da horta comunitária a municipalidade realizava o planejamento e captação de recurso para o projeto piloto. O curso teve sucesso de público do início ao fim e possibilitou compreender a grande característica agrícola da região do Campo Grande. Em tempo o curso foi realizado na recém inaugurada unidade do IFSP no Campo Grande, sendo o primeiro desenvolvido no prédio.

Durante os anos de 2019 e 2020 o GT foi conduzido com reuniões focadas no planejamento conjunto para o estabelecimento do projeto piloto de horta comunitária, formações realizadas por diversos parceiros vinculados a produção agroecológica do município. Porém com a

pandemia de Covid 19 as ações comunitárias ficaram interrompidos, sendo retomados no ano de 2021 com reuniões virtuais e crescimento do número de participantes e na ampliação dos objetivos do GT.

Ainda assim a municipalidade deu continuidade na estruturação do projeto piloto.

Uma das pautas tratadas frequentemente era a revisão da legislação municipal sobre o tema, desta forma o GT levantou diferentes leis sobre a temática de agricultura urbana e peri-urbana e propôs um texto construído coletivamente, alimentado por diferentes setores do município, a qual foi submetida à Câmara dos Vereadores pelo Poder Executivo no final de 2021, sendo homologada em 29 de dezembro e instituída pelo número 16.183/2021.

A referida lei previu decreto regulamentador ao qual foi organizado pelo mesmo GT incluindo representantes da Prefeitura Municipal de Campinas este grupo de trabalho foi formalizado através da portaria n.96504/2021. Além disso a retomada do grupo no ano de 2021 foi ampliada com a entrada de diferentes representantes da sociedade civil e na expansão dos objetivos em agricultura urbana no município e Região Metropolitana de Campinas, deixando de ser um grupo vinculado a atuação territorial.

Participantes do GT de Hortas:

- Associação Cornelia (Armazém das Oficinas – Oficina Agrícola)
- Secretaria de Educação – Escola Barraquet
- CRAS Florence
- CRAS Laudelina
- Unicamp
- Feagri-Unicamp
- Saúde Coletiva FCM-Unicamp
- PUC-Campinas
- Ser mente orgânica
- SP in Natura Lab
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Zum Zum
- Alimenteia
- Associação de Educação do Homem do Amanhã-Guardinha
- Comunidade Feminista Menino Chorão
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP
- Cooperativa AMATER

- Associação Cio da Terra
- Centro de Convivência Espaço das Vilas
- Casa de Cultura do Itajaí
- Associação das Hortas do Santa Genebra
- Rede Livres – Produtos do Bem
- Fundação FEAC
- Pé de Feijão
- Embrapa Territorial de Campinas
- Embrapa Meio Ambiente
- ANC – Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região

Objetivos e Metas

O Grupo de Trabalho em Hortas Comunitárias estabeleceu os 5 objetivos a seguir e teve como destaque a elaboração da lei e do decreto regulamentador do programa, o fortalecimento da rede de agricultores com o revezamento de reuniões em hortas no município.

1. Construção de uma ferramenta de mapeamento colaborativo de hortas comunitárias no município de Campinas;
2. Discussão coletiva sobre o projeto de lei Campinas Cidade Solidária e Sustentável;
3. Fortalecimento de uma rede de agricultores;
4. Criar ferramentas para efetiva implementação do referido projeto de lei;
5. Articular a implantação do projeto Piloto Campinas Cidade Solidária e Sustentável na região Noroeste do município de Campinas.

Construção de uma ferramenta de mapeamento colaborativo de hortas comunitárias no município de Campinas

Esta meta foi conduzida por um subgrupo de trabalho, com integrantes do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria de Planejamento e Urbanismo, a Embrapa Territorial e Unicamp, foi elaborado um material virtual para o mapeamento de informações referente as hortas existentes no município. Ele foi testado internamente na Prefeitura e também divulgado entre os participantes do GT.

O objetivo deste mapeamento é apoiar o planejamento da política de agricultura urbana do município e potencializar a divulgação das áreas de produção.

Foi identificada dificuldade no preenchimento do formulário e pouca capacidade de capilarização da iniciativa. O objetivo é que esta ação seja melhor impulsionada pelos centros de pesquisa para o ano de 2024.

CAMPINAS SOLIDÁRIA e SUSTENTÁVEL

Mapeamento Agricultura Urbana e Periurbana de Campinas

Olá! Esse formulário foi elaborado pelo Grupo de Trabalho em Agricultura Urbana "Campinas Solidária e Sustentável". Esse GT é composto por diversas secretarias da prefeitura municipal, agricultores/as urbanos/as, Embrapa, ONGs, pesquisadores e apoiadores da causa.

Queremos ver a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) crescendo e se fortalecendo em nosso território e para isso precisamos conhecer mais sobre as iniciativas que já existem em nosso município. Convidamos você a preencher esse formulário com o máximo de informações que puder.

Caso você não participe diretamente de nenhuma iniciativa, mas tem conhecimento sobre alguma(s) dela(s), deixe aqui a sua contribuição.

Caso queira citar mais de uma iniciativa, será necessário que você preencha mais de um formulário. Nesse momento, quanto mais informação, melhor.

Os dados coletados por meio deste formulário serão checados e servirão de base para que possamos elaborar um mapa colaborativo das iniciativas em Agricultura Urbana e Periurbana existentes em nosso município. Os dados pessoais serão utilizados somente para eventual necessidade de confirmação ou atualização de resposta.

Caso tenha dúvida entre em contato conosco pelo e-mail: campinas.solidariasustentavel@gmail.com

Agradecemos muito sua contribuição, ela será fundamental para que possamos dar os próximos passos na construção de subsídios para o planejamento da Política Municipal de AUP e fortalecer uma agenda que fomente a AUP em Campinas.

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

* Indica uma pergunta obrigatória

Figura 12. Formulário de mapeamento de hortas urbanas e periurbanas.

Fonte: <https://forms.gle/ok7Ty3JcFevLXKmR8>

Discussão coletiva sobre o projeto de lei Campinas Cidade Solidária e Sustentável

O projeto de lei foi elaborado coletivamente com a atuação da sociedade civil, já o decreto regulamentador foi organizado primeiramente com os integrantes da Prefeitura Municipal de Campinas, por se tratar de ações que estabeleçam capacidade de atendimento, alteração no fluxo de atendimento de diversas secretarias e também na revisão de processos internos. Após definição das etapas e operacionalização do programa e atribuições de cada Secretaria o decreto foi apresentado à sociedade civil.

Para a organização do decreto regulamentador da Lei do Programa de Agricultura Urbana e Peri-Urbana LEI Nº 16.183, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021 (Publicação DOM 30/12/2021 p.3) foi proposto algumas atividades com as secretarias.

Foi elaborado um instrumental que foi compartilhado com todos em novembro de 2021 com o objetivo de levantar informações, bem como estabelecer campos de atuação de cada Secretaria. Outro ponto importante do material é a previsão orçamentária para ações de agricultura urbana em prazos distintos. Essas informações tendem a estruturar a política de AGRIURB no município a curto, médio e longo prazo. Este material deverá ser entregue para a sistematização.

Além, disso foram realizadas algumas reuniões de alinhamento com o grupo, para identificar outras atuações, realizar estudos da legislação correlata ao tema, bem como uma oficina técnica com a atribuição de analisar casos específicos e identificar ações possíveis para solucionar a demanda, e também testar o fluxo proposto.

Foi identificado por cada secretaria a atuação que ela no programa e submetido para análise, organização e construção do fluxo. Para tanto foram realizados encontros temáticos com cada Secretaria para identificar fluxos possíveis para a atuação proposta.

III Feira de Agricultura Urbana - Solidária e Sustentável

Realização da Feira Solidária de Agricultura Urbana e Periurbana no arruamento do Paço Municipal com ações de educação Alimentar e Nutricional e venda de produtos in natura ou minimamente processados produzidos de forma sustentável em Campinas ou na Região Metropolitana, sempre vinculada com momentos importantes para o calendário de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Programa Intersetorial de Agricultura Urbana Campinas Solidária e Sustentável busca entre outras ações, dar visibilidade e reconhecimento para esses produtores da agricultura urbana e familiar além de expandir a comercialização dos alimentos produzidos nas hortas o município de Campinas e região.

Na feira são ofertados uma diversidade de frutas e verduras das hortas comunitárias e de produtores da região; shimeji orgânico; sementes de plantas, ações de educação alimentar e nutricional, brigadeiros, pastel, preparações culinárias e sucos feitos com PANCs (plantas alimentícias não convencionais).

Participaram a Agrofloresta da Vila Santa Isabel; o Coletivo de Produtoras do Assentamento Elizabeth Teixeira; a Horta Comunitária do Parque Itajaí; o Grupo de Extensão da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp GESTO; o BillShimeji/ANC; a Horta Mandala do Acampamento Marielle Vive; Horta Agroecológica do Menino Chorão; Quintal Orgânico; Grupo de Economia Solidária Harmonia dos Sabores; Trocas Verdes; Agricultores dos Amarais e Pamonha da Zefa.

Foram realizadas ao todo três edições da Feira: 2021, 2022, e 2023, neste último ano a feira foi realizada junto a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Criar ferramentas para efetiva implementação do referido projeto de lei

O grupo de trabalho em hortas comunitárias se constituiu como uma grande rede de agricultores, profissionais de órgãos da Prefeitura Municipal de Campinas, pesquisadores de universidades e profissionais liberais, além de lideranças comunitárias, aproximadas da temática e preocupadas com situações de vulnerabilidade social e degradação ambiental no entorno da sua residência e áreas de atuação.

Essa rede em diferentes momentos foi apoio para a implementação de hortas, realização de mutirões e apoio técnico, coletivamente buscando solucionar desafios e potencializar a atuação uns dos outros, e tem como missão consolidar a política de agricultura urbana em canais de controle social, seja para o apontamento da necessidade e prioridades da população, seja para ampliar a própria capacidade de auto gestão, organização comunitária e coletiva, fortalecimento das práticas agrícolas sustentáveis de forma organizada, imbricada a própria lógica de organização das comunidades. Apropriando-se do pensar a urbanização sob o viés das práticas culturais vinculadas a produção de alimentos e a preservação ambiental.

No que compete ao poder público seguem alguns avanços alcançados com as tratativas junto as demais Secretarias para a estruturação do Programa Campinas Solidária e Sustentável, é importante ressaltar que as estratégias intersetoriais proporcionaram a sensibilização de gestores para estas ações:

- Aquisição de estufa de Mudanças para fornecimento aos projetos de hortas comunitárias e institucionais, com capacidade de produzir 80 mil mudas mensais;
- Criação do Departamento de Agricultura na CEASA Campinas;
- Criação de camada no Qgis Municipal para áreas que contenham hortas, motivado pelo cadastro dos agricultores no programa;
- Fornecimento do composto orgânico da Usina Verde de compostagem;
- Programa incluso como ferramenta de resiliência a impactos climáticos.

4 - Cadastro de agricultores urbanos e periurbanos

O cadastramento tem o objetivo de regularizar áreas já inseridas na prática de agricultura urbana e periurbana, bem como consolidar um canal transparente e burocrático para a solicitação dos agricultores, além de buscar fomentar com insumos e outras necessidades para o aumento do cultivo de alimentos no município. Esta ação é um avanço para dar o uso social da terra às áreas públicas, a implantação de produção agroecológica e de sistemas agroflorestais em áreas de preservação ambiental.

Já foram solicitadas por agricultores urbanos aproximadamente 90 áreas para o cultivo e que estão em fase de verificação da possibilidade de destinação para tal, abaixo é possível verificar o perfil das solicitações:

Gráfico 9. Número de solicitações de cadastramento por tamanho das áreas.

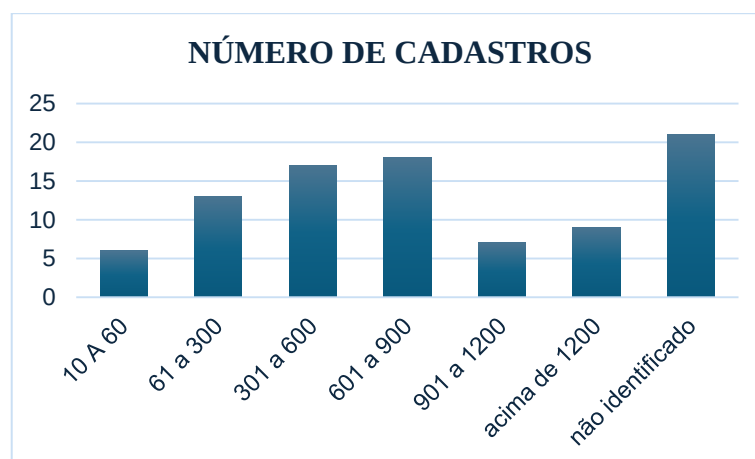


Gráfico 10. Número de solicitações de cadastramento por macrorregião de Campinas.

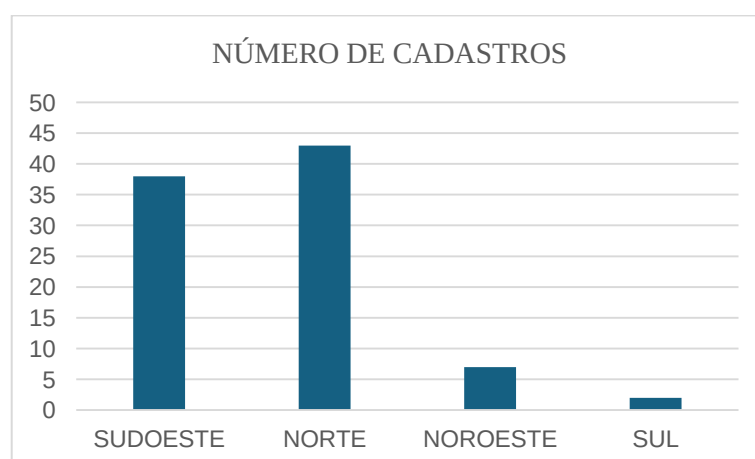
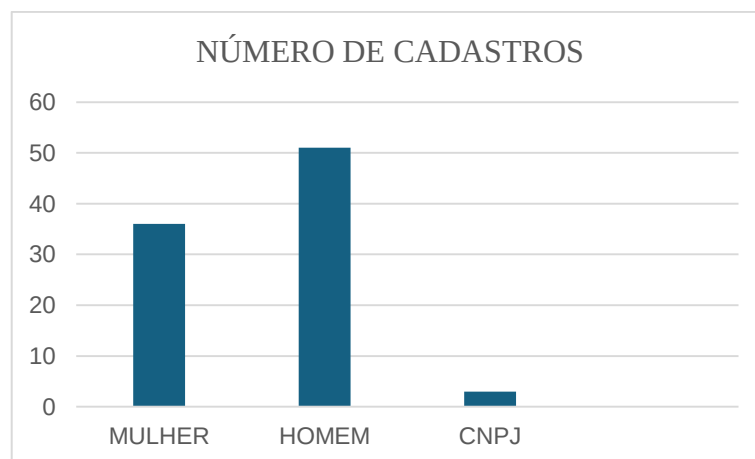


Gráfico 11. Número de solicitações de cadastramento por pessoa física (homem ou mulher) e CNPJ.



Finalizada a publicação do decreto regulamentador e composição adequada de equipe deverá ser dada continuidade para a finalização da regularização das áreas.

O convênio através da plataforma + **Brasil nº 918910/2021 Ministério da Cidadania** com o objetivo de implantação de hortas pedagógicas e comunitárias nas escolas e equipamentos da assistência social e em comunidades rurais do município de Campinas/SP foi cancelado pelo Governo Federal.

Desafios durante a execução das atividades

- Falta de equipe adequada para a gestão do programa;
- Implantação do projeto piloto, principalmente nos quesitos de construção civil e de aquisição de insumos;
- Dificuldade de articulação com algumas secretarias envolvidas em serviços essenciais para a implantação e manutenção do projeto;
- Dificuldades burocráticas nas aquisições, que passam pela padronização dos produtos no mercado e também encontrar empresas capacitadas no fornecimento dos insumos e equipamentos;
- Recente introdução do tema nas pastas que também estão se adaptando a institucionalização do programa.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

O programa ganhou notoriedade na sociedade como um todo, sendo legitimado a nível municipal pela câmara dos Vereadores, com apoio a diversas ações, e também vem, a cada dia ocupando as iniciativas em políticas públicas, comunidades em geral. Além disso o objetivo

de tornar a administração pública sensível e preparada para atender as demandas vem se consolidando a cada dia com a definição de atribuição para o decreto regulamentador.

Metas para 2024

- Estruturação da equipe técnica da APIPA com a contratação de Engenheiro Agrônomo e Assistente Social – para atuação junto a organizações comunitária e instruções técnicas agrícolas na liberação de áreas e criação de hortas institucionais;
- Estruturação de Almoxarifado para gestão de insumos e equipamentos do programa, uma vez que o almoxarifado central não tem capacidade para estes itens;
- Finalização na Implantação do Projeto Piloto de Horta Comunitária do Florence;
- Consolidação das Hortas Institucionais;
- Publicação do decreto Regulamentador;
- Criação em parceria de uma ferramenta de mapeamento de unidades produtivas;
- Gestão dos convênios e Emendas impositivas Câmara Municipal de Campinas.

Ações Intersetoriais

Esse setor tem a função de fazer a incidência da área de Segurança Alimentar e Nutricional em diferentes políticas públicas setoriais.

Ações junto a Secretaria do Verde

No ano de 2023 manteve-se uma aproximação maior junto a Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com a contribuição na revisão dos Planos Ambientais, na elaboração do acompanhamento da elaboração dos Planos de Manejo dos Parques Natural Municipal do Campo Grande e dos Jatobás -Decreto Municipal nº 17.356/2011 e Decreto Municipal nº 17.355/2011, respectivamente, e a contribuição para a elaboração de licitação para contratação de diagnóstico do meio antrópico.

Atualmente o setor também é representante da Secretaria no Programa Cidades Sustentáveis e responsável pela elaboração e fornecimento de dados para a Central de Inteligência: Campinas Sustentável – CICS.

Educação alimentar e nutricional

Curso de Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional

O curso de Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ano de 2023 foi oferecido presencial no EGDS, e a área ficou responsável pelas aulas: Acesso aos alimentos e Práticas Pedagógicas em EAN.

Metas para 2024

- Ministrar duas aulas no curso de Multiplicadores em EAN;
- Realizar contratação de profissional para ministrar oficinas na área temática de plantio.

CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISA

A Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional é um dos componentes do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, agrega as Secretarias afetas ao tema. A Câmara fica alocada no setor APIPA dentro da estrutura da SMASDH que é responsável pela formulação e implantação de projetos intersetoriais, apoio a implantação de hortas para o auto consumo e geração de renda, pesquisa e avaliação de Políticas Públicas na área de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como apoio aos equipamentos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional – Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

A área é responsável pela suplência da Presidência da Câmara bem como pela Secretaria Executiva. A Câmara possui reuniões mensais e deve elaborar as diretrizes para a política de SAN no governo municipal, e monitorar o estado de SAN e realizar ações integradas.

No ano de 2023 foram propostos atualização e pactuação dos programas em andamento e implementação dos seguintes objetivos para a CAISAN, com o estabelecimento do cronograma elaborado pelos membros e apresentado abaixo:

Quadro 5. Cronograma de reuniões da CAISAN.

MESES	CRONOGRAMA
FEVEREIRO	1 - Alinhamento cronograma. 2 - Programa Campinas Solidária e Sustentável
MARÇO	não houve
ABRIL	Organização dos fóruns pré Conferência
MAIO	I - Fórum CAISAN- Os impactos na agricultura e abastecimento alimentar com as mudanças climáticas
JUNHO	II Fórum CAISAN – Educação Alimentar e Nutricional e Saúde: Estratégia, metodologia e Impacto social.

JUNHO	III Fórum CAISAN: Alimentação, Economia e Trabalho
JULHO	Informes e tratativas sobre a III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional
JULHO	IV Fórum - Programas e Equipamentos Públicos de acesso aos alimentos
AGOSTO	1 - Programa Campinas Solidária e Sustentável 2 - Fóruns CAISAN pré-conferência. 3 - Reuniões temáticas com cada Secretaria. 4 - Partilha visita CURITIBA
SETEMBRO	1 - Demandas do COMSEA de Segurança Alimentar e Nutricional - Recomendação à CEASA, PMC e Assoceasa - descarte do FLV para Usina Verde - Pedido de esclarecimento sobre as estratégias para execução das ações do Programa Nutrir Campinas - Recomendação de Criação de GT para definição de Locais de implantação de Restaurantes Populares e cozinhas descentralizadas 2 - Decreto Brasil Sem Fome - (https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome) 3 - Apresentação Decreto Agricultura Urbana e Periurbana 4 - Decreto CAISAN - deliberação para alteração de integrantes
OUTUBRO	1 - Retorno das demandas do COMSEA Segurança Alimentar e Nutricional 2 - Discussão do Local fixo das futuras reuniões da CAISAN 3 - Apresentação do Pacto do Milão

A CAISAN vem realizando as metas propostas em cronograma inicial, conforme quadro a seguir, o objetivo do ano tem sido qualificar o entendimento dos membros da CAISAN referente a política de Segurança Alimentar e Nutricional, e a partilha de ações das Secretarias que estão acontecendo de forma intersetorial, houveram 07 reuniões temáticas com as secretarias.

No que se trata do Plano de Implementação da política de SAN a CAISAN tem como base o Plano de SAN publicado no ano de 2021. O entendimento é de que as ações devem ser monitoradas por cada Secretaria conforme demanda definida no plano.

Houve participação na oficina de elaboração do Scorecard de Sistemas Alimentares do município junto a Defesa Civil. O Scorecard é uma ferramenta de auto avaliação de Resiliência a desastres para cidades, elaborada pela ONU através do UNDRR, permite

preparação de estratégias de resiliência e redução de risco de desastres, neste caso, voltado para área da alimentação.

Desafios durante a execução das atividades

Baixa adesão do secretariado nas reuniões.

Metas para 2024

- Devolutivas das demandas do Conselho de 2023;
- Análise das propostas da Conferência;
- Reunião com os secretariados membros da CAISAN para falar sobre a necessidade criação de um órgão (secretaria ou subsecretaria) para o mês de março/2024;
- Reunião para participação mais efetiva dos membros e retornos das deliberações do colegiado.

Pesquisa e avaliação de políticas públicas na área de segurança alimentar e nutricional

Diagnóstico de Segurança Alimentar E Nutricional

O DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL foi construído de forma intersetorial, iniciado pela CAISAN e composto também pelo COMSAN uma equipe técnica de profissionais vinculados as secretarias compuseram a elaboração e levantamento de dados.

Plano de Segurança Alimentar e Nutricional

A área foi responsável pela elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, no qual preconiza a elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas esferas de governo, o município de Campinas, através do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) - da Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos iniciou a elaboração do Plano Municipal.

Integra a regulamentação base para a elaboração do Plano a lei Municipal Nº 15.912, DE 18 DE JUNHO DE 2020 que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de

Campinas e a modernização do Banco Municipal de Alimentos de Campinas e institui o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

A equipe responsável pela elaboração do Plano foi composta por integrantes da CAISAN (Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional), COMSAM (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional), convidados de outras secretarias e esferas e a equipe do DSAN.

No ano de 2021 foi publicado o Plano de SAN no site da prefeitura.

Metas para 2024

- PLAMSAN – analisar relatório do Conselho e realizar as preposições;
- Elaboração do segundo diagnóstico de SAN;
- Oficinas para construção do II PLAMSAN.

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) apresenta o Relatório Anual de Gestão de 2023 relativo às ações dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Esse relatório é o instrumento de gestão anualmente elaborado que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com base no conjunto de ações, metas e indicadores, bem como orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano Municipal de Assistência Social.

Os instrumentos para planejamento e gestão da Assistência Social no âmbito do SUAS são o Plano Municipal de Assistência Social, a Conferência Municipal de Assistência Social e os Relatórios de Gestão. Desse modo, é importante ressaltar que o planejamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) requer uma construção participativa, para ser utilizado como instrumento estratégico para gestão, possibilitando o seu monitoramento e a avaliação das ações e serviços públicos de assistência social.

Este relatório demonstrará a partir das Proteções seus desafios durante a execução das atividades, resultados alcançados e metas para o próximo ano.

No ano de 2023 este Departamento contou com a colaboração de Gestores (coordenadores, apoios técnicos e chefias de setor) que são responsáveis pela execução atreladas às Proteções Sociais de Básica, Média e Alta – Complexidade, bem como dos trabalhadores que exercem atribuições nos serviços descentralizadas.

No que tange ao ano de 2023, é importante ressaltar que em face da demanda de trabalho, houve a ampliação no número de técnicos no Departamento, em relação ao ano de 2022.

O Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) é responsável pela gestão e operacionalização dos serviços socioassistenciais do município. Sua estrutura organizacional é feita por níveis de complexidade do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, definidos pelos seguintes tipos de proteções:

Proteção Social Básica, conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e

Proteção Social Especial de Média e Alta – Complexidade, conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Cabe ressaltar que a Rede Socioassistencial do SUAS no município de Campinas é executada pela Rede Pública e Privada conforme descrita:

- 05 DAS – Distritos de Assistência Social
- 13 CRAS
- 48 SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 14 anos
- 40 CCII - Centros de Convivência Inclusivo e Intergeracional
- 05 CREAS
- 02 Centros de Referência para População em Situação de Rua – CENTRO POP
- 01 Bagageiro
- 02 Serviços de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA)
- 01 Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
- 01 Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
- 01 Serviço Especializado em Abordagem Social para Crianças e Adolescentes
- 01 Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência
- 01 Centro Dia da Pessoa Idosa
- 01 Serviço Especializado em Abordagem Social para Adultos
- 07 Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
- 14 Casas Lares para Crianças e Adolescentes
- 01 Casa Lar para Adolescentes Grávidas e/ou com Filhos
- 02 Serviços de Acolhimento Familiar
- 01 Casa de Passagem de 0 a 17 anos e 11 meses
- 01 República Feminina
- 01 República Masculina

- 01 Modalidade Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência de Gênero
- 02 Casas de Passagem para Adultos
- 01 Serviço de Acolhimento Feminino para Pessoas Adultas em Situação de Rua
- 03 Serviços de Acolhimento Masculino para Pessoas Adultas em Situação de Rua
- 06 Serviços de Acolhimento para Idosos
- 06 Residências Inclusivas
- 15 Serviços de Atendimento à Pessoas com Deficiência
- 13 Serviços Especializado de Proteção à Família
- 01 Albergue Municipal
- 01 Casa da Cidadania – Para Pessoas em Situação de Rua
- 01 Serviço de Acolhimento Para Pessoa em Situação de Rua
- 01 Apadrinhamento Afetivo

Ações de destaque

- Implantação do Centro Dia da Pessoa Idosa: Possibilitou a ampliação e a diversificação da oferta de serviços, pela Média Complexidade, aos idosos em situação de violação de direitos;
- O envio da Lei de Estrutura da Secretaria a Câmara Municipal que promoverá a organização do SUAS Municipal em Campinas como também os avanços necessários para essa Política Pública;
- A realização da XV Conferência Municipal da Assistência Social teve como tema a “Reconstrução do SUAS: o SUAS que Temos e o SUAS que Queremos”. O processo conferencial demandou dos trabalhadores articulação, mobilização, discussão de eixos temáticos, bem como participação na Conferência Estadual seguindo com representação na Nacional;
- O NAG (Núcleo Articulador Gestor) composto por gestores da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial teve como um dos objetivos a integração das proteções para que espaços potentes como as Conferências sejam construídos. NAG Núcleo Articulador Gestor – foram construídos nesses espaços ações e articulações entre a PSB e PSE;
- COEGEMAS – participação da gestão do evento realizado no Rio de Janeiro com os estados do Sudeste, onde temas relevantes foram tratados do SUAS;

- Participação do IV Encontro Estadual do PETI em Sorocaba/SP e do V Encontro Estadual do PETI em Ribeirão Preto/SP promovido pela Comissão Estadual do PETI, houve o convite de elaboração de artigo para lançamento da publicação Coletânea de boas práticas do PETI no Estado de São Paulo, promovido pela Secretarial Estadual de Desenvolvimento Social. No artigo de Campinas, é contado o Histórico do PETI no município, aonde são abordados os avanços e desafios;
- SISNOV – treinamento ofertado pela gestão da Média Complexidade aos trabalhadores da secretaria e dos Conselhos Tutelares;
- Participação do Assiste Campinas;
- Aumento na oferta de Cartões Nutrir Emergenciais;
- 18 de maio “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes - Ações de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de Maio);
- Ações de Prevenção ao Racismo (Consciência Negra);
- Formação para as equipes públicas e da rede de SCFV;
- Ações de Prevenção à violência contra a pessoa idosa (Julho Violeta);
- Ações de Prevenção à violência contra a mulher (Agosto Lilás)
- Ampliação da cobertura descentralizada às famílias do território na Região Norte da Proteção Social Básica;
- Participação no Comitê Escuta Especializada e formação para a rede de proteção, para construção e/ou integração de fluxos de cuidado e escuta de crianças e adolescentes;
- Designação de uma profissional para ser técnica de referência para os SCFV em cada região;
- Participação nas Conferências:
- Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – “Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia”;
- III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - “Fome: o alimento como direito. Atuação do Estado e da Sociedade”; XIII Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - “Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Construindo um Brasil mais Inclusivo”;
- IV Conferência da Juventude;

- Projeto Paternidade em parceria com o Ministério Público, para ação de garantia de direito de filiação, reconhecimento de paternidade, emissão e averbação de certidões de nascimento;
- Participação no Seminário da Orfandade;
- Participação no IV Simpósio Internacional de Acolhimento Familiar;
- Parceria com um grupo de psicólogos, que compõem o Projeto Respirar, formado para oferecer atendimento psicoterapêutico a crianças e adolescentes acolhidos;
- Elaboração e publicação do Decreto que regulamentou a Lei Municipal do Acolhimento Familiar;
- “O melhor presente para uma criança é uma família”, tema da Campanha de divulgação do acolhimento familiar também foi um destaque em 2023;
- Processo de ampliação das vagas de ILPI/ Idoso, que em 2023 passou a contar com 200 metas;
- Evento para Publicização da Ordem de Serviço SMASDH nº 01/2023 – Dispõe sobre Instrumental e Fluxo de Referenciamento para Inclusão de Pessoas idosas nos serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas;
- Operação Inverno para pessoa em situação de rua, foram realizados 12.832 atendimentos e distribuídos 19.707 cobertores;
- Grafiteagem no SAMIM realizada pelo “Projeto Camp Crew” da Coordenadoria da Juventude;
- Calamidade Pública - Fornecimento de kits de higiene e roupas de cama às famílias atendidas;
- Os profissionais que compõem este Departamento participaram I Fórum da Mulher Paulista, cujo evento foi realizado no Memorial da América Latina, nos dias 20 e 21 de setembro de 2023, foi elaborado pelo DOAS um material informativo que além de abordar a legislação que norteia a problemática voltada à Violência contra a Mulher, traz também informações sobre as políticas públicas destinadas ao auxílio e proteção à Mulher Vítima de Violência de Gênero, no Estado de São Paulo e no município de Campinas/SP;
- Decreto nº 22.705 de 08 de março de 2023 que dispõe sobre as condições para a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Campinas.

- Os benefícios eventuais são concessões da Política de Assistencial Social, previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em seu artigo 22,

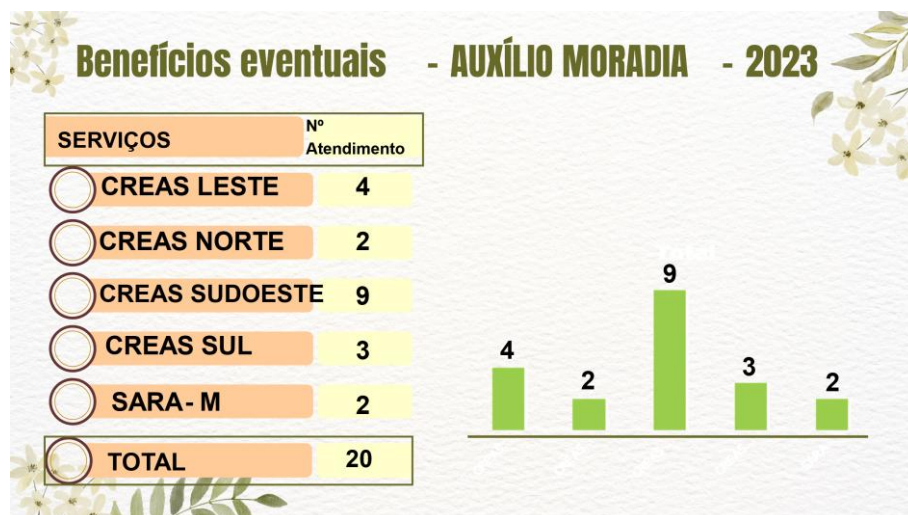
“entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”.
(Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

Seguem os dados referentes ao ano de 2023 com relação ao Auxílio Natalidade, Auxílio Moradia e Auxílio Transporte:

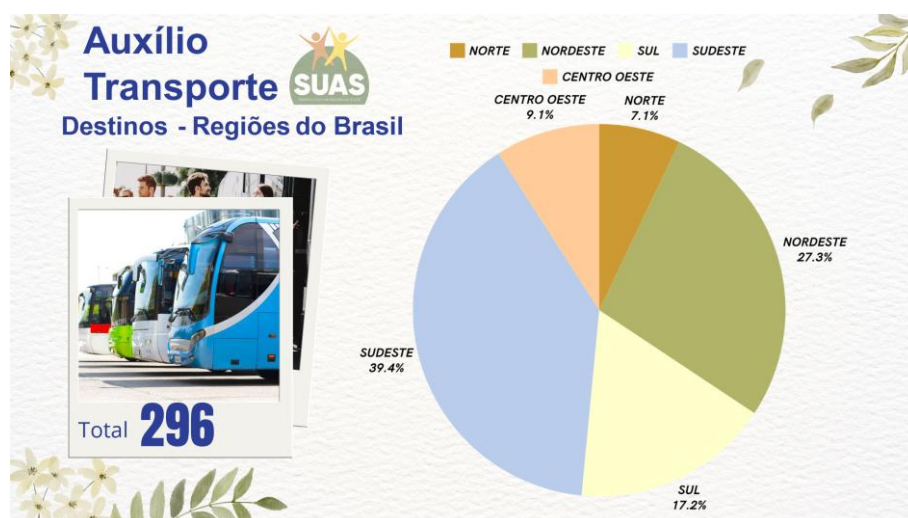
I-O benefício eventual por situação de nascimento, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se de prestação temporária de assistência social, que será concedida em pecúnia às pessoas e/ou famílias residentes em Campinas há, pelo menos, um ano, a fim de atender às necessidades do nascituro, apoiar a mãe em caso de natimorto, e apoiar a família no caso de morte da mãe em decorrência do parto.



II-O auxílio-moradia destina-se às mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou de gênero que estejam em acompanhamento pelos serviços de proteção social especial de média complexidade e/ou pelo serviço de acolhimento voltado a esse público.



III-O auxílio-transporte é destinado a pessoas e/ou famílias que pretendam retornar à cidade natal ou outro local de convívio familiar e comunitário, e será concedido por meio de bilhetes de passagens para acesso ao transporte intermunicipal ou interestadual.





Organização administrativa do DOAS

No ano de 2023, este Departamento, através dos profissionais que exercem o apoio administrativo e técnico, participaram também do grupo de trabalho com o DGAOF - CSAD, denominado GT – Compras.

Estas reuniões, que ocorrem de forma mensal, têm por objetivo qualificar as requisições de compra, seja através da contratação por licitação ou Amil, de acordo com a demanda dos serviços atrelados ao DOAS, de modo que esses processos, apesar de sua peculiaridade distinta em relação a questão legal, possam tramitar de modo eficaz.

Assim, os representantes do DOAS no GT – Compras, exercem o papel de intermediar os encaminhamentos das requisições de compras, feitas pelos serviços atrelados às Coordenadorias Setoriais de Proteção Básica, Média e Alta – Complexidade junto ao DGAOF-CSAD, de acordo com as determinações que norteiam as especificações de contratação na administração pública, e, em consonância com a Nova Lei de Licitações, N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

A organização administrativa na Prefeitura Municipal de Campinas/SP é realizada através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, Unidade PMC- SMASDH-DOAS, em funcionamento desde o ano de 2021.

Importante destacar, que no período de 02 de janeiro de 2023 a 29 de dezembro de 2023 foram tramitados na unidade do DOAS o montante de 2306(dois mil, trezentos e seis) processos/SEI, sendo desses 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) novos processos abertos durante 2023. Os processos são oriundos de vários departamentos, serviços e Secretarias

atreladas a Administração Direta e Indireta do município de Campinas/SP, bem como a rede de serviços de outros municípios e Estados, além do Sistema de Garantia de Direitos.

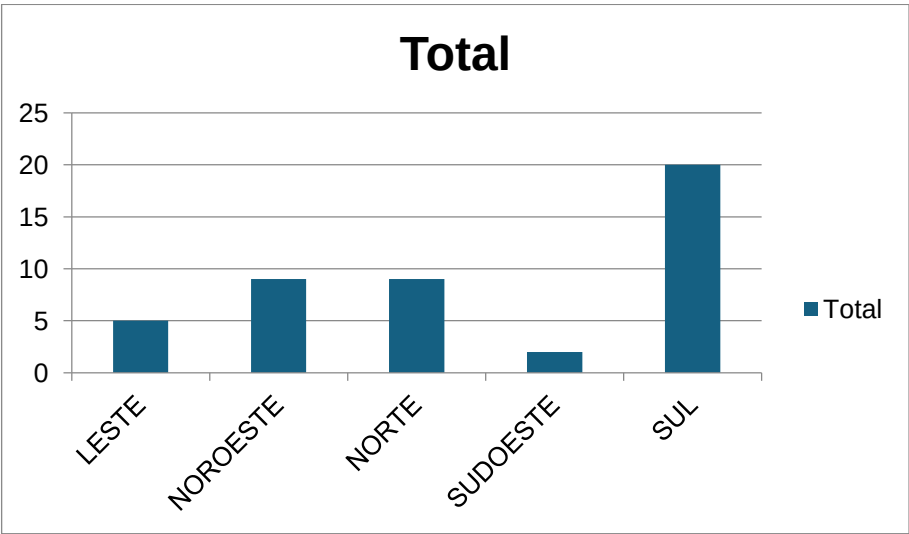
No Relatório de Gestão de 2023, apresentaremos a seguir o levantamento referente ao número de solicitações dos principais demandantes de atendimento, aos serviços que compõem o SUAS no município de Campinas/SP.²

1- Denúncia registrada no disque 100/ligue180

1.1-Levantamento por região

REGIÃO	2023/01	2023/02	2023/03	2023/04	2023/05	2023/07	2023/09	2023/06	2023/10	2023/08	2023/11	2023/12	Total
LESTE	2		1		1		1						5
NOROESTE	2	3		1					2		1		9
NORTE	1	1	2	1		1				1	1	1	9
SUDOESTE						1			1				2
SUL	3	3	1	1	4	3		2	1		1	1	20
Total geral	8	7	4	3	5	5	1	2	4	1	3	2	45

1.1.a - Gráfico por região



²Levantamento realizado a partir dos números de processos que tramitam no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, Unidade PMC- SMASDH-DOAS, no ano de 2023.

1.2-Levantamento por motivação da denúncia

TIPO DE VIOLÊNCIA	NÚMERO DE DENÚNCIAS
VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA IDOSA	19
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	12
VIOLÊNCIA CONTRA POP RUA	2
VIOLÊNCIA CONTRA CIDADÃO	2
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, VIOLÊNCIA CONTRA POPULAÇÃO LGBT	1
VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	1
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA OU ADOLESCENTE, VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	1
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CONTRA POPULAÇÃO LGBTQI+	1
VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA/LGBT	1
VIOLÊNCIA CONTRA POPULAÇÃO LGBT	1
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER/VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA OU ADOLESCENTE	1
AGRESSÃO FEITA POR MORADOR DE RUA	1
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E IDOSO	1
Total geral	45

Em relação aos processos que tramitaram neste departamento referente a solicitações de atendimento em decorrência de denúncia registrada noDisque 100/ligue 180, observamos que no ano de 2023 houve a maior incidência de casos, nas regiões Sul, norte e noroeste do município de Campinas/SP.

E, em relação ao levantamento dos dados que motivaram os registros de Disque Denúncias, observamos que a maioria dos casos eram permeados por denúncias que tratavam de Violência contra Pessoa Idosa, seguido por Violência de Gênero.

Esclarecemos ainda, que os processos elencados neste levantamento foram encaminhados para análise e acompanhamento nos serviços que compõem o SUAS no município de Campinas/SP.

II- Conselho tutelar

Os Conselhos Tutelares têm como responsabilidade o atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias, recebendo denúncias e aplicando as medidas de proteção, sempre que os direitos reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) forem ameaçados e violados. São eleitos por voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos com domicílio eleitoral no Município, realizado sob a coordenação e responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e fiscalização do Ministério Público.³

No mês de outubro de 2023 ocorreu eleição de conselheiros tutelares para gestão de 2024 a 2028, bem como a implementação de 06 (seis) Conselhos Tutelar, sendo 02 (dois) na região sul da cidade de Campinas/SP.

2.1- Dados referente a números de requisições de atendimento do conselho tutelar por região, no ano de 2023:

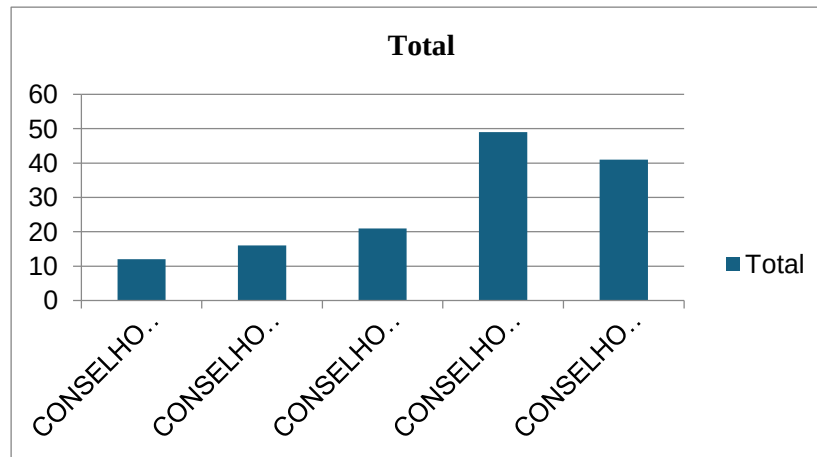
Serviços		nº de processos
CONSELHO	TUTELAR	
LESTE		12
CONSELHO	TUTELAR	
NOROESTE		16
CONSELHO	TUTELAR	
NORTE		21
CONSELHO	TUTELAR	
SUDOESTE		49
CONSELHO	TUTELAR	41

³ Informações extraídas do site <https://cmdca.campinas.sp.gov.br/conselhos-tutelares>.

SUL

Total geral	139

2.1.a- Gráfico – levantamento de casos encaminhados pelo conselho tutelar por região



2.2- Levantamento de casos do conselho tutelar e violação/ vdcca

DEMANDANTE/VIOLAÇÃO	SOLICITAÇÕES
CONSELHO TUTELAR LESTE	12
INCLUSÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS	1
VDCCA - NEGLIGÊNCIA	1
VDCCA/ FÍSICA	1
VDCCA/ NEGLIGÊNCIA	3
VDCCA/ NEGLIGÊNCIA/ FÍSICA E PSICOLOGICA	1
VDCCA/ SEXUAL	1
VDCCA/NEGLIGÊNCIA	3
VDCCA/ FISICA/ NEGLIGÊNCIA	1
CONSELHO TUTELAR NOROESTE	16
VDCCA/ TRABALHO INFANTIL	1
INCLUSAO EM PROGRAMAS SOCIAIS	1
VDCCA /FÍSICA	1
VDCCA /NEGLIGÊNCIA	1
VDCCA/ FÍSICA	1

VDCCA/ NEGLIGÊNCIA	6
VDCCA/ PSICOLOGICA	1
VDCCA/ SEXUAL	1
VDCCA/NEGLIGÊNCIA	2
ESTUDO SOCIAL - REQUISIÇÃO TJ/SP (CARTA PRECATÓRIA)	1
CONSELHO TUTELAR NORTE	21
ESTUDO SOCIAL	5
INCLUSÃO EM PROGRAMAS E SERVICOS SOCIOASSISTENCIAIS	1
INCLUSÃO EM PROGRAMAS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	1
VDCCA - NEGLIGÊNCIA	1
VIOLÊNCIA DE GENERO	1
ESTUDO SOCIAL	6
INCLUSÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS	1
VDCCA - SEXUAL	1
VDCCA/ NEGLIGÊNCIA	2
VDCCA/ VIOLÊNCIA PSICOLOGICA	1
VIOLÊNCIA DE GENERO	1
CONSELHO TUTELAR SUDOESTE	49
DENÚNCIA DE VDCCA FISICA	1
DENÚNCIA VDCCA - FISICA	1
ESTUDO SOCIAL	7
INCLUSÃO EM PROGRAMAS	1
INCLUSÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS	1
INCLUSÃO EM PROGRAMAS SOCAIS	1
INCLUSÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS	3
TRABALHO INFANTIL	1
V. DE GENERO	1
VDCCA - FISICA	1
VDCCA - NEGLIÊNCIA	1
VDCCA - NEGLIGÊNCIA	1

VDCCA - PSICOLOGICA	3
VDCCA - PSICOLOGICA E V. GENÊRO	1
VDCCA- FISICA	2
VDCCA FISICA E NEGLIGÊNCIA	1
VDCCA NEGLIGÊNCIA	1
VDCCA- NEGLIGÊNCIA	6
VDCCA- PSICOLOGICA	2
VDCCA PSICOLOGICA E NEGLIGÊNCIA	1
VDCCA- SEXUAL	1
ESTUDO SOCIAL	4
INCLUSÃO EM PROGRAMAS	1
INCLUSÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS	1
VDCCA - FISICA	1
VDCCA - PSICOLOGICA	1
VDCCA - SEXUAL	1
VDCCA- PSICOLOGICA	1
VDCCA -SEXUAL	1
CONSELHO TUTELAR SUL	41
ESCCA	1
INCLUSÃO EM PROGRAMAS	3
INCLUSÃO EM PROGRAMAS	1
INCLUSÃO EM BENEFÍCIOS	2
INCLUSÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS	3
NEGLIGÊNCIA	1
V. GENERO	1
VDCCA - NEGLIGÊNCIA	2
VDCCA - SEXUAL	1
VDCCA FISICA E NEGLIGÊNCIA	1
VDCCA FISICA E PSICOLOGICA	1
VDCCA NEGLIGÊNCIA	1
VDCCA. SEXUAL	1
VDCCA/ FISICA	1
VDCCA/ NEGLIGÊNCIA	1

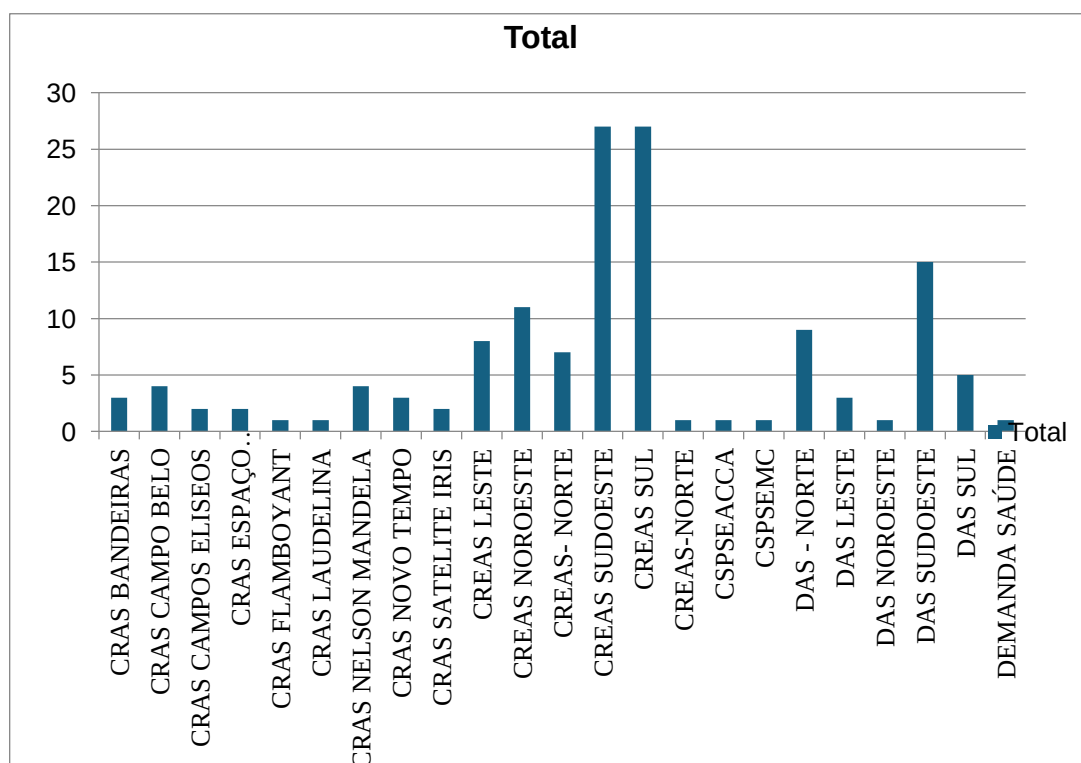
VDCCA/FÍSICA	4
VDCCA/FÍSICA E V. GÊNERO	1
VDCCA/NEGLIGÊNCIA	3
VDCCA/SEXUAL	1
INCLUSÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS	2
NEGLIGÊNCIA	2
VDCCA- FÍSICA	1
VDCCA- SEXUAL	1
VDCCA/ FÍSICA	1
VDCCA/FÍSICA	2
VDCCA/NEGLIGÊNCIA	1
VDCCA/PSICOLÓGICA E V. GÊNERO	1
Total geral	139

2.3- Levantamento de casos do conselho tutelar e serviços

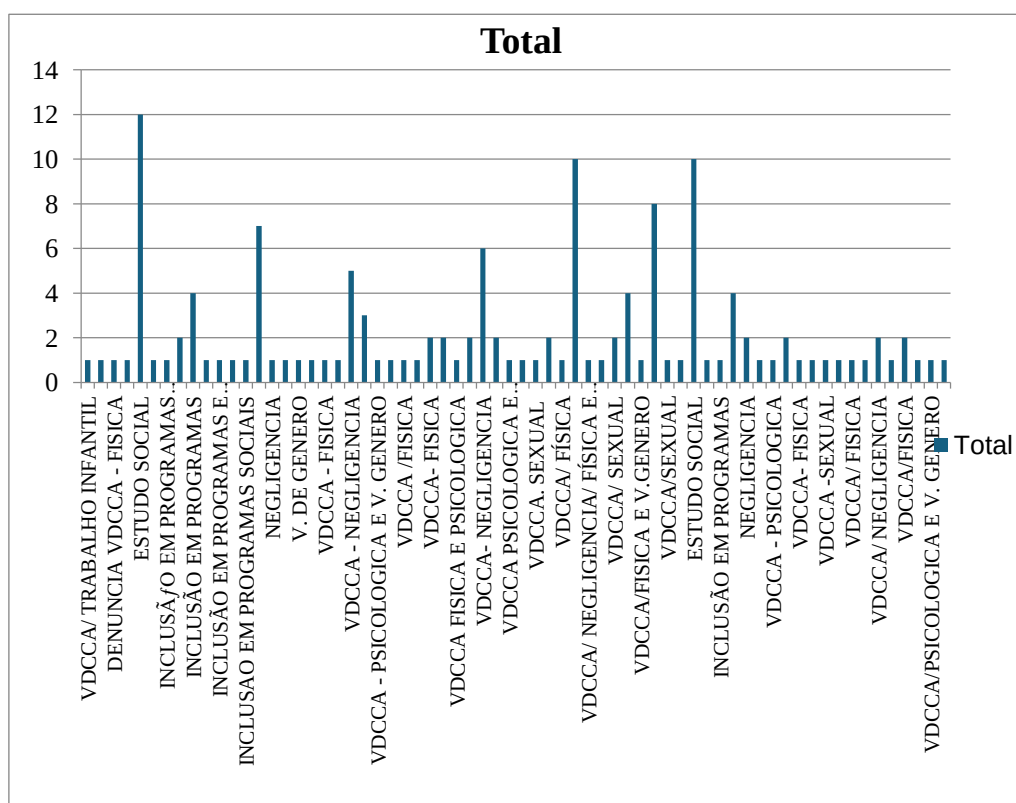
SERVIÇO	Nº DE REQUISIÇÕES
CRAS BANDEIRAS	3
CRAS CAMPO BELO	4
CRAS CAMPOS	
ELISEOS	2
CRAS ESPAÇO	
ESPERANÇA	2
CRAS FLAMBOYANT	1
CRAS LAUDELINA	1
CRAS NELSON	
MANDELA	4
CRAS NOVO TEMPO	3
CRAS SATELITE IRIS	2
CREAS LESTE	8

CREAS NOROESTE	11
CREAS- NORTE	7
CREAS SUDOESTE	27
CREAS SUL	27
CREAS-NORTE	1
CSPSEACCA	1
CSPSEMC	1
DAS – NORTE	9
DAS LESTE	3
DAS NOROESTE	1
DAS SUDOESTE	15
DAS SUL	5
DEMANDA SAÚDE	1
Total Geral	139

2.3.a- Gráfico – levantamento referente conselho tutelar e serviços.



2.3 - Gráfico – levantamento conselho tutelar e violação/ VDCCA



A partir do levantamento realizado no ano de 2023, constatou-se que os Conselhos Tutelares das regiões Sul e Sudoeste foram os que mais encaminharam requisições de atendimentos as Proteções Sociais Básica e Média Complexidade.

Em relação as violações de direitos, a demanda inicial de atendimento no ano de 2023, apresentou-se como VDCCA por situação de Negligência, contudo, no curso do acompanhamento realizado pelas equipes, sobretudo em relação a demanda absorvida pelos CREAS, observou-se que os núcleos familiares apresentam outras violações de direitos, além da demanda de atendimento inicial.

3- Defensoria pública

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo é uma instituição permanente cuja função, como expressão e instrumento do regime democrático, é oferecer, às pessoas necessitadas, de forma integral e gratuita, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos.

Esta instituição tem a finalidade de prestar atendimento jurídico integral e gratuito aos cidadãos necessitados. É um órgão de Estado, que abrange a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e dos Territórios e as Defensorias Públicas Estaduais (DPEs).⁴

No ano de 2023 este DOAS recebeu requisições de atendimento pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, da Comarca de Campinas e outras comarcas.

Ainda no ano de 2023, este Departamento recebeu a requisição de atendimento do Palácio do Itamaraty e posteriormente, da Defensoria Pública da União, para intermediar a repatriação de um munícipe que se encontrava na Argentina.

Sendo assim, a seguir apresentaremos o levantamento referente as requisições enviadas por este órgão ao DOAS, no ano de 2023.

3.1- Levantamento de requisições de atendimento por parte da Defensoria Pública por região

ÓRGÃO DEMANDANTE	REGIÃO	Nº DE SOLICITAÇÕES
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO		
	LESTE	1
	NOROESTE	6
	NORTE	4
	S/INF	3
	SUDOESTE	10
	SUL	3
DEFENSORIA PÚBLICA		1

⁴ Informações retiradas do <https://www2.defensoria.sp.def.br>.

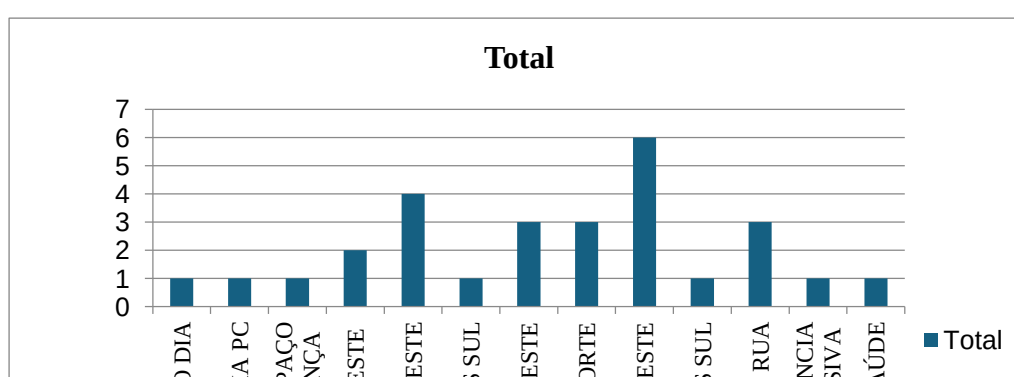
DA UNIÃO

	S/INF	1
Total Geral		28

3.2- Levantamento de requisições de atendimento por parte da Defensoria Pública para os serviços

SERVIÇOS	Nº DE REQUISIÇÕES
CENTRO DIA	1
CENTRO DIA PC	1
CRAS ESPAÇO	
ESPERANÇA	1
CREAS NOROESTE	2
CREAS SUDOESTE	4
CREAS SUL	1
DAS NOROESTE	3
DAS NORTE	3
DAS SUDOESTE	6
DAS SUL	1
POP RUA	3
RESIDÊNCIA	
INCLUSIVA	1
SAÚDE	1
Total Geral	28

3.2.a- Gráfico –levantamento de requisições de atendimento por parte da defensoria pública para os serviço



Em 2023, observamos através do levantamento que a região que mais recebeu requisições de atendimento pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, foi a Região Sudoeste, através das Proteções Sociais de Básica e Média Complexidade.

4- Ministério público do estado de São Paulo

De acordo com o artigo 127 da Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

As Promotorias de Justiça da Infância e Juventude oficiam em feitos judiciais sempre que houver interesses ou forem partes crianças e adolescentes. Ainda, poderão instaurar e presidir procedimentos administrativos, além de propor ações na defesa da infância e em situações em que a criança ou adolescente encontrar-se em situação de risco nas hipóteses previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Também há atuação em todas as situações de adolescentes em conflito com a lei, envolvidos com a prática de atos infracionais.

No ano de 2023, além das requisições de atendimento a família e indivíduos que residem no município de Campinas, e informações quanto ao acompanhamento ofertado pelos serviços, sobretudo atrelados a Proteção Especial de Média Complexidade, o Ministério Público ofertou palestra informativa relacionada a temática Combate ao Trabalho Infantil, mostrando uma atuação extremamente útil com vistas a capacitação profissional dos serviços.

Levantamento das requisições do ministério público do estado de São Paulo

4.Ministério Público do estado de São Paulo – Promotoria da Infância e Juventude

4.1-Requisições por região

DEMANDANTE	Nº DE SOLICITAÇÕES
MINISTÉRIO PÚBLICO ALTA	
CRIANÇA/ADOLESCENTE	
REGIÃO LESTE	4
REGIÃO NOROESTE	5
REGIÃO NORTE	7
REGIÃO SUDOESTE	2
REGIÃO SUL	6
REGIÃO SUODESTE	1
S/INFORMAÇÕES	2
SITUAÇÃO DE RUA	1
Total Geral	28

4.2 - Levantamento de requisições por demanda de atendimento

REQUISIÇÕES	Nº
RELATORIO INFORMATIVO	1
SITUAÇÃO DE MENDICÂNCIA	1
ATENDIMENTO DA FAMÍLIA	16
CASAMENTO INFANTIL	1
CASAMENTO INFANTIL/GRAVIDEZ	
ADOLESCÊNCIA	1
INFORMAÇÕES	1
LOCALIZAÇÃO FAMILIAR	1
RELATÓRIO INFORMATIVO	4
VDCCA	1
VDCCA – NEGLIGÊNCIA	1
Total Geral	28

4.3 Ministério público do Estado de São Paulo – Promotoria da Infância e Juventude – Atos Infracionais

4.3.a- Requisições por região

REGIÃO	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUDOESTE	Total Geral
MPATOS				
INFRACIONAIS				
LESTE	1			1
NOROESTE		1		1
SUDOESTE			1	1
Total Geral	1	1	1	3

4.4. Ministério público do Estado de São Paulo – Promotoria de Justiça – (idoso e adulto)

4.4.a- Levantamento de requisições por demanda de atendimento

DEMANDANTE	Nº SOLICITAÇÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO - ILPI / RESIDÊNCIA INCLUSIVA	8
Total Geral	8

4.4.b- Levantamento de requisições por demanda de atendimento

DEMANDANTE	Nº de SOLICITAÇÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO	
GERAL	
ATENDIMENTO	7
CORREGEDORIA GERAL - MP	1
DENÚNCIA	2
GRUPO DE TRABALHO	1
IPA	3

LOA - 2024	1
PPIC	1
VISITA DOMICILIAR	1
Total Geral	17

4.4.c- Levantamento de requisições por demanda de atendimento

MINISTÉRIO PÚBLICO

POP RUA

Atendimento	6
Casa da Cidadania	1
CASA EFRAIM	1
DENÚNCIA - MP	1
Instauração de Inquérito Civil	1
OUVIDORIA MP	1
SAMIM	1
Total Geral	12

4.5- Ministério público do trabalho

Levantamento de requisições por demanda de atendimento

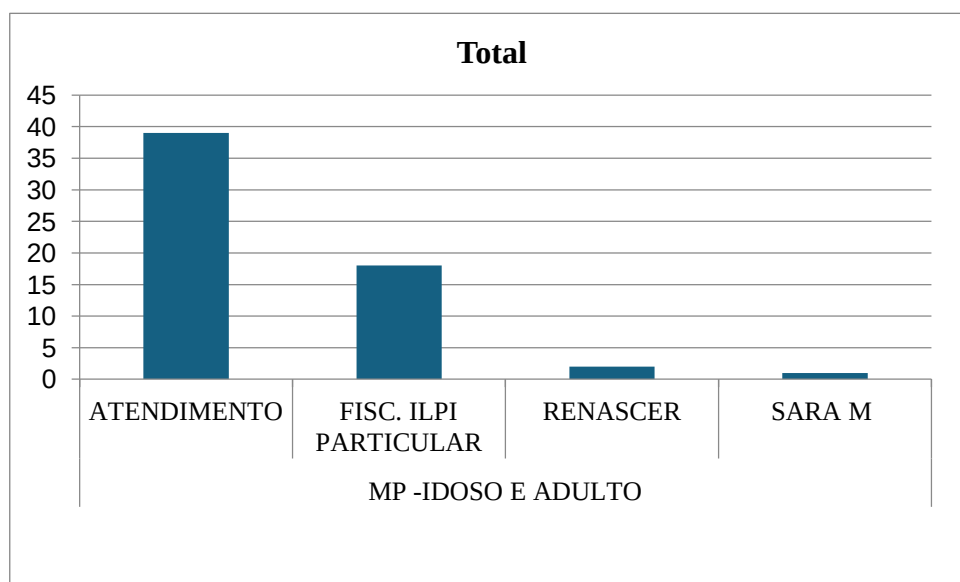
DEMANDANTE	Nº DE REQUISIÇÕES
MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	
IRREGULARIDADES E DENÚNCIAS	
RELACIONADAS AO TRABALHO	8
Total Geral	8

4.6 Ministério Público – Promotoria de Justiça – Idoso e Adulto

MP- IDOSO E	Nº DE SOLICITAÇÕES

ADULTO	
ATENDIMENTO	39
FISC. ILPI	
PARTICULAR	18
RENASCER	2
SARA M	1
Total geral	60

4.6.a – Gráficos: Ministério Público – Promotoria de Justiça – Idoso e Adulto



Em análise aos números de requisições do Ministério Público do Estado de São Paulo, seja nos segmentos criança e adolescentes ou Idoso e Adulto, informamos que este DOAS recebeu 136 (cento e trinta e seis) requisições de atendimento.

Não podemos deixar de mencionar que a Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Alta – Complexidade – Adulto e Idoso recebeu, no ano de 2023, 60 (sessenta) requisições de atendimento diretamente deste órgão, sendo que alguns dos casos encaminhados com instauração de processo judicial e cumprimento de liminar.

5- Tribunal de justiça

A Constituição de 1988, em seu artigo 227, incorporou os princípios da Convenção sobre os direitos da criança da ONU - Organização das Nações Unidas e dando aos seus preceitos estatuto de direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Em relação ao DOAS, a maioria das demandas de atendimento deste Departamento está relacionada a questões que perpassam pelo crivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de Campinas/SP e outras comarcas, e inclusive por Tribunais de outros Estados, sobretudo nos casos que estão em acompanhamento pelas Proteção de Média e Alta – Complexidade.

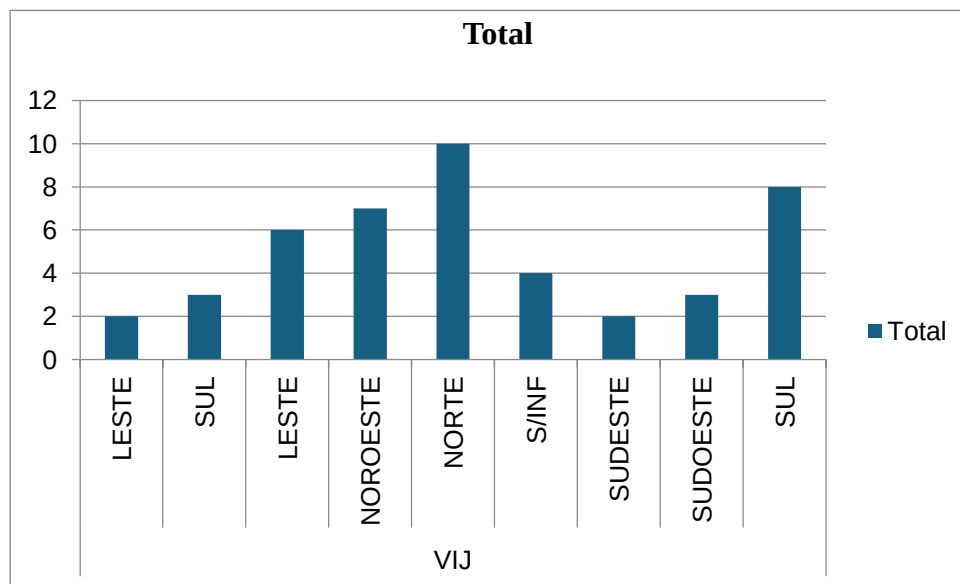
No ano de 2023, apresentaremos a seguir o levantamento das requisições judiciais encaminhadas para este Departamento, e faremos um destaque a número de solicitações de acolhimento institucional no presente ano.

5.1- TJ/SP- Vara da Infância e Juventude da comarca de Campinas

5.1.a- Levantamento de requisições por região

REGIÃO	Nº DE PROCESSOS
VIJ	
LESTE	2
SUL	3
LESTE	6
NOROESTE	7
NORTE	10
S/INF	4
SUDESTE	2
SUDOESTE	3
SUL	8
Total Geral	45

5.1.b- Gráfico das requisições por região



5.1.c - Levantamento por números de requisições ao DOAS

DEMANDANTE	Nº DE ATENDIMENTO
VARA DE ATOS INFRACIONAIS	46
Total Geral	46

5.1.d- Levantamento de requisições por demanda de atendimento

DEMANDANTE	Nº DE ATENDIMENTOS
VARA DE ATOS INFRACIONAIS	46
ACOLHIMENTO CRIANÇA/ADOLESCENTE	1
ATENDIMENTO ESCUTA ESPECIALIZADA	27
	1

INFORMAÇÕES DO ENDEREÇO FAMILIAR	17
Total geral	46

5.2- TJ/SP- Vara de família e sucessões

Requisições por região

DEMANDANTE	TOTAL
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	
LESTE	2
NORTE	5
S/INFORMAÇÕES	4
SUL	3
Total geral	14

5.2 – Tribunal de justiça – requisições de acolhimento a criança e adolescente

DEMANDANTE	Nº DE REQUISIÇÕES
TJ - SP - VIJ	19
TJ-SP - 08 CJ - FORO PLANTÃO	1
Total geral	20

De acordo, com os registros do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, Unidade PMC-SMASDH-DOAS, com o levantamento apresentado, observamos que a região Norte, no ano de 2023, recebeu o maior número de requisições de atendimento da Vara de Infância e Juventude em relação a outras regiões.

Analisando os números de requisições que foram encaminhadas ao DOAS no ano de 2023, constatamos que foram realizadas 125 (cento e vinte e cinco) requisições de atendimento os

serviços que compõem o SUAS no município de Campinas/SP, dos quais 20 (vinte) referem-se a requisições a acolhimento institucional.

Ressaltamos que no final do presente ano, houve mudança do fluxo de recebimento das Requisições de acolhimento institucional voltado a crianças e adolescentes, pois anteriormente, a Vara da Infância e Juventude de Campinas encaminhava as requisições diretamente para a Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Alta – Complexidade – Criança e Adolescente, porém, a partir do mês de novembro ficou determinado que o referido pedido deveria seguir o fluxo via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, Unidade PMC- SMASDH-DOAS.

Assim, na tabela 5.2 foram elencadas requisições de acolhimento institucional somente dos meses de novembro e dezembro daquele ano.

5.3- TJ/SP- VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA DE CAMPINAS.

5.3.a - REQUISIÇÕES POR REGIÃO

DEMANDANTE			Nº DE ATENDIMENTO
VARA	DE	V.	
DOMÉSTICA			10
LESTE			3
NOROESTE			1
NORTE			1
SUDOESTE			2
SUL			3
Total geral			10

5.3.a- LEVANTAMENTO DE REQUISIÇÕES POR DEMANDA DE ATENDIMENTO

DEMANDANTE	Nº DE ATENDIMENTO
VARA DE V. DOMÉSTICA	
ACOLHIMENTO ADULTO	1
ATENDIMENTO CEAMO	1

ATENDIMENTO CREAS	2
ATENDIMENTO SAÚDE	1
CREAS	1
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO ENDEREÇO	4
Total geral	10

Em análise as requisições realizadas pelo TJ/SP- Vara de Violência Doméstica da Comarca de Campinas, observamos que as regiões Leste e Sul receberam o maior número de pedidos de atendimento, dos quais todos foram atendidos em sua integralidade.

Considerações Finais

Essas ações elencadas entre muitas realizadas por esta Política Pública, é a somatória de esforços, o compromisso de todos os trabalhadores do SUAS e a força da população atendida contribuíram com os resultados alcançados e expressos nesse relatório.

O relatório de gestão é um instrumento fundamental para a construção de uma política planejada, efetiva e de impacto sobre as situações de vulnerabilidade e riscos sociais identificados. Sendo assim, a SMASDH é responsável por consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município, de forma a viabilizar direitos aos usuários da assistência social nos diferentes níveis de proteção, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social.

RELATÓRIO DE GESTÃO COORDENADORIA GERAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Coordenadoria Geral de Proteção Social Básica (CGPSB) é responsável pela gestão e execução dos serviços socioassistenciais desenvolvidos no âmbito dessa proteção, bem como pela interlocução destes junto ao DOAS para fomento da unidade e identidade política traçada pelo SUAS, respeitada as condições de gestão descentralizada. Atualmente a PSB é executada através das unidades públicas de referência compostas de forma hierárquica, pelos 05

Distritos de Assistência Social (DAS) e pelos 13 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e também através das 90 unidades parceirizadas de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que complementam as ofertas socioassistenciais desta proteção, amparados pela Coordenadoria de Parcerias sob gestão da CGPSB.

O DAS é uma estrutura descentralizada da Política de Assistência Social do município de Campinas, com função técnica, operacional, administrativa e de gestão. É responsável por gerenciar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da PSB, nas cinco macrorregiões do município. Por sua natureza, os DAS realizam atendimento às famílias, que residem em territórios sem cobertura de CRAS, por demanda espontânea ou referenciada, porém não ofertam o acompanhamento às famílias, ação atualmente ligada ao PAIF/CRAS.

O CRAS é a unidade em torno da qual se organizam os serviços de proteção social básica, do qual decorre sua função de gestão local. O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de PSB que se diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica.

O ano de 2023 teve como horizonte a retomada de processos, fluxos e pactuações essenciais para a continuidade e funcionamento das unidades, haja vista o empecer de tais demandas em decorrência de eventos de caráter excepcionais tais como pandemia, ajustes fiscais e orçamentários e demais percalços que oneraram os serviços. Para tal, esta coordenadoria empenhou esforços em trabalhar/fazer gestão sob as seguintes égides: estrutura física, recursos humanos e materiais; educação continuada, fortalecimento das ações interproteções, interdepartamentais e intersetoriais e ampliação da cobertura de atendimento.

Cabe ressaltar que o percurso e prioridades elencadas para o ano são frutos de anos de construções coletivas, análise de relatórios anteriores, PMAS, deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social, entre outros espaços coletivos.

Inerente ao processo de manutenção, aprimoramento e ampliação da cobertura de atendimento da PSB, fazer gestão acerca da estrutura física das unidades existentes e das unidades a serem implantadas, tornou-se tarefa essencial ao exercício de 2023. Ainda que previstas no PMAS 2022-2025, as construções das novas unidades e reformas, demandaram esforços desta coordenadoria através de estudos de mitigação, proveniente de Estudos de Impacto de

Vizinhança (EIV), criação e monitoramento de processos de construção, estudo de área, orientação acerca das normativas de planta baixa e demais estruturas delimitadas pela PNAS. De acordo com o MDS, o CRAS materializa a presença do Estado no território. Por tal razão a estrutura e condições das unidades também são elementos políticos. Das 18 unidades públicas da PSB, 15 estão em sede própria, 2 estão em sede locada e 1 (CRAS Flamboyant) está sem sede. Acerca dessa estrutura, em 2023 esta coordenadoria buscou a regularização para emissão e atualização da Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB). De fevereiro a agosto foram emitidos 14 CLCBs, garantindo assim, reparos e manutenções necessários para a emissão do certificado. Também foram avaliadas e solicitadas, manutenções e adequações para que os espaços físicos estejam de acordo com o previsto pelas normativas do SUAS através da NOB. E orientadas as chefias sobre a avaliação das condições estruturais através do Censo SUAS, e repactuado os fluxos de solicitações de reformas e manutenções. A mesma lógica foi utilizada no subsídio técnico ao DOAS e DGAOF acerca da construção das novas unidades previstas, bem como para as novas sedes das unidades CRAS Campo Belo e CRAS Flamboyant. Acerca de tais construções, foi necessária a abertura de licitação, sendo que a atual fase é para contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos técnicos nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 11/2023.



É apresentado abaixo a análise das condições estruturais supracitadas: Ainda sobre o objetivo PSB 1 - Ampliar e qualificar a oferta de serviços da proteção social básica do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2022-2025, no que se refere a ação nº03, ampliar a oferta de SCFV, executado por rede parceirizada, esta coordenadoria através da CPAR, Coordenações Distritais, Chefias de Setor e técnicos de referência, compôs a comissão para o de Edital de Chamamento. O processo teve início em maio, mas com a revogação do edital nº 02/2023, que ampliaria a oferta no exercício de 2023, a SMASDH publica o Edital de Chamamento nº 05/2023 – Serviço de Proteção Social Básica, em que será possível a ampliação de grupos de atendimento nos SCFV a partir de 1º de abril de 2024, conforme publicação no DOM de 24 de outubro de 2023.

O estudo para implementação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas aconteceu em nível de gestão central e coordenações de DAS, a partir de dados oriundos dos atendimentos das unidades descentralizadas no período setembro a outubro de 2022, além das normativas oriundas da Resolução CNAS nº 109/2011 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais) e do documento de orientações técnicas “Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas” (Brasil, 2017). Contou-se também com a experiência dos municípios de Belo Horizonte/MG e Franca/SP que já tem o serviço instalado.

A perspectiva é que o serviço seja executado a partir de rede parceirizada nas atuais cinco regiões administrativas de Campinas. Por este motivo, a CGPSB elaborou um termo de referência que, após discussão com a Área de Vigilância Socioassistencial, foi encaminhado para fins de elaboração de estudo de custo do serviço, nos termos do processo SEI nº PMC.2023.00060867-91.

Estas ações atendem a meta estabelecida para o ano de 2023 (Relatório de Gestão – RG 2022) que apontava a necessidade de “ampliar a oferta de atendimento e de cobertura da PSB através da implantação de novas unidades” (p.260) bem como as metas estabelecidas no PMAS 2022-2025, a implantação deste serviço faz parte do objetivo PSB, conforme destacado:

Eixo I – Proteção Social Básica				
Objetivo Nº	Objetivo PMAS	Ação Nº	Ação	Prazo
PSB1	Ampliar e qualificar a oferta de serviços da proteção social básica	1	Implantar 4 unidades de CRAS, priorizando áreas mais vulneráveis do município, com base no estudo socioterritorial	1 CRAS por ano
		2	Contratar servidores, através de concurso público, para composição das equipes volantes de PSB, com vistas a garantir o acesso e atendimento à população de áreas mais distantes, ou isoladas, do município	2022-2025
		3	Ampliar a oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) nos territórios de alta vulnerabilidade, sem cobertura do serviço	2023-2024
		4	Implantar o serviço da PSB no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas, preferencialmente com a disponibilização de cofinanciamento federal	2024-2025
		5	Avançar no reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	2022-2025
PSB2	Melhorar as condições de trabalho e infraestrutura dos serviços da PSB	1	Recompor as equipes dos CRAS e DAS, através de concurso público, de acordo com a NOB-RH/SUAS	2022-2025
		2	Promover formação permanente para os trabalhadores da PSB	2022-2025
		3	Buscar recursos para a construção de sedes para os CRAS e DAS já existentes (em funcionamento em sede locada)	2022-2025
		4	Modernizar os equipamentos eletroeletrônicos e de TI dos serviços	2022-2025
		5	Realizar melhorias e reformas nas sedes dos CRAS e DAS instalados em sede própria	2024-2025

Pensando em estrutura, dentro do Ação-4 PSB-2 do PMAS: Modernizar equipamentos eletrônicos e de TI dos serviços, as unidades PSB receberam os seguintes insumos em 2023:

- 22 computadores;
- 12 notebooks, entregues para os CRAS;
- 11 projetores multimídia (“datashow”);
- 09 tablets;
- 14 chips de linha telefônica (sem aparelho);
- Equipamentos multimídia (webcam, caixa de som para computador e headset);
- Telefones VOIP;
- Materiais de oficinas (papelaria, tecidos, armarinhos, tintas, pincéis etc.).

Anualmente as unidades descentralizadas da PSB realizam o planejamento de suas ações, prevendo materiais e equipamentos para a execução das atividades, conforme realidade local quanto a demanda de intervenções e dimensionamento da equipe técnica. À CGPSB compete compilar as informações advindas das dezoito unidades descentralizadas, fazendo atualizações sempre que necessário, de forma a se estabelecer as prioridades de atendimento, conforme diretrizes estabelecidas pelo DOAS e pelo setor de compras da SMASDH.

Perdurou durante todo o ano o desafio de fornecimento de lanches para as atividades coletivas continuadas (oficinas e grupos), sendo apontado o impedimento do fornecimento pelo fato da licitação ter sido impugnada. Esse desafio permanece desde o ano de 2019, tendo sido afetado diretamente pelo período pandêmico e permanecendo até o momento. As equipes trazem relatos dos usuários que apontam a ausência dos lanches como aspecto negativo das ofertas da PSB de execução direta, o que confirma a literatura da área de que “Assim, [...] a oferta de lanche; e uma escuta livre de estereótipos são ferramentas essenciais para a criação de vínculos entre os usuários e o Serviço.” (Brasil, 2012, p.22).

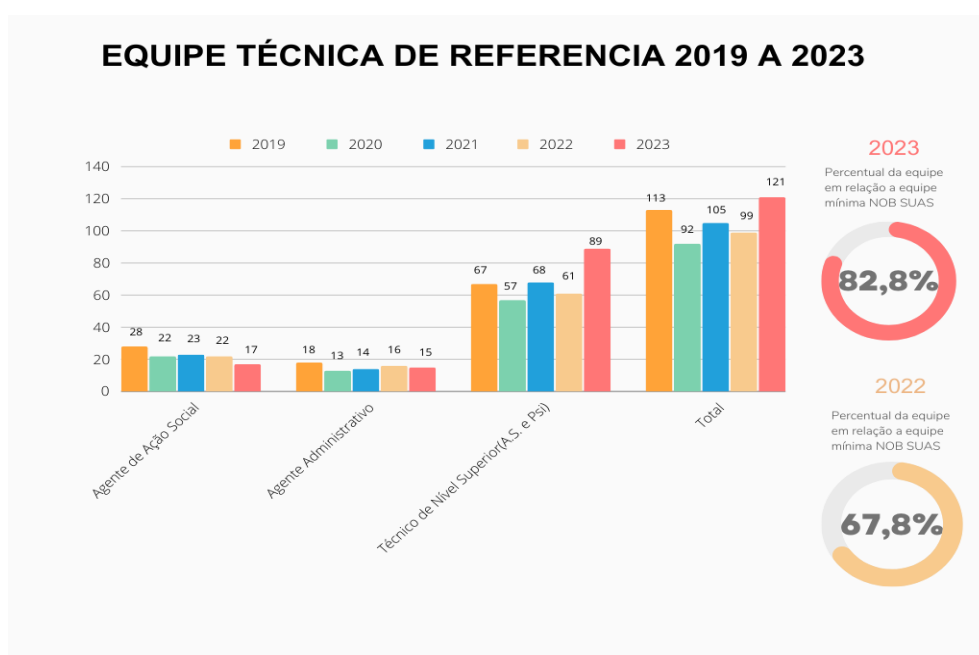
Embora a oferta de lanche não seja essencial à execução das atividades, o momento da refeição mostra-se como importante ferramenta para criação de vínculos entre pessoas usuárias e técnicas dos CRAS, entre elas e outras pessoas usuárias do equipamento, atingindo o objetivo intrínseco a PSB, qual seja, a criação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A cobertura decorrente da oferta dos “kits lanches” para as atividades não-continuadas como palestras, campanhas, ações coletivas temáticas (18 de Maio, dia da mulher, consciência negra etc.) foi um diferencial que, como já discutido anteriormente, potencializa o alcance dos objetivos das ações, por ser um momento em que as pessoas usuárias não sentem um compromisso com a avaliação por parte da equipe técnica das unidades, mas um encontro “entre pessoas”.

No decorrer do ano foram realizados diversos ajustes nos materiais solicitados para as oficinas, equipamentos eletrônicos, solicitações de lanches para atividades coletivas etc., que exigiram interface da CGPSB com as unidades descentralizadas e CSAD (Coordenadoria Setorial Administrativa do Departamento de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira/DGAOF), seja através da representante da coordenadoria no Grupo de Trabalho (GT) Compras, seja nas intervenções diretas com coordenador e chefias da referida coordenadoria.

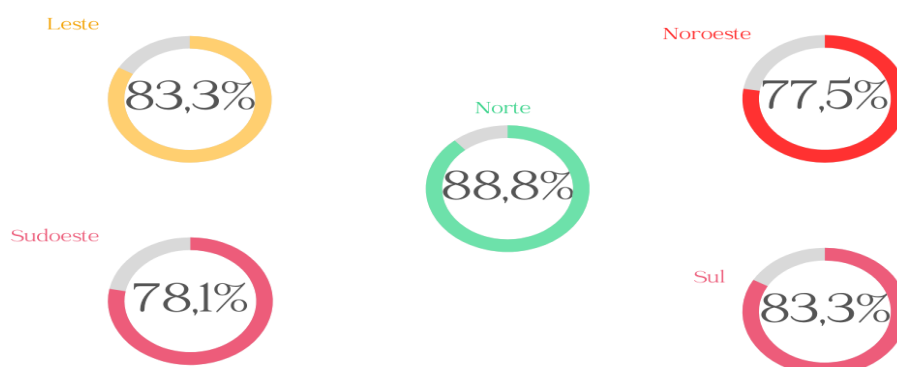
Acerca do objetivo “Recompor as equipes dos CRAS e DAS...”, em 2023, foram repostos 5 cargos públicos, 2 psicólogos e 3 agentes administrativos, por servidores efetivos. No mês de março teve o início do grupo de trabalho para o Edital de Concurso Público para os cargos de Agente de Ação Social e Assistente Social e atrelado a este processo ocorreu a Contratação Emergencial para tais cargos, com o intuito de suprir as vacâncias até a homologação do edital de concurso e chamamento de servidores efetivos. Até o mês de dezembro foram admitidos em regime de contratação emergencial 15 assistentes sociais, mas não foram chamados agentes de ação social, profissionais essenciais na execução das ações de proteção social básica. Apesar de tais contratações, o déficit de servidores somado às aposentadorias e licenças para tratamento de saúde de longo período seguem onerando as unidades e sendo fatores de risco para o adoecimento das equipes ante a crescente demanda. Por tais razões, em 2023 foram oficializadas por pedido SEI as reposições de exonerações e aposentadorias, também foram realizadas reuniões com o Coordenadoria Setorial de Gestão de Pessoas e também com o Departamento de Promoção à Saúde do Servidor, a fim de avaliar as situações e possibilidades de ações frente aos adoecimentos, ocorrências em ambiente de trabalho, entre outros. Neste exercício ocorreram visitas conjuntas para conversar com chefias e equipes, e também visitas para avaliação das condições de trabalho e estrutura.

Sobre este aspecto apresentamos abaixo o gráfico acerca da avaliação quinquenal da equipe de referência da PSB. Destaca-se o aumento do número de trabalhadores nas unidades quando comparado ao exercício de 2022, mas ainda inferior à equipe de referência prevista pela NOB-RH/SUAS às unidades de Proteção Social Básica, conforme se pode observar nos quadros de equipe geral e por região:



EQUIPES POR REGIÃO

Percentual da equipe de referência nas regionais PSB em relação a equipe mínima prevista NOB-RH/SUAS.



Traçado o panorama das ações em prol da estrutura e recursos, coube a esta gestão zelar por espaços de formação contínua, troca e alinhamento das unidades PSB, bem como fomentar ações interproteções e intersetoriais. Neste aspecto, foi ofertada, pela CGPSB, às trabalhadoras e trabalhadores do serviço público a formação “Capacitação dos técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Distritos de Assistência Social (DAS) no que se refere à metodologia de trabalho a ser utilizada na oferta dos serviços de assistência para a faixa etária acima de 60 anos”. Outras formações foram ofertadas pela Coordenadoria de Parcerias da Proteção Social Básica bem como outros órgãos da Prefeitura e serão descritos nos relatórios de gestão dos Distritos e CPAR, anexos a este, bem como constarão informações dos espaços intersetoriais e interproteções e seu respectivo núcleo gestor (NAG). As ações e recursos mencionados versam sobre o mesmo objetivo: materializar a práxis no cotidiano das unidades. Inobstante aos percalços, demonstra-se, nos registros que seguem, avanços nas ações em curso nos territórios, nas ações voltadas à prevenção dos riscos sociais, em diversas frentes de trabalho e sobretudo nas ações coletivas e intersetoriais, respeitada às características de cada território, de maneira uníssona das quais destacamos:

- Conferência da Assistência Social (etapas Municipal, Estadual e Federal)
- Conferência Municipal da Criança e Adolescente
- Conferência da Juventude (etapas regional e Estadual)
- Conferência Municipal de Segurança Alimentar
- Ações de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de Maio)

- Ações de Prevenção ao Racismo (Consciência Negra)
- Ações de Prevenção à violência contra a pessoa idosa (Julho Violeta)
- Ações de Prevenção à violência contra a mulher (Agosto Lilás)
- Núcleo Articulador Gestor (NAG – eixo interproteções)
- Espaços intersetoriais de ações coletivas e discussão de casos

O quadro a seguir retrata, quantitativamente, os atendimentos dos DAS e CRAS no ano de 2023:

REGIÃO	UNIDADE	Famílias atendidas	Atendimentos
Leste	DAS Leste	406	
	CRAS Flamboyant	430	
	CRAS Recanto Anhumas	922	
Noroeste	DAS Noroeste	804	
	CRAS Dandara	633	
	CRAS Florence	1128	
	CRAS Laudelina	822	
	CRAS Satélite Íris	1292	
Norte	DAS Norte	843	
	CRAS Espaço Esperança	774	
	CRAS Integração/Vila Réggio	957	
Sudoeste	Das Sudoeste	776	
	CRAS Vila União/Campos Elíseos	902	
	CRAS Nelson Mandela	558	
	CRAS Novo Tempo	507	
Sul	DAS Sul	980	
	CRAS Bandeiras	1226	
	CRAS Campo Belo	1856	
Total Resultado		15816	

As ações supracitadas são resultados do planejamento estratégico da PSB, um instrumental elaborado e avaliado coletivamente em espaços de troca, que operou como instrumento de organização e gestão das ações da proteção social, além de trazer unidade aos processos de trabalho e definir as prioridades de ação, partir da perspectiva da matricialidade sociofamiliar

e da territorialização, tendo por horizonte o trabalho social com famílias definido nas Orientações Técnicas sobre o PAIF, no contexto da PNAS, como sendo:

“Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência.” (BRASIL, 2012).

Em síntese, o exercício de 2023 apresentou desafios e avanços. Os avanços em recursos humanos, materiais, físicos, foram de suma importância para atenuar o déficit das unidades frente à crescente demanda e escalada da desigualdade social em Campinas. Também destacamos o avanço quanto à regulamentação da Lei Nº 16.334/2022 de Benefícios Eventuais de Campinas, regulamentada pelo decreto o nº 22.705, de 08/03/20235 estabelecendo diretrizes e fluxos para o atendimento de contingências sociais conforme previsto no SUAS.

Síntese das Atividades Realizadas
Desafios
• Insuficiência de RH, mesmo havendo reposições de servidores, as equipes da Proteção Social Básica permaneceram aquém do preconizado pela NOB SUAS; • Não fornecimento de lanches para as atividades coletivas, fator que prejudica a participação de usuários nas atividades ofertadas; • Limitações de transporte, que diminui o alcance de atendimento e das ações no território; • Deficit de estrutura física e manutenção predial, • Formação continuada e supervisão, dificuldade na manutenção de tais prestações, sobretudo no âmbito de supervisão; • Insuficiência de vagas ou de ofertas de SCFV em territórios de alta vulnerabilidade; • Aquisição de Recursos por criação e tramitação de processos de aquisições, compras,

emendas parlamentares, que em ocasiões dispenderam estudos, empenho e tempo sem garantias de êxito e recebimento; • Demandas advindas da ausência ou retraimento de outros serviços e políticas, apesar de ser um desafio constante
Resultados alcançados
• Consolidação das unidades da Proteção Social Básica enquanto referência para as famílias, território e rede socioassistencial; • Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; • Fortalecimento da Rede das diferentes políticas públicas existentes no território; • Continuidade no processo de fortalecimento dos espaços intersetoriais; • Mobilização e participação das equipes, da rede socioassistencial e dos usuários para as Conferências da Assistência Social e outras supracitadas; • Melhor compreensão acerca do conceito de gestão territorial pelas equipes; • Aperfeiçoamento do trabalho social com famílias, quanto a metodologias de trabalho com idosos através de processo formativo; • Realização de atividades e ações coletivas em diversas frentes e temáticas, proporcionando um maior alcance das ações preventivas da PSB.
Ações em Destaque
• Formação para as equipes públicas e da rede de SCFV; • Ações coletivas (vide tabelas nos relatórios regionais);
Metas para 2024
Metas gerais • Estruturar as equipes de trabalho, através de concurso público, conforme a NOB-RH/SUAS. • Viabilizar a formação continuada dos trabalhadores da Proteção Social Básica. • Entregar placas de identificação das unidades. • Qualificar os equipamentos nos CRAS através de emenda impositiva municipal. • Acompanhar as emendas impositivas municipais de 2023 reprogramadas para 2024. • Fortalecer as unidades para a gestão territorial na perspectiva das relações intersetoriais, interproteções e da rede socioassistencial; • Fortalecimento do NAG na perspectiva do SUAS. • Metas singulares • Sul - CRAS Campo Belo: melhoria da estrutura física da unidade. • Leste - CRAS Flamboyant: busca de imóvel para locação enquanto não é instalada a sede do equipamento. • Noroeste - CRAS Florence: instalação de ar-condicionado através de emenda impositiva municipal. • Sudoeste - CRAS Novo Tempo: reestruturação da horta comunitária através de emenda impositiva municipal.

A seguir apresentamos a íntegra dos Relatórios de Gestão de cada Coordenadoria Departamental Regional – DAS e de Parcerias, em que é possível identificar as singularidades, complexidades e potencialidades de cada macrorregião, além de se perceber os diversos estilos de gestão e organização por parte dos gestores regionais. Esta seção é parte intrínseca e inseparável do Relatório de Gestão apresentado pela CGPSB, pois traz relato e análise de relevância para compreensão do atual cenário desta proteção em Campinas.

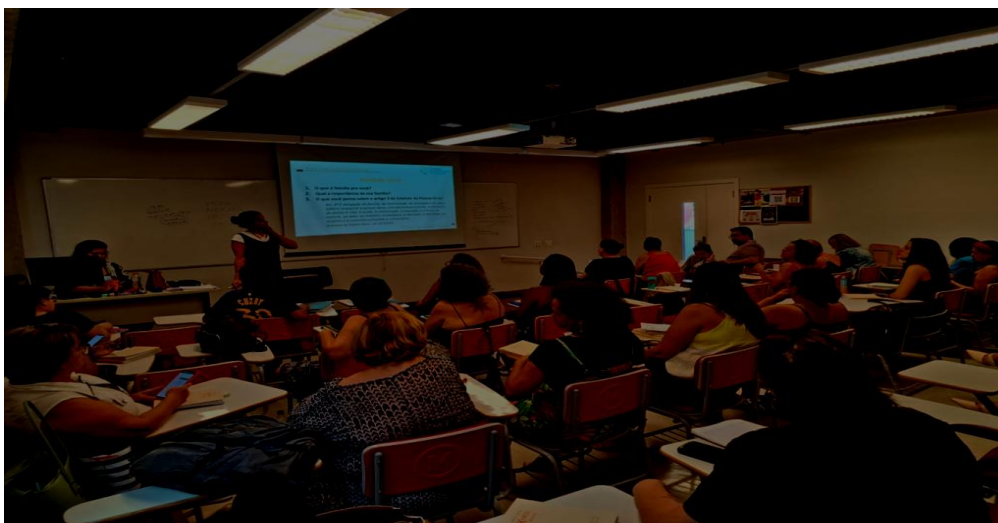
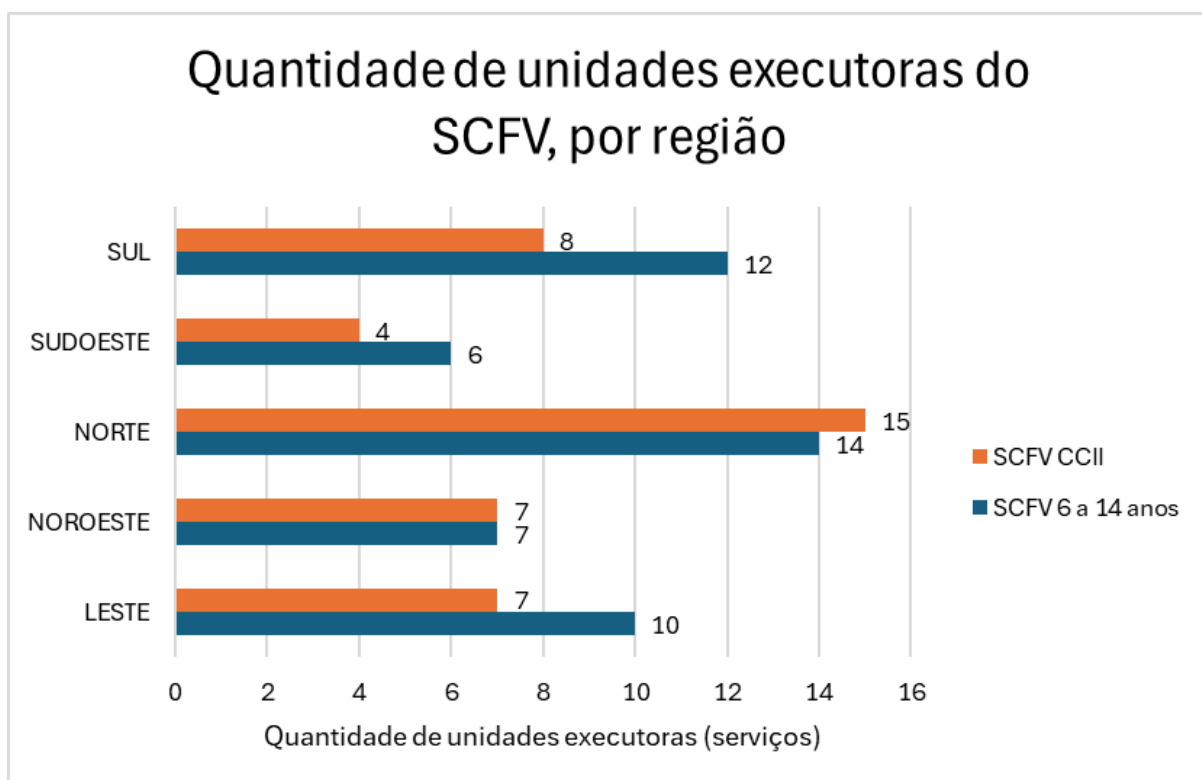
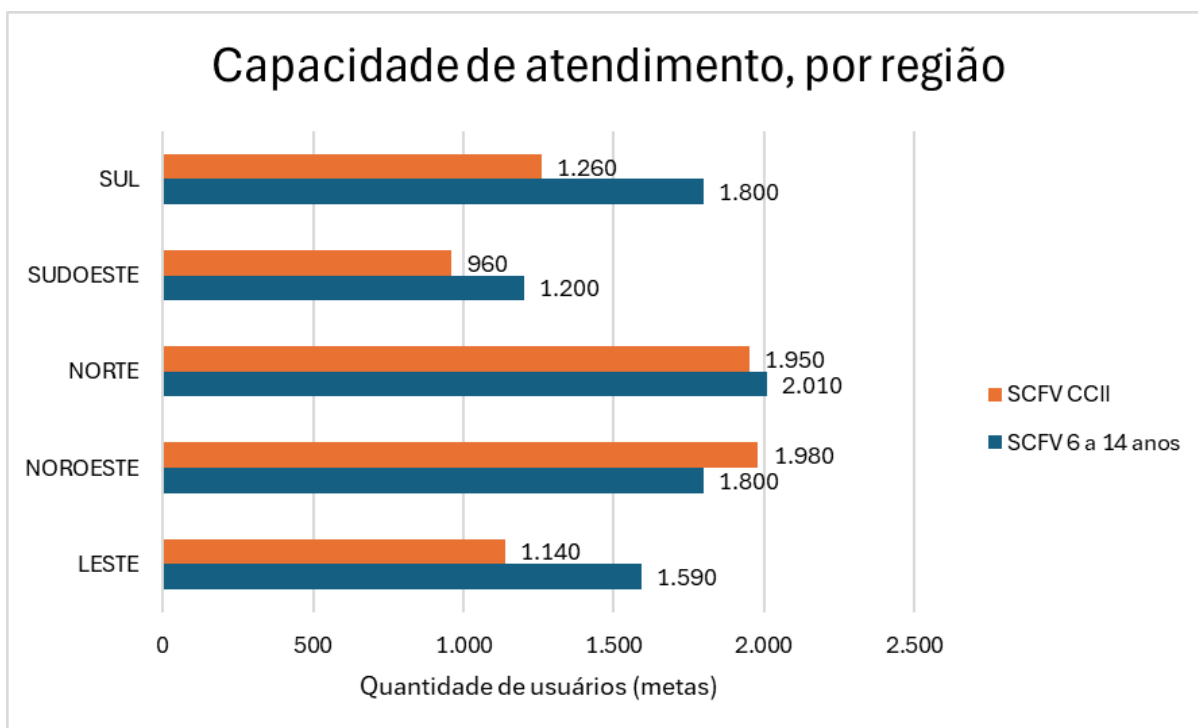


Figura 1: Formação sobre envelhecimento para os trabalhadores da CGPSB

COORDENADORIA DE PARCERIAS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-CPAR

A Coordenadoria de Parcerias da Proteção Social Básica, criada em 2021, é responsável por realizar a gestão das ações e processos de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em consonância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Resolução CNAS Nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. Em Campinas, a execução do SCFV se dá através de parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSC), sendo ofertado em duas modalidades: a) para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos e b) centro de convivência inclusivo e intergeracional. Em 2023, as 47 organizações sociais parceiras executaram 90 serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, com capacidade de atendimento de 15.690 usuários.



O planejamento estratégico da Coordenadoria de Parcerias foi traçado a partir da avaliação das necessidades e desafios para o avanço do processo de reordenamento dos SCFV, com foco na definição da equipe de referência para execução do SCFV 6 a 14 anos e SCFV CCII; no fortalecimento da atuação integrada entre os serviços e entre as Proteções Básica e Especial;

efetivação do fluxo de encaminhamento para o SCFV; no alinhamento da concepção acerca dos registros de atendimento no SIGM; promoção de formações e capacitações para as equipes.

No primeiro semestre, retomamos o “Guia de Orientação para Preenchimento do SIGM e CIPS” com o objetivo de alinhar conceitos e compreensões acerca dos **registros de atendimento**. Nossa perspectiva era aprofundar o diálogo sobre indicadores para inclusão no SCFV, processo de desvinculação do usuário do serviço, extração e leitura de relatórios, dentre outros.

Iniciamos uma reflexão sobre os procedimentos para inclusão no SCFV, utilizando como base a cartilha “*Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*” (MDS, 2017), compartilhando experiências de cada instituição e realizando uma pesquisa. Entretanto, devido a outras pautas emergentes, essa discussão foi temporariamente suspensa, sendo planejada para ser retomada em 2024, juntamente com o treinamento sobre relatórios e a atualização do Guia. Essas ações visam refletir sobre o trabalho social desenvolvido, bem como garantir uma utilização eficaz e consistente do SIGM.

Uma questão importante discutida em conjunto com a Comissão de Prevenção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do CMDCA, é o impacto nos SCFV decorrentes da expansão do **Programa de Ensino Integral (PEI)**. Foi iniciado um processo de aproximação e diálogo com as Diretorias de Ensino Estaduais, e construída a proposta de realização de um encontro com os diretores das escolas estaduais para aproximação e apresentação da Política de Assistência Social, com enfoque no SCFV, e dos espaços de articulação existentes nos territórios. No entanto, essa iniciativa ainda não se concretizou.

Tem sido desafiador promover ações integradas neste âmbito e exigido esforços internos de sensibilização de outra política pública, de outra esfera de governo, sem sucesso até o momento.

Apesar de não haver previsão de novas escolas aderirem ao PEI, ainda precisamos estabelecer uma forma de comunicação entre Diretoria de Ensino Estadual e Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH) para acompanhar o processo de adesão das escolas ao ensino integral, mapear os territórios, minimizar o impacto e reorganizar a oferta do SCFV de maneira adequada.

O processo de reordenamento busca qualificar as ações já executadas pelas Organizações da Sociedade civil parceiras, com o objetivo de assegurar a oferta dos serviços nos padrões de

qualidade exigidos pelas normas nacionais e municipais que regulamentam a política de assistência social. O reordenamento do SCFV constitui um processo que possibilitará a Isso resultou em uma proposta preliminar de etapas (procedimentos) e **formulário de encaminhamento para o SCFV**, a ser utilizado no período de dezembro a abril. Para 2024, está prevista a avaliação da efetividade do fluxo proposto, sua revisão e atualização, qualificação destes serviços, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e potencializando o trabalho social com famílias no SUAS, cujos avanços demandam comprometimento e investimento.

Em 2023, houve aporte de recursos financeiros na Proteção Social Básica, da ordem de 15 milhões de reais, sendo R\$ 12 milhões provenientes do Fundo Municipal da Assistência Social (FMAS) e R\$ 3 milhões do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMDCA). Esses recursos desempenharam um papel crucial no processo de reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pois possibilitaram a publicação de novo **Edital de Chamamento Público**, com ampliação do valor do repasse para cada grupo (com capacidade de atendimento de até 30 (trinta) usuários) e atualização do Termo de Referência, no tocante a definição da carga horária da equipe de referência, reorganização dos grupos por território de DAS e CRAS, e ampliação do número de grupos em territórios de alta vulnerabilidade social.

No dia 11 de maio de 2023 foi publicado o Edital de Chamamento nº 02/2023 – Serviço de Proteção Social Básica, para celebração de parcerias para a execução dos SCFV. No entanto, após a leitura pública do Edital, a SMASDH identificou a necessidade de alterações no Termo de Referência - Anexo I e o revogou no dia 19/05/2023. Foi assegurada a continuidade dos serviços, com a prorrogação dos Termos de Colaboração vigentes por seis meses.

No dia 23 de outubro, foi publicado o **Edital de Chamamento nº 05/2023 - Serviço de Proteção Básica foi publicado**, com revisão do Termo de Referência, do período de vigência e divisão territorial dos grupos. Dentre as 107 propostas apresentadas, 71 foram classificadas e 38 desclassificadas, sendo 28 por descumprimento de pré-requisito e 8 por nota.

Estes números evidenciam o persistente desafio enfrentado pela gestão pública em promover reflexões junto às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sobre suas práticas e intervenções, as quais devem estar alinhadas às normativas que orientam a execução do SCFV dentro da Proteção Básica do SUAS. Além disso, ressaltam a importância de um monitoramento técnico mais próximo para identificar eventuais desafios e oportunidades de melhoria, promovendo assim um aprimoramento contínuo dos serviços oferecidos no âmbito do SCFV.

Somado a isso, o conhecimento e a compreensão da **Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC⁵)**, é fundamental para as instituições da sociedade civil que buscam estabelecer parceria com a administração pública.

Considera-se que a publicação deste Edital representa um avanço importante ao consolidar as reflexões realizadas nos últimos anos sobre o reordenamento dos SCFV. Avalia-se também que a definição da carga horária da equipe de referência refletirá diretamente na qualidade e efetividade do trabalho social desenvolvido pelos SCFV.

Ainda que o desenho apresentado não tenha atingido o ideal, permanece como um desafio a ampliação da carga horária da equipe de referência, com investimento gradativo em educadores sociais e contratação pontual de oficinairos, priorizando uma composição equilibrada, bem como a ampliação da oferta / cobertura do SCFV em territórios de alta vulnerabilidade.

Em 2024, será constituído um Grupo de Trabalho para refletir e estabelecer os parâmetros de organização das atividades do SCFV CCIL. Isto é, refletir sobre as práticas atuais, propor melhorias e elaborar um plano coletivo para o alcance de resultados mais significativos no atendimento ao público do SCFV CCIL.

Além disso, pretende-se retomar o grupo de trabalho interno dedicado à análise da concepção e viabilidade de implantação do SCFV na modalidade de 0 a 6 anos. Esse GT foi suspenso, devido à necessidade de os participantes envolvidos concentrarem seus esforços no processo de Edital de Chamamento dos SCFV em execução.

No âmbito da **gestão territorial e fortalecimento da atuação integrada** entre os serviços e entre as Proteções Sociais Básica e Especial, deu-se continuidade ao Grupo de Trabalho interno com os gestores dos DAS, CRAS e CREAS, sendo construída uma proposta de planejamento para 2023 e 2024, visando aprimorar o **fluxo de encaminhamento para o SCFV e avançar na inclusão do público prioritário**.

Por meio de um processo de construção coletiva envolvendo as equipes dos DAS, CRAS, SCFV, CREAS e Serviços Referenciados, o tema “fluxo” foi trabalhado durante o 2º semestre nos GT SCFV Regionais e reuniões de gestão da média complexidade. O objetivo principal

⁵ A legislação trata do estabelecimento do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. O MROSC teve sua vigência iniciada no mês de janeiro de 2016, por intermédio da Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2015.

foi estabelecer um protocolo claro e objetivo para o encaminhamento de usuários pelos Serviços da PSB e PSE para o SCFV, garantindo que as informações relevantes sejam repassadas e que o atendimento seja contínuo e efetivo.

além da ampliação e pactuação do fluxo com a Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

No que se refere ao público prioritário, foi proposta a realização de rodas de conversa nos cinco territórios, com o intuito de revisar os conceitos das 11 situações prioritárias (**Glossário das Situações Prioritárias**⁶), mediadas por um profissional da área. Contudo, diante das demandas associadas ao Edital e foco na construção do fluxo de encaminhamento, o planejamento inicial precisou ser revisto e reestruturado para o ano de 2024.

Assim, o GT interno continuará se encontrando com o objetivo de trocar experiências acerca dos processos desencadeados nos territórios, monitorar e alinhar as diretrizes.

Neste sentido, a partir de uma metodologia de construção coletiva, a Coordenadoria de Parcerias, buscou fortalecer a interação entre os territórios de forma que as gestões centrais, regionais e locais sejam articuladas entre si, na perspectiva de uma gestão democrática, participativa e descentralizada. Além disso, houve estreito diálogo com a CSAC no sentido de aproximar o monitoramento da execução dos serviços, com destaque para a participação de técnicas de monitoramento nas reuniões regionais, a elaboração conjunta do Termo de Referência do Edital de Chamamento e composição das Comissões de Seleção.

Nos últimos anos, fortaleceu-se a gestão territorial no âmbito regional. Para 2024, a expectativa é descentralizar ainda mais as reuniões, estabelecendo espaços de gestão territorial nos microterritórios entre os CRAS e as respectivas OSCs. A gestão no microterritório é fundamental para um trabalho integrado entre CRAS e SCFV. Isso permite que as necessidades dos territórios sejam trabalhadas em suas especificidades e complexidades.

⁶Elaborado a partir da colaboração de muitas pessoas, dentre profissionais e gestores de serviços da Proteção Social Básica (PSB), da Proteção Social Especial (PSE) e da área de Vigilância Socioassistencial, do município de Campinas, que se dispuseram aos encontros e às discussões sobre as onze situações prioritárias para atendimento nos SCFV, conforme preconizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O processo foi conduzido pelo DOAS através do Grupo de Trabalho Ampliado para o reordenamento da rede de SCFV (GT SCFV Ampliado), cujo objetivo é construir coletivamente metas, estratégias e ações visando o reordenamento dos SCFV. As contribuições ocorreram durante o ano de 2016 e o glossário foi divulgado por meio digital no site da Secretaria em 2018.

É relevante ressaltar que o município desempenha um papel central na coordenação e na definição de normas para o acompanhamento da rede socioassistencial não governamental, garantindo a transparência na relação com as entidades e sua efetiva integração ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Considerando as especificidades de uma metrópole como Campinas e a distribuição territorial dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, surge o desafio de pensar em alternativas de gestão para os serviços que estão sob a cobertura dos Distritos de Assistência Social (DAS) e fortalecer a gestão dos serviços sob a cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Nesse contexto, a gestão municipal está empenhada em recompor as equipes dos serviços da proteção básica, bem como designar um **técnico de referência** para cada DAS e CRAS. Durante o segundo semestre, foi realizado um processo seletivo emergencial, resultando na formação de uma equipe composta por cinco profissionais, um em cada região, ao final de 2023. Essas profissionais atuarão em estreita colaboração com a coordenação do DAS e chefia de setor do CRAS, em conjunto com a Coordenadoria de Parcerias da Proteção Social Básica. O objetivo é fortalecer a gestão territorial e o reordenamento dos SCFV e, futuramente, implementar os serviços de proteção social básica no domicílio, em âmbito regional.

Neste momento, o foco está na construção das atribuições específicas e na aproximação com os gestores e SCFV dos territórios. Essa abordagem visa garantir uma integração eficaz e uma atuação alinhada com as necessidades e realidades de cada região.

Além disso, é importante ressaltar que, durante esse processo, a Coordenadoria de Parcerias foi estruturada com a chegada de uma profissional para apoiar tecnicamente a coordenação. Essa medida foi tomada visando fortalecer a estrutura organizacional e operacional da Coordenadoria, contribuindo para a otimização dos processos de gestão, garantindo uma maior eficiência na execução das atividades e no alcance dos objetivos estabelecidos.

A formação e o desenvolvimento dos profissionais são fundamentais para qualificar os serviços oferecidos, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, prevenindo situações de vulnerabilidade social e promovendo o desenvolvimento de potencialidades dos usuários. Nesse sentido, ao longo do ano, foram oferecidas formações para os profissionais do SCFV, a saber:

✓ **Reordenamento do SCFV de Campinas (Programa InovaSUAS - PAULUS):** realizada nos dias 18 e 19 de julho de 2023, em parceria com a PAULUS Social, pela primeira vez foi

ofertada uma capacitação direcionada aos coordenadores dos SCFV, gestores dos Distritos de Assistência Social (DAS) e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e equipe da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC). **Participaram 80 profissionais**, sendo: 02 gestores centrais da SMASDH - CSPSB e CPAR; 05 gestores do DAS; 10 gestores de CRAS; 06 profissionais da CSAC e 57 coordenadores dos SCFV. O percurso formativo proporcionou reflexões sobre o processo de reordenamento e a importância do trabalho em equipe nos seus limites e possibilidades. A avaliação dos participantes destacou positivamente a linguagem e metodologia utilizadas na formação, destacando o conteúdo abordado e sua relevância. Além de fortalecer o conhecimento técnico dos profissionais envolvidos, a capacitação também promoveu uma maior conscientização sobre temas importantes do cotidiano.

•**Organização e Prática Cotidiana (Programa Direito e Cidadania - PAULUS):** nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2023, ocorreu a formação "**Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Organização e Prática Cotidiana**", em parceria com a PAULUS Social, como parte do Programa Direito e Cidadania. Destinada a técnicos de nível superior e educadores sociais dos SCFV, a formação contou com a participação de **54 técnicos** no primeiro dia e **51 educadores sociais** nos dois dias seguintes. A formação, conduzida por Samara Xavier, abordou as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Tipificação do SCFV, promovendo reflexões sobre práticas e intervenções éticas alinhadas com as normativas do SCFV. A dinâmica envolveu participação ativa e utilização de um kit de livros inéditos. Ao término, foram distribuídos 5.000 kits de livros entre os serviços participantes, disponibilizados gratuitamente pela PAULUS, visando a multiplicação do conhecimento. Foi avaliada positivamente pelos participantes, com destaque para metodologia empregada, por sua capacidade de se relacionar de forma direta com as atividades cotidianas dos SCFV, proporcionando uma experiência enriquecedora e prática.

1. Trilhando Saberes: Reflexões sobre nossa Identidade e Atuação: para aprimorar o conhecimento teórico e prático dos educadores sociais dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e fortalecer suas habilidades e competências, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SMASDH) contratou a formação "Trilhando Saberes: Reflexões sobre nossa Identidade e Atuação", promovida pela empresa Teoria na Prática. Com o objetivo de abranger um maior número de profissionais, foram organizadas 6 turmas, totalizando 20 encontros, sendo 5 por turma. Em 2023, foram realizadas 4 turmas, alcançando um total de **89 educadores sociais dos SCFV e**

6 agentes de ação social dos CRAS. Está prevista a realização de mais 2 turmas desta formação em 2024. O percurso formativo tem recebido avaliações positivas por parte dos participantes, destacando-se a ênfase na práxis, o diálogo e reflexão sobre as ações desenvolvidas, Isso tem contribuído para qualificar o processo de planejamento e desenvolvimento dos percursos, conforme preconizado nas normativas técnicas.

2. **Projeto “A Arte de Recomeçar” (Instituto Criança é Vida):** promovido pelo Instituto Criança é Vida, ocorreu de julho a novembro de 2023, direcionado aos educadores sociais que trabalham com crianças de 10 a 12 anos. Esse projeto compreendeu encontros mensais e abordou quatro temas relevantes para essa faixa etária, utilizando ludicidade e acolhimento para facilitar o entendimento: (1) Entendendo Emoções, (2) Lidando com Perdas, (3) Resolvendo Conflitos, (4) Planejando o Futuro (Projeto de Vida). Os conteúdos aprendidos foram replicados com os usuários atendidos nas unidades. Contudo, dentre os 86 inscritos, apenas **49 concluíram o curso**. Avalia-se que essa evasão se deu principalmente por desligamentos de profissionais das instituições e dificuldades organizacionais das instituições para liberação e participação. Ademais, os participantes elogiaram a formação, pois ela ofereceu ferramentas práticas para sua atuação com os atendidos.

Ainda nesta perspectiva, é digno de destaque a realização do primeiro **Encontro De Compartilhamento De Boas Práticas** entre os educadores dos SCFV, cujo objetivo foi promover a troca de experiência entre os profissionais dos SCFV, através de espaços de vivências de atividades desenvolvidas nos Serviços, bem como promover um espaço formativo entre os educadores (com eles e para eles).

É importante ressaltar que todo o processo foi organizado pelos educadores, desde a elaboração da programação das atividades até a definição da metodologia e ambientação do espaço, bem como a confecção da arte de divulgação, entre outras responsabilidades. A Coordenadoria de Parcerias (CPAR), juntamente com representantes da Comissão de Prevenção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do CMDCA, desempenhou um papel fundamental na condução do processo, fornecendo suporte e apoio aos educadores ao longo de todo o processo. A alimentação (lanches) e materiais para as atividades foram fornecidos pelos SCFV e o CMDCA forneceu o almoço.

A programação foi elaborada de forma a permitir que os participantes pudessem aproveitar diversas oficinas e adquirir novos conhecimentos. Durante o evento, foram oferecidas seis oficinas simultâneas divididas em quatro períodos, dois pela manhã e dois à tarde. Cada oficina teve a duração de uma hora, com um intervalo de 20 minutos entre elas, o que

permitiu uma dinâmica mais eficiente de participação e interação entre os educadores. Dessa forma, os educadores tiveram a oportunidade de participar de até quatro atividades ao longo do dia.

Cada educador teve autonomia para organizar o tempo de sua oficina, seguindo uma estrutura que contemplava:

- a) Vivência ou apresentação da experiência, proporcionando aos participantes a oportunidade de experimentar ou visualizar a aplicação prática do tema abordado;
- b) Compartilhamento da metodologia ou técnica utilizada durante a atividade;
- c) Roda de conversa sobre a metodologia ou a aplicação da atividade em seus contextos específicos.

Todo o evento foi organizado pelos próprios educadores, apesar da dificuldade em conciliar os horários das reuniões com as atividades profissionais em suas instituições. Para favorecer a participação de todos os educadores, pela primeira vez, a gestão pública autorizou a suspensão das atividades nos SCFV. No total, participaram 300 educadores dos SCFV e agentes de ação social dos CRAS.

Os participantes avaliaram essa ação como inovadora e exitosa, considerando o dia como produtivo e repleto de aprendizado e troca de experiências. A oportunidade de conhecer outras metodologias de trabalho foi destacada como um dos pontos mais positivos. Os educadores expressaram sentir-se valorizados e ressaltaram a importância de realizar mais encontros como esse no futuro.

Para 2024, a proposta é realizar a segunda edição do evento e, se possível, ampliar a participação para incluir também educadores da proteção social especial.

Podemos observar que o ano de 2023, foi marcado por espaços formativos direcionados aos educadores sociais, reconhecendo a importância desses profissionais que atuam diretamente com as pessoas atendidas nos SCFV e, muitas vezes, não possuem formação específica que contemple a atuação no SUAS e especificamente nos SCFV.

Avalia-se que a promoção de espaços formativos que contemplem os profissionais responsáveis pela oferta do SCFV é de fundamental importância para a qualificação da oferta do serviço. Para 2024, a expectativa é manter as parcerias, dando sequência às demandas emergentes tal como, o debate acerca das estratégias metodológicas, considerando eixos norteadores e organização em percursos. Além disso, pretende-se ampliar os espaços formativos, alcançando também os dirigentes das OSCs, visando aprimorar ainda mais a oferta do serviço.

Desafios encontrados durante a execução

- Ausência de coordenadores de algumas OSCs nos GT SCFV Regionais, onde são trabalhados os aspectos do Reordenamento;
- Rotatividade no quadro de RH das OSCs, impactando a progressão das discussões e reflexões acerca do reordenamento do SCFV;
- Impossibilidade de analisar os dados do levantamento dos procedimentos para inclusão no SCFV;
- Inviabilidade de realizar as rodas de conversas sobre o público prioritário;
- Quantidade significativa de OSCs desclassificadas no processo de análise e seleção das propostas apresentadas mediante o chamamento público;
- Não apresentação de propostas no processo de chamamento público para os territórios com situações de vulnerabilidade social sem cobertura (oferta) de SCFV;
- Efetivar a aproximação com as Diretorias de Ensino Estadual para acompanhar o processo de adesão das escolas ao ensino integral, mapear os territórios, minimizar o impacto e reorganizar a oferta do SCFV;
- Ampliação da carga horária da equipe de referência, com investimento gradativo em educadores sociais e contratação pontual de oficineiros

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Estruturação da Coordenadoria com um profissional para apoiar tecnicamente a coordenação;
- Designação de uma profissional para ser técnica de referência para os SCFV em cada região;
- Articulação com as coordenações de DAS, chefias de CRAS e CREAS;
- Interface com os CMAS e CMDCA no processo de reordenamento dos SCFV;
- Interface com a CSAC de modo a aproximar o diálogo entre a gestão territorial e o monitoramento da execução dos SCFV;
- Investimento de 15 milhões de reais no reordenamento e publicação do Edital de Chamamento;
- Definição da carga horária da equipe de referência do SCFV;
- Organização do fluxo de encaminhamento para os SCFV, com desenvolvimento de um formulário específico;

- Participação na 15ª Conferência Municipal de Assistência Social em 06 e 07/julho;
- Participação na organização do I Simpósio dos Direitos da Criança e do Adolescente em 29 e 30/novembro;
- Realização do primeiro encontro de boas práticas entre os educadores dos SCFV;
- Contratação de formação para os educadores dos SCFV pela SMASDH;
- Oferta de formações, através de parcerias, aos profissionais dos SCFV, contemplando educadores, técnicos e coordenadores;
- Participação significativa de profissionais nas formações oferecidas;

Metas para 2024

- Avançar na discussão acerca dos procedimentos para inclusão no SCFV;
- Realizar encontros formativos com os coordenadores dos SCFV com foco na extração de relatórios através do SIGM, de forma que a análise dos dados de atendimento permita um melhor planejamento e oferta do serviço público;
- Fortalecer a atuação integrada entre os SCFV e os serviços das Proteções Básica e Especial, considerando o fluxo de encaminhamento e contrarreferenciamento entre SCFV, DAS, CRAS e serviços da proteção social especial;
- Fortalecer a gestão territorial nos microterritórios de CRAS;
- Monitorar o fluxo construído e aperfeiçoá-lo a partir das necessidades identificadas;
- Aprofundar a reflexão sobre o público prioritário;
- Promover capacitação para as equipes de profissionais dos SCFV;
- Formar um Grupo de Trabalho para refletir e definir os parâmetros de organização das atividades do SCFV CCII de modo a avançar no processo de reordenamento.



Figura 2: Oficina desenvolvida no encontro de Boas Práticas

Região Leste

Das Leste

O Distrito de Assistência Social da Região Leste desenvolve a gestão descentralizada da Proteção Básica. No tocante à área geográfica, se apresenta na comparação com os demais Distritos, a maior em extensão territorial com aproximadamente 340.327Km², sendo considerada a terceira mais populosa do município, com cerca de 248.939 habitantes (IBGE 2015/RIS 2016).

A Região Leste conta com cerca de 220 bairros, e o Distrito de Assistência Social Leste – DAS LESTE organiza a estrutura de trabalho da Proteção Social Básica, de forma descentralizada, como é previsto em seu papel de execução, através de microrregiões com territórios de cobertura pelas unidades públicas dos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, sempre situados em territórios de maior vulnerabilidade e risco social e cabendo ao DAS aqueles territórios sem cobertura direta de unidade do CRAS. Desta forma o DAS LESTE atua nas microrregiões: 1 - CENTRO, entendendo Nova Campinas, Cambuí, Centro, Vila Nova, Parte do Botafogo; 2 - TAQUARAL / COSTA E SILVA, sendo Taquaral, Jardim Primavera, Costa e Silva, Jardim Santa Genebra; 3 – AR-14: Jardim Myriam, Carlos Gomes, Recanto dos Dourados, Gargantilha, Monte Belo e Bananal e 4 - Sousas /Joaquim

Egídio. Na microrregião já com a cobertura dos CRAS, vinculados ao DAS Leste temos a seguinte configuração geográfica: o território de atuação do CRAS FLAMBOYANT compreende Chácara da Barra, Brandina, Flamboyant, Loteamento Lafayette Álvaro, Jardim Lília, Conceição, Guaraçaí até 31 de Março e o CRAS ANHUMAS atua na proteção socioassistencial dos territórios da Vila Nogueira, São Quirino, Gênesis, Parque Anhumas, Nilópolis e Jardim Sant'Ana.

Registramos que a região Leste é um território que apresenta desafios complexos na nova conjuntura política, socioeconômica e cultural, por ser compreendido equivocadamente como um território constituído de bairros que apresentam, predominantemente, condições socioeconômicas de alto padrão, porém é evidente no cotidiano da atuação dos serviços socioassistenciais o contraste que se apresenta com índices ainda a serem superados de vulnerabilidades e com forte presença de riscos sociais, por violência à pessoa idosa e mulheres, presença da população de rua, forte êxodo urbano, propiciando isolamento social, e ainda o seu perfil histórico e cultural, hoje, configura um deficit da presença dos serviços públicos, que redesenhe seu potencial de qualidade de vida e contribua na superação dos desafios apresentados.

Aproveitamos para sinalizar que a grande área geográfica da região leste concentra áreas urbanas de importância econômica no município e áreas rurais, refletindo peculiaridades e complexidade multidimensional e históricas, para assegurar a proteção socioassistencial.

Após ter sido priorizada como estratégia metodológica a leitura crítica das demandas atendidas, bem como a organização e o funcionamento do Distrito de Assistência Social Leste, registramos, neste Relatório de Gestão as impressões da realidade da região LESTE a partir do fazer cotidiano dos profissionais e ainda, dividindo por MICRORREGIÕES.

Planejamento estratégico

Em 2023, foi priorizado o aprimoramento da metodologia de Trabalho Social com famílias na perspectiva do acolhimento e atendimento das demandas de denúncias, entendendo que a unidade do Distrito de Assistência Social Leste tem como objetivo acolher e acompanhar de forma breve, as famílias, pessoas e comunidade e promover proteção socioassistencial e social.

Após a análise do processo de trabalho existente até julho de 2023, realizada com a equipe do Distrito de Assistência Social Leste, incluindo profissionais técnicos, de apoio e colaborador administrativo, pudemos identificar a necessidade de reorganizar os diferentes processos de

trabalho internos de cunho administrativo e técnico administrativo, possibilitando a revisão dos fluxos, distribuição de processos, com o objetivo de superar os atrasos e promover maior celeridade nas respostas dos protocolos SEI e 156, criação de instrumentais para maior visualização dos registros administrativos, do percurso das demandas de entrada e saída, para monitorar os protocolos pela coordenação, pela equipe de profissionais e administrativo.

Além da questão funcional e organizacional, a principal mudança ocorrida foi a definição de aprimoramento da metodologia do trabalho social, seja no como acolher no atendimento individual as demandas espontâneas, compreendê-las de forma microterritorial, ampliando a visão e a análise situacional a ser superada e se apropriar das especificidades dos desafios e da desproteção vivida, sendo subdividido em microterritórios, a partir de um novo olhar crítico da realidade em Territórios do CENTRO, TAQUARAL / COSTA E SILVA, SOUSAS / JOAQUIM EGÍDIO e AR-14 – sendo este último do Jardim Myrian, Recanto dos Dourados, Gargantilha, Carlos Gomes até Bananal. Destacamos esta microrregião diante à dimensão geográfica, com falta de acessibilidade do atendido aos serviços do DAS, isolamento social das famílias, ausência de serviços socioassistenciais de caráter preventivo, presença de criança e adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social.

Para melhor caracterização dos percursos do processo de reorganização, registramos as diferentes etapas:

- 1- Oferta do acolhimento das famílias, na unidade de DAS com pré agendamento;
- 2- Fluxo de Entrada e Saída com perspectiva de dinamizar o atendimento das demandas reprimidas de denúncias SEI e 156 e referenciamento da rede de proteção social e socioassistencial para o DAS;
- 3-Divisão do trabalho interno: atendimento / trabalho técnico / discussão de casos interna e externa / relatórios / registros e memórias e futura descentralização do atendimento para área de maior ausência de acesso ao serviço e de alta vulnerabilidade social;
- 4- Identificação das variáveis junto ao DVIS para Mapeamento do território, identificação das famílias dos Programas de Transferência de Renda e ampliação da cobertura com foco na AR-14;
- 5- Recolocação do quadro de servidores efetivos, sendo hoje 04 Assistentes Sociais, sendo 01 técnica de referência no processo de reordenamento do SCFV (6-14 e CCII);
- 6- Instrumentalização e fortalecimento da equipe de apoio e portaria sobre o SUAS e a Proteção Social Básica, com foco no conceito de DAS e CRAS, para maior qualificação da

recepção e atendimento telefônico, se tratando da primeira acolhida aos atendidos, e consequentemente incluindo-os no processo de trabalho do Distrito.

Registramos que o maior impacto de inovação em 2023 foi a recomposição da equipe de profissionais, a construção de um planejamento coletivo e participativo que resultou nas mudanças anteriormente mencionadas e para efetivação da proposta, a decisão técnica de realizar o planejamento para 2024 com uma metodologia de trabalho social com famílias, de cunho coletivo, preventivo, informativo, de vivências e de aprofundamento da leitura socioterritorial, na microrregião AR – 14, oportunizando o acesso à prestação dos serviços socioassistenciais, atendimento descentralizado do DAS e construção de parcerias com outras políticas públicas para o aumento da oferta de cultura, educação, formação profissional e direitos humanos para juventude.

Finalizando, entendemos como potencializador de novas práticas as diretrizes de trabalho social com famílias, que já vem sendo anteriormente traçadas pela CSPB, que foram reafirmadas e para 2024 serão consolidadas, sendo estas: trabalho social com famílias, com foco nas atendidas pelos Programas de Transferência de Renda e benefícios, de forma coletiva, de caráter preventivo e de acompanhamento; descentralização das ações acarretando maior vinculação, aproximação das famílias, pessoas e comunidade, bem como maior possibilidade de apropriação dos fatores que desencadeiam as situações de vulnerabilidade e riscos sociais.

Para descrever os resultados obtidos em 2023, inicio registrando os potenciais dos profissionais técnicos que compõem a equipe, visão de mundo crítica e propositiva, compromisso técnico com o trabalho organizado, coletivo e participativo, bem como interesse em ampliação do conhecimento e inovação, fatores que favoreceram a reorganização de todo o processo de trabalho do DAS.

Como resultado em 2023, temos maior aprofundamento na leitura crítica da realidade a partir do público assistido e sobre suas dinâmicas e relações com o grupo familiar, como também com os territórios de vivência e organização sociocultural. Registramos que este conceito ampliado no acolhimento e atendimento das demandas permitiu maior compreensão da realidade situacional e foram utilizadas diferentes técnicas seja para o acolhimento espontâneo no DAS, hoje, com prévio agendamento, visitas domiciliares para a intervenção social dos casos de denúncias (SEI/156), atendimento individual para os casos de acompanhamento breve, discussões de casos internas e externas dos casos e referenciamento para rede de proteção social e socioassistencial. Estas diferentes estratégias e a leitura crítica e propositiva

favoreceram a tomada de decisão que refletiu na construção do planejamento para uma nova lógica de atendimento de forma coletiva e descentralizada, estratégia que ocorrerá de forma processual, iniciando pela AR -14.

Finalizando, registramos, com ênfase, que a organização do trabalho social resultou no acolhimento de 100% das demandas espontâneas, os Protocolo SEI e 156, parcialmente respondidos como meta de zerar até final de fevereiro 2024 e os casos que exigiram discussão de casos foram 100% executados.

Ações Coletivas Intersetoriais		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Flash Mob Temática de Enfrentamento e Combate da Violência e Exploração Sexual contra Criança e Adolescente	Mobilização da Rede Centro e Sensibilização comunitária do território em frente da Catedral Metropolitana de Campinas Estratégia de Ação: Distribuição de adesivos e sementes de girassois- “Plante esta Idéia -Proteja Nossas Crianças e Adolescentes”	Aproximadamente 1.000 (mil) Munícipes em circulação e 200 entre moradores do centro e comerciantes.

Gestão territorial

Em 2023, ocorreram 11 reuniões Intersetoriais com a rede da microrregião Centro. Verificamos que o foco das pautas foram apresentação de alguns serviços e discussão de caso, nem sempre com a presença de todos os serviços envolvidos, apontando baixa participação. A Intersetorial Sousas/Joaquim Egídio realizou 11 reuniões com foco na definição de um instrumental para identificação dos serviços de proteção social e socioassistencial, mas não foi definida a dinâmica da coleta de dados e suas atividades foram, prioritariamente, voltadas para a discussão de casos, sendo coordenada pela política pública da saúde.

No tocante ao fortalecimento da rede socioassistencial da Proteção Social Básica, envolvendo DAS, CRAS e a Rede dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 14

anos e Centros de Convivência Intergeracional e Inclusivo, destacamos as reuniões mensais com a Gestão, no foco de aprimorar o processo de reordenamento e construção do fluxo de trabalho social, que resultou na construção coletiva do instrumental e do fluxo operacional do referenciamento. Ocorreram também as reuniões da Gestão com as chefias das unidades públicas da PSB, DAS e CRAS, podendo registrar o aprimoramento da formação dos gestores para o alinhamento dos conceitos, percepção da necessidade de reorganizar a dinâmica de trabalho social com famílias que propicie o referenciamento da demanda, portanto, a inclusão do público prioritário, definindo que o processo se iniciará em 2024.

Na perspectiva de fortalecer o fluxo de trabalho entre proteções Básica e Especial, ocorreram as reuniões do Núcleo Articulador Gestor – NAG, e definida com a política de saúde a necessidade de priorizar a reorganização dos espaços e processos de trabalho intersetorial para qualificar a discussão dos casos, com proposta de construir e implementar a nova lógica dos trabalhos em 2024.

O coletivo de gestores que compõe o NAG avaliou e considerou a necessidade de priorizar em 2024 encontros entre os serviços socioassistenciais da PSB e PSE, no intuito das equipes se integrarem e aprimorarem o conhecimento dos serviços e seus fluxos e protocolos de trabalho. Com o objetivo de descentralizar o atendimento à população do território da AR-14, sendo este localizado desde o Jardim Myrian até Bananal, o DAS e CREAS Leste realizaram visitas e articulações com a Saúde e a Cultura, para reconhecimento do território, sua área geográfica e localização e suas demandas, devido as diferentes ausências que impedem o acesso aos serviços socioassistenciais, suas vulnerabilidades e riscos sociais, impacto do isolamento urbano e utilizamos dados do CADÚnico e número de famílias inseridas no acompanhamento do CREAS – SESF, constatando a necessidade de realizar para 2024 o processo de execução de ações descentralizadas.

Para futura implantação de serviço descentralizado, solicitamos cessão de espaço público no Parque Alecrins de 2.000m², havendo a necessidade de articular com a EMDEC uma reorganização interna do trajeto de circulação de ônibus, portanto, a criação de nova rota de acesso entre Bananal e Jardim Myrian.

Para 2024, está prevista a realização de parceria, junto à Secretaria de Cultura, no intuito de integração ao projeto de Turismo Rural, prevendo utilização sistemática de uma sala coletiva e uma sala de atendimento individual, que propicie a garantia do espaço público para oferta do serviço descentralizado, para além dos grupos de acompanhamento técnico na perspectiva do trabalho social do DAS, portanto, identificando fundamentação de implantação de CRAS.

Outra atividade descentralizada parte integrante da nova metodologia do trabalho social do DAS será 01 vez por semana a realização do grupo de convivência com 01 agente de ação social.

Desafios

1 – Operacionalização do serviço, devido ao baixo número de RH (devido a aposentadorias) e transporte insuficiente para as demandas do DAS, cuja cobertura geográfica abrange as microrregiões do Centro, Sousas/Joaquim Egídio, Taquaral/Costa e Silva e AR-14 do Jardim Myrian ao Bananal, acarretando acúmulo e atrasos no atendimento das demandas de Protocolos 156 e SEI;

2 – Metodologia do Trabalho Social, focado no atendimento (somente de acolhimento), causando sobrecarga de trabalho, exigindo restabelecer a motivação, a proatividade e novas estratégias de superação;

3 – Falta de formação continuada dos trabalhadores de apoio, no âmbito da nova lógica organizacional e conceitual do SUAS e Proteção Social Básica, bem como quanto ao papel do DAS neste processo de proteção socioassistencial de cunho preventivo, nos levando a situar o trabalhador, realocar atribuições a fim de qualificar a acolhida na portaria e a divisão do trabalho para melhoria do espaço físico, reconhecimento das necessidades e valorização dos terceirizados e integração da equipe de profissionais e apoios.

4 – Compartilhamento do espaço físico entre DAS e CRAS FLAMBOYANT, dificuldade de identificação do fluxo operacional de cada serviço, com constante cuidado de não sobrepor diretrizes e metas; Necessidade de revisitar metodologia de trabalho social com famílias, no tocante ao CRAS, para consolidação do serviço PAIF;

5 – Compartilhamento de profissional técnico administrativo entre DAS e CRAS FLAMBOYANT, após aposentadoria da profissional lotada no DAS, o que gerou aumento da demanda e falta de rapidez nas soluções administrativas, seja no processo controle dos sistemas e prazos, no encaminhamento dos pedidos de manutenção, nos atrasos das informações internas, divisão da rotina diária com outra unidade de serviço, falta de rotina para o acesso das matérias dispostas no Diário Oficial;

6 – No âmbito das discussões de casos nas Redes Intersetoriais (Centro, Sousas e Costa e Silva) apresentamos morosidade em iniciar a participação do técnico de referência nos espaços de discussão, e foram baixas as possibilidades de efetivar a participação;

7 – Falta de ambiente saudável, por vezes de aglomeração, devido às altas temperaturas, promovendo desconforto aos trabalhadores e aos atendidos, principalmente no ambiente de

atendimento do DAS e do setor de cadastramento do CAD Único, até mesmo insalubre, exigindo novas estratégias de circulação do ar e refrigeração no ambiente;

8 – Insuficiência de equipamentos de trabalho com ênfase nos computadores e notebook com internet móvel para atendimento descentralizado, instrumentos que viabilizam o acesso ao histórico de atendimento e manutenção dos seus registros em prazos que não causem prejuízos na tabulação de dados e no atendimento direto ao assistido;

9 – Fragilização nas organizações, conceitos e rotinas de trabalho das redes intersetoriais como focalização na discussão de caso, mas sem participação das políticas Intersetoriais.

Metas para 2024

Eixo Trabalho Social com Famílias e Metodologia na perspectiva da participação popular

1 – Iniciar em 2024 o atendimento descentralizado, pela AR-14, com metodologia participativa com intuito de assistir aos atendidos, aproximar, se vincular e promover informação, reflexão crítica sobre a realidade local, promovendo estratégias coletivas de superação das vulnerabilidades e riscos sociais que afetam o cotidiano das famílias;

2 – Focalizar a busca ativa para os atendimentos e acompanhamento coletivo na AR-14, nas famílias inseridas nos Programas de Transferência de Renda e Benefícios (Bolsa Família, Renda Campinas e BPC);

3 – Em parceria com a Coordenadoria Setorial de Transferência de Renda e Benefícios, ter acesso mensal as diferentes variáveis que compõem a base de dados do Cadastro Único para efetivar o levantamento do perfil das famílias da região Leste, por microrregiões, e ainda construir a metodologia do trabalho participativo com as famílias e o mapeamento das vulnerabilidades, com foco inicial na microrregião da AR-14;

4 – Ter maior rapidez no atendimento das demandas de protocolo SEI e 156, bem como o referenciamento para promoção da proteção socioassistencial e social das famílias;

5 – Reorganizar e efetivar, junto ao Núcleo Articulador Gestor, os espaços de discussão de casos na região Leste, e ainda, estabelecer fluxos de trabalho em rede para os casos de acompanhamento, incluindo a Educação e a Saúde na responsabilização pelo Plano de Acompanhamento;

Eixo de Gestão territorial

1 – Ampliar a participação nas Intersetoriais Centro, Sousas/Joaquim Egídio e Costa e Silva

com foco nas atividades coletivas de cunho preventivo, a partir do mapeamento socioterritorial e identificação das vulnerabilidades e riscos sociais a serem enfrentados e superados nos microterritórios;

2 – Executar e participar de ações coletivas de Mobilização e Sensibilização de temáticas visando a superação dos indicadores de riscos sociais;

3 – Participar ativamente do Núcleo Articulador Gestor – Leste na construção de articulações com a Saúde e a Educação para estabelecer fluxos de trabalho. Ainda, como foco central do colegiado, promover ações de integração dos trabalhadores da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;

4 – Participar das discussões junto ao DOAS das divisões microterritoriais, que definem a abrangência de cobertura de cada unidade de serviço;

Aprimoramento da Gestão do DAS Leste e sua Gestão Territorial

1 – Modernização dos equipamentos eletrônicos: notebook, tablet, TV com HDMI, impressora, computadores;

2 – Ampliar o quadro de Recursos Humanos do DAS, para efetivar o processo metodológico do trabalho social e função na gestão territorial e a manutenção das atividades internas do DAS, sendo as necessidades apontadas de 01 psicólogo, 02 agentes de ação social, 01 técnico administrativo, 01 profissional terceirizado de higienização e 01 apoio da gestão técnica do território;

3 – Necessidade de 01 veículo para o Distrito, considerando a abrangência territorial, as demandas a serem articuladas e referenciadas, a efetivação do trabalho técnico operativo, abrangendo buscas ativas, visitas domiciliares, articulações com a rede, participações em espaços para discussão de casos e elaboração do plano de atendimento, atendimentos das demandas de protocolo 156 e SEI, sem desencadear atrasos;

4 – Elaboração de instrumentais para registro, memórias qualitativas e leitura crítica das demandas assistidas, permitindo o mapeamento das vulnerabilidades e riscos sociais dos microterritórios que compõem este DAS;

5 – Monitoramento da execução do Plano de Reorganização do processo de trabalho operacional do DAS, discussão dos casos internos, reunião técnica dos profissionais e apoios, formação interna dos trabalhadores sobre a nova lógica do SUAS com foco na Proteção Social Básica e na oferta dos serviços DAS e CRAS;

6 – Registro e apontamento ao DOAS/CPSB da insuficiência, no município, de serviços para

o atendimento à população idosa, dificultando a efetivação atendimento das demandas e a necessidade urgente de implantação do Serviço de Cuidado no Domicílio para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência no âmbito da PSB;

7 – Potencialização, reorganização e fortalecimento dos espaços de discussão de casos já existentes com a rede de serviços e PSE de média a alta complexidade, com o objetivo de fortalecimento do fluxo de encaminhamento e contrarreferenciamento;

8 – Prática cotidiana no encaminhamento e contrarreferenciamento aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (de 6 a 14 anos e Centros de Convivência Intergeracional e Inclusivo), bem como os espaços de promoção nas discussões sobre inclusão e desligamento, visando a complementariedade das ações entre os serviços;

9 – Participar ativamente do GT SCFV descentralizado e de gestão, com o objetivo de fortalecimento do processo de reordenamento dos serviços e monitoramento do fluxo operacional do encaminhamento e contrarreferenciamento dos casos;

10 – Potencializar a aproximação junto à rede socioassistencial e à política de saúde, em consonância com as diretrizes e estratégias construídas no NAG;

11 – Fortalecer a aproximação com a CSAC, com a qual estamos em processo de construção da interface, visto a chegada dos novos profissionais de monitoramento que serão referência da região;

12 – Construir estratégias metodológicas participativas, junto à equipe da Vigilância Socioassistencial para potencialização da leitura dos dados coletados/registrados e aprimoramento do processo de construção do diagnóstico socioterritorial qualitativo, com foco inicial na microrregião da AR-14;

13 – Manter a realização de atividades/eventos em conjunto entre DAS, CRAS Flamboyant, CRAS Recanto Anhumas e com a Rede Socioassistencial e Intersetoriais;

14 – Ampliação de metas para o CCII, Centro Dia/Serviços de Cuidadores na PSB e PSE na região Leste, para atendimento das crescentes demandas observadas;

15 – Estabelecer Plano Interno de formação continuada para profissionais do DAS (ENAP, MDS, EGDS e as formações da CSPSB)

16 – Nos espaços da Rede Intersetorial, ampliar o planejamento das atividades de Mobilização e Sensibilização Comunitária e a definição de objetivos e metas, de acordo com a rede, para questões sociais e socioassistenciais que afetam as famílias vulneráveis e ou em risco social, estabelecendo os fluxos dos trabalhos entre as políticas públicas de Educação, Assistência Social e Saúde e assim, reorganizar os 07 espaços de intersetorial de discussão de

casos;

17 – Em relação à Rede de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com a chegada da Técnica de Referência, que atuará, a partir de 2024, junto aos órgãos públicos referenciadores (DAS, CRAS) e às OSCs executoras presentes no território, dentro do que está preconizado para o reordenamento dos SCFV, pretende-se estreitar a relação entre os serviços, facilitando a inserção e adesão do público atendido, em especial o público considerado prioritário, conforme as diretrizes nacionais.

Considerações finais

Concluimos que, em 2023, os objetivos e metas previstas desde Janeiro foram alcançados e, com a recomposição da equipe, foi possível revisitar a metodologia do trabalho social e a dinâmica de funcionamento desta unidade DAS LESTE, acarretando melhoria da prestação do serviço, clareza das necessidades dos microterritórios, atender os protocolos SEI e 156 em atraso, iniciar o processo de integração da equipe e a construção do planejamento operacional de 2024, com clareza dos desafios e vulnerabilidades a serem superadas nos microterritórios da região Leste.

CRAS Flamboyant

Na preconização da PNAS - Política Pública de Assistência Social, o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) tem como função operacionalizar e ofertar proteção social e assegurar direitos socioassistenciais, em especial, aos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Uma ação indispensável, nesse propósito, é o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas no território. Sistemáticamente, buscar e reunir informações detalhadas e precisas sobre as ações realizadas e resultados alcançados pelos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, bem como os desafios enfrentados. Tanto na execução dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, como também no âmbito da Gestão do SUAS (Sistema Único da Assistência Social).

Neste sentido, o planejamento estratégico em 2023 foi tentar elaborar um plano de gestão para identificar as famílias em risco social do território, identificando os tipos de vulnerabilidades apresentadas para a prevenção e superação destas. A Gestão Territorial foi um instrumental de grande valia, pois possibilitou o estreitamento das relações entre a rede de serviços socioassistencial e outras políticas públicas para traçar metodologicamente ações e oferta de programas e benefícios.

Esta ação desencadeou parcerias profícuas que possibilitaram a descentralização do trabalho social com famílias em 3 (três) localidades de alto grau de vulnerabilidade e risco social - continuidade das atividades no Jd. Novo Flamboyant “Buraco do Sapo” na sede dos moradores do bairro, Jd. Líria na instituição Resgatando Valores e Vila Brandina - Núcleo Mãe Maria. A oferta é de coletivos de orientação social com foco nos beneficiários do Bolsa Família, BPC e BEM Campinas, com a mediação de um técnico de referência e um agente de ação social para o desenvolvimento das ações.

O território do CRAS Flamboyant atualmente é composto por 18 bairros sendo esses: Vila 31 de Março, Jardim Alto da Barra, Chácara Barra, Jardim Boa Esperança, Vila Brandina, Parque Brasília, Jardim Conceição, Jardim Flamboyant, Núcleo Residencial Jardim Guaraçaí, Vila Lafayette Álvaro, Jardim Lídia, Núcleo Residencial Jardim Líria, Jardim Madalena, Vila Madalena, Jardim Moreira, Núcleo Residencial Jardim Novo Flamboyant, Fazenda São Quirino, Vila Toffanello.

Para além da execução direta da Assistência Social - CRAS Flamboyant, o território conta ainda com 4 OSC na complementação da proteção social básica na perspectiva da prevenção e oferta 720 vagas nos SCFV na seguinte composição:

GRUPO COMUNITÁRIO CRIANÇA FELIZ	GRUPO COMUNITÁRIO CRIANÇA FELIZ	SCFV 6 a 14 anos	5	150
INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM	INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM - JD BOA ESPERANÇA	SCFV 6 a 14 anos	4	120
SERVIÇO SOCIAL NOVA JERUSALÉM (ESPAÇO CRESCER E VENCER)	SERVIÇO SOCIAL NOVA JERUSALÉM (ESPAÇO CRESCER E VENCER) - JD DAS PAINEIRAS	SCFV 6 a 14 anos	7	210
INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM	INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM - JD BOA ESPERANÇA	SCFV CCII	1	30
SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA	SETA – GUARAÇAÍ	SCFV CCII	7	210

A rede intersetorial do CRAS Flamboyant dentro do eixo gestão territorial tem a proposta de reunindo-se para elaborar coletivamente um plano de atendimento integral às famílias e

articulação para encaminhamentos das demandas apresentadas no território, a composição dos serviços está distribuída pela seguinte por:

4 Centros de Saúde: C.S. Boa Esperança, C.S. Conceição, C.S. 31 de março e C.S. Sousas.

A política de Educação é composta por:

Núcleo de Convênios e Coordenadora de Educação Básica (CEB):

Semente da Vida

Santa Rita

Nova Jerusalém

Corrente do Bem

Núcleo de Ação Educativa Descentralizada (NAED)

CEI Isaura Roque Quércia

CEI Hilton Federicci

CEI Profª. Noêmia Cardoso Asbahr

EMEF Raul Pila

EMEF Doutor Lourenço Bellocchio

Diretoria de Ensino Leste:

EE Alberto Medaljon

EE Prof. Joaquim Ferreira Lima

FORMAÇÕES, PALESTRAS E CURSOS	
Nome	Breve informação sobre o curso (objetivo, etc)
Elza Aparecida dos Santos Rezende	Curso Desmistificando a Diversidade Sexual: Desmitificando a sigla LGBTI+, Fluxos de Atendimento, Legislação Estadual e Municipal, SUAS e Discussão de casos
Elza Aparecida dos Santos Rezende Gisele Fialho Gervazio	Encontro formativo sobre Maio Laranja
Elza Aparecida dos Santos Rezende Gisele Fialho Gervazio	Palestra PAICA sobre TEA

Aline Pereira Gusmão Mendes Luciana Ferreira de Queiroz Sellin	
Elza Aparecida dos Santos Rezende	Roda de Conversa - Formação para educadores e profissionais da rede intersetorial da Assistência Social, Educação e Saúde sobre o tema “Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e Fluxo de Atendimento”
Elza Aparecida dos Santos Rezende	Curso CLAVES
Elza Aparecida dos Santos Rezende Gisele Fialho Gervazio Aline Pereira Gusmão Mendes Luciana Ferreira de Queiroz Sellin	Formação de Preparação para Conferência da Assistência Social
Elza Aparecida dos Santos Rezende	Curso de Atendimento de Idosos da PSB: uma perspectiva sobre o envelhecimento, território e questões sociais
Elza Aparecida dos Santos Rezende	Trilhando Saberes: Reflexões sobre a nossa identidade e atuação (Teoria na Prática e GEPPES)
Eurico Moreira Sampaio Tavares	Curso Desmistificando a Diversidade Sexual: Desmitificando a sigla LGBTI+, Fluxos de Atendimento, Legislação Estadual e Municipal, SUAS e Discussão de casos
Eurico Moreira Sampaio Tavares	Palestra sobre "Linguagem Simples"
Eurico Moreira Sampaio Tavares	Palestra Novos Rumos da Administração Pública no Brasil: Contextualização da Administração Pública no Brasil, o servidor público e o mundo digital, habilidades e competências no século XXI, soft skills para o servidor público.
Eurico Moreira Sampaio Tavares	Palestra "Saúde Mental e Transtornos Mentais no Trabalho: Como Prevenir e se Cuidar (SIPAT 2023)

Eurico Moreira Sampaio Tavares	Palestra "Saúde Mental & Autocuidado"(SIPAT 2023)
Eurico Moreira Sampaio Tavares	Palestra Lúdica “Segurança não é mágica, é hábito” (SIPAT 2023)
Eurico Moreira Sampaio Tavares	Palestra sobre Assédio Moral (SIPAT 2023)
Eurico Moreira Sampaio Tavares	Curso Pesquisa de Preços para Elaboração de Planilhas de Custo de Mão de Obra nas contratações de Serviços Comuns: Histórico, dificuldades do processo de construção de planilhas de composição de custos detalhadas, possíveis soluções, demonstração de planilha modelo, de referenciais técnicos de custos, possíveis fontes de pesquisa e estudos de casos.
Eurico Moreira Sampaio Tavares	Curso Oficina de Assédio Moral: Definição do conceito, Tipologia do Assédio, Como o Assédio moral se apresenta, Causas e consequências, Prevenção e denúncia
Gisele Fialho Gervazio Luciana Ferreira de Queiroz Sellin Danny Ellen Costa Ramos de Paula	Atendimento de Idosos na Proteção Social Básica: Uma perspectiva sobre envelhecimento, território e questões sociais

Planejamento estratégico

O CRAS por ainda estar sediado em equipamento compartilhado e fora do território de abrangência, desde abril/2019, lançamos mão de parcerias no território para descentralização dos atendimentos e possibilitando maior proximidade e acesso à população usuária, desta forma a equipe técnica do CRAS Flamboyant manteve o desafio do atendimento coletivo descentralizado na sede de moradores da comunidade do bairro Novo Flamboyant, conhecido historicamente como “Buraco do Sapo”. Este espaço no território também é compartilhado intersetorialmente por outros grupos de orientação da Política de Saúde(Centro de Saúde Conceição) e a OSC Projeto Filhos.

Os atendimentos particularizados às famílias do PAIF foram disponibilizados de maneira presencial através dos acolhimentos garantidos de 2ª feira à 6ª feira de acordo com a carga horária dos profissionais, através de agendamento prévio, bem como demanda espontânea. Houve um crescente aumento de solicitação ao acesso BPC/LOAS, principalmente PCD - um recorte importante do território do CRAS Flamboyant é a questão do agravamento de saúde mental de membros das famílias referenciadas, além da contínua procura aos programas de

2023	Atendimentos Telefônicos		Atendimento Social	PROTOCOLOS							RMA				
	CRAS Flamboyant	Total		156	DDH	CT	Saúde	E-mail	Outros	Total	Famílias Acompanhamento	Visita Domiciliar	Atendimento Presencial Individual	Famílias Participando Grupos PAIF	Pessoas em Atividades Coletivas Não Continuadas
JAN	-	-	34	1	0	0	0	0	1	1	103	9	49	0	0
FEV	-	-	20	4	1	0	0	0	0	5	103	7	48	11	0
MAR	-	-	22	0	0	0	0	0	0	0	103	6	58	0	5
ABR	-	-	13	0	1	1	0	1	1	2	101	1	31	0	21
MAI	50	94	25	0	0	1	0	0	1	1	100	3	79	8	1534
JUN	43	83	36	0	0	1	0	0	0	1	92	3	76	8	0
JUL	54	111	28	0	1	1	0	1	2	2	68	2	36	8	0
AGO	31	67	24	0	0	0	0	1	1	0	63	2	40	10	0
SET	25	61	21	1	0	1	0	0	0	2	64	1	21	10	0
OUT	27	55	47	1	0	1	1	0	0	3	56	4	55	8	0
NOV	35	59	34	1	0	3	0	0	0	4	51	2	19	0	0
DEZ	32	62	35	1	0	3	1	0	1	5	50	3	26	5	0
TOTAL	297	592	339	9	3	12	2	3	7	26	954	43	538	68	1560

transferência de renda(BF) e de Segurança Alimentar (NUTRIR Emergencial).

Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Oficina de Convivência e Socialização	Dois encontros semanais com grupo de 10 mulheres utilizando de atividades artesanais para fins de socialização e fortalecimento de vínculo comunitário	Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assim como troca de experiências e informações, e melhoria da qualidade de vida
Evento Mês da Mulher	Palestra e roda de conversa com atendidas sobre direitos das mulheres	Apresentação de equipamentos de atendimentos à mulheres e exibição de dança do ventre com a bailarina Andrea
Encontro Formativo (maio)	Debate sobre o tema de abuso e exploração sexual de crianças e	Roda de conversa e discussão com fornecimento de informações técnicas

Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB		
amarelo)	adolescentes	sobre o tema
Preparação para Conferência Regional da Assistência Social	Roda de conversa para conscientização sobre o trabalho da assistência social	Preparar as atendidas sobre os ritos e procedimentos da Conferência Regional da Assistência Social
Cortejo e Sarau Maio Laranja	Realizado cortejo com as equipes da rede intersetorial com distribuição de panfletos e carro de som finalizando com sarau no colégio Raul Pilla	Conscientização da comunidade sobre o tema do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes
Festa Junina	Celebração das festividades da Festa Junina com bingo, comidas típicas e palestras	Socialização e fortalecimento de vínculos
Conferência Regional Leste	Oferecer às atendidas a oportunidade de participação na tomada de decisões para conhecimento e aquisição de direitos sociais	Conscientização sobre a necessidade de participação na Conferência Municipal da Assistência Social
Conferência Municipal da Assistência Social	Oferecer às atendidas a oportunidade de participação na tomada de decisões para conhecimento e aquisição de direitos sociais	Conscientização sobre a necessidade de dar continuidade com a participação na Conferência Estadual da Assistência Social
Curso no Padre Haroldo	Parceria com o Instituto Padre Haroldo para fornecimento de cursos profissionalizantes diversos para comunidade	Inserção das atendidas nas oficinas PAIF em diversos cursos como confeitaria, jardinagem, costura, padaria, etc
Agosto Lilás	Roda de conversa com tema Prevenção à Violência contra o	Apresentar aos atendidos os direitos dos idosos para aquisição e melhoria

Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB		
	Idoso	de qualidade de vida
Passeio ExpoFlora	Visita com atendidas em Holambra a ExpoFlora 2023	Socialização e fortalecimento de vínculos
Encontro no Recanto Anhumas	Apresentação do Programa de Parques Lineares do Plano Municipal do Verde de Campinas	Palestra com Gabriel Dias Mangolini Neves da Secretaria do Verde e Meio Ambiente de Campinas
Coletivo Descumprimento PBF	Seis encontros descentralizados com os coletivos de cada microterritório, sendo dois encontros em cada (Brandina, Flamboyant e Lília)	Grupo de orientação sobre condicionalidades do PBF e realização dos recursos em caso de descumprimento
Assiste Campinas	Oferta de diferentes serviços da área de saúde e assistência de Campinas e apresentação do CRAS Flamboyant à comunidade, com exposição dos trabalhos realizados nas oficinas	Realizado oficina de artesanato em feltro com os munícipes tendo o objetivo de divulgar as oficinas de convivência e socialização
Confraternização	Encontro com o grupo das oficinas para encerramento das atividades de 2023	Socialização e fortalecimento de vínculos

Ações Coletivas Intersetoriais		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Marcha Zumbi dos Palmares	Foi uma ação intersetorial com uma caminhada no território e oficinas com a comunidade e alunos do colégio Raul Pilla e apresentação de reflexões críticas sobre a temática.	Conscientização sobre a luta e reivindicações dos direitos da população negra, resgatar as origens da luta antirracista no Brasil e valorizar os espaços e a forte presença negra na história e no presente da cidade

Outras Ações Coletivas		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Visitação à Estação Ambiental de Sousas - Comemoração Aniversário de Campinas	Realizada visitação à Estação Ambiental em Sousas com participação da equipe do Coral da Seta Guaraçai	Foi apresentada a elaboração do Plano Municipal do Meio Ambiente. Socialização e fortalecimento de vínculos com roda de conversa, lanche comunitário e apresentação do espaço cultural e proteção ambiental, seguida de sorteio de brindes e performance musical da equipe da Estação Cultural juntamente com o coral

Gestão territorial

O espaço do GT SCFV foi primordial para a continuidade da construção da gestão territorial junto a rede de serviços socioassistenciais, com o objetivo de realização de um planejamento intersetorial das ações de proteção social básica às famílias atendidas. Deste modo pudemos avançar as tratativas com a rede de serviços do território para a expansão dos atendimentos sociais descentralizados, como no Jd. Liria parceria com a instituição Resgatando Valores e também na Vila Brandina com a instituição Núcleo Mãe Maria, visto o recorte de alta vulnerabilidade social e econômica da população desta localidade com alto número de beneficiários do programa de transferência de renda Bolsa Família.

O coletivo do NAG Leste se reuniu durante todo ano de 2023 para consolidação conforme as diretrizes estabelecidas no documento PMC.2022.00071351-09. E o desafio continua sendo a articulação com as demais políticas públicas da região visto às mudanças constantes dos representantes, porém se conseguiu avançar o diálogo com a política de saúde junto à VISA Leste.

Ação inovadora

Ampliação da cobertura descentralizada às famílias do território em mais duas localidades de alta vulnerabilidade social - Jd.Líria e Vila Brandina com foco no atendimento social aos beneficiários do Bolsa Família, BPC e BEM Campinas, através de atendimento social e oferta de oficinas de convivência.

Desafios enfrentados em 2023

No corrente ano de 2023 a equipe do CRAS Flamboyant esteve composta por apenas 2 técnicas do Serviço Social e 1 Agente de Ação Social, situação agravada a partir de maio quando houve uma licença maternidade de uma das assistentes sociais. Assim o serviço contou com apenas 2 profissionais para atendimento, sendo 1 Assistente Social, 1 Agente de Ação Social e 1 Agente Administrativo. A insuficiência da reposição de RH também impacta diretamente na execução das ações, ressaltando ainda a sobrecarga dos profissionais para atender a demanda apresentada que cada vez mais intensificada diante dos novos desafios da questão social acirrada pós pandemia.

A não retomada da sede do CRAS Flamboyant ao território de abrangência e o compartilhamento de um único transporte para os três serviços que compõem a região leste continuam sendo um grande infortúnio para a garantia integral de atendimento às famílias.

A carência de material, insumos e lanches impacta diretamente no interesse e permanência do público atendido nas ações coletivas de convivência.

Metas para 2024

- Monitorar o processo de construção da nova sede do CRAS Flamboyant, prevista para iniciar neste ano de 2024.
- Manteremos para 2024, a proposta de fortalecimento dos espaços estabelecidos e vínculos constituídos no território, de acordo com as possibilidades, considerando que a composição da equipe CRAS Flamboyant que está neste momento muito prejudicada, visto aposentadorias ocorridas, Licenças Saúde e não reposição da equipe mínima de referência NOB-RH;
- Dar continuidade no processo de Gestão Territorial fortalecendo a vinculação com as representatividades das demais políticas nas intersetoriais da região, especialmente na intersetorial Mosaico com a confecção do Planejamento Intersetorial 2024;
- Reiteramos a necessidade de maior disponibilidade de transporte para atendimento às demandas dos serviços que compõem a região leste;
- Necessidade de investimento em diálogos/Articulação junto ao INSS para esclarecimentos de competências quanto ao atendimento de usuários que estão buscando espontaneamente a assistência social e aos que estão sendo referenciados com demandas da Previdência Social e BPC, para as orientações, esclarecimentos, requerimentos e acompanhamentos das solicitações, situações estas agravadas com a informatização do acesso institucional;

- Potencialização e fortalecimentos dos espaços de discussão de casos já existentes com a rede de serviços e PSE de média a alta complexidade, com o objetivo de fortalecimento do fluxo de referenciamento e contrarreferenciamento;
- Potencializar a aproximação junto à rede socioassistencial e à política de saúde dentro das ações e propostas do NAG Leste – Núcleo Articulador Gestor da região Leste;
- Fortalecer a aproximação com a CSAC, com a qual estamos em processo de construção da interface, visto a chegada dos novos profissionais de monitoramento referência da região;
- Buscar estratégias para fortalecer o processo de aproximação junto à equipe da Vigilância Socioassistencial para potencialização da leitura dos dados coletados/registrados e aprimoramento do processo de mapeamento do território e suas demandas;
- Manter a realização de atividade/eventos em conjunto DAS, CRAS Flamboyant e Recanto Anhumas e com a Rede socioassistencial e Intersetoriais.

Considerações finais

O planejamento anual estratégico das ações foi impactado de maneira prejudicial, pois a não reposição do RH e do espaço suficiente e adequados para sua execução, contudo investimos nas ações interventivas de caráter pontual com elaboração intersetorial e impacto regional.

Avaliamos ainda que, as diversas ações coletivas realizadas intersetorialmente e com a rede socioassistencial, contribuíram na visibilidade dos Serviços e no fortalecimento e manutenção da identidade enquanto serviços de Proteção Social Básica.

A Gestão Territorial foi fortalecida junto a rede de serviços e gerou resultados importantes na execução de algumas ações, tais como: Maio Laranja, Mês da Consciência Negra e mobilização e participação relevante na Conferência de Assistência Social.

A reposição do Agente Administrativo em fevereiro/23 foi muito significativa, pois houve um ganho institucional na celeridade das requisições/solicitações, apoio técnico/administrativo, orientação geral ao público dentre outras atribuições pertinentes à PNAS.

Concluindo, avaliamos como ponto positivo e relevante a nova coordenação regional em setembro/23, pois desencadeou um processo de redirecionamento técnico administrativo para os serviços de execução direta que compõem a região leste construindo uma maior capilaridade da oferta dos programas e benefícios da Assistência Social, instrumentalização da gestão de pessoas e da rede complementar.

CRAS Recanto Anhumas

O Território de abrangência do CRAS Recanto Anhumas possui uma ótima localização dentro do município de Campinas, próximo de empresas, shoppings e universidades, gerando desenvolvimento econômico e social e consequentemente maior desigualdade social. Compõe os bairros São Quirino, Dom Bosco, Gênesis, Getúlio Vargas, Capadócia, Pq. Imperador, Indepedência (cafézinho), Vila Iza, Nilópolis, Jd Miriam, Vila Nogueira, Jardim Santana I e II e Pomares. Todos urbanos, porém Jd Miriam, Pomares e Pq Imperador possuem chácaras e pequenos sítios. Também é possível observar ocupações em toda a margem do Ribeirão Anhumas, algumas já regularizadas pela Sec. de Habitação.

Foi iniciado este ano um estudo socioterritorial ainda em construção, conjuntamente com o DAS Leste visando uma possível reconfiguração do território para compor o atendimento descentralizado na região da AR14, objetivando futuramente uma instalação de equipamento da PSB, considerando a imensa barreira física (Rodovia D. Pedro) e a distância que as famílias residentes no Jd Miriam, Pomares, Pq Imperador e Bananal precisam percorrer para serem atendidos no CRAS Recanto Anhumas.

A população atendida sobrevive prestando seus serviços braçais para todo o polo comercial e industrial e para condomínios de alto padrão localizado do outro lado do Ribeirão Anhumas. Nesse território é percebido um alto número de pessoas idosas, deficientes ou com mobilidade reduzida, que sofrem com o isolamento e as condições precárias de moradia localizada nas ocupações próximas a margem do Ribeirão Anhumas, bem como nos bairros adjacentes.

Nos últimos anos a Região Leste, incluindo o território do CRAS Recanto Anhumas, tem observado uma crescente elevação no número de pessoas idosas e deficientes, reverberando no aumento de BPC idoso e PCD. Muitas das demandas espontâneas que chegam no serviço possuem ligação com abandono, negligência e saúde mental de famílias constituídas somente por idosos ou idosos que se encontram vulneráveis pela relação familiar conflituosa ou de quase abandono. Essa situação se reflete também nos processos e notificações via 156, disque 100 e referenciamentos diversos.

Outro fator relevante da região é a grande desigualdade social, dos que possuem maior renda em detrimento aos de menor renda. A Leste fica na primeira posição dos grupos de 3 a mais de 20 salários mínimos (Estudo Sócio Territorial), porém encontramos bairros, regularizações fundiárias e ocupações com famílias ainda sem saneamento básico, como por exemplo a Capadócia. Esse contraste social, convivendo em espaço geográfico comum gera revolta e violência urbana, além de aspectos psíquicos como depressão e outros transtornos.

No cenário dessa desigualdade social gritante, a intersetorialidade ocorre de maneira bastante satisfatória entre os serviços e lideranças da região, trabalhando as questões que emergem desse território contraditório, conectando as potencialidades no sentido da equidade com os diferentes atores. Em Julho de 2023, a intersetorial precisou se voltar ao eixo do meio ambiente devido um desmatamento que ocorreu na mata ciliar do Ribeirão Anhumas, causando assoreamento e formação de bancos de areia dentro do ribeirão. Essa situação mobilizou a rede e moradores para várias ações e encaminhamentos intersetoriais solicitando reparação e providências, além de alertar sobre agravos que a comunidade pode sofrer devido a intensificação dos alagamentos e aborviroses em época de chuvas, bem como de questões climáticas como o aumento da temperatura e reflexos na fauna e flora da região.

Participação em formações, palestras e cursos
Atendimento de Idosos na PSB: uma perspectiva sobre envelhecimento, território e questões sociais.
Boas Práticas entre Educadores do Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV).
Desmistificando a Diversidade Sexual.
Trilhando Saberes: Reflexões sobre a nossa identidade e atuação.
Boas Práticas de Manipulação em Serviços de Alimentação.
Bons tratos em família. CLAVES
1º Seminário de Orfandade e Direitos em Campinas.
7º Simpósio Caminhos Junguianos – “Histórias que merecem ser contadas” – UFSJ e Instituto Dedalus
Mini cursos: Psicopatologia e Metodologia em Psicologia Analítica.
Desmistificando a Diversidade Sexual.
Simpósio de Verão-Instituto Anima – Ética eis o homem inteiro.
Capacitação no Sistema Integrado de Governança Municipal (SIGM).
Atendimento de Idosos na PSB: uma perspectiva sobre envelhecimento, território e questões sociais.

Planejamento estratégico

O CRAS Recanto Anhumas reconhece inúmeros avanços no desenvolvimento do planejamento estratégico durante o ano de 2023, bem como nas reflexões do fazer profissional versos a natureza do serviço ofertado a população. Priorizamos as ações coletivas, sem deixar de atender com qualidade as demandas individuais, como o acolhimento e atendimento e acompanhamento individual, assim como os processos SEI (protocolos, referenciamentos, DDH e 156) com visitas e atendimentos domiciliares.

Mesmo com a equipe técnica incompleta, foi possível ampliar grupos e coletivos, no sentido de desenvolver metodologias participativas e de reconhecimento sócioterritorial. Também identificamos como avanço as parcerias realizadas com outras políticas públicas e instituições, possibilitando ampliar as ações coletivas, fomentando a intersetorialidade e investimentos em prol a comunidade.

No que se refere a superação, um grande desafio para o PAIF Coletivo foi a necessidade de acolhimento das demandas individuais durante a execução da metodologia grupal. Foi percebido um agravamento das situações de vulnerabilidade social das famílias, com demandas que acabaram reverberando para acompanhamento individual.

Quanto a metodologia, encontramos desafios na elaboração de métodos de abordagem coletiva que pudessem contemplar técnicas e ferramentas de intervenção no sentido de focalizar as demandas comuns a todos do coletivo, pois as famílias atendidas mesmo estando em grupo objetivavam tratar de suas questões individuais.

Quanto a comunidade, identificamos grandes lideranças com atividades diversas no território porém necessitam recuperar sua confiança nos processos participativos e de controle social, pois sempre mencionam que os órgãos competentes vem e vão embora sem prestar contas ou devolver um feedback e não informam com transparência o orçamento dos planos.

PAIF

O PAIF do CRAS Recanto Anhumas, objetivou em 2023, fomentar as atividades e ações de cunho coletivo, sem prejudicar o atendimento e acompanhamento individualizado. Foi reorganizado os dias de atendimento individual, bem como os períodos reservados para visita. Para potencializar os coletivos, a equipe de profissionais de nível médio assumiu a referência de algumas atividades, protagonizando algumas ações. A equipe técnica, manteve sua atuação em escala para atendimento individualizado e desenvolveram um coletivo de acompanhamento para cada técnico, além de subsidiar os agentes de ação social para orientação e acompanhamento de demandas que emergiam nas oficinas. No segundo semestre de 2023, foi possível repensar o planejamento e traçar novos planos de trabalho social com famílias, surgindo novas metodologias, projetos e articulações.

Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Coletivo “Abraço Solidário”	Este projeto nasceu da ideia da equipe do CRAS em trabalhar com os moradores do território, atendidos por este serviço, sobre o reconhecimento e	Foi possível grupalizar pessoas, que através de convivência coletiva, desenvolveram pertencimento e formaram um grupo consistente e participativo. E

	pertencimento, bem como o protagonismo e empoderamento dos participantes.	de modo mais específico, foi possível localizar e trabalhar possíveis pessoas com perfis de liderança, que puderam assumir ações junto e com a comunidade onde vivem e representam.
Coletivo “Arte e Prosa”	Visa promover convivência social, auto-estima, empoderamento e cooperação mútua, através do artesanato estimulamos o potencial individual de cada participante no desenvolvimento das atividades, visando engajamento no grupo e provocando discussões de assuntos diversos de interesse do coletivo	Tem como principal resultado o fortalecimento dos vínculos entre os membros dos grupos, formando uma rede de mulheres que se auto ajudam. Além de proporcionar satisfação pessoal de concluir um trabalho que a princípio, parecia tão difícil. Contribuindo para reconhecimento e realização pessoal e social.
Coletivo “Mãos Arteiras”	Visa a socialização entre os participantes, evitando o isolamento social e proporcionando acompanhamento semanal. Ofertando trabalhos manuais com a finalidade de resgatar e criar memórias afetivas, desenvolvendo habilidades e capacidades, além de promover espaços para troca de ideias, experiências estabelecendo	Temos como resultado o fortalecimento da autoestima, capacidades, criatividade, coordenação motora, exercício da memória e apoio mútuo; Criação de um espaço em que o grupo estabeleça convívio e crie laços afetivos, além da conscientização do reaproveitamento de materiais recicláveis que seriam descartados na natureza.

	vínculos.	
Coletivo “Nutrindo Famílias”	Tem como objetivo viabilizar acesso ao Cartão Nutrir Emergencial - CNE, trabalhando a questão do benefício como direito à segurança alimentar; Promover a conscientização sobre alimentação saudável e aproveitamento máximo de alimentos; Enquanto objetivo secundário, uma proposta será discutir o tema da educação financeira, para um melhor aproveitamento dos benefícios sociais (PTRs, inclusive o CNE).	Foi alcançado boa participação coletiva, com entendimento dos objetivos propostos e conteúdos trabalhados ao longo dos seis meses. 3.
Coletivo “Incentivo ao Ensino Superior”	Tem como principal objetivo, promover o conhecimento sobre o direito de acesso e permanência ao ensino superior, público ou privado, de acordo com o artigo 206 da Constituição Federal de 1988. Informando sobre os procedimentos para prestar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, sendo um deles, a gratuidade da taxa de inscrição obtida através do Cadastro Único atualizado.	Criação e planejamento a partir de uma demanda do território e articulação com as Universidade e programas de bolsa e cota. Intervenções iniciarão em 2024.

	Orientação sobre as políticas públicas e institucionais que promovem o acesso e a permanência ao ensino superior, através do Programa Universidade para Todos – PROUNI, Vestibular Social e o Programa de Financiamento Estudantil – FIES e Organizar rodas de conversas nas escolas sobre os interesses individuais e coletivos dos jovens, focando sempre no acesso ao ensino superior.	
Coletivo “Anhumas Resiste” - Revisitando o território	Este projeto nasceu da ideia da equipe do CRAS em trabalhar com os moradores do território atendidos por este serviço o reconhecimento e pertencimento à História da região onde vivem – considerando que muitos aqui nasceram e foram afetados e/ou beneficiados pelas mudanças que aconteceram no território ao longo das décadas. Através do resgate de imagens e memórias, pretende-se construir a História do território, e que contemple o processo de urbanização dos bairros.	A expectativa para este projeto é modesta, mas importante, com adesão paulatina dos participantes às conversas e ações que venha a ser sugeridas, de forma leve e despretensiosa, auxiliando nos vínculos entre as participantes entre si, com os profissionais do CRAS e com o próprio Serviço como um todo, local da casa das famílias, e com o território. Espera-se também que seja um espaço de proteção e apoio coletivo, de prevenção e intervenção coletiva com resultados individuais, para o grupo e para todos os envolvidos. Surgimento do Coletivo “Anhumas

		Resiste”
Coletivo “Todos Conectados”	Tem como principal objetivo criar uma convivência social entre as gerações através da inclusão digital e fazê-los compreender a importância da informática na sociedade, uma vez que muitas dessas ferramentas são utilizadas hoje para qualquer benefício e muitas pessoas ainda não tem recursos para utilizar esses meios como internet ou computadores.	Obtenção de conhecimentos, possibilitando e adquirindo compreensão sobre programas e ferramentas que podem ser úteis no seu dia a dia, melhorando a comunicação e acesso à informação, obtendo uma independência digital e melhorando a autoestima e a realização pessoal.

Ações Coletivas Intersetoriais		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Mês da Mulher Café com Prosa	O Encontro realizado em parceria com a Intersetorial São Quirino reuniu Comunidade e toda a rede de serviços de atendimento do território para discutir sobre a tomada de consciência de uma "opressão" específica que deu início ao movimento das mulheres, que constatou/evidenciou coletivamente que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e	1. Chamou a atenção de todos para a atual “crise do cuidado”. Existe a necessidade urgente da sociedade repensar sua organização no aspecto do cuidado. Precisamos ter consciência da nossa condição vulnerável, sendo essa a questão comum a nós todos e a partir desse ponto refletir e definir novos arranjos de divisão do trabalho envolvendo toda a sociedade, famílias e instituições.

		sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. Para essa chamada de consciência foi convidada a Socióloga Profa Dra. Stela de Godoy para ministrar a Palestra : <u>“Divisão Sexual no trabalho e a sobrecarga na vida das mulheres”</u>,	1.Na ocasião foi entregue a PUC , através da Profa Stela, a Carta das mulheres construída em 2022 e entregue para a Secretária da SMASDH, com demandas urgentes do coletivo de mulheres residentes no território do CRAS Recanto Anhumas.
Campanha Laranja 18 de maio	Maio	1)Ação nas escolas Estaduais em parceria com nº atingidos : 1339 Roda de conversa e peça teatral sobre o tema do 18 de Maio, com os alunos das Escolas Estaduais. Participação Especial MVM (Movimento Vida Melhor – Serviço de Abordagem de Rua) Escala de técnicos para suporte e escuta qualificada dos casos que aparecerem durante a execução da ação. 2º Encontro de Famílias 2023 (16/05/2023) nº participantes : 44 famílias Roda de Conversa sobre Abuso sexual contra criança e adolescente – Utilizando o conteúdo do Curso Bons Tratos em Família – Ministrado pela Associação CLAVES. Convidado: Psicólogo Gustavo – Profissional da Associação CLAVES Brasil.	A ação nas escolas foi definida como a de melhor alcance e estratégia para efetuar o trabalho preventivo junto a Comunidade. Após a abordagem nas escolas, as crianças e adolescentes levaram a discussão para casa e entregaram os materiais informativos para as famílias. O Encontro de famílias no CRAS, proporcionou uma manhã de reflexões junto as famílias com uma abordagem bastante participativa e de educação popular. O Cortejo provou uma intervenção urbana, chamando atenção da comunidade para a importância de denunciar e procurar ajuda caso alguma

	3) Cortejo n° de participantes: 165 O Cortejo foi realizado como estratégia de INTERVENÇÃO URBANA , mobilizando atendidos nos serviços das políticas públicas existentes no território, bem como despertando a atenção da comunidade para a importância de combater o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.	criança e/ou adolescente esteja passando por essa situação.
Junho Violeta/ Festa Junina	O objetivo foi propiciar momentos de interação, cuidado e vínculo intergeracional, fortalecendo as relações humanas, gerando proteção, empoderamento e pertencimento ao território e fortalecendo a Campanha contra a violência ao Idoso. Houve apresentação Cultural preparado pelas crianças atendidas no SCFV Ana Brasil, comidas típicas de Festa Junina e Bingo com prêmios doados pelas mulheres da oficina de artesanato, pelos parceiros IGEVE e Instituto Alpha Ville.	Para o ano de 2024, pretendemos efetuar a tradicional Festa Junina na quadra devido ao aumento de participantes observado a cada ano. Avaliamos que essa ação é importante e estratégica para criação de espaços de prevenção de risco sociais e de estabelecimento de vínculos comunitários e familiares, além do envolvimento da comunidade na organização da ação, potencializando o sentimento de pertença ao território.
Agosto Lilás	Atividade “ 3º Café com Prosa, edição Agosto Lilás, reuniu coletivos de mulheres atendidas na rede sócio-assistencial do território de	Na Roda de conversa, as mulheres tiveram muitas participações colocando a necessidade de obterem

	abrangência do CRAS Recanto Anhumas e profissionais da Rede Intersetorial São Quirino e da Rede da Mulher do Município de Campinas. Contamos com a apresentação do CAISM, que trouxe dados relevantes sobre as mulheres atendidas na Unidade efetuando um recorte racial e refletindo sobre as violências médicas sobre tudo com mulheres pretas.	informações para o rompimento do ciclo de violência, saindo a proposta de encaminhamento de um baixo assinado para tratamento especializado descentralizado na área da saúde para mulheres. O CRAS apresentou depoimento real de uma mulher atendida no PAIF que fez uma fala contundente no sentido de incentivar outras mulheres a superar o ciclo de violência vivido. Também contamos com a apresentação da Rede da Mulher, com a presença dos serviços CEAMO, SARAM e Trabalho e Renda e suas respectivas equipes
Apresentação do Parque Linear	Realizamos na Unidade CRAS Recanto Anhumas em conjunto com a Intersetorial São Quirino, a apresentação do Plano Municipal de Parques Lineares pela Secretaria do Verde, através do Engenheiro Gabriel Dias Mangolini Neves, que relatou os projetos existentes no plano, porém o trecho de abrangência de nosso território não foi contemplado no Plano desde 2009. A comunidade e profissionais	A população presente elencou inúmeras providências necessárias para mitigar a atual situação do Ribeirão, como galeões de contenção para prevenir assoreamento e posterior enchentes e alagamentos, parapeito nas margens protegendo as crianças que brincam nos parquinhos instalados nas áreas, instalação de ponte de

	presentes questionaram o acesso a pedestres para o outro desmatamento ocorrido nas margens do Ribeirão Anhumas realizado pelo Serviço Público e cobraram posicionamento da Secretaria do Verde, porém disseram que não tinham conhecimento.	lado do Ribeirão , bem como o redor ecológico e imediato reflorestamento das áreas desmatadas.
Formação sobre racismo estrutural	De Outubro a dezembro, foi realizado entre os membros da intersetorial uma Formação sobre Racismo Estrutural, através da pedagoga da SETA Vanessa, que solicitou a aplicação dos conceitos e vídeos no locus de trabalho de cada um.	Proporcionou imersão sobre a praxis cotidiana de cada equipe sobre comportamentos e práticas racistas dentro de sua instituição e provocou o desenvolvimento de ações em cada
Outras Ações Coletivas		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Viva Campinas Meu pedacinho em Campinas	Atividade intitulada “ Meu pedacinho em Campinas”, constituiu-se de exposição de fotos antigas e contação de um pouco da história do território, através de uma roda de conversa com antigos moradores, com objetivo de destacar a importância de preservação da memória local e incentivar os mais jovens para se apropriarem da mesma.	Resgatou a história da comunidade , valorizando e reconhecendo o trabalho intenso da liderança Dona Ginalva (moscou). Através da articulação com o MIS , foi possível pensar e escrever o Projeto Revisitando o Território que desdobrará em coletivos protagonistas de ações em prol a comunidade.
	A visita a Casa de Vidro – Exposição Memórias do	Foi possível provocar grandes reflexões sobre questão de gênero

Exposição “Memórias do Império	Império, proporcionou as famílias tendidas no PAIF, pelo RAS Recanto Anhumas vivências, reflexões, c nvivência, relações e g rantia do direito a cidade. Durante a visita guiada as famílias tinham acesso ao conhecimento sobre a história do Brasil, através das telas a óleo, esculturas, gravuras, objetos decorativos e da vida cotidiana dos monarcas e seus ancestrais.	(machismo da época) e de racismo (período de escravidão), cujos rebatimentos estão presentes até nos dias atuais. No final, pudemos acolher as mulheres para um lanchinho no anfiteatro da Casa de Vidro e refletir sobre as épocas e formas diferentes de cada cultura, inclusive a indígena. A ação foi muito bem avaliada pelos participantes e profissionais que solicitaram possibilidade de realizarmos mais vivências em museus da cidade.
Coletivo Todos Conectados Entrega de Certificados	A entrega de certificados do Grupo de Jovens, foi resultado de uma parceria entre CRAS Recanto Anhumas, SCFV Ana Brasil e Juventude Conectada que proporcionou articulação em rede , trabalho intersetorial e envolvimento das famílias das crianças atendidas pelo SCFV e pelo PAIF.	As crianças se sentiram valorizadas e reconhecidas ao receberem o certificado e de terem sua família e os serviços presentes prestigiando esse momento inspirador para busca de novos conhecimentos. As mesmas se dedicaram semanalmente com as atividades elaboradas pelos bolsistas do Juventude Conectada, Educador do SCFV e Agente de Ação Social do CRAS. A ação foi muito bem avaliada pelos participantes e profissionais que solicitaram possibilidade de realizarmos mais momentos de valorização das ações realizadas .

Roda de conversa Planejamento Familiar	Foi efetuado uma dinâmica de apresentação do grupo , externalizando as memórias afetivas da infância e da maternidade, que serviu como conteúdo disparador para reflexões sobre planejamento familiar. Para tanto, utilizamos o material CLAVES que trata sobre métodos contraceptivos, sendo abordados todos os métodos, respondendo as dúvidas das participantes.	Grupo “Filhas de Jó” a doação de 1000 absorventes , proporcionando uma tarde de roda de conversa sobre contraceptivos para mulheres residentes da área de abrangência do CRAS, priorizando as famílias em acompanhamento PAIF.
Visita a Expoflora	O CRAS Recanto Anhumas, realizou com participantes dos grupos PAIF (Grupo Abraço , grupo Arte e Prosa e grupo Mãos Arteiras), visita a Expoflora 2023, com objetivo de proporcionar as famílias atendidas maior interação , vivências inéditas, promovendo relações saudáveis, fortalecimento dos vínculos e principalmente ampliando o olhar cultural e territorial.	Foi debatido questões ambientais , preservação da natureza e técnicas de jardinagem e plantio, além de propiciar leveza e inspirações para o cotidiano de cada uma delas. A atividade foi muito bem avaliada , os lanches ofertados pela SMASDH foram suficientes, ônibus em ótima qualidade, profissionais atenciosos , inclusive com as crianças de colo. Tivemos grande procura pelo passeio, levando-nos a inserir no planejamento 2024 o aumento na quantidade de ônibus.
Visita do NAS ao CRAS	O CRAS Recanto Anhumas, realizou com participantes do grupo PAIF – Abraço Solidário, em encontro com o Grupo de	O encontro gerou vivências inéditas, promoveu encontros saudáveis, fortalecimento de vínculos e principalmente ampliou o olhar

	Mulheres do Núcleo de Ação Social de Barão Geraldo (NAS) - parceiro da PMC/PSB-CCII -as quais queriam conhecer como funciona um CRAS. O nosso objetivo foi de integração entre as mulheres que frequentam ambos os serviços, gerando troca e conhecimento mútuo, fortalecimento e empoderamento feminino, para que conheçam ações fora do território e que também poderão acessar. O NAS tinha ainda o objetivo de proporcionar as famílias atendidas por eles maior compressão sobre o SUAS e Atenção Básica, visto que a região de atuação daquele serviço não tem um CRAS.	cultural e territorial de cada participante – as mulheres se entenderam tanto que chegaram a trocar telefone. A atividade foi muito bem avaliada , e no final realizamos um lanche comunitário e sortearmos brindes aos participantes. A ação toda foi bastante leve e divertida, e o grupo Abraço Solidário foi convidado a conhecer o NAS em um encontro próximo, no mês de novembro/23.

Gestão territorial

O CRAS Recanto Anhumas, manteve regularmente as reuniões Intersetoriais durante o ano de 2023, através da Rede Intersetorial São Quirino, sendo uma reunião intersetorial Geral, que pautou diversos conteúdos e demandas emergentes do território, realizou Ações Comunitárias e Articulação com diversos atores e instituições e outra reunião mensal específica para Discussão de Caso, com articulação direta com o CREAS Leste. Ambos os espaços foram rodiziados coordenação e local para a reunião.

Com a rede do território, a articulação pra dentro do SUAS ocorreu de maneira satisfatória entre CRAS e SCFV(SETA-ANA-AAQQ). Em 2023 tivemos dentro do espaço físico do CRAS encontros do CCII da SETA toda 3ª feira (9h a 11h) e do SCFV 6 a 14 anos, todas as 2ª, 5ª e 6ª feiras (manhã e tarde), proporcionando integração entre os serviços da PSB no

território. Já com outras Políticas podemos destacar a parceria com o Centro de Saúde São Quirino no desenvolvimento das atividades diárias e as Escolas Estaduais junto a ação do Maio Laranja.

O NAG (Núcleo Articulador Gestor), proporcionou maior proximidade com a PSE Média complexidade, mais especificamente com CREAS Leste e proporcionou aproximação com a Saúde. O grupo revisitou o plano por diversas vezes para implementar as ações e reafirmar sua identidade e seus objetivos. Ressaltamos que ainda há necessidade de maior governabilidade, estrutura e diretriz para que o NAG atue de fato na gestão do SUAS na região.

Ação inovadora

Como ação inovadora da Unidade CRAS Recanto Anhumas, gostaríamos de destacar o ***Projeto Revisitando o Território***, este projeto nasceu em 2023, da ideia da equipe do CRAS em trabalhar com os moradores do território atendidos por este serviço o reconhecimento e pertencimento à História da região onde vivem, considerando que muitos aqui nasceram e foram afetados e/ou beneficiados pelas mudanças que aconteceram no território ao longo das décadas. A expectativa para este projeto é modesta, mas importante, com adesão paulatina dos participantes às conversas e ações que venha a ser sugeridas, de forma leve e despretensiosa, auxiliando nos vínculos entre as participantes entre si, com os profissionais do CRAS e com o próprio Serviço como um todo, local da casa das famílias, e com o território. Espera-se também que seja um espaço de proteção e apoio coletivo, de prevenção e intervenção coletiva com resultados individuais, para o grupo e para todos os envolvidos. No segundo semestre de 2023, foi possível produzir material para exposição itinerante, homenageando grandes lideranças da Moscou, como Dona Ginalva e Dona Ilza, além de fotografias do território e de pessoas e crianças que fizeram e continuam fazendo essa história. Também destacamos como desdobramento deste projeto o surgimento do “Coletivo Anhumas Resiste”, que estão se reunindo toda sexta-feira de manhã para tratar das questões ambientais do Ribeirão Anhumas e sua Comunidade.

Desafios

O CRAS Recanto Anhumas possui desafios de natureza diversa e alguns dificultaram bastante a realização das ações planejadas. Listamos abaixo os principais desafios separados por natureza:

- Estrutura Física - Necessário a troca urgente do telhado que está oxidado (parte de laje). A Unidade sofre com alagamentos que vem da laje para as salas de atendimentos, molhando móveis e documentos; Contensão do barranco atrás da parede ao fundo do CRAS (margem do Ribeirão Anhumas), conforme laudo da Defesa Civil; Necessária readequação do espaço físico, para constituição da sala técnica e salas de atendimento, sugerimos novo formato das divisórias para viabilizar Sala técnica; Sala de atendimento (3) e Sala iluminada para trabalhos manuais;
- Recursos Humanos - Desde o Relatório de Gestão 2021, vem sendo apontado a não reposição dos técnicos aposentados:
 - *01 assistente social aposentada em 01/03/2021
 - *01 psicóloga aposentada em 30/08/2022
- Mesmo com a vinda de A.S via concurso emergencial, ainda não há equipe técnica mínima, conforme previsto na NOB RHSUAS
- Insumos e materiais - Não há alimento fornecido pela SMASDH para o desenvolvimento dos coletivos PAIF. Todo alimento é fruto de doações. Insumos insuficientes
- Trabalho social com Famílias – Dificuldade no desenvolvimento do PAIF Coletivo, devido à necessidade do acolhimento de demandas agravadas das famílias em situação de vulnerabilidade social. Muitas famílias acompanhadas no PAIF coletivo, acabam solicitando o acompanhamento individual.
- Desafios metodológicos, de abordagem coletiva, com técnicas e ferramentas de intervenções para focalizar nas demandas comuns a todos do coletivo.
- Gestão – Desafio em possibilitar maior visibilidade das questões sociais que emergem do território e a partir daí planejar e desenvolver ações coordenadas e interdisciplinar para o atendimento das demandas da população atendida.
- No NAG (Núcleo Articulador Gestor) há dificuldade na autonomia do núcleo que até o momento é bastante relativa , sem a presença de outros departamentos da SMASDH que são fundamentais para a concretude das ações planejadas.
- Na intersetorialidade e no trabalho com a rede de serviços, observamos que algumas instituições participam como telespectadores, estando presentes nas reuniões de maneira passiva, apenas participando, sem iniciativa e protagonismo, não contribuindo de fato para as questões e ações desenvolvidas.

- Quanto ao controle social, ressaltamos que estamos em um momento de individualização das relações, enfrentamos grandes dificuldades na mobilização e engajamento nas causas coletivas do território, bem como da participação política nos espaços democráticos como as Conferências.

No aspecto da articulação com a Vigilância sócioassistencial, sentimos a necessidade de realização de diagnóstico da área de abrangência do CRAS em conjunto com o DVIS, propondo a técnica da cartografia social.

Metas para 2024

Manteremos para 2024, a proposta de fortalecimento dos espaços estabelecidos e vínculos constituídos no território;

-Dar continuidade no processo de fortalecimento na aproximação com as representatividades das demais políticas nas intersetoriais da região, especialmente nas de discussão de casos, destacando-se saúde e educação;

-Potencialização e fortalecimentos dos espaços de discussão de casos já existentes com a rede de serviços e PSE de média a alta complexidade, com o objetivo de fortalecimento do fluxo de encaminhamento e contrarreferenciamento, aproveitando as ações e propostas do NAG Leste – Núcleo Articulador Gestor da região Leste;

-Modernização dos equipamentos eletrônicos que estão obsoletos (impressoras, celulares, som)

-Reiteramos a necessidade de maior disponibilidade de transporte para atendimento às demandas dos serviços que compõem este CRAS;

-Necessidade de investimento em diálogos/Articulação junto ao INSS para esclarecimentos de competências quanto ao atendimento de usuários que estão buscando espontaneamente a assistência social e aos que estão sendo encaminhados com demandas da Previdência Social e BPC, para as orientações, esclarecimentos, requerimentos e acompanhamentos das solicitações;

-Políticas públicas insuficientes no município para atendimento à população idosa, dificultando o atendimento das demandas que têm se apresentado, principalmente na Proteção Social Básica;

-Fortalecer a aproximação com a CSAC, com a qual estamos em processo de construção da interface, visto a chegada dos novos profissionais de monitoramento referência da região;

-Buscar estratégias para fortalecer o processo de aproximação junto à equipe da Vigilância

Socioassistencial para potencialização da leitura dos dados coletados/registrados e aprimoramento do processo de mapeamento do território e suas demandas, utilizando a cartografia social como metodologia;

-Ampliação de metas para o CCII/Centro Dia/ILPIs/Serviços de Cuidadores na região Leste, para atendimento das crescentes demandas observadas;

Considerações Finais

Consideramos que o CRAS Recanto Anhumas, conseguiu inovar, ressignificar e potencializar suas ações na execução do PAIF, fortalecendo sua identidade e reconhecimento no território atendido durante o ano de 2023. Destacamos a importância de recompor a equipe de acordo com a NOB/RH, no que se refere a equipe técnica de nível superior (1 assistente social e 1 psicólogo), para de fato ampliar e qualificar os atendimentos junto à população atendida, visando os pressupostos do SUAS, na garantia das seguranças socioassistenciais afiançáveis pela Política de Assistência Social.

É notável que adquirimos visibilidade perante a comunidade, rede de serviços, universidades, Institutos, empresas e comércios, pois constantemente somos procurados para possíveis parcerias, visitas técnicas, apresentação do serviço e feedbacks positivos de determinadas ações desenvolvida.

Para o próximo ano, pretendemos fomentar a educação popular nos processos metodológicos do PAIF, fortalecendo a criação de coletivos, qualificando os existentes, articulando e integrando todos em ações que visem o desenvolvimento da comunidade, bem estar e melhor qualidade de vida. Também pretendemos aprofundar nos estudos e mapeamentos sobre os dados do território contando com a parceria das universidades e da vigilância sócio assistencial para subsidiar os planejamentos e definir diretrizes de atuação sobre a égide da equidade.

Região Noroeste

Este documento tem como objetivo trazer o cenário e as ações executadas, enquanto “Relatório de Gestão 2023” deste DAS - Distrito de Assistência Social Noroeste, que se compõe enquanto Rede Noro, dos serviços socioassistenciais públicos e privados, sendo na Proteção Básica pública: **01** DAS e **04** Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): CRAS Dandara dos Palmares, CRAS Florence, CRAS Satélite Iris e o CRAS Laudelina

Campos de Mello; e **10 OSC's** - Organização da Sociedade Civil, serviços que neste exercício executaram 14 SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (de 06 a 14 anos e Intergeracional). Compõe ainda a rede de serviços da Assistência Social Noroeste, **01** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Noroeste, equipamento público da Proteção Social Especial de média complexidade, que atua em parceria com **02** OSC's. Esta rede, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Pessoa com Deficiência, desenvolveram suas ações junto à Política de Assistência Social/SUAS, sob 02 eixos: **Matricialidade Sociofamiliar e a territorialização**.

A territorialização no Noroeste historicamente, teve início na década dos anos 1950, e hoje é também reconhecida (desde 10 de setembro de 2015) como Distrito do Campo Grande. É território complexo que expressa as suas singularidades em diferentes formas, pois tem o menor número de habitantes do município (123.484 habitantes, segundo IBGE/2010) porém alto e significativo número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Há falta de planejamento urbano e de um plano de desenvolvimento sólido o que resulta em extensas áreas de terras ociosas e muitas ocupações. A rede de serviços públicos é insuficiente nas diferentes políticas. Citamos os equipamentos público, sendo: na Saúde: 01 Distrito, 16 Centros de Saúde (UBS's), 03 CAPS, 01 Centro de Convivência e 01 Casa das Oficinas; na Educação Municipal: 47 equipamentos que formam a rede escolar (CEI, EMEF, EJA, CeProCamp); na Educação Estadual 21 escolas; na Cultura apenas 02 serviços; precárias áreas/espacos de esporte e lazer. Para 2024, existe a previsão de inauguração de 1 novo CS no Residencial Cosmos/Sirius e a finalização da construção de 5 CEI's "Espaço do Amanhã".

Dados do Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025 (PMAS), baseados no estudo feito pela Vigilância Socioassistencial, apontam que na região Noroeste se encontra a população negra mais vulnerável da cidade e onde a renda média dos moradores é a mais baixa, ou seja, onde se concentra a maior quantidade de pessoas negras, pobres em situação de vulnerabilidade de renda.

Destacamos, contudo, que esta região apesar dos desafios, apresenta-se com **potencialidades**, como a **mobilização comunitária**, com diversas lideranças bastante atuantes na região.

FORMAÇÕES, PALESTRAS E CURSOS	
Nome	Breve informação sobre o curso (objetivo, etc)

Introdução à Avaliação de Impacto para Programas Sociais	Módulo 1: Uso e Produção de Evidências no Contexto dos Programas Sociais - Módulo 2: Noções Introdutórias de Avaliação de Impacto - Módulo 3: Aspectos Práticos do Desenho de Avaliações de Impacto: Amostragem e Poder Estatístico
Bons-tratos em família	Proposta de promoção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com organização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no município de Campinas, SP, nos dias 03, 10, 17 e 24 de abril de 2023, com carga horária de 24h.
Curso de Capacitação para Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional	Conteúdo programático:- Apresentação do curso/cronograma; Segurança Alimentar e Nutricional e Educação Alimentar e Nutricional;- Alimentação saudável e Guia Alimentar;- Metodologias Aplicáveis em Educação Alimentar e Nutricional;- Aleitamento materno e Introdução Alimentar;- Hortas, Sustentabilidade e Meio Ambiente;- Acesso a Alimentos;- Aspectos sanitários dos alimentos e doenças relacionadas; e- Perdas e Desperdícios, Aproveitamento integral dos alimentos
3º Ciclo de Debates: Reflexões sobre a infância e a adolescência na atualidade	Promover a formação integrada aos profissionais ativos do sistema de garantia de direitos. Realizado pelo CMDCA.
Atendimento de idosos na PSB: uma perspectiva sobre envelhecimento, território e questões sociais.	Formação da PSB de Campinas ministrada pela equipe do Portal do Envelhecimento, a cerca de questões do Envelhecimento e políticas públicas.
	Encontro entre educadores de serviços OSC e

Encontro de Boas Práticas entre educadores realizado pela CPar da PSB	Agentes de ação social dos serviços públicos para trocas de experiências metodológicas.
Formação Introdutória em Direitos das Juventudes LGBTQIAPN+	Realizada pela Coletiva Curinga Junto a Instituição Seta em Parceria com a FEAC. A formação teve como objetivo fortalecer a cultura de direitos humanos, a partir do reconhecimento, valorização e respeito à diversidade bem como as estratégias para promoção e defesa de seus direitos.
Seminário “Olhando para os bebês com lentes intersetoriais – saúde, assistência e educação.”	Abordar aspectos que contribuem para o pleno desenvolvimento dos bebês, como alimentação saudável, fortalecimento de vínculo, relação com meio ambiente, entre outros.
15ª Conferência Municipal de Assistência Social de Campinas	Organização da etapa regional e participação de delegados.
13ª Conferência Estadual de Assistência Social	Participação de delegados na etapa estadual e eleição de representantes para etapa federal.
FORMAÇÃO PARA OS EDUCADORES SOCIAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - Trilhando Saberes: Reflexões sobre nossa Identidade e Atuação	Ação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, desenvolvida pela Teoria na Prática com o apoio do Grupo de Estudo e Práticas Permanente em Educação Social - GEPPES. Esta formação foi exclusiva e dedicada a educadores sociais,icineiros que atuam em Organizações da Sociedade Civil (OSC) e agentes de ação social que trabalham nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), assim como técnicos de referência que desempenham suas funções nos Distritos de Ação Social (DAS).
Fundamentos das Atribuições do Conselho Tutelar	Palestra realizada pelo Conselho Tutelar de Campinas com o intuito de esclarecer o papel do CT e de fortalecer o trabalho em rede.

Formação Território da Agricultura	A Formação teve como objetivo fortalecer as práticas de agricultura urbana na periferia, criando uma rede com as principais hortas comunitárias de Campinas. A formação teve como ação o mutirão de Reconstrução da Horta do CRAS Laudelina dentro dos princípios da agroecologia.
Formação de Facilitadores de Círculos Restaurativos e de Paz	A formação teve como objetivo consolidar e implementar políticas públicas de justiça restaurativa nas unidades de atendimento à população.
Estudo Socioterritorial no Trabalho com Políticas Públicas	Realizado pela Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor -EGDS. A formação teve como objetivo propiciar espaços de formação continuada acerca de produção de conhecimentos e estudos, de base socioterritorial, que subsidiem a construção de estratégias para o enfrentamento das desigualdades sociais e a melhoria de políticas públicas no município.
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Organização e Prática Cotidiana	Realizado pela Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação e PAULUS Social. O percurso formativo foi conduzido pelo arcabouço teórico metodológico-legislativo da Política Nacional de Assistência Social – PNAS com objetivo de refletir sobre a Prática do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
Educadores Sociais na Proteção Social Básica – "Trilhando Saberes, reflexões sobre nossa identidade e Atuação"	A formação teve como objetivo apresentação teórica e metodológica da legislação que norteia o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a reflexão sobre a atuação na prática do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo dentro da Política de Assistência Social.

Programa Piloto Teletrabalho – Curso: A Cultura do Teletrabalho	O objetivo da formação foi sensibilizar os servidores sobre teletrabalho como uma ferramenta importante para os dias atuais.
Oficinas DPPS	Oficinas temáticas de saúde e bem-estar no trabalho.

Planejamento Estratégico

Destacamos como grande avanço a efetivação e enfoque do trabalho coletivo em todos os CRAS. Este destaque se dá devido ao período dos anos anteriores em que, devido a pandemia, não era possível a reunião em grupos.

Como desafios, destacamos a dificuldade de manter o trabalho continuado com a insuficiência de RH (Agentes de Ação Social, bem técnicos sem perfil de trabalho em grupo), a falta de lanche para oferta nos grupos e a limitação de transporte.

Trazemos como grandes resultados a identificação dos CRAS como equipamento de PSB nos territórios, principalmente na efetivação da divisão territorial entre o CRAS Dandara e o CRAS Laudelina. Outro grande resultado percebido é pertencimento dos/as participantes dos coletivos em relação ao espaço por eles criados dentro dos CRAS.

PAIF

Na região Noroeste os quatro CRAS (Satélite Íris, Florence, Dandara dos Palmares e Laudelina de Campos Melo) trabalharam na perspectiva das ações coletivas, seja por meio de Acompanhamentos, Oficinas, Palestras e Campanhas. Fortalecemos as parcerias das redes intersetoriais, construindo propostas para ações conjuntas, na busca de aproximarmos os CRAS, as redes e a comunidade.

Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
CRAS Laudelina: Grupo Nosso Tempo	Grupo PAIF de Convivência formado por mulheres em situação de isolamento social e violência doméstica e/ou de gênero.	Superação do isolamento social; conscientização sobre direitos sociais e vivência de violência doméstica e/ou de gênero; fortalecimento da rede de proteção;

		convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
CRAS Laudelina: Projeto Viés	Grupo PAIF de Convivência formado por mulheres que através do desenvolvimento de habilidades em corte e costura, promove proteção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	Aquisição de noções básicas em corte e costura e desenvolvimento de potencialidades; conscientização sobre direitos sociais e vivência de violência doméstica e/ou de gênero; fortalecimento da rede de proteção; convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
CRAS Dandara dos Palmares: Dandara Somos Convivência	Grupo de convivência intergeracional, semanal	Superação do isolamento social; conscientização sobre direitos sociais e vivência de violência doméstica e/ou de gênero; convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
CRAS Dandara dos Palmares: Dandara somos Bonequeiras	Grupo de produção de bonecas pretas e pardas para posterior entrega nos parceiros de educação infantil, visando representatividade.	Fortalecimento da intersetorialidade; identificação por partes das participantes dos espaços do território; maior identificação da representatividade tanto das participantes do grupo como dos alunos das CEI's onde é entregue as bonecas
CRAS Dandara dos Palmares: Dandara Somos Bordadeiras	Grupo de convivência intergeracional, semanal, ferramenta bordado. Objetivo: discutir a participação da mulher, em especial da mulher negra na sociedade e conhecimentos populares e por fim representar através do bordado.	Empoderamento feminino negro; aquisição de conhecimento de mulheres negras que influenciaram e influenciam a política, a educação, etc

CRAS Dandara dos Palmares: Coletivo Literário Dandara Somos	Coletivo literário formado inicialmente de forma intersetorial e que atualmente é vinculado ao CRAS e com a parceira Katia Marchese. Grupo de mulheres que escrevem e estudam poesia tendo como base de criação as próprias vivências destas.	Criação e edição de livro com poesias; Participação de cursos e oficinas para coletivos; participações em espaços literários e declamações;
CRAS Florence: Coletivo Unidos Por Um Propósito	Grupo de convivência realizado semanalmente. Realizado planejamento junto as/os participantes com levantamentos de temas a serem trabalhados ao longo do ano e repactuação do contrato de convivência do grupo.	Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ampliação da identificação do papel do CRAS e da política de assistência social.
CRAS Florence: Grupo de Mulheres Sirius	Grupo de convivência realizado semanalmente. Realizada repactuação do contrato de convivência do grupo.	Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ampliação da identificação do papel do CRAS e da política de assistência social.
CRAS Florence: Mulheres Criativas	Grupo de convivência realizado semanalmente. Atividade de temas transversais a população usuária se utilizando do artesanato como meio para desenvolver as rodas de conversa. Realizado planejamento junto as participantes com levantamentos de temas a serem trabalhados ao longo do ano e repactuação do contrato de	Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ampliação da identificação do papel do CRAS e da política de assistência social.

	convivência do grupo	
CRAS Satélite Iris: Bordadeiras fazendo arte	Criado em 2019 com a finalidade de promover espaço de convivência comunitária, escuta, troca de experiências e saberes, facilitando processos de empoderamento e emancipação. Os encontros são realizados semanalmente e utiliza-se da arte, bordado e costura como estratégias de agrupamento e partilha.	Fortalecimento dos vínculos, possibilidade de espaço de escuta e reflexão coletiva. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade.
CRAS Satélite: Guerreiras do Satélite	Grupo de mulheres que se reúne de forma continuada, semanalmente, com a finalidade de fortalecer vínculos comunitários e familiares, buscando acesso a direitos e contribuindo na qualidade de vida.	O grupo realiza planejamento coletivo das atividades a serem desenvolvidas, expressando suas potencialidades, trocas de experiências, participação, autonomia e protagonismo. Teve como principais resultados o fortalecimento dos vínculos, trocas de experiências e valorização do espaço do grupo para qualidade de vida.
CRAS Satélite: Troca de Saberes	Grupo de frequência semanal que tem como objetivo a convivência e o fortalecimento de vínculos comunitários e institucionais, através de encontros em que as experiências e saberes das participantes são compartilhados através do artesanato e rodas de conversa.	Possibilidade de acolhimento, compartilhamento, orientações, discussões e reflexões potentes.

Ações Coletivas Intersetoriais		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
CRAS Laudelina: Dia Internacional da Mulher	Ação intersetorial realizada na quadra do Bassoli com apresentações artísticas dos SCFV Progen e Cecompi, oficina de turbantes e de abaiomi.	Participação e interação da população local.
CRAS Laudelina: Maio Laranja	Ação Intersetorial realizada no CRAS em combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes com rodas de conversa, apresentações temáticas do PROGEN e do CeComPI e oficinas sobre o tema; Teatro ofertado pelo CMDCA no CEU Florence.	Participação e interação dos usuários dos serviços de convivência e da população em geral.
CRAS Laudelina: Violência de Gênero e comemoração do aniversário do ECA	Ação intersetorial realizada na quadra do Bassoli, com o intuito de sensibilização da população quanto aos direitos das crianças e adolescentes e do combate à violência contra a mulher.	Participação e interação da população local.
CRAS Laudelina: Consciência Negra	Ação intersetorial realizada na quadra do Bassoli em comemoração ao Dia da Consciência Negra com apresentações artísticas dos SCFV ProGen e CeComPI, oficinas de abaiomi e roda de	Participação e interação da população local.

	conversa.	
CRAS Dandara dos Palmares: Lançamento livro coletivo Dandara Somos Poesia	CRAS parceria com a Casa de Cultura Parque Itajaí e a poeta Katia Marchesi.	Efetivação como coletivo, e expansão , com nova parceria, desta vez, com o hub "Quebrada em movimento". Duas; participação de processo de formação para coletivos "Trilha de Impacto da Quebrada"o que gerou fundos para a edição e publicação do livro de poemas que ocorreu no dia 25/03 com uma tarde de autógrafos
CRAS Dandara dos Palmares: Intersetorial Dandara - apresentação CEAMO	Reunião da intersetorial com presença do CEAMO para apresentação do serviço e dos fluxos de acesso	Fortalecimento da rede e maiores entendimentos sobre os fluxos, além de criação de espaço para discussão sobre violência contra mulheres.
CRAS Dandara dos Palmares: Panfletagem 18 de Maio	Distribuição de panfletos e pequena conversa com transeuntes e comerciantes do entorno da Praça da Concórdia em parceria com CT Noroeste	Divulgação da campanha do Maio Laranja.
CRAS Dandara dos Palmares: Participação na organização do teatro "Vim ver Maria"	Com financiamento do CMDCA foi realizada atividade com a rede de serviços do território (CRAS, DAS, CREAS e OSCs da região noroeste).	Aproximação e fortalecimento da rede de SCFV e PSE regional.
CRAS Dandara dos Palmares:	Reunião da rede intersetorial com presença da coordenadora do	Fortalecimento da rede e maiores entendimentos sobre os fluxos.

Intersetorial Dandara - apresentação GAMA	GAMA - Guarda Amiga da Mulher para apresentação do serviço e dos fluxos de acesso	
CRAS Satélite Iris: Novas Atitudes	Projeto tem a perspectiva de unir esforços para o enfrentamento a questões básicas e de prevenção de riscos sociais, no sentido de mobilizar a rede e a comunidade para ações de caráter preventivo. A metodologia de trabalho desenvolve durante o ano ações com os temas: Gênero, Combate à exploração sexual infantil, Meio ambiente e Consciência Negra, conforme plano de trabalho.	A temática do 18 de maio foi construída pela rede e comunidade e teve resultados positivos, as demais temáticas foram trabalhadas pela rede de forma individual em cada equipamento. Realizamos o Urbanizarte no território com verba da FEAC com o objetivo de fortalecer os vínculos no território e tivemos várias ações e fazendo destaque para a reflexão da temática da Consciência Negra com apoio do CEPPIR.
CRAS Satélite Iris: Intersetorial Micro 2	É um grupo composto pela rede das diversas políticas do território e comunidade visando intervir nas demandas apresentadas pela comunidade.	A efetividade deste trabalho se dá com a participação ativa da rede e comunidade de forma propositiva e em relação ao ano 2023 tivemos resultados positivos nas discussões de temática da melhoria das condições da Escola Estadual São Judas e a outra demanda foi iniciada a partir de dados das condições.
CRAS Satélite Iris: Comissão do Centro Cultural José Alves	É um grupo composto pelas políticas: Educação, Assistência Social, Saúde Cultura e comunidade e pretende resgatar a identidade do Centro Cultural	O coletivo está desenvolvendo uma proposta de resgate histórico do território Campo Grande e do CRAS através de documentário.

	José Alves bem como o respeito aos aspectos culturais e locais.	
CRAS Florence: Grupo de adolescentes CRAS/EMEF Barraquet	Grupo de convivência realizado quinzenalmente. Atividade de temas transversais a adolescência se utilizando de material audiovisual e jogos como meio para desenvolver as rodas de conversa. Realizado planejamento junto a equipe da escola.	Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Maior aproximação com as demais políticas públicas e identificação do papel do CRAS e da política de assistência social.
CRAS Florence: Comissão intersetorial SMADH/SEDUC/I FSP	Realizadas reuniões quinzenais. Elaboração do edital e sensibilização do público-alvo para participação do curso de agroecologia, vinculado ao EJA, com foco na capacitação de pessoas para desenvolvimento de hortas urbanas.	Fortalecimento da Rede
CRAS Florence: Cine Debate em Parceria Casa Santana	Grupo de convivência realizado mensalmente. Atividade de temas transversais a população usuária se utilizando de curtas metragens e outras produções audiovisuais para desenvolver as rodas de conversa. Realizada roda de conversa sobre temáticas transversais ao dia da mulher	Fortalecimento da Rede
CRAS Florence:	Realizada atividade em parceria	Fortalecimento da Rede Prevenção

Cine 18 de maio	com a rede de serviços do território (CRAS, CRAMI, Casa Santana Florence e Rossim, Instituto Anelo, Conselho Tutelar e CMDCA). Realizado roda de conversa com a população se utilizando um curta metragem “O Segredo de Nara” como instrumento para discutir o combate a violência contra crianças e adolescente.	
CRAS Florence: Ação Coletiva em parceria com CS Florence	Apresentação do CRAS e Programas e Benefícios da Assistência Social. Realizada roda de conversa sobre o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes e sensibilização para participação nas ações do 18 de Maio.	Maior aproximação com as demais políticas públicas e identificação do papel do CRAS e da política de assistência social.
CRAS Florence: Teatro 18 de Maio	Realizada atividade em parceria com a rede de serviços do território (CRAS, DAS, CREAS, CMDCA e OSCs da região noroeste). Realizado roda de conversa com a população se utilizando do teatro “Vim ver Maria” como instrumento para discutir o combate a violência contra crianças e adolescentes	Fortalecimento da Rede; Prevenção;
CRAS Florence:	Realizadas atividades com plantas	Fortalecimento da Rede Prevenção.

Oficina de Plantas Medicinais	medicinais no grupo Mulheres Criativas, em parceria com as residentes do CS Florence. Tendo por objetivo o conhecimento das capacidades medicinais das ervas, bem como seu modo de uso e possíveis riscos a saúde.	

Outras Ações Coletivas		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
CRAS Laudelina: Oficina CIEE – Centro Integração Empresa Escola	Oficina desenvolvida em parceria com o CIEE e com participação de usuários do Progen e do CRAS.	Ampliação do conhecimento dos jovens quanto aos programas de aprendizagem e estágio, bem como oferecer instrumentos para acesso ao mundo do trabalho.
CRAS Laudelina: Grupo de BPC	Oficina com orientações sobre o Benefício de Prestação Continuada para informar e esclarecer sobre o direito e o acesso ao BPC.	Maior agilidade no acesso e aumento do grau de informação dos usuários.
CRAS Laudelina: Oficina de Horta	Oficinas de reconstrução e manutenção da horta do CRAS, priorizando os princípios da agroecologia, contando com a participação de usuários de diversas hortas do município.	Fomento de práticas de hortas urbanas no território. Fortalecimento de parceria intersetorial com a CEI Borghi.
CRAS Laudelina: Visita à Biblioteca de Sousas	Visita das participantes do Grupo Nosso Tempo à Biblioteca de Sousas, oficina de artesanato com tinta elaborada a	Promoção de momento de lazer, conhecimento e trocas com as usuárias do grupo.

	partir de terra (retiradas do CRAS) e roda de conversa sobre a importância no nosso equipamento para elas.	
CRAS Laudelina: Visita ao Centro de Memória Local – Mini museu	Visita das participantes do Grupo Nosso ao museu de objetos africanos a fim de compreender melhores nossas identidades, origens, crenças e culturas.	Promoção de momento de lazer, conhecimento e trocas com as usuárias do grupo.
CRAS Laudelina: GIPP – Grupo Intersetorial de Políticas Públicas	Formado por representantes da Caixa Econômica, SEHAB, SMASDH, SEPLAN, Serviços Públicos, Progel, Síndicos do Bassoli e lideranças locais	Maior participação das políticas públicas no território e maior resolução das problemáticas.
Dandara Somos: Poesia - Café com Carolina	Encontro literário sobre mulheres promovido pelo coletivo da Maloca.	Conhecimento de outros coletivos femininos e possibilidade de interação em novos espaços.
Coletivo literário: Visita ao Museu Catavento	Visita ao Museu Catavento e ao Mercado Municipal de São Paulo.	Conhecimento de novos espaços de aprendizagem e diversidade;
CRAS Florence: Lideração	Projeto do Minha Campinas em parceria com a FEAC e o CRAS Florence. Realizado em conjunto com a comunidade/lideranças locais com o objetivo de formar lideranças e identificar demandas do território	Maior interesse da população pelas demandas e necessidades do território e surgimento de lideranças locais.

Gestão Territorial

NAG

Foram realizadas 8 reuniões durante o ano de 2023, nos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, junho, agosto, setembro e outubro. Como pautas foram acordados os seguintes temas:

- 1) descentralização de albergues;
- 2) casos emblemáticos;
- 3) SUS/SUAS;
- 4) retomada da intersetorialidade regional

O NAG possibilitou falarmos principalmente das dificuldades dos fluxos, porém ainda há um longo percurso para que a proposta seja efetivada.

Intersetoriais:

Houve participação nas reuniões de gestão conjunta com a Coordenadoria de Parcerias da PSB (CParPSB), DAS Noro, CRAS da Região e CSAC. Houve ainda algumas reuniões com toda rede da assistência para organização e execução da etapa regional da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social. Ainda em conjunto com a CParPSB e a CSAC as chefias de CRAS, a Coordenação de DAS e a técnica de referência dos SCFV participaram da comissão de seleção edital 005/2023.

As reuniões intersetoriais dos microterritórios aconteceram conforme calendário de cada micro (Micro 1; Micro 2; Micro Florence; Intersetorial Dandara; Micro 4), sendo que a organização se deu a partir dos equipamentos da assistência. Vale ressaltar que na Micro 1 o DAS é participante e na Micro Florence, as reuniões intersetoriais se dão a partir de Ações, como por exemplo ações do “Maio Laranja”.

Ação Inovadora

CRAS Dandara dos Palmares

Em 2023 o coletivo “Dandara Somos Poesia”, que havia surgido no ano anterior como uma parceria do CRAS com a Casa de Cultura Parque Itajaí e a poeta Katia Marchesi, se consolidou e uma nova parceria se formou, desta vez, com o hub “Quebrada em movimento”, o que proporcionou a integrantes do grupo a participação em um processo de formação para coletivos “Trilha de Impacto da Quebrada” que gerou fundos para a edição e publicação do livro de poemas e uma tarde de autógrafos delas no lançamento do livro que ocorreu no dia 25/03. Esse coletivo ainda participou do “Café com Carolina”, um encontro literário sobre

mulheres promovido pelo coletivo da Maloca. E ainda com verba do fundo de investimento da Quebrada, uma visita ao museu Catavento e ao Mercado Municipal de São Paulo, onde as mulheres do coletivo puderam conhecer espaços diversificados de aquisição de conhecimento e cultura. O grupo ainda participou em atividade coletiva realizada pelo HUB, o Festival da Quebrada, onde foram reunidos os beneficiados da formação para entrega dos certificados e apresentação dos coletivos contemplados. No segundo semestre de 2023, o coletivo ainda participou de um evento em comemoração ao aniversário do CAPS III Integração, onde fizeram uso de microfone aberto em um sarau e apresentaram suas poesias. No mês de novembro ainda participaram do 1º Festival Literário de Campinas – FLIC@, realizado na Estação Cultura. Tendo sido esse o coletivo de maior destaque nesse ano.

CRAS Florence

Em 2023 uma das grandes ações inovadoras em que o CRAS participou foi a “Horta Comunitário Cultivando no Florence. Houve participação nas atividades da horta comunitária junto a população usuária como uma das ações de fortalecimento de vínculos comunitários, realizando oficinas com as seguintes temáticas

- O papel do CRAS no território
- Os Programas e Benefícios de transferência de renda da política de assistência social
- Confecções de placas de madeiras com mensagens positivas de cuidado com a horta.

O CRAS ainda esteve presente na inauguração da horta e na apresentação do “Relatório Anual Horta piloto Cultivando no Florence”

Ainda em 2023, o CRAS Florence iniciou uma ação de “Roda de conversa sobre BPC – Benefício de Prestação Continuada”. A ação foi realizada com usuários que foram atendidos pelo CRAS e estavam aguardando BPC ou já recebiam. O objetivo era orientar, esclarecer dúvidas, viabilizar acesso ao benefício. Foi possível realizar esclarecimentos, viabilizar acesso e desta forma evitar futuros bloqueios e ou exclusões.

CRAS Laudelina de Campos Melo

No CRAS Laudelina, como ação inovadora podemos mencionar a parceria com o Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti - CEI para execução do Projeto Viés. Bem como a parceria com a CEI Borghi para implementação na Nossa Horta (parceria educação e assistência).

CRAS Satélite Iris

Projeto piloto “Reconhecimento de Paternidade”, que foi desenvolvido no município de Campinas com o estabelecimento de parcerias - Promotoria da Infância e Juventude, NEPP, PMC/CRAS e FEAC. Teve como propósito abordar e viabilizar o reconhecimento de paternidade de crianças e adolescentes que não possuem o registro do pai em suas certidões de nascimento. O CRAS promoveu reuniões informativas nos coletivos e intermediou as ações em conjunto com a equipe técnica do Projeto.

A Comissão do CCJA está atualmente em processo de construção da história do território do Campo Grande e CRAS Satélite Íris através de uma interlocução com as diversas políticas e comunidade para organização e reconstrução da história bem como de fortalecer a identidade do espaço Centro Cultural José Alves que foi marcada por história de lutas da comunidade.

A parceria com o Projeto Juventude Conectada que realiza atendimento para a população com acesso as tecnologias da informação. Importante pontuar que o CRAS desenvolveu várias ações com as famílias para divulgação do Processo Seletivo e desta forma jovens do território, oriundos das famílias PAIF estão participando deste projeto que possibilita o atendimento da população de segunda a sexta feira nos horários da manhã e tarde.

Desafios

Diversos desafios perpassaram as ações dos CRAS e do DAS durante o ano de 2023.

Acredita-se que os maiores impactos são a insuficiência de RH e falta de estrutura dos equipamentos, seja predial ou de informática, que estão obsoletos e sem manutenção adequada. Ainda citamos a falta de lanche para atividades continuadas e transporte para realização de atividades externas com os grupos.

Em relação ao CRAS Laudelina, cita-se o deslocamento de membro da equipe técnica para suprir a licença da chefia. Em relação ao CRAS Florence cita-se que embora o prédio do CEU seja de 7 mil metros quadrados, o CRAS é limitado a três salas específicas. A sala de atendimento à população não tem condições climáticas adequadas, falta espaço e possui acessibilidade limitada. Um grande desafio para este CRAS é identificar junto ao DOAS a necessidade de um novo espaço físico para que seja possível atender de maneira coerente com o SUAS à população, bem como ter estabelecido a identidade do CRAS.

Ademais, citamos alguns outros desafios que impactaram os trabalhos:

- Aumento da vulnerabilidade nos territórios;
- Insuficiência de equipamentos de SCFV de 06 a 14 anos;

- Insuficiência de Programas Habitacionais;
- Formação para PSB em especial para o trabalho coletivo
- Superdimensionamento dos territórios de atendimento
- Questões de calamidade pública
- A Intersetorialidade não ser diretriz de todas as secretarias
- Insuficiência de material de oficina, bem como reposição constante dos mesmos;

Metas para 2024

- Criação de estratégias para ampliar e fortalecer a participação dos usuários nos serviços;
- Manter participação ativa no Núcleo Articulador Gestor (NAG) a fim de promover mais ações integrativas entre as duas Proteções Sociais (Básica e Especial) além de ações intersetoriais;
- Apoiar participação popular em espaços como os diversos Conselhos e Fórum Regional;
- Enfrentamento dos retrocessos impostos a Política de Assistência Social;
- Dar continuidade às ações coletivas, revendo o planejamento quando necessário, visto que os CRAS estão com redução de RH por diversos tipos de afastamento e aposentadorias;
- Realizar atividade coletiva regional integrando os CRAS e o DAS.

Considerações Finais

A Região Noroeste é um território marcado pelas lutas políticas e sociais na defesa da cidadania, da vida incondicional e de políticas públicas.

A população sofre com a sua precária estrutura sociodemográfica, na qual destacamos a falta da infraestrutura e de profissionais das mais diversas políticas. Políticas essas que apesar de existentes, são insuficientes para responder as demandas cada vez mais crescentes da população, onde o desafio passa a ser a busca de um território com o Estado “forte” mais presente, devidamente estruturado, organizado e articulado entre as e nas diversas políticas públicas.

Considerando ainda os desafios e principalmente a insuficiência do quadro de RH junto aos serviços nesta região, destacamos que os CRAS têm cumprido seu papel de referência junto as

famílias mais vulneráveis e aos serviços nos territórios. O DAS vem se firmando como articulador e gestor regional da política de assistência.

Mesmo com todos os avanços e trabalhos executados, é importante indicar que é necessário maior investimento do gestor público central (prefeitura) em renovação e complementação de RH; disponibilização de transportes, lanche e materiais; criação e implementação de mais e maiores espaços das demais políticas públicas; investimento pleno em reformas e construção de prédios públicos; entendendo que aí sim teremos atendimento ainda mais qualificado e respeitando todas as diretrizes do SUAS.

Região Norte

Campinas é dividida em cinco macrorregiões administrativas, incluindo a Região Norte, que possui 18,2% da população e aproximadamente 200 km² de área territorial. Com 180 bairros, a região enfrenta desafios sociais, com 15% das famílias em vulnerabilidade social, sendo destes 65% com renda abaixo de meio salário-mínimo, 41,50% em situação de extrema pobreza, segundo o estudo socioterritorial 2022/2025.

A presença de equipamentos culturais, educação e saúde, embora existente, concentra-se próximo ao centro da cidade, enquanto a população vulnerável está em áreas mais afastadas, como Jardins São Marcos, Sta. Mônica, Campineiro, Boa Vista, Village, San Martin, Vila Olímpia e Padre Anchieta. Outros fatores de vulnerabilidades presentes na região são as divisas com outros municípios o que dificulta o acesso dos usuários aos poucos serviços existentes na região, preservação de características rurais com significativa parcela de bairros não regularizados, pois estão instalados às margens da linha férrea, rodovias e entrecortados por fazendas, chácaras e hortas.

Em termos de vulnerabilidade territorial essas características corroboram para um território marcado historicamente pela emergência de inúmeras violações de direitos. Destacamos dentre as principais vulnerabilidades: a incidência de alcoolismo, drogadição e tráfico de drogas, violência de gênero, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e insegurança alimentar.

Os distritos de Nova Aparecida e Barão Geraldo também revelam contrastes, com áreas economicamente desenvolvidas e outras vulneráveis, afetadas por problemas como déficit habitacional e impactos de chuvas causando enchentes e ausência de serviços públicos da

assistência social. A região é sede de instituições educacionais, todavia apresenta evasão e defasagem escolar dos jovens das regiões periféricas.

O Distrito de Assistência Social Norte (DAS) gerencia 32 serviços socioassistenciais, incluindo DAS Norte, os CRAS Espaço Esperança, CRAS Vila Réggio e rede complementar. Como estratégia de atendimento do DAS contamos o atendimento volante nos territórios CDHU, San Martin e Vila Olímpia, bem como o atendimento descentralizado na CACO – Padre Anchieta e na AMIC Village.

A rede participou de forma significativa nas discussões do reordenamento dos SCFV, e organização da Conferência Regional e Municipal da Assistência Social.

A região do CDHU, San Martin e Vila Olímpia sofreu impacto habitacional devidos projetos de novos empreendimentos imobiliários privados e públicos em construção e/ou em andamento, a desapropriação da Vila Paula. O território de abrangência do CRAS Vila Réggio foi afetado por fortes chuvas que culminou na desapropriação de uma área de ocupação. Estes impactos justificam o crescimento da população, assim o aumento das vulnerabilidades do território e as demandas de atendimentos.

Diante dos dados acima apresentados, entende-se que essa quantidade de serviços é insuficiente para efetividade de atendimentos, considerando o número de família e principalmente aquelas que não acessam os serviços socioassistenciais. Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de novos serviços socioassistenciais e de outras políticas (saúde, educação) nessas áreas vulneráveis e principalmente a ampliação de CRAS.

FORMAÇÕES, PALESTRAS E CURSOS	
Nome	Breve informação sobre o curso (objetivo, etc)
Serviço de PSB no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	EAD, ofertado pelo MDS, carga horária 40 horas.
Cadastro único: conhecer para incluir	EAD, ofertado pelo MDS, carga horária 24 horas
Encontro Formativo SIGM	Curso para utilizar as novas ferramentas do SIGM com foco nos benefícios eventuais.
GT Escuta Especializada	Encontro presencial com representantes da Justiça e Rede Socioassistencial sobre a escuta especializada e protegida de crianças e

Curso: Boas Práticas em Família	adolescentes vítimas de violência e violações. Formação pelo instituto Claves – Boas Práticas em Família, objetivando compreender melhor as violações de direitos contra crianças e adolescentes.
Palestra sobre Autismo	Reunião geral da Norte com a participação da convidada Talita G. Santos (Unicamp) para tratar o tema.
Formação EGDS	Desmistificando a adversidade sexual.
Encontro on-line da SMASDH	Apresentação dos Benefícios Eventuais
Compartilhando Experiências para o Fortalecimento da Intersetorialidade	Fortalecimento da Intersetorialidade (Intersetorial Barão Geraldo).
Abertura on-line da Conferência Municipal de Assistência Social	Leitura do Regimento Interno da XV Conferência Municipal.
XV Conferência Municipal de Assistência Social	Participação para debater e avaliar a Política de Assistência Social.
Palestra	Fluxos do MP.
Encontro on-line	Operação Verão.
Estudos Socioterritoriais	Curso EGDS – DVIS, direcionado para compreender o processo de formação de pesquisas e análise das informações observadas, através de cartografia social, pesquisa participante, proximidade com a realidade concreta, da articulação das políticas em um mesmo território e a propositura de ideias que contribuam para estudos territoriais.
Formação Paulus	Reordenamento do SCFV de Campinas.
Simpósio – Semana do Bebê	Olhando para os bebês com lentes intersetoriais: saúde, assistência e educação.

Capacitação Portal do Envelhecimento e Longeviver	Sobre Metodologia de trabalho a ser utilizada na oferta de serviços de assistência social para idosos. Territórios do Envelhecimento; Novas configurações familiares; Sistema de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; Políticas Sociais para Pessoas Idosas e Envelhecimento ativo.
Palestra sobre Gênero, Raça e Relações Sociais	Reunião Intersectorial com a participação da Advogada Adriana de Moraes para tratar o tema.
Apresentação do SERAVI	Reunião Intersectorial com a participação do coordenador do serviço.
Primeira Infância e Intersectorialidade	Curso on-line AVA SUS-UFRN.
III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Participação para debater e avaliar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
I Seminário Orfandade e Direitos em Campinas	Participação para debater e refletir sobre a construção de uma política universal de proteção às crianças e adolescentes em orfandade.
I Fórum da Mulher Paulista	Participação no evento com o objetivo de promover políticas públicas focalizadas para a mulher no Estado.
I Simpósio sobre Direitos da criança e adolescente	Divulgação das ações do CMDCA e levantamento de demandas para as comissões.
Encontro on-line com Dr. Bruno – defensor público do Estado	Esclarecimentos de fluxos da defensoria do Estado.
Projeto Paternidade	Palestra Dra. Andreia do MP.
Protocolo Idoso – SMASDH	Apresentação de fluxo para ILPI.
Capacitação Defesa Civil	Fluxos da Operação Verão.
Seminário Pop. Rua	Ciclos de Debates “Perspectiva da política de assistência social voltada a População em situação de rua - 10 anos de Centro POP”.

O Meu Lugar, Viva Campinas!	Roda de Conversa na instituição Maria Rosa – compartilhamento de histórias com reflexão sobre o pertencimento e o direito de ser protagonista da própria história.
3º ciclo de Debates – Reflexões sobre a infância e adolescência	Discussão referente ao desenvolvimento infantojuvenil e suas peculiaridades, a fim de promover a importância da valorização de crianças e adolescentes como sujeitos.
Agosto Lilás	Palestra com parceiros e serviços que articulam e trabalham com a mulher vítima de violência doméstica.
Dia da Consciência Negra	Palestra com a parte histórica de valorização do povo preto, indicação de continuidade da discriminação e a afirmativa da necessidade de movimentos de defesa para população preta.

Planejamento Estratégico

Os avanços no planejamento estratégico estiveram relacionados:

–A aproximação do DAS no território Village, através da parceria com a Instituição AMIC, com a implantação do atendimento descentralizado quinzenalmente, bem como a garantia da van do cadastro único no local.

–A participação popular na região Norte mediante o desenvolvimento de Rodas de Conversas sobre Intersetorialidade e a preparação e realização da Conferência Regional e Municipal da Assistência Social.

–O fortalecimento dos grupos existentes nos CRAS com a realização de várias ações de mobilizações com temas referentes a Política de Assistência Social (ex. Maio Laranja, Agosto Lilás, Dia do Idoso, Consciência Negra, entre outros).

O Núcleo Articulador Gestor NAG Norte apesar de atuante não conseguiu avançar nas discussões do diagnóstico socioterritorial neste ano, porém há uma proposta em parceria com a Unicamp com esse objetivo para 2024. Entretanto, destacamos como ponto positivo a participação das equipes na formação para “Estudos Socioterritoriais” promovido pelo EGDS, com a finalidade de instrumentalizar os profissionais nesta construção.

Identificamos diversos entraves que dificultaram a execução do planejamento, dentre elas: necessidade de mais um veículo para atender todos os serviços do território; não fornecimento de lanches para as atividades coletivas; reformas e manutenções dos equipamentos para garantia de um melhor acolhimento a população e profissionais com ambiente adequado para as atividades; falta de materiais permanentes adequados para a oferta do serviço (cadeiras, computadores, etc...); falta de reposição dos profissionais causando sobrecarga nas equipes; falha e ausência na comunicação na SMASDH; bem como a necessidade de supervisão técnica.

Ressaltamos que para a garantia do planejamento é necessária efetiva organização dos recursos no âmbito da proteção da básica para a realização das atividades e ações planejadas.

PAIF

Os PAIF's dos CRAS Espaço Esperança e Vila Réggio focaram nos atendimentos coletivos, visando o fortalecimento de vínculos e sentido de pertencimento no território e cidade e o desenvolvimento da capacidade protetiva da família, através de diversas ações e atividades com esse objetivo. A singularidade de ter um bom vínculo estabelecido com as famílias do território facilitou o trabalho social. Como estratégia de atendimento foi ofertado acolhida e escuta, articulações com a rede, encaminhamentos, afetividade, respeito, entre outros. As atividades em grupos ocorreram com constância, planejamento coletivo, comunicação direta e empática.

Apesar das dificuldades no trabalho social com famílias, ressaltamos que no ano de 2023 as equipes dos CRAS executaram o PAIF com os recursos disponibilizados ao longo do ano da própria equipe e da SMASDH para as ações pontuais.

Destacamos neste ano o grupo Articula CRAS, que além de ter uma boa vinculação com o Jardim Rosália IV, conseguiu ampliar o atendimento no bairro Shalon III. Esta ação a equipe contou também com a colaboração de profissionais de outros serviços contemplando as temáticas propostas pela comunidade.

O CRAS Espaço Esperança realizou durante o ano o Grupo GRÁ-VIDAS, com o objetivo de fortalecer a mulher e seus papéis sociais, vínculos maternos, direitos e aspectos da gestação, com o destaque na atividade “Semana do Bebê”.

O Grupo CRAS em foco: trabalhou o acesso à cidadania, o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, o acesso à cidade como forma de pertencimento, realizou rodas de conversas com temas de interesse dos usuários, e do calendário da secretaria, além de

campanhas de conscientização e diversidade.

CRAS Espaço Esperança

Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Grupo de Gestantes (semanal)	Fortalecimento da mulher com os papéis sociais, vínculos maternos, direitos e aspectos da gestação.	Autonomia e Empoderamento; Vínculos maternos fortalecidos; Saúde materna aprimorada; Melhoria no acesso a cuidados pré-natais de qualidade e informações sobre saúde materna; Desenvolvimento de Redes de Apoio como a criação de redes de apoio entre mulheres, compartilhando experiências e oferecendo suporte mútuo;
Grupo de Mulheres (semanal)	Convivência e troca de saberes	Empoderamento através de troca de experiências e saberes; Aprendizado de Novas Habilidades; Compartilhamento de experiências e apoio; Fortalecimento de solidariedade entre o Grupo; Preveniu o isolamento;
Grupo de Transferência de Renda	Descumprimento de condicionalidades programa Bolsa Família.	Orientações acerca do descumprimento e condicionalidade do Programa Bolsa Família;
CRAS em Foco (quinzenal)	Convivência, fortalecimento de vínculos e transferência de renda.	Aumento da vinculação com o serviço; Acesso ao lazer público;

		Acesso à informação de programas e benefícios; Troca de experiências e reflexões sobre as questões vivenciadas no cotidiano;

CRAS Vila Réggio

Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Articula CRAS	Grupo de famílias em acompanhamento PAIF no Jardim Rosália IV, Parque Universal e Nova Canaã com o objetivo de troca de conhecimentos e fortalecer vínculos com o território. Nos grupos tivemos participação de alguns convidados como: CREAS, Guarda Amiga da Mulher, CEAMO, Abrigo Sara M. e SAPECA.	Fortalecimento dos vínculos com o território. Orientações sobre o trabalho do CREAS, Guarda Amiga da Mulher, CEAMO, Abrigo Sara M. e SAPECA;
Roda Temas	Grupo de famílias em acompanhamento PAIF com objetivo de abordar temas de interesse público	Realizado com os beneficiários do Nutrir Emergencial. Em alguns meses não foi possível a realização do grupo devido à urgência da família em receber os cartões.
Oficina Arte e Convivência	Grupo de convivência e fortalecimento de vínculos, sociais e comunitários através da Pintura em Tecido e Crochê.	Promoção de troca de vivências socioculturais e socialização entre usuários e o CRAS; Mesmo com a troca de referência para as atividades se manteve o vínculo. Foram realizados

		passeios que promoveu novas vivências culturais e socialização entre os participantes.
Cultivando Saberes	Grupo de mulheres em acompanhamento PAIF com objetivo de trabalhar as questões de gênero e prevenção às violências contra mulheres.	Prejudicado a partir de Maio devido outras agendas (formação 18 de maio), manteve-se o vínculo das mulheres em outras atividades e no atendimento individual.
Facilitando Direitos	Grupo com beneficiários do Programa Viva Leite nas OSC's Semear, FIRMACASA e CPTI para informações sobre os benefícios sociais	Propiciou o fortalecimento da rede com a aproximação dos profissionais.

Ações Coletivas Intersetoriais		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Roda de conversa: Nutrição e benefício (CRAS Espaço Esperança)	Atividade conjunta com o DSAN para explicação dos critérios de acesso aos benefícios da segurança alimentar; orientações para uma alimentação mais saudável e o bom uso dos alimentos.	Detalhamento dos critérios de acesso dos Programas: Nutrir e Viva Leite. Compreensão de outras formas de utilizar os alimentos. Conhecimento dos profissionais que desenvolvem o trabalho no DSAN;
Mulheres em Movimento (Intersetorial Estrela)	Encerramento do mês da Mulher com apresentações culturais, Rodas temáticas e atividade física.	Mobilização foi efetiva apesar de ser organizado com recursos da rede e doações.
18 de Maio	Mobilização da Campanha	Mobilização foi efetiva apesar das

(Intersetoriais Amarais, Nascente e Estrela)	18 de Maio – Cortejo	dificuldades do planejamento do CMDCA para a ação.
Simpósio – Semana do Bebê (Intersetoriais Estrela e Amarais)	Olhando para os bebês com lentes intersetoriais: saúde, assistência e educação	Reflexões e discussões sobre a Primeira infância e as políticas públicas voltadas para esta faixa etária.

Outras Ações Coletivas		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Encontro formativo para a Conferência Regional de Assistência Social	3 encontros formativos que teve a função de preparar os conferencistas para a Conferência Regional. A articulação de toda a Rede de serviços socioassistenciais para a realização da Conferência Regional.	Participação ativa da Rede Socioassistencial; O objetivo era a disseminação de informações atualizadas entre os participantes; bem com a preparação para a conferência, contudo ressaltamos que os encontros causaram pouco impacto, devido a didática dos profissionais que promoveram os encontros, bem como a baixa participação de usuários;
Conferência Municipal de Assistência Social	Participação no planejamento e execução da Conferência Municipal de Assistência Social.	Participação ativa da Rede Socioassistencial;
Agosto Lilás	Atividade no Jardim Rosália IV e Vila Esperança contando com a participação da Rede Mulher.	Divulgação e Reflexões acerca do tema.
Consciência Negra	Encontros com as equipes	Divulgação e Reflexões acerca do

	da Intersetorial Estrela e Encontro aberto no CEU Espaço Esperança.	tema.
Arte e Convivência (CRAS Vila Réggio)	Com este grupo foram realizados dois passeios, sendo para Americana/SP e Monte Alegre do Sul/SP.	Promoção de troca de vivências socioculturais e socialização entre usuários e o CRAS;
Compartilhando Experiência para o Fortalecimento da Intersetorialidade	Palestra com um Profissional da Educação, um profissional da Política de Saúde e um Profissional da Política de Assistência Social, após a palestra abriu para discussões	Melhoria na tomada de decisões, ao Compartilhamento experiências entre setores e políticas públicas; Compreensão das necessidades e perspectivas de cada ator, levando a tomada de decisão mais informada e alinhada aos objetivos comuns; Sinergia mais eficaz entre diferentes iniciativas, evitando duplicações e lacunas; Criação um ambiente de aprendizado contínuo, onde as melhores práticas podem ser identificadas e replicadas; Desenvolvimento relações mais sólidas e duradouras; Fortalecimento da rede e a criação de ambiente de aprendizado contínuo;
Cine Debate	Apresentação de filme Quilombo	Roda de conversa com os participantes para reflexões acerca do filme;

Gestão territorial

Destacamos a importância dos CRAS dando suporte aos serviços do território, constituindo-se de fato como referência para o fornecimento de dados e informações, orientação sobre operacionalização dos serviços, organização e articulação de demandas.

O Distrito de Assistência Social contribuiu para o fluxo de informações, suporte técnico e

reunião mensal sistemática aos serviços socioassistenciais (Reordena) e os CRAS.

Na região acontece 05 intersetoriais sendo duas de área de abrangência dos CRAS, e 03 da área do Distrito: Intersectorial Nascente, Intersectorial Jardim Eulina/Aurélia e Intersectorial Barão Geraldo. Em território de CRAS: Intersectorial Estrela, eixo Nova Aparecida e Intersectorial Amarais, no eixo Amarais. Dentre essas Intersectoriais destacamos:

Intersectorial Estrela: realizou encontros mensais no modo presencial, neste coletivo foi articulado e planejado a construção do evento “Mulheres em Movimento”, “18 de Maio” e a “Semana do Bebê”, Nos encontros mensais foram discutidos as pautas trazidas pela rede sobre o território, discussão e aperfeiçoamento do fluxo, e ainda tivemos a participação de convidados para tratar alguns temas como: Gênero, Raça e Racismo Institucional; Apresentação do SERAVI; Rede Protetiva da Mulher.

Intersectorial Amarais: Participação efetiva da Coordenação do DAS nas reuniões, com limitação nas ações propostas, devido à ausência da Chefia do CRAS Espaço Esperança. Mesmo com tal desafio, desenvolvemos as ações: “18 de maio”, “Semana do Bebê” e “O Meu Lugar, Viva Campinas”

Intersectorial Sol: Destacamos a retomada das reuniões mensais presenciais com a parceria de representantes do DAS, UNICAMP, Unidade de Saúde, Escolas, Fundação da Mata Santa Genebra, Sociedade Civil e entidades socioassistenciais. As reuniões ocorreram na sede do IGVE que está localizada na região central de Barão Geraldo, facilitando o acesso dos parceiros. Iniciou o ano com uma roda de conversa sobre a intersectorialidade, posteriormente avançamos sobre diagnóstico do território que culminou na criação de um GT para tratar de questões sobre a pessoa idosa. Ressaltamos a potência da formação desse grupo para ações e o fortalecimento do território.

Rede Socioassistencial

A Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica de Parcerias, teve papel fundamental nas discussões acerca do Reordenamento e Público Prioritário. Destacamos também participação da equipe técnica da CSAC e da gestora do CREAS Norte que contribuiu nas reflexões acerca desse tema.

Núcleo Articulador Gestor:

O NAG Norte no ano de 2023, se reuniu para dedicar-se as discussões referente ao Plano de Ação para o território a partir dos 2 objetivos elencados como prioridade: 1) definir e construir ações coletivas de prevenção, enfrentamento, sensibilização e mobilização respeitando as respectivas peculiaridades de cada espaço territorial; 2) identificar e

sistematizar os dados das demandas do público atendido para aprimorar e subsidiar as decisões territoriais. Em relação ao primeiro objetivo, no primeiro semestre, destacamos a participação, mobilização e desenvolvimento dos Eixos na Conferência Regional e Municipal da Assistência Social e 18 de Maio, nos territórios do Amarais e Padre Anchieta; Sobre o segundo objetivo, a vinda do projeto em parceria com a Unicamp/FAPESP, tendo como proposta de aprimoramento da Política de Assistência Social em Campinas, terá um impacto significativo para o enfrentamento das desigualdades sociais e a melhoria de políticas públicas.

Ação Inovadora

- Descentralização do atendimento do DAS na Região do Village com atendimento quinzenalmente pela equipe do DAS e aproveitando o calendário do CADUNICO;

- O CRAS Espaço Esperança, visando ampliar o atendimento no microterritório, deu continuidade, ao longo do ano de 2023, aos atendimentos semanais, sob agendamento e, em dia definido, na Unidade localizada no Bairro Santa Mônica como forma de aproximar a cobertura da região geograficamente distante para o deslocamento da população ao Bairro Recanto Fortuna.

O espaço em questão, com estrutura predial com limites e problemas, está aberto diariamente, para assegurar o agendamento para atendimento e informação à população local e do entorno, representando facilitador da cobertura da região.

- Semana do Bebê (FEAC); Ação de mobilização e conscientização sobre o desenvolvimento na primeiríssima infância;

- Ação de divulgação promovida pela equipe do DAS na Carreta da CEPROCAMP, na Vila Padre Anchieta, percorrendo acerca da Assistência Social e Benefícios sociais;

- Ação de intervenção na Casa Resgate Efraim (Barão Geraldo) proposta pelo Ministério Público, com a participação do DAS, CREAS Norte, Saúde e outros órgãos;

- Roda de conversa: Nutrição e benefício (CRAS Espaço Esperança), Atividade conjunta com o DSAN para explicação dos critérios de acesso aos benefícios da segurança alimentar; orientações para uma alimentação mais saudável e o bom uso dos alimentos, detalhando dos critérios de acesso dos Programas: Nutrir e Viva Leite, compreensão de outras formas de utilizar os alimentos, e conhecimento dos profissionais que desenvolvem o trabalho no DSAN.

- Atividade conjunta com CRAS Vila Réggio, CRAS Espaço Esperança e CREAS sobre o 18 de maio através de ciclos de palestras nas Instituições da rede socioassistencial do Território.

– Destacamos o fortalecimento da parceria com o CREAS Norte nas ações da Casa Resgate Efraim, Conferência Regional e Municipal da Assistência Social e atividades nos territórios.

Desafios enfrentados em 2023

- Dificuldades de acesso a transportes para atividades coletivas dentro e fora do município;
- A Van do atendimento volante por várias vezes durante o ano necessitou de manutenção, sendo necessário o cancelamento do atendimento no território;
- Apenas 1 veículo para dividir entre 03 serviços do território, dificultando agenda de visitas técnicas, reuniões e outras atividades externas ao serviço. Ressaltamos a necessidade de empréstimo do veículo do CREAS Norte por vários meses para realização de atividades coletivas no território do CRAS Vila Réggio;
- Falta de recursos materiais para execução dos serviços e para ações no território, sobretudo, lanches e materiais de oficinas
- Ausência de um aparelho celular institucional dificultando a comunicação com as famílias;
- Falta de computadores;
- Ausência de manutenção predial nos CRAS/DAS. Destacamos que desde 2020, solicitamos a manutenção nos equipamentos.
- Não temos local para entrega de patrimônios quebrados ou obsoletos para dar baixa;
- Ausência reposição de Agentes de Ação Social, devido aposentadorias, LTS prolongado e exoneração;
- Ausência da chefia de setor do CRAS Espaço Esperança, pois o cargo foi destinado a outro serviço causando impacto na gestão do serviço e do território e, sobrecarga da Coordenação de DAS;
- Fragilização do trabalho integrado do Grupo de Gestantes do CRAS devido defasagem do quadro de recursos humanos dos centros de saúde, dificultando o cumprimento de fluxos de inserção de gestantes no grupo e fragilizando o trabalho integrado;
- Inúmeros atendimentos referentes ao INSS, devido à falta de informação tanto para os trabalhadores quanto para a população. As maiores dificuldades apontadas foram: acesso aos portais de comunicação, telefone 135 e o sistema digital Meu INSS para cadastro e senha e, requerimento de benefícios previdenciários e assistenciais.
- Atendimento a determinações do sistema de justiça e Conselho Tutelar, de casos ou situações que não condiz com a Proteção Social Básica;

- O uso do SIGM não garante acesso à informação em tempo real dos diferentes benefícios e auxílios que as famílias foram assistidas;
- SIGM com muita instabilidade, falhas e atualizações, chegando a ficar fora do ar por mais de uma semana;
- Site do Renda Campinas com falhas, família foi associada no SIGM e no Site de consulta consta como não contemplada;
- Impacto no atendimento para esclarecimentos às famílias unipessoal devido exclusão dos programas sociais e necessidade de recadastramento no CAD Único;
- As reuniões da comissão de benefícios dos CMAS aconteceram de forma online, esporádica e por vezes interrompidas;
- Dificuldade de participação da equipe em atividades de rodas de conversas, palestras e cursos etc devido tempo hábil de divulgação para equipe;
- Comunicação deficitária e de forma tardia entre a gestão central da SMASDH e os serviços que executam o trabalho na ponta, como mudanças de contrato dos terceirizados, envios de listagens e informações sobre os programas, serviços e benefícios;
- Solicitação de avaliação estudo social pela equipe SEHAB/COHAB aos DAS e CRAS para acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida, bem como pedido de segunda via de documentação e solicitação de visitas;
- SETEC demandando avaliação socioeconômica para realização de enterros;
- Dificuldade de acesso dos usuários ao Programas Renda Campinas e Bem Natalidade devido exigência comprobatória de endereço por tempo de moradia;
- Fragilidade da comunicação entre os plantões da Calamidade Pública e DAS e CRAS referente as ocorrências ocorridas no território: duplicidade de ocorrências acionadas pela Defesa Civil que já foram atendidas pelo plantão, demora das informações sobre as famílias atendidas no plantão;
- Alta procura de familiares de pessoas idosas e pessoas com deficiência para inserção em serviços da Assistência Social, em especial vagas em ILPI.

Metas para 2024

- Dar continuidade às reuniões com a rede socioassistencial, sobretudo apoiando na discussão sobre o público prioritário e o reordenamento de acordo com as diretrizes da Coordenadoria Setorial de Proteção Básica das Parcerias;

- Retomada do FFAS – Fórum de Formação da Assistência Social, identificando possíveis lideranças, potencializando e incentivando as participações;
- Fortalecer e fomentar a participação dos membros do NAG no âmbito da gestão territorial da Região Norte, para o desenvolvimento de ações conjuntas entre PSB e PSE;
- Contratação de oficinas para o trabalho coletivo;
- Aproximação do DAS e CREAS com o Distrito de Saúde e UBS do território, realizando encontros formativos, bem como, visando ações conjuntas no atendimento das famílias usuárias;
- Estabelecer novas estratégias de aproximação e articulação da rede de proteção das famílias, para integração das ações e complementariedade visando potencializar a superação da situação de vulnerabilidade e riscos sociais;
- Ampliar o alcance da proteção destas famílias e o processo de acompanhamento através da abordagem coletiva de proteção e empoderamento;
- Identificar casos em situação de risco social e se for o caso, promover a inclusão nos serviços especializados;
- Identificar as demandas e necessidades que afetam as famílias e seus interesses, para aprimorar as estratégias metodológicas do serviço PAIF;
- Intensificar as ações preventivas e coletivas com a comunidade do território;
- Garantir os trabalhos em grupo com aquisições de materiais, de acordo com a proposta metodológica;
- Fortalecer as intersetoriais e articular a participação das demais políticas públicas no espaço;
- Ampliar para mais um período o atendimento descentralizado da CACO;
- Ter recursos disponíveis para a execução do PAIF nos CRAS;
- Garantir a participação da equipe técnica nos GTs e Comissões;
- Encontro das cinco intersetoriais da região Norte.

Considerações Finais

As atividades coletivas têm nos desafiado a manter uma continuidade e sua efetividade devido “as faltas”. O ano de 2023 foi marcado com dificuldades na garantia de recursos necessários para a execução do serviço, no qual muitas das atividades realizadas foram supridas pelos próprios servidores ou doados pela rede, ter um ambiente adequado e acolhedor entre outros.

Os atendimentos as calamidades no território se intensificaram, desta forma esbarramos na demora no fornecimento dos suprimentos por não ter o transporte adequado para garantir as entregas dos materiais solicitados emergencialmente para as famílias e que sejam entregues no mesmo dia. Como trata-se de situação de emergência visamos a garantia do mínimo de dignidade a estas famílias. Outro fato que sugerimos para o fluxo é a articulação com a Secretaria de Saúde para que algum profissional do Centro de Saúde participe da intervenção com o CRAS e Defesa Civil, já tivemos atendimento de casos que envolve a saúde e não tinha profissional desta área para avaliar e atender as demandas como: troca de receita médica, curativo emergencial, suprimentos de saúde, por exemplo, sugerimos também a melhora da comunicação da equipe de sobreaviso.

Nossos equipamentos como computadores são insuficientes e obsoletos, o único veículo que temos também não é suficiente para atender 03 serviços da região e isso dificulta o desenvolvimento do trabalho, tanto da equipe técnica, quanto o trabalho administrativo e gestão do território. Além disso, não houve investimento nos nossos serviços, por exemplo a manutenção predial é acontece apenas em situação emergencial nenhuma manutenção adicional está planejada, equipamentos precisam ser consertados, pintados, vidros substituídos, etc.

Outra dificuldade encontrada foi a ausência da chefia do CRAS Espaço Esperança que se aposentou em janeiro de 2023 e não conseguimos repor devido da retirada da chefia do CRAS.

Temos apontado ao longo dos anos que o DAS e os CRAS, tem atendido casos que chegam que possuem um nível de complexidade que vai além de nossas ações e ofertas, demandando articulação com outros serviços, maior comprometimento e tempo da equipe de referência.

Mesmo diante contexto e das dificuldades descritas acima, avaliamos que mantivemos o trabalho em equipe de forma articulada, com fluidez nas informações entre a equipe, organização dos registros do trabalho, observação de demandas, articulação com os demais serviços, garantindo a qualidade no atendimento e acompanhamento das famílias. O trabalho foi desenvolvido de acordo com o planejamento previsto, sendo que, por muitas vezes, com recursos da própria equipe para garantir o atendimento e as atividades.

Ampliamos de Grupos como o Articula CRAS para outros bairros foi exitosa para o fortalecimento e a vinculação das famílias.

Também retomamos a intersetorial Sol em Barão Geraldo e já conseguimos articular um número significativo de parceiros, inclusive foi criado um GT da Pessoa Idosa que visa mapear e pensar políticas públicas para o idoso daquela região.

No início do ano, recebemos computadores e tablet bem como outros equipamentos apenas para o CRAS Espaço Esperança, recursos advindos de Emenda Parlamentar com isso garantindo qualidade no atendimento aos usuários e atendendo a demanda da equipe que, por muitas vezes, nos solicitou equipamentos em condições de uso.

No final de outubro e início de novembro tivemos a chegada de duas profissionais de Serviço Social que vieram para compor a equipe do CRAS Espaço Esperança o que garante a continuidade das ações planejadas em 2023 bem como nos dá segurança para garantir o planejamento de 2024.

O atendimento descentralizado através da Equipe Volante e o atendimento descentralizado na CACO tem garantido e ampliado o acesso das famílias mais vulneráveis aos atendimentos socioassistenciais e ainda conseguimos iniciar um atendimento descentralizado quinzenal na região do Village.

Os CRAS trabalharam temas que fizeram parte de todos os grupos por indicadores da comunidade e das famílias foram violência contra mulher, Meio Ambiente (descarte de lixo, bom uso da água e seu cuidado – contas altas), racismo, machismo, fortalecimento e empoderamento feminino, proteção de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, conflitos familiares isolamento social dentre outros.

Região Sudoeste

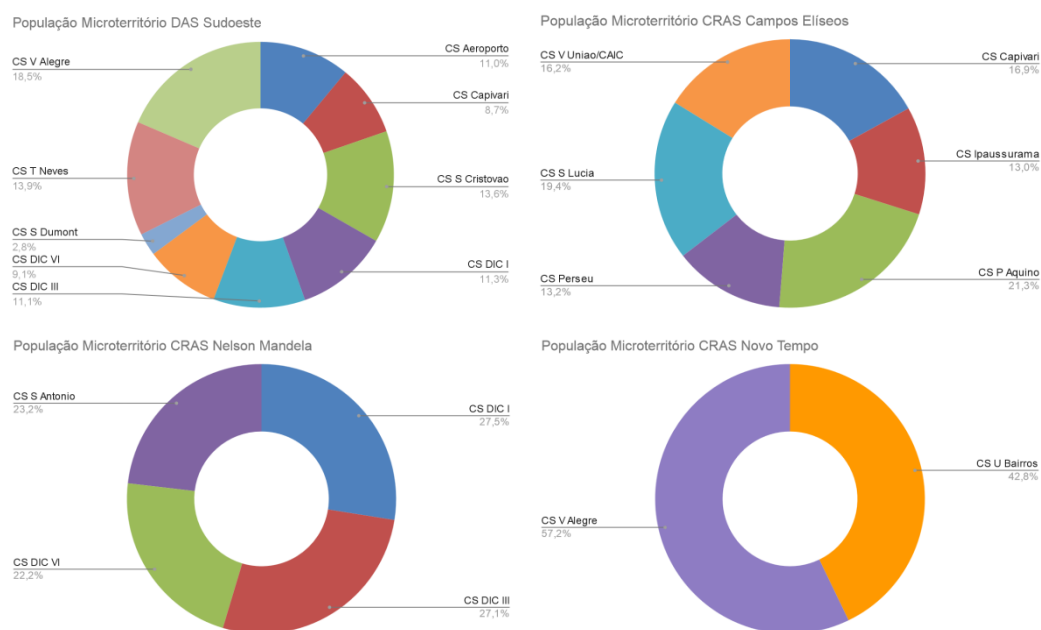
Conforme a Política Municipal de Assistência Social, Campinas está atualmente dividida em cinco regiões, sendo elas: Leste, Noroeste, Norte, Sudoeste e Sul. A região sudoeste é a terceira mais populosa, com 218.851 habitantes. (IBGE/2010)

Todas as regiões têm a grande maioria de sua população residindo em áreas urbanas. A região que concentra menor parcela de população rural tanto absoluta quanto relativa é a Sudoeste, com 1.148 habitantes em zona rural, que representam aproximadamente 0,5% do total da região. A região Sudoeste é formada por 148 (cento e quarenta e oito) bairros e os habitantes tinham renda per capita mensal de R\$752,54, o que representava um pouco menos de 1,5 salários mínimos à época (2010), expressando a segunda região mais pobre da área administrativa (Estudo Socioterritorial FEAC, 2017) A região vem passando por grandes

intervenções urbanísticas – PAC Mobilidade, que abrange entre outros locais, as avenidas principais: Avenidas das Amoreiras e Avenida Ruy Rodrigues. Com a morosidade das obras, ocasionando frequentes mudanças no itinerário viário, observa-se transtornos no deslocamento dos moradores, seja para a região central ou dentro do próprio território.

Para o ano de 2023, carecem de dados atualizados específicos das regiões e territórios. O último censo realizado traz dados mais amplos, alcançando os dados gerais do município, contudo até o momento tabulações com dados discriminados por regiões e bairros não se encontram disponíveis. Por tanto, tomaremos por base o ritmo das projeções apresentadas no Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025 (PMAS), assim como os dados mais atualizados que se encontrarem disponíveis.

Para contrapor os dados por regiões e bairros mantém-se o levantamento realizado em 2022, utilizando como fonte o cruzamento entre as unidades de saúde presentes nos territórios. Segue abaixo gráfico com dados aproximados da densidade demográfica e os respectivos gráficos por microterritório.



Um levantamento no Sistema Tabnet dos Centros de Saúde que atendem os bairros da região para termos informação mais aproximada da população, segundo dados levantados em 2020 temos 255.135 pessoas na região. Considerando a população por territórios temos que o Distrito de Assistência Social Sudoeste tem 153.740 pessoas residentes, o CRAS Campos

Elíseos com 78.790 residentes, seguidos pelo CRAS Nelson Mandela com 63.099 e, por fim, o CRAS Novo Tempo com 49.824 pessoas residentes estimadas em sua abrangência.

Pertinente apresentar observação de que a tendência de aproximação e busca pela assistência social ocorrida durante a pandemia de um público que até então não necessitava, não acessava, ou, até mesmo, desconhecia a política se manteve no percurso deste ano.

FORMAÇÕES, PALESTRAS E CURSOS	
Palestra sobre atribuições do Conselheiro Tutelar	Fundamentação das atribuições do Conselho Tutelar para o trabalho em rede. Palestrante: Luciano Betiatte (Março de 2023)
Encontro Formativo para Conferência Regional	Encontro para formação de usuários e trabalhadores, com o objetivo de prepará-los para a Conferência Regional Sudoeste (abril e maio de 2023).
Treinamento SIGM – Benefício Eventual Natalidade	Treinamento online para orientações sobre critérios, fluxo e forma de inclusão no SIGM do Benefício Eventual Natalidade (novembro de 2023).
Desmitificando a diversidade sexual	Formação realizada pelo EGDS nos dias 18 e 25/04, com carga horário de 10h; conteúdo: desmitificando a sigla LGBTI+, fluxos de atendimento, legislação municipal e estadual, SUAS e discussão em rede.
Bons Tratos em Família: Proposta e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários (18 de Maio)	Formação realizada pelo instituto Claves no 18/04 a 02/05 com carga horária total de 24 horas. Foi abordado as seguintes temáticas: família – arranjos, funções e ciclo vital; violência doméstica; fatores de risco e fatores fortalecedores; educação da sexualidade em família; disciplina sem castigos físicos; conhecimento da proposta lúdico pedagógica de “Vamos Aprender Bons Tratos” “S.O.S Pais e Mães” e “Lote Limites”.
Reordenamento dos SCFV de Campinas	Formação realizada pela PAULUS no dia 18/07 e 19/07, voltada para gestores, abordando o MIROSC e oferecendo subsídios para o reordenamento dos SCFV.
Política de Assistência Social	Ciclo de formação organizado pela Unidade Beneficente Estrela da Manhã (UBEM) entre os

	dias 31/08 e 24/11 com carga horária total de 12 horas. Abordados bases históricas da PNAS/SUAS; proteção social não contributiva e tipificação nacional dos serviços socioassistenciais
Sudoeste Antirracista	Ciclo de formações realizadas pelo Agita Rede (serviços da PSB Sudoeste) entre 02/10 a 06/12, com carga horária de 36 horas, abordadas as seguintes temáticas: Racismo estrutural, Letramento racial e educação, Diáspora e territórios negros, Políticas de ações afirmativas, Discriminação religiosa, Segurança alimentar, comida e afeto, Sexualidade e gênero, Saúde da população negra, Cultura e esporte.
SCFV: Organização e prática cotidiana	Formação realizada pela PAULUS – Programa Direito e Cidadania nos dias 25 e 26/10 com carga horária total de 16 horas. Subsídios para o desenvolvimento de atividades utilizando o Programa Direito e Cidadania como ferramenta complementar para elaboração de percursos no SCFV.
EnvelheSer	Formação ofertada pelo portal do envelhecimento com o tema “Atendimento de Idosos na Proteção Social Básica: uma perspectiva sobre envelhecimento, território e questões sociais” realizada entre os dias 06/11 a 11/12, com carga horária total de 20 horas.
Conferência Municipal da Segurança Alimentar	Realizada nos dias 02 e 03/08 com o tema “Fome: o alimento como direito”. A atuação do Estado e a sociedade” com vista a promover Políticas Públicas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
Conferência Regional-Estadual da	Realizada no dia 18/08 com o tema “Fome: o

Segurança Alimentar	alimento como direito". A atuação do Estado e a sociedade” com vista a promover Políticas Públicas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
Pré Conferência Regional da Defensoria Pública do Estado	Realizada no dia 16/09 – Ciclo de Conferências IX da DPE com objetivo de garantir a participação da sociedade civil na definição dos rumos da Defensoria.
Conferência Estadual da Defensoria Pública do Estado	Realizada nos dias 01 e 02/12 – Ciclo de Conferências IX da DPE com objetivo de garantir a participação da sociedade civil na definição dos rumos da Defensoria. Defesa e aprovação de proposta para criação de um fluxo de encaminhamento direto da rede SUAS e da rede SUS para atendimento dos/as usuários/as vulneráveis com dificuldade de acessar os canais de agendamento da Defensoria Pública.
Territórios da Agricultura	É um coletivo que busca promover a valorização da cultura periférica, a inclusão social e a luta contra o racismo no território, com o objetivo de criar a RAP (Rede Agroecológica da Periferia), visando capacitar, divulgar, apoiar e unir pessoas que entendam a Agroecologia como solução para a reparação e a sustentabilidade do nosso planeta, colocando as periferias no centro desta transformação.
Estudos Socioterritoriais	Curso oferecido pela EGDS voltado para o estudo do território e suas complexidades e cartografia
Formações Conferência de Assistência Social	Com objetivo de preparar os servidores e os usuários da assistência social, visando a participação da conferência, contribuindo com o controle social das políticas públicas.

Palestra Escuta Especializada	Com o foco em divulgar um fluxo nacional para acolher a vítima ou testemunha de violência, permitindo o relato livre para a proteção e o cuidado à criança ou adolescente.

O trabalho com a rede recebe destaque positivo pelo estreitamento das relações com os serviços da educação que participaram mais ativamente das ações coletivas desde o planejamento até a execução as atividades.

Planejamento estratégico

DAS Sudoeste

Nesse ano o DAS Sudoeste conseguiu avançar em uma ação que vinha perseguindo, tínhamos no planejamento a organização da intersetorial do DAS, conseguimos efetivar no mês de setembro, fizemos a opção de iniciar no território que fica mais próximo ao DAS pela facilidade de acesso e mobilização dos serviços do entorno. Realizamos ao todos quatro encontros, a participação oscilou bastante.

Outra ação que se efetivou no ano corrente foi a coletivização dos atendimentos do Benefício de Prestação Continuada - BPC, essa demanda correspondia mais de noventa por cento dos atendimentos do DAS, a partir de setembro a equipe faz um grupo de acolhimento, dando orientação acerca dos critérios de acesso ao benefício, os que tiveram dificuldade no uso de ferramentas digitais ficam para os atendimentos particularizados, a atividade conta com a participação de toda equipe técnica e do auxiliar administrativo, os demais dão entrada no pedido por conta própria, por terem mais autonomia no uso dos recursos digitais.

Em setembro tivemos a reposição da vaga da assistente social que tinha se aposentado em fevereiro do ano corrente.

CRAS Campos Elíseos

Em 2023 houve um aumento das atividades coletivas no CRAS Campos Elíseos, considerado um avanço na execução das atividades, visto a alta demanda de atendimento particularizado. Pode-se destacar as ações do 18 de Maio, realizado no Centro de Referência da Juventude, localizado no microterritório do CRAS Vila União; os grupos informativos sobre o BPC; as oficinas de artes manuais que, diante do aumento da demanda, foi ampliada para duas vezes na semana; iniciamos a Oficina de Informática Básica, em parceria com o Juventude Conectada, e a Oficina de Construção de Memórias do Território. A principal demanda da

população continua sendo a busca por benefícios socioassistenciais. A implantação dos Benefícios Eventuais foi considerada um avanço pela equipe, contudo há necessidade ainda de melhorias no fluxo, como os critérios de comprovação de moradia, que poderiam ser mais amplos.

CRAS Nelson Mandela

No ano de 2023 conseguimos executar o planejamento praticamente em sua totalidade, realizando 9/10 das atividades internas previstas e 5/7 das atividades previstas para nossa região. Observamos como avanços a reafirmação da perspectiva coletiva do atendimento ofertado pelo CRAS, com maior participação e conscientização dos usuários, destacando o processo conferencial. Como elemento potencializador para as atividades coletivas, destacamos a disponibilização e ampliação do uso do transporte micro-ônibus/van. Também vale ressaltar como avanço o ciclo formativo da Sudoeste Antirracista, tanto na perspectiva de compreensão da importância do tema, bem como para qualificação do atendimento prestado.

CRAS Novo Tempo

A estratégia prevista manteve-se pautada na coletivização, considerando que direcionar as demandas pertinentes à lógica da particularização ao coletivo, resulta em maior eficácia da agenda técnica. Dessa forma, no acompanhamento PAIF tomamos os grupos como primordial e fio condutor do nosso trabalho com a população. Sendo o atendimento individualizado secundário e demandado conforme os desdobramentos vão se apresentando.

Realizamos grande parte das atividades previstas para o período, apesar das adversidades que tornaram o contexto áspero para a execução. O saldo do trabalho foi positivo graças ao empenho da equipe e a fidelidade ao trabalho coletivo. As maiores dificuldades se deram no âmbito de RH, pois tivemos baixas e questões de saúde para administrar. Além de conseguir seguir com as agendas microterritório e da região, os êxitos em destaque ficam para a continuidade do trabalho com a Horta Comunitária Bem Viver e o grupo Coletivo de Atendidos, que possibilitou discussões aprofundadas sobre direitos e cidadania, sendo propulsor para a participação dos usuários da unidade na Conferência Municipal da Assistência Social.

2. Apresentar resultados, avanços e desafios fazendo uma leitura crítica sempre a partir das potencialidades e dificuldades internas (da própria equipe/unidade) e externa (outros atores

envolvidos). Queremos, assim, que seja possível destacar o que é próprio das singularidades das equipes e o que é transversal e tão importante quanto.

DAS Sudoeste

No mês de setembro conseguimos efetivar duas ações previstas no planejamento estratégico do DAS, a intersetorial e o grupo informativo para as demandas do BPC, essa efetivação se deu por termos a vinda de uma assistente social que repôs uma vaga descoberta em fevereiro, com duas técnicas conseguíamos atender somente a demanda particularizada o que deixava um desgaste físico e emocional nas profissionais e nos usuários que ficavam horas no serviço para serem atendidos. Com essa reposição conseguimos aumentar os períodos de acolhimento que estava ocorrendo até então só de manhã.

CRAS Nelson Mandela

Verificamos a permanência dos desafios já citados no relatório de 2022, sendo eles: quadro insuficiente de servidores, falta de materiais, lanches e impressões coloridas para execução/divulgação de atividades coletivas e manutenção precária do espaço físico do serviço, com destaque para perda do quiosque devido incêndio acidental; interdição de uma das salas de atividade coletiva pela Defesa Civil em virtude de abalo estrutural do teto em decorrência das chuvas; bem como danos a outros espaços do serviço. Neste sentido, cabe destacar que havia a previsão de reforma predial para o segundo semestre de 2023, a qual não ocorreu e não se tem previsão de início.

Entendemos também como um desafio a dificuldade que temos enfrentado em realizar articulações com serviços socioassistenciais e intersetoriais para a execução de ações junto às famílias, tanto no âmbito do atendimento individual, bem como para o planejamento e execução de atividades coletivas; a exemplo: dificuldade para agendamento de reuniões de discussão em rede e não participação de outros serviços, para além dos socioassistenciais, na Intersetorial.

CRAS Campos Elíseos

O CRAS Campos Elíseos atende um território muito extenso, que não está localizado em um local estratégico para o acesso da população. Diante disso, muitos usuários se queixam da dificuldade na participação de atividades coletivas contínuas.

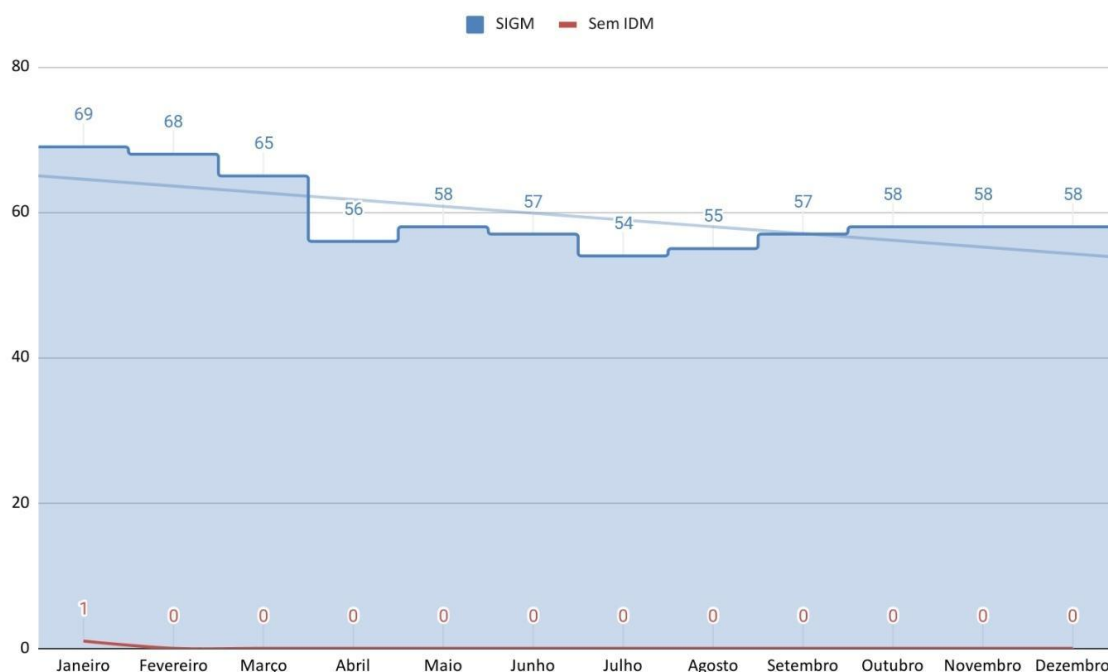
A demanda de atendimento individualizado também é um desafio para a equipe técnica, visto ser o CRAS que mais recebe protocolos de denúncia, dificultando o planejamento e execução de atividades coletivas.

Apesar da dificuldade de acesso e da demanda do atendimento particularizado, a equipe técnica aumentou o número de atividades coletivas e tem propostas de novos grupos para 2024.

CRAS Novo Tempo

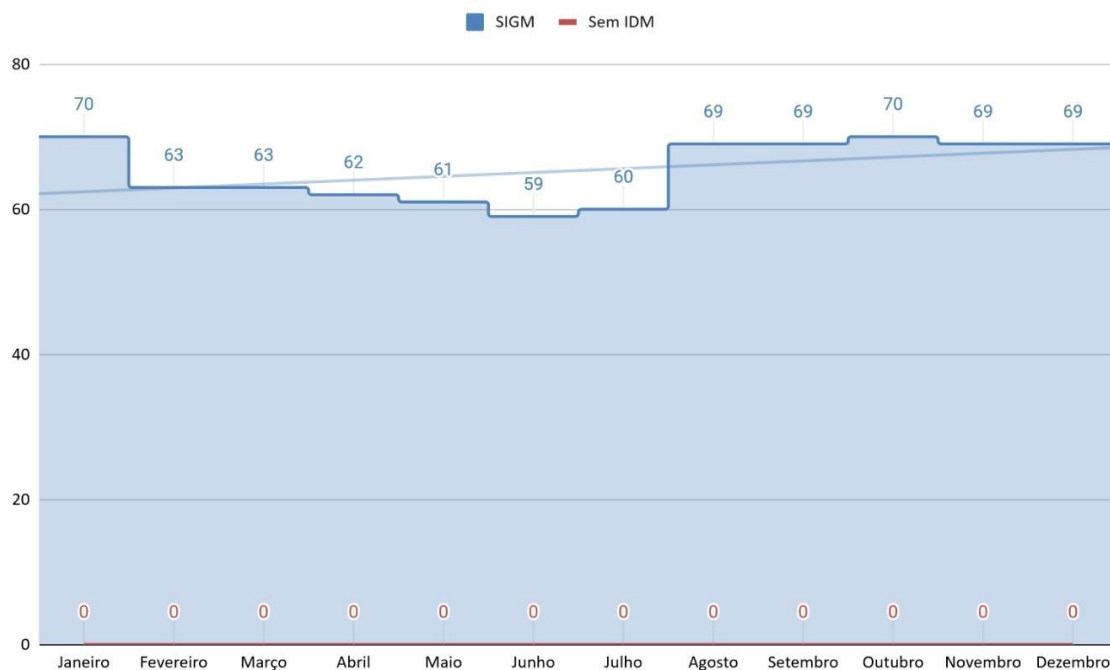
Ao longo do ano, as alterações na equipe técnica se refletiriam nos atendimentos. No decorrer de 2023, a equipe sofreu com afastamentos e limitações por questões de saúde, além da aposentadoria de uma assistente social. Por vezes, a própria realização das atividades planejadas (território e região) conflitaram no desenvolvimento de determinadas ações. A garantia do trabalho recaiu em boa parte sobre apenas um técnico e, alguns meses, dois. Além disso, deixamos de contar com a Agente de Ação Social, Adriana Schwarz, por acometimento de grave situação de saúde. O cenário coloca em relevância a importância da reposição do RH e o risco de desgaste e estafa aos trabalhadores ativos.

Os atendimentos PAIF somaram 713 registros, com média de 59,4 casos ao mês. A linha de tendência aponta declínio no número de casos em acompanhamento e oscilações podem ser observadas no gráfico que se segue.



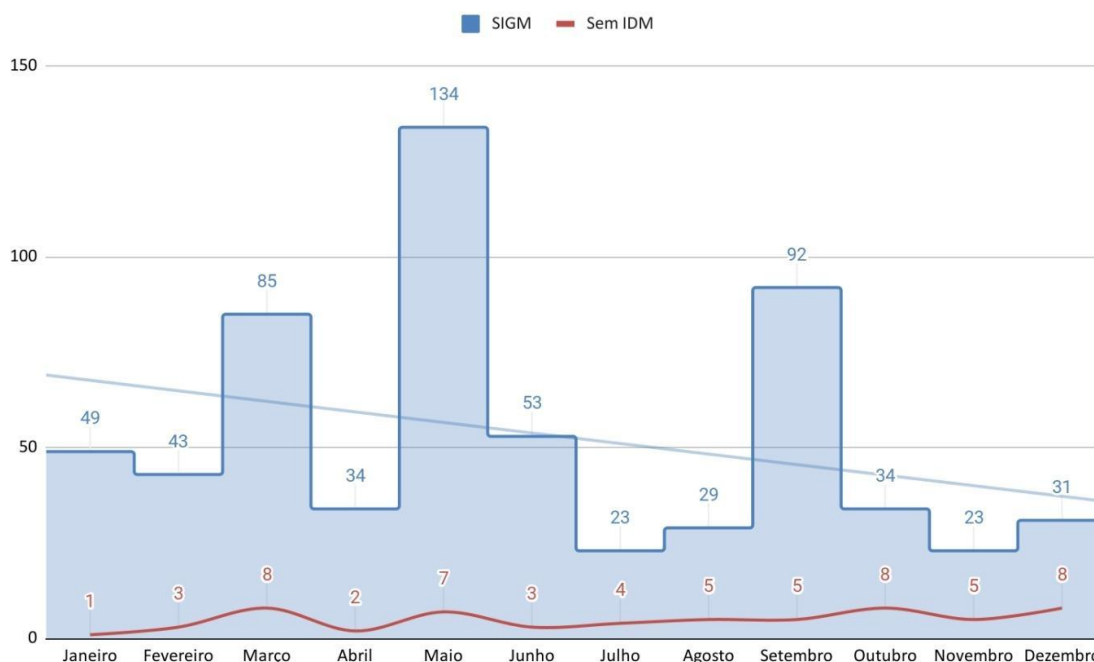
atendimento PAIF 2023

Ainda assim, a quantidade de atendimentos é alta, ficando pouco abaixo do ano anterior, quando somamos 784 registros.



Atendimento PAIF 2022

No tocante aos atendimentos individualizados, alcançamos cerca de 689 registros, o que reflete uma média de cerca de 57,4 casos ao mês.



Atendimento individualizado 2023

O planejamento e as estratégias para manter a execução do calendário precisaram ser revistas e repensadas por diversas vezes. Ademais às questões já apresentadas, a reforma do prédio também promoveu uma série de interferências. A preparação para receber a obra se deu em agosto. A equipe passou a atuar nas instalações do CIC Campinas, onde algumas salas foram gentilmente cedidas para os trabalhos coletivos e particularizados. Durante o período do arranjo, alguns recursos e materiais não estiveram disponíveis aos trabalhadores, tanto quanto adaptações do espaço foram necessárias para atender o público do CRAS. Ainda que com limitações, em dezembro retornamos ao prédio da unidade. Atividades coletivas continuarão sendo realizadas no CIC Campinas até a finalização total da reforma.

PAIF

CRAS Nelson Mandela

O foco do serviço foi no trabalho social coletivo com famílias com a realização de atividades continuadas nos grupos/oficinas Mulheres Fortes, Oficina do Mangá e Oficina da Beleza e outras atividades coletivas, conforme planejamento.

Também foi oferecido o atendimento individual através do acolhimento e atendimentos, o qual contempla tanto as demandas espontâneas da população, como os encaminhamentos realizados pela rede socioassistencial, intersetorial e órgãos do Sistema de Garantia de

Direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, entre outros).

CRAS Campos Elíseos

A execução do PAIF aconteceu principalmente de forma individualizada, através de referenciamento, atendimento espontâneo (acolhimento), denúncias e visitas domiciliares. A elaboração do PAF ainda é um desafio, bem como a integração das ações do CRAS com os objetivos do Plano.

A execução do PAIF também aconteceu de forma coletiva, através de Oficinas de caráter continuado, no entanto observa-se que estes usuários não são os que se encontram em maior situação de vulnerabilidade social.

Em virtude da característica dos atendimentos deste território, em sua maioria casos complexos oriundos de denúncia, há um número elevado de atendimentos individuais, o que dificulta a inserção nas atividades coletivas.

CRAS Novo Tempo

Como preconizado pelo SUAS, a equipe técnica deste CRAS, sempre buscou priorizar as ações do PAIF, em suas diversas dimensões. Desde o início do ano, realizamos o planejamento de execução, com foco no atendimento coletivo, considerando as demandas do território e a nossa estrutura de trabalho.

Foram realizados atendimentos individualizados, de acordo com as demandas apresentadas, mas sempre buscando a participação da família / indivíduo nas ações coletivas. Elencamos temas diversos, ao longo do ano, objetivando trabalhar as vulnerabilidades das famílias e fortalecer suas relações com o território.

Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados Alcançados
Horta Bem Viver	Oficina continuada de convivência e fortalecimento de vínculos com a proposta de cultivo de horta orgânica e comunitária no CRAS.	Usuários fortalecendo os vínculos com a comunidade, além da melhora da segurança alimentar, com o consumo de hortaliças frescas e orgânicas.
Planejamento	Planejar ações em conjunto com as	Atendimento das demandas dos

Conjunto	famílias / usuários	usuários, minimizando o risco de trabalhar temas não condizentes com a realidade do território
Mês da Mulher	Ações objetivando o fortalecimento das mulheres em seus diversos aspectos	Apropriação das mulheres participantes acerca de seus direitos e discussões sobre temas importantes específicos
Cidadania	Aproximação das famílias / indivíduos aos seus direitos e ferramentas democráticas	Maior compreensão, por parte das famílias / usuários sobre direitos e processos de cidadania
Conferência de Assistência Social	Participação no processo de Conferência	Compreensão desta ferramenta democrática e fortalecimento do controle social
Vida Saudável	Palestras e Oficinas objetivando incentivar as famílias / indivíduos a terem hábitos saudáveis	Melhoria da qualidade de vida considerando aspectos da alimentação e hábitos cotidianos, principalmente
Outubro Criança e Idoso	Ações visando a intergeracionalidade destes públicos	Fomento ao respeito e cuidados com olhar atento ao convívio intergeracional saudável
Oficina de Convivência e Artesanato	Confecção de artesanatos variados.	Fortalecimento dos vínculos entre os trabalhadores do CRAS e a população usuária participantes da oficina
Grupo Programa Viva Leite	Encontros mensais para usuários que retiram o leite no Jardim Santa Lúcia, para esclarecimentos sobre os critérios, objetivos e fluxo do programa.	Acesso a informações acerca do programa e demais benefícios ofertados no CRAS
Oficina “Minha História no Território”	Construção de memórias do microterritório do CRAS Campos Elíseos, através de fotos, contação de histórias, escritas e entrevistas	Maior pertencimento dos usuários do serviço no território que vivem

	com moradores.	
Roda de Conversa em comemoração ao Dia da Pessoa Idosa.	Encontro para abordar o envelhecimento sob outras perspectivas e discutir sobre os direitos da pessoa idosa através de imagens, vídeos e poesia.	Conhecimento sobre a temática do envelhecimento, suas fragilidades e potências
Grupo informativo do BPC	Grupo quinzenal que orienta usuários sobre os critérios e acesso ao BPC.	Conhecimento de critérios de inclusão e exclusão, autonomia para o acesso ao benefício
Carnaval e Salve às Minas	Trabalho interno nas oficinas realizado no mês de março utilizando a temática do carnaval, utilizando a confecção de máscaras e escuta/leitura de marchinhas para abordar questões relacionadas ao gênero e questão racial.	Difusão de informações de prevenção à violência de gênero; Reflexão sobre a sexualização/objetificação da mulher negra.
1ª Assembleia do CRAS	Atividade realizada com o tema “O CRAS que temos e o CRAS que queremos”, na qual usuários puderam realizar propostas para melhoria do serviço. A atividade também foi planejada e executada como processo preparatório para a Conferência da Assistência Social.	Ampliação da compreensão sobre a PNAS, serviços e benefícios; com destaque para o CRAS; Participação dos usuários com maior apropriação do processo de participação social via conferências.
18 de maio	Atividade interna nas oficinas com discussão sobre o tema Cine Debate com a exibição do filme “As vantagens de ser	Promoção de informações de enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

	invisível”.	Reflexão sobre como ocorrem as situações de violência sexual; Compreensão sobre as consequências da violência sexual para a saúde mental e relações sociais.
Orgulho de Ser (LGBTQIA+)	Roda de compartilhamento de vivências de pessoas que representam a sigla e apresentação artística.	Difusão de informações de prevenção à LGBTfobia e violências associadas.
Cine Debate: Dia Internacional Nelson Mandela	Exibição do documentário “Mandela, entre nós” com debate ao final.	Divulgação da biografia de um dos maiores líderes da luta antirracista; Promoção de informações de enfrentamento ao racismo.
Setembro verde	Atividade interna de vivência do cotidiano da pessoa com deficiência, com as crianças na oficina do mangá.	Percepção das dificuldades enfrentadas no cotidiano de pessoas com deficiências em virtude da falta de acessibilidade.
2ª Assembleia do CRAS	Levantamento de interesse para execução de novas oficinas e pautas trazidas pelos usuários, com eleição de três propostas de atividade, em ordem de prioridade: horta, artesanato e dança.	Engajamento e compreensão dos usuários sobre o processo de planejamento e execução de uma ação coletiva.
EnvelheSer	Trabalho interno nas oficinas com a elaboração das pinturas e discussão numa perspectiva subjetiva sobre o processo de envelhecimento e dos direitos da pessoa idosa.	Difusão de informações de prevenção à violência contra às pessoas idosas e os direitos das mesmas; Promoção de vivências intergeracionais.
	Exposição das pinturas sobre as representações da velhice, retomando as discussões das	

	oficinas e destacando as diferenças do envelhecer a partir da raça, gênero e classe.	
Consciência Negra	Trabalho interno nas oficinas com a exposição dos curtas “Cores e Botas” e “Dúdú e o Lápis cor de pele” seguido de debate.	Promoção de informações de enfrentamento ao racismo.
	Cine debate com episódio “Rebobinar” da série “Além da Imaginação”	
Atividade externa	Visita dirigida à Estação Ambiental Joaquim Egídio pelo grupo Mulheres Fortes.	Promoção da convivência comunitária; Conhecimento, apropriação dos espaços da cidade e educação ambiental.

Ações Coletivas Intersetoriais		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Sabadania TEA	Atividade voltada para abordagens relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista	Alcance participativo e ativo das famílias que se relacionam com o TEA
18 de Maio	Ação descentralizada relativa ao dia 18 de maio – Dia Nacional do Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com o objetivo de fortalecer e sensibilizar a população para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes,	Sensibilização e articulação da Rede Intersetorial no desenvolvimento das atividades da campanha do 18M

	através de passeata, teatro, rodas de conversa, sarau, entre outras atividades.	
Conferência Assistência Social	Atividade bienal de participação e controle social para o direcionamento da Política Pública de Assistência Social	Participação ativa da população atendida pelo CRAS e demais serviços do território, fomento à criticidade, incentivo ao exercício da cidadania
Sudoeste Antirracista	Ciclo de formações realizadas pelo Agita Rede (serviços da PSB Sudoeste) entre 02/10 a 06/12, com carga horária de 36 horas, abordadas as seguintes temáticas: Racismo estrutural, Letramento racial e educação, Diáspora e territórios negros, Políticas de ações afirmativas, Discriminação religiosa, Segurança alimentar, comida e afeto, Sexualidade e gênero, Saúde da população negra, Cultura e Esporte.	Desenvolvimento de atividades no âmbito regional visando nutrir os profissionais de conhecimentos e argumentos profícuo na luta e postura antirracista.
Espaço Formativo LGBTQIA+ - Agita rede e Intersetorial	Encontro formativo com trabalhadores do CR LGBT e Ambulatório Transcender.	Difusão de informações de prevenção à LGBTfobia e violências associadas; Promoção de conhecimento sobre a rede de atendimento e seus fluxos.
Oficina de Informática Básica	Participação dos usuários na Oficina de Informática	Acesso da população às tecnologias atuais, suas funcionalidades e

	Básica, em parceria com o Programa Juventude Conectada	aplicabilidades na vida cotidiana dos usuários do CRAS.
Roda de Conversa – “Violência, Abuso e Exploração Infantil”	Roda de Conversa sobre o tema: “Violência, Abuso e Exploração Infantil” realizada na CEI Manoel Alves da Silva com pais e responsáveis	Sensibilização e articulação dos pais e responsáveis acerca da violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes.
Roda de Conversa – Rede de Proteção à Mulher	Roda de conversa com usuários, com a participação do CEAMO, Guarda Municipal e Abrigo SARA-M, para informações e fluxos sobre os respectivos serviços.	Conhecimento sobre a rede protetiva de proteção à mulher que sofre violência doméstica
Reuniões Parque Linear	Reuniões com o DSAN e Secretaria do Verde para orientações sobre o cadastro dos agricultores do Córrego dos Bandeirantes	Orientações sobre o cadastro dos agricultores presentes no bairro
Reuniões Farmácia Viva	Encontros bimestrais que visam trocarmos estratégias de trabalhos com a comunidade e conhecimentos sobre o plantio, de maneira que favoreça a convivência comunitária, a promoção de potencialidades, vínculos e pertencimento. É realizado mutirões nos serviços que	Realização de mutirão para implantação de canteiros conforme projeto Farmácia Viva

	ainda não possuem canteiros implantados, como foi o caso no CRAS Campos Elíseos.	
Violência Policial – do racismo estrutural à saúde mental	Atividade com usuários do território, visando reflexões sobre o racismo e abordagem policial, através de dinâmicas e roda de conversa.	Conhecimento acerca do racismo institucional presente nas abordagens policiais

Outras Ações Coletivas		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Assiste Campinas	Ação desenvolvida pelo gabinete da Secretaria	Oferta de serviços diversos à população
Conferência Regional da Assistência Social	Realizado dia 06/06 com o tema “O SUAS que temos e o SUAS que queremos”	Participação dos usuários do CRAS nestes espaços com maior apropriação sobre o processo conferencial e os temas debatidos. Participação ativa dos trabalhadores no planejamento e execução do processo conferencial; Proposição e aprovação de moção a respeito do descongelamento do tempo de serviço durante o período pandêmico; Defesa dos serviços públicos; Eleição de delegados para as etapas posteriores.
Conferência Municipal da Assistência Social	Realizada nos dias 6 e 7 de julho com o tema “O SUAS que temos e o SUAS que queremos”	
Conferência Estadual da Assistência Social	Realizada nos dias 7, 8 e 9/11 com o tema “O SUAS que temos e o SUAS que queremos”	

Conferência Nacional da Assistência Social	Realizada nos dias 5, 6, 7 e 8/12 com o tema “O SUAS que temos e o SUAS que queremos”	Participação ativa dos trabalhadores e usuários eleitos como delegados; Defesa dos serviços públicos; Proposição e aprovação de moção a respeito do descongelamento do tempo de serviço durante o período pandêmico; Defesa e aprovação de proposta acerca do combate ao assédio moral como prioritária nos anais da Conferência.

Gestão Territorial

Região Sudoeste

No ano de 2023 a Região Sudoeste continuou com a mesma estratégia de gestão territorial, elencamos três agendas no Agita Rede, espaço exclusivo da PSB para atuarmos coletivamente, essas agendas foram levadas para os territórios de CRAS para somar com as demais políticas sociais, sendo elas:

–18 de Maio

A ação coletiva com a temática “Combate da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” acontece de forma descentralizada há alguns anos e a Região Sudoeste tem buscado realizar a mobilização com unidade e potência.

Os trabalhos desenvolvidos nos espaços das reuniões intersetoriais seguiram uma mesma estratégia, conforme convencionado no planejamento das ações para o ano corrente. Resgatando o mesmo plano de trabalho, a proposta apresentava a estrutura das ações para toda a região sudoeste de Campinas, promovendo a unificação do território e potencializando os esforços e alcance dos resultados esperados. As intersetoriais se constituíram como os articuladores focais das ações, garantindo a organização regional. Através das escolas e OSCs, principalmente, foram realizadas atividades com o público infanto juvenil. Tais atividades tinham caráter preparatório, antecedendo os eventos de culminância da campanha. Grêmios estudantis e lideranças comunitárias também foram mobilizadas e tiveram participação essencial.

4. *LGBTQIA+*

Escolhemos esse tema por entendermos a necessidade dos trabalhadores se aproximarem dessa temática, realizamos um encontro formativo com trabalhadores do CR LGBT e Ambulatório Transcender. Difusão de informações de prevenção à LGBTfobia e violências associadas; Promoção de conhecimento sobre a rede de atendimento e seus fluxos.

5. **Conferência Regional**

Realizado dia 06/06 com o tema “O SUAS que temos e o SUAS que queremos” a Conferência Regional do ano de 2023 teve um desenho bem diferente, começamos a organização do NAG Sudoeste, chamamos a rede socioassistencial das proteções básica e especial que se somaram para a realização, tivemos êxito em toda construção do processo conferência.

Além do adensamento da participação dos trabalhadores do SUAS, tivemos uma potência de participação dos usuários, a maioria dos presentes eram usuários dos serviços públicos, especificamente dos CRAS.

1. **Consciência Negra** - Seguindo a dinâmica de trabalho enquanto estratégia de fortalecimento da PSB na Região Sudoeste, as ações voltadas à mobilização e conscientização do Dia da Consciência Negra foram executadas conforme os mesmos moldes, este ano fizemos uma proposta diferenciada, realizamos encontros formativos para melhorar o repertório dos trabalhadores dos serviços acerca do tema, realizamos 09 (nove) encontros com os seguintes temas: Racismo estrutural, Letramento racial e educação, Diáspora e territórios negros, Políticas de ações afirmativas, Discriminação religiosa, Segurança alimentar, comida e afeto, Sexualidade e gênero, Saúde da população negra, Cultura e esporte, totalizando 36 (trinta e seis horas).

• **NAG - Núcleo Articulador Gestor** - O NAG Sudoeste foi um espaço estratégico para o fortalecimento do SUAS no território integrando os diferentes níveis de proteção (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade), e no ano de 2023 investiu suas ações na perspectiva da *Construção da integralidade entre os diferentes níveis de proteção da política de assistência social, Construção da articulação entre o SUAS e as diferentes políticas setoriais presentes no território e Planejamento das ações no território envolvendo a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).*

- Nesse ano foi um espaço estratégico de gestão para as discussões de caso, mas principalmente para a realização de ações coletivas, como o 18 de Maio e Conferência Regional.

CRAS Nelson Mandela

No ano de 2023 conseguimos realizar um calendário fixo de reuniões intersetoriais (Rede Ouro Verde) e com os serviços socioassistenciais da PSB (Agita Rede). A respeito da intersetorial, foi executado um ciclo de encontros formativos com o objetivo de apresentar o trabalho desenvolvido por cada um dos serviços, sendo eles: Conselho Tutelar; MVM (Movimento Vida Melhor – erradicação do trabalho infantil); Educação Especial municipal e CEPİR (Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial). Também foi realizada uma atualização do Guia de serviços do território, documento em formato PDF para disponibilização online, inovando com a construção do georreferenciamento.

Embora tenhamos alguns resultados exitosos, ainda percebemos dificuldade em realizar articulações com serviços socioassistenciais e intersetoriais para a execução de ações junto às famílias, tanto no âmbito do atendimento individual, bem como para o planejamento e execução de atividades coletivas.

Houve maior aproximação com o serviço do CREAS, em virtude da definição de técnica de referência para o nosso território, a qual possibilitou a realização de uma atividade conjunta e a participação em outras atividades organizadas pelo nosso serviço. Compreende-se que esta aproximação também é, em certo nível, consequência das articulações do NAG.

CRAS Campos Elíseos

As reuniões intersetoriais se mantiveram mensalmente, ainda com uma participação mais expressiva da política de Assistência Social, mas com um aumento na participação da Educação. Ao longo dos encontros, além de terem sido discutidas pautas pertinentes a todos as políticas públicas, foram apresentados todos os serviços, com o objetivo de maior entendimento sobre os fluxos e ofertas dos serviços. A participação da Saúde ainda se restringiu a determinados trabalhadores, como as assistentes sociais do NASF, o que acarreta em dificuldades nas articulações com a rede de saúde no cotidiano do trabalho.

As reuniões do NAG Sudoeste aconteceram mensalmente, com o objetivo de fortalecimento do SUAS através do compartilhamento da gestão dos territórios, integrando os diferentes níveis de proteção do SUAS com as demais políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos. Pode-se observar que houve um fortalecimento da construção de processos e fluxos de trabalho entre a Proteção Básica e a Especial, que refletiram em ações coletivas conjuntas, como as ações do 18 de Maio, atendimentos conjuntos em situações de calamidade e a presença das duas proteções em espaços de Formação (Sudoeste Antirracista).

As discussões sobre Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos também avançaram ao longo do ano, no intuito de promover a articulação entre o SCFV e os serviços do território, além de efetivar o fluxo de referência e contrarreferência.

CRAS Novo Tempo

Os espaços intersetoriais, contemplados pela Rede Intersectorial Vida Nova e pela Reunião de Discussão de Casos, seguem normalmente. São duas modalidades bem consolidadas e compreendidas pela rede como agendas importantes. O calendário é fixado, respectivamente, na primeira terça-feira de cada mês, às 14h e na terceira terça-feira de cada mês, às 09h.

A reunião da Rede Intersectorial Vida Nova é presencial e circula nos equipamentos públicos do território. Contamos com participação da rede socioassistencial, saúde, educação e lideranças comunitárias. O objetivo dos encontros são as discussões pertinentes às demandas do território e as estratégias para intervir sobre buscando a superação das mesmas.

A Reunião de Discussão de Casos, tal qual o nome, pauta os casos observados pelas equipes. Os encontros são sempre online e contam com a participação fixa do CRAS Novo Tempo, Centro de Saúde União dos Bairros, CREAS Sudoeste e Obra Social São João Bosco. Outras equipes como CAPS, Conselho Tutelar e unidades escolares, participam conforme a necessidade.

Ação Inovadora

CRAS Nelson Mandela

Apontamos como ação inovadora a atividade “EnvelheSer” que, para além do já mencionado no quadro “Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB”, destacamos o protagonismo dos usuários no processo de elaboração e apresentação das pinturas.

CRAS Campos Elíseos

A Roda de Conversa com as pessoas idosas foi uma ação inovadora e exitosa, visto a grande participação da população (mais de 30 pessoas idosas), no qual foi abordado o envelhecimento sobre outras perspectivas, dando maior visibilidade aos diversos serviços prestados pelo CRAS e convite às participações em futuras atividades coletivas.

A parceria do CRAS Campos Elíseos com o Programa Juventude Conectada também foi uma ação inovadora, que a partir da participação dos usuários da Oficina de Informática Básica foi

possível a construção da Oficina “Minha História no Território”.

CRAS Novo Tempo

O CRAS Novo Tempo tem desenvolvido desde setembro de 2022 o projeto “Horta Comunitária Bem Viver”, sendo o ano de 2023, em termos de continuidade, crucial para o seguimento da proposta. Felizmente, alcançamos resultados que convergem na direção exitosa. Os usuários continuam ativos, dedicados às discussões promovidas, manutenção da horta e participação nos eventos e formações correlatas ao projeto, mesmo com as interferências da reforma. Ensaíamos testagens com o formato do grupo, novos usuários passaram pelo grupo sem a perda de participantes anteriores. Amiúde recebemos convites para participação em outras hortas comunitárias e eventos na temática alimentação saudável e plantio agroecológico e sustentável.

DAS Sudoeste

Como ação inovadora elencamos os Encontros Formativos da Sudoeste Antirracista, tal processo levou para a rede de serviços uma série de temas alusivos a questão racial que foi dialogando com várias demandas trazidas pelo público atendido ou mesmo pelos trabalhadores que são negros que enfrentam diariamente o racismo, ao todo realizamos 09 (nove) encontros com os seguintes temas: Racismo estrutural, Letramento racial e educação, Diáspora e territórios negros, Políticas de ações afirmativas, Discriminação religiosa, Segurança alimentar, comida e afeto, Sexualidade e gênero, Saúde da população negra, Cultura e esporte, totalizando 36 (trinta e seis horas).

Avaliação

Avaliamos que no ano de 2023 tivemos mais tranquilidade para a realização das ações, principalmente as coletivas, fomos assertivos na escolha das ações de acordo com a nossa capacidade de realização, levando em conta principalmente a escassez de recursos humanos, por causa das aposentadorias e recursos materiais. Estávamos com o RH defasado, após a contratação emergencial das assistentes sociais no segundo semestre, parte da equipe foi recomposta, embora ainda não atenda a equipe mínima preconizada pela política.

Outro fator que nos fez optar por um número menor de ações coletivas foi a ausência de recursos, sendo o caminho possível nos pautarmos nas atividades que possuíam financiamento externo. Uma exceção foi a ação “Sudoeste Antirracista”, realizada através da articulação de

parcerias, caso contrário a equipe teria que dispor de recursos próprios para a realização, tal como ocorreu nas ações coletivas realizadas nos CRAS da região.

Desafios enfrentados em 2023

Em relação aos desafios, ressaltamos que a falta de um auxiliar administrativo no CRAS Vila União compromete todos os processos de trabalho da equipe que assume atribuições que não lhes competem para suprirem a ausência deste profissional. A única agente de ação social do serviço acumula funções de execução de oficinas, apoio técnico, administrativo e recepção.

A falta de servidores para compor a equipe mínima nos CRAS e a demora da reposição dos que se aposentaram prejudicou de forma concisa o atendimento de alguns serviços, principalmente o CRAS Novo Tempo que teve uma série de ausências.

A falta de lanches e materiais para as oficinas e outras ações coletivas continuam impactando negativamente as ações coletivas, uma vez que atendemos famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Os trabalhadores do CRAS acabam por subsidiar de forma solidária estes custos. A falta de passes unitários, principalmente no segundo semestre, também impactou negativamente no acesso dos usuários aos serviços distantes do território, referenciados pelos técnicos.

As dificuldades de articulações com a rede, principalmente Saúde, Educação e Conselho Tutelar, foi apontada pela equipe técnica como um desafio diante da falta de retorno e desdobramentos nas discussões de casos, que se fazem necessários nos casos de respostas às denúncias efetuadas no 156, disque 100, Conselho Tutelar, dentre outras.

A oferta insuficiente de serviços, como vaga em ILPI, Serviço de Cuidador e Centro-Dia da Pessoa Idosa, tem sido um desafio no referenciamento dos usuários, dada a alta demanda do território do CRAS Vila União no atendimento à população idosa.

As condições de trabalho precarizadas dificultam o desempenho das atividades a serem realizadas no serviço, tais como a rede de internet e telefonia que constantemente deixam de funcionar, prejudicando não só os atendimentos técnicos, como do Cadastro Único. Vale ressaltar que o calor excessivo também tem causado impactos nos atendimentos prestados à população, visto que ocorreram situações de mal-estar tanto de trabalhadores como dos usuários.

A interrupção da impressão colorida disponibilizada aos serviços até o segundo semestre, dificultou bastante a divulgação das ações que os serviços e a região realizaram, além da produção de outros materiais desenvolvidos e utilizados pelas equipes.

Quanto ao atendimento das demandas de manutenção predial, os serviços não possuem manutenção preventiva, o que mobiliza os próprios trabalhadores para que os pequenos e grandes reparos sejam executados muitas vezes sem recursos, gerando morosidade de dias ou meses e impactando a rotina dos serviços.

O transporte disponibilizado para visitas domiciliares, reuniões externas de trabalhadores e demais demandas administrativas também contribui para a precarização do trabalho, visto que há apenas um veículo disponível para toda a região Sudoeste, ou seja, um único veículo para quatro serviços.

No ano de 2023 o cenário de empobrecimento da população ainda em decorrência das reformas trabalhistas e previdenciária e intensificado pela COVID permaneceu trazendo para o serviço demandas que foram difíceis de suprir.

Outros desafios são a precariedade dos computadores, acarretando lentidão nas respostas, as cadeiras quebradas ou frágeis, oferecendo risco de quedas para os usuários e para os funcionários (já aconteceu uma queda de uma mãe carregando um bebê no colo), os móveis não são ergométricos, favorecendo o aparecimento de problemas de saúde para os funcionários, como tendinites e outros.

Com o frequente aumento da temperatura, o nosso sistema de ventilação se torna insuficiente no ambiente de trabalho, tornando o ambiente insalubre para os usuários e para a equipe.

Os nossos serviços não possuem ou estão com as placas de identificação danificadas, dificultando a identificação do serviço, no caso do DAS Sudoeste há grande dificuldade de localização por parte dos usuários. A mesma situação se repete nas outras unidades da região.

Metas para 2024

- Reposição de profissionais nos CRAS (assistente social, psicólogo, auxiliar administrativo, agente de ação social, vigilantes noturnos);
- Aquisição de novos equipamentos e insumos para execução do trabalho;
- Melhoria da estrutura física dos CRAS e DAS (acessibilidade, pintura interna e externa, instalação de novo alambrado no entorno dos CRAS, troca do telhado, troca da instalação elétrica, investimento em serviços de telefonia e internet, ar-condicionado, etc);
- Dar continuidade aos processos formativos e participativos nos territórios, incluindo os usuários
- Fortalecer o SUAS no território, ampliando as ações do NAG;

- Dar continuidade às ações intersetoriais, dando ênfase às ações coletivas e de prevenção;
- Continuar coletivizando as demandas particularizadas dos CRAS e DAS.

Considerações Finais

Finalizamos ressaltando que o ano de 2023 reafirmou a importância do caráter coletivo das ações no CRAS com a participação ativa dos usuários. Ainda de forma embrionária, estamos trabalhando no sentido de fazer com que os usuários não só participem das atividades, mas também contribuam no processo de planejamento (através das assembleias e do coletivo de atendidos), com novas propostas e compreendendo a totalidade do processo, suas etapas, os recursos humanos/materiais necessários e as limitações postas.

Reiteramos que os desafios postos para o trabalho do CRAS permanecem praticamente os mesmos e se repetindo nos últimos anos, fato este que gera sobrecarga de trabalho e, conseqüentemente, desgaste e adoecimento da equipe.

Se faz urgente a organização de processos de compra de insumos para as ações coletivas, há alguns anos não temos respostas positivas por parte da nossa secretaria no apoio às oficinas e às ações coletivas de grande porte, levando ano a ano diminuirmos as agendas de ações.

Região Sul

DAS Sul

Conforme levantamento de dados realizado pelo GT Estudo Exterritorial para o PMAS (Plano Municipal de Assistência Social) 2022-2025, a partir da estimativa do Censo 2010 disponível no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a região Sul abriga 27,23%, aproximadamente, da população do Município. A região caracteriza-se por um território superdimensionado composto por 273 bairros do Município de Campinas.

Considerando a alta demanda socioassistencial, o território Sul enfrenta a insuficiência de serviços da Assistência Social e de serviços das demais políticas. No âmbito da Assistência Social na Proteção Social Básica, a região conta com o Distrito de Assistência Social – DAS que atende 245 bairros no território e dois CRAS, sendo o CRAS Bandeiras que atende a 16 bairros e o CRAS Campo Belo que atende 12 bairros da região. A região possui 12 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de 06 a 14 anos e 8 na modalidade de

SCFV Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional (CCII), executados pelas Organizações da Sociedade Civil.

A região Sul é responsável pelo maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família (2021), BPC (Benefício de Prestação Continuada) e Programa Nutrir Campinas. A região Sul concentra o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social em Campinas. Outro dado relevante e apresentado por este mesmo levantamento é que a região possui o maior número de nascidos vivos nos anos de 2018 a 2021, conforme dados do SINASC/SMS.

FORMAÇÕES, PALESTRAS E CURSOS	
Encontro Formativo da Conferência Regional de Assistência Social.	Preparação dos profissionais para participação e atuação na Conferência Regional e Municipal.
Treinamento SIGM – Benefícios Sociais.	A partir da implantação dos Benefícios Eventuais, dar subsídios sobre a utilização e inclusão das famílias no SIGM.
Roda de conversa sobre o Autismo.	Ampliar os conhecimentos acerca do Transtorno do Espectro Autista.
Treinamento com o Comitê de Enfrentamento às Arboviroses.	Capacitação dos profissionais visando subsídios para trabalhar junto à população atendida na Assistência Social,
Atendimento de Idoso na PSB.	Capacitação metodológica do trabalho a ser utilizado na oferta de serviços de assistência social para a faixa etária acima de 60 anos.
Educação permanente realizada pelo CEREST em conjunto com o INSS.	Roda de conversa para debater os direitos previdenciários e BPC.
Reflexões sobre a Infância e Adolescência na Atualidade.	Debates sobre o tema visando a qualificação e ampliação de conhecimentos para o atendimento de crianças e adolescentes.
Reordenamento do SCFV de Campinas.	Ministrado pela Paulus, com carga horária de 16 h, aos profissionais da PSB do município sobre os processos, procedimentos e arcabouços teórico-metodológico-legislativo para o reordenamento dos SCFVs.
Organização e Prática Cotidiana do SCFV.	Formação aos educadores, técnicos e referências do Distritos, visando a ampliação de conhecimento e potencialização dos profissionais dos SCFVs.
Trilhando Saberes: Reflexões sobre nossa identidade e atuação.	Formação para educadores sociais da PSB, realizado em cinco encontros instrumentalizando-os sobre os processos de trabalho.

Planejamento Estratégico

Conforme a LOAS, a Proteção Social Básica estabelece um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dessa forma cabe ressaltar que o DAS – Distrito de Assistência Social, atende os bairros sem cobertura de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e não executa o PAIF (Serviço de proteção e Atendimento Integral à Família) e, deste modo, não realiza o acompanhamento às famílias. O DAS possui grande número de atendimentos pautados na segurança de acolhida, provisão de benefícios sociais, promoção de acesso a rede de serviços e articulação com a proteção Social Especial e demais políticas públicas, dentre outras ações.

Durante o ano, a equipe técnica do DAS atendeu a 1675 pessoas e/ou grupos familiares que buscaram o Serviço para programas de transferência de renda, como: BPC, Cartão Nutrir do Departamento de Segurança Alimentar, Cadastro Único na perspectiva do Bolsa Família, Benefícios Eventuais Municipais e outros disponibilizados pelo Governo Estadual. Destacamos que durante o ano ocorreu grande procura pelo BPC e por vagas de ILPI para pessoas idosas nos atendimentos de busca espontânea.

A equipe, além da busca espontânea, atende um grande número de demandas que chegam por canais de denúncia e pelo SGD, como: protocolos encaminhados pelo DOAS (Departamento de Operações de Assistência Social); 156 e, aqui destacamos um grande número de denúncias a pessoa idosa com direitos violados e/ou situação de vulnerabilidade; DDH (Disque Direitos Humanos); Conselho Tutelar; CMI (Conselho Municipal do Idoso); Ministério Público; Vara da Infância e Juventude; Vara de Família; outras políticas do Município e de outros Municípios da Federação.

Diante da insuficiência de Serviços Públicos da Política de Assistência Social no território Sul a equipe técnica busca ofertar qualidade durante os atendimentos e realizar as articulações pertinentes para garantir o que é de suas competências. As articulações com a rede nem sempre são rápidas e bem-sucedidas. Outro problema é a não reposição de profissionais no Distrito. Durante o ano ocorreram 2 aposentadorias: uma monitora de cursos semiprofissionalizantes que estava readaptada e executava atividades correlatas; 1 assistente social. Além do agente administrativo que foi transferido em 2019, e até o momento não ocorreu a reposição.

Ações Coletivas Intersetoriais		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Conferência Regional Sul.	Com o tema “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”, as Intersetoriais da região Sul, juntamente, com o CMAS organizaram a Conferência Regional no território. Realizada em 07/06/2023, na Estação Cultura.	Com a participação da população usuária, profissionais do SUAS e demais pessoas interessadas no debate, a Conferência Regional proporcionou aos participantes o debate sobre o tema e a preparação de propostas para a Conferência Municipal.
XV Conferência Municipal.	Com o tema “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”. Realizada nos dias 06 e 07/07/2023, na Universidade Mackenzie.	Com a participação da população usuária, profissionais do SUAS e demais pessoas interessadas no debate, a Conferência foi um marco para a discussão e a propositura de ações para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social no Município, Estado e União.
Roda de Conversa sobre o Trabalho Infantil e Circularidade de Rua de Crianças e Adolescentes.	A partir de demanda apresentada pela Rede de SCFV, a ação foi organizada pelo NAG.	Debate com a Rede visando possibilidades de ações e preparação dos profissionais para combater o fenômeno.

Outras Ações Coletivas		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
VIVA Campinas	Comemoração do Aniversário de Campinas.	Comemorar junto à população do território o aniversário de Campinas, possibilitando assim o debate sobre os avanços e desafios do município.
Assiste Campinas	Ofertar à população o acesso e orientações sobre os serviços das diversas políticas do município de Campinas.	Atender o maior número de pessoas no território e dar condições de acesso a informações e serviços.

Gestão Territorial

O DAS, juntamente com os dois CRAS conduz a Gestão Territorial da região. Ao longo dos anos a gestão trabalhou na perspectiva do fortalecimento das Intersetoriais, do Grupo de Trabalho do SCFV, do Grupo de Trabalho Interproteções e Grupos de trabalhos SUS/SUAS. A Região conta com três Intersetoriais, sendo uma no território do DAS e uma em cada território de CRAS, um GT de SCFV ampliado, um GT Interproteções e quatro GTs SUS/SUAS. Ressalto aqui o Núcleo Articulador Gestor (NAG).

Tendo como norte os assuntos pertinentes à população, os encontros da Intersetorial são mensais entre as diferentes políticas públicas do município na região Sul (Assistência Social, Saúde, Habitação, Educação e outras). Visa a formulação de ações e intervenções diante das demandas do público atendido.

O GT Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um espaço de Gestão do Serviço Público, coordenado pelo Distrito de Assistência Social em parceria com a Coordenadoria Setorial de gestão de Parcerias da Proteção Social Básica e, exclusivo da Política de Assistência Social com coordenador (a) ou membro da equipe técnica das OSCs que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a partir de Editais de Chamamento e Termo de Fomento. Os encontros são mensais, ocorrendo encontros extraordinários de acordo com a demanda da Gestão Pública.

O GT Interproteções é um espaço institucional na Política de Assistência Social, exclusivo à discussão de situações familiares complexas, em que o estabelecimento de fluxos e a

interlocução entre as proteções se fazem necessárias para a superação de impasses no acompanhamento, bem como a ampliação da proteção e do acesso a direitos pelas famílias e sujeitos atendidos.

O GT SUS/SUAS, também espaço de discussão de casos, iniciou-se a partir da necessidade de estabelecer uma comunicação mais efetiva e sistemática entre os equipamentos da Assistência Social e os Serviços da Saúde do território, foram organizados por microterritórios/eixos. São quatro GTs SUS/SUAS na região Sul, nos quais ocorrem reuniões mensais com a média de 4 a 5 casos discutidos em cada eixo.

O NAG ocorre com encontros mensais, é composto por representantes da gestão da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Na perspectiva de fortalecer a Gestão Territorial a partir da aproximação entre os gestores das diferentes Proteções, visa o planejamento de ações e intervenções no território de forma estratégica e integrada.

Desafios enfrentados em 2023

- Equipe incompleta no DAS;
- Falta de mais um motorista no território;
- Criação de um protocolo de atendimento nas situações de calamidades envolvendo a Defesa Civil e SEHAB;
- Garantir a participação na Intersetorial de todos os serviços da rede sul como, saúde e educação e outros da rede socioassistencial;
- Garantir a participação da saúde e educação nos espaços de discussão de casos do território;
- A falta de vaga em ILPI diante da grande demanda do território;
- Implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência.

Metas para 2024

- Implantação de pelo menos dois CRAS no território do DAS Sul, preferencialmente, um na região do Jardim Fernanda e um outro na região do Carlos Lourenço;
- Implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência;
- Disponibilização de recursos tecnológicos, como: wifi; computadores novos que atendam as novas tecnologias; aparelhos celulares aos CRAS: Bandeiras e Campo Belo;

- Construção do novo prédio do CRAS Campo Belo;
- Reforma do CRAS Bandeiras, com recurso de Emenda Parlamentar Impositiva da Câmara dos Vereadores do Município;
- Melhorias no novo prédio do DAS, como: Instalação do sistema de refrigeração geral; fechar as divisórias na parte superior das salas de atendimento, visando a garantia do sigilo.
- Ampliação de mais um veículo e motorista para atender as demandas da região Sul;
- Reposição de uma psicóloga (o) no CRAS Bandeiras; Reposição de uma Assistente Social no CRAS Bandeiras; Regularização do cargo de Chefia de Setor no CRAS Bandeiras; Reposição de três Agentes de Ação Social no CRAS Bandeiras; Reposição de uma Psicóloga (o) no CRAS Campo Belo; Reposição de uma Assistente Social no CRAS Campo Belo; Reposição de um Agente de Ação Social no CRAS Campo Belo; Reposição de um Agente Administrativo no DAS Sul; Reposição de Assistente Social no DAS.
- Aprimoramento das Oficinas em andamento e o desenvolvimento de novas Oficinas e/ou ações continuadas com famílias nos CRAS;
- Formação profissional para o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias para técnicos de nível superior e para Agentes de Ação Social;
- Formação continuada a todos profissionais do DAS e dos dois CRAS;
- Melhoria no processo de planejamento e articulação para as atividades coletivas, sejam elas continuadas ou pontuais. - Garantir grupos de orientação à população no DAS, como: grupo de BPC.

Considerações finais

Considerando o significativo aumento a procura pelos Serviços da Proteção Social Básica, em razão do empobrecimento da população nos últimos anos, destacamos a urgência de reposição no quadro de Recursos Humanos nos serviços da PSB já existentes no território, isso para garantir maior qualidade e menos tempo de espera no atendimento à população.

Além da reposição de profissionais e, considerando o superdimensionamento do território do DAS, o que significa um distanciamento de boa parte da população ao serviço, principalmente, daqueles residentes nos bairros mais distantes, destacamos a necessidade de criação de novos CRAS para o redirecionamento no atendimento e, assim garantir o acesso à população em situação de maior vulnerabilidade ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); bem como a implantação de novos serviços que atendam a população idosa e pessoas com deficiências.

Um fator a ser destacado, positivamente, é a participação da rede socioassistencial que, através das intersetoriais do território, atuaram nos planejamentos e execuções das atividades do Maio Laranja (18 de Maio) e da XII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescentes.

Cabe ressaltar que, o presente documento foi construído com a participação dos gestores e as equipes dos três serviços da PSB da região Sul.

Apesar dos desafios encontrados durante o ano, destacamos o empenho e dedicação dos profissionais na execução do planejamento estratégico anual que, sofreu alterações visando o melhor trabalho com as famílias atendidas e acompanhadas.

CRAS Bandeiras

O CRAS é porta de entrada das políticas de assistência social no território, no qual são oferecidos serviços, programas e benefícios com o objetivo de prevenir situações de risco e de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

O Número total de famílias no território de abrangência do CRAS Bandeiras é de 5.794, sendo a abrangência do CRAS Bandeiras os bairros: Jardim Bandeiras II, Ocupação Chácara Bela Vista, Ocupação Chácara da Mata, Parque Camboriú, Residencial Carvalho de Moura, Ocupação Gleba B, Residencial Vilas de Taubaté (Jardim do Lago II), Jardim Icaraí, Jardim Lago II, Jardim do Lago II Continuação, Vila Lourdes, Jardim Monte Cristo, Parque Oziel, Jardim Santa Cruz, Jardim Santa Marta, Jardim Santa Rita de Cássia, Jardim São José.

O Parque Oziel, Gleba B e Jardim Monte Cristo ocupam uma área de 1,6 milhão de m² e abrigam atualmente cerca de 30.000 moradores e aproximadamente 100 mil pessoas. São três bairros contíguos, situados na região sul da cidade entre as rodovias Anhanguera e Santos Dumont, e surgiram a partir de fevereiro de 1997, resultado de uma ocupação realizada inicialmente de forma espontânea e posteriormente apoiada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) são os maiores bairros da região, o bairro Jardim do Lago é um grande loteamento, porém a parcela que consideramos que compõe a região do Parque Oziel é uma pequena área de preservação ambiental, ao redor do córrego Taubaté, que foi ocupada. Consideramos que esse bairro faz parte da região do Parque Oziel porque sua população utiliza os fixos públicos do Parque Oziel e do Jardim Monte Cristo, e devido ao reassentamento das famílias do Jardim do Lago II ocorrer no conjunto habitacional construído no bairro Vila Taubaté.

Os Bairros atendidos pelo CRAS têm como características principais de atenção:

- Acentuada situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- Alta concentração de vulnerabilidade habitacional.
- Alto registro de famílias em condição de extrema pobreza.
- Presença constante do tráfico de drogas.
- Altos índices de violência urbana no perímetro.
- Crescente fluxo migratório de famílias oriundas da região nordeste do país, que buscam a cidade de Campinas por melhores oportunidades econômicas e de trabalho.

No entanto, para atender às necessidades das famílias, outras Políticas Públicas integram a Rede de Serviços e compõem a Rede Intersetorial.

Nesta perspectiva, a Região Sul de abrangência do CRAS BANDEIRAS conta com 3 Centros de Saúde e 12 unidades da rede de Educação composta por escolas municipais de Ensino Infantil e Fundamental e Escolas Estaduais com oferta de fundamental e médio.

No que se refere a política de Assistência Social ao avaliar os números demográficos e do Cadastro Único, evidencia-se a necessidade de instalação de mais 1 CRAS no eixo Parque Oziel/Monte Cristo/Gleba B, uma vez que essa região corresponde um número alto de famílias atendidas todos os anos e de relatos da população que se desloca em sua maioria a pé e por vezes acompanhadas de crianças pequenas que não aguentam o percurso ou de pessoas idosas.

Assim como as vagas de Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para a faixa etária de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos que são insuficientes e não estão presentes em todos os bairros de abrangência do CRAS. Outro ponto a se destacar é a baixa oferta de serviços para jovens e idosos, ambas com demandas significativas.

Portanto, os equipamentos públicos da Política de Assistência Social desta região demandam maior investimento para o atendimento de qualidade a população.

A região sul se caracteriza em um território superdimensionado e, é a região com o maior número populacional do município de Campinas.

O CRAS Bandeiras tem participado de forma efetiva, coordenando as reuniões Intersetoriais, e participando do GT SCFV, do GT Interproteções e GT SUS/SUAS.

A proposta destes espaços é possibilitar que profissionais das diferentes políticas públicas (assistência social, saúde, educação, habitação e outras) que atuam nos mesmos territórios possam se encontrar para formular ações e intervenções diante das demandas da população atendida.

A articulação entre os serviços socioassistenciais e a intersetorialidade da Política de Assistência Social com as demais Políticas Públicas do território permitem o melhor atendimento à população. Tendo isso como norte, as Intersetoriais desta região pautam assuntos pertinentes à comunidade local, fluxos e demais assuntos importantes para o momento.

O GT SCFV é um espaço de gestão do serviço público, coordenado pelo DAS Sul e, desde 2022, em parceria com a Coordenadoria Setorial de Gestão de Parcerias da Proteção Social Básica e, exclusivo da Política de Assistência Social com as OSCs (Organizações da Sociedade Civil) que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a partir dos Editais de Chamamento e Termos de Fomento.

As reuniões são mensais, presenciais (sala de reuniões do DAS Sul) e as pautas variam conforme as demandas de gestão do momento. São convidados a participar servidores dos equipamentos da Política da região Sul e pelo menos um representante de cada OSC que executa o SCFV, preferencialmente coordenadora (or) ou profissional da equipe técnica.

Destacamos 1 ação realizada durante o ano, organizada pelas Intersetorial em conjunto com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):

Maio Laranja (Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes), no qual foram realizadas atividades nos microterritórios das Intersetoriais: DAS Sul, CRAS Bandeiras e CRAS Campo Belo. Participaram os SCFV, Educação, Serviços para o Programa de Aprendizagem ao Mundo do Trabalho e outros da rede socioassistencial. Os serviços se organizaram para realizar atividades com as crianças, adolescentes e familiares com atividades educativas, lúdicas, rodas de conversa e ação de mobilização à população. As atividades ofertadas visaram a mobilização, sensibilização, informação sobre a defesa dos direitos das crianças e adolescente e o fortalecimento da rede de proteção social do território. Os outros dois espaços de gestão da região Sul são exclusivos para discussão de casos, sendo, o GT Interproteções e o GT SUS-SUAS.

O GT Interproteções é um espaço institucional na Política de Assistência Social, dedicado à discussão de situações familiares complexas, em que o estabelecimento de fluxos e a interlocução entre as proteções se fazem necessárias para a superação de impasses no acompanhamento, assim como para a ampliação da proteção e do acesso à direitos, pelas famílias e sujeitos atendidos. Em fevereiro de 2022, foi realizada reunião para revisão e avaliação deste espaço, em conjunto com representantes Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Neste

encontro, avaliou-se que o GT Interpreções na região Sul deveria manter o formato de discussão de casos. O grupo identifica que o GT também se configura como um espaço formativo. Ao longo deste ano foram discutidos 44 casos nesse espaço.

O GT SUS-SUAS iniciou-se, a partir da necessidade de estabelecer uma comunicação mais efetiva e um fluxo entre os equipamentos da Assistência Social e os serviços de Saúde (Centros de Saúde e Caps, principalmente) e foram organizadas por microterritórios/eixos. Existem 04 (quatro) GTs SUS-SUAS na região Sul, nos quais aconteceram reuniões mensais com a média de 04 (quatro) a 05 (cinco) casos discutidos em cada uma.

O Núcleo Articulador Gestor (NAG), composto por representantes da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. O NAG visa agregar e fortalecer a Gestão Territorial por meio de uma maior aproximação dos gestores das diferentes Proteções para que seja possível planejar as intervenções no território de forma estratégica e integrada.

FORMAÇÕES, PALESTRAS E CURSOS	
Serviço Social em Saúde do trabalhador.	Previdência e BPC.
Treinamento SIGM.	Novas funcionalidades - Benefício eventual natalidade.
Perspectiva da Política de Assistência social voltada a população em situação de rua – 10 anos de Centro POP.	Apresentação dos Serviços de atendimento a população de rua, com foco no centro POP.
As ILPIS no cenário do envelhecimento.	Apresentação das políticas públicas para a pessoa idosa.
Ciclo de debates: “Escuta da violência”	Cuidando de quem cuida.
Atendimento de idosos na Proteção Social Básica.	Uma Perspectiva sobre envelhecimento, território e questões sociais.
Programa Direitos Humanos: Fluxos de atendimento à mulher vítima de violência em Campinas.	Capacitação EGDS.
II seminário de comitê PETI:	Escolarização e intersetorialidade no enfrentamento do trabalho infantil.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento do CRAS Bandeiras contemplou o acolhimento como uma ação estratégica que precisaria ser constantemente repensada e avaliada. Os atendimentos para orientação do benefício de prestação continuada (BPC) passaram a ser agendados, considerando ser uma demanda significativa, tanto do ponto de vista dos procedimentos necessários para que o requerimento do benefício seja realizado, quanto da complexidade das orientações.

Assim, os requerimentos de BPC passaram a ser realizados em dia e horário previamente agendados, o que permitiu melhor organização desta demanda na unidade.

No ano de 2023, foram realizados 154 requerimentos de BPC pela equipe técnica do CRAS Bandeiras, o que não reflete a total demanda relativa a este benefício que, para além do requerimento, envolve: orientação sobre os critérios de acesso e manutenção do benefício,

orientação e apoio para acesso à documentação civil necessária, orientação sobre a necessidade de inclusão ou atualização do Cadastro Único e encaminhamento para sua realização, apoio para que o usuário consiga acompanhar o andamento do requerimento pelo portal do Meu INSS, apoio para envio de documentações exigidas pelo INSS durante o requerimento, apoio para agendamento de avaliação social e perícia médica.

A mudança na forma de atendimento dos usuários do BPC foi avaliada como positiva pela equipe, por ser um atendimento que demanda mais tempo, envolve o uso de sistemas como o site do Meu INSS, a conferência de documentos, dentre outras orientações que se fazem necessária. Ainda assim, entende-se que há o desafio de coletivizar as orientações relativas ao BPC, de modo a construir um espaço coletivo em que além da socialização das informações, também seja possível viabilizar a troca de experiências. Concretizar esta ação torna-se um desafio diante das possibilidades concretas que a equipe do CRAS Bandeiras possui para realizar o planejamento e execução da ação, sobretudo por se tratar de uma unidade com equipe reduzida e com a necessidade de reposição do quadro de profissionais.

O quadro insuficiente de profissionais impactou não apenas a possibilidade de avançar na construção de novas ações coletivas, e na Semana da Consciência Negra, ambas previstas no planejamento estratégico de 2023, mas que não puderam ser concretizadas.

PAIF

Serviço contínuo ofertado em todos os dias da semana nos horários de funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS Bandeiras.

1. Acolhida, estudo social, visita domiciliar, orientação e encaminhamentos.
2. Acompanhamento familiar.
3. Discussão de caso e articulação com a rede.
4. Promoção ao acesso à documentação pessoal.
5. Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio.
6. Desenvolvimento do convívio familiar e comunitário.
7. Conhecimento do território.
8. Cadastro único.
9. Elaboração de relatórios e prontuários.
10. Notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social.
11. Busca ativa.
12. Atendimento e orientações para Benefícios eventuais.

Avanços CRAS:

- Chegada de 1 Assistente Social do concurso temporário.
- Chegada 1 notebook
- Chegada de 1 computador
- Chegada de 1 retroprojektor.

Desafios PAIF:

1. Fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura dos seus vínculos, sejam familiares ou comunitários, contribuindo na melhoria da qualidade de vida nos territórios;
2. Promover acessos a rede de proteção social de assistência social, promovendo o usufruto dos direitos socioassistenciais;
3. Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.
4. Reconhecer que um único serviço não é suficiente para proporcionar todas as garantias de uma família em situação de vulnerabilidade social;
5. Demora na inclusão das famílias encaminhados ao PAEFI.

Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Semana da Consciência Negra.	Promover um espaço para reflexão sobre racismo.	Evento Cancelado. Saída da chefia de setor e mudanças na equipe afetaram o planejamento e a execução da mesma.

Ações Coletivas Intersetoriais		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
18 maio	Roda de conversa OSC Cortejo OSSJB.	Mobilizar a sociedade e conscientizar sobre a importância da prevenção e enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes
Ação Intersetorial	Tema: Autismo.	Orientações para atendimento.
Ação Intersetorial Centro de Saúde São José	08/11/2023- Ação Intersetorial na Praça.	Acolhimento e orientações e Cadastro único.
Ação Intersetorial: Vovô Nestor	Orientações sobre benefícios e programas sociais.	Roda de Conversa com Famílias e comunidade.
XV Conferencia de Assistência social.	Participação dos grupos e organização da XV Conferencia de Assistência social.	Participação dos grupos e organização da XV Conferencia de Assistência social.
Ação Intersetorial: Sementinha	Orientações sobre benefícios e programas sociais.	Roda de Conversa com Famílias e comunidade.

Gestão territorial

A Gestão Territorial vem se consolidando ao longo dos anos na perspectiva do fortalecimento da rede através das Intersetoriais, do GT SCFV, do GT Interproteções e GT SUS/SUAS, NAG. Intersetorial Bandeiras:

GT Interproteções: Reunião entre as proteções Sociais Básica e Especial de média complexidades, Conselho Tutelar, e outros serviços, para discussão de casos e fortalecimento dos fluxos de referência e contrarreferência dos serviços, com periodicidade mensal

GT SUS / SUAS: O GT SUS-SUAS iniciou-se, a partir da necessidade de estabelecer uma comunicação mais efetiva e um fluxo entre os equipamentos da Assistência Social e os

serviços de Saúde (Centros de Saúde e Caps, principalmente) e foram organizadas por microterritórios/eixos.

Reuniões mensais com a média de 04 (quatro) a 05 (cinco) casos discutidos em cada uma.

GT SCFV: O GT SCFV é um espaço de gestão do serviço público, coordenado pelo DAS Sul e, desde 2022, em parceria com a Coordenadoria Setorial de Gestão de Parcerias da Proteção Social Básica e, exclusivo da Política de Assistência Social com as OSCs (Organizações da Sociedade Civil) que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a partir dos Editais de Chamamento e Termos de Fomento. As reuniões são mensais, presenciais e as pautas variam conforme as demandas de gestão do momento. São convidados a participar servidores dos equipamentos da Política da região Sul e pelo menos um representante de cada OSC que executa o SCFV, preferencialmente coordenadora (or) ou profissional da equipe técnica.

NAG: O NAG visa agregar e fortalecer a Gestão Territorial por meio de uma maior aproximação dos gestores das diferentes Proteções para que seja possível planejar as intervenções no território de forma estratégica e integrada.

Ação Inovadora

Rodas de Conversas no Território.

Em 2023 realizamos ações descentralizadas com objetivo de informar e orientar a população sobre os programas sociais e aproximar o CRAS do território e fortalecer a relação com a Rede intersetorial.

Roda de Conversa Vovô Nestor: Maio / 23

Desafios enfrentados em 2023

Recursos humanos: Ausência de chefia durante a maior parte do ano de 2023.

Não reposição das vagas de Agente de Ação social.

Não Reposição da vaga de Psicólogo.

Ausência de formação para equipe técnica.

Equipe reduzida não possibilitou a retomada de atividades coletivas.

Falta de informações para qualificação do atendimento sobre os programas sociais: Bolsa

Família, Renda Campinas, Auxílio-natalidade, Auxílio-funeral.

Dificuldade com o Fluxo para atendimento de situação de calamidades e ocorrência de chuvas encaminhadas pela Defesa Civil.

Espaço físico limitado que não possibilita ações coletivas.

Falta equipamentos, e equipamentos ultrapassados ex: Computadores, celular, impressora, micro-ondas, fones, câmeras.

Metas para 2024

- Disponibilização de recursos tecnológicos, como: wifi; computadores novos que atendam as novas tecnologias; aparelhos celulares para os dois CRAS.
- Ampliação de mais um veículo e motorista para atender as demandas da região Sul.
- Reposição de psicóloga (o) no CRAS Bandeiras;
- Reposição de três Agentes de Ação Social no CRAS Bandeiras;
- Efetivação do Cargo de Chefia do CRAS Bandeiras
- Desenvolvimento de novas Oficinas e/ou ações continuadas com famílias;
- Busca por formação profissional para o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias para técnicos de nível superior e para Agentes de Ação Social;
- Melhoria no processo de planejamento e articulação para as atividades coletivas, sejam elas continuadas ou pontuais;

Considerações finais

Apesar dos desafios e da equipe reduzida o CRAS Bandeiras manteve o trabalho e as atividades com dedicação e empenho.

Espera-se que com a recomposição da equipe técnica em 2024 possamos retomar atividades coletivas com foco em convivência comunitária, cidadania, bem-estar e qualidade de vida.

A região do Campo Belo está localizada no extremo Sul do Município de Campinas e começou a ser ocupada entre as décadas de 50 e 60 com a aprovação de alguns loteamentos, decorrentes da expansão econômica no setor industrial do Município, no qual grandes empresas, como a Singer, que nomeia 02 (dois) bairros locais, aqui se instalaram. Mestre (2009) analisou que grandes empresas somadas a proximidade com a capital e rica malha rodoviária, intensificaram os fluxos migratórios e também o processo de ocupação às margens das principais rodovias. Desde o início, a população que chegou nesta região enfrentou

problemas de infraestrutura e mobilidade. Os espaços que não foram contemplados enquanto loteamentos, foram ocupados, mas se tratava de área pertencente ao Aeroporto Internacional de Viracopos e que seria utilizada em eventual expansão. Por este motivo, as gestões Municipais pouco investiram na região, que possui sua maior extensão ainda sem asfalto, escolas/creches e Centros de Saúde em quantidade insuficiente para atender a população local, pouquíssimas áreas de lazer instaladas nessa região imensa e até hoje não há qualquer oferta local das Políticas de Esporte ou Cultura. A região recebeu e ainda recebe uma quantidade significativa de migrantes vindos do Norte e Nordeste em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Estes chegam aqui com o sentimento de recomeço. Outros vem de outros bairros do próprio Município temporariamente até conseguirem se restabelecer financeiramente, ou seja, o sentimento é de que logo poderão buscar melhores condições. Portanto, embora existam muitas famílias estabelecidas na região desde o início da urbanização do território, elas chegam a essa região com o sentimento de que será temporário e, por vezes, não se apropriam do espaço e não se sentem pertencentes. Mestre (2009) cita que a região do Campo Belo expressa uma urbanidade de risco:

“O risco é antes de mais nada para o morador; o barraco pode deslizar ou inundar com a chuva, a drenagem e o esgoto podem se misturar nas baixadas, a saúde e a vida são assim ameaçadas. No cotidiano, são horas perdidas no transporte, a incerteza quanto o destino daquele lugar, o desconforto da casa e da rua” (MESTRE, 2009, p. apud ROLNIK, 1999; RIBEIRO, 2006: 12).

Atualmente, a região do Campo Belo é composta por 18 bairros e cerca de 110 mil moradores, de acordo com estimativa apresentada em notícia veiculada pelo Correio Popular em junho de 2020. Há 01 (um) CRAS instalado neste território desde de 01/07/2004, o qual atende famílias de 12 bairros, que correspondiam a 6525 famílias cadastradas na base de dados do Cadastro Único em abril de 2021, base utilizada para o Estudo Socioterritorial. Este foi o território que mais registrou nascimentos no período de 2018 a 2020 e cujas mães são mais jovens (12 a 22 anos) em relação aos demais territórios de CRAS do Município. Portanto, é uma região populosa, com falta de infraestrutura e de serviços públicos em quantidade suficiente, e que sofre com diversos e elevados índices de violações de direitos que levam à sua identificação como um local de criminalidade, desenvolvendo e solidificando um estigma social à sua população que a deixa ainda mais à margem da sociedade campineira.

No ano de 2023, algumas melhorias foram anunciadas pela Prefeitura, tais como construção de mais creches, asfalto em boa parte do território, a inauguração de uma unidade da FUMEC/Ceprocamp, que trouxe a expectativa de cursos técnicos e profissionalizantes mais próximos. A duplicação da Rodovia Miguel Melhado, que corta o território, também teve suas obras iniciadas e gerou desconforto em boa parte da população local. Algumas poucas melhorias foram percebidas e ainda estão em curso; mas ainda assim, alguns indicadores de vulnerabilidade se fazem presentes, dentre os quais podemos citar baixa escolaridade, evasão escolar, grande circularidade de rua inclusive por crianças pequenas, pouca infraestrutura das residências, falta de programas habitacionais, tráfico de substâncias psicoativas, número elevado de trabalhadores informais, entre outros.

FORMAÇÕES, PALESTRAS E CURSOS	
Formação Bons Tratos em Família	Curso ministrado pelo Instituto Claves para profissionais da Rede Intersetorial, financiado pelo CMDCA através dos Projetos do 18 de Maio, para capacitar os profissionais a trabalhar com as famílias.
Encontro de Boas Práticas	Encontro para Educadores Sociais, Oficineiros e Agentes de Ação Social do Município de Campinas, organizado pelo CMDCA para que estes profissionais troquem conhecimento, experiências e metodologias utilizadas no trabalho com crianças, adolescentes, adultos e famílias na Política de Assistência Social.
Reordenamento do SCFV de Campinas	Curso com carga horária de 16h, presencial, ministrado pela Paulus, com o objetivo de subsidiar os profissionais da Proteção Social Básica do Município sobre os processos, procedimentos e arcabouço teórico-metodológico-legislativo para o reordenamento dos SCFVs.
Formação “A Arte de Recomeçar”	Curso para Educadores Sociais / Agente de Ação Social, ministrado pela organização Criança e Vida

Formação “Trilhando Saberes: reflexões sobre nossa identidade e atuação”	Formação para Educadores Sociais, oficinairos e Agentes de Ação Social promovida pela Secretaria em parceria com a GEPPES (Grupo de Estudo e Práticas Permanente em Educação Social) com o objetivo de refletir sobre a identidade e a atuação destes profissionais dentro da Proteção Social Básica, inclusive com exercício prático de planejamento das ações e atividades.
Atendimento de Idosos na Proteção Social Básica	Formação para toda a equipe técnica do CRAS, presencial, com o objetivo de trabalhar questões do envelhecimento, proteção e defesa de direitos da pessoa idosa, território e as políticas sociais para essa etapa.

Planejamento estratégico

A Proteção Social Básica existe para **prevenir** situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, materializado através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que é executado em um equipamento público chamado Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:

“O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo”. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, p. 12, 2009)

Além disso, todas as ações do PAIF, conforme descrito no Caderno de Orientações Técnicas 1, devem expressar as seguranças socioassistenciais: acolhida, convívio familiar e comunitário, renda, desenvolvimento da autonomia e sobrevivência a riscos circunstanciais.

Ocorre que, para que o PAIF aconteça em sua integralidade, é necessário que os recursos cheguem aos CRAS, o que não tem acontecido, pois continuamos sem lanches para as atividades continuadas e ações comunitárias, os materiais de consumo não chegam (nem um simples clips para papel) ou demoram muito para chegar desde a sua solicitação, não temos profissionais em quantidade e formação conforme NOR-RH, os profissionais que temos por vezes encontram-se desmotivados e sem formação continuada para que se aprimore a prática e as ações junto à comunidade, o espaço físico é inadequado e por vezes sequer tivemos sala para a realização de grupos, enfim são muitos desafios.

Diante de todos esses entraves, a equipe ainda se manteve comprometida com o trabalho social e o Planejamento Estratégico é um instrumental imprescindível para que esse trabalho seja eficaz, pois é dinâmico e permite a análise da realidade e necessidades locais com as possibilidades de aplicação, diante do que temos. Neste momento em que os recursos não chegam para a execução do PAIF em sua integralidade, o planejamento estratégico é fundamental.

Por este motivo, os moldes dos grupos executados no CRAS Campo Belo têm sido mais no viés de orientação e acesso a direitos, do que grupos continuados que deveriam ser sua maioria. A única oficina de caráter continuado em andamento corre o risco de ser encerrada se o lanche não chegar e continuar a não ser priorizado. Ainda nestas perspectivas, as ações comunitárias do Projeto “Combinamos de Não Morrer” que eram 4 ao ano, foram reduzidas para 3, que é a quantidade de vezes no ano que podemos solicitar hortifrúts para o ISA – CEASA.

PAIF

No ano de 2023, a equipe do CRAS Campo Belo optou por priorizar os atendimentos coletivos, através da manutenção de grupos de orientação sobre (1) Benefício de Prestação Continuada – BPC, (2) Benefícios Eventuais Municipais – BEM Campinas, principalmente para o Auxílio Natalidade e (3) Documentação Civil. Houve ainda a manutenção da única oficina de caráter continuado, intitulado Grupo de Convivência Comunitária, assim como a continuidade do acolhimento aberto a comunidade em 02 (dois) dias da semana, com atendimentos individuais, por ordem chegada. O CRAS ainda realizou busca ativa de beneficiários do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades para realização de reunião de orientação sobre o Programa e possibilidade de recurso; assim como a busca ativa de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) cujos cadastros

seriam excluídos da base do Governo Federal, o que poderia implicar na perda do benefício socioassistencial citado.

Ainda nessa perspectiva de coletivizar como melhor metodologia para trabalhar a prevenção de situações de risco e/ou violação de direitos, o CRAS Campo Belo deu continuidade ao Projeto intitulado “Combinamos de Não Morrer”, que objetiva trabalhar temas transversais a este. Para o ano de 2023 foram trabalhadas as temáticas voltadas à população LGBTQIAPN+, Violência contra a Mulher e Consciência Negra.

Ações Coletivas PAIF/ Coletivos PSB		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Grupo de Orientações do BPC	Grupo semanal para orientações sobre o Benefício de Prestação Continuada com apresentação dos critérios, documentos necessários e processo. Na sequência é realizado atendimento individual para auxílio do requerimento do benefício.	Usuários esclarecidos de forma correta sobre o benefício, que não é uma aposentadoria; Cadastros Únicos atualizados conforme orientação; prevenção de situações como Cadastros excluídos e/ou benefícios cancelados; Usuários com acesso ao direito, sem necessidade de recorrer a atravessadores.
Grupo para Documentação Civil	Grupo semanal para orientação sobre documentação civil básica necessária. Para aqueles que não possuem todos os documentos, são realizadas solicitações e encaminhamentos cabíveis.	Usuários com acesso a direitos e conhecimento para a prevenção de situações de risco pela falta de documentação civil; atendimentos do CRAS organizados para facilitar a dinâmica de trabalho da equipe.
Benefícios Eventuais	Grupo semanal para orientação sobre os Benefícios Eventuais Municipais com posterior atendimento individual para o requerimento daqueles que tiverem	Usuários com acesso a direitos e conhecimento; mães e bebês com atendimento fora do fluxo de pessoas do acolhimento; atendimentos do CRAS

	direito, principalmente Auxílio Natalidade.	organizados para facilitar a dinâmica de trabalho da equipe.
Grupo de Convivência Comunitária - Crochê	Grupo semanal intergeracional, voltado ao público feminino que produz trabalhos manuais coletivos (crochê) com o propósito de promover acolhimento, interação, fortalecimento de vínculos comunitários e rede apoio. É um grupo continuado, nos moldes do PAIF, cujo planejamento e avaliação mensal são realizados coletivamente com as participantes.	Fortalecimento de vínculos comunitários; ampliação da rede de cuidado; aquisição de habilidades e conhecimento que contribuem para o desenvolvimento de autonomia; acesso a direitos; prevenção de situações de risco e/ou violação de direitos.
“Combinamos de não morrer” – LGBTQIAPN+	Ação aberta a comunidade com abertura de apresentações culturais dos SCFVs IPH Aprender Mais e Vovô Nestor Jerônimo Mendonça, seguido de uma roda de conversa conduzido pelas profissionais do Centro de Referência LGBTQIAPN+.	Participação direta de 50 usuários; prevenção de situações de risco causadas pelo preconceito e/ou falta de conhecimento a respeito da temática; possibilidade de ampliação da rede de cuidado e fortalecimento de vínculos comunitários.
“Combinamos de não morrer” – Violência contra a Mulher	Ação aberta a comunidade com uma Roda de Conversa facilitada por Assistente Social Andria, que trabalha no CAISM-Unicamp e Coordenadora do Abrigo para Mulheres de Campinas. Para complementar a Ação, tivemos estagiários aferindo pressão arterial e medindo glicemia das participantes que desejassem.	Participação direta de 34 usuários; prevenção de situações de risco; possibilidade de ampliação da rede de cuidado e fortalecimento de vínculos comunitários.

“Combinamos de não morrer” – Consciência Negra	Ação aberta a comunidade de contou com uma efetiva parceria com a Biblioteca Municipal de Campinas, que trouxe acervo itinerante, escritora de livro infantil para contação de história e massoterapeuta. A parceria com a E.E. Celeste Palandi de Melo na apresentação do Projeto Educação Antirracista e dos SCFVs da região trazendo coletivos (Roda das Mina) e movimentos (Batalha de rimas) locais também contribuíram para o enriquecimento na reflexão sobre o tema.	Participação direta de 270 usuários; fortalecimento de vínculos comunitários; ampliação de conhecimento que contribui para o repertório, desenvolvimento de autonomia e prevenção de situações de risco.

Ações Coletivas Intersetoriais		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
18 de Maio	As ações do 18 de Maio iniciaram com um Cortejo pelas ruas do território, falando sobre o tema e entregando panfleto-convite para a população participar das demais ações programadas, tais como Cine Clube e Ação Aberta a Comunidade, na qual houveram oficinas simultâneas sendo desenvolvidas para trabalhar o tema.	Dentre os resultados alcançados, é possível destacar: tornar o tema conhecido e falado, contribuindo assim para a prevenção de ocorrências, mais de 300 famílias participaram diretamente das ações planejadas e várias pessoas receberam informação ao longo do Cortejo.

Outras Ações Coletivas		
Nome da atividade	Breve descrição	Resultados alcançados
Conferência Regional Municipal da Assistência Social	A Conferência se inicia muito antes com a preparação dos usuários para falar sobre este espaço de participação e controle social, período em que contou com oficinas preparativas nos microterritórios. A Conferência Regional Municipal da região Sul ocorreu na Estação Cultura e contou com a participação de participantes que elaboraram propostas para a Política de Assistência Social nas esferas Municipal, Estadual e Federal.	02 (duas) oficinas preparatórias no CRAS Campo Belo com um total de 70 participantes que puderam conhecer um pouco mais sobre a importância da participação e do controle social.

Gestão territorial

O CRAS Campo Belo contou neste ano de 2023 com alguns espaços voltados à Gestão Territorial, tais como: Intersetorial Campo Belo, NAG Sul, GT SCFV, GT Interproteções e SUS/SUAS, sendo que cada espaço tem seus objetivos e particularidades.

- **Intersetorial Campo Belo:** tem se configurado como um espaço de reunião de Rede, com a presença de profissionais das várias Políticas Públicas que atuam no território. Neste ano houve participação de profissionais da rede socioassistencial de básica e média complexidade,

da Saúde, da Habitação e da Educação. Inicialmente, mantivemos o formato online e migramos para o presencial a partir do mês de junho, com uma reunião ampliada (toda a região Sul), na qual pautou-se “Trabalho Infantil e Crianças em situação de circularidade de rua”.

- **NAG Sul:** é o Núcleo Articulador Gestor, composto por gestores públicos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial da região Sul, representantes da Proteção Social Especial e DOAS. Desde que se configurou este espaço, percebemos a constância e efetiva participação apenas dos gestores de equipamentos públicos fisicamente lotados na região Sul. Houve tentativa de avançar nas ações em conjunto, mas ainda foram ações e propostas tímidas. O espaço precisa ser percebido como necessário e priorizado por todas as proteções para que se avance de fato.

- **GT SCFV:** este é um grupo de trabalho com equipe técnica e/ou gestores das OSCs que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os gestores dos equipamentos públicos da região e a gestão de parcerias da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos. Neste ano de 2023, o tema mais presente neste espaço foi o reordenamento do SCFV e alinhamento de fluxos. São convidados a participar deste espaço todos aqueles que executam um serviço público na região Sul. As OSCs referenciadas ao microterritório do Campo Belo são frequentes nestas reuniões.

- **GT Interpreteções:** grupo de trabalho com representantes dos equipamentos públicos da região Sul voltados para a discussão de casos que precisam de um olhar mais ampliado da Política de Assistência Social para pensar estratégias de atendimento. Por diversas vezes, os casos pautados são casos mais complexos. As reuniões são mensais, com espaço para discussão de até 04 (quatro) casos, em formato online.

- **GT SUS/SUAS:** reunião mensal para discussão de casos em Rede referente a famílias atendidas neste microterritório. Inicialmente, era uma proposta de discussão entre Saúde e Assistência Social, mas com o tempo, ampliou-se para as demais políticas. A discussão é pautada por um serviço, que já coloca quais são os serviços necessários para se pensar junto sobre a família e possíveis intervenções e encaminhamentos. As reuniões são organizadas pelo CRAS, com possibilidade de discussão de 04 casos, em ambiente online.

Além destes espaços mencionados, o Centro de Saúde Campo Belo propôs mais um espaço de discussão de casos, nos moldes do matriciamento, para situações que ainda não chegaram a uma complexidade que necessite de pauta do GT SUS/SUAS. Por ora, ocorreu apenas uma

reunião no mês de dezembro.

Todos os espaços mencionados possibilitam a proximidade entre as Políticas Públicas, contribuem para que as informações cheguem à Rede e aos usuários com menos ruídos, possibilitam uma melhor integração no atendimento às famílias, assim como o estabelecimento e organização de fluxos e demandas, realização de ações integradas e em parceria.

Ação Inovadora

A parceria com a Biblioteca Municipal de Campinas foi uma ação inovadora e muito interessante para a comunidade local, visto que as Políticas Públicas de Esporte e Cultura não chegam efetivamente a este território. Por isso, trazer a biblioteca itinerante e uma escritora de livro para contação de história foi significativo. Das quase 300 pessoas que participaram do “Combinamos de não morrer” no dia, menos de 10 conheciam a Biblioteca ou sabiam que ela era acessível e aberta a população.

Com esta Ação, conseguimos garantir algumas das seguranças afiançadas pelo SUAS, tais como convívio comunitário e social e o desenvolvimento da autonomia; pois foi possível possibilitar ampliação de repertório, espaço de convivência e conhecimento. A segurança “acolhida”, por mais que procuramos pensar o espaço, ficou prejudicada pois a estrutura física do local não contribuiu para o conforto dos participantes.

Desafios enfrentados em 2023

O ano de 2023 foi especialmente difícil no CRAS Campo Belo e por fatores de natureza diversa, listados abaixo:

- Obras de construção da FUMEC/Ceprocamp. A inauguração e funcionamento deste novo equipamento no território do Campo Belo é um ganho para a população local. No entanto, o período de obras com o CRAS funcionando foi bastante complexo, pois o CRAS e os usuários precisam se adaptar às necessidades da obra! Houve alteração de portão de acesso, necessidade de fechar portão e interromper o atendimento temporariamente ao longo do dia e ambos sem comunicação anterior, o que impactou nos atendimentos com horário marcado, ações coletivas junto à Comunidade que estavam inclusive divulgadas amplamente. Além disso, ruído de obra e cheiro de tinta dentro das salas de atendimento, por vezes com atendimento coletivo de benefícios eventuais, nos quais haviam bebês recém nascidos presentes, entre tantas outras situações que foram negativas para a equipe de trabalho e para o

atendimento

à

Comunidade.

- Centro de Saúde Campo Belo alocado no mesmo endereço. O Centro de Saúde encontra-se em período de obras e, por isso, os atendimentos precisaram ser alocados em outros espaços. O CASI, onde está o CRAS, foi um destes locais. Ocorre que os usuários acabaram associando o Centro de Saúde ao CRAS e passaram a ligar e enviar mensagem no WhatsApp do CRAS para questionar sobre os atendimentos da saúde. Além disso, por vezes, confundem os espaços e os objetivos de cada um destes equipamentos. Ainda por esta mudança, o CRAS precisou realocar salas de atendimento, perdendo espaço para os atendimentos coletivos, o que levou a suspender a Oficina continuada (Grupo de Convivência Comunitária – Crochê) e precisar pedir sala para a FUMEC para que fosse possível continuar com os grupos de orientações.

- Infraestrutura precária e sem manutenção devida há anos. O prédio do CRAS é antigo e não recebe manutenção há muitos anos. Com isso, as paredes das salas estão sujas, se desfazendo (madeirite), o ambiente é quente, com quedas de energia constantes, enfim o ambiente não condiz com os objetivos e seguranças a serem afiançadas no PAIF, serviço executado pelo CRAS.

- Falta de recursos para a execução direta dos trabalhos. Não recebemos lanches para as atividades continuadas e oficinas de orientações, também não recebemos lanches adequados para todas as ações comunitárias que realizamos ao longo do ano e há morosidade dos processos de compra de materiais para a execução do trabalho.

- As informações referentes aos benefícios socioassistenciais continuam a chegar com atraso às equipes técnicas, sendo que o CRAS é o equipamento público responsável por orientar a população a este respeito.

- Falta formação continuada para todos os profissionais que trabalham no CRAS e atuam junto a população;

- Atendimento de Protocolos (156 e DDH) e Medidas Socioeducativas que levam a descaracterização da Proteção Social Básica, conforme preconizam as Orientações Técnicas e Legislações vigentes.

- Dificuldade de acesso as outras Políticas Públicas de uma forma protocolar que impactam nos atendimentos e acompanhamentos do PAIF, por exemplo: falta de vaga em escola próxima, situações habitacionais que não se resolvem e a população busca o CRAS para resolver, falta de atendimento em Saúde Mental próxima, demanda reprimida do CREAS, etc.

- Exoneração de uma Assistente Social e afastamentos médicos principalmente de

profissionais readaptados e/ou alocados.

Metas para 2024

Das metas necessárias para que o CRAS Campo Belo continue a funcionar, algumas envolvem recursos e processos que não dependem da equipe de trabalho que atua diretamente neste equipamento de Política Pública. Segue:

- Reforma elétrica do CRAS para que seja possível trabalhar sem quedas de energia e com um mínimo de conforto térmico, principalmente nos dias quentes;
- Pintura do prédio para melhorar seu aspecto e tornar o ambiente minimamente acolhedor;
- Disponibilização de recursos tecnológicos, como: wifi, computadores novos que atendam as tecnologias e aparelho celular institucional para o CRAS, uma vez que o WhatsApp institucional existe desde a pandemia dependendo de recursos pessoais dos profissionais;
- Construção do novo prédio do CRAS Campo Belo.
- Recomposição da equipe de profissionais de acordo com o que preconiza a NOB-RH
- Lanche para as atividades coletivas continuadas e pontuais, assim como a obtenção de materiais de consumo necessários, pois os servidores não mais utilizarão seu salário para garantir que o serviço continue.
- Aprimoramento das Oficinas em andamento e o desenvolvimento de novas Oficinas e/ou ações continuadas com famílias, desde que cheguem os recursos necessários para tal;
- Busca por formação profissional para o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias para técnicos de nível superior e para Agentes de Ação Social;
- Melhoria no processo de planejamento e articulação para as atividades coletivas, sejam elas continuadas ou pontuais;
- Fortalecimento de Rede Intersetorial com a abertura para a participação ativa de usuários.

Considerações finais

O Campo Belo é considerado a região de maior vulnerabilidade do Município de Campinas devido diversos fatores. É necessário que exista mais um CRAS neste território e seria interessante se houvesse também um CREAS. O único CRAS instalado no território sofre com a falta de manutenção histórica, não garantindo o mínimo necessário para que a equipe tenha condições de trabalho e para que os usuários sejam adequadamente acolhidos, sendo a acolhida uma das seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social. Apesar de todas as faltas vividas para o desenvolvimento do PAIF, a equipe de profissionais se mantém

comprometida com o trabalho, conforme preconizam as legislações vigentes. Entretanto, os efeitos da precariedade têm sido sentidos e gerando dificuldades no clima organizacional e na saúde física e mental dos profissionais.

As atividades coletivas do PAIF deveriam ser continuadas para atingir os objetivos desse serviço de responsabilidade dos CRAS, mas atualmente tem sido possível focar nas atividades coletivas pontuais devido falta de recursos e profissionais devidamente qualificados para oficinas continuadas. Houve uma diminuição também na quantidade de Ações Coletivas Comunitárias, outra vertente no trabalho de prevenção de situações de risco e/ou violação de direitos pelo mesmo motivo. A oferta de acolhimento individual, nos moldes do plantão social, permanece vigentes. Essa realidade tão presente traz a sensação de retrocesso no trabalho social com famílias conforme preconizado pelo PAIF.

Para o próximo ano, espera-se que os investimentos cheguem ao CRAS Campo Belo, assim como recursos mínimos necessários para o desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

COORDENADORIA GERAL DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-CGPSE

A Proteção Social Especial dentro do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, é responsável por oferecer serviços, programas e projetos especializados para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, onde seus direitos estão sendo violados. A Coordenadoria Geral da Proteção Social Especial, no ano de 2023, continuou comprometida com a gestão dos serviços socioassistenciais na área da Proteção Social Especial, trabalhando em conjunto com as Coordenadorias Setoriais de Proteção Social Especial de Média Complexidade – CSPSEMC; de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade para População em Situação de Rua – CSPSEMAC Pop Rua; de Proteção Social Especial de Alta Complexidade para Adultos e Idosos – CSPSAC; de Proteção Social Especial de Alta Complexidade para Crianças, Adolescentes e Mulheres – CSPEAC; além de fornecer apoio e gestão em situações de calamidades, auxiliando o Departamento de Operações de Assistência Social no planejamento das ações da Proteção Social Especial.

As coordenadorias setoriais ligadas à Proteção Social Especial atuam de acordo com o nível de complexidade das situações. Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, são atendidos famílias e indivíduos cujos direitos foram violados, mas que ainda mantêm seus

laços familiares e comunitários. O Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e o Centro POP são exemplos de serviços públicos que oferecem orientação e apoio para o convívio sócio familiar e comunitário. Já na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, são disponibilizados serviços que garantem a proteção integral para famílias e indivíduos que precisam ser afastados de seu ambiente familiar e comunitário. Nestas situações são necessários acompanhamento especializado e individualizado, com serviços que possam ofertar uma estrutura técnica e operacional.

Em relação às necessidades apresentadas aos serviços da Proteção Social Especial, a Coordenadoria Geral da Proteção Social Especial conduziu um estudo breve no ano de 2023. Esse estudo permitiu identificar uma análise concisa sobre a busca por atendimento na Proteção Social Especial. Foi observado um aumento na demanda por serviços e da complexidade das situações apesar do entendimento de que essas demandas já vinham se intensificando nos últimos anos.

Foi constatado que a maior parte da demanda é proveniente de encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar, Política de Saúde e Educação, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, entre outros. Além disso, durante esta pesquisa, foram apresentadas as seguintes situações que evidenciam a necessidade de atendimento na Média ou Alta Complexidade devido à gravidade das violências vivenciadas:

- Violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Alta vulnerabilidades, negligência severa e abandono de crianças e idosos.
- Violência doméstica, violação de direitos e abandono.
- Medida de proteção de acolhimento devido ao risco.
- Exigências para cumprimento de prazo impostos pelos órgãos judiciais e/ conselhos como Conselhos Tutelar e Conselho Municipal do Idoso, devido ao agravamento da situação.

Nas informações sobre as denúncias recebidas, foram apontados que muitas delas apresentam informações pouco qualificadas, indicando violações que precisam ser cuidadosamente verificadas e avaliadas quanto aos riscos sociais envolvidos. No que diz respeito aos tipos de violações mais frequentes, observamos um aumento nas situações envolvendo violação dos direitos de crianças e adolescentes, seguidas por casos relacionados a idosos, mulheres, pessoas com deficiência, população em situação de rua e pessoas afetadas por desastres naturais, principalmente chuvas fortes.

Nesta conjuntura, no ano de 2023, continuaram sendo oferecidos os serviços de Proteção Social Especial nas unidades públicas dos CREAS, que estão divididas em unidades regionais: Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste. Essas unidades são responsáveis por executar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Além disso, também são oferecidos serviços como o Centro Pop, que é um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, com unidades I e II, assim como pelo serviço Bagageiro Municipal e Casa da Cidadania. Outros serviços da alta complexidade foram ofertados pelo Centro Municipal Proteção à Criança e ao Adolescente – CMPCA, Casa Abrigo da Mulher – SARA-M, Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante – SAMIM, Residência Inclusiva RENASCER, e Serviço de Acolhimento e Proteção Especial à Criança e ao Adolescente – SAPECA, sendo que para as situações de emergências e calamidade foi ofertado vaga no SAMIM.

Foram mantidas as parcerias estabelecidas e regidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC, Lei Federal nº 13.019/2014), atendendo ao público determinado pelas normas legais para os respectivos serviços socioassistenciais tipificados. Além disso, foram estabelecidas parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para serviços complementares, em regime de mútua cooperação, por meio de Termos de Colaboração. A gestão dessas parcerias é realizada pelo Departamento de Operações de Assistência Social e suas respectivas Coordenadorias Setoriais, com monitoramento e avaliação a cargo da área de Vigilância socioassistencial.

Destacamos ainda o Serviço Complementar para Pessoas Adultas em Situação de Rua – Casa da Cidadania, que no ano de 2023 teve a execução pelo poder público desde abril de 2022, com abertura de edital para a realização de parceira.

A Coordenadoria Geral Proteção Social Especial instituiu o planejamento com as coordenadorias setoriais, com indicativos de eixos por temas, visando organizar as ações a partir dos conteúdos e assuntos principais, e que serão descritos pelas coordenadorias setoriais, neste relatório de gestão através da apresentação dos desafios, resultados alcançados e metas.

COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA
COMPLEXIDADE – CSPSEMC

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS

O ano de 2023 foi repleto de grandes desafios para os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade. A chegada de um serviço novo, o Centro Dia da Pessoa Idosa, a diminuição da demanda de adolescentes para o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, bem como o aumento de famílias encaminhadas aos CREAS em situação de violações de direitos, em especial, nas regiões sul e sudoeste gerou impacto na organização e rumos dos serviços. A complexidade das demandas das famílias e a insuficiência das possibilidades existentes foram observadas por todos os serviços deste nível de proteção, revelando a necessidade de rever as ofertas para as famílias, bem como as práticas profissionais até então utilizadas. Todos os serviços, de algum modo, mencionaram dificuldades ao lidar com os contextos familiares atuais, bem como a necessidade de capacitação e aperfeiçoamento das equipes. Vale ressaltar que as dificuldades identificadas são de naturezas diversas e convocam todas as políticas públicas a estarem juntas para pensar, planejar e intervir, especialmente a Saúde e Educação.

A relação da rede com Conselho Tutelar foi permeada de desencontros, divergências e inseguranças. Este cenário dificultou o atendimento em rede e a tomada de decisões conjuntas em situações mais complexas. Vários encontros foram realizados pelo CMDCA entre a rede e Conselho Tutelar visando à aproximação e melhoria da comunicação e afinamento entre todos. Alguns aspectos foram superados, no entanto, faz-se necessária a continuidade de espaços de diálogo, especialmente no ano de 2024 com a nova gestão do Conselho Tutelar.

Considerando todos os desafios apontados pelos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, bem como a necessidade de garantir espaços de diálogos e aproximação entre todos, este ano foi possível realizar alguns encontros com toda a rede. Foram mantidos os encontros mensais e bimensais com a gestão de todos os serviços, bem como alguns espaços com a participação dos profissionais como capacitação, seminário e grupo de trabalho.

Neste ano concluíram-se as discussões do SESF – Serviço Especializado de Proteção Social à Família. Os encontros aconteceram de forma presencial, com representantes de todas as OSC's, mensalmente. A adequação da carga horária do Educador Social para cada equipe de

SESF foi a principal pauta neste GT. Esta modificação será avaliada para o próximo edital (2025), pois para 2024 todas as parcerias foram prorrogadas, sem possibilidade de qualquer alteração.

O GT Alta e Média foi retomado este ano visando dar continuidade e ampliar as discussões já iniciadas em 2022, bem como para alinhar o entendimento e fluxos entre as equipes dos diferentes serviços. Alguns encontros foram realizados, inclusive contando com a contribuição de profissionais externos para mediar as reflexões.

As chefias dos CREAS participaram dos encontros do NAG - Núcleo Articulador Gestor nos 5 territórios. A partir destes espaços foi possível construir ações e articulações em parceria entre a PSB e PSE conforme as demandas comuns identificadas. Também foi possível consolidar o GT Interproteções e avançar no fortalecimento do SUAS nas regiões.

O treinamento SISNOV foi ofertado para os profissionais dos CREAS e também para a Educação, através dos encontros realizados nos 5 territórios com os NAEDs, Conselho Tutelares, CREAS e Saúde. Esta ação gerou um aumento de notificações por parte das escolas. Especialmente as notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, que são tratadas com muito cuidado. Elas geram o Alerta SISNOV que é encaminhado às Secretarias da Educação, Saúde e Assistência Social. Tal procedimento visa maior agilidade na identificação dos casos, bem como incentiva a mobilização dos serviços da rede de proteção do município. Através do sistema SEI estes Alertas são encaminhados aos CREAS, Saúde e Conselho Tutelar. Este ano a Educação também passou a receber estas notificações compondo de forma mais participativa a rede de proteção das crianças e adolescentes no município de Campinas. Em 2023, foram 63 alertas SISNOV de violência sexual doméstica, encaminhados aos CREAS, sendo 20 para o CREAS Noroeste, 19 para o CREAS Sul, 10 para o CREAS Sudoeste, 10 para o CREAS Norte e 4 para o CREAS Leste.

Os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade – PSEMC oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e são ofertados por meio dos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Atualmente temos 5 CREAS, 1 em cada região do município.

Os CREAS ofertam o Serviço PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e realizam a gestão territorial dos demais Serviços da PSEMC relacionados abaixo que são executados através da parceria com as 13 (treze) Organizações da Sociedade Civil (OSC).

- Serviço Especializado de Proteção Social as Famílias e Indivíduos (SESF);
- Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade (MSE);
- Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes,
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – no domicílio;
- Centro Dia de Referência para a Pessoa com Deficiência;
- Centro Dia da Pessoa Idosa – inaugurado em setembro de 2023

Desafios dos CREAS para 2024

Considerando a demanda hoje apresentada às equipes dos CREAS, faz-se necessário rever o fazer dos profissionais. Contemplar as necessidades e expectativas das famílias e, também da rede, é um grande desafio. O sentimento de frustração e impotência é comum. A natureza do trabalho realizado pelos serviços da proteção social especial de média complexidade requer formação continuada para os profissionais de toda a rede.

É notório o aumento de casos acompanhados pelos serviços da PSEMC encaminhados para a alta complexidade. Tal realidade demonstra a gravidade das situações familiares, a presença de transtornos mentais, uso de substâncias psicoativas e envolvimento com a criminalidade é recorrente e, dificultam fortemente o trabalho social com famílias. Este cenário traz muita angústia para profissionais pois cotidianamente se deparam com a impotência e limites da atuação dos serviços.

Entende-se a supervisão das equipes dos CREAS como um processo fundamental no apoio às práticas cotidianas, especialmente aquelas que requerem mais preparo profissional e pessoal. No entanto, não foi possível efetivar o processo de contratação de supervisão para as equipes dos CREAS este ano, gerando descontentamento das equipes e dificuldades no acompanhamento das famílias com demandas mais complexas.

A falta de estrutura física dos CREAS bem como a insuficiência do RH necessário para o funcionamento do Serviço (psicólogo, administrativo e agente de ação social) tem impactado o funcionamento dos CREAS, consequentemente a capacidade de atendimento das famílias. A chegada das assistentes sociais do contrato emergencial, embora tenha sido positiva para o atendimento às famílias, gerou maior demanda de equipamentos como computador, telefone e carro para a realização das visitas domiciliares às famílias. Os CREAS sul e sudoeste que

receberam maior número de profissionais experimentaram mais fortemente a necessidade de melhorias na estrutura geral dos serviços.

O excesso de atribuições das chefias dos CREAS para realizar a gestão da rede de serviços vinculados tem limitado o tempo para a equipe do PAEFI e demais demandas internas no serviço. Redefinir o formato desta gestão realizada pelas chefias dos CREAS é um desafio e meta para 2024.

Metas da Coordenadoria de PSE de Média Complexidade para 2024

Discutir e construir um novo papel das chefias dos CREAS junto aos serviços vinculados (SESF, Serviço de Proteção Social no Domicílio, Centro Dia da Pessoa com Deficiência, Serviço de MSE em meio aberto, Serviço Especializado de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes), visando a diminuição de atribuições junto à rede a fim de favorecer a gestão da equipe do PAEFI.

Dar continuidade aos processos de capacitação/supervisão técnica para a equipe do PAEFI, visando a qualificação dos atendimentos às famílias.

Construir processos de discussão e aproximação intersetoriais com objetivo de garantir o atendimento integrado no enfrentamento às situações de violações de direitos.

Ampliar as discussões sobre o trabalho social com famílias no SUAS.

Divulgar o novo serviço, Centro Dia da Pessoa Idosa, a fim de garantir o encaminhamento das pessoas idosas em situação de risco e vulnerabilidade para o preenchimento de todas as vagas existentes (50).

Promover espaços de troca de experiência e discussões entre os Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - Centro dia da Pessoa Idosa, Centro Dia PCD, e Serviço de PSE no Domicílio, a fim de alinhar e qualificar diálogos, estratégias metodológicas e fluxos.

Dar seguimento às discussões sobre o SESF, para além do aumento de educadores sociais, ampliando para a metodologia de trabalho e perfil das famílias atendidas.

Celular institucional para facilitar a utilização do whatsapp para contatos com famílias e serviços.

Implementar atividades grupais com as famílias atendidas.

Reduzir a utilização de papel (Lei 16.350, 28/12/22 – Institui, no município de Campinas, a Política de Redução do uso de papel na administração pública – Campinas Mais Verde.

Incorporar na rotina de trabalho o registro do acompanhamento das famílias do PAEFI no

SICON.

Principais ações e discussões realizadas em 2023 – com a participação dos CREAS

Reuniões sistemáticas entre os CREAS e PSB para discussão sobre o Público Prioritário, cujo resultado se desdobrou na construção e socialização de instrumental de encaminhamento para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Encontros entre a gestão dos CREAS, Coordenadoria PSEMC, Diretoria de DOAS com Conselhos Tutelares, Ministério Público de acordo com a demanda para alinhamento dos entendimentos e fluxos do município.

Início da discussão sobre o papel do Técnico de Referência para os CREAS com objetivo de apoiar a chefia do serviço, com a chegada de 11 assistentes sociais do Contrato Emergencial.

Realização de encontros entre gestores do SUS e SUAS visando o alinhamento dos entendimentos a respeito dos fluxos do município. Identificação de demandas desafiadoras para ambas as Políticas sem ofertas possíveis atualmente.

Participação das chefias dos CREAS e Coordenadoria PSEMC nas reuniões de Departamento de Programas de Transferência de Renda e Cadastro Único, em conjunto com a Proteção Social Básica – maior proximidade com as informações sobre o cadastro único e benefícios.

Encontros da Coordenadoria PSEMC, CREAS e o Departamento de Programas de Transferência de Renda e Cadastro Único para apresentação do SICON. Atualmente os CREAS aguardam o recebimento da senha do SICON para começarem a preencher o formulário das famílias atendidas. Está previsto um treinamento para as equipes do PAEFI em 2024 para utilização do sistema.

Aumento significativo do registro das ações do PAEFI no Sistema Integrado de Governança Municipal (SIGM) e também na utilização do SEI para envio de relatórios entre outras ações.

Foi organizado fluxo e formações com a rede de serviços da média complexidade para a implantação dos Benefícios Eventuais. Foi estabelecido dias para acolhimento das famílias com demandas para benefícios eventuais nos CREAS.

Conclusão das discussões do GT SESF e encaminhamento das propostas construídas ao DOAS e Vigilância Socioassistencial com vistas ao próximo edital.

Espaços formativos com participação da coordenadoria, CREAS e serviços vinculados

- Formação para os profissionais dos CREAS e Serviços vinculados: A Proteção Social Especial de Média Complexidade e o Atendimento em situações de violência sexual – Salles Consultoria e Supervisão Técnica.

- Ciclo de Debates da Proteção Social Especial - Palestra para os profissionais dos CREAS e Serviços vinculados: Escuta da Violência – Cuidar do que fica – Grupo de Pesquisa Saúde Coletiva e Saúde Mental: Interfaces.
- Ciclo de Debates da Proteção Social Especial – Temas: População em situação de rua e Pessoas Idosas.
- II Seminário do Comitê PETI: **Escolarização e Intersetorialidade no Enfrentamento ao Trabalho Infantil.**
- Seminário em Comemoração aos 10 anos do Centro Dia da Pessoa com Deficiência.
- Formação para os trabalhadores que compõe a PSE de Média e Alta Complexidade (equipe pública) – Instituto Apprimore.
- Encontros Formativos do Grupo de Trabalho entre as Proteções de Média e Alta Complexidade: 1º - Integração entre os profissionais da PSE – Fortalecendo os fluxos e procedimentos entre os serviços de média e alta complexidade/2º – A integralidade na PSE e a construção do plano de atendimento compartilhado.
- Encontros - Ciclo de Debates organizado pelo CMDCA e Conselho Tutelar: 1º – Atribuições do Conselho Tutelar e a Interface com a Rede de Proteção – Luciano Betiatte/2º – Reflexões sobre a Infância e Adolescência na Atualidade – Jane Valente, Paulo Bonilha e Marcius Lepick/3º ECA – Benedita de Fátima Delbono e Benedito Rodrigues dos Santos.
- IV Encontro Estadual do PETI em Sorocaba/SP promovido pela Comissão Estadual do PETI
- V Encontro Estadual do PETI em Ribeirão Preto/SP promovido pela Comissão Estadual do PETI
- Encontro SUS e SUAS – Um olhar ampliado ao cuidado da Pessoa Idosa – realizado no dia 14 de dezembro com a participação dos serviços que atendem a população idosa, em especial Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio e Centro Dia da Pessoa Idosa.
- Participação no Lançamento 16ª Boletim SISNOV



Foto: Ciclo de Debates: Escuta da Violência – Cuidar do que fica



Foto: Lançamento 16º Boletim SISNOV

PARTICIPAÇÃO DOS CREAS E SERVIÇOS VINCULADOS EM CONSELHOS, COMITÊS E COMISSÕES

Comitê SIMASE, Comitê PETI, Comissão de VDCCA, CMDCA, CMI, Conselho Municipal da Juventude, Comitê Escuta Especializada, Observatório de Violência Observatório de Violência, Rede de Proteção à Mulher.

RH CREAS - 2023						
Cargo ou Função	CREAS Sul	CREAS Norte	CREAS Leste	CREAS Noroeste	CREAS Sudoeste	TOTAL
Chefia	1	1 (psicóloga, não nomeada no cargo)	1 (psicóloga, não nomeada no cargo)	1	1	5
Psicóloga(o)	3	2	1	1	2	9
Assistente Social	7	2+1 (contrato emergencial)	5 (1 em licença maternidade)	4	5	24
Agente de Ação Social	0	1 (função administrativa)	0	2	1	4
Profissional de apoio (ens. fund.)	1	0	1	1	0	3
Apoio Operacional com regime direção/ Motorista	1	0	1	1	1	4
Agente Administrativo	0	0	1	1	1	3
Assessor	1	0	0	0	0	1
Terceirizados (limpeza/potaria/vigilância)	3	3	4	4	2	16

Em 2023 ocorreu a chegada de 2 psicólogas para o CREAS Sul, 1 psicólogo para o CREAS Sudoeste e 1 administrativo para o CREAS Sudoeste, a partir de chamamento do concurso

público.

- Também houve a contratação de 5 assistentes sociais para o CREAS Sul, 4 para o CREAS Sudoeste, 1 para o CREAS Norte e um para o CREAS Noroeste, através do contrato emergencial. Os CREAS Sul e Sudoeste receberam mais profissionais por apresentarem maior demanda para atendimento que os demais CREAS. Vale ressaltar que o CREAS Sudoeste recebeu quatro assistentes sociais, porém dois foram para reposição de dois profissionais que saíram do serviço.

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO DO PAEFI EM 2023						
	REGIÃO NORTE	REGIÃO LESTE	REGIÃO NOROESTE	REGIÃO SUDOESTE	REGIÃO SUL	TOTAL
Total de famílias atendidas pelo PAEFI em 2023	89	170	175	171	230	835
Total de famílias para acolhimento e avaliação da equipe PAEFI em 2023	26	54	238	73	117	508
Total de atendimentos de demanda espontânea do PAEFI em 2023	14	24	55	39	73	205
Número de famílias incluídas em acompanhamento do PAEFI em 2023	42	39	05	98	38	222
Total de famílias desligadas do PAEFI em 2023	24	86	05	78	117	532

Atendimento por demanda espontânea para solicitação de Benefícios Eventuais	3	4	0	8	4	19
Número de concessões de Benefícios Eventuais - Natalidade	1	10	4	5	19	39
Número de concessões de Benefícios Eventuais – Auxílio Moradia	2	3	0	9	3	17
Número de concessões de Benefícios Eventuais – Transporte	0	0	0	0	0	0

O número total de famílias atendidas e incluídas no acompanhamento do PAEFI em 2023 está diretamente relacionado ao tamanho da equipe. A demanda referenciada aos CREAS também tem exigido maior capacidade e tempo das equipes para avaliação das situações familiares referenciadas com poucas informações sobre as violações de direitos. Após a avaliação da equipe do CREAS, as famílias podem ser desligadas (se não houver violações de direitos) ou incluídas no acompanhamento do PAEFI ou em outros serviços vinculados ao CREAS, conforme a demanda identificada.

A equipe do CREAS Noroeste por exemplo, tem realizado muitas avaliações e encaminhamentos para outros serviços e menos inclusões no acompanhamento do PAEFI, devido ao tamanho reduzido da equipe.

Os dados acima revelam que o CREAS Sul atendeu o maior número de famílias por demanda

espontânea, seguido do CREAS Noroeste. O CREAS Sudoeste recebeu maior demanda espontânea para os benefícios eventuais e realizou o maior número de concessões do Auxílio Moradia. Quanto ao Auxílio Natalidade, os CREAS Sul e Leste tiveram maior de solicitações.

MOTIVOS DE ENTRADA/INCLUSÃO DOS CASOS ATENDIDOS PELO PAEFI E SESF EM 2023					
REGIÃO	NORTE	LESTE	NOROESTE	SUDOESTE	SUL
SERVIÇOS	PAEFI SESF	PAEFI SESF	PAEFI SESF	PAEFI SESF	PAEFI SESF
Violência Física	69	141	63	277	210
Violência Psicológica	85	167	48	102	158
Exploração Sexual	0	0	0	0	8
Violência Sexual	41	85	34	162	139
Negligência	73	235	82	173	320
Abandono	27	44	20	35	30
Trabalho Infantil	4	13	0	18	25
Trajetória de Rua	3	7	2	3	7
Tráfico de pessoas	1	0	0	0	0
Discriminação por Raça e Etnia	0	0	1	0	4
Discriminação por Orientação Sexual	2	4	0	1	4
Violência Patrimonial/Exploração Financeira	14	30	10	18	31
Outras formas de violação de direitos que provocam danos e agravos à sua condição de vida e autonomia	93	116	27	165	89

A tabela acima apresenta os dados referentes aos motivos de inclusão no PAEFI e SESF em 2023. Foi possível perceber uma mudança em relação ao ano anterior em que violência física e psicológica foram os principais motivos de encaminhamentos aos CREAS.

Neste ano, a negligência volta a ocupar o primeiro lugar na lista de motivos de inclusão nos CREAS, assim como ocorreu em anos anteriores como 2020 e 2021. Após a negligência, as principais violações que se destacaram foram violência física, seguida da violência psicológica e sexual.

Vale ressaltar que na região sul a negligência se destaca, no entanto na região sudoeste a violência física é a violação de direitos que mais aparece, inclusive em número bem maior se comparado às demais regiões.

INCIDÊNCIA NAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS POR SEGMENTOS DOS CASOS ATENDIDOS PELO PAEFI e SESF EM 2023						
SEGMENTOS	REGIÃO NORTE	REGIÃO LESTE	REGIÃO NOROESTE	REGIÃO SUDOESTE	REGIÃO SUL	TOTAL
Criança/ Adolescente	86	317	177	578	184	1.342
Pessoa Idosa	21	100	51	95	68	335
Gênero	23	63	23	50	34	193
LGBT	1	7	0	1	1	10
Pessoa com Deficiência	9	41	19	38	21	128

Os dados acima revelam uma realidade que se repete ao longo dos anos. A maioria dos casos que foram encaminhados ao CREAS foi por violações de direitos contra **crianças e adolescentes**, seguido de violência contra a pessoa idosa, que tem crescido ao longo dos anos, assim como a violência de gênero.

MOTIVOS DE DESLIGAMENTO DAS FAMÍLIAS DO PAEFI e SESF EM 2023					
Motivos	REGIÃO NORTE	REGIÃO LESTE	REGIÃO NOROESTE	REGIÃO SUDOESTE	REGIÃO SUL
Não confirmação da	1	19	7	62	57

violação de direitos					
Ressignificação do contexto familiar frente às situações de violência	46	76	50	57	45
Atingiu o limite de atuação da assistência social	14	9	6	16	11
Falecimento	2	6	5	11	12
Família recusou o atendimento	6	4	7	7	7
Mudança de município	14	11	11	23	26
Transferência de região	7	4	11	12	2
Família não localizada	0	7	1	4	1
Encaminhamento para outro serviço da PSEMC	3	14	100	20	6
Encaminhamento para a alta complexidade	6	3	4	10	22

Os dados acima demonstram o grande número de famílias que são encaminhadas aos CREAS sem a existência de violações de direitos, ao todo foram 146 casos em 2023. Esta realidade revela a dificuldade do entendimento da rede quanto ao referenciamento ao CREAS, gerando a necessidade de atendimento e avaliação de famílias por parte do PAEFI, prejudicando a capacidade da equipe de realizar o acompanhamento de situações familiares mais complexos.

PRINCIPAIS ÓRGÃOS E SERVIÇOS REFERENCIADORES AO CREAS (PAEFI/SESF/Centro-Dia PCD e Pessoa Idosa, PSE Domicílio) em 2023						
Órgãos e Serviços	REGIÃO NORTE	REGIÃO LESTE	REGIÃO NOROESTE	REGIÃO SUDOESTE	REGIÃO SUL	TOTAL

Vara da Infância e Juventude - Atos Infracionais e Medidas Socioeducativas	1	0	02	0	1	4
Vara da Infância e Juventude - Protetiva e Cível	2	3	6	2	7	20
Conselho Tutelar	14	46	46	87	26	219
Defensoria Pública	4	0	3	8	1	16
Promotora da Infância - Protetiva	2	4	7	2	4	19
Promotora da Infância – Atos Infracionais	1	0	2	1	1	5
Centro de Saúde	11	2	34	70	30	147
Unidades de Pronto Atendimento	16	5	1	1	30	52
Saúde Mental	2	30	2	11	7	52
Hospital	4	3	03	18	09	37
Rede PCD	6	3	10	3	16	28
CREAS de outros municípios	1	15	15	1	5	37
Transferência entre CREAS de Campinas	5	4	23	11	06	66
CRAS/DAS	20	2	7	18	13	60
SCFV/CCII	12	6	2	7	13	40

Educação	3	20	20	1	6	30
Disque 100	3	6	7	5	3	24
Alerta SISNOV	5	3	6	6	6	26
Medida Socioeducativa	0	0	4	1	13	18
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	0	3	1	5	01	8
Conselho Municipal do Idoso	5	3	01	10	3	19

O Conselho Tutelar foi o principal órgão referenciador de famílias aos CREAS em 2023, com 219 casos. Em seguida temos os Centros de Saúde com 147 encaminhamentos e, na sequência, os serviços da Proteção Social Básica foram responsáveis por 100 famílias referenciadas aos CREAS.

Vale ressaltar que nas três situações citadas acima, o CREAS Sudoeste foi o serviço que mais recebeu encaminhamentos. Foram 87 do Conselho Tutelar, 70 dos Centros de Saúde e 25 da Proteção Social Básica.

CREAS NORTE



Foto: Ação de 18 de

maio com a participação da equipe do CREAS Norte

Ações em destaque específicas do serviço/território e avanços em 2023

Mudança da chefia e equipe técnica do CREAS

Houve a ampliação da equipe, nas vagas do concurso, e também, a contratação emergencial de 01 assistente social.

Organização da equipe PAEFI na referência de CRAS/DAS, com participação em todas intersetoriais (3)

Encontros periódicos com advogado, assessor na SMASDH, para orientações dos casos atendidos pela equipe PAEFI

Participação da equipe do CREAS e coordenação nas Conferências de Assistência Social (Regional, Municipal e Estadual)

Atividades NAG – espaço necessário para a ampliação do diálogo

Participação das reuniões com PSB e saúde, do território;

Retomada do GT Interproteções;

Organização da equipe, em microterritórios, para facilitar o diálogo com a rede e realizar a cobertura do CREAS em todo o território, nos espaços intersetoriais.

Participação da equipe PAEFI nas Intersetoriais - Ação “Mulheres em Movimento”, no mês de março, realizado pela intersetorial Estrela;

Aproximação com o distrito de saúde norte e CAPS (AD, adulto e infantil; MP e Conselho Tutelar

Participação em comissões organizadas pelos Conselhos de Direitos

Participação na Comissão da Conferência Municipal de Assistência Social – equipe PAEFI organizou o material e conduziu o eixo 04, da Conferência Regional de Assistência Social.

Participação como delegado nas conferências Municipal e Estadual.

Equipe PAEFI ampliou uso do SIGM e do SEI.

Realizado, pela equipe PAEFI, a criação e implantação de um projeto – chamado 360, no maio laranja. Projeto foi aplicado em uma escola da região de DAS e contou com o apoio dos serviços.

Ações do maio laranja: cortejos, aplicação do projeto 360, na CEI Maria Célia Pereira e participação em duas oficinas ofertadas pelos CRAS Integração e CRAS Espaço Esperança – para dialogar com as usuárias sobre o tema;

Ações Agosto Lilás, realizadas nas intersetoriais Amarais e Estrela – com a participação do Sara M, Guarda Amiga da Mulher e CEAMO.

Divulgação da intersetorial Estrela nas escolas pertencentes ao território de DAS;

Roda de Conversa sobre o SERAVI com a presença do coordenador do serviço – Diego (intersetorial Estrela);

Consciência Negra, com a presença da advogada Adriana: roda de conversa sobre o Racismo Institucional (intersetorial Estrela)

Curso: Atendimento a população em situação de rua e/ou trabalho infantil pelos serviços de abordagem social;

Curso: Saúde mental na adolescência.

Equipe PAEFI participou das reuniões sobre a construção de fluxo da escuta especializada;

Equipe PAEFI participou de alguns seminários, no salão vermelho: Abertura dos 16 dias de ativismo, Laço Branco – homens pelo fim da violência e saúde da população negra.

Foi definida a participação de uma profissional do CREAS na comissão EVCCA, organizada pelo CMDCA.

Foi realizado uma reunião com Coordenação de Saúde Mental e Coordenadoria da Proteção Social Especial, de Média Complexidade, com as chefias de CREAS e apoiadores de saúde. A partir desta agenda, ficou a tarefa de organização nos territórios.

Foram realizadas reuniões, no Distrito de Saúde Norte, para apresentação do CREAS e rede da Média Complexidade, bem como, realizada reunião com os equipamentos de saúde mental e rede da Média Complexidade, do território, para afinar fluxos e fazer combinados de discussão de caso, proporcionando o acesso aos serviços, às famílias atendidas, e o trabalho em rede.

Realizado diálogo à Coordenadoria do Cadastro Único, para a oferta do atendimento aos usuários da região Norte. Atendimento na Unidade efetivado em julho/23.

Dificuldades e desafios durante a execução das atividades

CREAS NORTE ficou sem chefia por um período, tendo a coordenadoria da Proteção Social Especial na referência durante a transição, finalizada em 01/04/23, com a chegada da nova chefia.

Ocorreu a saída de funcionários para outros setores e finalização de contratos emergenciais.

Não houve reposição do agente de ação social.

Avalia-se que mesmo após a organização da equipe PAEFI como referências territoriais, ainda

há longa espera pela inclusão dos casos que estão para acolhimento, em virtude da grande demanda do CREAS para uma equipe com apenas 4 profissionais.

Expectativas da PSB, em relação a atuação da PSE, nas ações territoriais, tendo em vista os diversos convites ao CREAS, tornando-se um desafio, pelas agendas da coordenação e equipe técnica e grande demanda do serviço.

A partir da complexidade dos casos – atendidos pela Política de Assistência Social e Saúde, avaliou-se pela necessidade do estreitamento das relações e comunicação – na perspectiva da intersetorialidade.

Propostas e metas para 2024

Necessária nomeação do cargo da chefia do CREAS NORTE em 2024, por meio da efetivação da Lei de Estrutura.

Ampliação da equipe, com, pelo menos, um técnico de nível médio e dois técnicos de nível superior para garantir a referência em todas intersetoriais. Alinhar a composição da equipe PAEFI, conforme apontado pela PNAS.

Avançar na construção do papel do apoio à gestão do CREAS, executado pela técnica de referência.

Verificar a possibilidade da realização de supervisão técnica e assessoria jurídica para a equipe e também as famílias atendidas.

Formação continuada aos trabalhadores do setor público e privado, no território;

Calendários das ações territoriais elaborado pelo NAG, destacando-se as ações do maio laranja (proposta de uma ação central na região).

Continuidade da agenda mensal, de forma remota, com a Alta Complexidade para alinhar o trabalho em rede e discussão de casos mais complexos, com risco de acolhimento.

Dar continuidade no diálogo com o Distrito de Saúde Norte.

Promover e ampliar as discussões de caso, que estão alocadas nas reuniões Intesetoriais e fomentar a criação de um espaço SUS/SUAS.

Cursos e formações continuadas, organizadas pela Secretaria e/ou Coordenadoria, sobre uso das ferramentas e suas atualizações;

Verificar, periodicamente, com as chefias de CREAS, sobre a necessidade de melhoria das ferramentas, para a efetivação do registro do trabalho técnico realizado.

Necessária placa de identificação do CREAS, para facilitar a localização do serviço aos usuários.

Grupo de mulheres, vítimas de violência de gênero, em âmbito doméstico, como estratégia de

agilizar o acesso ao Benefício Eventual de Auxílio Moradia (será implantado no segundo semestre de 2024).

Compor os calendários, conforme agenda do NAG e Intersetoriais com outros serviços da Média Complexidade, não somente com equipe PAEFI, (por exemplo, agenda junho violeta e setembro verde).

Necessária aproximação com promotoria da Infância e da Juventude.

Em reunião com as Coordenações da Média Complexidade Norte e Distrito de Saúde, definiu-se por organizar uma reunião com o Conselho Tutelar, logo no início da gestão.

Participação na Comissão EVCCA (CMDCA – 18 de maio).

CREAS LESTE



Foto: Ação de 18 de maio na região leste, com participação da equipe do CREAS Leste

Ações em destaque específicas do serviço/território e avanços em 2023

Participação da equipe do CREAS Leste no planejamento e execução de ações coletivas de mobilização, como maio laranja, em diversos microterritórios com atividades diversas.

Participação da equipe de forma ativa na Conferência Municipal de Assistência Social, desde a Conferência regional até a etapa da Conferência Municipal.

Organização e aproximação com Gestão territorial da Saúde Leste, através do Núcleo Articulador Gestor - NAG da região Leste.

Investimento dos profissionais do CREAS em divulgar e esclarecer o trabalho do CREAS nos espaços intersetoriais.

Aproximação das equipes do CREAS Leste e DAS Leste.

Dificuldades e desafios durante a execução das atividades

Com redução da equipe e mudança de profissionais, grande desafio em manter os profissionais em todos os espaços intersetoriais e de discussão de casos da região Leste, para fortalecer o papel do CREAS como referência no território.

Considerando que ambas as equipes, CREAS e DAS, passaram por mudanças, com chegadas e saídas de profissionais, foi um processo desafiador o afinamento e reconhecimento entre as equipes.

Redução do tamanho da equipe do CREAS Leste, com aposentadoria de profissional Psicólogo, e de Profissional Agente de Ação Social.

Tempo e dedicação da Coordenação e da equipe para orientação de profissionais com pouca experiência de atuação, principalmente para execução do trabalho na Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Devido à mudança dos profissionais e licença maternidade de uma assistente social, diminuição da capacidade de atendimento com equipe PAEFI, acarretando aumento da demanda reprimida de outubro a dezembro.

Estrutura do Espaço Físico do CREAS Leste ao longo do ano de 2023, acarretou necessidade de diversas mudanças e adequações da equipe para realização dos atendimentos por insuficiência de manutenção e necessidade de reforma e solicitações constantes de manutenção.

Descontinuidade de Supervisão para a equipe do CREAS Leste.

Propostas e metas para 2024:

Divisão da equipe com representantes do CREAS Leste no planejamento e organização das ações do maio laranja.

Necessidade de reposição de profissionais para organização da equipe a fim de manter representação do CREAS Leste, pelo menos nos espaços de discussão de casos, e proposta de

uniformizar o formato das discussões, com sugestão de indicação e resumo dos casos pautados, registros e organização dos espaços de discussões.

Necessidade de aperfeiçoarmos e planejarmos ações de divulgação e educação sobre o trabalho do CREAS de forma contínua.

Manter ações em conjunto e aproximação entre as equipes do CREAS e DAS Leste de forma continuada.

Reposição do Profissional Psicólogo e Agente de Ação Social.

Reposição das profissionais Assistentes Sociais do Contrato Emergencial por profissionais advindos do Concurso Público.

Necessidade de avanços em relação à reforma do espaço ou verificar a possibilidade de mudança de espaço físico que comporte a equipe e possa oferecer atendimento de forma adequada ao público atendido. Essa necessidade está relacionada com a possibilidade de pensar outras ofertas para as famílias, por exemplo ofertas coletivas.

Garantia de supervisão para as equipes no ano de 2024.

Necessidade de implementação da lei de estrutura para garantir a legitimidade dos cargos, em especial de chefia.

Planejamento de estudo e análise dos perfis e demandas referenciadas ao CREAS Leste, relacionando as demandas com os microterritórios com as peculiaridades que compõem a região Leste, principalmente áreas rurais, área central e áreas com poucas ofertas de serviços da Política de Assistência Social.

CREAS SUL



Traça a reta e a curva,
a quebrada e a sinuosa
Tudo é preciso.
De tudo viverás.
Todos os dias estarás refazendo o teu
desenho.
Não te fatigues logo. Tens trabalho para
toda a vida.
(Desenho – Cecília Meireles)

Foto: Ação de 18 de maio, com participação da equipe do CREAS Sul

Ações Realizadas:

GT Interproteções: foram realizados 11 encontros virtuais, com 34 casos analisados de forma compartilhada. O GT Interproteções dedica-se ao estudo de situações familiares complexas, em que a interlocução entre as Proteções Básica e Especial se faz necessária para a ampliação da proteção às famílias e sujeitos atendidos.

GT Sus/Suas: Manteve em funcionamento seus 4 eixos (Eixo Suleste I; Eixo Suleste II; Eixo Sul-Sul I; e Eixo Sul-Sul II), abrangendo todos os centros de saúde do território de referência. Em 2023 foram realizadas 41 reuniões virtuais desse segmento, com 121 casos analisados. O US/SUAS está voltado ao estudo de contextos familiares desafiadores, em que o estabelecimento de fluxos, a comunicação e o planejamento de intervenções com outras políticas públicas se faz imperiosa à superação de impasses no acompanhamento e no acesso a direitos pelos sujeitos atendidos.

Reuniões Intersetoriais: O CREAS Sul integrou as três reuniões Intersetoriais em funcionamento na macrorregião, sendo elas a Intersetorial do Campo Belo, a Intersetorial do Bandeiras e a Intersetorial Sul (que abarca os bairros e serviços situados na área de abrangência do Das Sul). Nesses espaços foram planejadas, entre outras ações, as atividades que em 2023 marcaram a celebração do 18 de maio “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes” e o encontro regional da XV Conferência Municipal da Assistência Social.

Celebração do 18 de maio “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes”: O CREAS Sul acompanhou adolescentes, integrantes de famílias atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), na apresentação teatral “Vim Ver Maria”, realizada no Castro Mendes. Do mesmo modo, participou do “Cortejo” no Jardim Campo Belo e da ação “Comunidade na Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, ocorrida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “Vovô Nestor”, que contou com apresentação de teatro de fantoches pelo Serviço Especializado em Abordagem Social de Crianças e Adolescentes (imagem anexa).

Reuniões com o Distrito de Saúde Sul: foram efetuados dois encontros, sendo o segundo após subdivisão do Distrito em Sul e Suleste e a designação de novo apoiador institucional

para este segundo Eixo. Tais reuniões tiveram como objetivo planejar ações voltadas ao aprimoramento da Intersetorialidade, considerando as políticas de Assistência Social e de Saúde.

Reunião com Núcleo de Ação Educativa Descentralizada – NAED Sul: o encontro reuniu supervisores, coordenadores pedagógicos e diretores da rede municipal de ensino. Na ocasião, foi realizada a apresentação da PSEMC e do Protocolo CREAS, em uma programação que contou também com a explanação sobre o Sistema de Notificação de Violência (SISNOV), pela responsável técnica, além da presença de representante do Conselho Tutelar Sul.

Reunião com o Centro de Saúde Paranapanema: voltada à apresentação do SUAS, com ênfase no Protocolo Creas para Inclusão de Famílias nos Serviços vinculados à PSEMC. O encontro teve a participação de todos os funcionários da unidade.

Núcleo Articulador Gestor – Nag Sul: Em 2023 foram realizados 8 encontros do Núcleo. O NAG é um espaço constituído regionalmente pelo conjunto de representantes do SUAS, em seus três níveis de proteção, vislumbrando o fortalecimento da política por meio da gestão territorial compartilhada. No ano de referência, deu-se início ao planejamento de um encontro ampliado, a ocorrer em 2024, com previsão da participação dos serviços da PSB e PSE, presentes no território Sul, com vistas ao aprimoramento do trabalho integrado, essencial à consolidação do SUAS. O CREAS Sul manteve a função de apoio à coordenação do NAG Sul, no ano de 2023. O CREAS Sul colaborou para a realização, em 23/06/2023, de um encontro ampliado, no microterritório do Campo Belo, com representantes da PSB e PSE (das OSC e do Poder Público). Tema: **“Crianças em Circularidade de Rua no Microterritório do Campo Belo”**. A atividade teve o Serviço Especializado em Abordagem Social de Crianças e Adolescentes (MVM) como facilitador.

Assiste Campinas: O CREAS Sul integrou o Assiste Campinas 2023, realizado na Escola do Jardim Marisa, em 29/07/2023, tendo divulgado seus serviços e propagado informações sobre os temas abordados pela Média Complexidade, tais como Violência de Gênero e Trabalho Infantil.

XV Conferência Municipal da Assistência Social: O CREAS Sul participou da realização, nas etapas que compreenderam os encontros formativos, o **planejamento e realização do encontro regional** e a Conferência Municipal propriamente dita, que nesta edição teve como tema a **“Reconstrução do SUAS: o SUAS que Temos e o SUAS que Queremos”**.

Reuniões com a Rede de Serviços Cofinanciada: voltadas ao alinhamento de conceitos e da metodologia de trabalho, entre os serviços que compõem a PSEMC da região de referência.

Ao longo do ano, a coordenação do CREAS Sul conduziu a discussão de 229 casos, considerados emblemáticos, complexos ou em vias de desvinculação, com a rede cofinanciada, sendo: 146 com o Serviço Especializado de Proteção Social à Família (SESF); 31 com o Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e 17 com o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias – Centro Dia.

Reunião com o Conselho Tutelar Sul: Em 2023, a capacidade de atendimento do CREAS Sul, a demanda referenciada e o trabalho prestado pela rede de serviços vinculados à Média Complexidade, em especial aqueles com oferta de atendimento a famílias com crianças e adolescentes, foram colocados em perspectiva pelo CT Sul. Na ocasião, tanto o CREAS como o Conselho puderam reexaminar fluxos, atribuições, concepções, e assim, ajustar as expectativas bilateralmente, além de encaminhar como proposta a realização de encontros continuados com as coordenações do PAEFI e SESF.

Rede de Apoio e Acompanhamento a Pessoas que Trabalham com Usuários Expostos à Violência (RASEV): o CREAS SUL integrou a 1ª e 2ª roda RASEV de 2023. Resultado da parceria firmada entre a Prefeitura de Campinas e a Unicamp, a RASEV aborda o tema da violência por meio de estudos de caso, apoio matricial intersetorial e educação permanente.

Participação em Espaços Formativos:

Conhecer para Mudar: “Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes” e “Trabalho Infantil”, ambos oferecidos pelo Movimento Vida Melhor (MVM);

“**Bons Tratos em Família**”, realizado pela Associação Claves Brasil.

Realização de atividade lúdica “**Farol do Toque**” no Centro de Educação Infantil “**Luciane Vilela**” (imagens anexas). Objetivo: prevenir a violência sexual. Público: crianças de 04 a 06 anos.

Avanços Observados

Ampliação da equipe: A incorporação, mediante contrato emergencial, de 5 assistentes sociais à equipe do CREAS Sul (que, hoje, conta com 10 profissionais) teve como impacto inicial a redução de 40,7 % no número de famílias que aguardavam atendimento (dados referentes ao último trimestre de 2023, considerando a data de chegada das assistentes sociais contratadas).

Melhoria na Infraestrutura: proporcionada pela aquisição de **4 computadores** novos, em substituição às máquinas obsoletas, com desempenho insatisfatório e também em correspondência à ampliação da equipe.

Aumento na oferta de Cartões Nutrir Emergenciais: O acréscimo de 10 unidades ao número de cartões destinados ao CREAS SUL, ampliou a capacidade de resposta dos serviços à parcela de famílias referenciadas, em situação de insegurança alimentar.

Elevação da Demanda Espontânea: O aumento de 265% na busca pelos serviços ofertados (que saltou de 20, em 2022, para 73, em 2023), pode indicar o crescimento da visibilidade do CREAS, dentre seus potenciais usuários.

Decreto dos Benefícios Eventuais: A possibilidade de concessão dos Benefícios Eventuais, como o auxílio-moradia e o auxílio-transporte, potencializou o trabalho, sobretudo com as mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e de gênero e em alguns casos, apresentou-se como fator decisivo e efetivo na interrupção da violência.

Implantação do Centro Dia da Pessoa Idosa: Possibilitou a ampliação e a diversificação da oferta de serviços, pela Média Complexidade, aos idosos em situação de violação de direitos. O CREAS Sul tem, hoje, seis idosos referenciados ao Centro Dia e para a metade deles, tal oferta representou uma resposta alternativa à institucionalização precoce, além de recurso relevante no estímulo à autonomia e no enfrentamento do isolamento social.

Desafios encontrados:

Intersetorialidade: Partindo do princípio da incompletude institucional, segundo o qual nenhum serviço, por si só, consegue atender a todas as necessidades existentes no meio social, e considerando a natureza complexa e multifacetada do fenômeno da violência e da violação de direitos, a implementação da Intersetorialidade coloca-se como grande desafio à Média Complexidade. Mesmo que iniciativas na região Sul tenham resultado em progressos na sua efetivação, os “encaminhamentos implicados” de famílias ao CREAS ainda são escassos, caracterizando-se mais pela transferência de cuidados, em contraposição ao cuidado compartilhado e à comunicação entre os serviços. A compreensão restrita que se tem da realidade, quando observada de forma fragmentada, resulta inevitavelmente em ofertas pouco efetivas às necessidades da população atendida.

Integralidade da Proteção Social: Observa-se ainda reduzido alcance da Integralidade na Assistência Social, considerando as diferentes perspectivas e possibilidades de intervenção integral que a estruturação e organização da política, na qualidade de sistema, poderiam favorecer. Os serviços vinculados aos diferentes níveis de proteção carecem ainda de articulação e de complementariedade em suas ações, tendo em vista a atenção integral aos sujeitos atendidos. Nessa perspectiva, observa-se grande impasse no planejamento e na

execução de planos compartilhados de acompanhamento pelos diferentes níveis de proteção. Persistem até este momento, iniciativas no sentido de se estabelecer a comunicação entre os serviços, mas os atendimentos aos indivíduos e famílias ainda são marcados por práticas fragmentadas.

Segurança da acolhida: Apesar do CREAS SUL ter observado estabilização no volume de referenciamentos (em 2022, registrou a entrada de 264 casos novos e em 2023, 268) e ligeiro decréscimo no número de famílias que aguardavam atendimento, a soma de casos referenciados ainda supera a capacidade de atendimento da unidade. Em 2023, o Creas Sul absorveu 63,27 % das situações referenciadas.

Supervisão e Educação Permanente: Em 2023, a equipe do PAEFI não dispôs de supervisor externo na unidade. Sendo assim, o estabelecimento da supervisão técnica, conforme resolução nº 6, de 13 de Abril de 2016, do CNAS, como ação contínua de qualificação profissional, apresenta-se como desafio. Em relação aos espaços de Educação Permanente, embora no ano de 2023 a PSE tenha contado com espaços diversificados de formação, eles ainda são oferecidos de forma transitória.

Alinhamento conceitual e metodológico: Observa-se ainda, dentre os diferentes serviços da PSEMC, concepções discordantes, incipientes e mesmo equivocadas acerca do fenômeno da violência, da violação de direitos, das *diretrizes* da política de *Assistência Social* e dos procedimentos de trabalho em vigor.

Metas e Propostas para 2024

Manutenção da equipe técnica com o número de profissionais e capacidade de atendimento atual, após término do contrato emergencial e mediante convocação de profissionais efetivos.

Adequação da infraestrutura de trabalho, por meio da reinstalação da rede Wi-Fi, aquisição de telefone celular (o chip já foi concedido, mas permanece sem uso) e designação de motorista adicional para a unidade (para prestação do serviço em dias alternados, em composição com o atual condutor), considerando a ampliação do quadro de profissionais e a intensificação do uso das tecnologias digitais para a comunicação com as famílias atendidas, participação em reuniões e formações.

Ampliação das modalidades de atendimento ofertadas na unidade, por meio da retomada dos atendimentos em grupo.

Acréscimo no número de registros realizados no Sistema de Notificação de Violência. Nota-se que a notificação ainda não foi incorporada aos procedimentos de rotina do PAEFI..

Estabelecimento de um calendário de reuniões com representantes do Conselho Tutelar (CT 1, CT 2 e CT 6) e coordenadores dos serviços da Proteção Social de Média Complexidade que realizam atendimentos a crianças e adolescentes.

Aumento da divulgação do Protocolo CREAS (para inclusão de famílias nos serviços da PSEMC) nas unidades básicas de saúde vinculadas aos Distritos Sul e Sudeste e junto à rede pública de ensino, por meio de reuniões continuadas.

Informatização dos CREASs: colaborar com a criação e implantação de um sistema eletrônico para o cadastramento das famílias referenciadas, de modo a substituir as planilhas atualmente em uso, organizar e otimizar os processos burocráticos e qualificar os dados da PSEMC.

Metodologia: estimular e contribuir para a revisão dos “Parâmetros para o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade” vigentes.

Ficha de Referenciamento: incentivar e colaborar para a reformulação e atualização da Ficha de Referenciamento ao CREAS, considerando a ampliação dos serviços ofertados pela Média Complexidade.

CREAS NOROESTE



Foto: Roda de conversa no CREAS Noroeste

Ações em destaque específicas do serviço/território e avanços em 2023:

Participação das atividades do Maio Laranja no território.

Atividade em grupo com as famílias atendidas pela equipe PAEFI para encerramento do ano. Ao todo 15 famílias participaram, somando 70 pessoas. Foram realizadas atividades de confecção de bijuterias, brincadeiras e cine debate.

Dificuldades e desafios durante a execução das atividades

Ausência de materiais para a realização de atividades grupais, falta de lanche para as famílias. Necessidade de aquisição de cadeirinhas para o carro do CREAS para o transporte adequado de crianças pequenas e bebês quando necessário.

Espaço físico do CREAS inadequado para a realização de atividades grupais e oficinas.

Calendário de seminários e palestras concentrados em novembro e dezembro dificultou a participação de toda equipe e prejudicou a agenda de atendimentos às famílias.

A chefia do CREAS teve dificuldade em conciliar a agenda para a gestão da rede com a agenda para a gestão interna do CREAS, devido ao grande número de reuniões externas, especialmente para discussões de casos.

Propostas e metas para 2024

Compra de materiais para realização de grupos e oficinas, bem como a disponibilização de lanches para as famílias.

Formação continuada com o tema: Violência sexual e exploração sexual para os profissionais da região noroeste.

Locação de imóvel maior e mais adequado para o atendimento das famílias no CREAS Noroeste.

Aquisição de veículo maior e com cadeirinhas para o transporte de crianças pequenas e bebês.

Recomposição da equipe do CREAS Noroeste, inclusive com psicólogos (as) e chefia (tendo em vista a previsão da aposentadoria da atual chefia para março de 2024).

Reorganização das atribuições da chefia do CREAS a fim de diminuir as discussões de casos e ampliar o tempo de trabalho interno com a equipe do PAEFI

CREAS SUDOESTE



Foto: Equipe

do

CREAS

Sudoeste em ação do 18 de maio.

Ações em destaque específicas do serviço/território e avanços em 2023:

Participação na formação Sudoeste Antirracista – ciclo formativo sobre antirracismo.

Avanços na interface e articulações com apoiadores do Distrito de Saúde Sudoeste

Implantação de atendimento em grupo para mulheres que recebem auxílio-moradia

Participação nas 4 Intersetorias da região (CRAS Campos Elíseos, CRAS Nelson Mandela, CRAS Novo Tempo e DAS Sudoeste)

Participação na ação de calamidade pública (enchente) do Jardim Novo Campos Elíseos (9/10/23)

Reunião bimestral com os coordenadores da PSEMC da Região Sudoeste

Roda de conversa, no CREAS, sobre racismo e elaboração de folder informativo sobre o tema para distribuição para a população

Oficinas descentralizadas sobre 18M (CRAS Nelson Mandela, CRAS Novo Tempo, Grupos de crianças e adolescentes do SCFV CCJSL)

Participação no curso Claves - BONS-TRATOS EM FAMÍLIA

Participação no curso: “Conhecer para Mudar: Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes” (oferecido pela parceria MVM/FEAC)

Dificuldades e desafios durante a execução das atividades:

Conciliar as agendas de reuniões, formação e as demandas pertinentes ao atendimento das famílias

Administrar problemas estruturais da construção predial, como rachaduras, goteiras e o sistema de drenagem que é insuficiente para chuvas mais volumosas.

Adaptar ambientes de trabalho, considerando que a estrutura predial não contempla as necessidades do atual modelo de oferta de atendimento, como a insuficiência de salas para atendimento individual e grupal à população.

Gerenciar os processos de trabalho que se fragilizam com a rotatividade de profissionais

Administrar as inclusões e desligamentos dos casos, considerando que as vagas se tornaram insuficientes para atendimento da demanda referenciada e que ocasionou aumento da demanda reprimida.

Morosidade para o recebimento de computadores para as profissionais que chegaram do processo seletivo emergencial

Falta de aparelho celular para utilização no contato com as famílias

Recorrência de problemas técnicos com os computadores (lentidão do sistema operacional, atualizações de software, travamentos e necessidade de reinicializações) e morosidade para atendimento desses chamados.

Recorrência na falta de reposição da profissional agente de higienização nas ocasiões de afastamentos por atestado médico, impactando diretamente no atendimento dos usuários e cotidiano de trabalho da equipe.

Propostas e metas para 2024

Aumentar a comunicação via SEI com as OSCs vinculadas ao CREAS SO

Ampliar a interface com a assessoria jurídica do DOAS para maior qualificação e agilidade dos atendimentos e encaminhamentos

Diminuir a utilização de procedimentos impressos e transitar para os recursos on-line e digitais

Sistematizar as discussões de caso e de fluxos entre a equipe PAEFI SO.

Repor do cargo do agente administrativo, considerando que o atual assumirá a função de conselheiro tutelar, em 10/01/24.

SERVIÇOS VINCULADOS AOS CREAS

Serviço Especializado de Proteção Social Especial a Família - SESF

O Serviço Especializado de Proteção a Família (SESF), é um serviço complementar, referenciado aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. Oferece um conjunto de procedimentos técnicos por meio de atendimento psicossocial de caráter continuado, na perspectiva da interdisciplinaridade, articulação intersetorial e em rede, com centralidade na família. A rede SESF é responsável pelo atendimento de 1.620 famílias, sendo que é previsto um psicólogo e um assistente social para cada grupo (30 famílias) e um educador social para cada dois grupos (60 famílias), conforme tabela abaixo.

CREAS	OSC EXECUTORA	Grupos	Metas	TOTAL REGIÃO
Sudoeste	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência – SETA	12	360	480
	Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia	4	120	
Noroeste	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância CRAMI	7	210	360
	Projeto Gente Nova PROGEN	5	150	
Sul	Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria - AFASCOM	4	120	360
	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência – SETA	5	150	
	Aldeias Infantis S.O.S.	3	90	
Norte	Ação Forte	1	30	210
	Centro Promocional Tia Ileide CPTI	2	60	
	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência - SETA	4	120	
Leste	Centro Educacional Integrado "Padre Santi Capriotti"	4	120	210

	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância CRAMI	3	90	
TOTAL	13	54	1620	1620

CONTEXTUALIZAÇÃO DO SESF

As OSC's executavam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) até 2017 e, a partir de recomendação federal, houve a mudança da rede para Serviço Complementar à rede socioassistencial que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A criação do SESF garantiu a continuidade do acompanhamento das famílias na PSEMC, tendo em vista que apenas as equipes do PAEFI não seriam suficientes para atender toda a demanda de violações de direitos do município. O processo de transição de PAEFI para SESF trouxe desconforto e insegurança para as OSCs.

Assim sendo, foi criado um grupo de trabalho (**GT SESF**) que foi organizado da seguinte forma:

OBJETIVOS:

Discussão sobre a identidade do SESF;

Estudo das possibilidades de alterações metodológicas e/ou estruturais visando à contínua qualificação do atendimento às famílias e adequação do próximo Edital de Chamamento.

METODOLOGIA:

O GT ocorreu por meio de 9 (nove) encontros, realizados com periodicidade mensal, com início em agosto de 2022 e término em maio de 2023. A composição do grupo se deu por meio de representantes das seguintes Coordenadorias e Serviços: Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Média Complexidade; Coordenadoria Geral de Proteção Social Especial; - Chefias dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social; Equipes de referência das OSC que executam os SESF: Coordenações, Educadores Sociais, Assistentes Sociais, Psicólogos.

Segue abaixo as potencialidades e fragilidades do serviço apontadas na discussão do GT:

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Oferta permanente de formação, capacitação e supervisão para as equipes; Presença do educador social na equipe; Realização de grupos e oficinas com as famílias; Resiliência dos profissionais perante as dificuldades; Profissionais capacitados e engajados; Autonomia para pensar e utilizar novas metodologias de trabalho	Sentimento de desvalorização diante da rede – identidade frágil; Falta de conhecimento da rede sobre o SESF; Falta de alinhamento entre as unidades de SESF; Falta de autonomia na tomada de decisões; Sobrecarga dos educadores sociais devido carga horária reduzida e quantidade de famílias; Dificuldade de conciliar as demandas da família e as demandas solicitadas pela rede; Ausência das outras Políticas Públicas; Demandas individuais das famílias X demandas do território; Ausência de encontros com os trabalhadores do SESF nos territórios.

As principais dificuldades apontadas pelas equipes do SESF no trabalho com as famílias foram:

Articulação e integração com outros serviços e políticas públicas; grande número de famílias por equipe; valor do repasse insuficiente para cobertura dos custos e a complexidade das demandas por violações de direitos em Campinas, marcada pelo contexto urbano delicado, com altas taxas de desigualdade social, violências e precarização de serviços públicos.

Algumas sugestões/indicações do GT SESF

Manter metodologia atual = Parâmetros para o Trabalho Social com Famílias.

Enfatizar a realização de grupos reflexivos – metodologia a ser ampliada pelo SESF, com a possível chegada de mais educadores na equipe.

Revisitar e Atualizar a metodologia de trabalho das equipes do SESF a partir de uma construção COLETIVA entre os serviços público e complementar, com apoio de profissional externo.

Ampliação de atividades coletivas, intensificar trabalhos grupais e ações coletivas no território com temas ligados às violências.

Alterar o número de famílias atendidas por educador social, passando a ser um educador para cada 30 famílias.

Discutir o tempo de acompanhamento no SESF.

Dar visibilidade ao papel do SESF para a rede.



Foto: Encontro do GT SESF

Destaques das ações realizadas pelo SESF em 2024

Participação nas Conferências – CMDCA e CMAS – municipais e estaduais.

Participação e representação nos Conselhos Municipais e Comissões.

Realização de grupo de mulheres e ações coletivas com as famílias.

Expansão de oficinas realizadas com os usuários e grupos socioeducativos.

Realização de encontros festivos e comemorativos com as famílias e atividades externas garantindo acesso à cultura e lazer.

Participação nos encontros formativos – 18 de maio.

Participação ativa nas atividades dos territórios – Maio Laranja.

Construção de um grupo étnico-racial: discussões étnicos raciais nos grupos de adolescentes e

famílias em acompanhamento.

Participação em diversas formações: Antirracista, cursos de extensão, tema LGBTQIAPN+, violência sexual, entre outros temas.

Melhoria no processo de vinculação com as famílias atendidas.

Apoio e parceria com a Central de Intérprete de Libras para o atendimento à pessoa com deficiência auditiva.

Prática da construção dos planos de acompanhamento (PIFA).

Articulação positiva com o serviço de Residência Inclusiva.

Aproximação e parceria com a Defensoria Pública.

Realização de Simpósio, lançamento de livro.

Desafios observados para a execução do trabalho

Sobrecarga dos educadores dificulta a realização de atividades e ações propostas (60 famílias por educador).

Rotatividade dos profissionais.

Dificuldade em garantir a participação em todas as propostas de grupos e encontros oferecidos pela Rede.

Permanência das crianças e adolescentes nas escolas, evasão escolar tem sido um fator comum observado.

Dificuldade no diálogo e acesso à política de saúde.

Dificuldade de atender e acompanhar sistematicamente 30 famílias por equipe, tendo impacto na qualidade do trabalho desenvolvido.

A precarização das Políticas Públicas, demanda excessiva de trabalho, escassez de profissionais tem impedido um trabalho em rede eficaz e articulado.

A expectativa da rede de soluções imediatistas e milagrosas a partir da intervenção dos serviços da PSEMC.

Burocratização quanto ao acesso aos benefícios eventuais.

Desencontros e divergências com os serviços da Alta Complexidade.

A dificuldade de encaminhamentos para a Alta Complexidade considerando a escassez de vagas para crianças, adolescentes/jovens, mulheres em situação de violência de gênero e ILPIs.

Efetivação e manutenção dos grupos nos territórios.

Manter o funcionamento dos serviços com o orçamento existente.

Insuficiência do transporte para o atendimento às famílias.

Problemas e demora para a recarga dos cartões do bilhete único das famílias.

Dificuldades no relacionamento com o Conselho Tutelar, divergências no entendimento especialmente do acolhimento emergencial.

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

(Fotos e fonte de dados: Arquivos COMEC e SETA)

Os Serviços de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) são unidades do SUAS, vinculados ao CREAS. Possuem a finalidade de prover atenção socioassistencial e acompanhamento aos adolescentes e jovens, de ambos os sexos, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, determinada judicialmente. Devem contribuir para o acesso a direitos e a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens, por meio de atividades educativas e trabalho com apoio das famílias e comunidade. Faz-se necessária a observância da responsabilização do adolescente face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados, de acordo com as legislações e normativas específicas, para a orientação no cumprimento de medidas socioeducativas.

Após passarem por audiência na Vara da Infância da Juventude - Atos Infracionais e MSE, os adolescentes com medida socioeducativa em meio aberto determinada são encaminhados às executoras de MSE por profissional do CREAS que atua dentro da VIJ. Os encaminhamentos são realizados levando-se em conta a região de moradia do adolescente conforme divisão feita no município entre as executoras. Ao longo dos últimos anos, o número de adolescentes encaminhados para este Serviço tem diminuído. Esta situação também é observada no cenário nacional e traz preocupações quanto ao futuro dos adolescentes e também deste serviço ofertado pelo SUAS.

Em virtude da redução da demanda de adolescentes encaminhados para Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, o município de Campinas teve que diminuir o número de metas pactuadas com estes serviços por meio de edital. Foram reduzidas 20 metas para cada serviço no ano de 2023. Assim sendo, segue abaixo as informações quanto à organização do atendimento socioeducativo em Campinas de acordo com as regiões de moradia, bem como o número de metas existentes em 2022 e 2023.

SERVIÇOS MSE				
Região	OSC	Medida	Metas de Atendimento 2022	Metas de Atendimento 2023
Sudoeste Noroeste Sul	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência – SETA LA	Liberdade Assistida	140	120
Leste Norte Sul	COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas	Liberdade Assistida	160	140
Municipal	COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas	Prestação de Serviço À Comunidade	80	60

O quadro abaixo demonstra o número de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa em 2023. É possível observar que temos mais adolescentes que cumpriram medida socioeducativa pela primeira vez do que adolescentes reincidentes.

Número de adolescentes em 2023			
Medida Socioeducativa	Liberdade Assistida	Liberdade Assistida	Prestação de Serviços à Comunidade
Executora	COMEC	SETA	COMEC
Número total de atendidos em 2023	180	120	98
Número de entrada de adolescentes em 2023	76	80	58
Número de adolescentes que cumpriram medida pela primeira vez	150	65	96

Número de adolescentes reincidentes	30	14	2
Número de adolescentes que finalizaram o cumprimento da MSE.	60	57	49
Número de adolescentes que descumpriram a MSE	17	28	3
Número de adolescentes que foram apreendidos durante a MSE e encaminhados para a internação	16	14	1

Os atos infracionais mais cometidos pelos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa em 2023 foram tráfico de drogas (112) seguido de roubo (79), conforme quadro abaixo.

Quantitativo dos motivos de entrada em 2023			
Ato infracional	Quantidade PSC	Quantidade LA COMEC	Quantidade LA SETA
Roubo	4	45	30
Furto	5	8	10
Receptação	2	8	3
Tráfico de drogas	21	72	19
Roubo qualificado	5	1	4
Furto qualificado	1	1	2
Ameaça	3	1	3
Estupro	5	6	7
Lesão Corporal	4	3	1
Sequestro ou Cárcere Privado	0	0	0
Dano	1	0	0
Homicídio Culposo	0	0	0
Porte ilegal de veículos	0	0	0
Homicídio Doloso	0	1	0
Porte ilegal de arma	0	2	0

Adulteração de veículo	0	0	0
Estelionato	0	0	0
Latrocínio	0	2	0
Posse ou uso de drogas	2	1	0
Tentativa de Homicídio	0	0	0

Quanto à idade dos adolescentes, é curioso notar no quadro abaixo que o COMEC atendeu um número maior de adolescentes de 16 a 17 anos, na PSC assim como a LA da SETA. Diferentemente disto, a LA do COMEC teve mais adolescentes na faixa etária de 18 a 19 anos.

Classificação Faixa Etária e sexo do total de atendidos em 2023 - PSC			Classificação Faixa Etária e sexo do total de atendidos em 2023 - LA COMEC			Classificação Faixa Etária e sexo do total de atendidos em 2023 - LA SETA		
Faixa Etária	F	M	Faixa Etária	F	M	Faixa Etária	F	M
12 à 13 anos	0	3	12 à 13 anos	0	2	12 à 13 anos	0	7
14 à 15 anos	2	17	14 à 15 anos	0	14	14 à 15 anos	1	24
16 à 17 anos	8	36	16 à 17 anos	8	50	16 à 17 anos	3	47
18 à 19 anos	4	24	18 à 19 anos	7	82	18 à 19 anos	0	34
Acima de 19 anos	1	3	Acima de 19 anos	0	17	Acima de 19 anos	0	4
Total	15	83	Total	15	165	Total	4	116

O quadro abaixo revela a região de moradia dos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa em 2023. A maioria é da região sul (156), sendo o dobro do número de adolescentes da região norte (75) e região noroeste (72). Este dado confirma a situação da

região sul, de grande vulnerabilidade, ausência de serviços, bem como com grande incidência de violências.

Região de moradia dos incluídos em atendimento nos Serviços de Medida Socioeducativa - PSC em 2023		Região de moradia dos incluídos em atendimento nos Serviços de Medida Socioeducativa – LA COMEC em 2023		Região de moradia dos incluídos em atendimento nos Serviços de Medida Socioeducativa – LA SETA em 2023	
Região	quantidade	Região	quantidade	Região	quantidade
sudoeste	21	sudoeste	5	sudoeste	35
leste	13	leste	21	leste	0
sul	26	sul	89	sul	41
noroeste	21	noroeste	7	noroeste	44
norte	17	norte	58	norte	0

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - SERVIÇO: COMEC PSC



Fotos: Prestações de serviços à comunidade realizado pelos adolescentes atendidos.

Ações em destaque do serviço e avanços em 2023

Execução do Projeto Sintonizando na Transformação em parceria com a FEAC, com inclusão de adolescentes e jovens egressos das medidas de LA e PSC, como mobilizadores sociais.

Articulação e parceria com o sistema de justiça.

Visita ao Museu das Favelas/SP com os usuários do serviço.

Participação na conferência da Assistência Social.

Participação na Conferência da Juventude.

Desafios e dificuldades durante a execução das atividades e do ano

Redução de metas do serviço, com impacto financeiro significativo.

Redução de profissionais da equipe técnica.

Redução de carga horária de profissionais da equipe técnica para adequação ao momento atual.

Reorganização do planejamento geral do serviço e da equipe de trabalho.

Articulação com o sistema de justiça e gestão municipal para demonstrar os impactos financeiros e a relação com a contrapartida da OSC atual.

Propostas e metas para 2024

Continuar a execução do Plano de Ação.

Implementar oficinas para acompanhamento de egressos do meio aberto/COMEC.

Encaminhar novos adolescentes e jovens para o projeto Sintonizando na Transformação – fase 3.

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO - LIBERDADE ASSISTIDA OSC EXECUTORA: COMEC LA



Fotos: Oficinas com os adolescentes atendidos pelo COMEC LA

Ações em destaque do serviço e avanços em 2023

Representações em Conselhos de Direitos, atuação técnica em políticas públicas voltadas a crianças, adolescentes, juventudes, álcool e drogas e medidas socioeducativas.

Investimento na formação profissional continuada, realização mensal de grupo de estudos institucional, participação nas capacitações promovidas pela rede socioassistencial e de garantia de direitos.

Atendimentos grupais com recorte de gênero, fortalecendo as estratégias de atendimento nas temáticas: identidade, estereótipos, feminismos, masculinidades, juventudes periféricas, racismo, territórios, paternidade, maternidade, violência e exploração sexual, relações familiares e afetivas, entre outros.

Promoção de ações esportivas e culturais em diferentes territórios, com destaque a parcerias com o MIS, SESI e Museu das Favelas.

Ensaio fotográficos de gestantes, bebês e puérperas. Trabalho de resgate de histórias familiares.

Articulação com Defensoria e Ministério Público para ações de garantia de direito de filiação, reconhecimento de paternidade, emissão e averbação de certidões de nascimento.

Fortalecimento dos atendimentos grupais aos responsáveis dos adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Ações do Projeto Sintonizando na Transformação, financiado pela FEAC, que promove formação dos jovens como mobilizadores sociais, além de instrumentalizar para produção, edição e divulgação de conteúdo audiovisual.

Diagramação e produção final de jogos pedagógicos que abordam temáticas como: juventudes, territórios, uso de substâncias psicoativas e medidas socioeducativas.

Participação nos grupos de profissionais do RASEV /UNICAMP – Rede de Apoio e Acompanhamento a Pessoas que Trabalham com Usuários Expostos à Violência, realização Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas.

Realização de atividade artística no território – região SUL, ações de conscientização e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, Campanha Maio Laranja, oficina de escrita criativa realizada em parceria com o SCFV Vovó Nestor.

Organização de atividades, divulgação e acompanhamento de adolescentes/jovens nas ações da Semana da Juventude.

Participação nas Pré-Conferências Regionais e Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Participação na Conferência Regional da Juventude e Conferência Estadual da Juventude.

Participação nas Pré-Conferências Regionais e Conferência Municipal de Assistência Social.

Participação na Pré-Conferência da Defensoria Pública.

Desafios e dificuldades durante a execução das atividades e do ano

Acolhida e encaminhamento de demandas relacionadas a violência policial vivenciada por adolescentes, jovens e seus familiares.

Diálogo com gestão de escolas estaduais, e a garantia de vaga escolar, no primeiro semestre, na região central, para alunos do ensino médio.

Propostas e metas para 2024

Dar sequência no atendimento socioeducativo em meio aberto, liberdade assistida.

Favorecer aos adolescentes, jovens e suas famílias o acesso a atividades de cultura, esporte e lazer desenvolvidas no município.

Mapear demandas e fortalecer ações para atendimento dos adolescentes, jovens e suas famílias após o cumprimento da medida. Continuar a execução das atividades propostas no Projeto Sintonizando na Transformação, financiado pela FEAC.

Investir em formações e ações de práticas restaurativas, baseadas em preceitos da comunicação não violenta.

Manter a interlocução com as universidades favorecendo a relação teoria e prática, propiciando a formação continuada e a atuação política/técnica no debate nacional sobre atendimento socioeducativo.

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO - LIBERDADE ASSISTIDA OSC EXECUTORA: SETA LA



Foto: Oficinas com os adolescentes da SETA LA

Ações em destaque do serviço e avanços em 2023

Reuniões promovida pela Promotoria, representada Dra.Elisa de Divitiis Camuzo, com o objetivo de avaliar e alinhar o protocolo da Política de Educação, contribuiu para a operacionalização dos processos, com medidas protetivas de educação.

Reuniões promovida pelo Sr. Fernando Henrique Martins da Assessoria de Educação e Cidadania, entre as executoras de MSE e as escolas municipais, com a pauta “Orientações para o atendimento aos adolescentes em cumprimento de MSE”.

Reunião promovida pelo Comitê Gestor da MSE, com o Delegado da Infância e Juventude, Sr. Dr. Rubens Urbano Leal, com o objetivo de conhecer a estrutura da Delegacia, e buscar informações sobre a diminuição da chegada de adolescentes nos Serviços de MSE.

Reunião CREAS Sul com a apresentação do Programa PPCAM, sobre fluxo, perfil e a características dos atendimentos. Ação Municipal de prevenção ao Bullying e combate à violência nas escolas (NAED Sudoeste).

Participação da equipe na Conferência da Assistência Social.

Reuniões com o Poder Público, MP, VIJ, Defensoria, SMASDH e Executoras de MSE SETA e COMEC, com a pauta, redução de Metas.

Participação do II Encontro Regional SINASE.

Participação da equipe no Simpósio CMDCA..

Desafios e dificuldades durante a execução das atividades e do ano

O alinhamento entre a Assistência e a Saúde/ Saúde Mental ainda é um desafio, considerando a necessidade e complexidade dos adolescentes atendidos nas medidas socioeducativas.

Observado o distanciamento e falta de compreensão entre os serviços de MSE e da Alta Complexidade.

Garantir a permanência de alguns dos adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas.

Garantir a permanência dos adolescentes na escola ao invés do trabalho informal ou até mesmo do tráfico de drogas.

Garantir atendimento adequado aos adolescentes com uso abusivo de substâncias psicoativas.

Efetivar o encaminhamento e inclusão dos adolescentes em Programas de profissionalização.

A maioria dos adolescentes não reúnem os requisitos básicos para inserção nos mesmos.

Propostas e metas para 2024

Políticas Públicas de qualificação profissional aos adolescentes em cumprimento da MSE;

Formações com a Saúde Mental e o problemático uso abusivo de SPA;

Atendimentos especializados, para encaminhamentos aos adolescentes em uso problemático de SPA;

Dar continuidade ao GT média e alta, para a aproximação e alinhamento do trabalho.

Serviço Especializado de Abordagem Social de crianças e adolescentes – Executado pela OSC parceira MVM – Movimento de Vida Melhor(Fotos e fonte de dados: Arquivos MVM)



Fotos: Ações de sensibilização com crianças, adolescentes e adultos pelo MVM

O Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes é referenciado ao CREAS, e realiza busca ativa, abordagem, monitoramento e referenciamento de crianças e adolescentes

encontradas nas ruas, além da identificação dos territórios com maior incidência de trabalho infantil, exploração sexual, situação de rua, dentre outras. O serviço circula por praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, entre outros, abrangendo as cinco regiões do município. O funcionamento é de segunda-feira a sábado, e responde também a solicitações de munícipes e outros serviços da rede. As abordagens visam o estabelecimento de vínculos, atendimento de demandas emergenciais, articulação da rede de proteção e referenciamento para os CREAS, nas situações que se fizerem necessárias.

O quadro abaixo apresenta o número de adolescentes abordados nas diferentes regiões de Campinas. A situação se repete ao longo dos anos, sendo observada a maior concentração de abordagens realizadas nas regiões central e sul. A maioria das crianças e adolescentes relacionadas foram abordadas pela primeira vez pelo serviço. Este dado pode indicar que novas crianças e adolescentes passaram a ir para as ruas para o trabalho infantil e/ou mendicância este ano.

Total de abordagens sociais realizadas em 2023	519
Quantidade de crianças/adolescentes abordados pela primeira vez em 2023	236
Quantidade de crianças/adolescentes reincidentes na abordagem social em 2023	114

O maior número de crianças e adolescentes abordados em 2023 são do sexo masculino, este dado se repete ao longo dos anos. A faixa etária mais identificada foi de 0 a 6 anos (mendicância), seguida de 12 a 15 anos (trabalho infantil).

QUANTIDADE DE ABORDADOS POR FAIXA ETÁRIA E SEXO EM 2023			
IDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0 à 06 anos	69	46	115
07 à 11 anos	54	29	83
12 à 15 anos	93	16	109
16 à 17 anos	31	12	43
TOTAL	247	103	350

O quadro abaixo apresenta o contexto do município que se repete ao longo dos anos. Foi possível observar que o aumento da pobreza após o período da pandemia intensificou a mendicância, venda de produtos diversos e até mesmo a limpeza de lápides no cemitério das flores no dia de finados. Este cemitério é o único em Campinas que ainda ocorre trabalho infantil nesta data. Oportuno salientar que as ações são feitas anualmente nesses espaços.

TIPOS DE TRABALHO INFANTIL OU MENDICÂNCIA IDENTIFICADOS NAS ABORDAGENS SOCIAIS EM 2023	
SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Distribuição de panfletos	4
Guardador de carros	1
Limpeza Lápides	34
Mendicância	13
Reciclável	3
Trabalho em feiras livres	0
Venda de produtos não-alimentícios	40
Venda de produtos alimentícios	62
Envolvimento com tráfico	0
Criança acompanhando adulto em mendicância	96
Criança acompanhando adulto em trabalho na rua	
Limpador de Para-brisas	14
Outras situações abordadas nas ruas que indicam vulnerabilidade ou risco social	83

O quadro abaixo mais uma vez aponta a região sul como a mais vulnerável do município. É nesta região que se concentra a maior demanda para atendimento nos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade. A maioria das crianças e adolescentes abordados em situação de trabalho infantil e/ou mendicância são moradores desta região.

LOCAL DE MORADIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABORDADOS EM 2023	
REGIÃO DOS DOMICÍLIOS	QUANTIDADE
Sul	123
Sudoeste	27
Noroeste	66
Norte	43
Leste	45
Outros municípios	18
Outros Estados/Outros Países	25
Criança/adolescente reside em Serviço de Acolhimento Institucional	3
TOTAL	350

O quadro abaixo revela que grande parte das crianças e adolescentes abordados em situação de trabalho infantil e/ou mendicância já são acompanhados por algum serviço do SUAS. Os dados também demonstram que muitos encaminhamentos são realizados pelo serviço de abordagem, especialmente para os Programas de Aprendizagem profissional, SCFV e CREAS.

ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL, MENDICÂNCIA OU ACOMPANHANDO ADULTOS EM MENDICÂNCIA - 2023	
SERVIÇOS	TOTAL
CADÚNICO	1
SCFV	17
CRAS/DAS	0
CREAS	12
Aprendizagem Profissional	49
EDUCAÇÃO	4

SAÚDE	1	
<i>Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida</i>	1	
Departamento de Segurança Alimentar	20	
Conselho Tutelar	26	
TOTAL	131	
Crianças e adolescentes que <u>já estavam inseridos</u> em Serviço da Política de Assistência Social	SCFV	63
	CREAS	8
	Serviço MSE Aberto	7
	SESF	40
	CRAS	35
	DAS	1
	TOTAL	154

A abordagem da população de indígenas venezuelanos tem desafiado diariamente o serviço. Os costumes e cultura deste povo considera a mendicância como meio de trabalho e não entendem como importante a escolarização de suas crianças. Assim sendo, as orientações realizadas pelo serviço de abordagem são constantemente desconsideradas e as ações realizadas são, em sua maioria, entrega de cartão nutrir entre outros itens para sobrevivência como colchões, cobertores, etc. O serviço de abordagem tem se articulado constantemente com outros atores a fim de trocar informações e planejar ações conjuntas possíveis.

ATENDIMENTOS REALIZADOS AOS ÍNDIGENAS WARAOS	
Abordagens Sociais	74
Busca ativa	3
Famílias Abordadas	18
Total de crianças/adolescentes abordados	34
Crianças 0 -6 anos	22

Crianças 7 – 11 anos	7
Adolescentes 12-15 anos	3
Adolescentes 16-17 anos	2
Crianças/adolescentes em situação de Mendicância	5
Crianças/adolescentes acompanhando familiar em situação de mendicância	26
Crianças/adolescentes residentes região Norte	10
Crianças/adolescentes residentes região Leste	21
Crianças/adolescentes residentes região Sul	0
Crianças/adolescentes residentes região Sudoeste	0
Crianças/adolescentes residentes região Noroeste	1
Crianças/adolescentes residentes na RMC	2

Ações em destaque específicas do serviço/território e avanços em 2023

Apresentação do Teatro de Fantoques sobre a Exploração Sexual Infantil na Campanha 18 de Maio em escolas, Parque Ecológico e SCFV.

Participação no Cortejo 18 de maio nas regiões sul, leste e norte.

Apresentação do Teatro de Fantoques e Roda de Conversa com o Tema Trabalho Infantil na Guardinha, Casa de Santa, LBV, Assiste Campinas, Rede Abraço e Seminário do PETI.

Realização da ação “FlashMob” no dia 12 de Junho – Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil – na região sul nos semáforos com maior incidência de trabalho infantil.

Ação de sensibilização e orientação no Cemitério Parque das Flores no dia de finados, local que ainda ocorre o trabalho infantil de limpeza de lápides neste dia.

Houve a ampliação de ações de prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Exploração sexual neste ano.

Ocorreu a reformulação do cenário do Teatro de Fantoques (Trabalho Infantil e Exploração Sexual) e adaptação de novas histórias, bem como ajustes para as rodas de conversas sobre os temas em questão para o público-alvo, adolescentes e adultos.

Observou-se um maior reconhecimento e melhor aproximação por parte da política de Educação sobre o Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes.

Maior articulação, mobilização com munícipes, comerciantes dos territórios sobre vulnerabilidade social das crianças em Situação de Rua e Trabalho Infantil (informam sobre o fenômeno e solicitam a busca ativa).

Continuidade da parceria entre o MVM e a empresa UNIMED-Campinas patrocinadora do PROCAF (Programa Construindo Autonomia para o Futuro), pois possibilita o encaminhamento dos adolescentes abordados em Trabalho Infantil, para curso de capacitação profissional no SENAI, em contrapartida para a saída das ruas.

Maior articulação e agilidade na comunicação e troca de informações entre os serviços da rede socioassistencial, inclusive Saúde e Educação.

Dificuldades e desafios durante a execução das atividades

Escassez de serviços para encaminhamento de crianças e adolescentes encontrados em vulnerabilidade social (falta de serviços em alguns territórios).

Garantir a permanência das crianças e adolescentes nos SCFV e escolas, visto o grande número de desistências e evasão observados.

Dificuldades nas tratativas com o Conselho Tutelar para construção de parcerias e definição de alguns encaminhamentos em situações/demandas complexas e pontuais.

Romper com a naturalização do Trabalho Infantil no meio familiar para os casos de reincidência.

Construção de estratégias em conjunto com rede socioassistencial e outras políticas para o enfrentamento ao Trabalho Infantil, com objetivo de garantir à inclusão e permanência das crianças e adolescentes nos serviços.

Realizar ações conjuntas efetivas com a população venezuelana (Indígenas Waraos e Venezuelanos Urbanos) envolvendo diferentes serviços, políticas públicas e órgãos visando combater a mendicância e trabalho infantil, muito comum nesta população e de difícil manejo.

Propostas e metas para 2024

Avançar com a apresentação do Serviço nos territórios, equipamentos públicos da assistência social e outras políticas, como saúde e educação.

Fortalecer o vínculo com escolas municipais e estaduais para trocas de informações e mútua cooperação entre as políticas.

Manter e avançar na construção de parcerias e melhorar a comunicação com a política de

saúde, especialmente com a saúde mental e CAPSij dos territórios.

Remanejar equipe de abordagem “uma vez na semana” para realizar busca ativa de trabalho infantil no turno.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – COMITÊ PETI

O Comitê PETI foi instituído oficialmente a partir da publicação do Decreto Municipal nº 22.071 de 30 de março de 2022, passando a contar com a participação de representantes de diversas secretarias. As reuniões ocorrem bimestralmente desde a elaboração do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com objetivo de monitorar a realização das ações.

Em 2023, foi constituído um Grupo de Trabalho para construção do Regimento Interno do Comitê PETI. Após elaboração, foi aberto à contribuições em reunião do Comitê, e após aprovação, publicado no D.O. em 16/10/2023.

Houve a participação de representantes do PETI em dois Encontros Estaduais promovidos pela Comissão Estadual do PETI – DRADS – Um em Sorocaba e um em Ribeirão Preto. No Encontro de Sorocaba, os representantes foram convidados a apresentar o PETI Campinas; e para o Encontro de Ribeirão Preto, houve o convite de elaboração de artigo para lançamento da publicação *Coletânea de boas práticas do PETI no Estado de São Paulo*, promovido pela Secretarial Estadual de Desenvolvimento Social. No artigo de Campinas, é contado o Histórico do PETI no município, aonde são abordados os avanços e desafios.

Ações de sensibilização e formação

- Seminário “Escarlarização e Intersectorialidade no Enfrentamento ao Trabalho Infantil”. Apresentações: jornalista Roberta Tasselli, coordenadora do projeto Criança Livre de Trabalho Infantil, Ronaldo Lira, Procurador do MPT e vice-coordenador da Coordinfância, e Taisa Magalhães de Oliveira Santana Mendes, juíza e coordenadora do Juizado Especial da Infância e da Adolescência (JEIA). Estiveram presentes aproximadamente 200 profissionais da rede de serviços e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, com maior porcentagem de representantes da Política de Educação Municipal e Estadual e Assistência Social.



Foto: II Seminário do PETI – representantes do Comitê, com Procurador do MT e Juíza do JEIA

- Impressão de material gráfico e produção de camisetas para ações e campanhas, no mês de junho; bem como, entrega de cartazes, folder, camisetas e cartilhas para profissionais e serviços.
- Entrega de cartazes à EMDEC para fixação nos ônibus, considerando incidência de trabalho infantil dentro do transporte público;
- Veiculação de reportagens na mídia e divulgação em rede social sobre trabalho infantil e ações de enfrentamento.
- Participação de representantes do Comitê PETI e profissionais do Serviço de Abordagem Social em encontro ampliado, no microterritório do Campo Belo, com representantes da Proteção Social Básica e Especial (das Organizações da Sociedade Civil e do Poder Público) com o tema: “Crianças em Circularidade de Rua no Microterritório do Campo Belo” no mês de junho de 2023, e posteriormente, realização no microterritório do Bandeiras.

Ações estratégicas do PETI contínuas:

Abordagem social e atendimento pelo Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes; Acompanhamento pelo CREAS de famílias referenciadas;

Ações contínuas do Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes junto às escolas municipal e estadual e eventos (teatros de fantoches, ações de sensibilização), principalmente em maio e junho.

Articulação entre políticas públicas.

Ação realizada pelo Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes em parceria com direção do cemitério das Flores no feriado de finados – 34 crianças/adolescentes abordados.

Registro dos dados de trabalho infantil no RMA, SIGM, CIPS, SISNOV e das ações estratégicas do PETI no SIMPETI.

Discussões sobre público prioritário em SCFV com PSB.

Discussões sobre registro no CAD Único com Vigilância Socioassistencial.

Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

(Fotos e fonte de dados: Arquivos CEI, COF e SORRI)

Região	Serviço	OSC	Metas de atendimento
Todas	Centro Dia da Pessoa com Deficiência	SORRI Campinas	30
Todas	Centro Dia da Pessoa Idosa	COF – Centro de Orientação Familiar	50
Todas	Serviço de PSE no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	CEI Campinas - Centro Educacional Santi Capriotti	125

Serviço de PSE no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – OSC CEI

Descrição breve das atividades realizadas em 2023

O Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias executa o atendimento domiciliar a pessoas adultas e suas famílias que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem,

isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. Tem por objetivo promover a autonomia e contribuir com o bem viver de pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e suas famílias.

De modo especial, em 2023 tivemos ações e atividades bastante significativas e singulares que valem ser destacadas e apresentadas aqui:

Atividades voltadas às famílias

Círculos de Fortalecimento de Vínculos, fundamentados pela Justiça Restaurativa (BOYES-WATSON, 2011), é uma ferramenta utilizada pelo CEI para minimizar as situações de vínculos familiares fragilizados e de conflitos intrafamiliares. Essa atividade grupal foi ofertada às famílias ao longo do ano, algumas vezes, incluindo sempre que possível a rede intersetorial de serviços dos territórios, implicando assim também os vínculos comunitários.

Oficinas Socioeducativas, ações integrativas com os usuários, abordando relações familiares e comunitárias por meio dos jogos temáticos organizados pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES). Ofertando acolhida grupal, sensibilização sobre o tema da violência ao mesmo tempo que também a promoção do fortalecimento da inclusão e convívio dos participantes, em especial pessoas com deficiência, e ampliação das experiências de vida e da informação como forma de proteção.

Ações e Atividades voltadas ao **Combate e Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa**, como **Junho Violeta**, **Dia Mundial de Conscientização sobre Violência Contra a Pessoa Idosa** e **Dia Internacional da Pessoa Idosa**. Realizamos **Evento de Enfrentamento à Violência Contra Idoso no CEI Campinas**, onde abordamos a questão de forma leve e descontraída utilizando a temática das festas juninas.

Participação com as famílias no lançamento do livro **"Balaio de Memórias"** organizado pelo SESF CRAMI na região Noroeste que traz questões sobre o envelhecimento e o território e a memória da comunidade a partir da narrativa produzida pelos idosos participantes do projeto.

Participação nas ações de **18 de Maio - Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes**, na região Noroeste, organizado pela rede Intersetorial Satélite Íris I com cortejo, rodas de conversa, palestras e uma formação de educadores para membros do território.

Participação nas ações de **18 de Maio - Dia da Luta Antimanicomial**, organizado pelo Coletivo da Luta em Campinas do qual o CEI faz parte e leva reflexões sobre a saúde mental do idoso e da pessoa com deficiência.



Foto de um dos encontros formativos do Coletivo da Luta Antimanicomial que organizou o 18 de maio e do qual o CEI faz parte.

“*CEI em Movimento*” treino funcional e ergonômico para o trabalho das cuidadoras;
Curso Práticas Restaurativas, Conferência Familiar e Encontro Vítima Ofensor e Comunidade realizado em parceria com o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP);
Curso Educação Social em Movimento (oferecido pelo CEI para os cuidadores sociais);
Encontro formativo sobre “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”;
Palestra de Introdução e Curso “Estudo socioterritorial no trabalho com Políticas Públicas”;
Formação sobre políticas públicas, redução de danos e a interface entre saúde mental e a assistência social - parceria com Abrigo Santa Dulce;
Oficina de Análise de Conjuntura e o Trabalho Sistemático com as Famílias ((formação oferecida pelo CEI para profissionais do PSE no domicílio com a facilitação de Fabiana Carvalho);
Formação “A Proteção Social Especial de Média Complexidade e o Atendimento em situações de violência sexual” (Claves);
Núcleo de Pesquisa e Formação em Novas Abordagens em Políticas Públicas;
Desmistificando a Diversidade Sexual;
Workshop Violência Sistêmica;
Encontro Formativo entre os serviços da Rede Intersetorial Leste;
Formação sobre Descalonamento Verbal, técnicas para lidar com pessoas com agitação

motora ou crise (formação oferecida pelo CEI para profissionais do PSE no domicílio em parceria com a UNESP de Marília);

Formação Primeiros Socorros Psicológicos (formação oferecida pelo CEI para profissionais do PSE no domicílio com facilitação da Professora Dra. Ticiane Paiva) ;

Encontro Formativo para Conferência Regional de Assistência Social;*13ª Conferência Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social*;

Encontro sobre Fluxo de encaminhamento para inclusão no serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas;

GT de Enfrentamento à Violência (CEI);

Formação introdutória em direitos das juventudes LGBTQIAPN+;

A Interface dos Serviços da Justiça e as Proteções de Média Complexidade na Política de Assistência Social (formação oferecida pelo CEI para profissionais do PSE no domicílio com a facilitação de Fabiana Carvalho);

Formação em Sociocracia como modelo de gestão organizacional que valoriza os princípios das políticas públicas executadas (formação oferecida pelo CEI para profissionais do PSE no domicílio com a facilitação de Nara da Solt Brasil);

Formação atualização em CadÚnico;

Visitação à Exposição Sensorial "Uma Vida em Cada História";

Direitos humanos: fluxo de violência contra a mulher;

III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - “Fome: o alimento como direito. Atuação do Estado e da Sociedade”;

XIII Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - “Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Construindo um Brasil mais Inclusivo”;

Seminário CEI 2023 Inclusão de Pessoas em Situação de Deficiência: pertencimento ao território;

Curso de práticas coletivas e uso do audiovisual (Instituto Tigrinhos);

Curso Facilitadores de Grupos de Ouvidores de Vozes (formação oferecida pelo CEI para profissionais do PSE no domicílio);

Encontro Média e Alta Complexidade;

Formação *“Compreender e agir: o papel do diálogo na análise dos casos: escuta ativa, problematização, co-construção e emancipação”* (formação oferecida pelo CEI para profissionais do PSE no domicílio);

Apresentação dos Serviços de Média Complexidade para o Distrito de Saúde da região Noroeste, onde estavam presentes as coordenações dos Centro de Saúde e CAPS do território;
Ações de divulgação da PSE no Domicílio na rede intersetorial;
Reuniões sistemáticas com a rede intersetorial.

Desafios durante a execução das atividades em 2023

No que diz respeito ao trabalho dos cuidadores sociais, é perceptível uma grande sobrecarga. São atendimentos sistemáticos presenciais de 25 famílias para 9 cuidadores sociais, por região de Campinas, com atendimentos que variam de 2 à 3 vezes na semana nos períodos matutino e vespertino, onde há de se considerar que se trata de famílias que vivem situações muitas vezes extremas de vulnerabilidade e grande exposição a riscos e violências, o que também contribui para o esgotamento de cuidadores sociais que refletem em adoecimentos, comprovados pela apresentação de atestados. A carga horária de 44 horas semanais também é um fator desgastante para esta categoria profissional.

O desconhecimento do trabalho executado pela equipe da PSE no Domicílio, as expectativas irreais quanto ao trabalho do cuidador social resultam na recusa das famílias pelo atendimento no domicílio. Muitas famílias e, até mesmo a rede, muitas vezes imaginam que o serviço tem atendimento em período integral e realiza todas as funções de um empregado doméstico, sendo necessário o esclarecimento contínuo da proposta desse serviço.

Quanto às interfaces com a saúde e saúde mental, identifica-se a morosidade das articulações e do acolhimento das necessidades das famílias e o aumento de usuários e familiares com questões agravadas de saúde mental incluídas no Serviço, com falta de acompanhamento adequado pela saúde mental, necessitando de articulação da dupla psicossocial e cuidadoras sociais para este cuidado para a inclusão efetiva do trabalho no domicílio e ações de convivência e fortalecimento social e comunitário.

Na inclusão, por vezes os indicadores e, ou os critérios de inclusão no PSE no domicílio identificados na Ficha de Referenciamento não foram fidedignos à realidade da família o que acarretou a morosidade do estudo social das famílias e dificultou o início do Plano Individual e Familiar de Atendimento - PIFA, bem como dos atendimentos no domicílio, sendo muitos casos desligados/devolvidos ao CREAS por não terem elegibilidade para inclusão no Serviço. Durante o acompanhamento das famílias, tivemos como desafio a falta de um protocolo que regule a uniformize a relação do serviço com os Centros de Saúde e CAPS para agendamento de reuniões para discussão dos casos, sem o qual tem se tornado as articulações e ações em rede enfraquecidas.

No momento do desligamento, o desafio é encontrar no município serviços que atendam os usuários PCD e pessoas idosas.

Falta de mobilidade urbana e acessibilidade nos equipamentos e serviços públicos para pessoas com deficiência, assim como escassez de serviços para pessoas com deficiência na faixa etária dos 18 aos 59 anos e CCIIs sem a oferta de atividades inclusivas, o que torna limitada a oferta de serviços de apoio para o público PCD e suas famílias.

Falta do Serviço de Atendimento Domiciliar na Proteção Social Básica, gerando um inchaço de casos para inclusão na PSE no Domicílio cuja demanda maior é apenas a superação do isolamento social, o envelhecimento sozinho e/ou a sobrecarga do cuidador familiar ou comunitário, configurando ações de prevenção à situação de violência e acompanhamento dos usuários em questões pontuais.

A falta de vagas e a necessidade de ampliação do Centro Dia da Pessoa com Deficiência, bem como a oferta de mais serviços de proteção de média complexidade e proteção social básica para pessoas com deficiência para ação em rede que possam de forma mais contundente contribuir para diminuição da desproteção dessa população no domicílio.

Dados e caracterização dos usuários atendidos em 2023

Total de atendimentos Serviço de PSE no Domicílio		
		Quantidade
Nº de famílias	Número de famílias atendidas neste ano	178
	Número de inclusões	62
	Número de desligamentos	58
Origem referenciamento	CRAS/DAS	33
	PAEFI/SESF	24
	Saúde	CS - 38 Hospital - 8 CRI - 7 CAPS - 3 SAD - 3
	Rede PCD	APAE - 3 Síndrome Down - 2 CESD - 1
	CRPD	14
Segmento	Pessoa Idosa	88
	PCD	60
	Pessoa Idosa e PCD	30

Sexo PCD	Feminino	36
	Masculino	24
Sexo Pessoa Idosa	Feminino	62
	Masculino	26
Sexo Pessoa Idosa e PCD	Feminino	17
	Masculino	13
Tipos de Deficiência	Intelectual	31
	Física	28
	Múltiplas	2
	Visual	8
	Auditiva	3
	Outros (especificar)	Transtorno mental - 12
Faixa Etária	18 a 24 anos	7
	25 a 39 anos	19
	40 a 59 anos	37
	60 a 79 anos	73
	Acima de 79 anos	39
Motivos de Inclusão	Violência Física	19
	Violência Psicológica	33
	Negligência	90
	Violência Sexual	1
	Violência Patrimonial e Financeira	5
	Sobrecarga do Cuidador/Estresse do Cuidador	25
	Isolamento Social	22
	Outras violações	24
Motivos de Desligamento	Falecimento	20
	Mudança de município	0
	Recusa do serviço	2
	Reorganização e Ressignificação do contexto familiar	17
	Perfil do usuário não compatível com o serviço	7
	Entrada em Residência Inclusiva ou ILPI, Residência Inclusiva, Residência Terapêutica	14

Região de moradia dos atendidos neste ano	Região Sul	36
	Região Norte	39
	Região Sudoeste	31
	Região Noroeste	41
	Região Leste	39

Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas

Contribuição para a minimização e superação de situações violadoras de direitos dos indivíduos e famílias, bem como avanço na mobilização de família extensa ou ampliada e rede comunitária. Bem como o fortalecimento de vínculos familiares e das referências de cuidados sociofamiliares, por meio da mobilização intensa de família nuclear e/ou extensa/ampliada. *Tivemos 16 desligamentos dessa ordem.*

Maior garantia de proteção social nos casos com perfil para acompanhamento pela alta complexidade, alcançada a partir dos encaminhamentos e parceria com a gestão da alta complexidade. *Resultado avaliado a partir dos desligamentos do serviço por encaminhamento para ILPI, Residência Inclusiva e Residência Terapêutica. Tivemos 14 desligamentos dessa ordem.*

Avanço na discussão e sistematização da metodologia de trabalho com as famílias e alcance de uma maior participação dos usuários no planejamento e execução do plano de atendimento. Maior desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social e fortalecimento das redes sociais de apoio.

Ampliação do universo informacional dos usuários e suas famílias, e de experiências outras diferentes daquelas atreladas à violência e/ou violação de direitos. Resultado avaliado a partir do aumento da participação dos usuários e suas famílias nas atividades grupais de caráter corporal, musical, cultural e artística, propostas pela PSE no Domicílio na sede do CEI e nos territórios, em parceria com a rede intersetorial e socioassistencial.

Ampliação da informação, comunicação e defesa dos direitos dos usuários e suas famílias.

Maior participação das cuidadoras e cuidadores sociais nas discussões de caso, análise e estudos sociais e relatórios técnicos, além, das qualificações e do lançamento sistemático das ações na plataforma SIGM com informações mais detalhadas e assertivas.

Maior qualificação e alinhamento dos atendimentos domiciliares e das ações realizadas tanto pelos cuidadores sociais quanto pela equipe técnica, e avanço nas discussões de caso em equipe com reflexões teórico-práticas.

Fortalecimento da rede intersetorial e socioassistencial. *No ano de 2023 houve participação do PSE no Domicílio em 52 reuniões intersetoriais e 12 reuniões do Conselho Municipal do Idoso.*

Encaminhamento e trabalho em conjunto com o Centro Dia da Pessoa Idosa. Foram referenciados em 2023, 11 casos para o Serviço e temos realizado o atendimento em conjunto até o momento desses casos com mais possibilidade de diminuir a desproteção a partir da atuação dos 2 serviços com essas famílias.

Durante o ano foram inseridos 62 casos novos e desligados 58 usuários. Os desligamentos foram devidos a: Falecimentos - 20 casos; Ressignificação do contexto familiar - 17 casos; Inclusão em ILPI, Residência Inclusiva e Residência Terapêutica - 14 casos; Perfil do usuário não compatível com o serviço - 7 casos; Recusa da família ao acompanhamento após todas as ações de vinculação realizadas - 2 casos.

Metas para 2024

Realizar Grupos com as famílias atendidas no Serviço;

Estratégias de ampliação da rede de cuidado familiar e de cuidado;

Realizar ações de divulgação da PSE no Domicílio na Rede Intersetorial;

Realizar um Seminário da PSE no Domicílio;

Aumentar o número de ações territoriais, desenvolvendo e fortalecendo o vínculo com espaços e equipamentos parceiros nos territórios;

Participação nas reuniões e ações da Rede Intersetorial, Rede Socioassistencial e Conselhos de Direitos;

Formação e instrumentalização continuada interna e externa para cuidadores sociais, duplas psicossociais e coordenações técnicas;

Fortalecimento dos núcleos de saber do Serviço como: Cuidadores(as) Sociais; Assistentes Sociais; Psicólogas e Coordenação Técnica;

Realizar atividades de cuidado com a equipe, em especial as ações “cuidando do cuidador” previstas no Plano de Trabalho do Serviço, bem como realizar semanalmente orientações sobre ergonomia às cuidadoras e cuidadores sociais por meio de treino funcional “CEI em Movimento”.

Centro Dia da Pessoa com Deficiência - SORRI

O Centro-Dia é uma unidade do SUAS referenciada aos CREAS que oferta serviço de convivência e de cuidados pessoais às pessoas com deficiência de 18 a 59 anos, em situação de dependência, que tiveram a sua condição agravada por violação de direitos. Oferecem apoio para a realização de cuidados básicos da vida diária como o se arrumar, se vestir, comer, fazer higiene pessoal, se locomover e outras e, também de apoios para o desenvolvimento pessoal e social, como levar a vida da forma mais independente favorecendo a integração e a participação do indivíduo na família, no seu entorno, em grupos sociais, incentivo ao associativismo, dentre outros apoios.

Neste serviço são prestadas ainda orientação e apoio, inclusive no domicílio, aos cuidadores familiares, incentivando a autonomia da pessoa com deficiência e de seu cuidador familiar e a inclusão social.

Ações em destaque do serviço e avanços em 2023

Referenciamento de 7 usuários na Proteção Social Especial de Alta Complexidade que estavam em situação de alto nível de vulnerabilidade e risco.

O trabalho com famílias foi intensificado com resultados importantes e maior participação das mesmas no serviço e no cuidado dos usuários em casa.

Intensificado o trabalho de aproximação e vinculação com a rede socioassistencial, com a política de saúde e especialmente a saúde mental.

Ampliada a oferta de atividades aos usuários potencializando a participação, interesse e envolvimento de todos.

Dificuldades e desafios durante a execução das atividades:

A complexidade das situações familiares, a variedade e dificuldade das demandas apresentadas pelos usuários e suas famílias têm desafiado a equipe do CENTRO DIA a repensar suas práticas.

Os limites impostos pela escassez de profissionais nos serviços de saúde e saúde mental.

Despreparo para atender aos usuários com deficiência intelectual e comorbidades e a existência de poucas ofertas no município para atender este perfil de usuários.

A ausência de outros serviços e ofertas para atendimento das pessoas com deficiências nos territórios, bem como a exigência de acompanhante tem gerado alguns impedimentos para inclusão dos usuários em outros serviços no município.

Propostas e metas para 2024

Intensificar as atividades de convivência na comunidade.

Encaminhar os usuários para avaliação médica e odontológica periódica no Centro de Saúde

de referência.

Dar continuidade ao trabalho com as famílias.

Introduzir novas ferramentas nas reuniões de equipe.

Ofertar atividades com propósito de Cuidar do Cuidador.

Quantitativo de atendimentos Centro-Dia PCD			
		Quantidade	
Número de Famílias	Número de famílias atendidas neste ano	38 FAMÍLIAS - 41 USUÁRIOS	
	Número de inclusões	12	
	Número de desligamentos	16	
Origem referencia mento	CRAS/DAS	06	
	PAEFI	00	
	Saúde	17	
	Rede PCD	10	
	CRPD	04	
	SESF	03	
	Outros (especificar)	01 DEFENSORIA	
Tipos de Deficiência	Intelectual	25	
	Física	08	
	Múltipla	05	
	Visual	00	
	Auditiva	00	
	TEA	03	
	Comorbidade Saúde Mental		
Perfil etário e sexo	Faixa etária	Sexo masculino	Sexo feminino
	18 a 24 anos	1	1
	25 a 39 anos	10	10
	40 a 59 anos	13	6
Motivos de Inclusão	Violência Física	08	
	Violência Psicológica	04	

	Negligência	15
	Violência Sexual	00
	Violência Patrimonial	00
	Isolamento Social	14
	Outras violações (especificar)	00
Motivos de Desligamento	Falecimento	00
	Mudança de município	00
	Recusa da família ao serviço	03
	Reorganização do contexto familiar	03
	Perfil do usuário não compatível com o serviço	00
	Entrada em Residência Inclusiva	10

Região de moradia das famílias atendidas em 2023	
Norte	09
Leste	06
Noroeste	05
Sudoeste	06
Sul	12

Centro Dia da Pessoa Idosa - COF



Foto: Oficina no Centro Dia da Pessoa Idosa



Foto: Oficina no Centro Dia da Pessoa Idosa

Ações em destaque do serviço e avanços em 2023

Estruturação da equipe e planejamento conjunto.

Participação em Encontro SUS e SUAS – Um olhar ampliado ao cuidado da Pessoa Idosa – realizado no dia 14 de dezembro com a participação dos serviços que atendem a população idosa.

Reuniões com a gestão da PSEMC e chefias de CREAS para discussão de caso e alinhamentos de processos.

Início da realização de oficinas.

Almoço de natal com as famílias e ação de natal na CEI Maria Izabel.

Dificuldades e desafios durante a execução das atividades

Garantir transporte para o acesso dos usuários ao serviço.

Garantir a aceitação e a frequência dos usuários.

Atender as demandas dos usuários em parceria com a política de saúde.

Propostas e metas para 2024

Preencher a meta de atendimento conforme edital.

Fortalecer a relação do Centro Dia com a rede de serviços e dar visibilidade ao trabalho realizado.

Garantir transporte para o acesso dos usuários ao serviço.

Iniciar as atividades da horta.

Promover ações com a comunidade local.

Quantitativo de atendimentos Centro-Dia Pessoa Idosa		
		Quantidade
Número de Famílias	Número de famílias atendidas neste ano	19
Origem referenciamento	CRAS/DAS	0
	Saúde	0
	SESF/PAEFI/PSE DOMiCÍLIO	19
	Outros (especificar)	0
Faixa etária	feminino	masculino
60 a 79 anos	4	8
Acima de 79 anos	2	2
Motivos de Inclusão	Violência Física	6
	Violência Psicológica	8
	Negligência	7
	Violência Sexual	0
	Violência Patrimonial	7
	Isolamento Social	1
	Outras violações (especificar)	0
Região de Moradia	Norte	5
	Sul	6
	Noroeste	2
	Leste	3
	Sudoeste	3

Serviço Complementar para Atendimento a Pessoas com Deficiência

O Serviço Complementar para Atendimento a Pessoas com Deficiência permaneceu compondo a Proteção Social Especial, sendo as unidades executoras de abrangência municipal, com oferta de atendimento as pessoas com deficiências. O serviço visa a oferta de um conjunto de orientações, normativas decorrentes da Constituição, e voltadas à regulação da garantia de direitos das Pessoas com Deficiência, e que objetivam assegurar-lhes o pleno exercício dos direitos individuais e sociais, propiciando seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A oferta destes serviços complementares não está contemplada na Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais e adotam estratégias e metodologias específicas para atender a demanda da população usuária da política de Assistência Social, e compete à Assistência Social na atenção às Pessoas com Deficiência, na perspectiva da habilitação e reabilitação de base comunitária, assegurar a transversalidade e a intersetorialidade, no enfrentamento e na superação das barreiras atitudinais, sociais, culturais, arquitetônicas e tecnológicas, contribuindo para autonomia e protagonismo das Pessoas com Deficiência.

A rede parceira é composta por 15 (quinze) OSCs situadas nas regiões Sul, Norte e Leste, com metas e tipos de deficiência diferentes como: múltiplas, intelectual, visual, auditiva e física. Todas atendem demandas oriundas de todo o município de Campinas – SP, e o atendimento compreende a oferta de atendimento a seus familiares.

Nº de OSC	Organização da Sociedade Civil- OSC	Localização da OSC	Nº de grupos	Meta
1	ADACAMP – Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas	Sul	4	120
2 *	Associação de Pais e Amigos de Surdos de Campinas – APASCAMP	Norte	2	60
3	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campinas	Sul	3	90
4	Associação Pestalozzi de Campinas	Sul	3	90
5	Casa da Criança Parálitica de Campinas – CCP	Sul	3	90

6	Centro Cultural Louis Braille	Sul	1	30
7	Centro de Apoio e Integração do Surdo Cego e Múltiplo Deficiente – CAIS	Sul	1	30
8	Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti – CEI	Leste	3	90
9	Centro Síndrome de Down – CESD	Leste	2	60
10	Fundação Síndrome de Down	Norte	3	90
11	Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores	Sul	2	60
12	Instituto Educacional Professora Maria do Carmo Arruda Toledo – CADAFA	Sul	2	60
13	Pró-Visão Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual	Sul	2	60
14	Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Crânio Facial - SOBRAPAR	Norte	1	30
15	SORRI Campinas	Norte	3	90
			35	1050

* A OSC APASCAMP encerrou a parceria dia 31/03/23.

O Departamento de Operações da Assistência Social – DOAS / Coordenadoria Geral da Proteção Social Especial e Área de Vigilância Socioassistencial-AVIS, realizaram encontros na perspectiva de melhor definição para a gestão pública do serviço, e ainda para pensar em estratégias para o reconhecimento e identificação desta rede junto ao SUAS, com identificação da porta de entrada para o serviço e a demanda específica da assistência social, uma vez que este serviço complementar não atende somente metas da assistência social, pois apresenta parcerias com a saúde e educação, que encaminham situações para atendimento. Nesta lógica, foram apresentados os possíveis caminhos junto ao Sistema Único da Assistência Social – SUAS, e as perspectivas para o reordenamento, e que ficaram como meta para continuidade dos encaminhamentos para a definição de fluxos e procedimentos junto a esta rede de Serviços Complementares para Atendimento a Pessoas com Deficiência, bem

como para apontamentos de necessidades financeiras para o seu reordenamento e gestão pública, considerando as necessidades do município para atendimento deste público.

**COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E
ALTA COMPLEXIDADE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CSPSEMAC
POP RUA**

Proteção Social Especial – População em Situação de Rua

A Coordenadoria Setorial Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade População Adulta em Situação de Rua inclui todos os serviços especializados que atendem população em situação.

Os serviços vinculados a esta Coordenadoria são:

POP RUA	TIPO DE SERVIÇO	METAS
Centro POP Sares I	Centro de Referência Especializado	135
Centro POP Sares II	Centro de Referência Especializado	300
Bagageiro Municipal	Guarda de Pertences	350
SOS Rua	Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua	600
Casa da Cidadania	SMADH/DOAS/CSPSEMAC: assumiu a Casa da Cidadania, garantindo a oferta de banho	120
NOT	Núcleo de Oficinas	30
SAMIM	Albergue Municipal	120
Casa Antônio Fernando dos Santos	Acolhimento Institucional	20
Casa Juninho	Acolhimento Institucional	20
Casa Amigos de São Francisco de Assis	Acolhimento Institucional	20
Casa de Apoio Santa Clara	Acolhimento Institucional	25
Nossa Casa	Casa de Passagem	25
Casa Efraim	Casa de Passagem	25
Casa Santa Dulce dos	Acolhimento Institucional de baixa exigência para	40

Pobres	população adulta em situação de rua adulta	
Abrigo Emergencial Casa da Cidadania	Acolhimento emergencial para população em situação de rua de baixa exigência	80
TOTAL		1.910

A população em situação de rua é um fenômeno social global presente em diversas cidades do Brasil e do mundo, cujo número tem aumentado a cada ano. O último levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Estatísticas Aplicadas (IPEA) estimou cerca de 281 mil pessoas em situação de rua no ano de 2022 no Brasil, o que representa um aumento de 38% em relação ao ano 2019. A singularidade dessa população e a complexidade dos fatores estruturais e conjunturais que ocasionam o processo de ida para as ruas demandam políticas públicas e trabalhadores instrumentalizados com práticas e saberes de igual complexidade, além de uma rede territorial e intersetorial de serviços.

O trabalho realizado no território é atravessado por diversos determinantes sociais, a saber: a rede de serviços públicos, a comunidade, a família, a desigualdade social, o desemprego, a pobreza extrema, a falta de acesso ao trabalho, a violação de direitos, dentre outros. Muitos desses fatores impactam diretamente nas redes de proteção social das pessoas e são somados à história singular dos sujeitos que tentam construir saídas para seus impasses subjetivos e sociais, cotidianos, bem como acessar direitos sociais.

A cada ano o número de pessoas em situação de rua aumenta em todos os países do mundo, mesmo em países cujo capitalismo é mais desenvolvido ou pouco desenvolvido, como o Brasil, a Argentina, o México, etc. A desigualdade social e a concentração de renda aumentam na mesma proporção fazendo poucas pessoas muito ricas e muitas pessoas pobres. Tal situação impacta diretamente no aumento da demanda por serviços públicos, isto é, políticas sociais, principalmente nas áreas de Segurança Alimentar, Assistência Social, Saúde, Habitação, Trabalho e Renda, políticas imprescindíveis para a sobrevivência e para a dignidade humana.

Pessoas em situação de rua e o Trabalho

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada em 2008, e com o Decreto Presidencial nº 7.053, de dezembro de 2009, esse contingente de pessoas é definido como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional

regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, se utilizar de abrigos e de albergues para pernoitar. São pessoas que vivenciam um processo de perda do referencial de organização social (regras de convívio e do mundo do trabalho, hábitos de vida diária e social) e da própria identidade, acabando por se estabelecer provisória ou definitivamente nas ruas, buscando novas formas de sobrevivência, novas relações afetivas e solidárias, novos valores, assim como novas referências para se organizar socialmente.

Segundo Bezerra, Vieira e Rosa existem três modos de permanência das pessoas na rua: as que ficam na rua, as que estão na rua e as que são da rua.

As que ficam na rua seriam pessoas que, por conta de uma situação circunstancial econômica, saem de sua casa em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes em outra cidade e acabam dormindo nas ruas, albergues ou rodoviárias.

As que estão na rua seriam pessoas que não consideram a rua um local tão ameaçador e, por conta disso, passam a residir e a estabelecer relações com outras pessoas que vivem na ou da rua, construindo parcerias que as auxiliam a sobreviver social e financeiramente, a exemplo dos catadores de material reciclável, guardadores de carros e trabalhadores da construção civil.

As pessoas que são da rua seriam as que residem já a certo tempo na rua e, em razão deste tempo de permanência, acabam sofrendo um processo de descaracterização (subjetivação) pelas condições que a vida na rua impõe, tais como uso de drogas lícitas e ilícitas, alimentação deficitária, falta de rotina com horários preestabelecidos, exposição a vulnerabilidades, doenças e violência.

A nomenclatura utilizada pelos serviços que atendem a população em situação de rua no município de Campinas, parte da mesma utilizada pelas autoras. Entretanto, ao se considerar a singularidade, a história e o momento atual de cada sujeito, a rede socioassistencial identifica os sujeitos a partir da seguinte classificação:

- Munícipe (domiciliado)
- Ex-Pessoa em situação de rua
- Migrante/itinerante
- Pessoa em situação de rua
- Morador de Campinas em situação de rua e circunstancial emergencial

A população em situação de rua, em geral, habita logradouros, mocós, praças, embaixo de pontes, casas, abandonadas ou ocupadas, pensões, acolhimento institucional e de terceiros, da

família e locais cedidos. Cada pessoa tem características peculiares e, portanto, exige e necessita de abordagens e serviços que as englobem e considerem sua especificidade.

A construção da Política Nacional para a População em Situação de Rua foi fruto de amplo processo de construção com a colaboração dos usuários, trabalhadores e organizações da sociedade civil, uma luta por afirmação de direitos a qual inclui Fóruns e Conferências de Assistência Social. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009 prevê o Serviço de Abordagem Social e o Serviço Especializado de Atendimento as Pessoas em Situação de Rua. Foi implantado no ano de 2011 em todo o Brasil o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O município de Campinas tem dois Centros POPs, um serviço de Abordagem Social, um Albergue Municipal (SAMIM) e a Casa da Cidadania como porta de entrada das pessoas em situação de rua na assistência social, ou melhor, no Sistema Único da Assistência Social.

O atendimento das pessoas em situação de rua inicia-se a partir do acesso à rede de serviços socioassistenciais, começa com um processo de identificação dos sujeitos e das suas demandas individuais e/ou coletivas, considerando as especificidades de cada caso, assim como o contexto social e político que aponta a necessidade de constante implementação da rede socioassistencial. Importante também a participação e o compromisso da sociedade civil, no sentido de reconhecer e tratar esse grupo populacional enquanto cidadãos com direitos violados em diferentes aspectos e momentos da vida e, assim compreender a necessidade de suporte institucional. Vale destacar que os Centros POP, o Serviço de Abordagem e o Albergue são as principais referências de entrada da população em situação de rua à rede de serviços públicos, assim como o CRAS.

Compõe a rede de Alta Complexidade POP Rua: SAMIM, 2 (duas) Casas de Passagem, 3 (três) Abrigos Masculinos, 1 (um) Abrigo Feminino, 1 (um) Abrigo para com baixa exigência de inserção. Os serviços de acolhimento institucional também podem ser considerados a porta de entrada para outras políticas sociais, cujo acesso necessita de mediação, por exemplo, Saúde, Educação, Trabalho, Renda, Habitação, Lazer e outras.

As reuniões de gestão da rede ocorreram sistematicamente às segundas-feiras com todos os serviços socioassistenciais de média e alta complexidade, os quais compõem a Rede POP Rua do município de Campinas. São discutidos neste espaço os fluxos, os impasses do trabalho em rede e os casos para o encaminhamento às unidades de acolhimento institucional, quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

A metodologia participativa utilizada nas reuniões de gestão proporciona processos de aprendizado, discussão e troca de experiências e saberes, maior compreensão do fenômeno, estimulando as equipes a revisitar constantemente as estratégias de trabalho adotadas, bem como os resultados obtidos e a necessidade de readequação nos processos de trabalho de maneira a melhor atender a demanda que se apresenta.

Serviços da Proteção Social de Média Complexidade

Centro POP Sares I

O Centro POP Sares I constitui-se em Unidade Pública Estatal, com equipe técnica composta por servidores públicos concursados, conforme se demonstra a seguir:

Centro POP Sares I
1 Chefe de Setor (Educador de Arte e Movimento/Psicólogo)
2 Assistentes Sociais
3 Psicólogo(a)s
0 Agentes de Ação Social
0 Agente Administrativo
TOTAL- 06

Tabela 26: Equipe Centro POP I

A Unidade Pública Estatal, Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP - Sares I, localiza-se na região central do Município, onde há maior concentração das pessoas em situação de rua. Constitui-se em espaço de referência para as pessoas que se encontram em situação de rua. O Centro POP I necessita de um novo espaço físico que possibilite o reordenamento. Não é possível na Unidade I ofertar atividades grupais, oficinas ou ações coletivas por não dispor de local adequado para realização dessas atividades. Restringindo-se, portanto, a ação técnica no atendimento individual.

O Centro POP tem como objetivo geral: constituir espaço de referência, encontro, socialização, acompanhamento social, visando à construção de novos projetos e trajetórias de vida, bem como a construção de saída das ruas. O Serviço Especializado ofertado pela Unidade é realizado por meio das seguintes estratégias metodológicas:

- Acolhimento e escuta qualificada;

- Busca ativa;
- Atendimento individual: pontuais, processuais e acompanhamentos;
- Visita Domiciliar (em casos de pessoas que saíram das ruas);
- Encaminhamentos para rede socioassistencial e demais políticas setoriais.
- Recâmbio, após contato e confirmação de acolhimento por parte dos familiares, providencia o retorno à cidade de origem.

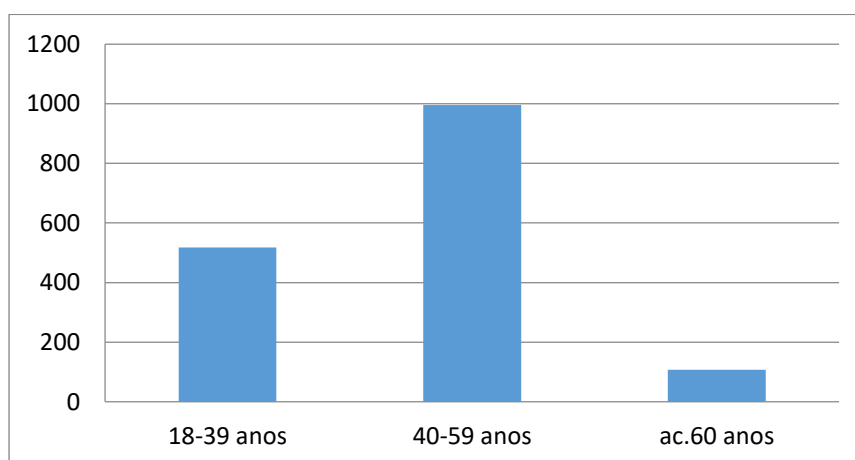
Oferta atendimento técnico para as pessoas em situação de rua, assim identificadas: as que chegaram recentemente ao Município, as que estão há vários dias, meses ou até mesmo anos, constituindo processos de atendimento/acompanhamento mais individualizados. No processo de condução dos acompanhamentos, a equipe técnica mantém articulação com a rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, com objetivo de otimizar possibilidades de reorganização pessoal e social.

Apesar das limitações impostas pelo espaço físico do prédio, a equipe tem lançado mão de outras estratégias no processo de atendimento e acompanhamento dos usuários referenciados, tais como: busca ativa, visitas domiciliares, acompanhamento e discussão de caso com outros serviços e políticas de maneira mais estreita e de forma continuada.

Informações sobre as pessoas atendidas no Centro Pop 1

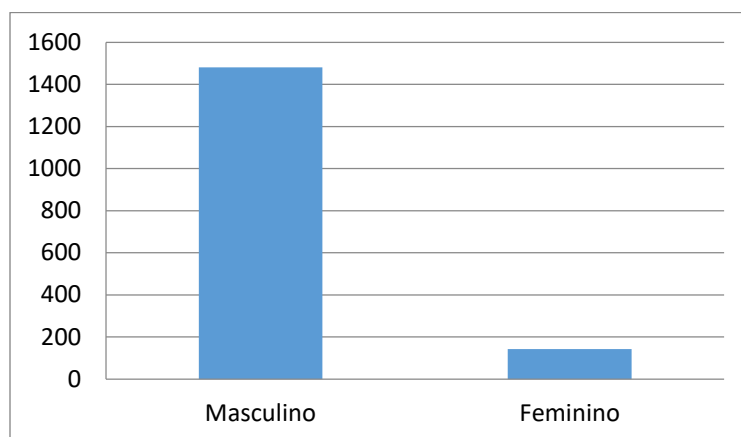
- Faixa etária
- Sexo
- Caracterização
- Planilha de entrada

Gráfico 1 - Faixa etária



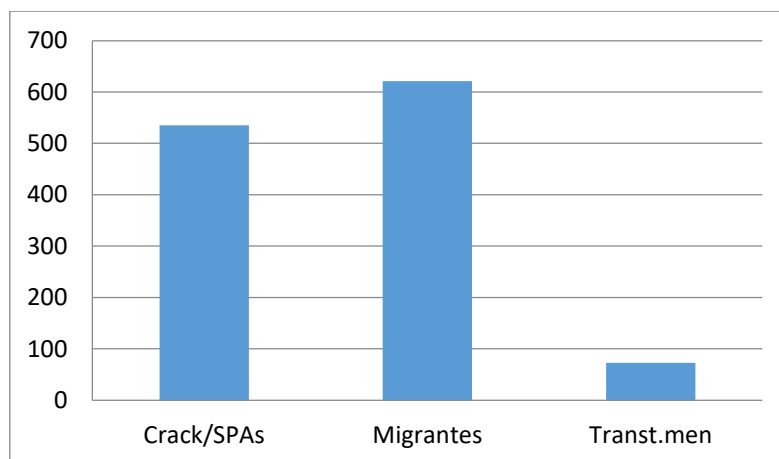
Verifica-se que das pessoas atendidas em 2023, como em anos anteriores, a predominância da faixa etária dos 18 aos 59 anos, perfazendo o total de 1622 pessoas. Sendo que dentre estes o maior número, de 996 pessoas, encontra-se dos 40 aos 59 anos. Dados que nos levam a refletir sobre a importância da intersetorialidade no atendimento às pessoas que se encontram em situação de rua. As pessoas atendidas estão numa faixa etária produtiva, mas fora do mercado de trabalho formal, buscando a subsistência a partir de atividades informais e temporárias, o que dificulta a construção de processos de autonomia. Dessa forma é imprescindível avançar em estratégias e articulações no sentido de viabilizar políticas públicas de trabalho e renda que atendam as especificidades desse público.

Gráfico - Sexo do público atendido



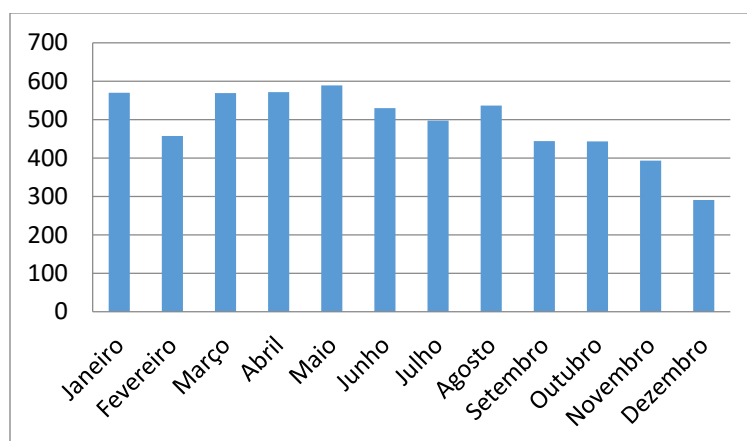
A predominância do público atendido em 2023, como em anos anteriores, continua sendo masculina, do total de 1480 pessoas atendidas (95%), e em uma proporção menor, 142 pessoas do gênero feminino (5%). Dentro do público feminino localizamos também mulheres trans que perfaz um número também pequeno, mas que vem passando por transformações. É importante, ao falarmos do público feminino, apontar um cenário de maior vulnerabilidade em que se encontram frente aspectos sociais, de saúde e de diferentes formas de violência que a condição de rua tende a agravar.

Gráfico 3 - Caracterização



Observamos o uso substâncias psicoativas, tais como: crack, maconha e/ou cocaína em 535 pessoas atendidas. Dado relevante é a presença de 73 pessoas com suspeita de transtorno mental, é importante considerar esses dados para avaliar os limites para a Política de Assistência Social na execução do serviço no sentido de que se busca com o atendimento construir perspectivas de autonomia, reorganização pessoal e social e com isso a saída da rua. Mas, considerando os entraves que podem ser encontrados no atendimento junto à saúde, mais especificamente a saúde mental, o atendimento às pessoas que apontem para a necessidade de cuidados junto a serviços da saúde pode ser comprometido.

Gráfico4 - Usuários atendidos por mês



Os dados apontam um total de 1622 no ano de 2023 perfazendo a média simples de 135 pessoas por mês, considerando a equipe técnica que compõem o serviço a proporcionalidade de casos referenciados estabelecido nas referências técnicas de Centro Pop, a média de pessoas atendidas mês e o total de atendimentos realizados mês, observamos que o serviço

executa suas atividades acima da capacidade e a busca por atendimento aponta para a constituição do serviço enquanto espaço de referência para as pessoas em situação de rua.

A análise dos dados quantitativos levantados, referentes às atividades desenvolvidas durante 2023 no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – SARES - Unidade I, é prioritário observar a demanda posta no cotidiano de trabalho e as limitações impostas pela estrutura física do espaço que não atende as necessidades de um Centro POP, exigindo dos profissionais lançar mão de estratégias que permitam avançar no atendimento e processo de vinculação. As exigências postas no cotidiano da atuação não são pequenas, exigindo conhecimento técnico e potencialidades pessoais e profissionais da equipe, afinal lida com um público que no processo de atendimento/acompanhamento trazem grandes demandas decorrentes do processo de exclusão social e pessoal.

Centro POP Sares II

Os Centros POP SaresII é uma Unidade Pública Estatal, com equipe técnica composta por servidores públicos concursados, conforme se demonstra a seguir:

1 Apoio Técnico (Assistente Social) que responde pelo serviço
3 Assistentes Sociais
2 Psicólogos
6 agentes de Ação Social
1 Agente Administrativo
3 Apoios Operacionais
TOTAL: 15

São ofertadas as seguintes ofertas:

- Orientação para BPC (Benefício de Prestação Continuada).
- Acolhida e escuta qualificada.
- Atendimento individual e coletivo.
- Espaço para higienização pessoal (banho); lavagem de roupas.
- Período da manhã: 60 desjejuns/dia e 80 vales almoço/dia; período da tarde: 60 lanches.
- Atendimento/acompanhamento técnico.
- Encaminhamento e agendamento para segunda via de documentação civil.
- Encaminhamentos e ou encaminhamentos para a rede socioassistencial e demais políticas
- Recâmbio, após contato e confirmação de acolhimento por parte dos familiares, providencia

o retorno à cidade de origem.

- Orientação para BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Outras Atividades

A unidade oferta atendimento técnico individual e grupal, articulações necessárias com a rede de proteção, localização e reaproximação familiar, bem como espaço para a convivência, higienização pessoal, café da manhã e da tarde, vale almoço para a Casa da Cidadania, além de contar com um Posto do Cadastro Único e um Telecentro.

Tais atendimentos e atividades possibilitam o fortalecimento da autoestima e da identidade, o desenvolvimento de sociabilidade e o fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares, a (re)construção de novos projetos de vida, na perspectiva de viabilizar o processo de saída das ruas, buscando a interface com as demais políticas públicas.

O Centro POP Sares II também atende os usuários do Centro POP Sares I e SOS Rua com espaço de convivência, lavanderia, higiene pessoal, atividades socioeducativas, confraternização, mantendo a construção do PDU nos serviços de origem.

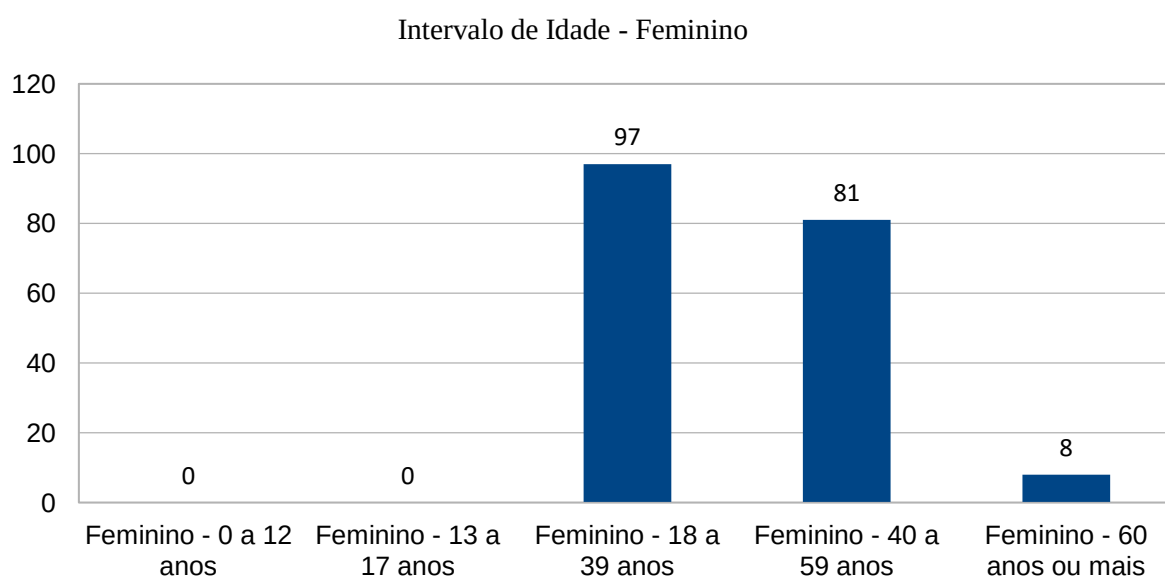
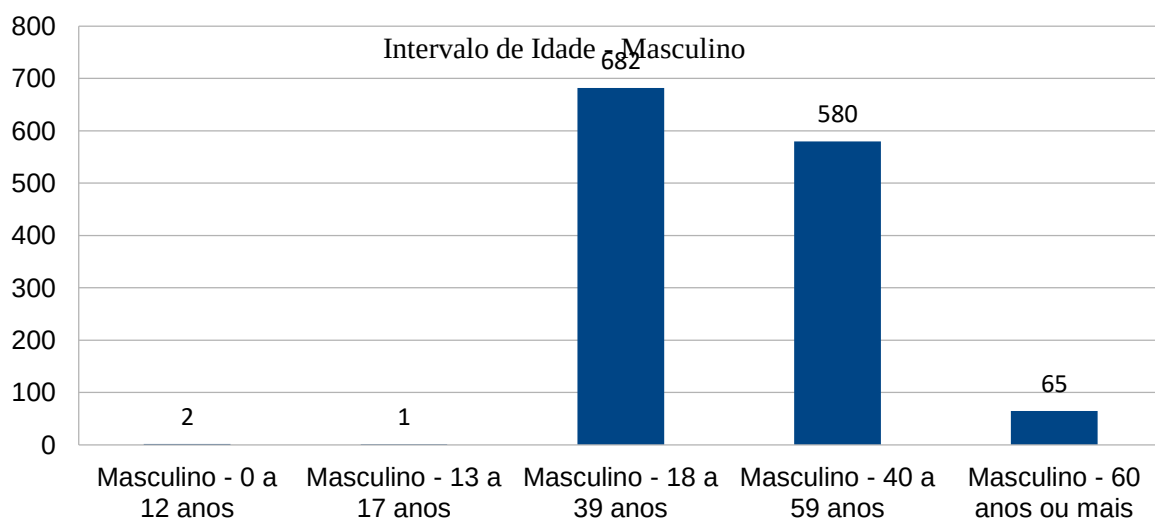
Organização interna do serviço

Participação e envolvimento dos usuários nas atividades, cuidado com o espaço, utilização do bagageiro, relações mais respeitadas com os funcionários e entre eles;

Aprimoramento na organização das atividades do Centro POP Sares II, com planejamento das ações e definição de funcionários responsáveis, viabilizando escalas organizacionais: técnicos, agentes de ação social e limpeza.

- Faixa etária
- Gênero
- Escolaridade
- Categorização
- Caracterização
- Quantidade de atendimento por usuário
- Referenciamento
- Planilha de entrada

Faixa etária das pessoas que passaram pelo atendimento técnico

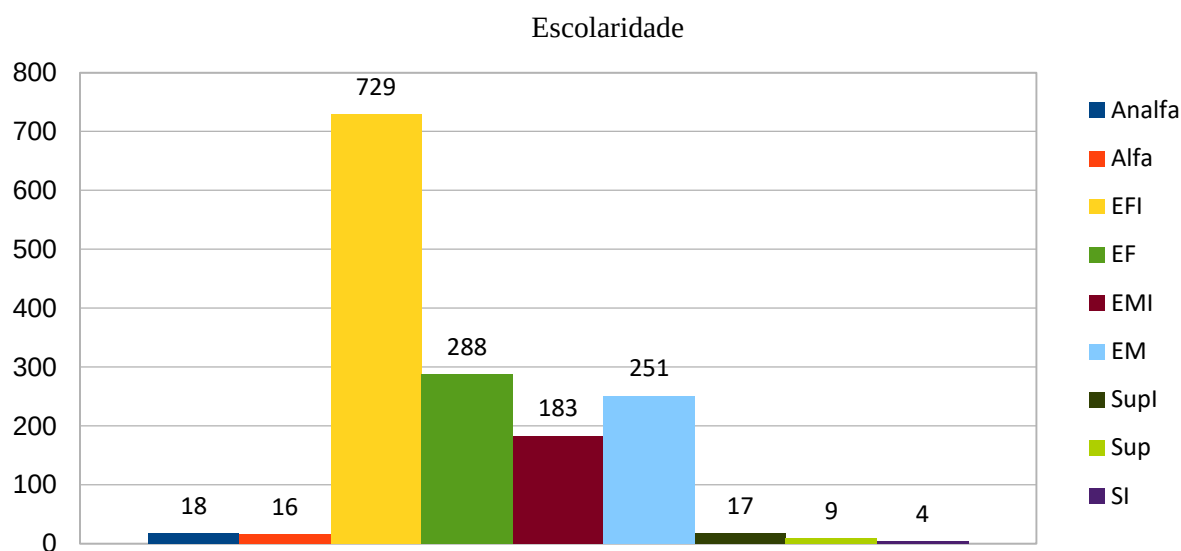


A análise dos gráficos da faixa etária das pessoas atendidas verifica-se como em anos anteriores, do total atendido de 1.517, houve predominância do público masculino com 87,5%. Também é importante destacar que a maior concentração no público feminino e masculino está na faixa etária de jovens e produtivos que deveriam estar inseridos no mercado de trabalho.

Constata-se, na análise desta variável que, das 1.517 pessoas atendidas, pela equipe técnica, a predominância é do gênero masculino com 1.331 pessoas atendidas, equivalente a 87,7%, sem

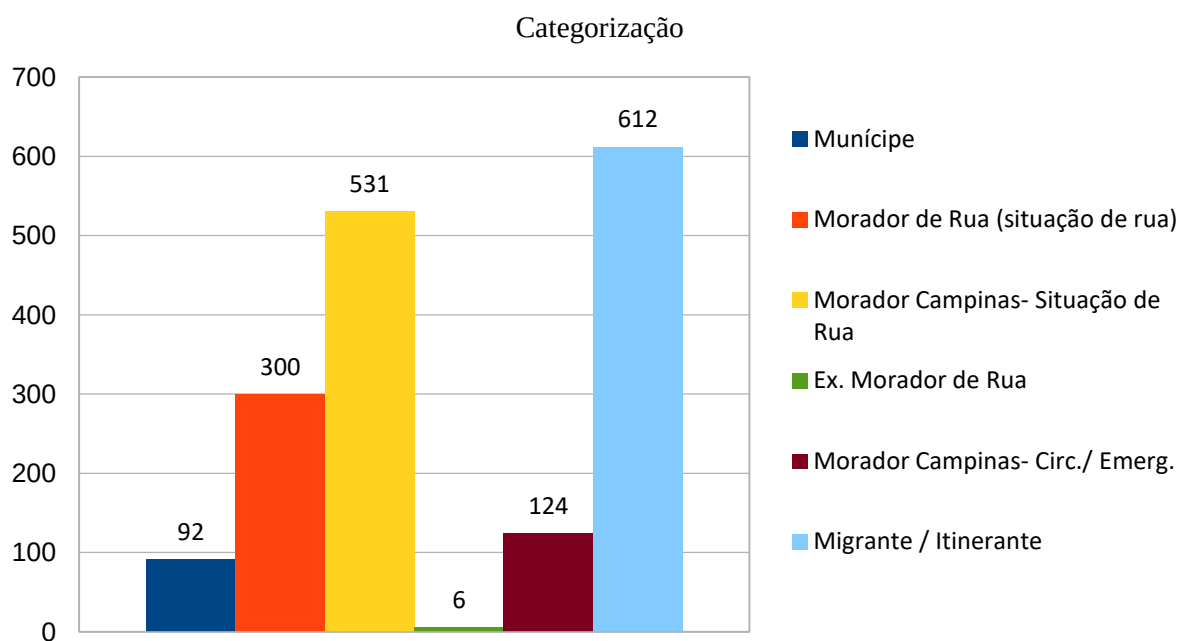
alteração com relação aos dados do Ano anterior.

Gráfico Escolaridade



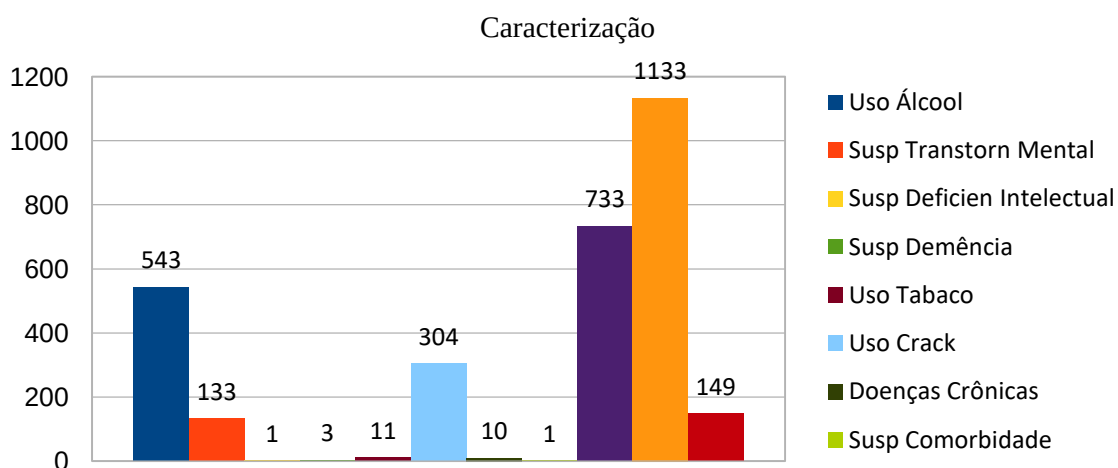
Quanto à variável escolaridade das 1.517 pessoas atendidas à predominância de 729 com ensino fundamental incompleto e 288 com ensino fundamental, seguidos de 251 pessoas com ensino médio e 183 pessoas com ensino médio incompleto, enquanto 17 pessoas possuem ensino superior incompleto, 09 pessoas possuem superior completo, 16 alfabetizadas e 18 são analfabetas. É possível inferir ao analisar os dados que a condição de escolaridade é precária tendo em vista a maior concentração de pessoas entre analfabetas, alfabetizadas e ensino fundamental incompleto, podendo repercutir na questão de empregabilidade, pois se não contam com ensino formal dificilmente conseguem atingir formações específicas que ampliem possibilidades de trabalho formalmente.

Gráfico Categorização



Importante ressaltar que todas as pessoas se encontram em situação de rua, porém para facilitar a compreensão no atendimento, definiu-se uma categorização. No gráfico verifica-se que a maioria é de migrantes/itinerantes com 612 pessoas, seguido de moradores de Campinas em situação de rua (pessoas que estão há mais de dois anos em situação de rua em Campinas) com 531 pessoas, a seguir munícipes (nascidos em Campinas) 92, do total temos 300 pessoas que são moradores de rua (situação de rua), observa-se ainda 124 pessoas que são moradoras de Campinas e encontram-se em situação circunstancial e emergencial.

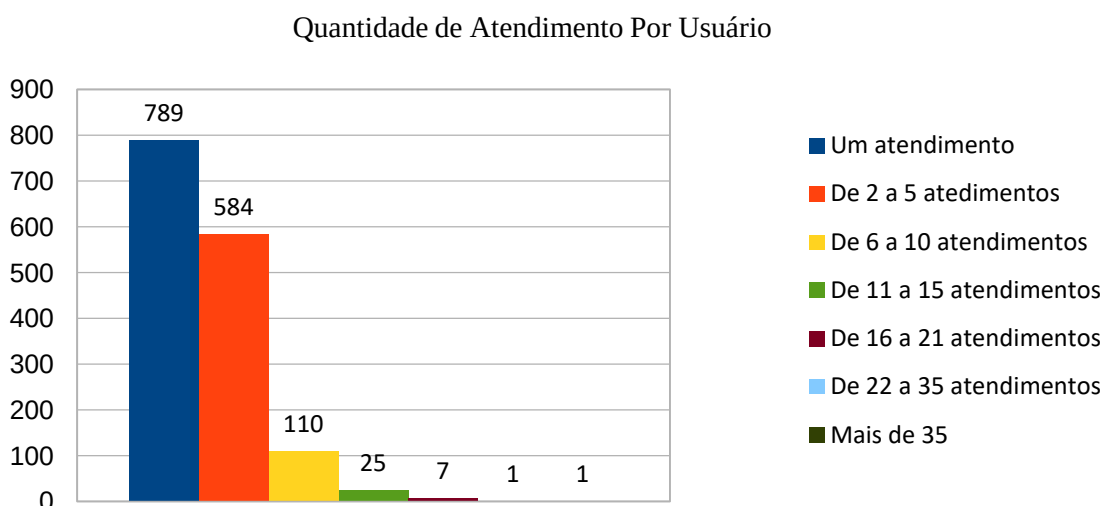
Gráfico – Caracterização



Quanto à caracterização das pessoas atendidas, verifica-se que a maior concentração no uso de álcool (543), uso de crack (304) e tabaco (11), destaca-se aqui a presença do álcool que nem sempre é considerada como importante em comparação ao uso do crack quando na caracterização das pessoas em situação de rua.

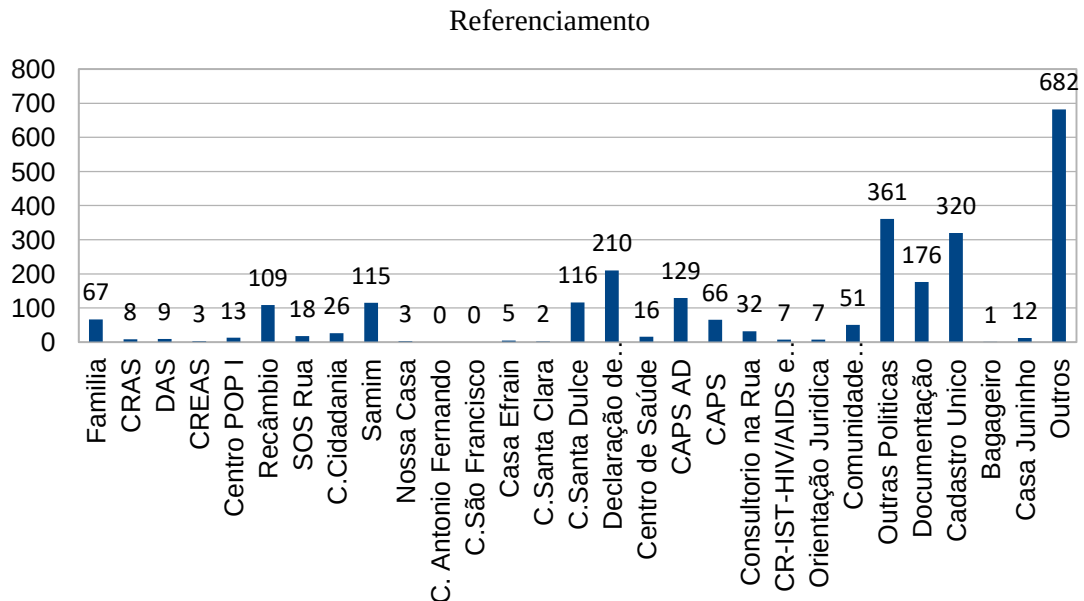
Também observamos no gráfico o elevado número de pessoas que apontam uso de outras drogas (1.133). Ao analisar essas informações é importante considerar que temos a presença de Suspeita de Sofrimento Psíquico (133) e que dentre o total de pessoas atendidas algumas apresentam concomitantemente mais de uma característica, ou seja, podem fazer uso de álcool, tabaco e crack, além de apresentar alguma questão de sofrimento psíquico, fato que aponta a complexidade das pessoas atendidas e consequentemente do trabalho desenvolvido.

Gráfico – Atendimentos por usuário



Observa-se com relação ao número de vezes que se buscou atendimento no serviço, temos um total de 1.517 pessoas. Das pessoas atendidas, 789 acessaram apenas uma vez o serviço, 584 buscaram atendimento de 02 a 05 vezes e 110 pessoas passaram de 06 a 10 atendimentos, no restante temos um total de 34 pessoas que buscaram de 11 a 35 vezes por atendimento. Podemos, com esses dados, inferir que um pequeno número de pessoas dá continuidade nos processos de acompanhamento, construção do PDU. Entendendo que o serviço tem como objetivo, a partir do atendimento contínuo, possibilitar um processo de acompanhamento e, com isso, a construção de uma nova organização de vida, faz-se necessário melhor compreender esses dados para identificar possíveis causas para o não prosseguimento dos atendimentos. Tendo em vista o propósito central do serviço que é viabilizar a saída da rua.

Gráfico - Referenciamento



O gráfico se refere aos serviços para os quais as pessoas atendidas foram referenciadas. A análise dos números demonstra a complexidade do trabalho desenvolvido, a procura concentra-se em local para permanência de acolhimento emergencial, como o Santa Dulce (116) e o Samim (115). Também dentre os atendimentos temos Documentação, e Comunidade Terapêutica.

Importante ainda, observar o número expressivo de viabilização de retorno à família.

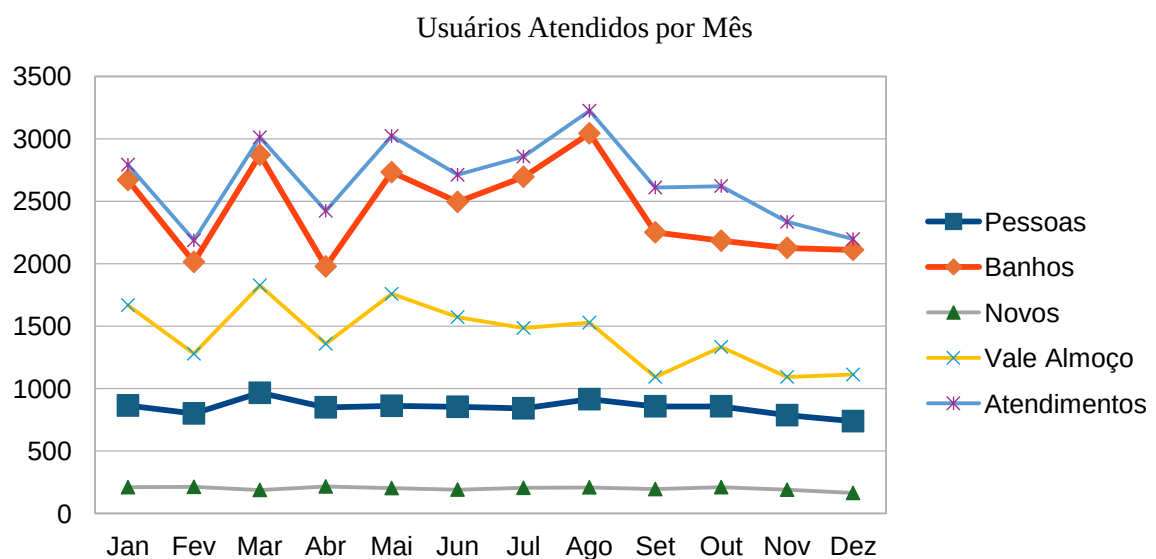


Gráfico –Usuários atendidos por mês

O gráfico acima aponta para o número de pessoas que entraram no Centro POP Sares II mensalmente, o número de atendimentos (31.998), o número de banhos ofertados (29.175), o número de Vale-Almoço entregue (17.106) e inclui também o número de pessoas novas inseridas (2.394). Na análise verifica-se que o número de pessoas atendidas mensalmente somadas gera um total de 10.196 pessoas no ano. Foram realizados 968 atendimentos no Cadastro Único durante o ano, também foram realizadas 58 solicitações de Recâmbio com 5 cancelamentos (não retornaram para atendimento).

Bagageiro Municipal

O Bagageiro Municipal iniciou suas atividades no dia 15/04/2021. Foi pensado e criado para ser um espaço protegido para que a população em situação de rua possa guardar seus pertences. Cada usuário que tem cadastro ativo no serviço pode usar o espaço correspondente a 1 box para guardar seus pertences, tendo acesso aos mesmos, 2 vezes por dia, possibilitando que os usuários transitem pelos logradouros públicos sem carregar consigo coisas que não estão sendo utilizadas no momento, evitando inclusive perda ou dano de roupas ou documentos.

Porteiro (terceirizado)	1
Agente de Limpeza (terceirizado)	1
Vigilante Patrimonial (terceirizado)	2
Agente de Ação Social	2
Coordenador do Serviço	1

Tabela 27: Equipe do Bagageiro

Resultados alcançados com as atividades em 2023

A principal finalidade é oferecer um local seguro para a guarda de pertences prioritariamente da população em situação de rua. Hoje conta com 415 boxes, tendo uma ocupação atual de 362 boxes, isto é, 87.22% da capacidade total.

Síntese das atividades realizadas

No ano de 2023 foram realizados 17.218 atendimentos com uma média diária de 71,44 atendimentos.

Atendimentos mensais

MÊS DO ANO	DIAS TRABALHADOS	ATENDIMENTOS	MÉDIA DIÁRIA DE ATENDIMENTOS
JANEIRO	22	1.794	81,54
FEVEREIRO	18	1.251	69,50
MARÇO	22	1.755	79,77
ABRIL	18	1.489	82,72
MAIO	22	1.881	85,50
JUNHO	19	1.952	102,70
JULHO	21	1.885	89,76
AGOSTO	23	1.336	58,08
SETEMBRO	19	1.001	52,68
OUTUBRO	20	1.342	67,10
NOVEMBRO	18	647	35,94
DEZEMBRO	19	885	46,57
TOTAL/2023	241	17.218	71,44

Usuários Atendidos

MÊS DO ANO	USUÁRIOS ATENDIDOS	MÉDIA DIÁRIA DE USUÁRIOS
JANEIRO	1.446	65,72
FEVEREIRO	831	46,16
MARÇO	1.223	55,59
ABRIL	1.035	57,50
MAIO	1.278	58,09
JUNHO	1.233	64,89
JULHO	899	42,80
AGOSTO	998	43,39
SETEMBRO	605	31,84
OUTUBRO	758	37,90
NOVEMBRO	378	21,00
DEZEMBRO	525	21,63
TOTAL/2023	11.209	46,51

Essas duas tabelas deixam claro a queda de número de usuários e consequentemente do número de atendimentos no último semestre do ano, fazendo com que a média final fique abaixo da capacidade de atendimento do Serviço.

Isso ocorre porque no período em questão, dois fatores prioritariamente contribuíram para tal: a intensificação de abordagens da Guarda Municipal no entorno do Bagageiro Municipal, assim como a organização de funcionamento e oferta de serviços da Casa da Cidadania. Nesse período em questão, a Casa da Cidadania passou por mudanças de coordenação e de local que influenciaram o fluxo de usuários do Bagageiro Municipal, pois os mesmos acabavam guardando seus pertences na própria Casa da Cidadania, no período em que a mesma está em funcionamento.

Foram inseridos no Serviço o total de 413 novos usuários.

Encaminhamentos dos novos

CENTRO POP 1	02
CENTRO POP 2	01
SOS RUA	03
SEM ENCAMINHAMENTO	407
TOTAL	413

No ano de 2022, foram 05 encaminhamentos destes serviços em um universo de 503 novos usuários, ou seja, 0,99% do total de encaminhamentos. Já em 2023, conforme tabela acima, foram 06 encaminhamentos em um universo de 413 novos usuários, 1,45% do total de encaminhamentos.

O Bagageiro Municipal apresenta pouca articulação e fluxo com os outros serviços da Rede Pop Rua.

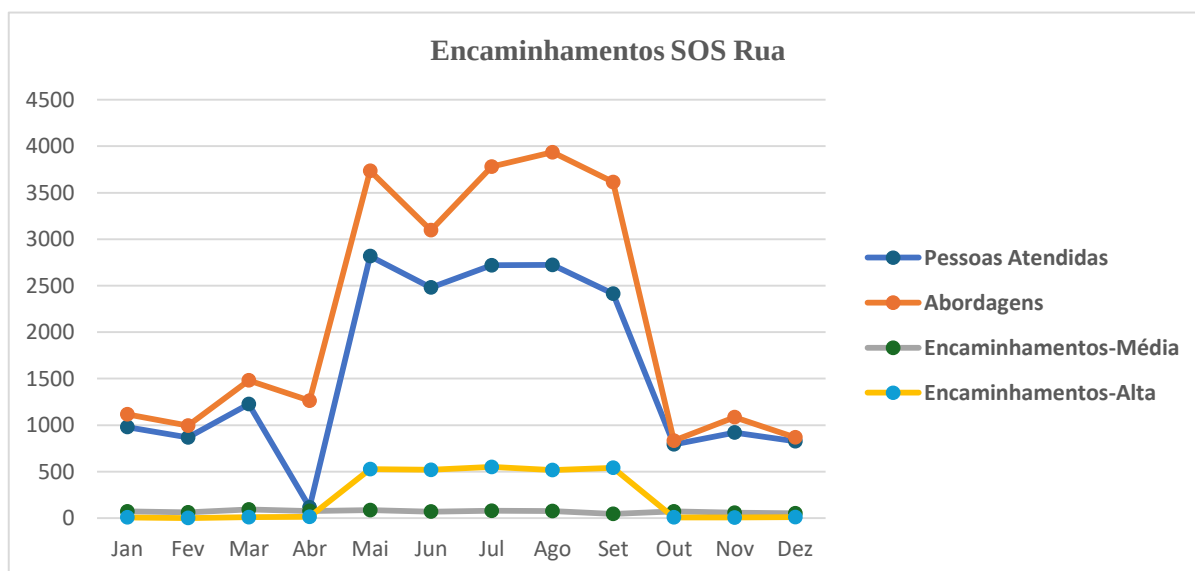
Metas para 2024

- Adequar a estrutura física do serviço (manutenção, reforma e aquisição de equipamentos).
- Construir a interface entre o bagageiro e demais serviços POP rua e da Proteção Social Especial

Serviço de Abordagem Social de Adultos

Serviço de Abordagem Social de Adultos - SOS Rua O Serviço de Abordagem – SOS Rua é executado em parceria com a Organização da Sociedade Civil Associação Cornélia M.E.V.H

Vlieg, também responsável pelo Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT). O Serviço de Abordagem Social - SOS Rua atende as cinco regiões administrativas do município, a saber: norte, sul leste, sudoeste e noroeste. Cada uma dessas regiões conta com uma equipe de referência, a qual é responsável por abordar e atender as pessoas em situação de rua. A equipe trabalha principalmente pautada na construção do vínculo, na articulação e no encaminhamento para a rede territorial. Atua principalmente, nos locais com maior concentração de pessoas, instrumentaliza grupos operativos com a população de rua no local onde habitam, podendo ser em praças, entroncamentos, pontes e outros. Auxilia também na confecção da segunda via da documentação civil. O SOS Rua realizou 25.805 abordagens e 19.888 pessoas foram atendidas pela equipe em 2023.



Durante o inverno, o SOS Rua, serviço especializado de abordagem social que atende à população em situação de rua (adultos), nos logradouros, praças, espaços de intensa circulação de pessoas e de comércio, dentre outros, de segunda a sexta-feira, das 8 às 22h, amplia o horário de atendimento, para das 18 às 24h, inclusive aos finais de semana e feriados.

Para as pessoas em situação de rua o inverno traz uma série de riscos, por exemplo, gripes, resfriados, pneumonia, tuberculose e hipotermia.

Enfatizamos que além dos agravos de saúde que são intensificados pelas baixas temperaturas e que podem ou não levar a óbito, a população de rua tem uma certa resistência em buscar

ajuda, necessitando de medidas protetivas ou emergenciais que lhes garantam a vida, por isso o SOS atua acolhendo e encaminhando à rede de serviços no período de frio intenso.

Foram realizados 12.832 atendimentos e distribuídos 19.707 cobertores durante a Operação Inverno no ano de 2023.

Meta para 2024

- Aprimorar os processos de gestão
- Adequar/ampliar a equipe de referência;
- Qualificar metodologias

Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT)

O Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT) compõe a rede de proteção especial de média complexidade para a população de rua, como serviço complementar. Oferta quatorze oficinas: Ladrilho Hidráulico, Culinária e Nutrição, Projeto Parceria, Velas, Vitral Artesanal, Papel, Mosaico, Marcenaria, Serralheria, Costura, Eventos, agrícola, todas para pessoas que estão em processo de inserção social. Nessas oficinas são retomados hábitos da vida cotidiana e do trabalho, como horários, regras e gestão financeira.

O Serviço contribui na reabilitação psicossocial e econômica das pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoal, pessoas adultas em situação de rua, com sofrimento psíquico e/ou com problemas decorrentes do uso abusivo e da dependência de álcool e outras substâncias psicoativas, oportunizando a inclusão social pelo trabalho, visando a construção de novos projetos de vida, autonomia, bem como, o exercício da cidadania, por meio da inserção nas oficinas de geração de trabalho e renda.

A parceria disponibiliza 30 vagas. O tempo de permanência nas oficinas é de 12 meses, todavia, considera-se as especificidades dos usuários, podendo em algumas situações haver redução ou ampliação do tempo de permanência.

A inserção nas oficinas contribui ao resgate fortalecimento dos vínculos interpessoais e comunitários, o que facilita a reinserção no mercado de trabalho.

O referenciamento é realizado pelos serviços da média e alta complexidade que atendem à população em situação de rua: Centros POP, Casas de Passagem e Serviços de Acolhimento Institucional.

Casa da Cidadania Alimentação

A Casa da Cidadania desde abril de 2022 está sendo excetuada pela administração pública, em parceria com grupos voluntários, fornece marmitas (almoço) diariamente, inclusive finais de

semana, feriados e pontos facultativos, bem como, jantar quando não há disponibilidade de voluntários.

São servidas uma média de 120 refeições por período, ou seja, 120 almoços e 120 jantares.

Casa da Cidadania Acolhimento

Serviço de acolhimento destinado a pessoas em situação de rua, a partir de 18 anos e que apresentam autonomia para atividades da vida diária. A porta de entrada ocorre por meio de referenciamento realizado pelos serviços da rede ou por busca espontânea. Este serviço funcionou durante o período de inverno, foi encerrado após o final da operação inverno.

Total de vagas: 80

Abrigo Emergencial Santa Dulce dos Pobres

Serviço de acolhimento destinado a pessoas adultas e idosas em situação de rua, com autonomia para atividades da vida diária, visando proteção. A porta de entrada ocorre por meio de referenciamento realizado pelo Centros POP I e II, SOS Rua.

Serviço De Atendimento Ao Migrante, Itinerante E Mendicante – SAMIM

O Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM), no ano de 2023, buscou acolher em regime de proteção integral, indivíduos e famílias em situação de rua com o compromisso de oferecer melhorias nas ofertas socioassistenciais e na qualidade de vida. Esta unidade é responsável por proporcionar acolhida às demandas típicas das pessoas que se encontram em situação de rua, sendo uma referência também para as pessoas em trânsito.

A direção do trabalho que se desenvolve no SAMIM remete aos Planos de Trabalhos e estratégias para redução de riscos e violação de direitos, composta pela equipe de funcionários descrita abaixo:

QUADRO RH	
CHEFIA TÉCNICA (ASSISTENTE SOCIAL)	01
ASSISTENTE SOCIAL	04
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	12
AGENTE ADMINISTRATIVO	01
AGENTE OPERACIONAL *	04

CHEFIA ADMINISTRATIVA	01
VIGILANTES (TERCEIRIZADO)	10
PORTEIRO (TERCEIRIZADO)	02
AUXILIARES DE LIMPEZA (TERCEIRIZADOS)	08
MOTORISTA (TERCEIRIZADO)	01
TOTAL	44

* Realizam atendimentos aos usuários.

No ano de 2023 foram contabilizados **26.863** pernoites aos usuários do SAMIM, com uma média mensal de **2.239** pernoites.

Com o objetivo de fortalecer vínculos com os usuários e os fluxos de atendimento, a equipe técnica, em conjunto com outros serviços da rede de atenção à população de rua participou de reuniões para discussões de casos, as quais se caracterizam por articulações entre os diferentes serviços e unidades que oferecem proteção a essa população.

Nossos registros apontam que durante o ano de 2023 o Serviço Social atendeu individualmente 2.016 pessoas em situação de rua, resultando em média 168 atendimentos individualizados por mês. As maiores demandas apresentadas pelos usuários foram: segunda via de documentação civil, Cadastro Único, acolhimento em abrigos/casas de passagens da rede de população em situação de rua e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), retorno ao convívio familiar /comunitário e retorno à cidade de origem via recâmbio.

Ademais, foram realizadas 351 articulações entre a equipe técnica e os familiares de nossos usuários e com a rede socioassistencial municipal, intermunicipal e interestadual.

As estratégias metodológicas adotadas buscaram abordar as demandas típicas da população atendida pela unidade. Assim, em 2023 foram realizadas 424 **reuniões coletivas** de acolhida aos usuários, realizadas diariamente para orientações e esclarecimentos sobre as normas internas e os serviços disponíveis e 268 **referenciamentos** às outras políticas setoriais e serviços da Rede de Atenção à População em Situação de Rua.

O SAMIM é um dos cooperadores do Projeto Rede Recâmbio, que compõe a rede socioassistencial de atendimento à população em situação de rua, atuando no referenciamento e recâmbio às cidades de origem das pessoas migrantes, seguindo critérios de prioridade, considerando-se o quadro de vulnerabilidade, risco pessoal e social na cidade de Campinas. No ano de 2023 foram realizados **162 recâmbios**, a distribuição geográfica dos destinos dos

recâmbios teve a seguinte disposição: 45,68% para a região Sudeste; 15,43% para a região Nordeste; 12,35% para a região Norte; 15,43% para a região Sul e 11,11% para a região Centro-Oeste.

Resultados alcançados em 2023

- Retorno dos indivíduos às cidades de origem/família/ comunidade
- Inclusão em outros serviços socioassistenciais

ACESSO/ ENCAMINHAMENTOS A BENEFÍCIOS SOCIAIS - RESGATE DA CIDADANIA - INSERÇÃO NA REDE SOCIOASSISTENCIAL / FAMÍLIA / COMUNIDADE	
294	DOCUMENTAÇÃO CIVIL
71	CADASTRO ÚNICO
04	INSERÇÃO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS
70	INSERÇÃO EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO / ABRIGOS / CASA DE PASSAGEM DA REDE DE POPULAÇÃO DE RUA
151	RETORNO AO CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO
162	RETORNO À CIDADE DE ORIGEM – VIA REDE RECÂMBIO

Serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua (Adulto)

Modalidade: Casa de Passagem

Serviço que atua junto ao processo de saída da rua, funcionando como um serviço de transição entre a rua e a reintegração sociofamiliar e/ou comunitária, ou ainda para o encaminhamento para serviços de acolhimento mais estáveis. Tem por objetivo propiciar proteção integral e transitória as pessoas em situação de rua, atendendo suas necessidades específicas e emergentes, favorecendo o acesso às políticas públicas setoriais e possibilitando o estudo diagnóstico para o resgate dos vínculos familiares e/ou comunitários e o retorno à cidade de origem reatando os laços afetivos e inserindo-o na rede de atendimento local.

Tempo de permanência no serviço: Três a seis meses

Pessoas em situação de rua, de 18 a 59 anos de idade.

Dois serviços com grupo de 25 usuários cada.

Encaminhados da rede socioassistencial de média e alta complexidade para a população de rua. Este Serviço está vinculado à Coordenação de Proteção Social Especial para a População em situação de Rua, que deve ser responsável pelo acompanhamento da prestação do Serviço.

Casa de Passagem Nossa Casa

Foram inseridos na Casa de Passagem Nossa Casa em 2023, 40 (quarenta) pessoas, com permanência média de 3 a 6 meses, destes 4 (quatro) foram inseridos no Programa Parceiros da Cidade/Mão Amiga; 6 (seis) no NOT.

Quanto aos desligamentos, 25% com foram desligados com autonomia, ou seja, 10 pessoas, 15% retornaram à situação de rua, 60% foram encaminhados para outros abrigos.

Modalidade: Serviço de Acolhimento (abrigo masculino)

Serviço que atua junto ao processo de saída da rua, funcionando como um serviço de transição entre a rua e a reintegração sociofamiliar e/ou comunitária. Tem por objetivo propiciar proteção integral e transitória as pessoas em situação de rua, atendendo suas necessidades específicas e emergentes, favorecendo o acesso às políticas públicas setoriais e possibilitando o estudo diagnóstico para o resgate dos vínculos familiares e/ou comunitários e o retorno à cidade de origem reatando os laços afetivos e inserindo-o na rede de atendimento local, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades, resgatando a independência individual e social na perspectiva da convivência sociofamiliar e/ou comunitária.

Tempo de permanência no serviço: Seis meses a um ano.

Pessoas em situação de rua, de 18 a 59 anos de idade.

3 serviços com grupo de 20 usuários cada.

Encaminhados da rede socioassistencial de média e alta complexidades para a população de rua. Este Serviço está vinculado à Coordenação de Proteção Social Especial para a População em situação de Rua, que deve ser responsável pelo acompanhamento da prestação do Serviço.

Casa de Acolhimento Antônio Fernando dos Santos

Foram inseridos em 2023 na Casa de Acolhimento Antônio Fernando dos Santos e, 41(quarenta e um) usuários, o tempo de permanência no acolhimento foi de 10 meses; 13 (treze) usuários foram inseridos nas oficinas do NOT e Programa Parceiros da Cidade/Mão Amiga.

Acessaram à moradia, 9 (nove) usuários, evadiram-se 2 (dois) usuários, 8 (oito) foram desligados, após esgotadas todas as tentativas de diálogo e construção, por quebra de combinados e 9 (nove) foram desligados com autonomia: acesso ao BPC, moradia, trabalho, retorno à família).

Modalidade: Abrigo Feminino

Serviço que atende mulheres com ou sem filhos que se encontram em situação de vulnerabilidade social que já perderam os vínculos familiares e se colocam em risco vivendo nas ruas de Campinas. Atua junto ao processo de saída da rua, funcionando como um serviço de transição entre a rua e a reintegração sociofamiliar e/ou comunitária. Tem por objetivo propiciar proteção integral e transitória as mulheres e seus filhos, atendendo suas necessidades específicas e emergentes, favorecendo o acesso às políticas públicas setoriais e possibilitando o estudo diagnóstico para o resgate dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento de suas potencialidades no exercício da maternagem, reatando os laços afetivos e inserindo-o na rede de atendimento local, com vistas a sua independência individual e social na perspectiva da convivência sociofamiliar e/ou comunitária.

Tempo de permanência no serviço: Seis meses a um ano.

Mulheres em situação de vulnerabilidade Social e seus filhos.

Um serviço com grupo de 25 usuárias.

Encaminhados da rede socioassistencial de média e alta complexidades para a população de rua. Este Serviço está vinculado à Coordenação de Proteção Social Especial para a População em situação de Rua, que deve ser responsável pelo acompanhamento da prestação do Serviço.

A Casa de Apoio Santa Clara (Abrigo Feminino) realizou no de 2023 o acolhimento de 28 (vinte e oito) mulheres, sendo 7 (sete) mulheres com filhos, 21 (vinte e uma) mulheres sem filhos, 12 (doze) mulheres com filhos e 16 (dezesesseis) mulheres sem filhos desligadas.

Os desligamentos se deram por evasão, encaminhamento para Comunidade de Terapêutica,

desistências, alguns casos nem chegaram a ser inseridos, desligamentos com e sem autonomia. Totalizaram 14 (quatorze) desligamentos com autonomia.

Quatro moradoras do abrigo foram inseridas no Programa Parceiros da Cidade/Mão Amiga, três foram inseridas no NOT quinze inseridas no Programa Qualifica (Programa de Qualificação Profissional).

A média de permanência no abrigo foi de 5 meses.

Atividades realizadas pela Coordenação

Fortalecimento do processo de cogestão dos serviços que compõem a Rede de Média e Alta Complexidade POP Rua, por meio de reuniões contínuas e análise das metodologias e estratégias utilizadas na atenção a POP Rua.

- Reuniões com serviços que compõem a Rede POP Rua para discussão de casos e construção do fluxo da rede para acolhimento institucional, assim como para diretrizes gerais.
- Reuniões com a rede POP Rua de execução direta.
- Reuniões com serviços de Saúde para inserção em acolhimento institucional.
- Reuniões com a rede de serviços de criança e adolescente para inserção em acolhimento institucional.
- Reuniões do Programa parceiros da Cidade: Mão Amiga.
- Reuniões Intersetoriais.
- Reuniões Interproteções.
- Supervisão Técnica dos coordenadores com profissional externo.
- Organização da Conferência Municipal da Assistência Social.
-
- Participação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política Municipal da População de Rua.
- Reuniões para a preparação da metodologia da contagem.
- Organização da Contagem da População em Situação de rua.
- Reuniões para a discussão de casos com outras políticas sociais.
- Participação na construção do plano intersetorial para a população em situação de rua.
- Participação do GT de Serviços.
- Participação na Conferência Municipal de Assistência Social.

- Participação na Conferência Municipal de Segurança Alimentar.
- Apoio/matriciamento à Casa da Cidadania.
- PARTICIPAÇÃO DO NAG

Desafios da rede POP Rua

- Aproximação e Fortalecimento da Gestão Pública;
- Condições estruturais dos prédios do Centro POP Sares I e do Centro Pop Sares II que exigem constantes reparos sem efetivamente sanar os problemas;
- Insuficiência de transporte e equipamentos, um carro para o Centro Pop Sares I, Centro Pop Sares II e Bagageiro e Casa da Cidadania;
- Articular entre as pastas Assistência Social e Trabalho e Renda as possibilidades de inserção das pessoas em situação de rua no mercado de trabalho formal, informal ou cooperativas de trabalho.
- Morosidade no atendimento da infraestrutura: reparos e consertos (equipe de manutenção nunca tem o material necessário).
- Reposição do RH (Psicólogo, Assistente Social, Agente Administrativo, Agente de ação social) conforme levantamento já realizado;
- Construir a possibilidade de incluir Terapeuta Ocupacional para todos os serviços.
- Alinhamento conceitual da rede de serviços.
- Ausência de Computadores; Celulares (institucional); Câmera webcam, fone/microfone, wi-fi.
- Desenvolver ações voltadas para a supervisão e capacitação dos serviços.
- Atendimento de usuários com sofrimento psíquico e a acolhida nas unidades de saúde, assim como a continuidade do atendimento.
- Aumentar a participação de usuários nos espaços de controle social.
- Pouca compreensão da sociedade e dos comerciantes sobre o fenômeno população de rua e sobre o trabalho dos serviços especializados.
- Aposentadorias e exonerações de servidores sem reposições imediatas.
- Fragilidade nas ações intersetoriais.
- Reparos e estoque de equipamentos com vida útil curta, os quais não são comprados previamente e acarreta redução das ofertas. Reparos/ Reposições de forma contínua e permanente.

- Locação de imóvel para o Centro POP Sares Unidade I.
- Vagas em ILPI's insuficiente para atender os idosos que estão no SAMIM e no Santa Dulce. Sugerimos a implantação de casa de passagem específica para atender os idosos enquanto aguardam vaga em ILPI e República para atender os idosos com total autonomia, que não seriam casos para ILPI.
- A empresa de limpeza terceirizada deixou a desejar na reposição de funcionários, supervisão, qualidade dos serviços e qualidade dos materiais fornecidos).
- Rodízio dos Caps;
- Localização do Poupatempo;
- Consultório na Rua com poucos pontos e com horários incompatíveis dada a realidade das pessoas em situação de rua
- Necessidade de melhorar a interlocução com o Estado/Secretaria de Administração Penitenciária, pois é comum, as pessoas privadas de liberdade quando têm garantido o direito à saída temporária, indulto ou livramento condicional saírem do sistema prisional sem nenhum documento civil, apenas com alvará de soltura e solicitar passagem.
- Carro com motorista período integral
- Caixas d'água do Centro Pop Sares II não comportam a demanda: constante falta d'água, prejudicando o atendimento sobretudo aos/às usuários/as que acessam ao serviço no período da tarde.
- Troca do telhado do Centro Pop Sares II: as salas da coordenação, de reunião, de TV, banheiros apresentam goteiras, inclusive, pelas instalações elétricas (lâmpadas).
- Escassez de materiais para realização da manutenção que prontamente nos atende quando acionada, no entanto, a falta de material, muitas vezes impossibilita os reparos.
- Locação de imóvel para o Centro POP Sares Unidade I.
- Insuficiência de material de higiene pessoal das/os usuárias/os, tais como: condicionador e hidratante corporal, ou seja, produtos que possibilitam o desenvolvimento do autocuidado e que podem impactar na melhoria da autoestima.
- Ausência de equipamentos essenciais para o desenvolvimento de atividades no Centro POP Sares I e II, tais como: computadores novos que comporte o acesso ao SIGM e aparelhos de telefone.
- Morosidade no atendimento da infraestrutura devido à disponibilidade de materiais necessários à manutenção.

- A intersectorialidade continua sendo um desafio no trabalho com as outras secretarias, inviabilizando construções conjuntas para as questões de população em situação de rua.
- Avaliar novas estratégias para maior vinculação ao atendimento.

Resultados Alcançados

- Estabelecimento de fluxo de encaminhamento dos casos para acolhimento institucional.
- Fortalecimento da rede de atendimento.
- Suporte técnico no atendimento.
- Fortalecimento das equipes e dos serviços.
- Aprofundamento da discussão entre os agentes executores da rede sobre a definição de temas prioritários a serem abordados no processo de capacitação.
- Retorno dos indivíduos às cidades de origem/família/ comunidade
- Inclusão em outros serviços socioassistenciais
- Retomada do processo de organização do Fórum das Pessoas em Situação de Rua
- Retomada das Assembleias com usuários/as Centro POP II
- Encontros Formativos para Conferência Municipal de Assistência Social com a participação dos usuários/as do Centro POP e abrigos.
- Rodas de Conversa para discussão da Política para Pessoa em Situação de Rua.
- Supervisão no Centro Pop 1 e 2.
- Viabilização de Cursos de Formação.
- Realização Encontros Formativos para a Conferência Municipal de Assistência Social.
- Evento de Comemoração dos 10 anos do Centro POP com a mobilização e participação dos usuários e trabalhadores.

Meta para 2024

Fortalecer e aprimorar processos de gestão do trabalho/serviços.

- Reordenamento do Centro POP Sares Unidade I com locação, aquisição ou construção de imóvel, que permita desenvolver a atenção a pessoas em situação de rua, como preconizado na Cartilha de Orientações do Centro POP;

- Fortalecimento entre as políticas setoriais de assistência social, saúde, trabalho e renda, cultura, habitação, educação, esportes e lazer, para atendimento integral da população em situação de rua;
- Implementar e aprimorar o desenvolvimento de capacitação e supervisão aos trabalhadores da rede pública.
- Elaborar projeto de capacitação para toda a rede.
- Implantação definitiva de abrigo com baixa exigência.
- Implantação de Serviço de acolhimento para jovens.
- Implantação do Programa Morar Primeiro
- Ampliação de Recursos Humanos (Agente de Ação Social);
- Utilização do SIGM em todos os serviços da rede;
- Serviços de limpeza de qualidade, que atenda a necessidade do serviço;
- Construir no SAMIM novos espaços físicos em substituição aos que foram demolidos para a construção das obras da Secretaria de Transporte no local, tais como: refeitório dos usuários, ampliando de modo a atender a capacidade do Equipamento; Dormitório de mulheres e mães com crianças, em ambientes de convívio separados dos masculinos; lavanderia dos usuários, ampliando para 10 tanques para lavagem das roupas; Refeitório de Funcionários.
- Reposição dos servidores que aposentaram ou pediram exoneração para Unidade I, II e SAMIM
- Fortalecimento entre as políticas setoriais de assistência social, saúde, trabalho e renda, cultura, habitação, educação, esportes e lazer, para atendimento integral da população em situação de rua;
- Contratação de oficinas para o desenvolvimento de atividades socioeducativas, Centro POP Sares I, II e SAMIM;

COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA
COMPLEXIDADE – CSPSAC ADULTO E IDOSO

A Coordenadoria de Proteção Especial de Alta Complexidade Adulto e Pessoa Idoso é responsável pelo gerenciamento dos Serviços de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, na modalidade Abrigo Institucional e Residência Inclusiva para Pessoas com Deficiência.

Em 2023 foi concluído o processo de ampliação desse serviços, iniciado em 2022, que passaram a contar com 260 metas, sendo 200 para o Abrigo Institucional para pessoas Idosas e 60 em Residência Inclusiva.

O Abrigo Institucional é de execução exclusiva por termo de cooperação mútua com as Organizações da Sociedade Civil Lar dos Velhinhos de Campinas (45 vagas); Lar Vicentino Frederico Ozanan (30 vagas); Lar da Amizade Ilce da Cunha Henry (20 vagas); Abrigo Masculino AFASCOM (20 vagas) Lar São Doutrina (15 vagas) e Lar Evangélico Alice de Oliveira (70 vagas).

De acordo com levantamento pela base de dados do SIGM, em 2023 foram atendidas 240 pessoas idosas neste serviço, havendo uma discreta predominância de pessoas do sexo masculino.

Os principais motivos para inclusão foram: dificuldades da família na prestação de cuidados; pessoa idosa sem referência familiar; vínculos familiares fragilizados /rompidos por violações de direitos; situações de violência e/ou negligência; e situação de rua.

O SAI Pessoa com Deficiência conta com um serviço público de execução direta, a Residência Inclusiva Renascer e cinco unidades executadas por termo cooperação mútua, sendo (2) duas com a Pestalozzi Sumaré e (3) três com a Associação Beneficente Cisne.

Em 2023 foram atendidas 65 pessoas nas 6 unidades.

Os motivos de inserção no serviço, por ordem de ocorrência foram: vínculos familiares fragilizados ou rompidos por violações de direitos; situações de violência e/ou negligência; transferência do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescente; e vulnerabilidade social/pobreza extrema.

Síntese das Atividades Realizadas

A Coordenadoria, tem como atribuições:

- Acompanhar a execução dos serviços, principalmente na definição e execução do plano de atendimento dos usuários;
- Articulação dos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, para contribuir com o plano de atendimento compartilhado dos usuários dos serviços;
- Receber e validar os encaminhamentos recebidos para os serviços sob sua gestão;
- Definir prioridades, através de indicadores de risco e vulnerabilidades, dos casos em espera para inclusão;
- Encaminhar casos para inclusão, na ocorrência das vagas;
- Referência para a rede, contribuindo nas discussões e encaminhamentos, de situações de violações de direitos de pessoas idosas e pessoas com deficiência;
- Apresentar as demandas dos serviços para a Coordenadoria Geral de Proteção Social Especial de Alta Complexidade; Departamento de Operações da Assistência Social e Procuradoria de Assessoria Descentralizada/Núcleo de Assistência Social, quando ultrapassam as competências do apoio técnico e a capacidade de articulação com os demais serviços da rede socioassistencial ou políticas públicas;
- Contribuir para o aprimoramento dos serviços sob a gestão da Coordenadoria;
- Qualificar as demandas recebidas, para proposição de ampliação de metas, definição de estratégias e serviços para intervenção e enfrentamento às violações de direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência;
-
- Para atender as atribuições da coordenadoria foram realizadas:
- Reuniões de gestão com coordenação técnica das unidades executoras - 14
- Reuniões de gestão com coordenação técnica e equipe técnica das unidades executoras – 78
- Reunião com serviços da rede para discussão de casos para encaminhamento e atualização das informações da demanda em espera – 48
- Reunião com rede de atendimento para discussão de casos já inseridos no serviço - 08
- Participação de visitas com a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) para monitorar a implantação, ampliação de metas, apuração de denúncias e outras demandas - 11
- Reuniões de pactuações com a CSAC - 04
- Participação em intersetoriais ou GT interproteções – 06
- Visitas domiciliares ou institucionais – 03

- Diligências para cumprimento de liminar judiciais de acolhimento institucional – 06
- Visitas às ILPIs privadas para atender requisição do Sistema de Justiça – 06
- Visitas às ILPIs privadas por solicitação do Departamento de Vigilância Sanitária - 03
- Reuniões do DOAS – 20
- Reuniões com Coordenadoria Geral de Proteção Social Especial – 08
- Participação na reunião da Proteção Social Especial -21
- Participação nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal do Idoso, GTs e Comissões – 16
- Participação nas reuniões ordinárias, mesa diretora e comissões do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – 26
- Participação em Conferências Municipais – 02 (Assistência Social e Direitos da Pessoa com Deficiência)
- Participação em Conferência Estadual de Assistência Social – 01
- Reuniões com a Saúde para definição de fluxos - 05

Desafios para 2023

1. Apesar de ter sido iniciado aproximação com gestores da Saúde e Saúde mental, a rede executora ainda aponta muitas dificuldades no atendimento das pessoas idosas e pessoas com deficiência inseridas nos serviços de acolhimento.

✓ Em 2023 teve um distanciamento do processo iniciado em 2022, trazendo muitas dificuldades para o manejo das pessoas atendidas, especialmente das pessoas em situação de rua, priorizadas para inclusão no SAI pessoa idosa e das novas inclusões na Residência Inclusiva.

2. Dificuldade em atender a demanda referenciada para os serviços. Ao término de 2022 havia 114 (quarente e sete) demandas em espera para inclusão no SAI Idoso e 35 (dezesesseis) para o SAI PcD;

✓ A demanda em espera foi reduzida no início de 2023, com a finalização do processo de ampliação dos serviços, mas a partir do final setembro passou a ter novo aumento. Em dezembro, já contava 28 demandas em espera para o SAI Idoso e 09 para Residência Inclusiva, sem contar os 04 adolescentes com deficiência que completará a maioridade em serviço de acolhimento institucional.

3. Dificuldades dos serviços da rede socioassistencial, saúde e demais serviços do Sistema de Garantia de direitos em compreender os critérios de referenciamento para a proteção social

especial de alta complexidades.

✓ Superado com a Publicação da Ordem de Serviço SMASDH nº 01/2023 - que dispõe sobre Instrumental e Fluxo de Referenciamento para Inclusão de Pessoas idosas nos serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas

4. Excesso de demanda de discussão dos casos em acompanhamento, por falta de capacitação e supervisão técnica.

✓ Apesar da Ordem de Serviço SMASDH nº 01/2023, ainda permanece esse desafio.

5. Morosidade dos processos de ampliação dos serviços da Coordenadoria, levando a judicialização das demandas e agravamento das condições de saúde e permaneçam contextos violadores de direitos dos que aguardavam na lista de espera.

✓ Quando finalizou o processo de ampliação, em início de 2023, e foram atualizados os casos em espera para inclusão no serviço, identificamos muitos óbitos de pessoas idosas e agravamentos nas condições de saúde desse segmento e das pessoas com deficiência;

6. Apesar do avanço da vacinação contra Covid e diminuição da letalidade do vírus, foram mantidas as orientações sanitárias para distanciamento nas ILPIs, agravando o sofrimento emocional dos idosos atendidos, que já vivem com muita restrição desde o início da pandemia, em 2020.

✓ Apesar de surtos isolados nas ILPIs, o fim da pandemia por Covid em 2023, proporcionou o retorno das atividades externas e eventos nas instituições, contribuindo para o bem estar e socialização dos atendidos.

Resultados alcançados 2023

1. Processo de ampliação do SAI Idoso, que em 2023 passou a contar com 200 metas

✓ Efetivada a ampliação do serviço, mas considerando a demanda em espera e o Decreto Nº 23.065, de 23 de novembro de 2023 (Regulamenta os procedimentos intersetoriais decorrentes da fiscalização e monitoramento da Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI(s) não governamentais com fins econômicos ou organizações da sociedade civil). o serviço passará por nova ampliação em 2024, com proposta de 40 novas metas, custeadas com os recursos do Fundo Municipal dos direitos da Pessoa Idoso (FMPIC)

2. Processo de implantação de 3 novas residências inclusivas, apesar dos desafios apresentado na formalização.

3. As reuniões sistemáticas da gestão técnica, levou a maior proximidade com as OSCs executoras dos serviços, facilitando os processos da gestão.

✓ Conseguimos fortalecer a gestão da rede SAI Pessoa Idosa e iniciamos o fortalecimento da gestão com as Residência Inclusivas;

4. Alterações no SIGM e elaboração do manual, para aproximar os relatórios do sistema a realidade dos serviços

✓ Processo finalizado, de forma bem participativa com equipes, coordenadores técnicas e departamento de vigilância socioassistencial;

5. Maior proximidade do apoio técnico com a rede socioassistencial e saúde, facilitando os encaminhamentos para os serviços vinculados à Coordenadoria.

✓ Apesar do fluxo de encaminhamento da Ordem de Serviço, há muitas demandas para discussão de casos. Essa proximidade favorece a compreensão dos indicadores para priorizar a inclusão e estabelecer parcerias e compartilhar responsabilidades no plano de atendimento dos usuários após a inclusão no serviço.

6. Estabelecimento de encontros sistemáticos com a saúde mental, proposto pela coordenadoria geral de proteção social especial.

✓ Os encontros sistemáticos não foram mantidos, e até alguns combinados não se concretizaram. O atendimento dos usuários com doenças mentais é um dos maiores desafios para os serviços desta coordenadoria, sendo fundamental a construção de parcerias institucionais com a saúde mental.

7. Grupo de Trabalho com o Departamento de Saúde, para pensar estratégias e serviços para pessoas idosas e pessoas com deficiência com complexidade de cuidado que excede a possibilidade de atendimento nos serviços da assistência social

✓ Termo de referência para o serviço foi construído através de grupo de trabalho da Saúde e Assistência Social. Aguarda os encaminhamentos para implantação desse serviço híbrido, com financiamento dessas duas políticas públicas.

Destaques(s)

1. Finalização da formação “Parâmetros para o Trabalho com Famílias, com Regina Miotto;
2. Evento para Publicização da Ordem de Serviço SMASDH nº 01/2023 – Dispõe sobre Instrumental e Fluxo de Encaminhamento para Inclusão de Pessoas idosas nos serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas – em 25/04/2023
3. Encontros diálogos – foram realizados dois encontros com equipes técnicas e coordenadores do SAI Pessoa Idosa – com os temas Violência Financeira, no dia 04 de

julho e para debate do documentário “Quantos Dias, Quantas Noites”, no dia 19 de dezembro;

4. Seminário: O Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas na Assistência Social, em 18 de outubro.
5. Chegada de uma nova profissional para a Coordenadoria, para o apoio técnico.

Metas para 2024

6. Ampliação de 20 metas para Residência Inclusiva;
7. Ampliação de 40 metas para o abrigo institucional para pessoas idosas;
8. Implantação de 2 Casas Lares para pessoas idosas;
9. Construir com a rede executora dos serviços propostas de supervisão e formação profissional para as equipes.
10. Fortalecer os processos da gestão técnica, especialmente das Residências Inclusivas.

Como mencionado, no município contamos com uma Residência Inclusiva de execução direta, a RI Renascer. Da qual apresentamos alguns destaques para o relatório de gestão.

RESIDÊNCIA INCLUSIVA RENASCER

Desafios para 2023:

- Qualificar o trabalho técnico de todo quadro profissional do serviço.
- Aumentar RH com foco nos agentes de ação social (cuidador) para alcançar maior capacidade de proteção e cuidado ofertado aos moradores.
- Organizar as rotinas de trabalho dos diversos setores que atuam e tem contato direto com os moradores.
- Ampliar oferta de atividades externas aos moradores.
- Qualificar a organização e armazenamento das medicações dos moradores, de acordo com orientações da Vigilância Sanitária.

Resultados alcançados 2023:

- Qualificar o trabalho técnico de todo quadro profissional do serviço não foi alcançado em sua totalidade pela necessidade de lidar com situações emergenciais e agudas de alguns moradores. Porém, no nível da equipe de ensino superior foi possível desenvolver maior grau de qualificação mediante espaço de formação ofertada pela gestão, bem como do desenvolvimento dos Planos de Atendimento de cada morador.
- Aumentar RH com foco nos agentes de ação social (cuidador) para alcançar maior capacidade de proteção e cuidado ofertado aos moradores foi alcançado de forma

parcial, visto que o processo de chamamento ainda está em andamento. Sendo possível avaliar a melhora da condição de cuidado ofertada como aumento dos cuidadores.

- Organizar as rotinas de trabalho dos diversos setores que atuam e tem contato direto com os moradores está em processo rotineiro, pois com a chegada de cada profissional novo existem as explicações dos protocolos e fluxos já estabelecidos de trabalho. Na área da cozinha o processo tem se tornado mais dificultoso visto que os contratos possuem duração limitada, ocorrendo trocas constantes dos trabalhadores com perfil variados e que não entendem em sua totalidade o que é lidar com o moradores com deficiência. Na área dos agentes de higienização, mesmo com contrato também limitado, dada a permanência dos mesmos profissionais, foi possível avançar de forma satisfatória na rotina de limpeza dos quartos e áreas comuns sem trazer prejuízo para a convivência dos moradores.
- Ampliar oferta de atividades externas aos moradores está sendo construído de forma satisfatória sendo encontrado maiores dificuldades quando os serviços “fecham” as portas para determinados moradores alegando não ser o perfil adequado de pessoa para frequentar as atividades ou quando exigem que tenha um profissional acompanhando durante todo o tempo da atividade, o que não é possível visto que o objetivo do Renascer não é ter um cuidador para cada morador e, pelo contrário, promover ganho de autonomia e independência destes.
- Qualificar a organização e armazenamento das medicações dos moradores, de acordo com orientações da Vigilância Sanitária foi alcançado de forma plenamente satisfatória com implantação de planilhas de controle de estoque geral e controle de estoque semanal para uso dos moradores, assim como controle das receitas e suas validades e agendamentos com auto custo para reposição necessária dos medicamentos.

Destaques(s)

Maior destaque de 2023 foi alcançar maior nível de organização do trabalho de forma geral, com direcionamento e norte pautados em questões técnicas e alinhadas com as diretrizes presentes na política pública do SUAS.

Metas para 2023/24

Promover capacitações, formações, supervisão visando o direcionamento técnico das ações de cuidado desenvolvidas com os moradores da residência Inclusiva.

- Proporcionar espaços de troca entre a equipe técnica com profissionais de outras unidades de Residência Inclusiva como objetivo de expandir horizontes e trocas de saberes e fazeres que possam ser incorporados no cotidiano do Renascer.

COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE -CSPEAC CRIANÇA, ADOLESCENTE E MULHER

O ano de 2023 foi desafiador para a alta complexidade criança, adolescente, jovem e mulher, pois houve aumento da demanda por acolhimento tanto de crianças e adolescentes, como também de mulheres vítimas de violência de gênero, como será demonstrado nos dados a serem apresentados.

Pós pandemia, observou-se um aparente agravamento dos casos, com as famílias impactadas pelo empobrecimento socioeconômico, o uso de substâncias psicoativas, patologias clínicas e de saúde mental e consequentemente a intensificação da violência doméstica em suas diferentes modalidades.

Somado a isso, no primeiro semestre de 2023, uma OSC (Organização da Sociedade Civil) executora do acolhimento institucional na modalidade Casas Lares, fez a denúncia da parceria de duas casas lares, representando 20 metas a menos para acolhimento.

Os dois serviços de acolhimentos familiares existentes no município, tiveram dificuldades para captarem novas famílias acolhedoras e também manterem as famílias que já acolhiam, devido a questões pessoais que estas apresentaram. Assim, ambos os serviços operaram o ano todo abaixo da meta, o que significou menos 27 vagas para acolhimento.

No total, considerando o encerramento das duas casas lares e a defasagem de famílias acolhedoras, houve uma redução de 47 metas para atender à solicitação de acolhimento no município.

Outrossim, serviços que compõem a rede de proteção e os órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos, não raramente apresentaram o acolhimento institucional como primeira medida de proteção a ser aplicada, o que também contribuiu para o esgotamento das vagas dos serviços de acolhimento e gerou demanda reprimida.

Buscando equacionar o problema da falta de vagas, o gestor público realizou o aditamento provisório de 10 metas na casa de passagem Betel e 10 metas no abrigo Cidade dos Meninos,

para poder atender às demandas, sobretudo da Vara da Infância e da Juventude. Essa medida trouxe certo alívio, mas não foi suficiente para suprir a demanda.

A seguir, apresentamos um demonstrativo da gestão pública e da rede de serviços da alta complexidade:

No ano de 2023 a rede de serviços de acolhimento institucional e familiar para crianças, adolescentes e jovens, ficou assim constituída:

Tipo de Serviço	Quantidade	Metas	Metas Aditadas
Abrigos	07	170	10
Casa de Passagem	01	30	10
Acolhimento Familiar	02	40	
Casa Lar	14	140	
Casa Lar para adolescentes grávidas e/ou com filhos	01	10	
República Masculina	01	06	
República Feminina	01	06	
TOTAL	27	402	20

Sobre a Ocupação

Remanescentes de 2022	329
Acolhidos em 2023	277
Desacolhidos em 2023	178

Raça/etnia dos acolhidos

Brancos	224
Pretos	156
Pardos	209
Amarelos	4
Indígenas	0
Sem Informação	1
Total	594

As crianças e adolescentes pretos e pardos, juntos representaram a maioria dos acolhidos, seguidos pelos brancos. Apesar dos profissionais ainda terem dificuldade para identificarem com a certeza esse dado e também perceberem a mesma dificuldade enfrentada pelos adolescentes ao se auto declararem de certa raça ou etnia, consideramos um avanço fazer esse levantamento. Fica como desafio, trabalhar e refletir com trabalhadores e usuários dos serviços de acolhimento, as questões étnico raciais e desenvolver ações antirracistas.

Gênero dos acolhidos

Masculino	289
Feminino	305
Total	594

Como os números demonstram, a maioria dos acolhidos em 2023 foram do gênero feminino. Dados referentes a identidade de gênero ainda não são levantados, pois essa é uma questão que ainda necessita ser discutida e trabalhada com as equipes dos serviços de acolhimento.

Região de procedência da família de origem

REGIÃO	QUANTIDADE
LESTE	68
NORTE	83
SUL	178
NOROESTE	133
SUDOESTE	93
OUTROS	29
SEM INFORMAÇÃO	16
TOTAL	594

A região de procedência com maior número de acolhidos foi a região Sul, justificável por apresentar significativa vulnerabilidade socioeconômica seguida da região Noroeste. Sudoeste e Norte aparecem em terceiro e quarto lugar com pouca diferença, por último a região Leste. Dentre os acolhidos identificados como procedentes de outros, cabe esclarecer que ocorreram acolhimentos de adolescentes procedentes da Venezuela, Haiti, Equador, resultante do movimento de imigração dos povos latino-americanos para o Brasil.

Motivo Preponderante do Acolhimento

Abandono	70
Em razão de sua conduta	19
Entrega Voluntária	17
Exploração Sexual contra Criança e Adolescente	13
Pais ou responsáveis com problemas de saúde que impeça os cuidados	5
Pais ou responsáveis com uso abusivo de SPA	19
Pais ou responsáveis reclusos ou MSE de internação	2
Situação de rua/mendicância	25
VDCCA Física	62
VDCCA Psicológica	12
VDCCA Sexual	33
VDCCA Negligência	316
Sem Informação	1
Total	594

Obs.: Com relação ao motivo preponderante do acolhimento, em primeiro lugar está a VDCCA modalidade Negligência; importante destacar que ao se considerar “Negligência”, o diagnóstico precisa levar em conta que na situação familiar a negligência não seja do Estado e a família acabe por ser responsabilizada. As outras modalidades de Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente - VDCCA, veem a seguir com números expressivos; violência física aparece em segundo lugar seguida da violência sexual.

Consideramos que a classificação leva em conta o motivo preponderante do acolhimento, sendo que as violências ocorrem em mais de uma modalidade simultaneamente.

Motivo preponderante do desacolhimento

Reintegração na família de origem	73
Reintegração na família extensa	38

Adoção	26
Residência Inclusiva	4
Rede Adulta	5
República Masculina/Feminina	4
Recâmbio	10
Vida Autônoma	4
Decisão judicial por tempo de evasão	1
Sem informação	13
Total	178

2023 foi um ano em que o agravamento e complexidade dos casos, limitaram as possibilidades de saída do acolhimento, o que inclusive causou a lotação dos serviços de acolhimentos, demanda reprimida para acolhimento e a necessidade de aditamento de metas para a Casa de Passagem Betel e o Abrigo Cidade dos Meninos.

Como demonstra o quadro acima, o motivo preponderante de desligamentos foi a reintegração na família de origem (73), que somado a reintegração na família extensa (38), pode-se afirmar que o objetivo primeiro que é a manutenção da criança/adolescente em sua família, foi atingido.

Atividades Realizadas pela Gestão da Alta Complexidade em 2023, envolvendo a rede de serviços de acolhimento.

- Participação das Apoiadoras técnicas em reuniões da rede de proteção para discussão de casos, sempre com vistas a desenvolver estratégias que evitassem o acolhimento institucional e fortalecessem a família;
- Reuniões intersetoriais virtuais para discussão de casos, com vistas a desenvolver estratégias de cuidado para fortalecer a famílias e evitar os acolhimentos de crianças e adolescentes já acompanhados pela rede de serviços socioassistenciais e/ou de saúde;
- Reuniões intersetoriais virtuais, para a discussão de casos de puérperas e recém-nascidos em situação de vulnerabilidade e risco, para elaboração de plano de cuidados, com vistas a manter junto o binômio, fortalecer a família e evitar o acolhimento institucional de ambos ou separadamente;
- Reuniões virtuais mensais de gestão com os coordenadores técnicos dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens;

- Participação em reuniões virtuais e presenciais, dos cinco Núcleos Articuladores Gestores – NAG, para organizar as ações nos cinco territórios do município e construir indicadores de avaliação.
- Articulação com a rede de saúde clínica e mental, para discussões virtuais, de fluxos e procedimentos, para encaminhamento/atendimento de crianças e adolescentes acolhidos;
- Atuação conjunta com a CSAC- Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle, participação de reunião e discussão junto aos serviços de acolhimento;
- Gestão técnica operacional do Serviço de Apadrinhamento Afetivo;
- Participação em ações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão da Alta Complexidade, tais como a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em todas as etapas, participação na organização e realização do 1º Simpósio: “Os desafios para garantir o direito de ser criança e adolescente em Campinas. ”
- Participação na organização das Conferências Regional e Municipal da Assistência Social;
- Participação no IV Simpósio Internacional de Acolhimento Familiar;
- Gestão técnica operacional de todos os serviços de acolhimento para crianças, adolescentes, jovens e mulheres vítimas de violência de gênero;
- Articulações com rede de proteção especial de média complexidade, para continuidade dos trabalhos do GT Média e Alta Complexidade;
- Participação no grupo de trabalho para revisão dos fluxos com Medidas Socioeducativas e a proteção básica, média, alta complexidade e saúde mental;
- Gestão operacional do abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica de gênero, participando de discussões de casos e articulações com a rede de política para as mulheres;
- Participação no grupo de trabalho intitulado GT Casa de Passagem, para estudo e análise quanto a necessidade de implantação de casa de passagem específica para o atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade e risco, com ou sem filhos;
- Parceria com um grupo de psicólogos, que compõem o Projeto Respirar, formado para oferecer atendimento psicoterapêutico a crianças e adolescentes acolhidos.
- Elaboração de um Plano de qualificação dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens, envolvendo formação, supervisão, reordenamento de metas,

equipe de referência e novas modalidades de atendimento para responder às demandas e complexidades apresentadas.

- Participação no Comitê Escuta Especializada e formação para a rede de proteção, para construção e/ou integração de fluxos de cuidado e escuta de crianças e adolescentes;
- Participação em formação dada pelo gestor público, para a rede da média e da alta complexidade.

Metas para 2024

Operacionalização do Plano de Qualificação que prevê:

- Implantação do Programa Família Guardiã
- Implantação de 1 abrigo para crianças e adolescentes com 20 metas
- Reposição de 2 Casas Lares com 10 metas cada uma
- Implantação de 1 Abrigo para jovens
- Implantação de programa de repasse de subsídio para jovens que completam a maioria nos serviços de acolhimento
- Reposição de 1 Apoio Técnico da Alta Complexidade
- Qualificar a gestão dos serviços, públicos e privados, com vistas a aprimorar processos de gestão do trabalho e de recursos humanos.
- Refletir e construir novas metodologias de trabalho, especialmente em relação ao acolhimento de adolescentes.

A seguir o resumo das informações apontadas pelos serviços de acolhimento por modalidade:

Modalidade Casa de Passagem – Casa Betel

Definição:

As Casas de Passagem são unidades para acolhimento e proteção de indivíduos afastados do núcleo familiar, bem como para famílias que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

Embora não seja um serviço tipificado pela Resolução CNAS 109/2014, o município de Campinas fez a opção por manter essa modalidade, reconhecendo como porta de entrada para a rede de serviços da alta complexidade para crianças e adolescentes

Caracteriza-se pela oferta de acolhimento imediato e emergencial, com um limite de permanência de 10 dias, sem que haja necessidade de judicialização.

O serviço funciona 24 horas em regime de plantão. É a porta de entrada pela qual a equipe multidisciplinar especializada em diagnóstico, irá analisar a situação de cada usuário de modo a realizar a intervenção necessária, podendo inclusive evitar este tipo de acolhimento ou ofertar um outro tipo de encaminhamento.

Desafios para 2023

A Equipe Técnica da Casa de Maria de Nazaré Unidade II - Casa Betel observou que ano de 2023 houve um aumento dos acolhimentos. Sendo considerado pela equipe da Casa de Passagem o maior desafio, no que diz respeito ao aumento significativo de acolhimentos e a dificuldade de encaminhamentos para outros serviços que também tiveram um aumento de seus acolhimentos após o momento pandêmico,

No segundo semestre de 2023, diante de uma demanda reprimida para acolhimento, emergencial, foi ampliado o número de metas para a Casa de Passagem, passando de trinta (30) para quarenta (40) metas, possibilitando o atendimento de crianças e adolescentes com mandado de busca e apreensão aplicado pela Vara da Infância e Juventude e aplicações de medidas de proteção emergencial aplicadas pelos Conselhos Tutelares.

Tornou-se um desafio maior a inserção dos acolhidos no ensino formal e não formal com a demanda da localidade e particularidade de cada criança e adolescente, alguns permaneceram inseridos na própria unidade escolar e outros, houve a necessidade de transferência pelo real motivo da localidade e segurança do mesmo, um desafio importante e necessário para garantir que todos os acolhidos tivessem acesso à educação e atendimentos em saúde mental, o que culminou em discussões com a rede de atendimento.

Resultados alcançados 2023

Por ser uma Casa de Passagem, a proposta é de em 10 dias, a equipe técnica realizar um breve estudo psicossocial que possibilite definir se há possibilidade de reintegrar à família de origem ou haverá necessidade de transferir a criança/adolescente para outro serviço de acolhimento para aprofundamento do estudo; há também casos em que o encaminhamento a ser dado é o recâmbio para outro Município ou Estado.

A Casa Betel esmerou-se no propósito de fazer estudos psicossociais e ser célere na emissão de pareceres técnico e cumprir sua missão como casa de passagem, entretanto observou-se

que não se efetivou devido à falta de vagas nos serviços de acolhimento de longa permanência, o tempo de espera de vagas para transferência foi maior e o período de acolhimento na casa de passagem não raramente se estendeu para além dos 10 dias.

Em 2023, foi dada continuidade a parceria com a Fundação FEAC, para realização do Projeto Saberes e Sabores II, com a participação de crianças e adolescentes de 07 a 17 anos e 11 meses e que teve como objetivo principal: proporcionar o bem-estar dos acolhidos, sendo ele físico, mental e convívio social. Foi pautado em atividades sócio educativas por meio de oficinas, de rodas de conversa, pesquisas online, idas ao mercado, jogos cooperativos, danças, vivências culturais, atividades externas bem como o acolhimento sensível como porta de entrada para as ações do projeto.

Portanto ao efetivar as ações propostas, o projeto levou ao aperfeiçoamento das inter-relações e do convívio, tanto entre usuários como entre os profissionais envolvidos, gerando novas possibilidades através de intervenções realizadas, como confiança, segurança, proteção, pertencimento, vínculo, autoestima e participação, permitindo que as crianças e adolescentes se relacionassem consigo e com o meio de forma mais consistente.

A metodologia de trabalho desenvolvida, possibilitou: Troca de correspondência entre os acolhidos e seus familiares; Fortalecimento e autonomia; Protagonismo no trabalho com adolescentes; Acolhimento de grupos de irmãos e a manutenção dos mesmos, no momento de serem dados os encaminhamentos.

Destaques

Destacamos abaixo algumas ações desenvolvidas em 2023:

- Considerou-se como avanço a interação da equipe nas supervisões e formações, proporcionando o conhecimento de novas estratégias de atendimento, o que favoreceu a equipe da Casa Betel em trabalhar com maior precisão no atendimento aos prazos de entrega dos documentos necessários para o bom andamento dos encaminhamentos, dentro do período proposto de 10 dias de acolhimento.
- Culinária: essa atividade se baseia muito além de apenas pesquisas online de receitas, favorecendo o contato real em relação aos preços, ida ao mercado e execução.
- Expressão Corporal: jogos cooperativos, modalidades esportivas, danças e jogos de tabuleiro, Com destaque: Artes Manuais, Danças Urbanas, Brincadeiras e Jogos

Esportivos, tem como finalidade básica o desenvolvimento e ou aprimoramento dos pilares: integração, participação, socialização e interação.

- Artes Manuais: Esta atividade, que já é parte integrada da rotina da instituição, se firmou como um meio de comunicação através da realização do Mural de atividades do Projeto
- Música: As atividades de musicalidade tiveram como primícias a interação de toda a equipe, proporcionando momentos de qualidade e estreitamento de vínculos entre todos os envolvidos.
- Vivências Comunitárias: As atividades externas, são planejadas e estruturadas no intuito de amenizar os sentimentos dos acolhidos, desenvolvendo a capacidade de ouvir com empatia, oferecendo conforto e apoio, validando as emoções e pensamentos do outro e, principalmente, o estar presente.
- Rodas de Conversas- tem por finalidade o alinhamento da rotina e das atividades e propostas. Durante o processo de execução do Projeto as rodas foram realizadas ao início e ao término de cada atividade.
- As ações do projeto levaram ao aperfeiçoamento das inter-relações e do convívio, tanto entre os usuários como entre os profissionais envolvidos. Gerando novas possibilidades através das intervenções realizadas, tais como confiança, segurança, proteção, pertencimento, vínculo, autoestima e participação, o que permitiu que os usuários se relacionassem consigo e com o meio de forma mais consistente. Com isso, proporcionamos às crianças e aos adolescentes o sentimento de bem-estar (acolhida, escuta, previsibilidade, segurança, proteção, afeto), que por vezes se mostraram como protagonistas no ambiente que os acolheu, de modo amoroso, contrapondo-se de forma consistente às dificuldades e vivências que acarretaram seu acolhimento. Ofertamos um olhar individualizado dentro do coletivo, potencializando suas habilidades por meio de atividades diárias (rotina) e aprendizado dialogado, bem como pela troca de experiências entre os atendidos e o grupo de profissionais da Casa de Passagem, alcançando assim um bom nível de harmonização e equilíbrio.

O Projeto foi compartilhado através de recursos de comunicação, proporcionamos conforme a necessidade, a criação de subgrupos de comunicação, composto por um membro de cada plantão e da equipe técnica. Neste sentido alinhamos quinzenalmente a confecção dos boletins ativos, bem como o planejamento de atividades com registros de texto, imagens e/ou vídeos,

além de depoimentos destinados a todos os envolvidos (crianças, adolescentes, profissionais, voluntários e visitantes externos).

Metas para 2024

- Maior número de crianças e adolescentes em ensino formal e não formal;
- Supervisão Institucional para a equipe da Casa Betel;
- Proporcionar formações para toda a equipe nas diversas áreas de atuação;
- Agregar à equipe um profissional ou estudante da área de nutrição;
- Proporcionar atendimentos que causem impacto na redução do número de evasões, principalmente dos adolescentes com uso de SPA, exploração sexual e circularidade de rua.
- Dar continuidade aos atendimentos de crianças e adolescentes de 07 a 17 anos e 11 meses com seus direitos violados em decorrência de múltiplas violências, e vulnerabilidades.
- Inclusão de crianças e adolescentes com maior interação em atendimentos especializados.

Modalidade – Abrigo

Definição: Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, art. 101) em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio familiar. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais. (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, pg. 67)

Desafios para 2023

- Garantir o transporte para as escolas das crianças/adolescentes matriculadas - durante todo o ano letivo;
- Garantir os atendimentos externos, terapêuticos, cursos, apoio escolar, sistema de fortalecimento de vínculo e inserção comunitária, às crianças/adolescentes, forma continuada;
- Treinamento e capacitação continuada para atendimentos e cuidados, no que compete a política de assistência social e os objetivos do acolhimento institucional, manejo e amadurecimento para lidar com os adolescentes que apresentam questões de saúde

mental agravada, especialmente quando em uso de substâncias psicoativas e circularidade de rua;

- Suporte na Inclusão dos adolescentes nos programas de capacitação profissional, pois muitos apresentam déficit educacional/aprendizagem expressivo e não atendem aos requisitos exigidos pelos programas atuais;
- Ampliar e efetivar o trabalho e parceria com os CAPSIJ - os PTSs ofertados aos adolescentes com comportamentos reativos e as propostas serem feitas entendendo a dinâmica do serviço de acolhimento;
- Incluir os educadores/cuidadores nas discussões em rede e demais espaços pertinentes aos debates sobre as crianças/adolescentes;
- Manter o espaço de supervisão, capacitação/formação continuada para toda a equipe dos abrigos;
- Elaborar e pôr em prática o Projeto Político e Pedagógico e o Planejamento estratégico;
- Articular e efetivar a participação e corresponsabilidades do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) nos casos de acolhimento institucional;
- Para crianças que com demandas de cuidados de enfermagem 24 horas, supervisionar a prestação de serviço das empresas de Home Care e construir, se possível, a permanência dos bons profissionais, especialmente para não prejudicar o desenvolvimento emocional da criança atendida com as sucessivas trocas de referências de cuidado; da equipe de cuidadoras da Home Care, as constantes substituições prejudicam o vínculo com a criança atendida;
- Ofertar um sistema de cuidado para os trabalhadores, para além das questões da exaustão imposta pelo cuidar, diariamente, de seres humanos com dores emocionais, abandono, sofrimentos de várias ordens, exige uma atenção e investimento neste trabalhador, pois são pessoas estão sendo afetadas cotidianamente por esses processos;
- No caso específico do abrigo municipal, garantir a reposição ou sistema de apoio ao abrigo em casos de vários afastamentos dos servidores e funcionários terceirizados, seja por questões de saúde clínica ou mental, pois o serviço de acolhimento exige esse planejamento para dar continuidade a sua missão de existência;
- Retomar e/ou fortalecer os atendimentos do Projeto Fazendo Minha História, através da formação de novos voluntários de modo a atender à todas as crianças e adolescentes dos abrigos;

- Ampliar os espaços qualificados ao debate e construção de ferramentas para a acolhida e cuidados às crianças/adolescentes através de reuniões semanais, cursos e oficinas;
- Ter recursos financeiros para compra de uniformes escolares, passeios culturais e material para oficinas;
- No caso específico do abrigo municipal, efetivar o planejamento de manutenção predial contínua que inclua a oferta de materiais para reparos/trocas necessárias e reformas nos espaços das duas unidades do CMPCA;
- Elaborar, construir e efetivar protocolos de atendimentos de crise, de violências e, para além, otimizar processos de comunicação intra e extra da instituição;
- Maior aproximação dos serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, potencializando a oferta de serviços e garantindo o atendimento ao usuário em sua totalidade;
- Aproximação dos serviços de saúde, educação e assistência, estabelecendo o pacto intersetorial, potencializando os recursos e oferta de políticas públicas;
- Realização de encontros de formação e capacitação voltadas à profissionais da saúde e educação, para melhor compreensão sobre a operacionalização dos serviços de alta complexidade, em especial abrigos, contribuindo assim, para melhor atendimento às demandas e necessidades de seus usuários;
- Participação em reuniões de conselhos municipais, em especial à políticas públicas voltadas à criança e adolescente;
- Participação em reuniões intersetoriais, realizadas no território de abrangência do Serviço de Acolhimento Institucional Convívio Aparecida II;
- Ações voltadas para a integração do atendimento aos acolhidos juntamente com seus familiares;
- Empoderamento das famílias de origem e extensa, por meio de grupos para troca de experiências e rupturas dos ciclos que reverberam a violação de direitos;
- Supervisão para equipes técnicas do serviço de proteção social especial de alta complexidade;

Resultados Alcançados em 2023

- Transporte para as escolas das crianças/adolescentes matriculadas - durante todo o ano letivo;
- Atendimentos externos, terapêuticos, cursos, apoio escolar, sistema de fortalecimento de vínculo e inserção comunitária, às crianças/adolescentes, forma continuada;

- Suporte na Inclusão dos adolescentes nos programas de capacitação profissional, pois muitos apresentam déficit educacional/aprendizagem expressivo e não atendem aos requisitos exigidos pelos programas atuais;
- Treinamento e formação para parte dos trabalhadores, para atendimentos e cuidados, no que compete a política de assistência social e os objetivos do acolhimento institucional, manejo e amadurecimento para lidar com os adolescentes que apresentam questões de saúde mental agravada, especialmente quando em uso de substâncias psicoativas e circularidade de rua;
- Aprimoramento da parceria com os CAPSII – nos atendimentos ofertados aos adolescentes com comportamentos reativos e as propostas serem feitas entendendo a dinâmica do serviço de acolhimento;
- Aquisição de uniformes escolares e materiais escolares, através da colaboração de grupos voluntários e/ou recursos gerados através desenvolvidas pelos serviços, tais como bazares e outros eventos;
- No caso específico do abrigo municipal, a reposição do quadro de RH (agentes de ação social);
- Fortalecimento das relações e fluxos com a rede de proteção social especial de média complexidade;
- Fortalecimento das relações e fluxos com os serviços de saúde e educação nos territórios de abrangência de atendimento à criança e adolescente, bem como seus familiares;
- Realização de uma formação para novos voluntários do Projeto “Fazendo Minha História”, atendendo a um número maior de crianças em relação à 2022 e promovendo um número maior de encontros entre a criança e o voluntário nesse período.
- Recebimento de emendas impositivas municipais que impactaram na infraestrutura e investimento dos serviços.

Destaques

Mesmo com as dificuldades para composição ou recomposição dos quadros de RH, especialmente do CMPCA, houve realização de diversas ações, muitas delas realizadas em parceria com grupos de voluntários, outras através da mobilização de colaboradores.

Realização de rodas de conversa, atividades pedagógicas, recreativas e de lazer com passeios a parques clubes, fomentando a autonomia, fortalecendo as relações, convívio em comunidade, conhecimento de território, fortalecimento de vínculos com famílias, promoção

da saúde, auto-estima e bem estar social, festas de aniversário, idas a salões de beleza, oficinas de autocuidado, acesso a orientação nutricional, fotografias das famílias apoio a projetos esportivos, festas com a participação das famílias, acompanhamento escolar, participação em festas de formatura.

Também foi possível fazerem melhorias ou reformas nos espaços físicos e através de projetos desenvolvidos em parceria com a Fundação FEAC

Metas para 2024

- No caso específico do abrigo municipal, a reposição e manutenção do RH - agentes de ação social, profissional de enfermagem, assistente administrativo para a casa abrigo e a aquisição de profissional da área de pedagogia e a manutenção ininterrupta das empresas terceirizadas;
- Capacitação continuada dos profissionais do Serviço de Acolhimento para aperfeiçoamento de técnicas, desenvolvimento de habilidades e potencialidades, cumprindo o exercício de sua função com mais qualidade e eficácia;
- Estabelecer uma comunicação mais assertiva com o Poder Judiciário, especialmente nos processos de adoção, visando o bem estar da criança e do adolescente acolhido;
- Aumentar o número de voluntários atuantes no Projeto “Fazendo Minha História”, a fim de beneficiar todas as crianças e adolescentes que passam pelo Serviço de Acolhimento;
- Maior participação da educação nos espaços de discussão em rede, sobretudo nas Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente, 18 de Maio, Consciência Negra, Diversidade, entre outras ações voltadas à esse público;
- Supervisão para equipes técnicas e coordenações dos abrigos, assim como é feito nos Serviços de Média Complexidade do Município;
- Maior presença da educação nos serviços de acolhimento institucional para fomentar debates, revisitar literaturas e linhas teóricas que promovam boas práticas de atuação do cuidador em suas atividades com as crianças e adolescentes acolhidas;
- Realizar encontros em grupos com crianças e adolescentes para debater temas de extrema relevância e de acordo com a faixa etária de idade;
- Articulação com as políticas públicas municipais para promoção de ações voltadas à saúde, lazer, cultura e educação, às crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento;

- Fortalecer o diálogo e fluxos com os serviços da proteção social básica, para garantir acesso às crianças e adolescentes acolhidas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

Modalidade – Casas Lares

Definição: Serviço de acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente- em uma casa que não é a sua, prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, pg. 74)

Desafios para 2023

Continuidade no processo de formação para pais sociais, apoios e equipes técnicas;

Composição/recomposição do quadro de recursos humanos;

Ampliar parcerias com psicólogos, psicopedagogos e outras especialidades com objetivo de contemplar atendimentos a maior número de crianças e adolescentes;

Fortalecer e trabalhar os familiares e rede significativa para efetivação da reintegração das crianças e dos adolescentes;

Continuidade dos atendimentos psicossociais e pedagógicos de forma sistemática, manter as visitas técnicas e capacitações promovidas pelos profissionais das áreas de seu conhecimento;

Ações conjuntas com a rede socioassistencial e de saúde mental para os adolescentes que estão fazendo uso de SPA e proporcionar aos trabalhadores, formação e orientação sobre esse fenômeno;

Formação continuada dos cuidadores e equipe técnica, de maneira a mitigar o processo de adoecimento que tem atingido os profissionais dos serviços de acolhimento.

Ampliar a vivência das crianças e dos adolescentes no contexto da autonomia, promovendo ações que estimulem esse desenvolvimento;

Continuar a preparação dos adolescentes próximos de completarem a maioridade, para a inserção no mercado do trabalho, através de Grupos de orientação, treinamento práticos, palestras e vivências internas e externas, oportunizando ao adolescente uma melhor preparação para fase da vida adulta; Encaminhamentos para o mercado de trabalho,

acompanhamentos em todo o processo seletivo /contratação para os adolescentes no trabalho (entrevistas, contratação e abertura de conta bancária);

Auxiliar na construção de seu projeto de vida, podendo retornar ao convívio familiar ou ter vida independente;

Continuidade dos encaminhamentos dos adolescentes acima de 15 anos para atividades de geração de trabalho e renda, e outras atividades de integração ao mundo do trabalho; e inserção no Projeto Trilhar;

Ampliação do número de adolescentes inseridos em programas de formação profissional, oportunizando assim o contato com o dinheiro, educação financeira e construção da autonomia;

Ampliação do trabalho que vem sendo realizado com os adolescentes (grupos de discussão, escutas, orientações individuais, encaminhamento para os serviços especializados, inserção em espaços de lazer, cultura, esporte, iniciação ao trabalho) a fim de evitar o envolvimento dos adolescentes com SPA e álcool e o uso exacerbado do celular. Ampliação do trabalho de construção da autonomia das crianças e adolescentes, principalmente no que tange a apropriação dos espaços da cidade, o ir e vir, o exercício da cidadania, o acesso a bens culturais;

Encaminhamento de crianças e adolescentes (conforme perfil) para inserção no Serviço Complementar de Apadrinhamento Afetivo – Acordar.

Resultados Alcançados em 2023

Todos os adolescentes com idade igual ou superior a 15 anos com acesso a oportunidades de preparação gradativa e inserção no mundo do trabalho.

Acesso a espaços de construção do conhecimento, ampliação/construção de redes, convivência comunitária, protagonismo juvenil e participação dos acolhidos na construção de propostas e decisões que garantam e ampliem seus direitos;

Ampliação e garantia da possibilidade dos acolhidos construírem um espaço de convivência menos conflituoso e mais acolhedor a partir de decisões conscientes;

Todas as crianças e adolescentes com acesso à rede de serviços, visando o pleno desenvolvimento;

Maior aproximação deste serviço com os da proteção social básica e especial de média complexidade, potencializando e garantindo, na medida do possível, encaminhamentos e atendimentos das necessidades dos acolhidos;

Foram realizadas diversas ações internas e externas de formação continuada para os cuidadores e equipe técnica, conforme quadro síntese das atividades realizadas. Todavia, a oferta de formações externas foi reduzidíssima. Contávamos com as formações via CMDCA (em especial supervisões) que não aconteceram;

Formação continuada e capacitação das mães sociais, cuidadores e auxiliares • Melhor qualificação dos colaboradores no cotidiano da Casa lar, resultando em ambientes mais saudáveis e na oferta de um serviço de qualidade e humanizado para as crianças e adolescentes, através de escutas e orientações individuais e em grupo, reuniões pedagógicas, capacitações externas;

Ampliação do número de adolescentes inseridos em programas de capacitação profissional, oportunizando assim o contato com o dinheiro, educação financeira e construção da autonomia;

Foram proporcionados espaços formativos com as equipes utilizando temas previamente propostos, obtendo a participação de profissionais internos e externos da Instituição durante a exposição e debate do conteúdo, os quais foram discutidos oralmente, com apoio de slides e também por roda de conversa.

Foram realizados acompanhamentos técnicos sistemáticos com as famílias atendidas, através das visitas supervisionadas no Escritório das Casas Lares que favoreceram significativamente o bem estar das crianças e adolescentes na preservação e o fortalecimento de vínculos durante o processo de acolhimento.

Atuação em rede no cuidado dos adolescentes que fazem uso de SPA, apesar de ainda haver necessidade do aprimoramento do diálogo intersetorial e fluxos;

Desenvolvimento de ações que ampliaram as vivências das crianças e adolescentes no contexto da autonomia que promovam desenvolvimento dos mesmos.

Preparação dos adolescentes prestes a completarem a maioridade para inserção no mercado de trabalho, através de Grupos de orientação, treinamento práticos, palestras e vivências internas e externas, oportunizando aos mesmos uma melhor preparação para fase da vida adulta. Assim, foram feitos encaminhamentos para o mercado de trabalho, acompanhamento em todo o processo seletivo /contratação dos adolescentes no trabalho (entrevistas, contratação e abertura de conta bancária), auxiliando na construção de seu projeto de vida, podendo retornar ao convívio familiar ou ter vida independente.

Destaques

- A realização de formações para a qualificação profissional, que ampliaram o olhar em relação às potencialidades do serviço de acolhimento, a partir da discussão de temas voltados para captação de recursos, sustentabilidade da instituição, gestão de pessoas, voluntariado, divulgação das ações, etc.
- Execução de ações para o fortalecimento das famílias de origem/extensa, para a reintegração, com o objetivo de intensificar o trabalho com famílias e fortalecer os vínculos afetivos através da convivência familiar.
- Realização de várias atividades externas e internas de lazer como acampamentos, gincanas, jogos de futebol, piscina, almoço entre as casas, piquenique nos parques que favoreceram a diversão a todos os acolhidos.
- Através dos Projetos Pedagógicos desenvolvemos o Projeto atualidades e o Projeto Estudo do Meio através de atividades fora do ambiente educacional tradicional que possibilita interações e imersões em determinados espaços geográficos qual, as crianças e adolescentes são levadas a participarem de visita a zoológicos, teatros, museus, parques aquáticos e temáticos, cinemas etc.
- Realização de encontros formativos para as equipes técnicas, pais e mães sociais, visando o aprimoramento do fazer profissional;
- Desenvolvimento de projetos com apoio da Fundação FEAC, que possibilitaram adequações de espaços físicos e a realização de oficinas e atividades lúdicas/pedagógicas com os acolhidos.

Metas para 2024

- Maior aproximação dos serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, potencializando a oferta de serviços e garantindo o atendimento ao usuário em sua totalidade;
- Aproximação dos serviços de saúde, educação e assistência, estabelecendo o pacto intersetorial, potencializando os recursos e oferta de políticas públicas;
- Realização de grupos temáticos com crianças e adolescentes, conforme suas demandas e necessidades;
- Oferta de Supervisão para equipes técnicas do serviço de proteção social especial de alta complexidade e formação para mães sociais e cuidadores;
- Captação de novos voluntários;

- Preparação e inserção dos adolescentes maiores de 16 anos no mundo do trabalho e acesso a renda;
- Oferta de cursos livres gratuitos para adolescentes a partir de 14 anos, conforme o interesse dos mesmos e disponibilidade;
- Inserção de novas crianças e adolescentes em acompanhamento psicológico;
- Oferta de capacitação continuada para todos os colaboradores, de maneira a melhorar a qualidade do serviço ofertado às crianças e adolescentes;
- Melhorar a ambiência da casa lar;
- Busca de ampliação da captação de recursos, através da execução de novos projetos.
- Fomentar, junto à Gestão dos Serviços da Alta Complexidade do município, a discussão sobre a mudança/reorganização de metodologia de trabalho nos serviços de acolhimento, tendo em vista o novo perfil do público atendido;
- Levantar recursos humanos visando conquistar novas parcerias como: psicólogos, psicopedagogos entre outras especialidades com objetivo de contemplar maior número de crianças e adolescentes para realização de atendimentos.
- Continuidade no processo de formação para os cuidadores residentes, apoio e técnicos. Promover acessos à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais.
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que as crianças e adolescentes façam escolhas com autonomia.
- Fomentar ações que ampliem a convivência comunitária dos acolhidos nos territórios em que as casas lares estão situadas;
- Continuidade no trabalho com as famílias e rede significativa para efetivação da reintegração das crianças e dos adolescentes.
- Continuidade na preparação dos adolescentes próximos de completarem a maioria da inserção do mercado de trabalho, através de grupos de orientação, treinamento práticos, palestras e vivências internas e externas, oportunizando ao adolescente uma melhor preparação para fase da vida adulta. Encaminhamentos para o mercado de trabalho, acompanhamentos em todo o processo seletivo /contratação para os adolescentes no trabalho (entrevistas, contratação e abertura de conta bancária) e auxiliá-los na construção de seu projeto de vida, podendo retornar ao convívio familiar ou ter vida independente;

- Aprimorar a articulação entre as casas lares e escolas regulares (municipais e estaduais), para qualificar o atendimento das demandas dos acolhidos dentro de suas especificidades.
- Fortalecer o trabalho com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas, visando estabelecer fluxos e a responsabilização da rede de proteção no cumprimento dos planos e metas para atendimento individualizado dos acolhidos, objetivando a reintegração familiar ou colocação em famílias substitutas.

Acolhimento Familiar

Definição: Serviço que organiza o acolhimento em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem... Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, pg. 82).

Desafios para 2023

- Trocas sequenciadas na chefia imediata do SAPECA, impactando negativamente na organização do serviço em todos os níveis. Dificuldade para vinculação entre famílias e equipe em decorrência das mudanças no quadro de RH;
- Ausência de formações gerais e específicas relacionadas ao trabalho, promovidas pela gestão municipal;
- Executar um Plano de Divulgação Continuado para o serviço de acolhimento em família acolhedora; apesar da verba destinada pelo CMDCA, não foi possível viabilizar a contratação de um profissional para executar a proposta;
- Dificuldades em manter a frequência regular de algumas famílias na capacitação continuada grupal de famílias acolhedoras para melhor apropriação de competências, papéis e das especificidades do trabalho, devido as faltas recorrentes das famílias;
- Ausência de serviços, programas e benefícios, nas diversas políticas públicas, para atender as reais demandas e necessidades da população acompanhada e dificuldade para inclusão das crianças acolhidas; principalmente nos serviços de saúde e educação;

- Dificuldade, demora ou impossibilidade de manutenção da sede do serviço e de equipamentos;
- Manter constância na divulgação do serviço nas redes sociais (Instagram e Facebook) e atualizações no site do serviço devido a demanda de trabalho da equipe;
- Recomposição do quadro de RH;
- Manter a captação de novas famílias acolhedoras, a fim de atingir a meta de acolhimentos;
- Profissionais qualificados para execução do trabalho em rede, a fim de contribuir na ressignificação das violações ocorridas;

Resultados alcançados em 2023

- A manutenção da equipe técnica e chegada de nova chefia do SAPECA possibilitou a reorganização do serviço, dos processos de trabalho (constante aprimoramento) e manutenção da vinculação com as famílias acolhedoras;
- Participação da equipe na formação sobre o trabalho psicossocial com famílias, apesar da dificuldade na participação e elaboração dos conteúdos propostos por parte da equipe.
- Aproximação com o GT Regional com os Serviços de Acolhimento Familiar que propiciou aproximação e trocas.
- A criação de um grupo composto por gestoras da PSE, coordenadoras do SAPECA e Conviver, coordenadora da comissão da Alta Complexidade do CMDCA, profissionais de comunicação da prefeitura e FEAC para a contratação de agência de comunicação para elaboração da campanha de divulgação. A campanha foi veiculada no mês do dia das crianças com o slogan “O melhor presente para uma criança é uma família”, sendo colocado 5 grandes totens em locais estratégicos da cidade;
- Foi elaborado cartaz com nova identidade visual, novo vídeo, áudio para rádio, além de confeccionar novos banners, cartazes e folders de bolso;
- Foram realizados dois eventos, sendo um no salão azul com a presença do prefeito e outro na Câmara Municipal, onde duas famílias acolhedoras foram homenageadas;
- Em relação a equipe, foi realizada divulgação em algumas igrejas e serviços parceiros;
- Houve estreitamento com a educação municipal, com palestra de divulgação nos 5 NAEDs Regionais e com a saúde, com palestra no Distrito Norte até o momento;

- Houve ainda articulação para divulgação para os profissionais da EMDEC, entretanto não foi realizada por inexistência de interessados.
- Realização de discussões com as famílias acolhedoras para colaboração na disseminação do acolhimento familiar para sua rede de apoio, social e comunitária;
- Elaboração e publicação do Decreto que regulamentou a Lei Municipal do Acolhimento Familiar, no qual é mencionada a necessidade de disponibilidade da família para as atividades como requisito, utilizamos lista de presença, abordamos o tema individualmente, entretanto, algumas famílias ainda apresentam faltas excessivas nas reuniões;
- Articulação com a rede de serviços para alinhar e encaminhar alguns problemas de acordo com sua governabilidade;
- O caso específico do SAPECA, melhor atenção da equipe de manutenção, trazendo diversas melhorias na organização do espaço físico, no caso específico do SAPECA, tais como: Identificação do serviço: placa oficial e 2 banners adicionais com identificação e endereço para auxiliar na localização do serviço,
- Com a captação de novas famílias acolhedoras, foi possível ampliar o perfil para acolhimento, mas ainda não foi possível obter família para grupos de irmãos.

Destaques

- A realização dos encontros presenciais do Projeto “SAPECA Recebe” para os municípios, auxiliando na implementação e divulgação da metodologia do acolhimento familiar, mantendo o SAPECA como serviço referência no tema. A cada encontro os participantes são presenteados com o Guia de Acolhimento Familiar;
- A obtenção das placas de identificação, além dos reparos e pintura interna do SAPECA;
- A divulgação do acolhimento familiar também foi um destaque em 2023, com a campanha “O melhor presente para uma criança é uma família”.
- Destacamos também a realização da Festa de Natal e entrega de presentes para as crianças, com a presença das famílias acolhedoras atuais, das antigas famílias acolhedoras, acolhidos e ex-acolhidos;
- Por fim, destacamos a importância da retomada das reuniões bimestrais entre as equipes do SAPECA e do Conviver, para avanços nas articulações e fortalecimento do Acolhimento Familiar no Município de Campinas.

- Participação no IV Seminário Internacional de Acolhimento Familiar: Essa ação deu visibilidade aos trabalhos realizados pelos dois serviços de acolhimento, que tiveram oportunidade de apresentar a metodologia do acolhimento familiar e no caso específico do Conviver, foi apresentado o trabalho realizado com as famílias biológicas, crianças acolhidas e famílias acolhedoras através do Projeto “Novas Páginas”;
- A Confeção do livro “As aventuras da borboleta Cibeles nas montanhas”, pelo Conviver: Através da metodologia Histórias que curam, desenvolvida pelo Instituto Fazendo Minha História, confeccionamos o livro citado junto a uma criança acolhida, onde conta sua trajetória durante o acolhimento de forma lúdica e ilustrada. Esse livro foi entregue a criança e sua família substituta no momento do desacolhimento, como forma de transição deste momento de vida da criança.

Metas para 2024

- Aumentar o número de famílias acolhedoras e consequentemente o número de acolhimentos;
- Manter a metodologia de atendimento de forma qualificada;
- Capacitação continuada para os profissionais do serviço;
- Viabilizar a participação da equipe em capacitações específicas sobre acolhimento familiar e temas relacionados ao trabalho;
- Manter as reuniões de famílias acolhedoras e qualificar a capacitação continuada do grupo;
- Motivar a assiduidade das famílias nas reuniões;
- Manter os Encontros Anuais – Festa Julina e de Natal;
- Manter os Projetos “SAPECA Recebe”, “Fazendo minha História”, “Meu livrinho SAPECA” e “Sapecando nas Férias” e retomar o Projeto “Meu livrinho”;
- Conseguir conciliar as atividades de divulgação com as demais atividades desempenhadas pela equipe;
- Aprimoramento contínuo da capacitação de novas famílias acolhedoras;
- Qualificar e estreitar a articulação com a rede (principalmente Saúde e Educação);
- Criar fluxograma do primeiro contato da família até a assinatura do termo de adesão;
- Capacitação continuada dos profissionais do Serviço de Acolhimento para aperfeiçoamento de técnicas, desenvolvimento de habilidades e potencialidades, cumprindo o exercício de sua função com mais qualidade e eficácia;

- Estabelecer uma comunicação mais assertiva com o Poder Judiciário, especialmente nos processos de adoção, visando o bem-estar da criança e do adolescente acolhido;
- Supervisão para equipes técnicas e coordenações dos serviços de acolhimento, assim como é feito nos Serviços de Média Complexidade do Município;
- Articulação com outras secretarias do município para promoção de ações voltadas à saúde, lazer, cultura e educação, às crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento;
- Promover espaços de diálogo com os serviços de proteção básica do município para garantir acesso às crianças e adolescentes acolhidas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no período de contraturno escolar.

Serviço Complementar de Apadrinhamento Afetivo

Definição: *O Apadrinhamento Afetivo é um programa que oportuniza experiências positivas de vida e a construção de novos vínculos afetivos com padrinhos/madrinhas para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos de idade, que estejam afastados de suas famílias biológicas por meio de medida protetiva de acolhimento institucional. Segundo dispõe o parágrafo 4º do artigo 19-B do ECA, o perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para aquelas com remotas chances de reinserção familiar ou de colocação em família substituta.*

Desafios para 2023

O ano de 2023 apresentou desafios significativos para o alcance da meta estabelecida para o Apadrinhamento Afetivo "Acordar". Alguns aspectos precisam ser observados com relação à perspectiva dos desafios, obviamente que como Serviço o Apadrinhamento Afetivo Acordar, tem sua meta e o compromisso de promover o alcance dessa meta.

Entretanto o serviço deparou-se com aspectos significativos e outras situações desafiadoras, tais como:

- Perfil das pessoas que buscam em conhecer o apadrinhamento, estão dispostas a ações pontuais e não desejam assumir um compromisso que demande maior tempo e compromisso. Observamos exatamente esse aspecto quando observamos o número significativo de pessoas interessadas em conhecer o Apadrinhamento Afetivo, o número razoável de pessoas participando das reuniões informativas e número insatisfatório de pessoas que de fato dão continuidade ao processo até finalização com

a habilitação. Importante ressaltar que esse aspecto não é um dado exclusivo e pontual, mas um aspecto recorrente é observado desde 2021.

- Outro perfil e em especial esse ano de 2023 de uma forma acentuada percebemos um aumento no interesse de pessoas que estão interessadas em adoção e buscaram o apadrinhamento como um meio de acessar uma criança.
- A divulgação continua sendo um ponto desafiador no sentido de atingir mais pessoas pelo município, algumas frentes foram levantadas, tais como busca por empresas para divulgação, observamos resistência para abertura da divulgação, as redes sociais que de certa forma deu visibilidade porém com pouco retorno de pessoas interessadas e mesmo com a divulgação nos espaços de mobilidade houve uma procura ínfima. Em 2023 o serviço conseguiu ter uma visibilidade pontual através de um programa da EPTV – emissora de televisão da região, na qual uma madrinha afetiva participou de uma entrevista, mas não houve um retorno que fosse expressivo;
- Embora o CMDCA tenha reservado recurso para contratação de empresa de publicidade para elaborar uma campanha de divulgação do Apadrinhamento Afetivo, a proposta não avançou e essa não concretização da contratação de uma empresa de produção de um material atualizado humanizado para direcionar e impulsionar, foi um fator que impediu a divulgação pelo terceiro ano consecutivo. Os entraves burocráticos para concretizar o alinhamento das propostas para uma campanha de divulgação mais robusta, representou uma barreira para atrair novos voluntários interessados em apadrinhar.
- A ausência de crianças entre 7 a 10 anos nos serviços, que estivessem dentro dos critérios para inserção no apadrinhamento, contribuiu para o não aumento do número de apadrinhamentos, uma vez que, alguns padrinhos/madrinhas já habilitados optaram em esperar pela inserção desse perfil de crianças para iniciarem o pareamento e efetivar o apadrinhamento.
- Desafios relacionados a adolescentes, a complexidade envolvendo adolescentes que fazem uso de (SPA), bem como aqueles que, mesmo não fazendo uso de substâncias, têm idade avançada, a partir de 15 anos, limitou as opções para os padrinhos.
- Resultados alcançados em 2023
- Intensificação de ações juntos as crianças e adolescentes, pensando em atividades de forma presencial;

- Desenvolvimento de campanhas de divulgação contínua em diferentes segmentos, especialmente em mídias sociais, empresas e lideranças de bairros. Meta alcançada no que se refere a divulgação nas mídias, porém as demais alternativas precisam ser intensificadas;
- Realização de reuniões informativas mensalmente;
- Realização de dois grupos de qualificação por semestre, totalizando quatro grupos de qualificação no ano;
- Atuação técnica engajada com os serviços de acolhimento e com a rede;
- O serviço conseguiu manter as reuniões informativas mensalmente, realizar as qualificações para formação de novos padrinhos com menor tempo, consequentemente os afilhados foram contemplados com maior celeridade, gerando fluidez, ações constantes, movimentação maior da equipe técnica com os candidatos.
- Continuidade no estreitamento nas relações com os serviços de acolhimento, bem como a parceria e apoio da gestão municipal dos serviços de alta complexidade.
- A inserção de novos adolescentes com disponibilidade para serem apadrinhados.

Destaques

Um ponto relevante a ser observado é o movimento constante de entrada e saída, evidenciando uma dinâmica que persiste desde 2021. Embora tenham sido realizados 7 apadrinhamentos, os 8 desligamentos, com razões variadas, entre as saídas destacamos que ela não tem sido motivada por uma não vinculação, mas em sua maioria por completarem a maioridade, e constatamos que alguns padrinhos ainda continuam sendo referência para esses jovens.

Todos esses dados referentes às saídas mostram que, caso não houvesse desligamentos, os números estariam mais elevados, olhando por outra perspectiva nos mostra claramente esse movimento com as entradas fazendo com o Apadrinhamento Afetivo, não entre em um estado de estagnação.

O compromisso de continuidade no vínculo estabelecido pelos padrinhos mesmo após o desligamento devido à maioridade dos afilhados serve como parâmetro e incentivo para manter o trabalho de acompanhamento dos apadrinhamentos afetivos. Isso ressalta a importância de aprimorar continuamente a metodologia, ajustando-a às necessidades e singularidades de cada caso, para corresponder eficazmente aos anseios dos envolvidos.

Metas para 2024

O Serviço Acordar, tem como perspectiva de alavancar as ações e para tanto prevê para 2024:

- Continuidade das ações junto às crianças e adolescentes, acompanhamento e atendimento.
- Efetivar a contratação de uma empresa de publicidade pelo CMDCA, para alavancar uma campanha de divulgação contínua e robusta.
- Continuar com as reuniões informativas mensalmente.
- Promover a disseminação do apadrinhamento afetivo em espaços diversos com potenciais padrinhos e madrinhas
- Atuação técnica engajada com os serviços de acolhimento e com a rede.
- Contemplar toda demanda reprimida que estão aguardando serem apadrinhado

Modalidade - Repúblicas para jovens

Definição: *Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para auto-sustentação (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes , pg.94).*

Desafios para 2023

- Dificuldade do alcance da independência financeira dos jovens, devido às questões de defasagem escolar, sem condição nenhuma de retorno familiar para apoio financeiro ou de moradia, conjunto com questões emocionais, quando não superadas, falta de oportunidade de empregos qualificados e de remuneração compatível.
- Dificuldade em estreitar laços de confiança junto aos seus familiares ou com a rede afetiva.
- Aumentar o senso crítico de feminilidade das atendidas e empoderamento social do lugar que as mulheres possam conquistar
- Melhorar a compreensão de relações tóxicas e abusivas frente a seus companheiros e companheiras afetivas.
- Aumento do autocuidado da saúde feminina.
- Diminuição das desistências que os jovens apresentam perante suas conquistas: Cursos e níveis de escolaridade avançado.
- Aumento dos desejos para uma vida de amplitude e retórica social.

- Dificuldade de inserção no mercado de trabalho.
- Possibilidade de empregos qualificados para os jovens, com maiores salários para auto sustentação.
- Impossibilidade de inscrição em programas habitacionais pelos critérios estabelecidos pela Secretaria de Habitação deste Município ou benefícios que ajudam no custeio do aluguel, para nosso público a ser desligado do serviço por autonomia e que recebem salários pertencentes a sua idade (rompendo quaisquer benefícios por estar registrado) que não tem nenhuma família extensa e que regredem no campo emocional na hora do desligamento por condições de autossustentação.
- Permanência em cursos e formação escolar, tanto por déficit intelectual como emocional.
- Permanência prolongada no mesmo emprego.
- Ressignificar laços afetivos e de convívio entre os jovens e sua rede de amizade.
- Maior articulação em rede, real e permanente que vise a construção de planos individuais de atendimento construídos de forma compartilhada e com responsabilidade.
- Ampliar uma discussão com a Rede de Crianças e Adolescentes dando ênfase a discussão de autonomia e independência do jovem.
- Ressignificar junto aos jovens o sentido do abandono materno e paterno e de familiares extensos.
- Aprimorar junto a Rede uma discussão do perfil dos jovens encaminhados para a República.
- Consolidar as relações dos jovens e seus familiares com menos conflitos afetivos.
- Obtenção de habilidades de auto gestão, auto sustentação e independência.
- Obter material permanente, já que, estamos atravessando um momento de fragilidade social e garantir o direito de acolhimento integral entre a OSC e a parceria.

Resultados alcançados em 2023

- Acolhida individual – 100% dos Jovens que foram encaminhados para este Serviço.
- Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural – Através de filmes, oficinas e passeios, foram pautadas esses temas para todos os nossos atendidos no decorrer do ano. Essas atividades geralmente acontecem mensalmente e atingimos 80% dos jovens.

- Construção e acompanhamento do plano de desenvolvimento do Jovem (PDJ) – A construção do PDJ, foi feito 100% dos Jovens, com acompanhamento e refeito junto aos jovens trimestralmente.
- Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social - Através de filmes, oficinas e passeios, foram pautadas esses temas para todos os nossos atendidos no decorrer do ano. Essas atividades geralmente acontecem mensalmente e atingimos 75% dos jovens.
- Orientações grupais – Feito em formato de Assembléias com a finalidade da organização e limpeza da casa de convívio dos Jovens. Como também usamos desse espaço para organização das compras de alimentação, higiene, vestuário e material de oficina feita pelos moradores da casa. Essa assembleia acontece quinzenalmente e atingimos 90% dos Jovens.
- Orientação sociofamiliar - Em formato de atendimento com a demanda dos atendidos e na construção do PDJ, fazemos atendimentos aos familiares dos jovens. Como também demos apoio e orientação na garantia dos direitos e possíveis benefícios
- Acolhida individual – 100% dos Jovens que foram encaminhados para este Serviço.
- Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural – Através de filmes, oficinas e passeios, foram pautadas esses temas para todos os nossos atendidos no decorrer do ano. Essas atividades geralmente acontecem mensalmente e atingimos 80% dos jovens.
- Construção e acompanhamento do plano de desenvolvimento do Jovem (PDJ) – A construção do PDJ, foi feito 100% dos Jovens, com acompanhamento e refeito junto aos jovens trimestralmente.
- Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social - Através de filmes, oficinas e passeios, foram pautadas esses temas para todos os nossos atendidos no decorrer do ano. Essas atividades geralmente acontecem mensalmente e atingimos 75% dos jovens.
- Orientações grupais – Feito em formato de Assembléias com a finalidade da organização e limpeza da casa de convívio dos Jovens. Como também usamos desse espaço para organização das compras de alimentação, higiene, vestuário e material de oficina feita pelos moradores da casa. Essa assembleia acontece quinzenalmente e atingimos 90% dos Jovens.

- Orientação sociofamiliar - Em formato de atendimento com a demanda a partir dos atendidos e na construção do PDJ, fizemos atendimentos aos familiares dos Jovens. Como também demos apoio e orientação na garantia dos direitos e possíveis benefícios.
- Atendimento psicossocial – Esse atendimento foi feito pela dupla psicossocial, buscando validar os objetivos e etapas construídos no PDJ, como também apoio familiar e emocional e quando necessários possíveis encaminhamentos. 100% dos atendidos.
- Participação dos jovens na compra de Alimentos e Materiais de Limpeza e Higiene Pensando na educação financeira e na consciência de valores para vida autônoma como respeito a suas identidades e vontades, nossos atendidos junto ao educador fizeram as compras o ano todo. Atingimos 90% dos atendidos.
- Mobilização e fortalecimento de redes de apoio – Através de oficinas, cine-debate e grupos em rodas de conversa, trazemos para nossos atendidos a importância das relações saudáveis, amizades e familiares significativos e extenso, expressando uma ideia de rede de apoio para a vida deles, minimizando o sentimento de solidão.
- Visita domiciliar – As visitas são estabelecidas em assembleias com os atendidos junto ao educador, em geral, as visitas são durante o dia, das 10h às 20h, podendo ser alteradas conforme pautadas nas assembleias.
- Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária ou outras atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho – Em formato de atendimento individual e de atividades grupais, fazemos propostas e encaminhamento para empregos, buscamos rede de apoio com parceiros que se vinculam setor institucional (Trabalho e renda do Instituto), como também elaboramos currículos e ingressamos nossos atendidos em cursos profissionalizantes e de suas escolhas.
- Nesse ano tivemos Jovens que conquistaram a CNH, a partir dos estímulos, oficinas e acompanhamento em todas as etapas do processo de validação da CNH. Atingimos 20% dos jovens.
- Do total de atendidos desligados deste serviço: 02 (dois) seguiram para vida autônoma.
- Destaque(s)

- No decorrer dos anos, nossa avaliação como equipe e também pontuados em supervisão, o aumento do repertório cultural, passeios, oficinas de arte, diversidade, sexualidade e contato espontâneo com os familiares, sempre estimulando que os próprios jovens nos apresentem seus familiares extenso ou significativo, nos entrega um resultado positivo de transformação dos mesmos, como também pertencentes à sociedade e comunidade se colocando como iguais, minimizando o campo emocional do abandono. Destaco que essa estratégia ou metodologia, foram observados para as duas unidades.

Metas para 2024

- Ampliar a rede relacional e social dos jovens.
- Consolidar a consciência sobre a saúde da mulher para nossas atendidas .
- Melhorar os ambientes relações afetivas com os companheiros e companheiras
- Ampliar o repertório cultural e crítico dos jovens.
- Desnaturalizar as violências e abusos sofridos pelas mulheres como “algo natural”.
- Aprimorar o convívio saudável entre os jovens em Serviço de República.
- Aumentar nossa rede de apoio à saúde, emprego e cursos, para que esses jovens possam permanecer em seus trabalhos, cursos e formação escolar.
- Possibilitar formações e cursos de qualidade e que possam dar sustentação econômica e satisfatória para o jovem.
- Consolidar redes de apoio para contribuir com o presente e futuro dos jovens.
- Recolocá-los em melhores setores de trabalho.
- Desenvolver o empreendedorismo em suas vidas.
- Minimizar e romper com os preconceitos que nossos atendidos sofrem em suas redes sociais e relacionais.
- Ter mais espaços de debate e discussão para política de jovens neste município.
- Assegurar o direito pleno dos jovens em situação de vulnerabilidade ou risco.
- Mobilizar políticas de habitação para jovens com renda mínima.
- Construir espaços de acesso à atendimentos voltados à saúde mental dos jovens que sofreram violências não superadas.
- Despertar maior desejo dos jovens para formações e cursos de qualidade que possibilitam a sustentação econômica e satisfatória.
- Ampliar a discussão da rede de acolhimento sobre políticas de juventude.
- Garantir a continuidade e ampliação de um repertório cultural.

- Emancipar o jovem de uma vida institucionalizada de acolhimento.
- Garantir o pleno desenvolvimento na vida escolar e de direitos e finalização de seus ciclos.
- Execução, participação e manutenção de políticas públicas assistenciais do município;
- estreitar os laços junto às Redes de Saúde, Educação e Assistência enquanto executor de política pública.
- Fomentar políticas públicas na garantia do direito junto a essa parceria, ações como: Aluguel social/e outras políticas voltadas ao público jovem deste município que permaneceu nos Serviços de Acolhimento por longos períodos e que não necessitam mais de apoio técnico. Contudo por não ter possibilidade do apoio familiar, ainda necessita de uma colaboração social, já que são jovens que trabalham e não têm mais o direito do benefício Auxílio Brasil e continuam com dificuldade de se manter financeiramente, devido a valores de aluguel, alimentação, água, energia, IPTU X Salário recebido. Jovens que ainda recebem apoio deste serviço, como: Cesta básica, vestuário, acesso a curso gratuito, etc, dificultando a emancipação institucional.

Modalidade Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência de Gênero – Casa Abrigo

SARA M

Definição: *A Casa Abrigo da Mulher SARA M oferta o serviço de acolhimento institucional para mulheres vítimas de violência doméstica de gênero em risco, bem como seus filhos. O acolhimento institucional em casos de risco de morte prevê garantir a integridade física e moral das mulheres, de acordo com a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Tais medidas emergenciais visam ofertar locais seguros que proporcionem o enfrentamento e proteção da situação da violência, ou de ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral, e a estas questões podem somar-se às demais variadas expressões da questão social, além do comprometimento da saúde mental, que por vezes se torna agravante para o quadro de violência de gênero.*

Considerando a lógica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que estabelece a matricialidade sociofamiliar como um dos seus eixos estruturantes, além de compreendida também a partir das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social, a centralidade na família proporciona o atendimento ao indivíduo considerando sua totalidade, e

não o fragmentando somente no recorte da violência - no caso da Casa Abrigo - compreendendo a importância de atendê-lo em sua totalidade, através de análises e intervenções nos diversos aspectos, além de assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia das mulheres. Assim, os atendimentos ocorrem visando a garantia do bem-estar físico, mental e emocional destas mulheres e seus filhos que ao chegarem no serviço apresentam diversas questões que vão para além da situação da violência doméstica de gênero.

A violência é um fenômeno mundial, e de acordo com os dados do IBGE coletados em 2022, 28,9% (18,6 milhões) das mulheres relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência ou agressão, o maior percentual da série histórica do levantamento. Uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número de mulheres brasileiras que já sofreram episódios de violência subiu para 43%. Tal aumento vem trazendo reflexos para o município de Campinas que registrou 917 casos no último ano de acordo com os dados do Painel de Notificações de Violência.

Esse aumento significativo da violência contra mulheres gerou um aumento na procura por acolhimento institucional, com um aumento de 43% no número de acolhimentos em relação ao ano de 2022 e 112% nos últimos 10 anos.

Tais dados levam a reflexão sobre o investimento em prevenção, que deve ser contínuo e ampliado. Por outro lado, percebemos que dos casos que o abrigo atendeu, apesar da violência, não existia o risco iminente de morte, o que acaba tornando o acolhimento breve e com pouca ênfase na quebra do ciclo de violência.

O abrigo acolheu além das munícipes, mulheres de fora do município, mostrando o compromisso de Campinas com o fenômeno da violência o que também evidencia a necessidade de organização de outros municípios para oferta de serviços de proteção à mulher.

No ano de 2023 a Casa Abrigo acolheu **80** mulheres e **87** crianças/adolescentes.

REMANESCENTES		INGRESSOS	
2022		2023	
MULHERES	5	MULHERES	80
CRIANÇAS	3	CRIANÇAS	75
ADOLESCENTES	0	ADOLESCENTES	12

Em relação a 2022, houve um aumento significativo de acolhimento de mulheres (45,5%), o que também refletiu no número de crianças acolhidas com suas mães (31,6%); já o número de adolescentes manteve-se o mesmo.

REGIÃO DE PROCEDÊNCIA

NORTE	17
SUL	25
LESTE	13
NOROESTE	14
SUDOESTE	11
OUTROS MUNICÍPIOS	5
SEM RESIDÊNCIA	0

Neste quadro observa-se que a região Sul concentrou o maior número de mulheres que buscaram o abrigo como forma de proteção.

ENCAMINHAMENTOS PARA CASA ABRIGO SARA-M

	ENCAMINHADO POR	QTDE
	VALINHOS	1
	1º DP CAMPINAS	2
	4º DP CAMPINAS	2
OUTROS MUNICÍPIOS	BOLETIM ELETRÔNICO	1
	SEM BOLETIM DE OCORRÊNCIA	1
	TOTAL	7
	1ª DDM	22
1ª DDM		0
		0
	TOTAL	22

	2ª DDM	56
2ª DDM		
	TOTAL	56
	TOTAL GERAL	85

Apesar da Casa Abrigo de Campinas, ter como público alvo, as munícipes, havendo necessidade e vagas, aceita acolher mulheres de outros municípios, sobretudo da região metropolitana, mas é salientado que o acompanhamento e encaminhamento dos casos deverá ser feito de maneira compartilhada com a equipe técnica do município solicitante. Cabe esclarecer que não parceria formalizada através de consórcio ou qualquer outro instrumento legal com outros municípios.

A segunda DDM mantém maior número de encaminhamentos.

MOTIVO DO DESACOLHIMENTO

Retornou ao convívio com o autor da violência		3
Retorno ao antigo endereço, com medida protetiva		7
Retorno ao antigo endereço, sem medida protetiva		3
Alugou casa em outra região por medida de segurança.		3
Aluguel de casa com Auxílio Moradia		1
Descumprimento das regras do abrigo	01 com MP e 1 sem MP	2
	Campinas	19

	Outros Municípios	6
Reintegração à família extensa	Outros Estados	6
	Outro País	1
Foi morar em Pensão		3
Rede de Apoio (amigos)	Outro Município	1
	Outro Estado	1
	Campinas	9
Auto desligamento		5
Clínica Psiquiátrica		1
	ILPI	1
Transferência para outros serviços	Abrigo Santa Clara	1
	SAMIM	1
Endereço desconhecido		2
Residência Inclusiva		2
	Total Geral	78

Neste quadro observa-se que o retorno para o autor de violência se manteve baixo, comparado com anos anteriores, por outro lado houve um aumento do número de mulheres que retornaram para sua antiga residência com ou sem medida protetiva e/ou acessaram a família extensa e rede sócio afetiva como opções de desligamento.

Não constam neste quadro duas (2) mulheres que continuam acolhidas no serviço.

Meta para 2024

- Contratação de Supervisão Institucional para atender as demandas de trabalho da Equipe de funcionários;
- Manutenção contínua do espaço físico;
- Estagiárias para compor o quadro e assim possibilitar a troca e aprendizagem com a comunidade universitária;
- Participar de ações de prevenção à violência doméstica de gênero;

- Realizar nos territórios, trabalho de informação e conscientização sobre violência doméstica de gênero como forma de enfrentamento a esse fenômeno;
- Apresentar o trabalho desenvolvido pela Casa Abrigo da Mulher e o fluxo de encaminhamento, para os serviços que compõem a rede socioassistencial e os serviços de outras políticas públicas;
- Ampliar a meta de atendimento do serviço, hoje com 15 vagas, para 20 vagas;
- Ampliar a Equipe Técnica para atender de forma integral às mulheres com ou sem filhos, visando a ampliação de metas.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIA

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências é um serviço ofertado dentro da Proteção Social Especial de Alta Complexidade que promove apoio e proteção à população atingida por situações de desastres, tais como alagamentos, deslizamentos, incêndios, entre outros, com a oferta de alojamentos provisórios (se necessário), atendimento social e provisões materiais (Cartão Nutrir, colchões e cobertores), conforme as necessidades identificadas. Assegura-se acolhimento imediato sempre que identificado perdas e danos habitacionais, principalmente em decorrência das fortes chuvas e incêndios, realizando-se o cadastro da população atingida.

Em Campinas, havendo ocorrências durante o horário de serviço (8:00 às 16:00) a Defesa Civil aciona diretamente as equipes dos CRAS e DAS, e fora deste período (das 17:00 às 07:00 e finais de semana e feriados) aciona a equipe de plantonistas, que se desloca até o local, realiza atendimento emergencial e encaminhamento aos serviços da Proteção Social Básica, e quando necessário, aos CREAS para dar continuidade no atendimento.

As equipes atuam na perspectiva de articular as redes significativas e sociais de apoio para provimento e cuidado de parte das necessidades identificadas dos usuários/famílias e a inclusão na rede socioassistencial, incluindo a possibilidade de acolhimento institucional, quando necessário.

Neste contexto, avaliamos a necessidade de construir ações articuladas com serviços e outras políticas públicas afim de assegurar proteção integral e reduzir impactos gerados, sobretudo entre a população mais vulnerável. Para tanto, estamos aguardando a concretização da

Comissão Calamidades para efetivar ações de planejamento, prevenção, respostas emergenciais e pós emergência.

A seguir alguns dados que caracterizam as ocorrências no município

**NÚMERO DE FAMÍLIAS/DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR TERRITÓRIO/MÊS –
2023**

Território	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho
DAS Norte	34	0	0	0	0	0	0
CRAS Espaço Esperança	0	3	0	0	0	0	0
CRAS Vila Réggio	5	0	0	0	0	0	0
DAS Sul	12	1	0	0	2	0	0
CRAS Bandeiras	18	3	1	1	11	0	0
CRAS Campo Belo	1	0	1	0	0	0	0
CREAS Sul	0	0	1	0	0	0	0
DAS Leste	0	0	0	0	0	0	0
CRAS Flamboyant	7	0	0	0	0	0	0
CRAS Recanto Anhumas	11	0	0	0	0	0	0
DAS Sudoeste	4	1	0	0	0	0	0
CRAS Campos Elíseos	33	1	0	0	0	0	1
CRAS Nelson Mandela	0	0	0	0	0	0	0
CRAS Novo Tempo	0	0	0	0	0	0	0
DAS Noroeste	1	0	3	0	0	0	0
CRAS Satélite Íris	7	1	0	0	0	0	0
CRAS Florence	0	0	0	0	0	0	0
CRAS Dandara dos Palmares	0	0	0	0	1	0	0
CRAS Laudelina de Campos Melo	0	0	0	0	0	0	0
Total	133	10	6	1	14	0	1

Território	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
DAS Norte	0	1	7	2	0	44
CRAS Espaço Esperança	0	0	0	3	0	6
CRAS Vila Reggio	0	0	4	33	0	42
DAS Sul	0	2	0	0	1	18
CRAS Bandeiras	0	0	0	0	1	35
CRAS Campo Belo	0	0	0	0	0	2
CREAS Sul	0	0	0	0	0	1
DAS Leste	0	0	0	0	1	1
CRAS Flamboyant	0	0	1	0	0	8
CRAS Recanto Anhumas	0	0	0	0	0	11
DAS Sudoeste	0	0	1	0	0	6
CRAS Campos Eliseos	0	0	12	2	0	49
CRAS Nelson Mandela	0	1	2	0	0	3
CRAS Novo Tempo	0	0	0	0	0	0
DAS Noroeste	0	0	0	1	0	5
CRAS Satélite Íris	0	0	0	0	0	8
CRAS Florence	5	0	0	0	0	5
CRAS Dandara dos Palmares	1	0	0	0	0	2
CRAS Laudelina de Campos Melo	0	0	1	1	0	2
Total	6	4	28	42	3	248

REGIÕES/BAIRROS

NORTE	SUL	LESTE	SUDOESTE	NOROESTE
Jd. São Marcos	Jd. do Lago I e II	Vila Gêneses	Jd. Capivari	Satélite Íris I
Jd. Eulina	Pq. Oziel	Pq. Brasília	Jd. Roseira	Jd. Bassoli
Recanto dos Dourados	Gleba B	Jd. Boa	Jd. Campos Elíseos	Jd. Lisa
	Jd. das Bandeiras	Esperança	Jd. Novo Campos	Jd. Sulamérica
	Jd. das Oliveiras	Pq. São Quirino	Elíseos	Pq. da

Jd. Campineiro Conj. Hab. Padre Anchieta Nova Canaã Portelinha Rosália IV Vila Esperança Barão Geraldo	Jd. São José Campo Belo I Jd. Itaguaçu Jd. Santa Cruz Jd. Tamoio Jd. Nova Europa Vila Lemos Jd. Santa Eudoxia	Jd. Moreira Vila Lafaiate	Jd. Yeda Jd. Ipaussurama Jd. Aerocontinental Vila Pompéia DIC Jd. Paraíso de Viracopos Vila Tancredo Neves	Amizade Campina Grande Jd. Monte Alto

Provisões materiais

	NORTE	SUL	LESTE	SUDOESTE	NOROESTE	TOTAL
FAMÍLIAS ATENDIDAS	92	56	20	58	22	248
CARTÃO NUTRIR	54	26	13	15	16	124
COLCHÕES	114	76	31	63	24	308
COBERTORES	20	64	19	20	25	148
TRAVESSEIROS	0	22	5	0	8	35
CESTAS BÁSICAS	1	0	3	17	0	21

Em 2023 houve um aumento no número de atendimentos em relação ao ano anterior (que foi de 171 famílias), sobretudo por causa da intensidade de chuvas que atingiu o município de Campinas em janeiro, o que comprometeu grande parte do estoque de provisões materiais ofertados às famílias atingidas, levando a Prefeitura inclusive a decretar situação de emergência ainda no início do ano.

Apesar de ter começado com muitos acionamentos durante a Operação Verão, ao longo do ano este número foi diminuindo, chegando em dezembro com apenas 03 famílias atendidas,

em contraponto ao grande volume de atendimentos no mesmo período de 2022. Nota-se que as regiões norte, sudoeste e sul de Campinas foram as mais atingidas.

Neste ano houve apenas 1 acolhimento no Abrigo Emergencial Zilda Arns e 11 no SAMIM, sendo os demais acolhidos por familiares, amigos e vizinhos, ou mesmo permanecendo no imóvel, ainda que em risco. Em 28 de julho o próprio abrigo emergencial foi interditado, por risco de desabamento, restando apenas o SAMIM como opção para o acolhimento dessas famílias.

Do total, 123 famílias foram atendidas por plantonistas e 125 por equipes de CRAS, DAS ou CREAS (sobretudo dos CRAS Campos Elíseos, Vila Réggio e Bandeiras e dos DAS Norte e Sul). 71% (76) dos responsáveis pelas famílias que foram atendidas durante o plantão possuem Cadastro Único (IDM), sendo que 62% (66) estão ou já estiveram vinculadas a algum serviço da assistência social e/ou receberam algum tipo de benefício:

CADASTRO ÚNICO

Serviço	41	Benefício	53
PAIF	29	NUTRIR	8
SCFV	25	VIVA LEITE	6
SESF	2	PBF	47
Centro Pop	2	BPC	4
MSE LA	1	RENDA CAMPINAS	19
		BE Natalidade	1

Resultados alcançados

- Atendimento emergencial à 248 famílias devido à situação de chuvas intensas, alagamentos, inundações, enchentes, quedas de árvores, destelhamentos, deslizamentos de terra, incêndios, risco de desabamento, insalubridade e vulnerabilidade social;
- Fornecimento de 124 cartão-alimentação e 21 cestas básicas, 308 colchões e 148 cobertores às famílias;
- Acolhimento de 4 famílias (12 pessoas);
- Referenciamento de 75 famílias para serviços do território (CRAS/DAS);
- Reuniões periódicas com a equipe de plantonistas, Defesa Civil e demais secretarias para melhoria de trabalhos em conjunto;

- Disponibilização de mais 2 motoristas na escala do plantão;
- Ampliação da cota mensal de Cartão Nutrir (30 para 59)
- Regulamentação do Benefício Eventual Calamidades
- Fornecimento de kits de higiene e roupas de cama às famílias atendidas a partir de dezembro.

Desafios

- Avançar nas análises das ocorrências a fim de produzir ações mais estratégicas e preventivas;
- Fortalecer a articulação e fluxo com a proteção Social Básica e demais políticas públicas (especialmente Habitação);
- Disponibilizar outro imóvel para o abrigo emergencial;
- Ofertar capacitação para a equipe de plantonistas, cursos e palestras para o desempenho de suas atividades profissionais;
- Disponibilizar veículo adequado para levar os colchões, cobertores e plantonistas;
- Utilização do celular institucional e tablet durante os atendimentos pelos plantonistas;
- Identificação dos locais de ocorrência (ocupações informais), e de chamadas desnecessárias (quando a família já se organizou), ou que dá para aguardar o atendimento no CRAS/DAS do território;
- Como responsabilizar as demais políticas públicas no atendimento às demandas dos usuários, principalmente na hora do acionamento;
- Sensibilizar as famílias quanto ao risco imediato e a necessidade de acolhimento provisório.

Metas para 2024

- Mudança do abrigo emergencial Zilda Arns para outro imóvel já identificado;
- Realizar capacitações acerca da atuação do SUAS nos atendimentos emergenciais para as equipes de plantonistas, CRAS e DAS;
- Participação em formação, treinamento e simulados de situações emergenciais junto à Defesa Civil;
- Fortalecer a articulação com os serviços dos territórios (CRAS/DAS), visando o trabalho conjunto;
- Implantação de novo formulário para registro dos atendimentos online.

Síntese das Atividades Realizadas Proteção Social Especial

Diante do exposto, compreendemos a Proteção Social Especial como um conjunto de serviços/ofertas de grande diversidade, complexidade e magnitude no enfrentamento de riscos pessoais e sociais que atua com a concepção de usuários como sujeitos de direito, e os/as trabalhadoras/as como os profissionais articuladores e mediadores de direitos sociais, na intersecção com as demais políticas sociais. Cabe destacar, que embora vulnerabilidade e risco sejam centrais na assistência social, a desigualdade social advém de contradições estruturais, e as violações de direitos são multifatoriais, o que reforça a necessidade de ações articuladas entre as equipes e rede de atendimento.

A lógica da execução público e privado, vivenciada pela proteção Social Especial, coloca a importância da gestão pública próxima a rede socioassistencial, apoiada nas legislações que estabelecem as formas de parceria, para que estas contribuam na efetivação da assistência social enquanto uma política pública de direito, enquanto ação pública de enfrentamento da questão social, e não na lógica do favor, da caridade, do clientelismo e nas relações de subalternidade e benevolência a população mais vulnerável.

Desta forma, compreendemos como um importante avanço neste país, a continuidade do reconhecimento da Política Nacional de Assistência Social, fundamentada na sua regulamentação enquanto um direito social, com continuidade dos serviços e fortalecimento da política de assistência social, política pública, que busca romper com práticas assistencialistas.

Neste cenário, nos desafiamos a refletir coletivamente, em espaços formativos e de gestão, as estratégias para encarar os desafios enfrentados nos serviços, dentro da Proteção Social Especial, que demandam competências da administração pública e dos trabalhadores, para que estejam preparados teórica e tecnicamente para um novo tempo e pelos novos rumos trazidos pela Política Nacional de Assistência Social. Percebe-se a necessidade de aprofundar a reflexão sobre o lugar da Proteção Social Especial no SUAS e da ambiência da violação de direitos e riscos na PNAS, as exigências de se pensar o “novo” em relação aos serviços tipificados, principalmente a partir das questões suscitadas pela implantação de um Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) e sua processualidade.

Buscamos conhecer, também, as novas exigências postas aos trabalhadores da Proteção Social Especial, numa unidade especializada, e até que ponto o profissional tem domínio dos aspectos que caracterizam a violação, o conjunto de defesas e as possibilidades para sua

atenção. Propomos superar as práticas tradicionais e disciplinares por meio da análise paradigmática e do dispositivo intercessor, evidenciando a relação entre o sujeito e a prática do trabalho social.

Nos propomos a avançar na integração dos serviços que compõem a PSE e nos processos de gestão, o que tem exigido planejamento realizado com a participação dos coordenadores e chefias, devendo se estender para participação das equipes técnicas, a fim de qualificar estratégias de trabalho, fluxos de atendimento evitando a fragmentação e sobreposição de ações.

Investimos esforços na articulação e intersetorialidade, especialmente no que diz respeito à interface com o Judiciário e saúde mental, considerando a incompletude de nossas ofertas.

Nesta perspectiva, serão abordados os Desafios; Resultados Alcançados; destaques e Metas, seguindo os eixos do planejamento durante o ano de 2023: Estrutura; Recursos Humanos; Gestão; Articulação; Metodologia e Supervisão / Formação, e que serão sintetizados abaixo:

Dos desafios:

Nos aspectos relacionados a Estrutura

- Necessidade de atuar junto aos serviços frente as condições de trabalho e os serviços sociais públicos ofertados com melhorias nos espaços públicos sejam intensificados para que a oferta pública à população pelos seus serviços contemple instalações físicas e materiais adequados.
- Ampliar a oferta de serviços, para consolidar a rede de proteção social, com destaque as necessidades de maiores ofertas dos serviços pelo Centro Pop; CREAS nas regiões Sul e Sudoeste.
- Reforma nos CREAS e adequações necessárias para garantia de condições de trabalho (CREAS Norte, Noroeste, Leste e Sudoeste) e SAMIM.
- Locação de imóvel para o Centro POP Sares I.
- Morosidade no atendimento da infraestrutura e/ou reparos mais complexos nos serviços da PSE com manutenção predial permanente.
- Insuficiência de transporte.
- Insuficiência de material de higiene pessoal das/os usuárias/os do segmento população de rua e serviços da alta complexidade.
- Empresa terceirizada / Serviços de higienização e portaria: qualidade dos serviços e qualidade dos materiais fornecidos.
- Sede nova da Residência Inclusiva.

- Descontinuidade do fornecimento de produtos alimentícios e produtos de higiene e limpeza. (serviços 24 horas).
- Aquisição de Celular institucional.
- Disponibilização de veículo maior para levar os colchões, cobertores e plantonistas e das provisões materiais em quantidade suficiente, principalmente durante a Operação Verão;
- Fornecimento das refeições com qualidade, na quantidade e horário estabelecido (Abrigo Zilda Arns).
- Interdição do Abrigo Zilda Arns.

Nos aspectos relacionados aos Recursos Humanos

- Contratação de profissionais das diferentes áreas do saber, e que necessitam de abertura de concurso público, para recomposição das equipes dos serviços bem como reposição dos servidores aposentados e exonerados, e /ou com previsão de encerramento de contratos.
- Construção da possibilidade de incluir Terapeuta Ocupacional para todos os serviços.
- Instabilidade no quadro de funcionários, dificuldade de completar o quadro necessário.
- Construir e adequar possibilidade de remanejamento de profissionais, quando solicitado.
- Afastamento do serviço em razão de doenças tais como: depressão, crises de ansiedade, crises de pânico.
- Afastamentos de profissionais por saúde e aposentadorias e dificuldades na reposição imediata.
- Permanência dos funcionários terceirizados no serviço (limpeza e segurança) Abrigo Zilda Arns.

Nos aspectos ligados a Gestão

- Fortalecimento da Gestão Pública e repensar processos de Modelo de Gestão junto aos serviços.
- Adequação do Serviço de Medidas Socioeducativas.
- Pensar em novas modalidades de serviço na alta complexidade, voltadas aos serviços ligados a jovens, população de rua e população idosa.
- Criação de Casa de Passagem para Mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos; e ampliar e diversificar as modalidades de oferta de serviço de

acolhimento institucional para pessoas idosas, e aprimorar metodologias para o acolhimento de adolescente.

- Efetivar a gestão da rede do Serviço Complementar de Atendimento à Pessoa com Deficiência – PCD e reordenamento na perspectiva dos serviços da média complexidade do
- Atender Demanda reprimida dos CREAS Sul e Sudoeste, e demandas em espera para inclusão no SAI Idoso e SAI PCD.
- Aumento de demanda para atendimento nos serviços da alta complexidade criança, adolescente e mulher, que teve ausência de vagas;
- Melhoria da comunicação e processos de trabalho conjuntos (média e alta).
- Morosidade dos processos de ampliação dos serviços da PSE.
- Ausência do serviço de família guardiã subsidiada.
- Demanda de jovens com deficiências que completaram a maioria nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e que demandam acolhimento nas residências inclusivas.
- Número baixo de famílias acolhedoras.
- Atualizar a Lei Municipal do Acolhimento Familiar.

Nos aspectos relacionados a Articulação

- Maior fortalecimento e articulações institucionais, intersetorial e interproteções nos territórios, com diálogo intersecretarias.
- Implantação de serviço voltado aos cuidados de pessoas idosas e adultas, com alto grau de dependência e que não são perfil para os serviços tipificados da política de assistência social.
- Maior fortalecimento da parceria com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, melhorar os fluxos e entendimentos sobre as atribuições da política de assistência social e dos serviços oferecidos.
- Ações contínuas de articulação com as diversas políticas setoriais, em especial com a política de Saúde / Saúde Mental.
- Maior aproximação com o Departamento de Vigilância Social, para integrar uma política de defesa dos direitos sociais, monitorando e avaliando o SUAS em relação ao seu impacto na vida de seus usuários, e agregando informações sobre as necessidades sociais e políticas públicas necessárias.
- Articular entre as pastas Assistência Social e Trabalho e Renda.

- Aumentar a participação de usuários nos espaços de controle social.
- Compreensão pela rede e SGD dos critérios de referenciamento para a proteção social especial de alta complexidade.
- Ausência de serviços, programas e benefícios, nas diversas políticas públicas.
- Aprimorar os fluxos com os serviços da rede de proteção social básica.

Nos aspectos relacionados a Metodologia

- Comunicação e envio de documentos entre os Serviços e OSC's.
- Fortalecimento da Identidade dos Serviços da PSE.
- Trabalho social com famílias e compreensão dos fatores (coletivos e individuais) que contribuem para as situações violadoras e /ou fortalecedoras de direitos.
- PIFA como instrumental de avaliação / acompanhamento das situações familiares.
- Contribuir para identificação de metodologias diversificadas que propiciem respostas às demandas trazidas pelas famílias/usuários, que apresentam nos serviços aumento da complexidade das situações de violação de direitos e violência, sofrimento emocional dos usuários atendidos e acompanhamento pelos serviços, adolescentes com perfil de circularidade de rua, uso de substâncias psicoativas e agravos em saúde mental, acolhimento de diferentes faixas etárias no mesmo espaço físico e necessidade de lidar com os conflitos entre os usuários dos serviços da alta complexidade.
- Fortalecer ações de prevenção à violência doméstica, em conjunto com Proteção Social Básica.

Nos aspectos relacionados a Supervisão e Formação

- Efetivar a qualificação permanente dos profissionais que atuam na Proteção Social Especial com oferta de formação continuada para toda a rede de serviços da proteção social especial, garantindo espaços coletivos para a qualificação profissional, reflexão e estudo sobre as situações relacionadas aos processos de trabalho, teoria, práticas e práxis profissional.
- Insuficiência de Formação Continuada e supervisão institucional para as equipes técnicas dos serviços da PSE, visando maior qualificação no trabalho social com famílias.
- Desenvolver ações de prevenção e cuidado para os trabalhadores.
- Garantir capacitação continuada grupal de famílias acolhedoras.

- Capacitação para a equipe de plantonistas, cursos e palestras para o desempenho de suas atividades profissionais nas situações de calamidades e emergências.

Resultados alcançados 2023

Nos aspectos relacionados a Estrutura:

- Foram iniciadas as reformas nos espaços físicos, sendo priorizados o início pelos serviços da alta complexidade (SAMIM).
- Houve a efetivação da parceria com Recurso de mitigação para construção da sede da Residência Inclusiva Renascer, com previsão de início para 2024, e a retomada do projeto de construção do CMPCA.
- Realizado o envio de computadores novos e seminovos aos serviços da PSE.

Nos aspectos relacionados aos Recursos Humanos

- Nos serviços públicos apontamos como avanços a chegada de profissionais e recomposição das equipes. Cabe aqui apontar que a reposição de Recursos Humanos ocorreu com profissionais das funções: agentes de ação social e assistentes sociais foram realizadas através da contratação temporária, estando em curso a efetivação de concurso público para estes cargos.

SERVIÇO	CARGO AGENTE DE AÇÃO SOCIAL
CMPCA	19
SARA M	1
SAPECA	1
RENASCER	7
POP II	3
POP I	1
CASA DA CIDADANIA	3
BAGAGEIRO	1
SAMIM	7
TOTAL	43

SERVIÇO	CARGO ASSISTENTE SOCIAL
DOAS (ALTA COMPLEXIDADE)	1
CREAS NORTE	1
CREAS SUL	4
CREAS NOROESTE	1
CREAS SUDOESTE	4
CREAS LESTE	01 (Permuta com DAS Leste)
POP II	3
CASA DA CIDADANIA	1
TOTAL	16

- Ainda nos serviços aconteceu realocação de profissionais por remanejamento, conforme a solicitação, necessidade dos serviços e desejos dos profissionais, ocorrendo mudanças nas equipes dos CREAS Norte, CREAS Leste, CREAS Sudoeste, Centro Pop I e II, SARA M.Estes remanejamentos permaneceram sendo mencionados, por considerar um dos fatores de impacto positivo no trabalho, seja para as equipes, como para os próprios usuários atendidos pelos serviços.
- Outro aspecto considerado importante foi a definição de um profissional para o Apoio Técnico na Coordenadoria Setorial de Proteção Social de Alta Complexidade Adulto Idoso, ainda em construção.
- Nos aspectos ligados a Gestão
- Priorização da gestão às questões relacionadas aos recursos humanos, com a manutenção dos encontros mensais com as chefias, apoios, coordenadores e coordenadoria geral, que possibilitam a aproximação, alinhamento, fortalecimento e aproximação dos serviços, favorecendo o diálogo com a gestão central.
- Continuidade dos encontros com a rede do SC PCD com o Departamento de Operações da Assistência Social – DOAS e DVIS – Departamento de Vigilância Socioassistencial para discussão e alinhamento de possibilidades do no SUAS.

Nos aspectos relacionados a Articulação

- Articulações no nível central com a política de saúde, com elaboração de projeto que visa o atendimento híbrido entre a política de assistência social e saúde para atendimento das situações que necessitam da atuação de ambas as políticas públicas, com propostas de outras articulações entre os serviços.
- Encontros entre a assistência social e saúde mental para troca de informações e conhecimento dos serviços.
- Participação de profissionais da Proteção Social Especial junto aos Núcleo Articulador Gestor / NAGs Regionais (Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste).
- Participação de representantes das equipes / serviços da Proteção Social Especial na organização e efetivação da Conferência Municipal da Assistência Social com participação nas Conferências Regionais (Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste), conferência municipal e estadual.

Nos aspectos relacionados a Metodologia

- Reuniões com a rede do serviço Complementar PCD para discussão sobre o trabalho desta rede junto ao SUAS / média complexidade.
- Continuidade do GT Média e Alta Complexidade, Grupo de Trabalho criado na Proteção Social Especial entre os serviços da média e alta complexidade para qualificar a entrada, acompanhamento e saída de crianças e adolescentes destes serviços.
- Relacionado as metas, citamos a efetivação 70 metas para Serviço de Acolhimento Institucional Idosos e 10 metas de 1(Uma) Residência Inclusiva já em implantação, e além dessas metas mais 20 metas remanescentes para mais 2 (duas) Residência Inclusiva em processo para implantação, e as 50 metas do Serviço Centro Dia da Pessoa Idosa com a inauguração do serviço em 2023.
- Validação do fluxo da Alta Complexidade para Pessoa Idosa junto as Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde, com efetivação da ordem de serviço.
- Conclusão do Grupo de Trabalho (GT) para Construção de Proposta para Implantação de Serviço Casa de Passagem para acolhimento provisório de curta duração, não sigilosos, para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que não correm risco iminente de morte, com encaminhamento para DVIS Departamento de Vigilância Socioassistencial de Projeto / Termo de Referência para estudo de custo para a criação do serviço conforme dotação orçamentária.

- Apresentação de Plano de Ação realizado pela Coordenadoria da Proteção Social Especial de Alta Complexidade Criança e Adolescente para reordenamento dos serviços.
- Em processo criação de Lei Municipal Família Guardiã Subsidiada.

Nos aspectos relacionados a Supervisão e Formação

- Ação de Formação Técnica para os Trabalhadores e Trabalhadoras que compõem a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade dos serviços públicos, formação voltada as equipes de gestores (coordenadores, chefias e apoios técnicos), e com a equipe de profissionais dos serviços (assistentes sociais, psicólogos e gentes de ação social) com profissional externo do Instituto Apprimore.
- Oferta de Supervisão para alguns serviços da PSE.
- Ciclo de Debates da Proteção Social Especial “Conhecimentos e Práticas” Fortalecendo os Serviços da Proteção Social Especial na Política de Assistência Social – SUAS, organizado pelas Coordenadorias Setoriais com os temas: Seminário “AsILPIS no Cenário do Envelhecimento”; Seminário “Escuta da Violência – Cuidar do que Fica”; Seminário “Perspectivas da Política de Assistência Social voltada a População em Situação de Rua – 10 Anos do Centro Pop” e Seminário em Comemoração aos " 10 anos do Centro Dia da Pessoa com Deficiência em Campinas", com participação de profissionais externos.
- Participação das equipes de profissionais nos eventos de formação e debates realizados pelo CMDCA.
- Continuidade Encontros do GT de Média e Alta Complexidade, realizados com o objetivo da integração e compartilhamento de procedimentos nos serviços de acolhimento institucional e/ou familiar, contextualização dos Procedimentos e Fluxos, Apresentação dos Indicadores para Acolhimento Familiar; Indicadores Reintegração Familiar; e discussão da integralidade na Proteção Social Especial e a construção do Plano de Atendimento Compartilhado, com realização de debates e Trocas Profissionais.

Nesta direção, pressupomos que este processo vem contribuindo para o fortalecimento da participação dos atores envolvidos na política pública da Assistência Social, favorecendo a maior aproximação, reconhecimento do trabalho e das ofertas das diferentes Coordenadorias / Serviços da Proteção Social Especial – PSE, propiciando uma maior qualificação dos fluxos de trabalho, inclusão nos serviços, indicadores e protocolos de atendimento; conhecimento da

demanda de violação de direitos atendida na PSE, processos e metodologias de trabalho.

Esperamos que estes apontamentos da Proteção Social Especial, além da perspectiva de considerar as especificidades, traga como direção as diretrizes da matricialidade sociofamiliar, da territorialização e da intersetorialidade, pautando a universalização dos direitos e a integralidade da proteção nas ações, possibilitando assim, um olhar mais ampliado para as necessidades dos serviços, planejamento conjunto com a gestão.

Destaque(s)

Daremos destaque a algumas das ações efetuadas no ano de 2023, e que entendemos que propiciaram espaços coletivos e participativo das equipes, envolvendo os gestores (coordenadores, chefias, apoios técnicos), e com a equipe de profissionais dos serviços (assistentes sociais, psicólogos e agentes de ação social), tanto da equipe pública quanto da rede socioassistencial parceira, sendo um importante meio de investimento na formação dos trabalhadores, com o olhar voltado aos espaços de trabalho dos profissionais e na perspectiva de alinhamento e construção de posicionamento éticos dos profissionais.

1. Ação de Formação Técnica para os Trabalhadores e Trabalhadoras que compõem a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade dos serviços públicos, formação voltada as equipes de gestores (coordenadores, chefias e apoios técnicos), e com a equipe de profissionais dos serviços (assistentes sociais, psicólogos e gentes de ação social) com profissional externo do Instituto Apprimore.





2.Encontros do GT de Média e Alta Complexidade, realizados com o objetivo da integração e compartilhamento de procedimentos nos serviços de acolhimento institucional e/ou familiar com contextualização dos Procedimentos, Fluxos e Plano de Atendimento Compartilhado.



Encontro 30 de Maio de 2023



Encontro 10 de Novembro de 2023

METAS 2023 / 2024

Nos aspectos relacionados a Estrutura

- Favorecer a discussão junto ao Departamento de Operações da Assistência Social, sobre a peça orçamentária na perspectiva de implantar novos equipamentos/serviços que atendam as demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho, visando aumentar as ofertas da Proteção Social Especial, preferencialmente de forma territorializada, sob a responsabilidade do poder público.
- Realização de reforma nos CREAS norte, noroeste, leste e sudoeste
- Reordenamento do Centro POP Sares Unidade I com locação de imóvel.
- Reparos para sanar os problemas com serviços de manutenção predial de qualidade que atenda a necessidade do equipamento, de forma contínua e permanente.
- Aquisição permanente de materiais e equipamentos para os serviços como: equipamentos de informática, aparelhos de telefone, câmera webcam, fone/microfone, wi-fi.
- Aquisição de produtos que possibilitam o desenvolvimento do autocuidado e que podem impactar na melhoria da autoestima do usuário/a.
- Serviços de limpeza de qualidade e, portaria, que atenda a necessidade dos serviços.
- Oferta de qualidade de alimentação junto aos serviços da alta complexidade.
- Reforma do espaço e/ou mudança para outro imóvel (Abrigo Zilda Arns).

Nos aspectos relacionados aos Recursos Humanos

- Ampliar as equipes para oferta dos serviços pelo poder público, de forma garantir o atendimento de 100% da demanda identificada, com profissionais advindos de concurso público.
- Reposição dos servidores que aposentaram ou pediram exoneração.
- Reposição dos servidores do contrato temporário por servidores estatutários de concurso público.
- Viabilizar contratações temporárias de oficineira/o, para fortalecer as atividades coletivas junto aos usuários dos serviços.
- Nos aspectos relacionados a Gestão
- Iniciar discussão sobre a identidade dos serviços e metodologias na Proteção Social Especial com as coordenadorias setoriais.
- Aprimorar modelos de gestão pública e fluxos de atendimento.

- Aprimorar fluxos do Serviço de Apoio as Calamidades e Emergências, em conjunto com a Proteção Social Básica.
- Implantação de mais 1 (um) CREAS na região sul.
- Continuidade GT Média e Alta Complexidade, incluindo adulto e idoso
- Adequar metas atendidas do Serviço MSE
- Integração do CREAS/ serviço/MSE de maneira mais efetiva com os outros serviços POP-Rua.
- Implantação definitiva de abrigo com baixa exigência.
- Implantação de Serviço de Acolhimento para Famílias.
- Implantação do Programa Morar Primeiro.
- Implantação de abrigo para acolhimento de jovens que completam a maioridade nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.
- Implantação da casa de Passagem para Mulheres.
- Análise da demanda referenciada e/ou identificada, que justificam a ampliação de metas para os serviços de acolhimento institucionais para pessoas idosas e pessoas com deficiência – com possibilidade de propor novas modalidades de serviço, como Casa Lar e República.
- Captação de famílias acolhedoras, para aumentar o número de famílias acolhedoras aptas e disponíveis para o acolhimento.
- Efetivação do Planejamento estratégico do CMPCA.
- Implantação do Programa Família Guardiã Subsidiada
- Aprimorar junto aos serviços o registro e análise de dados de atendimentos a partir do SIGM.
- Continuidade dos encaminhamentos das propostas do Serviço Complementar SESF, retirados pelo Grupo de Trabalho.
- Continuidade das discussões e encaminhamentos para reordenamento do Serviço Complementar para Atendimento a Pessoas com Deficiência

Nos aspectos relacionados a Articulação

- Continuidade Discussões sobre o Público Prioritário entre os serviços da PSB e PSE.
- Continuidade da Interlocução da gestão e serviços junto a Política de Saúde, incluindo a Saúde Mental e acompanhamento conjunto junto aos serviços da PSE conforme a demanda dos usuários para atendimento em saúde, fortalecendo o fluxo com a política de saúde.

- Continuidade da interlocução com o DSAN e aproximação com o departamento de Programas de Transferência de Renda.
- Fortalecimento entre as políticas setoriais de assistência social, saúde, trabalho e renda, cultura, habitação, educação, esportes e lazer, para atendimento integral da população usuária da PSE.
- Melhoria da Comunicação e articulação entre a PSB e PSE.
- Articulação com os serviços da assistência social e demais políticas públicas para a continuidade na efetivação dos protocolos e fluxos de encaminhamento junto aos serviços da PSE.
- Fortalecer o fluxo com o Sistema de Garantia de Direitos.

Nos aspectos relacionados a Metodologia

Maior fomento da discussão sobre o Trabalho Social com Famílias na PSE.

- Fortalecer a identidade da Proteção Social Especial, bem como seus limites e possibilidades de intervenção.
- Fortalecer novas estratégias, com ofertas de atendimento de maneiras coletivas / grupais, além do acompanhamento individualizado.
- Compreender as especificidades das regiões de ofertas dos serviços da PSE.
- Utilização do SIGM.
- Fortalecer a Elaboração do PIFA pelos serviços da média complexidade, serviços das políticas públicas e usuários.
- Fortalecer novas estratégias de atuação junto ao segmento de adolescente, principalmente junto aos serviços de acolhimento.
- Registrar os atendimentos dos serviços da PSE no SIGM, incluindo o serviço de Apoio as Calamidades.

Nos aspectos relacionados a Supervisão e Formação

- Aperfeiçoar o desenvolvimento de capacitação e supervisão continuada aos trabalhadores da rede pública.
- Formação Continuada para as/os trabalhadoras/es da Proteção Social Especial, incluindo áreas temáticas como Violência Sexual, Violência Contra a Pessoa Idosa, Pessoa Com Deficiência, Questão Racial, LGBTQIA+, Gênero, entre outros.
- Treinamento SISNOV.

- Desenvolver ações de formação continuada para a rede socioassistencial parceira na execução dos serviços da PSE.
- Formação continuada para os agentes de ação social nos serviços da PSE.
- Ofertar espaços de formação / capacitações para a equipe de plantonistas do Serviço de Apoio as Calamidades e Emergências, e rede.

Finalizamos reforçando que a proteção social especial, é composta por um conjunto de serviços que atendem violações de direitos que abrange as situações pessoais e familiares por ocorrência de violências, vitimizações e agressões, cujo nível de agravamento e complexidade determina o nível de atenção a seus usuários, que atingem diferentes segmentos, idosos, mulheres, adolescentes e crianças, população em situação de rua, entre outros, produzindo vulnerabilidades e riscos, que demandam atendimentos da política da assistência social, levando ainda a necessidade de compor uma política de defesa dos direitos sociais, com ênfase na intersetorialidade e políticas sociais para a garantia de um conjunto de deveres do Estado, na defesa dos direitos humanos.

Promover a discussão sobre os conceitos de risco social e vulnerabilidades, agregando as questões de proteção e desproteção social das famílias atendidas no SUAS, é de fundamental relevância para atender as demandas das violações de direitos, que requerem esforços para que as ações das políticas sociais sejam direcionadas para a prevenção e atenção, com ampliação de equipes para atendimentos e capacitação dos trabalhadores das diversas políticas públicas para identificar e intervir em situações de risco.

Destacamos ainda, a importância de investimentos na centralidade do trabalhador no SUAS, com uma política de gestão do trabalho junto aos trabalhadores, e relevância da avaliação e monitoramento da política de assistência social, preocupadas com a qualidade dos serviços e os impactos nas condições de vida da população atendida.